

★

*Obra executada nas oficinas da*  
SÃO PAULO EDITORA S. A.  
São Paulo 6, SP — Brasil

JOSE FERREIRA CARRATO

As Minas Gerais  
e os  
Primórdios do Caraça

*Edição ilustrada*

BRASILIANA

VOLUME 317

AS MINAS GERAIS  
E OS  
PRIMÓRDIOS DO CARAÇA

BRASILIANA

*Volume 317*

Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE



JOSÉ FERREIRA CARRATO

As Minas Gerais  
e os  
Primórdios do Caraça

*(edição ilustrada)*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
SÃO PAULO

981  
B 823  
v. 317

64  
X.

n.º list. 200103  
Unid. documentos 1392

Exemplar Nº 0955  
BIBLIOTECA NACIONAL  
COPIA RESISTENTE

ANO 1963 Nº 718

*Direitos desta edição reservados à*  
**COMPANHIA EDITORA NACIONAL.**  
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo 2, S. P.

1963

---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
*Printed in the United States of Brazil*

*À minha Mãe Aristina,  
mineira santa  
do Monte Santo.*

## SUMÁRIO

<i>Dedicatória</i> .	VII
<i>Índice das ilustrações</i> .	... XI
<i>Prefácio</i> . . . . .	. XIII
<i>Introdução</i> .	. XIX
I — As Minas Gerais do Século do Ouro ...	8
II — A Religião e o Clero nas Minas Setecentistas .	54
III — A Igreja Mineira e Sua Hierarquia no Século XVIII .	97
IV — A Crise dos Costumes no Século I .	. 133
V — Eremitas e Santuários .	. 181
VI — A Serra do Caraça ...	. 223
VII — O Irmão Lourenço de Nossa Senhora ....	. 257
VIII — O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens	303
IX — A Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens	342
X — O Fim do Irmão Lourenço e o Ocaso de Sua Obra	379
<i>Bibliografia Geral</i> .	. 427
<i>Fontes Históricas</i> .....	..... 439
<i>Índice Onomástico</i> .....	..... 441

## ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

	ENTRE PÁGS.
O Irmão Lourenço, segundo um óleo existente no Salão Nobre do Colégio do Caraça ..	260/261
Requerimento do Irmão Lourenço, pedindo dispensa de tempo para professar .	. 272/273
Conta da Receita da V. O. T. da Penitência, do Tijuco, registrando o pagamento da cota do Irmão Lourenço .	. 284/285
O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens ( <i>Seg. Reise in Brasilien</i> , de Spix e Martius) ...	..... . 306/307
“Risco” primitivo do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens e assinatura do Irmão Lourenço ...	. 312/313
Planta da primitiva ermida, em 1806 .	. 328/329
Fôlha de rosto do Compromisso de 1784, da Irmandade de N. S. Mãe dos Homens ..	352/353
O Caraça ao tempo do Irmão Lourenço ..	368/369

## PREFÁCIO

QUANDO HÁ QUATRO ANOS me procurou para orientar seu doutoramento, o Professor José Ferreira Carrato não se tinha fixado sobre a matéria do presente livro. Sentia-se disposto a enfrentar qualquer tema, ainda os mais árduos, desde que, pela importância é talvez pela novidade, pudesse ser de algum préstimo no desenvolvimento, entre nós, da pesquisa histórica. Tentei, um tanto presunçosamente, desviá-lo dessa disponibilidade, que pode levar ao puro eruditismo, chamando atenção para aspectos de nossa história que julgava afiados com sua natural inclinação, sua sensibilidade, sobretudo com uma vocação truncada, mas ainda atuante, nos seus estudos e preocupações intelectuais.

Entre estes aspectos havia um que me pareceu particularmente tentador. Não creio que seja fácil a clara inteligência de numerosas questões de história do Brasil sem a exploração prévia e isenta de nossa história eclesiástica. Também não acho que foram sempre insignificantes e indignos de seu objeto os trabalhos que, entre nós, se ocuparam do papel da Igreja na formação nacional. Em sua generalidade, porém, a abordagem tem sido episódica e incompleta: investigações regionais, disquisições polêmicas ou apologéticas, ensaios biográficos. Os mais prestativos tratam especialmente de ordens religiosas, e neste caso ocupa lugar eminente, entre tôdas, a Companhia de Jesus, graças à obra monumental que lhe devotou Serafim Leite.

#### XIV — OS PRIMÓRDIOS DO CARAÇA

Faltava-nos e falta — por quanto tempo? — alguma pesquisa que conduzisse os historiadores seculares a bem apreender o que todos vagamente discernem sôbre o papel formidável que às instituições religiosas coube exercer nos setores mais vários da vida brasileira, desde os inícios da colonização. É certo que mesmo essa pesquisa, para começar, haveria de ser forçosamente fragmentária. Pouco importa, uma vez que orientasse de algum modo para o âmago da questão. Quantos historiadores, até hoje, cuidaram de retirar todo o proveito que, para o melhor conhecimento da sociedade colonial brasileira, e não apenas de nossos velhos institutos religiosos, se oferece, por exemplo, com as preciosas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas por Sebastião Monteiro da Vide e impressas em Lisboa já em 1717? Ou ainda com o *Regimento do Auditório Eclesiástico*, ordenado igualmente por aquêlê arcebispo? Isso para só falar em obras publicadas.

No que respeita aos tópicos mais precisamente jurídicos, os trabalhos notáveis de um Cândido Mendes de Almeida, velhos, porém, de um século, formam quase exceção. Valeria a pena retomá-los e renová-los com o socorro de métodos e recursos modernos? Sim, contanto que se tivessem sempre em mira os riscos que, para a boa interpretação do passado, têm sido mais de uma vez apontados no crédito irrestrito dado aos textos legais. A história eclesiástica, como tôda história, sustenta-se sôbre uma realidade viva e fluida, que a todo instante transborda da rigidez dos preceitos jurídicos. Mormente em terras como as da nossa América lusitana, onde não era caso escandaloso o daquele procurador da Câmara de São Paulo que requeria em 1630 fôsse obedecida certa provisão, por emanar do governador-geral, mas sustada sua execução por contrariar os interesses do povo. O "obedezco pero no lo cumplo" não foi monopólio das chamadas Índias de Castela.

Todavia, nem essa, nem outra proposta para uma investigação em arquivos de irmandades, capaz de iluminar a influência tantas vêzes absorvente que em todo o Brasil, e singularmente em Minas Gerais, chegaram a exercer as confrarias leigas, pareceram ocupar muito tempo a atenção de José Ferreira Carrato. Logo julgaria invencíveis os obstáculos naturais à realização de qualquer dos dois projetos dentro do prazo relativamente escasso de que dispunha. O trabalho sôbre a função social, cultural, econômica das irmandades, que mesmo em tais condições êle ainda podia tentar, apresentava seu inconveniente: o sujeitar-se difficilmente a uma apreensão global e unitária, perdendo o distintivo próprio das teses que, bem ou mal, costumam reclamar certas bancas de concurso. Quanto ao outro assunto sugerido, pareciam mais plausíveis as resistências. Como atacar, em verdade, um tema dessa ordem, antes de contato assíduo e direto com os arquivos de Portugal, pelo menos, e os do Vaticano?

Escrúpulos semelhantes, que em verdade poderiam associar-se a todo trabalho histórico no Brasil, servindo, em alguns casos, de motivos para apurá-lo, em outros, mais freqüentes, de pretexto para estorvá-lo ou adiá-lo, só me convenceram pela metade. Em todo caso eram sinal do zêlo exigente e da vontade ambiciosa que hão de presidir uma pesquisa digna de tal nome. Por isso acolhi com uma ponta de decepção e, confesso-o, com íntima relutância, o projeto definitivo. Pareceu-me de início uma coisa rala, relativamente fácil, sem perspectivas compatíveis, enfim, com aquêle zêlo e ambição.

A relutância perdurou em algumas das entrevistas mantidas com o autor, e à medida em que se acumulavam páginas e páginas dactilografadas em tórno daquela prolixa personagem que é o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça. Acentuava-se até



## XVI — OS PRIMÓRDIOS DO CARAÇA

diante de pormenores de redação. Não caberiam, aqui ou ali, formas menos frondosas, arroubos mais submissos, parcimônia maior em julgamentos de valor? As perguntas que muitas vezes me fiz, e ao autor, no curso de leitura atenta, e em muitos pontos reiterada, pois os capítulos não só se sucediam, mas constantemente se refaziam e aperfeiçoavam em versões novas, logo foram encontrando resposta ou, melhor, deixando entrever uma urdidura que antes se dissimulara no meio da intrincada trama.

Reduzido ao seu tema-central, o livro começa realmente com o sexto ou o sétimo capítulo e não acaba com o décimo, último dêste volume: o que ali, de fato, se mostra, é a própria história do Caraça, desde os dias em que o misterioso Irmão Lourenço de Nossa Senhora se embrenhou naquelas montanhas. Mas insere no conjunto, a figura do hospício e o colégio pode assumir conteúdo simbólico, dando à história de Minas Gerais e do Brasil uma dimensão nova, que já agora não é lícito ignorar. As terras do ouro, durante a maior parte do século XVIII, tinham sido um mundo aluvial e inconstante, como a própria riqueza que se esvaía das lavras. No entanto, êsse mesmo mundo, frenético, dissipador, aventureiro, impaciente de qualquer comando, e que todo êle girava à volta de apetites materiais e bens da fortuna, irá surgir depois tão transfigurado que parecem extintas as marcas de sua feição antiga. Quase nada restará daquelas velhas Minas Gerais, onde a coça afanosa mal deixava espaço para o recolhimento da alma, e de onde os próprios frades e os conventos se achavam exilados. No seu lugar vamos ter outras, bem diversas, a que o prestígio dos dons do espírito, das disciplinas humanísticas, das virtudes intelectuais, da sobriedade, da prudência, da discrição, da poupança, empresta um timbre singular.

Pode-se pretender que, em suma, a história do Caraça é a história de um refluxo, o refluxo mineiro. E que a obra de Frei Lourenço ainda representa, quando muito, um pensamento à espera da boa oportunidade para se converter em ação. O que nela se preparou, segundo vem descrito nas páginas seguintes, ainda pertence propriamente à pré-história daquele refluxo.

*Fiz hum triunfo d'Inverno,  
despois será o do Verão,*

como no auto de Gil Vicente. “Bom português como sempre foi, o ermitão-mor do Caraça não teve o senso da providência: operou no plano do imediato, franciscanamente, como um pobrezinho de Deus que também foi. Em toda a sua obra, afora uma certa predestinação da providência no campo estritamente religioso, não se encontram rigor de coisas planejadas nem método em sua realização.”

Não admira, pois, se essa obra do eremita resulta, ao cabo, numa ruína triste. Já antes de sua morte começa a desabar todo o trabalho de sua vida. Mas era um perder-se provisório: como o grão de trigo do Evangelho, precisava perecer para poder crescer e dar muito fruto. O que neste primeiro volume se conta, e admiravelmente, é ainda a história da penitência e do sacrifício. Depois será a da ressurreição.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA

## INTRODUÇÃO

**A**NTES QUE UMA TESE, é este trabalho um tema historiográfico, uma dissertação. Não tem as características da tese clássica, sorboniana, que parte de premissas escolásticas para chegar às rígidas formulações lógicas das conclusões e dos corolários. Um dia, em Paris, ali pelas alturas de 1266, depois de vencida a corrente dos *espirituais* franciscanos, que reivindicavam o preceito reiterado do desprezo da ciência dos homens, impôsto por São Francisco de Assis, quis o Geral São Boaventura que os jovens alunos de sua Ordem se exercitassem nas lides da inteligência, para, como êle, Alexandre de Hales, Tomás de Aquino, Alberto Magno e outros frades mendicantes, ascenderem às cátedras iluminadas da Universidade. Criou para êles a defesa de tese, naquele sentido estrito de ser sustentada públicamente, com os recursos dialéticos da argumentação e da defesa. Teria sido essa a origem da instituição da tese acadêmica, que a Sorbonne vem mantendo ininterruptamente, ao fim dos seus cursos, desde 1323.

Se este trabalho fôr uma tese, sê-lo-á não à moda medieval, mas clássica, no sentido aristotélico: é uma proposição, uma *dissertatio* histórica, a qual, se fundamenta e ampara a demonstração do tema proposto, não carece ela própria de ser demonstrada. Para tanto, cuidamos de dar ao trabalho um travamento estrutural, distribuído em duas partes equilibradas, cada uma de

conteúdo e densidade aproximados, e ambas se completando e se articulando estreitamente.

A Primeira Parte é a colocação horizontal e panorâmica das Minas Gerais do século XVIII, sob o ponto de vista de sua história política, social, econômica, cultural e religiosa, como o natural *back-ground* onde se irá desenrolar a ação do Irmão Lourenço de Nossa Senhora, através de sua obra do Hospício da Serra do Caraça. Divide-se essa Primeira Parte, de fundamentação cultural e informadora, em cinco Capítulos: o I — *As Minas Gerais do Século do Ouro* — vale como a iniciação propedêutica, introdutória, ao *locum* geográfico e cultural setecentista, devidamente amanhado e adubado pelo insensato esforço do *rush* aurífero para as sementes da renovação espiritual; II — *A Religião e o Clero nas Minas Gerais Setecentistas* — estuda o sentimento religioso das gentes da era da mineração, assim como o clero paroquial do tempo, aquêle clero frouxo e insubordinado, do qual haveriam de avultar as figuras exemplares formadas por D. Frei Manuel da Cruz, em seu Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte; III — *A Igreja Mineira e a sua Hierarquia no Século XVIII* — apresenta um quadro sucinto da situação jurídica da Igreja Luso-Brasileira — a expressão “Igreja Mineira”, “Igreja Luso-Brasileira”, tem aqui significação apenas geográfica — e da Hierarquia eclesiástica mineira no século I de sua colonização, com um exame da atuação dos Bispos de Mariana, dos Vigários Capitulares e do Cabido Marianense; IV — *A Crise dos Costumes no Século I* — destaca a confusão espiritual, moral e material dos aventureiros buscadores de ouro, durante todo o primeiro século da colonização, que somente os freios de uma rígida censura religiosa poderiam sopitar; e o V — *Eremitas e Santuários* — focalizando os indícios da vida eremítica nas Minas Gerais, como a expressão viva

do inconformismo de um pugilo de cristãos, em face do clima de cobiça, luxúria e violência, que imperava nas Minas, visando a uma reforma moral e espiritual.

A Segunda Parte do trabalho propõe-se como o desenvolvimento historiográfico da reação religiosa do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça contra o mundo corrompido e louco das Minas setecentistas. Divide-se a Segunda Parte igualmente em cinco Capítulos: o VI — *A Serra do Caraça* — capítulo corográfico sobre a “serra inhabitável” do Irmão Lourenço, “retiro a imitação das Thebaidas”, ao qual se dirigiram “vários homens que conhecerão a pouca duração da vida”, nova Chartreuse do Nôvo Mundo, que viu florescer a vida cenobítica, pela primeira vez nas Minas Gerais; o VII — *O Irmão Lourenço de Nossa Senhora* — estuda a misteriosa vida do fundador e aventa tôda uma teoria nova em tôrno dos fatos obscuros de sua existência, mas evidenciando dados novos, documentados, sobre aspectos até agora imprevisos de sua estranha personalidade; o VIII — *O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens*, resultando, em certo momento, em audaciosa programação missionária, que Lourenço não conseguirá realizar, como queria; o IX — *A Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens* — que plantea a ação religiosa e devocional da instituição do Caraça, através da presença do sodalício marial nos mais distantes recantos da Capitania, com o propósito da recondução espiritual do povo; e, finalmente, o X Capítulo — *O Fim do Irmão Lourenço e o Ocaso de sua Obra* — que estadeia todo o drama do fundador, que, destinando sua obra ao mister da conversão dos pecadores, como pioneira e de vanguarda, vê-se constrangido a transmudá-la num instrumento acólito, apenas precursor, de uma obra maior, que virá em seguida, depois de sua morte.

## XXII — OS PRIMÓRDIOS DO CARAÇA

Esta é, pois, a história dos primórdios do Caraça, a crônica de uma instituição religiosa brasileira, que posta inicialmente como verdadeira Tebaida, no alto de uma serra inabordável, para retiro de homens, “desenganados do mundo” oscilante de um ciclo dourado que agonizava, acabou tornando-se uma casa de educação. Uma casa de educação, que é a mais antiga e duradoura de quantas existiram em nosso País. Tal a severa crisálida, que primeiro hiberna e ganha sustento sob a triste capa, para se transfigurar depois na bela borboleta dos dias de primavera, assim é o Caraça.

Mas, neste trabalho, ainda não é a borboleta que nos interessa, mas a crisálida. Antes de ser o Colégio, que se tornou famoso no Império e na Primeira República, pelo alto quilate dos homens que forjou para a coletividade de Minas Gerais e do Brasil, o Caraça foi uma casa religiosa, um eremitério. Um “hospício”, para usarmos a expressão canônica dos tempos de sua primeira fase de vida.

Vai ser a vida do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça — esse é o seu nome todo — o motivo especial deste trabalho historiográfico. No panorama convulso do século I da colonização mineira, que tentaremos esboçar, com tôdas as suas cambiantes culturais, políticas, sociais, econômicas e religiosas, iremos colocar a presença diferente e devota de um cenóbio de homens, o primeiro que se estabelece nas terras defesas das Minas Gerais.

Por que essa insólita presença de uma casa religiosa — verdadeiro mosteiro ou “cartuxa” — naquele ambiente de loucura e de pecado, como são as Minas Gerais do século XVIII? Aparece um ermitão, não se sabe donde: é o Irmão Lourenço de Nossa Senhora. Sobe a Serra, aquela mesma Serra abandonada pelos lavradores de ouro, e lá funda sua ermida. Sob a égide das virtudes da

pobreza, da humildade e da pureza — as que mais escandalizam os rudes buscadores do ouro — impulsiona, engrandece e consolida sua obra. Justamente fará residir os primeiros êxitos de sua instituição nessa antítese desafiadora.

Mas, falta algo de essencial em Lourenço e disso se ressentem toda a sua obra. O solitário carece de sanção oficial ao seu apostolado religioso. Eis que, a partir de certo momento, ele se torna de pioneiro um avançador apenas. A mais não o habilitam a força nem a competência. E o seu Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens transforma-se numa simples casa religiosa como tantas outras, perdendo a posição vanguardista de autêntica milícia da causa do “serviço de Deus”, cuja tarefa sagrada era munir “os filhos que viviam naquele novo Mundo” das Minas Gerais das “trombetas do Céu” — a palavra de Deus e a instrução religiosa — para fazerem assim “cair por terra as muralhas da iniquidade, e dos vícios” daquela Jericó insensata. O Hospício vai num longo compasso de espera, onde apenas aparece o indomável anseio do Irmão Lourenço, a lutar com todas as suas forças para que cheguem os consolidadores de sua obra precursora e ancilar — os missionários. Entretanto, somente depois da morte do fundador, quando tudo parece perdido, como na hora nona do Calvário, as esperanças de Lourenço se tornam realidade: os Padres Lazaristas batem à porta do santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens e recebem as chaves da casa, que entra assim na fase longa e gloriosa do Colégio do Caraça.

Esse é o tema desta monografia. Porque difíceis as fontes documentárias e bibliográficas sobre o assunto e o seu tempo, tivemos de organizar todo um programa de trabalho. Ele foi intenso, absorvente, total. Só mesmo o drástico regime de tempo integral, que vigora em nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, per-

## XXIV — OS PRIMÓRDIOS DO CARAÇA

mitiria cumprir o programa que nos propusemos, que se baseava na pesquisa documentária e bibliográfica e em entrevistas. No levantamento bibliográfico, muito ficamos devendo ao Prof. Antônio Cândido, então nosso prezado colega em Assis, que nos colocou à mão a sua prestimosa coleção de obras sôbre assuntos mineiros e a notável Biblioteca Departamental da Cadeira de Literatura Brasileira, que aqui deixou, em dois anos de regência de cátedra. Mas, nosso roteiro de trabalho incluía preferencialmente os arquivos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, assim como determinadas Bibliotecas. Graças aos bons officios do Pe. William Slattery, Superior Geral dos Lazaristas, a quem procuramos quando de sua viagem ao Brasil, e de D. José Lázaro Neves, Bispo de Assis, entramos em contato com o Pe. José Paulo Sales, Visitador da Congregação da Missão no Brasil, a fim de que facultasse o acesso ao Colégio do Caraça, ao seu Arquivo, à sua Biblioteca e aonde fôsse frutuosa a pesquisa. E dirigimo-nos para Minas Gerais, com o destino do Caraça, de Belo Horizonte, de Diamantina, de Mariana, de Ouro Preto e de Monte Santo de Minas. O Superior do Colégio do Caraça — que, aliás, é hoje uma Escola Apostólica da Congregação da Missão ou dos Lazaristas — recebeu-nos fidalgamente, a nós e ao Pe. Francisco Vale, C. M., que nos acompanhava, em nome da Congregação. Ficamos devendo ao Pe. Clóvis Passos a confiança absoluta que nos deu para as pesquisas no Arquivo e na Biblioteca da casa, durante as duas semanas que lá passamos. Em Belo Horizonte, nosso programa incluía pesquisas em obras da Biblioteca Pública de Minas Gerais, cujo Diretor, o escritor Eduardo Frieiro, nos foi de muita valia, mercê de seus profundos conhecimentos dos antigos cimélios da história e da literatura mineiras; em documentos do Arquivo Público Mineiro, onde seu Diretor, o documentarista Dr. João Gomes Teixeira, teve a gen-



tileza de pôr à nossa disposição o imenso acervo da casa de Xavier da Veiga, ao mesmo tempo que nos cedia a série quase completa da hoje rara *Revista do Arquivo Público Mineiro*; e entrevistas com “experts” da história de Minas e do Caraça, tais como os Profs. João Camilo de Oliveira Tôrres, Antônio Lara Resende, Côn. Francisco B. de Sequeira, Pe. Antônio da Cruz, C. M., e o Sr. Vicente Carsalade, Presidente da A. E. A. L. A. C. (Associação de Ex-Alunos Lazaristas e Amigos do Caraça). Em Ouro Preto, estivemos no Museu da Inconfidência, à procura do Côn. Raimundo Trindade, mas quem nos atendeu foi o competente Diretor, Prof. Orlandino Seitas Fernandes. Recebidos em Mariana, no velho Seminário, pelo seu Reitor, Pe. Manuel Carlos, C. M., tivemos acesso ao Arquivo da Cúria Metropolitana, franqueado por D. Oscar de Oliveira, Arcebispo local e eminente cultor da história eclesiástica brasileira, assim como trabalhamos no Arquivo dos Cartórios de Mariana, da DPHAN, cujo representante, o Sr. Antônio Ferreira de Moraes, muito versado na documentação setecentista, colaborou e orientou nossa pesquisa, de tal forma que nos fez atinar com o valioso *Códice 328*, até agora absolutamente inédito, e que permitiu darmos ao nosso trabalho a oportunidade de revelar elementos inteiramente novos da história da cultura de Minas Gerais. Em Diamantina, pudemos contar com a ajuda do Pe. Raimundo Gonçalves, C. M., que exumou dos Arquivos locais documentos igualmente inéditos sobre o Irmão Lourenço, que aparecem nesta tese. Prosseguindo nossas andanças de pesquisador, descemos até ao Rio de Janeiro, com o destino do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional; perlustamos, com a benévola assistência do ilustre historiador Dr. José Honório Rodrigues, Chefe da casa, as secções onde residiam os documentos de nosso interêsse, mas a safra da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional,

com o auxílio do Sr. Darcy Damasceno, resultou mais compensadora; por outro lado, as entrevistas obtidas com os Drs. Afonso Pena Júnior e Joaquim de Sales, venerandos ex-alunos do Colégio do Caraça, ofereceram sugestões de alto conteúdo humano ao nosso trabalho. O mesmo iria acontecer na colheita do depoimento do Dr. Tito Lívio da Silva Pontes, de Monte Santo de Minas, um dos preclaros remanescentes da tradicional Escola. Já de volta para Assis, detivemo-nos em São Paulo, primeiro para estarmos com Mons. Manfredo Leite, outro respeitável filho do Caraça, e depois para estudarmos nas Bibliotecas Municipal, do Colégio São Luís, do Mosteiro de São Bento, do Instituto Histórico e Geográfico e do Convento dos Franciscanos. E procedemos ao levantamento, à base de microfilmes, de interessante material bibliográfico e documentário na Biblioteca da nossa Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi-nos muito útil o contato que mantivemos com o abalizado historiador Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em cuja Biblioteca tivemos ensejo de trabalhar com muito fruto.

Sendo-nos impossibilitada a viagem de estudos a Portugal, que reputávamos imprescindível, mas que não se deu por falta de verba, segundo comunicação do Ministério de Educação e Cultura, mantivemos correspondência com o Dr. José Maria Mendonça Cortez, erudito português, que dentre seus labôres científicos tem reservado um empenho notável em desvendar o segredo das origens do Irmão Lourenço de Nossa Senhora; com as autoridades eclesiásticas de Lamego, de São João da Pesqueira e de Nagoselo do Douro, em Portugal; e com elemento especializado em documentação, junto aos Arquivos vaticanos.

Dado o seu delicado estado de saúde, não foi solicitada ao Pe. Pedro Sarneel, C. M., Arquivista Geral da

Congregação da Missão no Brasil, uma colaboração imediata. Mas, nossa correspondência com o autor do *Guia Sentimental do Caraca* foi assídua, deveras profícua.

No entanto, a realização de tôdas as etapas do nosso programa trienal de trabalho não teria sido possível não fôra a irrestrita e até comovedora colaboração, de um lado, do Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Catedrático de História do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, e orientador desta tese, e do outro, do Prof. Dr. Antônio Augusto Soares Amora, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Ao primeiro, ficamos a dever uma gratidão profunda, pelo carinho, zêlo e paciência com que se houve conosco na orientação dêste trabalho, desde sua primeira página até o último retoque, durante dois anos seguidos, em entrevistas demoradas, quando lhe roubávamos o tempo precioso, que jamais nos foi regateado, assim como não poupou um só momento sua imensa cultura e superior descortino em ministrar-nos o pábulo espiritual que lhe íamos buscar. Nem é menor a mesma profunda gratidão ao segundo, tão viva está no coração, porque foi o animador otimista dos nossos anelos nas sendas da carreira universitária, estadeando sempre diante de nossa marcha a sua bandeira do ideal e da dignidade profissional, como um guião exemplar e incansável, em nossa Faculdade de Assis, obra sua, que ajudamos a construir desde a primeira hora, com sinceridade e devotamento.

A todos aquêles nomes, que citamos neste pórtico do nosso trabalho, assim como às instituições, públicas e particulares, que permitiram nosso acesso e nos deram sua colaboração, queremos reiterar, mais uma vez, o nosso muito obrigado.

*Assis (São Paulo), 1.º de novembro de 1961.*



*O Irmão Lourenço de Nossa Senhora*

(Segundo um quadro a óleo existente no Caraça, em foto do Sr. Antônio Lara Resende.)

AS MINAS GERAIS  
E OS  
PRIMÓRDIOS DO CARAÇA



## CAPÍTULO I

### *As Minas Gerais do Século do Ouro*

*Ella me fez  
o leito d'oiro  
E fez-me entrega  
do seu Thesoíro.*

Pe. SILVÉRIO RIBEIRO DE CARVALHO, dito  
o do Paraopeba — (*Trovas Mineiras*)

QUANDO, em seu mundo de magia, o aborígene da terra viu a "itaverava-uçu" — a "Sabarabuçu", a Serra "que resprandece", de Guillén (1) — o português, recém-chegado a São Paulo de Piratininga do seu outro mundo messiânico dos grandes descobrimentos marítimos, acreditou nêle; e, logo depois, também o espanhol, igualmente chegado ao planalto, que acrescentou aos relatos míticos dos fura-matos ameríndios aquêlê complemento quixotesco do amor ao fabuloso, que doma o sonho até

---

(1) "Socedeu agora — conta o aventureiro espanhol Felipe Guillén a El-Rei D. João III — que este março passado vierô a Porto Seguro negros dos que vivem junto de hû gram rio, alem do qual dizem que esta hûa sera junto delle que resprandece muito e que he muito amarela." (Da Carta de 20 de julho de 1550, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, de Carlos Malheiros Dias [et alii], Pôrto, Litografia Nacional, 1924, 3 vols., t. III, pág. 359). — Também Gabriel Soares de Souza, "capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de S. Francisco", andando à sua busca, conta "que entrando bem pelo sertão desta terra há serras de cristal finíssimo, que se enxerga o resplendor delas de muito longe, e afirmaram alguns Portuguezes que as viram que parecem de longe as serras de Espanha quando estão cobertas de novo". (*Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasíliana), 1938, 3.ª edição, pág. 430).

fazê-lo realidade. Foi assim que o bandeirante — mameleuco que era a soma do índio, do português e do castelhano — sentiu-se tangido a ir procurar, nas profundezas dos “gerais sem tamanho”, a misteriosa montanha de prata ou esmeraldas: “acharia o que procurava — dizia um dêsse iluminados — ou morreria na empreza” (2).

Eis que a nostalgia da selva espicaça o bugre que reside dentro dêle a retornar à floresta nativa donde partira; a ambição ibérico-semítica esporeia-lhe a vontade para se atirar à demanda do tesouro fabuloso. E êle parte para a aventura, deixando para trás os pagos pobres de Piratininga:

Parte enfim para os serros pertendidos,  
Deixando a pátria transformada em fontes,  
Por térmos nunca usados, nem sabidos,  
Cortando matos, e arrasando montes,  
Os rios vadeando, mais temidos,  
Em jangadas, canoas, balsas, pontes,  
Sofrendo calmas, padecendo frios,  
Por montes, campos, serras, vales, rios (3).

Esta oitava epopéica foi inspirada no feito bandeirante mais típico — a expedição de Fernão Dias Pais — e festeja o seu venerando herói.

(2) O historiador Sérgio Buarque de Holanda, em sua tese *Visão do Paraíso* (São Paulo, ed. do Autor, 1958), dedica todo o cap. III — “Do Eldorado à Serra da Prata” — ao motivo histórico e fabuloso da Serra Resplandescente.

(3) Em 1689, surgiu um poema épico em oitava rima, intitulado *Descobrimto das Esmeraldas*, cujo autor é o poeta Diogo Garção Tinoco, pessoa que seria vinculada a Fernão Dias Pais e aos paulistas. Não há qualquer dado sôbre a vida dêsse príncipio cantor das façanhas heróicas do Governador das Esmeraldas, de modo que já desde seu nome surgem as dúvidas. Diogo de Vasconcelos, o autor da *História Antiga das Minas Gerais* (Rio de Janeiro, Imp. Nacionai, 1948, 2.<sup>a</sup> ed., 2 vols., t. I, pág. 65), admite a grafia *Garção*, enquanto que Afonso de E. Taunay oferece duas versões: *Grasson* e *Garção*. Aliás, o *Fundamento Histórico*, de Cláudio Manuel da Costa, grafa *Grasson*. De acôrdo com a declaração de Cláudio,



Apesar de velho, mas habituado às agruras da vida do sertão, Fernão Dias toma a Matias Cardoso de Almeida como seu imediato, leva consigo a seu genro Manoel de Borba Gato, ao filho legítimo Garcia Rodrigues Pais, ao filho bastardo José Pais e a muitos paulistas e grande número de índios e tapanhunos e parte de São Paulo, em 21 de julho de 1674, para o interior, à caça de esmeraldas. Nem é preciso detalhar o esforço sôbre-humano do velho bandeirante, nessa comovedora expedição de tantos anos de trabalhos, sofrimentos, esperanças e desilusões, que acabaram por lhe consumir a vida. Em seus pousos forçados, Fernão Dias plantava roças para garantir a subsistência de sua bandeira. Êsses pousos — segundo Pedro Dias Pais Leme, neto do bandeirante (4) — foram Ibituruna (na futura comarca do Rio das Mortes, a primeira povoação que se fundou em Minas, Santana de Paraopeba, o Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Itacambira, Itamarandiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serra Fria. Escalas de roteiro, essas localidades vieram a servir às expedições posteriores e se tornaram povoações. “Saindo das nascentes do Rio das Velhas — explica Basílio de Magalhães a rota seguida

---

que leu o “poema manuscrito de Diogo”, (*Fundamento Histórico*, abrindo o poema *Vila Rica*, in *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa*, Rio de Janeiro, H. Garnier (ed. João Ribeiro), 1903, 2 vols., t. I, pág. 175), não se pode pôr em dúvida a existência do poeta, nem subsistem as alegações de que o sobrenome *Tinoco* seja um criptônimo de *Coutinho* (Domingos Cardoso Coutinho), que refere o linhagista Pedro Taques de Almeida, em sua *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. (São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, t. III, pág. 270.) (V. Martins de Oliveira, *História da Literatura Mineira*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1958, págs. 47-8).

A oitava citada pertence ao poema de Diogo Garção Tinoco, de cuja obra ficaram apenas as estrofes 4, 27, 35 (citada) e 61, que aparecem no *Fundamento Histórico*. (Cit., págs. 175 a 179).

(4) V. Roberto Southey, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria B. L. Carnier, 1862, 6 vols., t. V, pág. 60. Em nota *infra*, à mesma página, escreve textualmente o historiador inglês: “A memória, donde extrai estas particularidades, foi escrita em 1757 por Pedro Dias Pais Leme, neto do descobridor, e seu sucessor no cargo de guarda-mor proprietário”.

acima por Fernão Dias (5) — a leva rumou para o norte, como o indicam os nomes dos derradeiros pousos, buscando sucessivamente a serra de Itacambira e as cabeceiras do Itamarandiba, atravessando o vale do Jequitinhonha e subindo o afluente do Araçuaí, atingindo desse modo, em arremetida extrema, à lagoa de Vupabuçu e ao Sêrro Frio." Mas, o retôrno se fêz imperativo, porque o chefe e grande parte dos seus homens estavam atacados de maleitas, acabando o velho chefe por sucumbir no Sumidouro, às margens do Rio das Velhas, em 1681, mas portando consigo as ambicionadas pedras verdes, que tão alto preço lhe custaram e que êle supunha fôssem esmeraldas.

A expedição de Fernão Dias Pais, quanto às riquezas que pretendeu revelar, significou muito pouco. Mas, os seus efeitos foram maravilhosos, em virtude de ter explorado uma zona mais ampla do coração da terra mineira, onde estavam escondidos tesouros incalculáveis, logo depois revelados por outros paulistas. Calógeras assim resume o seu imenso significado: "Três sertanistas, que a acompanharam, entretanto, estabelecem o contacto com o período das pesquisas do ouro: Matias Cardoso, pelo estabelecimento franco da estrada que ligou as minas aos currais de gado do São Francisco, na Bahia; Borba Gato, cujo nome está indissolúvelmente unido ao devassamento da zona do Rio das Velhas; e Garcia Rodrigues Pais, a quem se deve a abertura da via de comunicação mais rápida das minas com o Rio de Janeiro" (6).

O efetivo devassamento dos sertões das Minas Gerais e a maior parte dos achados das suas principais jazidas de ouro foram obra dos bandeirantes paulistas. Se "viviam de côrso — na interpretação cidadinista do poeta

(5) *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliiana), 1935, 2.<sup>a</sup> edição, pág. 102.

(6) *As Minas do Brasil e sua Legislação*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1904-5, 3 vols., t. 1.<sup>o</sup>, pág. 45.

José Elói Otoni (7) — preferindo os incômodos de uma existência precária à honra do trabalho e às vantagens da indústria”, nem por isso foi menos meritória a primícia daqueles feitos heróicos, pois “discorrendo por entre a grande extensão destas quatro comarcas — exalta-os, em 1773, o poeta Cláudio Manuel da Costa no *Fundamento Histórico* com que abre o seu poema *Vila Rica* (8) — apenas se achará rio, córrego, ou serra, que não devesse aos paulistas o descobrimento de suas faisqueiras, e êstes são os serviços com que se têm acreditado, além de muitos outros, os naturais da cidade de São Paulo” (9).

Com efeito, foi isso o que aconteceu. As esmeraldas e a prata, tão ansiosamente pesquisadas, não se ofereceram. Foram o ouro e os diamantes que êles descobriram ou ajudaram a achar, “os únicos que, com bom sucesso”, sabiam ir aos descobrimentos de minas de ouro, segundo os dizeres da carta de 14 de outubro de 1718, que o Rei de Portugal dirige ao Conde de Assumar. Bom sucesso assiste a Antônio Rodrigues de Arzão, quando, embrenhando-se pelos sertões da Casa da Casca, lá pelas alturas de 1692, atina com areias auríferas, enche os

(7) “Memórias sôbre o Estado Atual da Capitania de Minas Gerais”, in *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1912, vol. XXX (1908), pág. 311.

(8) *Fundamento Histórico*, cit., pág. 162.

(9) Este azêdo comentário do Desembargador José João Teixeira Coelho parece ter a intenção de replicar à asseveração ufanista do autor do *Fundamento Histórico*: “Não me cansarei de mostrar quaes forão os primeiros descobridores das Minas, tanto porque faltão monumentos authenticos, individuaes deste descobrimento, reduzindo-se a maior parte delles a Relaçens manuscriptas que conservão alguns particulares (seria uma delas a memória de Bento Fernandes Furtado de Mendonça), como nenhum interesse rezulta ao Estado de similhantes averiguaçoens, que uunicamente podem servir de gloria aos descendentes dos mesmos descobridores. Questionem elles sobre esta materia inutil, emquanto eu desprezando as suas caprichozas contendas, me occupo na exposição daquelles factos, que são essenciaes ao fim a que se encaminha esta obra, qual he o interesse publico.” (*Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, in *Revista do Arquivo Público Mineiro* (R. A. P. M.), ano VIII, fascs. I e II, pág. 455).

seus alforges e vai comunicar ao capitão-mor do Espírito Santo o seu achado; bom sucesso obtêm Bartolomeu Bueno de Siqueira e seu cunhado Manuel Ortiz de Camargo, que demandam a Serra de Itaverava, e o genro do segundo, Miguel Garcia, que descobre o Gualacho do Sul e mais os ouros da Serra do Itatiaia, em 1696. As bandeiras, estimuladas, insistem e eis a de Manuel Garcia Velho incursionando na zona do Tripuí, enquanto que Belchior Barregão e Bento Leite chegam ao Itacolomi, e Salvador Fernandes Furtado vislumbra as primeiras pintas no frio e umbroso Ribeirão do Carmo, de que João Lopes de Lima partilhará no último ano do século; o taubateano Antônio Dias de Oliveira arriba à zona do Ouro Prêto, mais o Padre-Vigário João de Faria Fialho, e manifestam as mais ricas jazidas da região; Francisco e Antônio da Silva Bueno topam com as minas do Campo Grande; Tomás e João Lopes de Camargo as localizam no futuro arraial dos Paulistas; Félix de Gusmão Mendonça e Bueno, no Passa-Dez. Dir-se-ia que os generosos veios estavam apenas à espera dêses desbravadores afortunados. E êles iam chegando e, como na fábula, tudo o que tocavam virava ouro: Gualacho do Norte, Brumado, Sumidouro, Rio Pardo, Guarapiranga, Rio das Mortes, Aiuruoca — eis outros tantos nomes prodigiosos, que, à guisa de um repique de bando, fizeram afluir do burgo garoento e quieto de São Paulo outros paulistas alvoroçados:

“Vês os Pires, Camargos e Pedrosos,  
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos,  
Lemes, Toledos, Pais, Guerras, Furtados,  
E outros que primeiro assinalados  
Se fizeram no arrôjo da conquista” (10).

Principalmente depois do manifesto oficial que, nos princípios de 1695, Carlos Pedroso da Silveira fizera ao

(10) *Vila Rica*, canto VI (*op. cit.*, pág. 216).

Governador Sebastião de Castro Caldas (11). Agora, o roldão dos aventureiros não era só dos paulistas: êles começaram a afluir de tôda a parte, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, das outras regiões da Colônia, da Metrópole e, mesmo, do estrangeiro. “A exuberante cópia do ouro destas minas — conta Simão Ferreira Machado, no *Triunfo Eucarístico* (12) — deu logo um estrondoso brado cujos ecos soaram nos mais distantes e recônditos seios de tôda a América; alteraram a muitos moradores do Brasil a cultura dos campos; fizeram outros

---

(11) O art. 3.º da Carta Régia de 15 de agosto de 1603 (a primeira legislação sobre minas que regeu os descobertos das Minas Gerais) obrigava êsse manifesto oficial: “E depois de o descobridor tirar metal da dita Mina será obrigado a aparecer com êle, e o manifestar ao Provedor presente ou ao seu escrivão dentro de 30 dias por juramento que lhe será dado”. (V. Barão de Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliana), 1944, 2 vols., 1.º tomo, pág. 144.) Aliás, a Carta Régia de 1603 segue o ditame mais antigo das Ordenações do Reino, que estatui: “...achando uma pessoa uma vêa, o fará saber ao Juiz do lugar, que irá ver com o Escrivão da Camara, para registro no livro competente, dando-se certidão.” (Tit. XXXIV, § 2.º, do *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal* (Recopilação por mandado D’El-Rei D. Felipe I), Rio de Janeiro, Instituto Filomático, 1870, 14.ª edição, pág. 453.)

(12) *Triunfo Eucarístico* é o nome de um pequeno livro do século XVIII, escrito pelo lisboeta Simão Ferreira Machado, residente em Minas, e publicado na Capital do Reino, pela primeira vez, em 1734. Descreve o opúsculo, em sua linguagem fortemente empolada, segundo o gosto gongórico da época, as suntuosíssimas festas realizadas em Vila Rica, no dia 24 de maio de 1733 — comemoração da Ascensão do Senhor — quando se deu a trasladação do Santíssimo Sacramento, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a nova Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. O *Triunfo Eucarístico*, bem como o *Aureo Trono Episcopal*, embora não escritos por mineiros, são livros pioneiros da literatura montanhesa, desde o século I da colonização de Minas Gerais, e “atestam — na opinião de Mário de Lima — em seu empolado e precioso estilo, o grau da riqueza da Capitania de Minas, naquele tempo, e o ardor das crenças religiosas do povo, perpetuados nos soberbos templos, então erigidos. Embora de medíocre valor literário, pelo preciosismo da linguagem e pela vacuidade de conceitos, êsses dois livros são documentos de inegável importância histórica, que estadeiam a opulência daqueles tempos e o prestígio e o valimento da religião no meio social da Capitania.” (*Coletânea de Autores Mineiros*, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1922, vol. I (História-Oratória), págs. 5-6.)

vacilantes; a muitos nos cabedais inferiores, e outros oprimidos da necessidade fizeram sair a êste Zênite das riquezas; convidando a uns com esperança de melhora, a outros com princípio de prosperidade: e porque os primeiros habitantes do trabalho do caminho passaram logo à felicidade da fortuna, quase ao mesmo tempo, ou com pouco intervalo, vendo, e habitando a terra, e possuindo a afluência do ouro, em breve tempo das cidades, e lugares marítimos sobreveio inumerável multidão; uns com cobiça de fácil fortuna, outros anelando remédio à necessidade" (13). É o *rush*, a arremetida coletiva de tôda a gente à cata do ouro, que, "guardadas as relações do tempo, de facilidade de comunicações e de outras circunstâncias, foi, talvez, mais notável do que os do século presente [o século XIX, em que escrevia o autor], provocados pelos descobrimentos de ouro na Califórnia, na Austrália e no Transvaal" — depõe Orville Derby (14).

A vida modorrenta da Colônia transforma-se como por encanto. As atividades agrícolas, geralmente sedeadas no litoral, quase chegam ao colapso. A nova mentalidade "mineira" se sobrepõe à do trato da gleba e a produção dos engenhos de açúcar cai impressionantemente: é que o braço escravo vai ser empregado mais fácil e rendosamente nas faisqueiras das montanhas centrais e o preço alto pelo qual se lhe paga obriga os senhores de engenho a vendê-lo, quase inevitavelmente (15). E, no fim, senhores e escravos acabam igualando-se, ao lado dos outros forasteiros, nativos e de além-mar, na marcha para as minas, peijando as estradas,

(13) "Triunfo Eucarístico", in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascs. 3.º e 4.º, pág. 994.

(14) "Os Primeiros Descobrimientos de Ouro em Minas Gerais", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (R. I. H. G. S. P.), vol. V. (1899-1900), pág. 240.

(15) V. R. Southey, *op. cit.*, vol. V, págs. 82-83; André João Antonil, *op. cit.*, pág. 220.

advindos do sul, pelo Caminho Nôvo de Garcia Pais, ou pela Mantiqueira, para as zonas auríferas do Rio das Mortes, do Tripuí e do Ribeirão do Carmo, ou chegados do norte, pelas veredas terrestres do gado e pela via fluvial do São Francisco, indo dar nas Minas Novas do Fanado, no Sêrro do Frio, no vale do Rio das Velhas. “É um período nôvo de história que se inaugura. — escreve Pedro Calmon (16) — Não mais a guerra ao índio, dos mamelucos, ou a paciente lavoura, do Recôncavo; porém, à imitação do que ocorrera no Peru e no México, a invasão, o deslocamento maciço, a improvisação dos arraiais, a violência e o delírio da procura dos ribeirões auríferos, do esbulho dos incautos, do predomínio dos poderosos — através do vasto território já pequeno para tanto povo”. O historiador bahiano inclui depoimentos do Governador Artur de Sá e Menezes, afirmando existir, já em 1697, no Caeté, quatro mil forasteiros; de Felipe de Barros Pereira, amanuense do Guarda-Mor Garcia Rodrigues Pais, que, em carta de 1705, orçava em cinquenta mil os “mineiros” (17). E, talvez um pouco antes, Antonil assim os estimava: ... “dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram tôdas, dizem, que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros de ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos de mar” (18).

(16) *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1959, 7 vols., t. III, pág. 960.

(17) *Idem, ibidem*, pág. 960.

(18) *Op. cit.*, pág. 213 — É tal a ocorrência de gente para as Minas que El-Rei toma providências drásticas para contê-la. A primeira delas é a ordem “para nas minas se tomar por perdido tudo o que a ellas fosse da Bahla” (Carta de D. Rodrigo da Costa, de 20 de outubro de 1702, in

Para essa gente, as Minas afiguram-se uma nova Canaã. Uma Canaã pouco pastoral entretanto, uma Canaã em que os rios não são de leite e de mel, como nos Livros Santos, mas correm gordos de lama, sedimento do trabalho milenar das águas sôbre as rochas folheadas da chamada “série de Minas”, que acabam por arrastar para o fundo o pó pesado e fulvo do precioso metal: os Páctolos dourados da lenda irão ser encontrados agora no áspero sertão brasileiro.

Nos primeiros anos do ciclo aurífero, distribuídas devidamente as “datas” (19), a fortuna sorri dadivosamente a todos: os paulistas, os primeiros a chegar, vão tirando o fácil ouro de lavagem, empunhando as suas bateias e peneirando o cascalho dos ribeirões; ou, então, trabalham com almocafres ou picaretas os filões superficiais. É a fase pioneira da mineração, que vai durar pouco tempo, porque êsse ouro de lavagem começa logo a escassear. Então, a lavra passa para as margens dos ribeirões — para os “tabuleiros” — onde principia a labuta mais penosa: cava-se, às vêzes profundamente, no terreno sedimentar, até se achar o cascalho, rico de possibilidades. Mas, como que negaceando, o ouro vai rareando nas “catas” dos tabuleiros, obrigando os homens a grimpar perigosamente as encostas, fincando as unhas e os ferros nas “grupiaras”, nas “catas altas” das rochas em decomposição, que vão se transformando em verdadeiras barrocas, pelas grandes excavações que exigem. Mais expertos e dispondo de maior mão de obra, os forasteiros europeus, já em 1707, introduzem o “des-

---

*Documentos Históricas*, da Biblioteca Nacional, vol. XI, pág. 296); presumia-se que, dificultando o abastecimento aos aventureiros, êstes desistiriam da busca do ouro, à lembrança da fome recente que assolara as Minas. Mas tudo foi debalde, como provam as outras ordens régias no mesmo sentido emanadas da Córte de Lisboa. (V. Southey, *op. cit.*, t. V, pág. 330.)

(19) V. “Manual do Guarda-Mor” (Composto por Manuel José Pires da Silva Pontes), in *R. A. P. M.*, VII, págs. 357-370.



monte" hidráulico. Em lugar de abrir catas e conduzir para o rio o cascalho, despejam jorros d'água sôbre os montes de terra aurífera, cavando e "desmontando" a terra dentro da mesma água, de modo que sômente o cascalho do ouro fica e é lavado numa calha de pedra ou de madeira — a "canao" ou corredeira — onde panos felpudos, couros de boi ou de cabrito, retêm os grãos pesados de ouro, que logo o meneio da bateia apura com facilidade (20). Daí a razão pela qual as correntes d'água começarão a ser motivo de disputa acirrada entre os mineradores e nessa luta os poderosos sempre acabam por levar a melhor, não obstante El-Rei baixar, nos tempos do govêrno do Conde de Assumar, um regimento das águas (24 de fevereiro de 1720). Essas mesmas águas tão disputadas das elevações, captadas e conduzidas pelos alcatruzes e pelos "bicames", a cavaleiro dos lavrados,

---

(20) V. Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, Lisboa Ocidental, Of. Joseph Antônio da Silva, 1730, livro VIII, pág. 66. Para o movimento d'água nos desmontes surgiram algumas técnicas mais aperfeiçoadas, como aquela da "roda", inventada em 1711 por um clérigo, "vulgarmente chamado o *Bonina Suave*", que é assim celebrado no *Villa Rica*:

"Tu por emprêsa, nobre engenho, tomas  
Fabricar inda o esférico instrumento,  
Que o trabalho fará menos violento."

(Canto VI)

Sômente em 1725, porém, é que essa máquina seria melhorada por um tal Manuel Pontes, que teria alcançado privilégio para fabricá-la. (V. Sérgio Buarque de Holanda, *História da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, 2.º vol., pág. 275.) Por sua vez essa gerigonça de Manuel Pontes não deveria ser muito mais aperfeiçoada que o "rosário", que o naturalista Domingos Vandelli descreve assim: "(...) e como destes (poços) não tem sahida as Agoas, costumão tiralas com huma especie de nora, que he das antigas maquinas, a que os mineiros chamão *rozário* pelo feitio e união dos alcatruzes unidos com cadeyas". ("Sobre as Minas de Ouro do Brazil", in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XX (1899), pág. 271.) Em todo o ciclo do ouro, mesmo na fase aguda do descenso de sua produção, não se inventaram melhores máquinas na indústria mineradora, a não ser o engenho de pilões, que surge, em 1733, nas terras do Pe. Manuel Gomes Neto. (V. *Hist. Civ. Brasil.*, cit., pág. 275.)

passarão a ser chamadas pelo povo a “alma do ouro” (21). Agora, o lavrado se desloca para o morro — onde, no princípio do ciclo, somente se trabalha na estação das cheias, por ficarem impraticáveis os rios de mineração — para a montanha, em que as pesquisas tendem a estabelecer-se, quanto mais se esgotam os ouros do leito dos ribeirões ou mais difícil o meneio nas águas mais abundantes das lavras que se vão distanciando das nascentes.

A qualidade do ouro varia de lavra para lavra (22). Há os ouros puros e os ouros “inficionados”. Entretanto, “inficionados” não são os teores mais exóticos do precioso metal, senão também os córregos faiscados por mineradores adventícios: acirra-se o ódio, cada vez mais intenso de parte a parte, e vai “inficionando” mais os corações que os ouros e os rios... “Fomentou este ódio com mais vigor — denuncia apaixonadamente o primeiro memorialista da “Colesam das Notícias” do *Códice Costa Matoso* (23) — o poder, e respeito, que os Paulistas lo-

(21) V. “Regimento das Águas”, de 24 de fevereiro de 1720, in Southey, *História do Brasil*, cit., págs. 326-7; V. ainda Miran de Barros LALIE, *As Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Livreria Agui Editora, 1960, 8.ª edição, págs. 60 a 102.

(22) “Quanto às qualidades do ouro — assim as discrimina ANTONIL — sabe-se que o ouro, a quem chamam preto, por ter na superfície uma cor semelhante à do aço, antes de ir ao fogo, provando-se com o dente, logo aparece amarelo vivo, gemado, e é o mais fino porque chega quase a vinte e três quilates, e quando se lhe põe o cunho na fundição, faz grêta na barreta, como se arrebentasse de todas as partes; e por dentro dá tais reflexos, que parecem raios de sol. O do ribeirão é mais miúdo, e mais poime, e compete na bondade com o ouro preto, por chegar a vinte e dois quilates. O ouro do ribeiro de Bento Rodrigues, pósto que seja mais grosso, e palpável, e bem amarelo, contudo não tem a perfeição do ouro preto, e do ouro do ribeirão, mas quando muito chega a vinte quilates. O ouro do ribeiro do Campo, e o do ribeiro de N. S. do Monerrate é grosso, e muito amarelo, e tem vinte e um quilates e meio. O ouro do Rio das Velhas é finíssimo, e chega a vinte e dois quilates. O ouro finalmente do ribeiro de Itatiaja, é de cor branca, como a prata, por não estar ainda bem formado, como dissemos acima, e dêste se faz pouco caso, pósto que alguns digam, que indo ao fogo às vêzes por mais formado, fol mostrando a cor amarela”. (Antonil, *op. cit.*, págs. 210 e 211).

(23) *Códice Costa Matoso* (Códice n.º 41, da Biblioteca Municipal de São Paulo), fls. 28-v.

gravão, como Pessoas principais, e fundadores das Povoaçoens e aumentados em riquezas, e veneraçoens dos favorecidos; causas que augmentão a inveja, e confirmão o mais fino e inveterado odio". Com efeito, como os naturais de São Paulo se instalaram nas Minas, "que descobriram e conquistaram à custa de suas vidas e fazendas" (*Docs. Hists.*, XCIII, pág. 132), não lhes é agradável que se vejam sempre mais e mais às voltas com a concorrência dos aventureiros reinóis, que, secundados por um braço escravo mais numeroso e apadrinhados pelas autoridades portuguesas, melhoram, todos os dias, o rendimento de suas lavras. Os paulistas não podem sopitar o surdo ressentimento de uma situação que julgam injusta para eles. O grande conflito entre os descobridores e os advenas europeus não tardará a estalar: uma espingarda paulista, emprestada em Caeté a um emboaba, perdida ou extraviada intencionalmente, provoca revide do paulista Jerônimo Cardoso, perante Manuel Nunes Viana, o líder dos forasteiros. Ameaça de "abalroada" de um, réplica inflamada do outro, eis armados, em pé de guerra, os dois exércitos, dos paulistas e dos emboabas. Um frade trinitário apóstata, Frei Francisco de Menezes (24), antes caudilho e negociante que religioso e cristão, precipita a "guerra". De fato, promove êle as operações militares da primeira fase da contenda: ... "foi o que soprou o lume da discórdia" — assevera textualmente o historiógrafo Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (25).

A Guerra dos Emboabas aumenta a confusão e a anarquia em que jaziam as Minas, já antes do conflito.

(24) "(...) como foy um Religioso Trino, cujo nome não faltará qm diga (...)". (*Códice Costa Mafoso*, cit., fls. 28). Tal o horror do partido paulista pelo frade, que não lhe citam o nome. Também o poeta Cláudio Manuel da Costa o considera nefando nos versos do seu *Vila Rica*, quase setenta annos depois.

(25) "Memórias sobre a Capitania de Minas Geraes", in *R. A. P. M.*, VI, fascs. III e IV, pág. 782.

Desaparece a frágil estrutura de govêrno apenas esboçada por Artur de Sá e Menezes, os paulistas dispersam-se, as datas da mineração são abandonadas. Quando, depois de criada a Capitania de São Paulo e Minas Geraes (9-11-1709), o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho se empossa no govêrno, em São Paulo, em junho de 1710, estará formalmente acabada a Guerra dos Emboabas. O nôvo Governador é homem hábil, mas enérgico e equânime. Acomodadas as coisas na sede da nova Capitania, parte para as Minas Geraes: despede, em boa paz, o régulo Manuel Nunes Viana para os seus currais do Rio São Francisco, chama os emboabas e os paulistas ao pagamento dos quintos, nomeia indistintamente paulistas e reinóis para manter a ordem nos arraiais mais importantes (26), concede igualmente a uns e outros inúmeras sesmarias, e faz retornar às suas antigas datas os paulistas dispersos pela guerra.

Porém, na verdade, a grande preocupação da administração portuguesa nas Minas é a política fiscal. Para melhor aparelhar a máquina do govêrno, Antônio de Albuquerque cuida de estruturar uma organização municipal e judiciária. É assim que surgem, em 1711, as primeiras vilas mineiras: Vila do Carmo, Vila Rica e Vila Real de Sabará; datam também do ano de 1711, os provimentos das três primeiras Comarcas das Minas Geraes; a de Vila Rica, a do Rio das Velhas (em Sabará) e a do Rio das Mortes (em São João Del Rei). Competirá, porém, ao próximo Governador, D. Brás Baltasar da Silveira, a outorga do predicamento das novas Vilas do Rio das Mortes (São João Del Rei), do Príncipe (Sêrro do Frio), Nova da Rainha (Caeté) e do Pitangui (27).

---

(26) *R. A. P. M.*, XXI, fasc. II, pág. 279 *et seqs.*

(27) São estas as efemérides da criação das vilas mineiras: Vila do Carmo, 8 de abril (*Efemérides Mineiras*, de J. P. Xavier da Veiga, Ouro Prêto, Imp. Of. do Estado de Minas, 1897, 4 vols., t. II, pág. 32); Vila Rica, 8 de julho (*Efems. Mins.*, cit., t. III, pág. 67; Vila Real do Sabará,

Continua o Governador D. Brás Baltasar da Silveira a difícil tarefa de completar a pacificação das Minas e a disciplinação da cobrança dos direitos do ouro. Como se sabe, os “quintos del-rei” — os 20% do ouro que competiam ao rei (28) — eram cobrados mediante a apresentação do metal extraído. O “mineiro” apresentava tôda a sua produção e a Real Fazenda fazia a competente dedução. Mas, cada vez mais foi se tornando mais difícil, em virtude da má vontade geral dos mineradores, o cumprimento dessa exigência. Chegou-se então à conclusão de que era preferível “calcular” os direitos do rei pelo número de escravos (ou bateias, à razão de dez oitavas por unidade) ou pela contribuição oferecida pelas Câmaras (por exemplo, trinta arrôbas anuais prometidas pelas três Comarcas). D. João V aprovou, em princípio, o sistema da cobrança fiscal por bateias (Carta Régia de 24 de julho de 1711). Porém, o sistema não resultara muito prático e D. Brás conveio com as Câmaras em suspendê-lo, declarando-se pela aceitação das trinta arrôbas, eqüitativamente distribuídas entre elas: doze para Vila Rica, dez arrôbas e 22 libras para Sabará, e cinco arrôbas e cinco libras para São João Del Rei. Em compensação, dava livre trânsito ao ouro em pó, permitia-lhe a saída para fora da Capitania sem a revisão dos “regis-

---

17 de julho (*Efems. Mins.*, cit., t. III, pág. III.) No govêrno de D. Brás Baltasar da Silveira, erigiram-se mais as seguintes vilas: do Rio das Mortes (São João Del Rei), em 8 de dezembro de 1713 (“História do Distrito do Rio das Mortes”, de José Álvares de Oliveira (escrita entre 1747 e 1751, in *Relatos Sertanistas* (Coletânea de Afonso de E. Taunay), São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, pág. 115); Augusto Viegas, *Notícia de São João Del Rei*, Belo Horizonte, Imp. Of. de Minas Gerais, 1942, pág. 16; *Efems. Mins.*, cit., t. IV, pág. 313); Vila do Príncipe (Sêrro Frio), em 29 de janeiro de 1714 (*Efems. Mins.*, cit., t. I, pág. 107; *R. A. P. M.*, XVIII, pág. 601); Vila Nova da Rainha, no mesmo dia e ano (*Efems. Mins.*, cit., t. I, p. 107); e Pitangui, em 6 de fevereiro de 1715 (*R. A. P. M.*, ano II, fasc. I, págs. 90 e 91).

(28) No Livro II das Ordenações do Reino, no Título XXVI, que discrimina os direitos reais, assim se lê o § 16: “(...) Item (isto é, são

tros”, e nada mais exigia (29). A Côrte de Lisboa opôs-se ao entendimento, insistindo na cobrança das bateias, mas, diante da atitude obstrucionista ou contrária das Câmaras, o Governador, prudentemente, manteve a combinação das trinta arrôbas, *ad referendum* de El-Rei; quando

---

direitos reais), os vezeiros e minas de ouro, ou prata, ou qualquer outro metal.” (*Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, cit., pág. 441.) Ora, segundo a doutrina oficial da Coroa Portuguesa, além de pertencer ao fóro externo das leis decretadas por El-Rei, o direito real sobre as minas de ouro pertencia também ao fóro interno, pois obrigava em consciência o pagamento da quinta parte do ouro que se tirasse das minas. Essa doutrina do direito real era igualmente amparada por teólogos de nomeada, como, por exemplo, o Pe. Francisco Suarez, o grande moralista do século XVI. O notável jesuíta ensinava que os impostos pagos aos Reis e Príncipes por suas propriedades e rendas delas eram tributos reais, naturais, fundados na mais estrita justiça: “porque se cobram de coisas próprias dos ditos Príncipes, aos quais foram dados para sua sustentação; e elles as deram aos seus vassallos com a obrigação de lhes pagarem impostos ou pensões; são leis dispositivas e morais, e não puramente penais (embora admitam pena entre os contraentes); e, consequentemente, estas leis obrigam em consciência a pagar tais tributos e pensões inteiramente, espontaneamente, e sem diminuição alguma, ou engano, ainda que se não peçam porque são devidas de justiça comutativa, que traz consigo esta intrinsicca obrigação, se não houver pacto em contrário”. (“De Legibus” 1.5, cap. 13, n.º 2, *apud Antonil*, op. cit., págs. 231-2). Essa doutrina, de base enfiteutica, é esposada também por Antonil, que completa o arazoado de Suarez: “E d’este fundamento certíssimo se infere também certamente, que os quintos do ouro, que se tiram das minas do Brasil, se devem a El-Rei em consciência: e que a lei feita para segurar a cobrança d’êles, não é meramente penal, ainda que traga anexa a cominação da pena contra os transgressores; mas é lei dispositiva, e moral, e que obriga antes da sentença do juiz em consciência.” (*Op. cit.*, pág. 232).

É que muitos mineradores (principalmente sacerdotes e frades), sob a alegação de que as leis dos quintos eram simplesmente penais, não queriam considerar-se “em consciência obrigados” a pagar os direitos reais. Para eles o quinto do ouro era uma taxa, um imposto, mas não um direito. Residirá nessa dialética cavilosa toda a atitude dos religiosos egressos que se arremeteram às Minas nos primeiros anos do *rush*, resultando grandes dificuldades às autoridades coloniais na cobrança dos quintos. Eis a razão pela qual, a partir do governo do Conde de Assumar, a Coroa não os tolerará mais na Capitania. Com um bem engendrado silogismo, os frades mineradores viravam a cabeça dos povos e conduziam o descaminho dos ouros de El-Rei...

(29) R. A. P. M., ano VI, fascs. III e IV, pág. 858; *Relatos Sertanistas*, cit., pág. 116.

o govêrno dispusesse do aparato fiscal e policial necessário, as coisas entrariam nos eixos.

Essa foi a difícil missão que se propôs o Governador seguinte, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar. Desde logo, o nôvo Governador, homem de inteligência vivíssima e de astúcia nata, se apercebe de que carece lidar com habilidade com aquelas "gentes que por caminho nenhum se podem governar" (30), aquelas mesmas gentes que, diante do poder desarmado e condescendente do govêrno anterior, já se habituaram à prática dos motins, das desmandas e das sublevações. Começa a executar com jeito o acôrdo das trinta arrôbas e consegue, num golpe de arguta diplomacia, passar à Real Fazenda os direitos de entrada, compensando as Câmaras com o abatimento de cinco arrôbas da anuidade prometida. Contudo, a política da Côrte de Lisboa não está para essas contemporizações, já desaprovadas a Dom Brás Baltasar: A Carta Régia de 11 de fevereiro de 1719, chegada pela frota de maio do mesmo ano, cai como uma bomba sôbre os ânimos já quase amainados dos mineiros. El-Rei proíbe a saída do ouro não quintado dos limites das Minas, manda se erijam quantas casas de fundição sejam necessárias à quintagem drástica da produção aurífera e faz cessar, tão logo entre em vigor a Carta, tôda e qualquer forma de percepção dos quintos dantes experimentada: essa será feita sômente pela dedução do ouro depois de fundido e purificado em barras cunhadas, onde se exibam o valor e os quilates do metal.

Pode-se bem imaginar a efervescência sediciosa que se alastrou por tôda a Capitania, depois que D. Pedro de Almeida reuniu aquela junta dos provedores "e mais pessoas zelosas do serviço real", na Vila do Carmo, no

---

(30) Offício do Conde de Assumar a El-Rei, em 8 de janeiro de 1719. (V. Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, cit., vol. II, pág. 211).

dia 16 de julho de 1719, para lhes comunicar oficialmente o seu teor e solicitar-lhes sugestões sobre quantas e onde seriam instaladas as casas de fundição. Então, precavidamente, o Conde de Assumar já recebera da Metrópole um têrço de dragões de cavalaria e havia dado baixa a todos os oficiais de ordenança sem corpos. Era a primeira vez que um Governador podia dispor de um aparato militar regular, enfeixando em sua mão toda a autoridade e iniciativa que isso representava (31). E foi assim que, revelando a outra face de sua personalidade, de uma energia dura e implacável, o Conde levou no roldão de sua autoridade a insurreição dos negros de 1719, a abalroada de Pitangui, e a Sedição de 1720, de Vila Rica, de que resultaram a instituição efetiva das casas de fundição, a destruição do potentado Pascoal da Silva Guimarães e a cruel morte de Felipe dos Santos Freire.

Imputa-se muita coisa às violências dos tempos do Conde de Assumar. As tropelias dos seus ferros dragões ainda hoje assustam a memória dos mineiros. Talvez nasça dêsse temor a ojeriza que o povo de Minas conserva à farda e aos militares. Mas, a obra do Conde de Assumar foi positiva e restauradora. "Tendo-se enchido de razões — justifica-o Diogo de Vasconcelos (32) — apanhou a luva, e lutou: mas uma luta de centauros, como se pode fazer idéia dessa época, em que europeus e paulistas, índios e negros, sobretudo, os mamelucos davam à sociedade um aspecto de meio-humana e meio-bruta. E a missão histórica do Conde foi essa a de firmar o princípio da autoridade em bases independentes, e o regime da lei acima das paixões."

E é o mesmo historiador mineiro que verá no governo bonafioso de Dom Lourenço de Almeida o reflexo

---

(31) *R. A. P. M.*, ano XXIV, vol. II, págs. 673-4 (Carta de 1.º de julho de 1720).

(32) *História Antiga*, cit., vol. II, pág. 322.



da política mais que enérgica do Conde de Assumar (33). Então, o deslocamento do govêrno das duas Capitánias para Vila Rica fizera necessária a separação das Minas de São Paulo, medida que já fôra proposta por Dom Brás Baltasar e apoiada por Dom Pedro de Almeida. Dom Lourenço, em abril de 1721, estava nomeado Capitão-General das Minas Gerais (34).

A partir de 1723, nas lavras de cascalho aurífero do Tijuco — paragem que dependia da guarda-moria da Vila do Príncipe — começaram a ser notadas, de permeio com o ouro, certas pedrinhas reluzentes e duríssimas. Até então, os mineradores, que não lhes conheciam outra

---

(33) *Idem, ibidem*. Eduardo Frieiro, em seu livro *O Diabo na Livraria do Cônego*, escrevendo sôbre o Conde de Assumar, diz: "Coube ao Conde de Assumar, na governação das Minas do Ouro, uma função antipática: a de estabelecer a ordem no seio duma população que não conhecia a lei nem a justiça, abandonada ao arbtrio e à prepotência dos mais afoitos. Por haver impôsto a lei, com rigor e violência, incorreu na ira de todos, Paulistas e Portugêses, e adquiriu o título de tirano nas Minas." (*O Diabo na Livraria do Cônego*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1957, pág. 233); СΟΥΤΗΡΕΥ, em sua *História do Brasil*, refere-se às condições favoráveis que D. Lourenço de Almeida encontrou nas Minas para fazer um bom govêrno, graças à ação enérgica de Assumar. (V, pág. 320.)

(34) O Sr. Pedro Calmon afirma que, como não houve ato oficial, a nomeação de D. Lourenço de Almeida para a Capitania de Minas Gerais, em 6 de abril de 1721, vale como a data formal do desmembramento das duas Capitánias. (*História do Brasil*, cit., pág. 1018, *infra*.) Engana-se o historiador bahiano. Existe ato formal do desmembramento do território de São Paulo do de Minas, passando cada um dêles a formar uma capitania independente. Trata-se do Alvará de 2 de dezembro de 1720, de D. João V, em que, à base das opiniões favoráveis de D. Brás Baltasar da Silveira e de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, e das "informações que se tomarão de varias pessoas que todas uniformemente concordão em ser muito conveniente a meo serviço [dêle, D. João V] e bom govêrno das ditas Cappitanias de São Paulo e Minas e a sua melhor deferença que as de São Paulo se separem das que pertencem as Minas, ficando dividido todo aquelle districto que athé agora estava na jurisdicção de hum só Governador, em dous Governos e dous Governadores; Hey por bem que nas Cappitanias de São Paulo se crie hum novo Govêrno, e haja nellas hum Governador com a mesma jurisdicção, prerrogativas, e soldo de outto mil cruzados", etc. (Grifo nosso.) E o Alvará real prossegue, passando à determinação dos novos limites entre as duas capitánias desmembradas. (V. Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, cit., IV, pág. 288.)

utilidade, guardavam-nas como curiosidades ou as empregavam como tentos nos jogos de gamão. Eram diamantes, aquêles pequenos seixos desconhecidos! Exatamente porque só se cuidava então da extração do ouro e não era ainda conhecido o diamante, não se pode precisar onde teria sido êle descoberto ou achado pela primeira vez. Quem deteria a primazia do achado do diamante, no Tijuco? Quando se formula a pergunta, ocorrem alguns nomes, como os de Francisco Machado da Silva e sua mulher Violante de Souza (1714), Sebastião Leme do Prado (1725), Nicolau Gonçalves Fiúza, Manuel Nogueira Passos e Silvestre Garcia do Amaral (35). Mas, êsses pioneiros não significam uma resposta cabal à pergunta: carecem-lhes quaisquer comprovantes do feito. Por êsse lado, talvez mereça mais credibilidade a versão do primado do escalabitano Bernardo da Fonseca Lôbo, que teria sido o primeiro a manifestar as gemas encontradas em sua lavra de Morrinhos ao Ouvidor da Comarca do Sêrro do Frio, enviando, a partir de 1726, duas partidas de vinte e quatro pedras da melhor água ao Rei de Portugal (36).

O fato é que, já em 1729, os diamantes do Tijuco estão descobertos e explorados. O Governador, Dom Lourenço de Almeida, anula as cartas de datas em terre-

---

(35) V. a *Memória* escrita por Martinho de Mendonça de Pina e Proença, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (R. I. H. G. B.), t. LXIII, pág. 307, e na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VII, fascs. I e II, pág. 251 *et seqs.*, sob o título "Sôbre o Descobrimto dos Diamantes na Comarca do Sêrro Frio. Primeiras Administrações".

(36) *R. A. P. M.*, cit., pág. 254. O próprio Rei de Portugal é quem sanciona o primado de Bernardo da Fonseca Lôbo, em sua "rezolução" de 26 de fevereiro de 1734, declarando "ser o primr.º q.º no anno de 1723 descobrira os diamantes". (*R. A. P. M.*, ano II, fasc. II, pág. 273.) Por isso, "ha por bem fazer-lhe m.ºe de posto de Capp.m mor da V.ª do Principe em sua vida, dando rezidencia do d.º posto cada trienio e da propriedade do off.º de Tabellião da mesma V.ª do Principe", assim como dá tenças às irmãs de Bernardo. (*Idem, ibidem.*)

nos diamantinos e toma uma série de medidas em favor dos direitos da Coroa, entre os quais a capitação de 5\$000 por escravo empregado na mineração. Porém, logo em 1731, El-Rei suspende o regime de capitação e estabelece o arrendamento das lavras a prazo determinado, proibindo, sob pena de degrêdo para Angola e confiscação de todos os bens, o trabalho nessas lavras aos que não oferecessem lanços. Como se pode avaliar, o sistema não haveria de resultar eficaz, porque recrudesceram as colheitas ilegais e o contrabando das pedras. Novas medidas drásticas são tomadas pela administração colonial, havendo uma série de despejos e confiscos nos terrenos diamantinos, com as costumeiras ameaças de degrêdo para Angola, e se botando fora, aos que se acusa especialmente de serem os instrumentos mais eficazes dos descaminhos dos diamantes, e contra os quais se tomam medidas discriminativas de porte de armas (37). São igualmente proibidos de andarem na Comarca “frades dos que não têm licença de sua Majestade porque tem sempre mostrado a experiêcia que são os que persuadem os povos a fazerem desordens” (38), assim como se recomenda cuidado “com alguns clérigos que se achão na Comarca e revoltosos para os fazer despejar della se o merecerem, por se opporem, ou não obedecerem as ordens de Sua Majestade que é o que costumão querer sempre fazer” (39). Debalde o Ouvidor da Vila do Príncipe, Dr. Antônio Ferreira do Vale de Melo, pondera sôbre a inexequibilidade das medidas oficiais. Pelo menos nos primeiros anos, o Governador Dom Lourenço de Almeida — que é um servidor convicto do seu papel de representante do rei — mostra-se irredutível. O pitoresco, na tomada de posição das duas autoridades reinóis sôbre

---

(37) *R. A. P. M.*, ano VII, fascs. I e II, págs. 270-273.

(38) *Idem*, pág. 278.

(39) *Idem, ibidem*.

a política dos diamantes, é o empenho mal velado do Ouvidor em proteger as negras fôrras da Comarca e a teima (igualmente disfarçada) de Dom Lourenço em acusá-las...

Ao fim, o Governador vai chegando à conclusão de que precisa contemporizar. Então, ao lado do Ouvidor, agora é o próprio Capitão de Dragões Joseph de Moraes Cabral, chefe do Destacamento dos Dragões da Comarca do Sêrro do Frio, quem assume o amparo da causa dos "mineiros" e encaminha ao Governador a representação dos queixosos: Dom Lourenço cede um pouco, mas acaba por impor a capitação de 20\$000 por escravo (40), por sua conta e risco.

A Coroa estrutura tóda uma administração burocrática para o contrôle do negócio dos diamantes. Cria, em 1734, a Intendência dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, que tem a seu cargo a gerência das lavras diamantíferas, com alçada no cível e no crime. Como os limites das lavras não estão devidamente configurados, "para obviar a incerteza e confusão dos direitos dos concessionários de lavras auríferas e determinar a jurisdição das autoridades que se criavam e executar-se o novo regimento" (41), chega o especialista Martinho de Mendonça de Pina e Proença, para, em nome do Rei, proceder à demarcação das terras diamantinas: colocam-se padrões nas raias delimitadas e eis o Distrito Diamantino (42), verdadeira extravagância jurídica e administrativa: "Única na história — assim comentará a estranha instituição o viajante Von Martius (43) — é essa idéia de isolar uma comarca,

(40) *Idem*, págs. 329-332.

(41) Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1956, 3.<sup>a</sup> edição, pág. 70.

(42) *Memórias do Distrito Diamantino*, cit., pág. 71.

(43) J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional (trad. brasileira de D. Lúcia Furquim Lahmeyer), 1938, 3 vols., t. II, pág. 103.

na qual tôdas as condições civis estavam sujeitas à exploração de um bem da Coroa.”

Já então governava as Minas Gerais o Conde das Galveias (Dom André de Melo e Castro). No seu consulado ainda não se adota definitivamente o regime de capitação e se passa ao do arrendamento por braças. Mas a solução que a Côrte de Lisboa acaba por adotar é a da arrematação dos contratos da extração, que vai vigorar de 1736 a 1771, a famosa era dos contratadores, os Fernandes de Oliveira e os Caldeiras Brants, que sòmente findará com a administração direta da Real Extração, à implacável discrição do Livro de Capa Verde.

De qualquer forma, constringidos entre os arrochos fiscais do ouro e dos diamantes, os mineradores, que, até 1730, procuraram sòmente o fulvo metal, voltam-se, em grande parte, para a atividade mais nova e mais rendosa dos diamantes. “Grande número de habitantes da Vila do Príncipe e povoações circunvizinhas — conta Joaquim Felício dos Santos (44) — atraídos pela nova mineração vieram estabelecer-se no Tijuco com suas famílias, e o arraial começou a estender-se subindo pela vertente, em que estava situado, até a raiz das Gupiaras: assim se chama a parte mais elevada do flanco oriental do Morro de Santo Antônio.” O Arraial de Santo Antônio do Tijuco começa a viver o seu grande destino, logo deslocando do Sérro do Frio o centro demográfico, político e econômico da Comarca, principalmente depois que se vai crescendo da chegada de forasteiros de tôda a parte, principalmente portugueses, ávidos das riquezas fantásticas que a fama exagerada das gemas tijuquenses (45) lhes

---

(44) *Memórias do Distrito Diamantino*, cit., pág. 62.

(45) O bravo Capitão de Dragões Joseph de Moraes Cabral, escrevendo ao Governador D. Lourenço de Almeida, em 3 de junho de 1733, refere-se à descoberta de gemas inúmeras, “e huma dellas a mais preciosa, que se viu nunca”, que um tal João Machado arrematou por seiscentos mil réis! (V. *R. A. P. M.*, VII, fascs. I e II, pág. 348.)

soprara aos ouvidos, além-mar. Na verdade, porque as terras ainda estavam virgens dos trabalhos da extração, as primeiras safras resultaram auspiciosamente fecundas e as frotas levaram repetidamente para Lisboa partidas de pedras do mais alto quilate. E foi assim que, em pouco mais de trinta anos, a Côrte portugueza foi abalada duas vèzes por essas notícias prodigiosas — verdadeiras manchetes da fortuna — que foram os ouros e os diamantes manifestados nas Minas Gerais. Eram dois impactos formidáveis, que teriam, com certeza, o condão de abalar os grilhões com que acorrentara o Reino o Tratado de Methuen: talvez as novas riquezas descobertas poderiam minorar a triste situação econômica a que fôra reduzido. O governo de Dom João V volta, então, suas atenções para a colônia esquecida, mas numa intervenção míope, inábil e imediatista: “Então, e só então — completa o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, estudando a política colonialista portugueza do tempo (46) — é que Portugal delibera intervir mais enèrgicamente nos negócios de sua possessão ultramarina, mas para usar de uma energia puramente repressiva, policial, e menos dirigida a edificar alguma coisa de permanente do que a absorver tudo quanto lhe fôsse de imediato proveito.” As Minas Gerais tornam-se o verdadeiro “El Dorado” da Coroa Portugueza:

“..... das buscadas Minas,  
São estas, são as regiões benignas,  
Onde nutre a perpétua primavera  
As verdes fôlhas, que abrasar pudera  
Em outros climas o chuvoso inverno.  
.....  
Abertas as montanhas, rôta a serra,  
Vê converter-se em ouro a pátria terra,  
O Etiope c'os Índios misturado

---

(46) *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1956, 3.ª edição, pág. 139.

Eis obedece ao pródigo mandado  
 Dos bons conquistadores: desde o fundo  
 De ouro, e diamantes o país fecundo  
 Produz as grandes, avultadas somas (47).”

O que, no poeta épico, pode parecer superestimação ufanista, vale para a política portuguesa como a inesperada cornucópia de tesouros, que se lhe oferece de mão beijada, da qual porisso mesmo é preciso arrancar, de qualquer maneira, a escondida fortuna: o fisco, brutal e implacável, dentro, aliás, da melhor tradição mercantilista do tempo, será a grande presença da administração de Lisboa em toda a existência das Minas Gerais, no século XVIII. Para fazer funcionar bem essa política fiscal, a Coroa cuida de aparelhar sua máquina administrativa, com os dois ramos predominantes da fazenda e da justiça. À frente do Governo da Capitania está o Governador e Capitão-General, cuja autoridade só tem limite na de El-Rei, e que abrange, ao mesmo tempo, os foros civil e militar; muito frequentemente, Sua Majestade vai tirá-lo dentre a melhor nobreza de Portugal — cujo jôgo de influências oscila de uma grande família para outra — representante de clãs poderosos que se contam pelos dedos da mão, a quem o Rei quer lisonjear ou, também, afastar para longe de si. Geralmente “livres de qualquer vigilância — a observação é de Saint-Hilaire (48) — saudosos dos prazeres de uma grande capital, cheios de desprezo pela região que governam, devorados de tédio, não tendo mais iguais com quem tratar, êses capitães-generais entregam-se bastante frequentemente a todos os caprichos do despotismo; e a voz do povo oprimido não pode chegar até aos ouvidos do soberano que reside além dos mares.”

---

(47) *Vila Rica*, cit., Canto VI.

(48) A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasileira), 1938, 2 vols., t. 1, pág. 300.

No fôro civil, funcionam os Offícios de justiça e fazenda, que se estabelecem nas Minas com a criação das primeira vilas. A primeira autoridade dos Offícios de Justiça é o Ouvidor Geral, pôsto hieràrquicamente logo abaixo do Governador, provido em sua Comarca; além dos encargos comuns de presidir à justiça, o Ouvidor é Corregedor, Provedor dos Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos (cargo que também é exercido por eclesiásticos graduados); quando se estabelecem as Casas de Fundação, é delas o Intendente. Em seguida, há o Meirinho Geral (49), espécie de magistrado que procede às diligências do fôro. Há os Tabeliães, com o seu aparato de escritvães. Há o Escrivão das execuções. Há o Inquiridor, Contador e Distribuidor da Ouvidoria. Há o Alcaide — espécie de oficial de justiça — com o seu escritvão. Há os Meirinhos do Campo e da Almotaçaria, gente importante no tempo, que controla os pesos e as medidas. Há o Escrivão dos Feitos da Fazenda, em estreita articulação com os Offícios de Recebimento. Há o Meirinho da Fazenda Real e o dos Ausentes. Há o Tesoureiro dos Ausentes e o Escrivão dos Órfãos, funcionários extremamente solicitados, assim como os Partidores de Órfãos e Ausentes. Há, enfim, o Porteiro dos Auditórios (50). No Arraial do Tijuco, na Comarca do Sêro Frio, há, excep-

---

(49) Os meirinhos coloniais passarão à história como refinadíssimos extorsionários, principalmente os de Caeté, sobre os quais Saint-Hilaire colheu este dito espirituoso:

“Itabira, Itambé,  
Samambaia e Sapé.  
Meirinhos do Caeté:  
Libera nos Domine !”

(*Viagem pelas Províncias*, cit., I, pág. 254.)

(50) V. Desembargador José João Teixeira Coelho, “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, in *R. A. P. M.*, ano VIII, fascs. I e II, pág. 535 a 543 (Lista dos Offícios de Justiça e Fazenda); José Joaquim da Rocha, “Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais”, in *R. A. P. M.*, ano II, fasc. 3.º, *passim*.



cionalmente, um Escrivão do Contencioso e um Meirinho do Contencioso, com o respectivo Escrivão, que ilustra bem a situação no Distrito Diamantino (51), principalmente depois da vigência da Real Extração.

Por sua vez, as vilas têm os seus Intendentes, que são os mesmos Ouvidores, quando dispõem de Casas de Fundição, cujos servidores são de provimento do Governador da Capitania: fiscais, tesoureiros, escrivães da receita e despesa, da Intendência e Conferência, da entrada do ouro nas forjas, ensaiadores e seus ajudantes, abridores de cunhos, fundidores, meirinhos da Intendência e fiéis nos centros de mineração. O pessoal de obras dessas Casas de Fundição é sempre um punhado de negros, às voltas com seus cadinhos, seus foles com lenha e carvão, com porções de solimão e água forte, para os ensaios do ouro, à base da prata de pesos duros (52).

Mas, “a falta de policia na Capitania de Minas Geraes perturba a ordem do Governo della” — reclama êsse severo homem da lei que é o Desembargador José João Teixeira Coelho. “Os povoadores da dita Provincia — prossegue êle — ou são, ou procedem dos Europeos, que se transportarão a ella excitados pela esperança dos seus interesses. A maior parte delles, erão ou Reos de delictos ou pessoas que nas suas terras não tinham mais do que aquillo que ganhavão pela enxada, ou pelos officios vis que exercitavam. Estes homens, que cá no Reyno erão a escoria do povo, e o desprezo dos bons, vendo-se em hum paiz extenço e cheio de liberdade, fa-

---

(51) J. J. Teixeira Coelho, *op. cit.*, pág. 542. “O Dinheiro, porém, que para aquí he attrahido (esclarece o Dr. José Vieira Couto o clima de pendências judiciaes em que vive a Demarcação) e gira em maior abundância, he o que toda a comarca concorre para o maneiio e costeação dos pleitos e outros actos da administração da justiça.” (Grifo nosso.) (“Memoria sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes”, in *R. A. P. M.*, X, fascs. I e II, pág. 65.)

(52) José Joaquim da Rocha, *op. cit.*, in *R. A. P. M.*, II, fasc. 3.º, pág. 443.

sem-se insolentes, e querem ser fidalgos." (53). Urge, pois, para que a autoridade se exerça e se cumpra a lei de El-Rei, que haja polícia, que haja fôrça militar. A primeira fôrça militar organizada que surge nas Minas é aquêlê trôço de voluntários que o Governador Antônio de Albuquerque levanta, em 1709. Mas, cessada a Guerra dos Emboabas, ordena-se-lhe que crie sòmente duas Companhias de Infantaria, mudadas em seguida para "Tropa de Cavalos pagos". O Conde de Assumar, militar de truz, para reprimir as desordens do seu tempo, organiza a sua companhia de dragões, dos "que fôrem de boa estatura e houverem sido soldados em Lisboa. Não quer nenhum filho da América" (54). É a bruta cavalhada que põe em polvorosa as Minas daqueles dramáticos anos de 1719 e 1720. Em 1730, suprime-se uma das duas Companhias e se levanta um Regimento de Dragões. A partir de 1764, para refôrço da "guarda dos diamantes", eleva-se o número de soldados que "não devem receber dos Moradores de Minas mais do que água e fogo" (Ordem de 5 de maio de 1746) (55). Caberá ao Governador Antônio de Noronha reduzir para duas as três companhias do seu tempo (1775), pois a incorporação, à jurisdição mineira, do Distrito das Minas Novas acrescentara mais uma às duas Companhias já existentes: corta pela metade os soldos, de modo que, mal paga, a guarnição "se acha reduzida a huma Congregação de homens de diferentes qualidades, cujo procedimento traz a Capitania transformada em detrimento dos Povos, e sem bem algum para a Soberana" (56).

---

(53) "Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais", cit., pág. 561.

(54) Carta do Conde de Assumar, de 9-12-1719, in *R. A. P. M.*, XXIV, vol. II, pág. 608-9.

(55) *Apud* J. J. Teixeira Coelho, *op. cit.*, pág. 560.

(56) José Joaquim da Rocha, *op. cit.*, *loc. cit.*, pág. 495.

Porquanto reside na ação mais decidida dos Governadores e em sua manopla militar correspondente o melhor rendimento da ordem pública, e, pois, da coleta dos "direitos d'El-Rei". Principalmente destes, que são as contribuições de quintagem ou de capitação, e mais — aqui é que acresce o ônus fiscal sobre as populações — os dízimos, os direitos de entrada, os de passagem de rios, os donativos e direitos de ofícios, os subsídios voluntários, os subsídios literários, os da extração diamantina, para não referir os impostos indiretos cobrados nos "registros" aduaneiros. Diante desse quadro impressionante de rendas para a Coroa, a Côrte de Lisboa em geral, e El-Rei D. João V em particular, tomam-se de crescente exaltação ufanística, que acaba por traduzir-se na mais desfigurada versão das possibilidades econômicas da Capitania dourada, ainda ontem o desprezado sertão dos Cataguá. "Vivião os portuguezes com as abundancias do ouro destas minas — descreve a situação o gongórico cronista do *Triunfo Eucarístico* — os de Portugal pelo commercio participantes, os da America neste Brazil do manancial possuidores; uns, e outros persuadidos, que depois das antigas, e sempre successivas glorias militares, começavão a contar seculos de riquezas; e entendião, lhes dava a fortuna juntas aquellas duas felicidades, cuja união julgou sempre difficil a antiguidade; e quando alguma controversia podia mais arguir, que contradizer a evidente verdade, e continua experiencia, lançou a fortuna aos seus favores o remate possível, nunca imaginado; fez os portuguezes senhores dos mais finos diamantes de todo o mundo; dando-lhe por mãos da natureza com toso arteficio esmaltado o ouro em rude esplendor de pedraria: assim apparece por successo de ventura, e premio da diligencia. A éra de mil setecentos e trinta deu principio a esta felicidade esperada (...) Tanta tem sido, e é a copia, e tão grande a preciosidade dos diamantes, que aquelle grande monarcha, que conhece, e com referencia

nomea toda a Asia, cede ao monarcha Lusitano esta excellencia, e gloria, até então só propria, e conhecida em seu dilatado Imperio. Assim o julga a Asia com espanto, e sentimento; a Europa com utilidade, e inveja; Portugal com gloria, e segurança: conçoçre com a fortuna a natureza, aquella com o favor, esta com a defenza; porque assim as serras de ouro, como as minas dos diamantes, são impenetraveis a toda força humana; aos mesmos portuguezes são muito arduos, e perigosos os caminhos, e às vêzes insuperaveis pela corrente de caudalosos rios; mas lá vão nas azas da esperanza, onde um instante de ventura, ou diligencia, dá a muitos felicidade para os annos da vida, e herança à posteridade" (57).

Essa mentalidade de otimismo barroco e a megalomania esbanjadora de D. João V poderiam explicar as loucuras perdulárias que êsse rei perpetrou em seu governo, como as obras do palácio-convento de Mafra, "plano tão desmarcado pela grandeza que não se acreditava que pudesse vir a concluir-se" (58); as do grande Arqueduto das Águas Livres e as do Hospital das Caldas da Rainha, as imensas despesas com que custeou a criação do Patriarcado de Lisboa e a dotação de sua Capela, assim como a obtenção do título pontifício de "Rei Fidelissimo", outorgado pelo papa Bento XIV, no apagar das luzes do seu longo reinado (21 de abril de 1749) (59).

(57) Simão Ferreira Machado, *op. cit.*, in *R. A. P. M.*, VI, pág. 905.

(58) Damião Peres, *História de Portugal* (Edição Monumental), Barcelos, Portucalense Editôra, 1934, 8 vols., t. VI, pág. 184.

(59) Para se ter idéia da excessiva liberalidade dos gastos do *Magnânimo* com coisas da religião, temos à mão curioso pedido de confirmação feito pelo Desembargador Procurador Geral da Santa Igreja de Lisboa dos quarenta e dois documentos de diversas doações, mercês, honrarias e privilégios civis e fiscais a ela concedidos por D. João V. As mercês dizem respeito a rendas, administração, uso e fruto de propriedades reais, isenções de pagamento de direitos, aposentadoria de casas, entrega de dinheiros, etc.; as doações, sob a forma geral de cartas de doação, versam geralmente sôbre concessões de dinheiro, jugadas de trigo, doação de terras novas, juncaís, lezírias e até de parcéis do mar e "de tudo o que se

Seriam, ainda, os ouros e os diamantes idos do Brasil que iriam permitir, já no reinado seguinte de D. José I, grande parte da reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755, a manutenção das despesas das guerras das Missões do Uruguai e dos Sete Anos, entre outras.

É verdade que tem havido muito exagêro no cômputo em bruto da produção aurífera e diamantina. Infelizmente, os números alusivos aos nossos rendimentos coloniais não estão fãcilmente à mão. As contas do Tesouro do Reino transitavam então debaixo do mais rigoroso sigilo: era vedado dá-las a público, delas fazer comentários ou tirar interpretações, a não ser genêricamente. Só nos livros e correspondência oficiais é que hoje as podemos achar. As instruções e as memórias escritas sôbre o assunto, no tempo, são muito raras. Como, por exemplo, a *Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais*, escrita em 1780, pelo Desembargador José João Teixeira Coelho, onde têm sua base "as cifras mais geralmente utilizadas pelos historiadores" (60). De uma forma ou de outra, o que vale prevalecer é o juízo de que os lucros fabulosos do ciclo do ouro e dos diamantes serviram muito mais à economia particular do que às finanças régias. A produção aurífera foi, efetivamente, brutal. Calógeras avalia-a, num século e pouco de extração mineradora, em 51.500 arrôbas ou 772.500 quilos, até 1820,

---

achar acrescido, ou para o futuro crescer" a essas terras; os privilégios, de vária ordem, são principalmente fiscais e civis, incluindo aquêles desde a dispensa de jugadas a rendeiros da Santa Igreja de Lisboa até o pagamento de pedágio a quem entre em certas propriedades suas, e êstes o direito de poder nomear a Patriarcal magistrados, serventuários e funcionários em lugares de sua propriedade; e as honorarias, inúmeras, das quais a mais importante é aquela que outorga às dignidades e aos cônegos da Capela Real "tôdas as honras, de que usam os Bispos dêste Reino".

A êsse requerimento, encaminhado a D. Maria I em 8 de julho de 1791, não se deu despacho algum... (V. Eduardo Frazão, *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa*, Porto, Livraria Civilização, 1943, pág. 252 a 259.)

(60) Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, vol. II, pág. 285.

assim distribuída, segundo os sistemas de arrecadação que vigoraram: primórdios — 1700 a 1713: segundo Antonil, o quinto rendeu quase nada, mas a produção orçou pelas 300 arrôbas anuais; 1713 a 1724 — avenças com as Câmaras de 30 arrôbas: 7.500 arrôbas; 1725 a 1735 — sistema das casas de fundição: renda de 1.068 arrôbas, e produção de 6.500 arrôbas; 1736 a 1751 — capitação: renda de 2.006 arrôbas, produção de 12.000 arrôbas; 1752 — cota anual de 100 arrôbas: (os quintos deram, até 1787, 3.060 arrôbas para a Real Fazenda) produção de 18.000 arrôbas; 1787 a 1801: renda de 586 arrôbas, produção de 3.500 a 4.000 arrôbas; alcançando até 1820 a extração global 772.500 quilos (61). Por sua vez, Roberto Simonsen, à base de dados colhidos por João Lúcio Azevedo, calcula em perto de £ 10.000.000 a produção bruta de diamantes, em tôda a era colonial (62).

Como se vê, o fastígio da mineração se dá por volta da meia centúria setecentista: é quando chega ao máximo a produtividade das minas, ao mesmo tempo que se vão acabando os novos descobertos, estabelecidos os mineração em sua maior área de expansão. A população, não obstante as medidas governamentais que obstam a entrada de estrangeiros no território das Minas (63), vai crescendo sempre, concentrando-se nos lugares de mineração mais intensa, sendo mais povoada a Comarca do Rio das Velhas, que irá atingir, em 1776, quase as cem mil "almas

(61) V. João Pandiá Calógeras, *As Minas do Brasil e sua Legislação*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1904-1905, 3 vols., vol. 1.º, pág. 222 a 225. Calógeras baseia seus dados em Teixeira Coelho (*Instrução*) e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (*Memórias*).

(62) *História Económica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliiana), 1937, 2 vols., t. II, pág. 82.

(63) V. Nota 18. Tentou-se em vão a fixação de um limite de entrada de duzentos negros por ano, nas Minas. (*Documentos Históricos*, cit., XI, pág. 308.) — A Carta Régia de 28 de fevereiro de 1707 mandava que os estrangeiros fôsem mandados sair do Brasil. (*Documentos Históricos*, cit., XXXIV, pág. 291.)

catholicas". O cálculo é do Desembargador José João Teixeira Coelho, que dá para tôda a Capitania uma população de 319.769 habitantes (64). Veremos mais adiante, em outro capítulo dêste trabalho, como não eram, contudo, os que "vivião de suas lavras" (os mineradores) a parte mais numerosa da população. O grosso dela não é "mineira". "Geralista" seria, talvez, o seu patronímico mais exato, porque constituído de gente que vive nos "gerais", isto é, campos e lavouras de gleba. Comentando as atividades da população geralista na metade do I século, o Sr. Sérgio Buarque de Holanda é de parecer que nem mesmo um têrço dela se ocupava do negócio dos metais e das pedras preciosas. "O grosso dessa gente — esclarece o historiador patricio — compõe-se de mercadores de tenda aberta, oficiais dos mais variados officios, boticários, prestamistas, estalajadeiros, taberneiros, advogados, médicos, cirurgiões-barbeiros, burocratas, clérigos, mestres-escolas, tropeiros, soldados da milícia paga ou, desde 1776, do corpo auxiliar, que se tornaram, uns e outros, pelas suas turbulências e atropelos, causa de constante alarme entre os moradores. Sem falar nos escravos, cujo total, segundo os documentos da época, ascenderia a mais de 100.000" (65).

Como se vê, a Capitania de Minas, principalmente a partir de 1730 — quando começa a fixação dos aventureiros na terra — assiste a uma considerável consolidação populacional rural, já que os trabalhos da gleba irão ocupando mais e mais um número maior de pessoas, tanto quanto menor e menos rendoso se fôr tornando o

---

(64) *Instrução para o Governo...*, cit., pág. 409. — Por sua vez, Mons. Pizarro confirma os dados de Teixeira Coelho, "em todas as classes de brancos, pardos e pretos", acrescentando-lhes um cálculo de 621.885 almas, em 1817. (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, do Mons. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Rio de Janeiro, Tip. de Silva Pôrto & Cia., 1822, 9 volumes, 2.<sup>a</sup> Parte, pág. 257 (edição *Princeps*).

(65) *Hist. Civ. Bras.*, cit., vol. II, pág. 289.

manejo das lavras do ouro e dos diamantes. Por outro lado, o afluxo de gente para os centros urbanos (que, de resto, nunca se distanciam muito dos locais de mineração), vai caracterizar logo o arraial mineiro como daqueles, em toda a Colônia, que primeiramente se afirmaram como núcleos citadinos inteiramente amadurecidos, inclusive com as suas diferenciações urbanas típicas (66). Há, assim, a sedimentação das gentes chegadas nos decênios do *rush*, que se estabelecem, dando em resultado o povoamento efetivo da região centro-sul do Brasil, que fica definitivamente conquistada, com o aparecimento desses primeiros centros urbanos permanentes do interior brasileiro.

A produção do ouro e das gemas preciosas fomenta o escambo comercial entre essas localidades sertanejas, fazendo surgir os transportes regulares das tropas.

Fixam-se, igualmente, os primeiros entrepostos de gado e se estabelecem as feiras de animais — como a de Sorocaba — aonde vão os mineiros buscar os famosos muares do Viamão, de São Pedro do Sul. As tropas — sem as quais “o Brasil teria andado mais devagar ainda do que andou” (Caio Prado Júnior) — irão propiciar o surto e o engrandecimento do Rio de Janeiro, depois que Garcia Rodrigues Pais lhe abriu para as Minas o seu Caminho Novo; porque, descendo para o porto a produção aurífera, dêle retornam ao alteroso sertão carregadas da mais vária utilidade. Eis que não tardará, assim, a transferência da Capital da Colônia para o afortunado porto das Minas Gerais (1763).

Com o advento da civilização citadina, os costumes da Capitania evoluirão extraordinariamente. Pelo menos

---

(66) Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, assevera que “Minas Gerais foi outra área colonial onde cedo se processou a diferenciação no sentido urbano” (vol. I, pág. 119), como o Recife, cujo mesmo fenômeno estuda.



nas vilas importantes, cabeças das Comarcas, e no rico Arraial do Tijuco. Como a França está na moda em Lisboa, e a Colônia espelha sua vida na da Côrte, usam-se e se adotam as modas de França. Os homens se refinam, na aparência e nas vestes: penteiam e trançam os cabelos em forma de rabicho, atando-os com fitas de sêda ou de gorgorão e cobrindo-os com chapéus à Frederico, de três pancadas; vestem camisa de folhos com colarinho baixo, rematada por gravata de lenço branco bordado; colete de cetim de Macau, todo filado com lantejoulas, comprido à moda dos fraques, com botões de pedras; casaca de veludo de côres fortes e variadas, degolada, comprida, sem enflaque, com portinholas e canhões largos e dobrados; calção amplo de sêda ou veludo, guarnecido de fivelas de ouro sôbre as meias de sêda-pérola; calçam sapatos rasos, pretos e despontados com fivelas cravejadas de pedras (quaisquer, menos diamantes...); firmam-se em bengala forte, de castão e ponteira de ouro, aquêlê geralmente trabalhado; trazem sempre relógio, prêso a grossa cadeia de ouro ou cornalina; e, num complemento de nobre distinção, ostentam à ilharga gracioso florete, de bainha de ouro e guarnição com forma de "S", que os menos importantes substituem pela "faca aparelhada", à cintura, com bainha e guarnições de prata. Como as mulheres ainda continuam jungidas ao lar e apenas frequentam as igrejas, é nas reuniões de família e nas cerimônias do culto que pompeiam seus luxos e elegâncias. Nesses momentos solenes, trazem na cabeça uma coifa de sêda branca prêsa aos cabelos com alfinêtes, com borlas de ouro nas extremidades; os cabelos, empoados com polvilho de trigo ou mandioca ou frisados com fina banha de porco, exibem caprichosos anéis, com cachos pendentes; vestem camisa de folhos apertada ao pescoço, e espartilho de barbatanas, em que assentam um "macaquinho" de veludo com artísticas abotoaduras e flôres de pedras sôbre o busto; grossa gargantilha e pesados brincos de

gemas encastoadas; saia de muita roda com cauda, que arrepanham no braço, ao andar; sapatinhos de bico fino, levemente erguida a ponta, com saltos de madeira à Luís XV; à mão, trazem elegante e esguio bastão, mas os dedos desaparecem sob a carga de numerosos anéis de ouro. Na intimidade doméstica, entretanto, elas usam um timão leve e folgado, apertado à frente e apanhado por uma cinta de sêda com borlas pendentes (67).

Esse quadro de requinte e bom-gôsto retrata a sociedade do Tijuco, que, ainda décadas mais tarde, o viajante John Mawe irá classificar como a côrte mais seleta e agradável do Brasil (68). Então — como narra com certa nostalgia o cronista da grandeza e decadência do Arraial do Tijuco — “não era como no tempo de agora, em que as velhas ao som dos instrumentos vão em um canto tomar a posição de quadros de sala, e os velhos jogar a bisca, e quando muito o voltarete. Todos dançavam, não essas contradanças modernas, compassadas, monótonas, lentas, sem significação: era o minueto engraçado e expressivo, com lânguidos e voluptuosos requebros; contradanças ardentes e animadas; valsas figuradas, onde cada figura parecia significar um sentimento, um desejo, um pedido; o doudejante fandango, regulado e aquecido pelo som vibrante de um xique-xique de prata. O tempo assim corria, as horas passavam, e o sol, muitas vêzes surpreendia os dançantes fatigados, mas não saciados” (69). É que

(67) *Memórias do Distrito Diamantino*, cit., pág. 105-6.

(68) *Viagens ao Interior do Brasil*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944, pág. 222.

(69) Joaquim Felício, *Memórias do Distrito Diamantino*, cit., pág. 107. Acreditamos, contudo, que “figurada” é a presença da valsa nos salões tijuquenses do século XVIII e mesmo nos primeiros decênios do século XIX. Praticamente foi só depois da era napoleônica que essa dança, saindo da côrte dos Habsburgos, ganhou os demais países da Europa. Segundo o especialista H. J. Jacobs (*Johann Strauss Padre e Hijo*, Buenos Aires, Ediciones Siglo Veinte, trad. espanhola, 1948, pág. 10), a primeira modalidade da valsa, como a conhecemos, surgiu na Côrte de Maria Teresa

aquela gente sentia o gôsto, bem do século, das coisas boas da vida. Como eram do século também o apuro, o donaire, que se punham nas relações humanas. “Um dos mais graves e sérios estudos do tempo — acrescenta Joaquim Felício (70) — era o da denominada política ou civilidade, isto é, da maneira por que cada um devia em público regular o seu comportamento. Para êste estudo havia mestres, mestres de nomeada, mestres que se mandavam vir de longe, com grandes dispêndios e pingues ordenados.” Recebiam-se da Europa tratados de civilidade e se mantinham controvérsias sôbre questões de lana caprina, como aquela — ironiza o mesmo autor das *Memórias do Distrito Diamantino* — “questão grave entre êles — se o cavalheiro em um jantar devia sentar-se à mesa com espadim ou se devia antes retirá-lo”... (71).

O fastígio dessa vida requintada principia nos tempos dos Contratadores, dentre os quais se destaca o famoso paracatuano Felisberto Caldeira Brant, êle próprio um dos corifeus dessa mentalidade casquilha e extravagante. Assumindo o contrato dos diamantes nos anos de 1749 a 1753, êle vive como um nabado oriental: sua baixela era de ouro e de prata e seus bens — mesmo avaliados a um preço mínimo (pois a Casa do Contrato, sua residência, foi estimada em apenas 700\$000!) — montavam a 2.000.000 de cruzados, importância que para aquêl tempo, em pleno sertão brasileiro, era verdadeiramente extraordinária. Após sua destituição, acharam-se nos

---

e de José II. Era uma valsa lenta, de origem tiroleza — o *landler* — que, ao lado do reaparecimento da antiga *alemanda*, resultou na valsa vienense, que os Strauss impuseram ao mundo inteiro, no decorrer do século passado, apesar dos fortes preconceitos que contra ela se levantaram por muito tempo. Custa a crer, pois, que valsassem os mineiros do Tijuco ainda no século XVIII, se bem que, já em 1810, Mawe visse contradanças inglesas nos mesmos salões tijuquenses (*op. cit.*, pág. 106), o que é coisa bem diferente.

(70) *Memórias do Distrito Diamantino*, cit., pág. 106.

(71) *Idem, ibidem.*

cofres da Intendência 33.777 quilates de diamantes. Outro creso mineiro é o Contratador João Fernandes de Oliveira, filho, o qual, mais que pela fabulosa riqueza (72), passa à história como o amante complacente da mulata tijuquense Francisca da Silva de Oliveira, a notória Xica da Silva, a cujos caprichos satisfazia imperturbavelmente, por mais absurdos que fôsem (73), inclusive o do seu teatro particular, dotado de tôda a maquinaria necessária para a representação das peças do tempo, tais como “Os Encantos de Medéia”, “O Anfitrião”, “Porfiar amando”, “Xiquinha, por amor de Deus” e outras (74).

Aliás, não é sòmente na “côrte” do Tijuco que se levam à cena peças de teatro. Já nas festas do Triunfo Eucarístico, em 1733, reservaram-se três dias para as “Comédias de noite”: “o tablado das comédias — descreve Simão Ferreira Machado (75) — se fêz junto da Igreja

(72) A fortuna de João Fernandes de Oliveira se fêz com uma sorte incrível. Em pouco tempo, os achados felizes de diamantes fizeram no rico como um príncipe. De uma feita, por exemplo, “na grupiara do Lava-Pés, nas margens do Jequitinhonha (quem conta a história é Antônio Olinto dos Santos Pires, à base de Joaquim Felício dos Santos), o contratador João Fernandes encontrou uma tamanha quantidade de diamantes, que, num terreno de menos de 50 metros quadrados, tirou êle 5.000 oitavas, ou cêrca de 87.500 carats (quilates) de diamantes” (*Mineração — Riquezas Mineraias*, in *R. A. P. M.*, VIII, fascs. III e IV, pág. 992.) E Joaquim Felício completa: “Conta-se que na ocasião da apuração os diamantes estrelavam por cima do esmeril, e que o contratador, lançando-se de joelhos e levantando as mãos aos céus, exclamara: — Senhor, se tanta riqueza tem de ser a causa da minha perdição, fazei que todos êstes diamantes se convertam em carvão!” (*Memórias*, cit., pág. 156.)

(73) *Memórias*, cit., pág. 162.

(74) J. Felício dos Santos, *op. cit.*, pág. 162. — O Sr. José Teixeira e Neves, em seu trabalho “Teatro de Província” (*Revista do Livro*, nº. 8, dez. 1957), supõe que haja confusão do autor das *Memórias do Distrito Diamantino*, relativamente à última peça, quando reúne em uma só as duas comédias *Chiquinha* (Chiquita) e *Piedade do Amor*, traduzidas do castelhano por Antônio Nascentes Pinto, então em representação no Rio de Janeiro. (Pág. 133, *infra*.)

(75) In *R. A. P. M.*, VI, fascs. III e IV, pág. 1014 (*Triunfo Eucarístico*).

custoso na fabrica, no ornato, e apparencia de varios bastidores: virão-se nelle insignes representantes, e gravissimas figuras: forão as comedias: *El Secreto a Voces*; *El Principe Prodigioso*, *El Amo Criado*"(76). *O Aureo Trono Episcopal* também anota, entre as homenagens prestadas a D. Frei Manuel da Cruz, em sua chegada a Mariana,

---

(76) Como se vê, o teatro espanhol era o preferido, com a peça *El Amo Criado*, que pertencia a D. Francisco de Rosas Zorrilla. Não achamos nenhuma indicação bibliográfica sobre a peça *El Principe Prodigioso*: parece equívoco de Simão Ferrelra Machado, pois há um drama de Calderon de la Barca *El Magico Prodigioso*. Também é de Calderon a comédia *El Secreto a Voces*. Vale lembrada a impressão que teve Saint-Hilaire da casa do teatro de Vila Rica e dos actores que nela trabalhavam, quando lá esteve: "Existe, na verdade, uma casa de espetáculos em Vila Rica; porém, vamos ver, bem pouco compensa a falta de tantas outras comodidades. Após subir-se uma rua excessivamente íngreme, chega-se a uma casa de aparência mesquinha; é lá que se fazem as representações. A sala é bastante bonita, porém pequena, e muito estreita. Tem quatro ordens de camarotes, cuja frente é fechada por balaustradas rendadas que não produzem mau efeito. Só os homens ficam na platéia, e aí se sentam em bancos. Até agora não se tentou iluminar a sala de outra maneira que não a de colocar velas entre os camarotes. A cortina representa as quatro partes do mundo pintadas do modo mais grosseiro; entre, porém, as decorações, que são variadas, há algumas suportáveis. Os actores têm o cuidado de cobrir o rosto com uma camada de branco e vermelho; mas as mãos trazem a cor que a natureza lhes deu, e provam que a maioria deles é de mulatos. Não têm a menor idéia de indumentária; e, por exemplo, em peças tiradas da história grega vi personagens vestidos à turca e heróinas à francesa. Quando esses actores gesticulam, o que raramente succede, poder-se-ia pensar que são movidos por molas, e o ponto, que lê as peças enquanto elles a declamam, fala tão alto, que frequentemente sua voz mascara completamente a dos intérpretes". (*Viagem pelas Províncias...*, cit., t. I, págs. 138-9). No que tange ao edificio do teatro de Vila Rica, Diogo de Vasconcelos é de parecer que foi "o primeiro que se construiu na América do Sul; e por isso importa se conserve como reliquia do amor de Vila Rica pelas Musas do palco". (*A Arte em Ouro Preto*, Belo Horizonte, Ed. Academia Mineira de Letras, 2.<sup>a</sup> edição, 1934, pág. 101.) Essas generalizações do nosso primado, em relação às terras da América do Sul, incidem frequentemente em injustiças e erros. Como, por exemplo, essa afirmação de ser o teatro de Ouro Preto o primeiro a construir-se no continente. Na lendária cidade de Potosi — que foi para o Vice-Reinado do Peru com a sua prata o que foi para o Brasil colonial Vila Rica com o seu ouro — já se podia oferecer aos seus mineiros, em fins do século XVI, divertimentos refinados, como o seu teatro, "cuyos asientos costaban de cuarenta o cinquenta pesos". (*V. Luiz Capoche, Relación General de la Vila Imperial de Potosi*, Madrid, Biblioteca de Autores Españóis (Ed. Atlas), 1959, t. CXXII, pág. 10.)

em 1748, a realização, na noite de 30 de novembro daquele ano, de “hum acto comico, dedicado ao felis nome de Sua Excelencia” (77). É verdade que êsses “insignes representantes” deixam muito a desejar e vão incorrer na ácida malevolência de Critilo, que assim se desabafa nas *Cartas Chilenas*, contra o mau gôsto dos empresários e artistas do Fanfarrão Minésio:

Ordена-se também, que nos teatros  
Os três mais belos dramas se estropeem,  
Repetidos por bôcas de mulatos (78).

É que a mentalidade cultural da Capital das Minas já se elevou tanto, que se permite exigir melhor teor do seu teatro, expressão bem sugestiva do seu amadurecimento espiritual. Aquela fermentação mental, moral, política, social e estética que marca todo o século XVIII, mas que foi atingir Portugal depois de 1750, houvera fatalmente de atingir as Minas Gerais, que então já vinham recebendo de volta da Universidade de Coimbra os seus primeiros doutores, imbuídos das novas idéias do século. O primeiro dêles é o poeta Cláudio Manuel da Costa, cuja vida e obra refletirão o drama interior do filho da terra educado na Europa, aquêlê “dilaceramento interior causado pelo contraste entre o rústico berço mineiro e a experiência intelectual e social da Metrôpole”, como explica o Sr. Antônio Cândido (79), de que irão igualmente padecer todos os intelectuais do tempo. Aos poucos, à medida que diminui a influência do Seminário de Mariana, Vila Rica vai se tornando “uma espécie de

---

(77) *In R. A. P. M.*, ano VI, fasc. II, pág. 403.

(78) *Poesias — Cartas Chilenas* (Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro (Ed. M. Rodrigues Lapa), 1957, Carta V, pág. 234.

(79) *Formação da Literatura Brasileira*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959, 2 vols., t. 1, pág. 82.

Weimar” — de que fala Sílvio Romero (80) — aonde comparecem os grande vultos literários da Capitania: ali moram Cláudio, Tomás Antônio Gonzaga, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, José Alvares Maciel, Bernardo da Silva Ferrão e outros; visitam-na freqüentemente Inácio José de Alvarenga Peixoto e o Cônego Luís Vieira da Silva. Alguns dêsses intelectuais são hóspedes de Cláudio, outros de Gonzaga. É possível que na residência de Cláudio Manuel da Costa se realizassem reuniões da Arcádia Ultramarina, de existência tão discutida. Da Capitania partem, para o Rio de Janeiro e para a Metrópole, José Basílio da Gama, Santa Rita Durão (êste para nunca mais voltar) e Manuel Inácio da Silva Alvarenga (81).

---

(80) “Vila Rica era então no Brasil uma espécie de Weimar” — escreve o grande historiador literário, ao estudar a Escola Mineira, comparando a Capital montanhosa à pátria espiritual de Goethe, quando em tórno do autor do *Fausto* se agrupavam, naquela cidade de Carlos Augusto, escritores como Schiller, Herder, Wieland e outros. (*História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1943, 3.<sup>a</sup> edição, 5 vols., t. II, pág. 97.)

(81) Conceituando ponto de vista sôbre a Escola Mineira, assim se manifesta o Sr. Antônio Cândido a propósito dos escritores que a integram: “Basílio da Gama e Silva Alvarenga, mineiros de nascimento, são cariocas pelo sentimento da água, das côres, exprimindo-se com certa macieza que nos faz imaginá-los nas sombras frescas do Passeio Público, envoltos no denso fascínio da natureza tropical e na clara luminosidade do mar. Alvarenga Peixoto, carioca de nascimento, é mineiro de sensibilidade, como Cláudio, impregnado pela aspereza e os problemas da terra do ouro. Gonzaga, português filho de carioca, crescido na Bahia, participa de um universo plástico e psíquico mais genérico, e talvez por isso mesmo foi o que melhor realizou a compenetração do sentimento com a expressão universal. (...) Basílio e Silva Alvarenga conviveram na Metrópole, vindo o segundo em 1777 para o Rio, onde ficou até morrer; em Vila Rica estêve Cláudio só desde 1754; depois, na companhia de Alvarenga Peixoto a partir de 1776, completando-se o trio com a chegada de Gonzaga em 1782. Durão (caso à parte) saiu do país aos 9 anos e nunca mais voltou. Não há portanto uma Escola Mineira como grupo: mas é fora de dúvida que o Arcadismo brasileiro encontrou a sua mais alta expressão em poetas ligados à Capitania das Minas por nascimento ou residência, podendo-se por êste lado justificar a velha designação.” (*Formação da Literatura Brasileira*, cit., I, págs. 103 e 104).

Eis, pelos nomes mais expressivos, constituída a chamada "Escola Mineira", viveiro ilustre de escritores, poetas e oradores, homens vinculados à Mãe-Pátria pela sua formação mental, mas identificados à terra natal pelo berço, homens que, assim, se deixam influenciar pelo clima corrente da inquietação espiritual, que irá dar em resultado essa generosa aspiração cívica da independência política do Brasil — a Inconfidência Mineira — sacramentada pelo sangue do mártir Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A brutal repressão da Inconfidência irá encontrar, porém, em plena floração a arte barroca mineira — pura manifestação nativista — que os esbirros da tirania real nem imaginarão sopitar. Florescerão desde a metade do século, os mestres de obras Manuel Francisco Lisboa, Antônio Ferreira de Souza Calheiros, José Pereira Arouca e José Pereira dos Santos; Antônio Francisco Lisboa, filho e herdeiro de Manuel Francisco, excederá o pai e mestre, tanto na arquitetura, como na escultura, como a expressão mais alta de sua especialidade no barroco mineiro; o par do Aleijadinho, no campo da pintura, é o Alferes Manuel da Costa Ataíde, acompanhado de perto por figuras do vulto de Francisco Xavier Carneiro, Vieira Lusitano, João Gomes Batista, José Joaquim da Rocha e outros; no entalhe, ao lado de Antônio Francisco Lisboa, a grande figura é Francisco Vieira Servas. E, finalmente, o esplendor da arte mineira setecentista culminará em sua música, onde pontificam êsses geniais mulatos recém-descobertos pelo Sr. Francisco Kurt Lange, que são José Joaquim Emérico Lôbo de Mesquita, Marcos Coelho Neto, Francisco Gomes da Rocha e dezenas de outros. À medida que se vão reencontrando as obras dêsses gênios do século do ouro, vai se acendendo a disputa sôbre qual de suas artes se sobreleva às artes dos mestres anteriormente descobertas. Uns acham inexcelsível o Aleijadinho, com a sua escultura. Outros, Ataíde e seus companheiros de tela e pincel. Outros, ainda, colo-



cam na frente de tôda a floração barroca mineira Lobo de Mesquita e seus colegas compositores. Não é fácil chegar-se a uma conclusão dessa ordem. Nem é possível. Mas pode-se afirmar que as manifestações artísticas da segunda metade do século XVIII, nas Minas Gerais, representam muito bem a primeira idade de ouro da arte nacional brasileira, apogeu que foram elas de todo um ciclo cultural, que amadurece depressa e vai ainda assistir aos últimos estertores da mineração aurífera.

Saint-Hilaire, já aos ecos do apogeu do ciclo do ouro asseverou que “se existisse um país que pudesse um dia passar sem o resto do mundo, êsse país seria certamente a Província de Minas” (82). Entretanto, quando o cientista francês escreveu tão lisonjeiro conceito sôbre o futuro mineiro, já desde algumas décadas uma gravíssima crise econômica e financeira se abatera sôbre a opulenta Capitania. Ou melhor, ultrapassada a avalanche da prosperidade das ilusórias aluviões do ouro, a Capitania conhecia a sua dramática e crua realidade, que era a penúria geral, que resultara da gradativa exaustão dos filões auríferos. Daquela vesânia coletiva que precipitara a todos na extração das riquezas da terra, sem um pensamento para o amanhã e o mediato, participara principalmente a administração colonial portuguesa. Administração imediatista e sugadora, que só punha eficiência na arrecadação tributária, que foi o único setor de serviço público colonial que funcionou verdadeiramente. Em todo um século de exploração mineradora — a máxima realidade econômica de que dispunha, entre nós, a Coroa Portuguesa — conta-se uma ou outra providência, tem-se notícia de um ou outro estudo ou técnica nova destinados ao incentivo, ao aumento e à proteção da indústria mineradora (83). Perante essa mentalidade lamen-

---

(82) *Viagem pelas Províncias*, cit., t. I, pág. 86.

(83) V. Nota 20.

tável, as verdadeiras exceções do exemplo do Intendente Manuel Ferreira da Câmara, do Dr. José Vieira Couto e do Barão de Eschwege, apenas resultam na conclusão melancólica de que pouco valem, no campo da administração pública, os esforços dos técnicos e dos idealistas contra as negaças da politiquice ou as ronçarias da burocracia (84).

Foi o imediatismo da Coroa Portuguesa. Foi-o também de quantos se deram à extração do ouro e dos diamantes. E a mineração tinha os seus dias contados. "Nada se acumulara na fase mais próspera — denuncia o Sr. Caio Prado Júnior — para fazer face à eventualidade. Os recursos necessários para restaurar a mineração nas novas bases que a situação impunha, se tinham volatili-

---

(84) Reportamo-nos páginas atrás ao exemplo excepcional do Barão de Eschwege, que muito trabalhou pela implantação de técnicas mais modernas na indústria mineira do seu tempo. Vencendo toda sorte de dificuldades, conseguiu, em 1817, o decreto que permitia o estabelecimento de uma sociedade de mineração; tentou pôr em atividade duas minas em Ouro Preto, onde pretendia instalar pilões e lavadouros mais próprios do que os antigos socadores, canoas e bolinetes usados pelos mineradores; conseguiu arrematar a mina da Passagem, que foi a primeira administrada por sociedade regularmente organizada; montou ali um engenho de sete pilões, construindo lavadouros e moinhos até então desconhecidos; "e o serviço foi tão bem organizado — conta Antônio Olinto (*op. cit.*, pág. 956) — que, apesar de se ver forçado a deixar a gerência dos trabalhos antes de começar a exploração propriamente dita, teve Eschwege a satisfação de ver a sociedade em plena prosperidade, em 1824, dando dividendo aos acionistas, depois de pagas todas as despesas e dívidas." V. ainda R. A. P. M., VIII, fascs. I e II, pág. 635 e 639. Mas Eschwege não teve apoio do poder público, sempre omissivo no cumprimento do seu dever, a quem o sagaz ministro Martinho de Melo dirigira esta advertência, às vésperas de tomar o Visconde de Barbacena as rédeas do governo da Capitania: "O nosso descuido e negligência, e a relaxação e abusos que ali deixamos não só introduzir mas radicar, nos tem privado, e privará de quase todas as vantagens com que a natureza dotou a capitania de Minas Gerais em nosso benefício, enquanto por meio de um sólido, ativo e prudente governo, qual é o que sua majestade espera e confia de vossa senhoria, se não corrigirem os ditos abusos e relaxações, restabelecendo em lugar delas a ordem e regularidade nas partes mais importantes do mesmo governo". (*Instrução para o Visconde de Barbacena, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. VI, § 4.º, pág. 4.)

zado, através do oneroso sistema fiscal vigente, no fausto caricaturesco da côrte de um D. João V e na dispendiosa e ineficiente administração portuguesa; as migalhas que sobravam desta orgia financeira se foram também na dissipação imprevidente dos mineradores. A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fôra condicionada por outro critério que dar quintos a um Rei esbanjador e à sua côrte de parasitas, e nos restos satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se a mão para completar o desastre" (85). A partir

(85) *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1957, 5.<sup>a</sup> edição, pág. 166. — Por falar na dissipação imprevidente dos mineradores, acodem-nos à lembrança algumas figuras até lendárias de nababos mineiros do ciclo do ouro, certos *nouveaux-riches* do século, a fazerem alarde do seu dinheiro, tão pouco conceituado, aliás, pelo doce cantor de Nise:

"As fortunas, que em tórno de mim vejo,  
Por falsos bens, que enganam, não reputo"...

(*Obras de Tomás António Gonzaga*, cit., Poesias, II, pág. 16.) Pensa, porém, de maneira diferente aquêle Francisco José da Silva Capanema, que consegue a pêsso de ouro o pósito de capitão-mor das ordenanças do tórno da Vila de Pitangui, nos tempos do Governador Luís da Cunha Meneses; manda fazer uma bela casa, no frontestício da qual afixa, em caracteres dourados, o seguinte distico:

"Quem dinheiro tiver,  
Fará o que quiser."

(J. Vieira Couto, *Memória*, cit., pág. 91).

Parecia alusão às propinas que distribuía para obter a honraria, ao ponto de merecer esta confirmação do autor das *Cartas Chilenas*:

*Tu também, Capanema, assim discorres,  
pois largaste seiscentas, por vestires  
de capitão maior vermelha farda.*

(Carta 9.<sup>a</sup>, *op. cit.*, pág. 281). Anota o Sr. M. Rodrigues Lapa que, "apesar de capitão-mor, continuou a ter loja de fazenda, botica e taberna, em contravenção da lei e da própria dignidade da posição. Era tão ruim, que em 1799 os habitantes de Pitangui fizeram contra êle uma representação coletiva". (*Obras de Tomás António Gonzaga*, cit., pág. 281, *infra*.)

Uma outra figura de lenda é Xico Rei, cuja existência histórica não foi até hoje comprovada, mas que vale como símbolo do poder do ouro,

de 1760, as minas começavam a dar sinais de que a produção, sôbre estacionar, entrava em declínio. Os arraiaios mineiros logo refletiram a curva descendente do ciclo, como se pode ver nas edificações do tempo, principal-

desta vez empregado na causa nobilíssima da libertação dos escravos. Xico Rei vem cativo para as Minas do Ouro Prêto, em companhia do único filho que lhe resta. Inteligente, trabalhador e voluntarioso, consegue primeiro alforriar-se. Depois, forra o filho e ambos em seguida libertam um compatriótico. E, assim, trabalhando, êsses negros forros vão pagando a liberdade de outros escravos da sua mesma nação, até se tornarem, em Vila Rica, um Estado dentro do Estado, pois Xico torna-se rei do seu povo e compra a mina riquíssima da Encardideira ou Palácio Velho, cuja renda, em regime de verdadeiro socialismo cristão, permitirá à sua "Irmandade" erigir no Alto da Cruz a bela igreja de Santa Efigênia, padroeira do "reino", em cuja pia de água benta as negras virão, nas festas de 6 de janeiro, lavar as suas carapinhas empoadas de ouro, como esmola ou cumprimento de promessa. (V. Diogo de Vasconcelos, *História Antiga*, cit., II, pág. 243-4.)

Merece igualmente menção o famoso João Batista Ferreira Chichorro de Souza Coutinho, Barão de Catas Altas, já nos últimos anos do ocaso do ciclo, com quem tanto brincaram os fados da fortuna. Num simples lance de sorte, torna-se proprietário da mina do Gongo Sôco, donde entra a tirar, de uma hora para outra, durante dois anos seguidos, uma média de quinze quilos de ouro por dia! "Essa fortuna colossal — narra o Pe. Francisco Silva, em seus *Contos Caracenses* — serviu para seu proprietário receber principescamente o Imperador, e fazer-lhe presente da baixela de ouro maciço, em que foi-lhe (*sic*) servida a refeição, o que valeu para o opulento vassalo o título de Barão de Catas Altas. Isso porém não impediu que o seu filho morresse na miséria. Caprichos da fortuna..." (In *R. A. P. M.*, ano XII, pág. 264.) O barão tinha permanentemente posta mesa dos mais variados acepipes, a que concorria, no almôço e no jantar, numerosa clientela. Até que os ovos de ouro do "Congo Chôco" se acabaram e com êles os regabofes luculianos e os seus frequentadores. O barão finou-se sôzinho e sem mais nada. O poeta exilado tinha razão:

"Donc felix eris, multos numerabis amicos;  
Tempora si fuerint nubila,  
Solutus eris."

Essas personalidades nababescas — sem nos esquecermos do contratador João Fernandes de Oliveira, e sua comborça Xica da Silva — valem tão-somente como testemunhos humanos dessa época exorbitante da vida mineira, que foi o ciclo do ouro, ciclo louco e valetudinário de riquezas. Riquezas tão portentosas, que Montesquieu, à medida que foi tendo delas notícias, refundiu, admirado, conceitos que havia expandido antes, no seu *L'Esprit des Lois*, sôbre a entrada do ouro do Brasil nos reinos da Europa. (*Oeuvres Complètes, L'Esprit des Lois*, Paris, La Pléiade, 1951, t. II, livro XXI, cap. 22, pág. 647.)

mente igrejas, que permanecem inacabadas ou se acabam mais humildemente. As populações, sentindo-se sem futuro, movimentam-se nas primeiras migrações ou ficam, devotando-se às práticas agrícolas. Mas, “uma agricultura de poucas generos — escreve o Dr. José Vieira Couto (86) — e quanto baste somente para a sustentação de homens grosseiros, ou de escravos (87); uma agricultura ruínosa, que se fêz sem beneficiar a terra, e só estrumando-a com as cinzas de preciosas matas”. Agricultura primitiva, de coivara, que o honrado mineralogista luso-brasileiro atribui a duas causas principais, atuais ainda nos dias de hoje: o descaso do Estado, que, “fascinado com o esplendor destas aparentes riquezas” do ouro, “não cuidou nunca em dar uma direção a êstes povos instruindo-os e animando-os para esta ordem de coisas; antes pelo contrário até passou a tolher a agricultura, defendendo construírem-se engenhos de cana, e por conseguinte desviando desta maneira os homens do hábito de cultivar a terra, e de tirar dela a sua manutenção” (88); e como segunda causa, Vieira Couto aponta a “longiquidade (*sic*) e aspereza dos caminhos” (89). Por outro lado, as terras das zonas mineradoras são, geralmente, de má qualidade e agravam o problema agrícola, pela sua baixa produtividade. Há colapsos periódicos no abastecimento de gêneros, sobrevivendo assim carestias e calamidades, como as daquele

---

(86) *Memória*, cit., pág. 83.

(87) A refeição se faz à base do milho. Um escrito anônimo de 1747, incluído no *Código Costa Matoso*, enumera algumas das “muitas comidas que se fazem de milho”: pipocas, isto é, o “escolhido da brasa” (como diziam), curau, pamonhas, farinha, cuscús, biscoitos, bolos, alcomonias ou pés-de-moleque, catimpuera, aluá ou cerveja de milho verde, aguardente, canjicas, que os ricos “comem por gosto e os pobres por necessidade”. O fubá é, geralmente, destinado aos animais da criação doméstica, mas também se dá aos escravos, pois é com êle que se faz “o angu para os negros, cozido em um tacho de água athe sequear”. (*V. Código Costa Matoso*, fls. 427 a 431.)

(88) *Memória*, do Dr. José Vieira Couto, cit., págs. 83-4.

(89) *Idem*, *ibidem*.

fatídico ano de 1773, em que a fome devastou a Capitania, vitimando, principalmente, as classes pobres, que debandaram, em procura de outras paragens mais afortunadas (90).

Generaliza-se o quadro da decadência, à medida que os anos se vão passando. “Espanta ao viajero observador — comenta ainda o mesmo Vieira Couto — a suma decadência destas povoações de Minas: transita de arraiais em

---

(90) Um dos problemas permanentes da Capitania era o do abastecimento. As más estradas, na época das chuvas sempre isolaram Minas dos centros de abastecimento. A medida que a população foi se acrescentando com a chegada dos buscadores do ouro, o problema tornou-se verdadeira calamidade pública, principalmente nos anos de 1697-1698 e 1700-1701, as duas primeiras grandes estações do *rush* às Minas. O Anônimo que escreveu a “Relação do Princípio Descoberto destas Minas Gerais” (in *Relatos Sertanistas*) diz, a propósito dessas primeiras carestias: “Com esta notícia das grandezas quis logo vir às minas mas não o fiz por falta de mantimentos nos caminhos e de que morria muita gente. (...) E era tal a falta de mantimentos que se vendia no Ribeirão um alqueire de milho por vinte oitavas e de farinha por 32 e de feijão por 32; uma galinha por 12 oitavas, um cachorrinho ou gatinho (*sic!!!*) por 32, uma vara de fumo 5 oitavas e um prato pequeno de estanho cheio de sal por 8. E tudo o mais a este respeito por cuja causa e fome morreu muito gentio, tapunhuos e carijós, por comerem bichos de taquara que para os comer é necessário estar um tacho no fogo bem quente e aliás vão botando os que estão vivos logo bolem com a quentura que são os bons e se come algum que esteja morto é veneno refinado.” (*Op. cit.*, págs. 75-6.) Pelo que se vê desse impressionante relato, o preço dos mantimentos ainda é mais alto do que os da lista de Antonil. (*Cultura e Opulência do Brasil*, cit., págs. 218-220.) Quando os há e têm a felicidade de encontrar cachorrinhos, gatinhos ou gordas mariposas, para matarem a fome. Senão, é a dispersão desatinada pelos matos do amplo sertão, à procura de qualquer caça. Brasília de Magalhães atribui a essas debandadas impostas pelo *status necessitatis* da fome o descobrimento de novos *placers* auríferos e, pois, a fundação de muitos dos centros populosos do Minas Gerais. (*Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, cit., pág. 311.) Mas, essas carestias tinham resultados mais diretos, como deveria ter sido, por exemplo, aquela “grande Epidemia de Defluxions que coaze todos geralmente padecem”, na Vila do Príncipe, em 1702; não adianta que os Senhores do Senado da Câmara providenciem “sejam os moradores obrigados interpuladamente a fazerem fugueiras de ramos de hervas Aromaticas para purificarem o Ar”: essa “Epidemia dos Povos com defluxions perigosas” (gripe) vitimará muita gente, principalmente escravos, nos anos de 1791, 1792 e 1793, como se pode ver no Livro de Óbitos correspondente. (*In R. A. P. M.*, ano II, fasc. 1.º, págs. 6 e 7.)

arraiais, vê que tudo são ruínas, tudo despovoação; nota que só muito poucos lugares de longe em longe ainda se sustêm, e parecem um pouco mais animados. Uma gente degenerada de costumes, que êles ou seus pais foram escravos, que não trabalham porque julgam que isto é só próprio da escravidão, que servem de pêso ao estado, vivendo de furto ou esmolas (91), gente de côr chamada, formam o grosso dos habitantes dêstes pobres lugares, enquanto as primeiras famílias, os filhos dos antigos e ricos mineiros, caídos em vergonhosa pobreza, correm a ocultar as suas indigências entre a solidão das roças. Alguns mineiros, a maior parte dêles empenhados ou falidos, cobertos de lôdo, e cheios de esperanças às portas de suas minas, ou às margens dos rios, ainda lutam, ainda pretendem ter mão na esfarrapada fortuna. Êstes arraiais, povoações tôdas de mineiros, que em tempos atrás foram fundados e levantados de seus alicerces à custa do ouro extraído de suas lavras, que foram florescentes, hoje arruinadas, seus habitantes nem ainda os podendo conservar, que decadência de mineração!" (92).

Os homens do comércio ainda estão em situação pior: "A terra se despova — escreve em outro lugar êsse mesmo cronista da decadência mineira — o comércio se estanca, uns não se atrevem a fazer giram o seu cabedal porque não sabem a hora em que se verão perdidos, ou êles próprios, ou os que lhes comprarem as fazendas. Os comerciantes do Rio de Janeiro, que fiam as suas fazendas às

---

(91) Descrevendo as boas qualidades do povo mineiro, Mons. Pizarro repreende sua excessiva condescendência para com os vadios: "...e à exceção dos vadios (a quem o liberal acolhimento dos povos auxilia, ministrando-lhes o sustento em qualquer hora que êles o procuram pelas casas, de onde têm origem o número avultado de facinorosos e homicidas) — escreve o autor das *Memórias Históricas* — todos os habitantes das Minas estão em razão igual de proveitosos, e úteis ao público". (*Op. cit.*, 8.º vol., t. II, pág. 61.)

(92) *Memória*, cit., pág. 77.

mãos cheias para qualquer das outras comarcas, recusam até ouvir o nome de Sêro Frio [Vieira Couto refere-se à Demarcação Diamantina]; o escasso povo que resta, descontente e como estúpido, se define e a nada se abalança, enquanto mede com os olhos o lugar para onde se retire" (93). E termina, comparando o Tijuco a "um pequeno bairro de Constantinopla", de vez que a lembrança da Turquia e de tudo o que lhe diz respeito é, na época, o máximo desar. Esse abalo comercial irá determinar — na opinião de Roberto Simonsen — a primeira crise econômica brasileira do Centro-Sul, principalmente porque, arrefecida a mineração, se seguirá a pouco desejável conjuntura da "falta de uma produção rica e exportável, numa organização social em que o atraso dos habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava não permitem um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso" (94). Flagrante típico dessa "economia de folclore" será aquêlê encontro do viajante inglês John Luccock, em Vila Rica, com gente "na maior parte de côr misturada, empregando-se em fiar algodão e outras indústrias domésticas", onde irá dar com um comércio parado, onde as lojas fechadas só testemunham a ruína sem "sinal exterior algum de prosperidade comercial" (95). Aliás, mais do que parada, mas em ruína inteira vai parecer o Arraial de Santa Bárbara a outro viajante estrangeiro, Saint-Hilaire, que, ao passar por lá, nos princípios do século passado, observa que "êsse vilarejo estava de tal forma abandonado, que um proprietário que ali possuía várias casas garantiu que ninguém queria habitá-las mesmo de

---

(93) "Memória da Capitania de Minas Gerais", do Dr. José Vieira Couto, citada por J. Felício dos Santos, in *Mems. Distr. Diam.*, pág. 179.

(94) *História Econômica do Brasil*, cit., II, pág. 90.

(95) *Notas sobre o Rio de Janeiro*, São Paulo, Livraria Martins Editora, trad. de Milton da Silva Rodrigues, 1951, 2.<sup>a</sup> edição, pág. 337.



graça" (96). Faz-se ouvir também nesse mesmo tom de lástima o próprio Governador D. Manuel de Portugal e Castro, às vésperas de sua partida para Portugal, ao escrever ao Congresso, nestas palavras que valem como um verdadeiro epitáfio da falecida grandeza aurífera da Capitania: "A Província de Minas Gerais, Augusto e Soberano Sr., é aquela que, podendo dizer-se a mais feliz, pelas suas riquezas naturais, se considera em muita decadência, por não se haver coadjuvado para os Estabelecimentos de que é suscetível. Ela guarda em seus terrenos o Ouro, os Diamantes, e outras Pedras Preciosas e enfim tudo o que se pode dizer raro, tanto nestes gêneros como em produzir os de primeira necessidade, mas (e com que magoa o profere êste Govêrno) é hoje apenas uma sombra do que podia ser em proveito, e utilidade das Nações e de seus Habitantes se lhe tivessem sido proporcionados os meios de aumentá-la, e não de destruí-la, como acontece nestes últimos anos" (97).

É o colapso da cultura aluvional do I Século das Minas Gerais, aquêle colapso civilizacional de uma sociedade que — na interpretação de Arnold J. Toynbee (98) — não conseguindo compor e harmonizar os elementos que a integram, sente bloqueada sua determinação de vida e de futuro, e morre, deixando apenas os vestígios de sua passagem, como uma grande torrente que chega, espraia e passa.

---

(96) *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, cit., t. I, pág. 191.

(97) "Offício para o Soberano Congresso", in *R. A. P. M.*, fascs. III e IV, pág. 592.

(98) Arnold J. Toynbee, *Estudio de la História*, Buenos Aires, Emecé Editores, 5 vols., 4.º vol., 1.ª Parte, pág. 147.

## CAPÍTULO II

### *A Religião e o Clero nas Minas Gerais Setecentistas*

*"Vejo, Marília,  
que o nédio gado  
anda disperso  
no monte e prado;  
que assim sucede  
ao desgraçado,  
que a perder chega  
o seu pastor."*

TOMÁS A. GONZAGA  
(*Poesias*, 78.)

**A** PRIMEIRA ENTRADA da civilização cristã no território das Minas Gerais se deve ao castelhano Francisco Bruza de Espinoza, "grande Lingua, e homem de bem, e de verdade, e de bons espiritos" (1). Partindo do Pôrto Seguro, em março de 1554, enveredou "pola terra dentro 350 leguas, sempre por caminhos pouco descobertos, por serras mui fragosas que não teem conto", conseguindo arribar "até a um rio mui caudal" (2): era o São Francisco, junto do qual plantaram os expedicionários a primeira cruz, e ergueram a primeira ermida da terra mineira (3).

---

(1) *Carta de Merce, que o Snr. Gov.or Mem de Sá fes a Vasco Roiz de Caldas e a 100 homens que vão com elle a descobrir Minas*, in *R. A. P. M.*, VI, 3.º e 4.º, pág. 1163.

(2) Carta do Pe. João de Aspilcueta Navarro, in *R. A. P. M.*, cit. pág. 1161.

(3) Carta do Pe. João de Aspilcueta, *loc. cit.*; V. ainda *Os Jesuitas em Minas Gerais*, conferência do historiador Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., in *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*, do Côn. Raimundo Trindade, cit. (págs. 162-180), pág. 164.

No entanto, o primeiro ato formal de religião em Minas Gerais deu-se na tarde de 16 de julho de 1696, ao assentar o Pe. Francisco Gonçalves Lopes (o Padre "Canjica") a pedra de ara do altar carmelitano na primeira capela que o bandeirante Salvador Fernandes Furtado erguera junto do seu descoberto de ouro. Era ao pé de uma fria corrente, que descia dos serros do Ouro Preto para o nascente: a partir daquele dia, teve o nome de Ribeirão do Carmo, pois o sítio era a futura cidade de Mariana (4). Todavia, parece provável que Fernão Dias Pais, homem piedoso, "distinto, e abastado de bens, amigo e benfeitor" de instituições pias, como o Mosteiro de São Bento, em São Paulo de Piratininga (5), houvesse erguido capelas primitivas nos sertões de Ibituruna, de Santana de Paraopeba, de São João do Sumidouro e de Itacambira, lugares que fundara, alguns lustros antes, quando da procura de suas cobiçadas pedras verdes. Os bandeirantes paulistas eram os verdadeiros arautos da fé: desde o princípio de suas andanças, pelas Minas, portavam seus oratórios de cedro ou de cabiúna e as imagens padroeiras, e depois que passaram a viajar em montarias (6), conduziam altares portáteis, que seus capelães armavam à sombra dos cruzeiros de baraúna chantados nas elevações ou dentro dos ranchos cobertos de côlmo, de capim. Foram as primeiras igrejas mineiras.

Quando, à Carta Régia de 18 de março de 1694 — que garantia aos seus descobridores a posse das minas — se segue, em 1696, o público manifesto do ouro, com os bandeirantes que se vão instalando, também começam a arribar os primeiros padres, que são os lendários capelães

---

(4) *Fundamento Histórico*, de Cláudio Manuel da Costa, cit., pág. 159.

(5) Afonso de E. Taunay, *História Antiga da Abadia de São Paulo*, São Paulo, Tipografia Ideal, 1927, pág. 73.

(6) O primeiro a introduzir animais de montaria em Minas é o fidalgo espanhol D. Rodrigo de Castel Branco, ali pelas alturas de 1680.

paulistas, o Pe. João Faria Fialho (o Pe. Faria), o Pe. "Canjica", o Pe. Francisco de Oliveira Barbosa, Frei José de Jesus, o "Catarro", o Pe. Roque Pinto de Almeida, o Pe. Paiva, do Tijuco, etc., sem falar nos estrangeiros, como o Pe. Bitancur, o Pe. de La Contria, etc.

Em 1706, no vale do Rio das Velhas, há apenas três freguesias, Sabará, Roça Grande e Raposos; "estas três — narra o anônimo autor da *Relação do Princípio Descoberto destas Minas Gerais*, inserta nos *Relatos Sertanistas*, coligidos por Taunay — tinham vigários e mais arraiais tinha crégigos (*sic*) que diziam missa nos terreiros dos moradores que os ranchos eram de capim e beira; no chão armavam altares com estacas e tapados com esteiras de taquara diziam missa e confessavam e desobrigavam" (7). O mesmo anônimo conta que a freguesia de Raposos se repartiu em três: Santo Antônio do Rio Acima, Rio das Pedras e Congonhas do Sabará. E se criou mais outra, a de Santo Antônio de Mouraria do Arraial Velho (8), cuja capela, "tapada fechada com porta e coberta de capim que não havia ainda têlha", foi mandada fazer pelo autor da dita *Relação* (9). Seu primeiro vigário, o Pe. Francisco de Oliveira Barbosa, "foi ao Rio

---

(7) *Relatos Sertanistas*, cit., pág. 71.

(8) O historiador sabarense Zoroastro Passos enumera assim as velhas igrejas de sua terra: "A capela da Senhora do Ó é de 1717 e está de pé: com a demolição da capela de Santa Rita, erigida próximamente no ano de 1714, e demolida há pouco viu-se na demolição que ainda podia viver, com retoques ligeiros, mais duas centúrias; a capela de Santo Antônio da Mouraria, no Arraial Velho, distrito do Rio das Velhas, que se demoliu há mais de 20 anos, e onde ouvi muita missa, devia ter sido levantada próximamente a 1700, e que em 1711 já era Matriz: a capela de Santo Antônio do Bom Retiro, na "Rossa Grande", também no distrito do Rio das Velhas, e que foi como o do Arraial Velho, Matriz em 1711, se demoliu quando eu já era médico; a Igreja Grande, "no distrito do Sabará" começou a construir-se em 1701 (Monsenhor Pizarro); a capelinha do Hospício, um mimo de construção colonial, foi feita pouco depois de 1714." (*Em Torno da História do Sabará*, Belo Horizonte, Imp. Oficial de Minas Gerais, 1942, 2 vols., t. II, págs. 87-88).

(9) *Relatos Sertanistas*, cit., pág. 71.

de Janeiro, e o Senhor Bispo lhe deu a provisão que fôsse levantar igreja no Curral del Rei e fêz-se vigário e foi o primeiro" (10).

Seriam essas igrejas daquelas primeiras que o visitador diocesano Cônego Gaspar Ribeiro Pereira, por mandado do Bispo do Rio de Janeiro, institui nas Minas, em 1703, que, acrescentadas de outras, nos anos seguintes, irão completar mais de vinte, em 1712, após cessadas as agitações da Guerra dos Emboabas. Porque dessa guerra ficará apenas o escândalo sem remédio da passagem dos frades apóstatas Francisco de Menezes, Firmo e Conrado, que determinará drásticas medidas restritivas da entrada e permanência de religiosos nas Minas Gerais. Será, porém, somente doze anos depois que se erigirão as primeiras vigararias colatícias: a Carta Régia de 16 de fevereiro de 1724 criará vinte, que serão as primeiras paróquias mineiras (11).

Essas paróquias, e as mais capelas que se fôrem fundando em seguida, receberão agora a visita dos próprios Bispos fluminenses: Dom Frei Antônio de Guadalupe, que, em 1726, está na Vila do Carmo, criando nas comarcas as Varas Eclesiásticas e os respectivos Vigários; Dom Frei João da Cruz, de saborosa memória, que permanece nas Minas quase dois anos, vivendo ali episódios de vária emoção, pelo seu temperamento desassossegado (12); e, por último, Dom Frei Antônio do Destêrro e Malheiros, o bispo das pastorais, que zurze os vícios e abusos que vai encontrar nos costumes religiosos dos colonos.

---

(10) *Idem, ibidem.*

(11) *Ejemerides Mineiras, cit., I, pág. 195.*

(12) *V. História da Civilização Mineira, cit., págs. 34-43; V. Mário Behring, Revista Kosmos, Rio de Janeiro, 1907 (Artigo sobre o caso dos "badalos").*

Então, já promovido a Capitania independente, o território das Minas continuava a receber levas e levas de procuradores de ouro. “Havião dez annos — descreve essa corrida no tempo da Guerra dos Emboabas o Pe. Manuel da Fonseca, em sua *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes* (13) — que se tinham descoberto aquelles thezouros da natureza, e com a fama do ouro tinha concorrido tanto povo, não só de S. Paulo, e de todo o Brazil, mas passando além do mar a notícia de tão precioso metal, se abalarão tambem os Europeos com tal empenho, que nestes breves annos se achavão já naquelles até então incultos Certoens, e só habitados de feras, e Gentios, grandes povoaçoens de Portuguezes. Não havia entre elles Ley que os obrigasse a viver sujeitos, e só com huma livre escravidão se sujeitavão todos aos seus vicios”.

Se a carestia da terra era grande no campo de sua economia material, como dizia a carta do bispo que propôs a criação das primeiras paróquias mineiras (14), maior deveria ser aquela da lavra das almas. Não eram tanto as fomes periódicas, era a imoralidade cega e brutal dos colonos que trouxera consigo a carestia geral. Um dito da época asseverava que “todo aquêlê que atravessava a Serra da Mantiqueira aí deixava dependurada ou sepultada a consciência”. Era a pura verdade. Atualizava-se, assim, o antigo conceito de vida dos homens dos descobrimentos marítimos: *Ultra equinoxium non est peccatum*. Tôda aquela gente, que chegava de além-mar e dos outros cantos do Brasil, vinha siderada pela ambição mais implacável. Não havia melhores nem piores: todos se igualavam no afã da fortuna rápida e fácil. Por isso,

---

(13) Cit., pág. 204.

(14) Carta de D. Fr. Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, de 26 de abril de 1712, da qual resultou a criação das primeiras paróquias de Minas. (*Efemérides Mineiras*, cit., IV, pág. 174).

não recuavam diante de qualquer obstáculo, físico ou moral. A cobiça era o critério do seu procedimento. Os princípios éticos, que houvessem recebido, na infância e na adolescência, eram logo sopitados em seus corações, quando respiravam o clima de febre e de loucura das Minas. Os que logo se engrandeciam, pelo azo das catas felizes, passavam muito cedo a ser prepotentes, predando aos mais fracos, escamoteando a Real Fazenda, tomando vingança dos desafetos e refocilando na devassidão; os mais pequenos, a quem não haviam sorrido as áureas aluviões da sorte, sentindo pouca a desgraça da pobreza, desandavam em roubos e garimpagens proibidas, em mortes e tropelias. Esses crimes — afora os que lesassem o Fisco — não recebiam côbro algum, pois “no mais não havia ministros, nem justiças que tratassem dêles.” Antonil recorda que se guardavam apenas as leis que regulavam o regime das datas e das repartições dos ribeiros (15). Todos êsses rudes catadores de ouro e de diamantes não haviam deixado seus lares, no Velho Mundo, para virem às Minas rezar. Não tinham trazido o catecismo ou a lei em seus sujos fardéis. “Os homens que povoaram o Brasil” — dirá mais tarde A. de Saint-Hilaire (16), a propósito da religião e da moral dos filhos e netos dêsses mesmos colonos — “não traziam de sua pátria senão uma idéia obscura e incompleta da religião cristã; e quando chegavam à América, os desregramentos da maioria dêles já lhes deveriam ter varrido do coração os fracos princípios de moral recebidos durante a primeira juventude. Deixavam a pátria para enriquecer, muitas vêzes mesmo, talvez, para fugir aos rigores da justiça, e é fácil de conceber que uma vida consagrada à avareza e à crueldade, em uma região ainda bárbara, era pouco própria para inspirar-lhes idéias religiosas”.

(15) *Opulência e Cultura do Brasil*, cit., pág. 213.

(16) *Viagem pelas Províncias*, cit., I, pág. 162.

Porque, se “nas Minas justiça humana não tinha ainda tribunal” quase lhe carecia também o tribunal da consciência, que era a religião.

Em tôdas as civilizações, a religião tem sido sempre o freio mais eficaz das paixões humanas. Mas, no ambiente desordenado das Minas, ela não foi tão eficaz em sua ação morigeradora, como se propunha. É que existiu, naquela sociedade aluvional, na fase dos descobrimentos e da maior expansão da produção aurífera, um estado permanente de crise moral. Constituída, tão nova, de mineradores, homens rudes da aventura, que chegam escoteiros à terra do ouro, essa sociedade vai levar tempo para se estabilizar, se estratificar, e, por isso mesmo, não conhecerá os estalões confinados de classe ou de casta, a não ser bem mais tarde, já nos fins do século. Eis porque, talvez, inexistam ali, em tôda a centúria, os freios seguros de uma censura social e moral rígida, como, por exemplo, a que vigorava em São Paulo, na mesma época, mercê dos pressupostos clânicos da gente bandeirante, estabelecidos à base do sangue, da condição econômica ou das posições de mando.

Assim, pois, as paixões andaram sempre desatadas, nas terras da mineração, cujos arraiais congestionados — muito semelhantes, aliás, aos modernos mucambos e favelas — favoreciam a licença dos costumes. O clima de febre ambiciosa, de violência insopitada e de devassidão incoercível caracterizou o ciclo do ouro mineiro, como, de resto, acontece em todos os *rushs* semelhantes, como alega o romancista da especialidade, Brett Hart. E êle se exerce de forma tão envolvente, que nem mesmo aquêles que foram postos para a sua melhora e salvação conseguem escapar aos “miasmas” de seu contágio epidêmico.

Um dos elementos dominantes da sociedade mineira do século XVIII que se deixou envolver pelas condições ambientes foi o clero. Principalmente o clero regular,



representado por frades egressos — já que não existiram na Capitania mosteiros ou conventos, afora os hospícios dos comissários da Terra Santa — que chegaram às Minas com a corrida ao ouro. Possuídos, em sua maioria, da sêde da fortuna, êsses egressos escandalizavam as almas “pelas simonias e libertinagens”, compostos que eram “de negociantes desabusados e extraviadores do ouro” — como os denuncia Diogo de Vasconcelos, em sua *História Antiga das Minas Gerais* (17). Os seus maus exemplos, sugeridos de cima, logo refluíram sôbre as gentes mineradoras, com aquêlê terrível choque de retôrno, que costuma descer daqueles que são postos como “colunas” (18), guias das comunidades. “A notícia do Descobrimento do Ouro na Capitania de Minas — acusa-os o Desembargador José João Teixeira Coelho (19) — logo se espalhou por toda a America, neste Reyno: de todas as partes entravão a concorrer novos Povoadores, movidos da sua ambição. Os Frades de diversas Religioens, levados pelo espirito do interêsse, e não do bem das Almas, accrescentarão em grande parte o numero do povo: elles, como se fossem Seculares, se fizerão Mineiros, e se occuparão em negociaçoens e em adquirir cabedaes por meios illicitos, sordidos, e improprios do seu Estado. Seguio-se logo a escandaloza relaxação dos costumes, como succede sempre aquelles Regulares que, abandonando as suas Comunidades, não observão os seus Institutos” (20). De fato,

---

(17) Cit., vol. II, pág. 216.

(18) *Epístola de São Paulo aos Gálatas*, II, 9.

(19) *Instrução para o Góvêrno*, in *R. A. P. M.*, VIII, págs. 447-448.

(20) Entre os descobridores de ouro e diamantes, encontram-se diversos sacerdotes: o Pe. João Faria Fialho descobre ouro no ribeirão do seu nome, em Ouro Preto, do qual deixa roteiro (Orville Derby, *Os Primeiros Descobrimentos de Ouro em Minas Gerais*, in *R. I. H. G. S. P.*, V, págs. 268 a 273); o Pe. Francisco Xavier Filgueiras descobre diamantes e o Pe. Elói de Torres, italiano, suspeita dêles (*R. A. P. M.*, VII, I e II, págs. 254 e 255; o Pe. Antônio de Mendanha também é um dos primeiros a lavrar diamantes. (*R. A. P. M.*, VII, I e II, pág. 254).

esses sarabaítas sempre surgiam nas Minas apostatados de suas Ordens, mas traziam as maiores dificuldades canônicas às autoridades eclesiásticas, pois, se eram egressos, nem por isso deixavam de declarar sua condição de regulares, exatamente para estabelecerem confusão, e, assim, permanecerem nas zonas da mineração, como tanto desejavam. É a presunção que nos ocorre, ao fato de sempre estarem apostas, ao lado de seus nomes, as discriminações das Ordens a que pertencem, nos documentos do tempo. E a queixa de Antonil confirma o embuste, quando escreve sobre o pouco caso que fazem eles dos Ordinários de lugar e dos seus próprios Superiores: "... até os Bispos e Prelados de algumas religiões, sentem sumamente o não se fazer conta alguma das censuras, para reduzir a seus bispados e conventos não poucos clérigos, e religiosos, que escandalosamente por lá andão, ou apostatas, ou fugitivos" (21).

Quando, nos primeiros anos do século, o Governador Artur de Sá e Menezes regressa a São Paulo e começam as primeiras desordens no Distrito das Minas — desordens que vão redundar na Guerra dos "Buabas" — surgem em cena os primeiros frades vagantes. Um deles é Frei Simão de Santa Teresa, carmelita baiano, "que servia de Secretário e Conselheiro dos Levantados" (22). No entanto, a figura sinistra da guerra é o trinitário Frei Francisco de Menezes: chegado a Sabará em 1707, associa-se ao atravessador Francisco do Amaral Gurgel, esforçando-se por obter a arrematação, por contrato, do talho de carne para as Minas, afrontando os interesses do povo, à frente dos quais se põem os paulistas; o Governador Fernando de Lencastro, do Rio de Janeiro, temeroso das manhas do frade — que já experimentara o monopólio do co-

---

(21) *Opulência e Cultura do Brasil*, cit., pág. 261.

(22) José Joaquim da Rocha, *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*, in *R. A. P. M.*, II, 3.º, pág. 431.

mércio da aguardente e do fumo, importados da Bahia — e impressionado pela reação dos paulistas, frustra seus intentos açambarcadores; ardendo em ódio, o indigno filho de São João da Mata jura vingar-se dos paulistas. De fato, promove a Guerra dos Emboabas, pois inspira a proclamação de Manuel Nunes Viana como Governador dos Emboabas, comanda o primeiro batalhão dos reinóis e bahianos contra os paulistas, cujo destrôço foi solenizado com “hum Missa em ação de graças da boa felicidade do seu intento: nella prestou, e fez prestar juramentos a todos, que prometterão e jurarão em hum Missal, serem fieis as Ordens, e tudo que lhes fosse determinado pelo supposto Governador” (23). Em seu poema *Vila Rica*, Cláudio Manuel da Costa, sem citar-lhe sequer o nome, profliga as manobras do apóstata:

...toma o aspecto  
De um certo religioso, que influíra  
Nas primeiras desordens; e que vira  
Dos nacionais sinceros o destrôço;  
Em contratos sinistros este um grosso  
Cabedal ajuntara, tendo a idéia  
De vender por estanco, o que franqueia  
O liberal despejo dos paisanos.  
Meditando traições, tecendo enganos,  
Firmando no caráter o respeito,  
Aparecia o indigno... (24).

Como se vê, sobram razões ao historiador Dom Duarte Leopoldo e Silva para, por sua vez, classificá-lo como um “caudilho audacioso e traficante sem escrúpulos, (...) profundamente divorciado do espírito de pobreza e mansidão” e, assim, “o irrequieto trinitário (...) não iluminou, decerto, a história das Minas com o brilho de

(23) *Idem, ibidem*, pág. 432.

(24) *Vila Rica*, cit., Canto V.

suas virtudes sacerdotais" (25). Tantas faz o trêfego sacripante, que o Governador Antônio de Albuquerque toca-o para fora da Capitania, motivo pelo qual até recebe elogio do Rei, o qual lhe escreve dizendo que "obrou bem em não admitir nas Minas a Frei Francisco de Menezes, religioso da Trindade, (...) vista a pouca utilidade que podia seguir-se da sua assistencia, por ter sido um dos principaes cabeças do levantamento das Minas contra os Paulistas" (26).

Será justificada pela péssima conduta de Frei Francisco de Menezes e de seus comparsas, que a Côrte de Lisboa reiterará, nos anos seguintes, inúmeras ordens régias às autoridades coloniais, mandando-lhes que prendam, despejem, embarquem, expulsem os frades vagantes das Minas. Mais: o bispo do Rio de Janeiro é até reprimido, em Carta Régia enviada ao Governador Antônio de Albuquerque, "por constar que não tem executado a ordem para não irem as Minas eclesiasticos sem emprego, ou prestimos de missionarios" (27). Igual estranheza manifesta ao Governador de São Paulo e Minas, referindo-se à "omissão com que tem procedido na observancia de repetidas ordens que se lhe tem mandado, e seu antecessor, para se não consintirem nas Minas, Religiosos de qualquer religião que seja" (28). Será esta a única linha de conduta firme da administração portuguesa no século do ouro e, pois, a única que será rigorosamente cumprida. Afora a histórica entrada do jesuíta João de Aspilcueta Navarro (já referida) (29); a missão dos Mares Verdes, realizada pelos jesuítas junto dos índios

---

(25) *O Clero e a Independência*, Rio de Janeiro, Centro D. Vital, 1923, págs. 44-45.

(26) Carta Régia de 12 de outubro de 1710.

(27) Carta Régia de 9 de junho de 1711.

(28) Ordem Régia de 27 de janeiro de 1715.

(29) *V. Notas 2 e 3.*

Paranaubis, segundo a Carta Ânua do Padre Antônio Vieira ao Geral da Companhia, em 1626 (30); e o estabelecimento em Mariana, nos primeiros anos do episcopado de Dom Frei Manuel da Cruz, de uma residência dos jesuítas, a quem o bispo marianense desejava entregar o seu novel Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (31); — nenhuma ordem ou congregação religiosa teve estada permanente em Minas durante tôda a era colonial.

As autoridades eclesiásticas, por sua vez, tentam deter o abuso dos frades giróvagos. Os bispos do Rio de Janeiro — a cuja jurisdição pertencem as igrejas das Minas, antes da criação do bispado de Mariana, em 1745 — ao visitar as zonas de mineração, têm o cuidado de editar seus “mandamentos” ou “capítulos de visita”, em que recomendam a disciplina do clero e dos fiéis, cominando penas às infrações. Documento corajoso, que reúne os conselhos e advertências anteriores, assim como os Mandamentos Gerais, com a análise e a censura dos abusos e dos maus costumes do clero, observados durante todo o ano de sua visita, é a Carta Pastoral de Frei Antônio de Guadalupe, publicada em São João del Rei, no dia 13 de novembro de 1727 (32).

---

(30) “Os índios Paranaubis — escreve o Pe. Antônio Vieira — que em nosso vulgar é o mesmo que Mares Verdes, foram buscados por tantos anos, assim dos padres nossos como dos portugueses. (...) Viviam cento e trinta léguas metidos pelo sertão e por isso de poucos conhecida. (...) Foi a viagem parte por um rio, parte por terra, de um mês”. (Carta I ao Geral da Companhia de Jesus, no dia 30 de setembro de 1626, in *Cartas do Padre Antônio Vieira* (Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo), Coimbra, Imp. da Universidade, 1925, 3 vols., vol. I, pág. 61). Em sua *Memória*, cit., Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos enumera os índios Parimerim, no sertão de Arrepiados, e os Purupis, no sertão de Abre-Campo (*R. A. P. M.*, VI, 3.º e 4.º, pág. 785.) Pelas indicações da Carta Ânua de Vieira, seria exatamente aquela a região mineira visitada pelos missionários de sua Companhia. Os nomes “Parimerim” e “Purupis” lembram algo de semelhante a “Paranaubis”...

(31) *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*, cit., pág. 19.

(32) *Livro das Pastorais* (1.º), do Arquivo do Arcebispo de Mariana, fls. 11 e 12.

A verdade, porém, é que a autoridade dos bispos pouco valia. Já no trato normal com os párcos e seus sacerdotes incardinados, peada pelo regalismo, a autoridade diocesana pouco significava, além do seu poder de ordem; no que tangia ao clero lapso, podia-se esperar alguma coisa de sua influência moral, coisa que, no entanto, “se em outra parte existia — como recorda Diogo de Vasconcelos, em sua *História da Civilização Mineira* (1.<sup>a</sup> parte) (33) — em Minas nunca se sentiu menos que por acaso”. E, depois, era um perigo de vida meter-se o bispo em certas comunidades destabocadas de padres e de fiéis, com intuitos excessivamente morigeradores. “No ano de 1750 — conta o Professor Olímpio Gonzaga, em sua *Memória Histórica de Paracatu* (34) — o bispo de Pernambuco veio às Minas de Paracatu, em visita pastoral, Frei D. Luís de Santa Teresa, que trouxe em sua companhia comissários secretos do Tribunal da Inquisição de Lisboa, para serem distribuídos pelas diversas paróquias de sua imensa diocese. Cheio de zelo pela religião católica, de que era o mais alto representante em tôdas estas paragens, ordenou ao provisor geral, Dr. Antônio Mendes Santiago (35), que publicasse um edital chamando à sua presença todos os homens que estivessem separados de suas mulheres, sob pena de excomunhão (Ação Ministerial em 12 de dezembro de 1750, arquivo da Matriz de Paracatu). Como é fácil de prever, muita gente deixou de comparecer, apesar das intimações feitas pelo meirinho geral, José Ferreira Dias. Esgotados os meios brandos e suasórios, foram lançadas as excomunhões e realizadas muitas prisões. Tramou-se um plano sinistro

---

(33) Cit., pág. 79.

(34) *Memória Histórica de Paracatu*, Uberaba, Tip. Jardim & Cia., 1910, pág. 17.

(35) *Sobre a vida progressa do Padre Antônio Mendes Santiago*, v. Nota 54.

contra a vida de D. Luís: penetraram ocultamente na Igreja Matriz e envenenaram o vinho *Lacrima Christi* (?), usado somente pelo bispo. Na missa do dia 12 de dezembro de 1750, D. Luís sorveu aquêlê fatídico vinho, falecendo poucas horas depois. Foi um alvoroço em todos os arraiais das Minas de Paracatu: todos os sinos dobraram a finado durante três dias, ao mesmo tempo que as rumorosas guardas civis faziam muitas prisões e abriam uma rigorosa devassa, recaindo a culpa sôbre o réu Antônio José de Araújo, que se evadiu, sendo queimado em estátua, pelo Tribunal do Santo Ofício" (36).

Tal o risco que poderia correr o pastor, especialmente zeloso, que quisesse reconduzir ao aprisco certas ovelhas recalcitrantes... É que aquêles aventureiros que tinham subido às montanhas tinham uma religião muito ao seu próprio modo. Sua fé era um hábito, uma velha herança nacional e familiar, não uma imposição de consciência ou um critério moral. Logo absorvido pela terra bárbara, na ânsia da procura da fortuna, exilado pela distância dos seus e da pátria, o colono não era, via de regra, a alma simples e amolgável do catecúmeno aborígine ou africano. Era bruto, ambicioso e recalcitrante no pecado. Com o tempo, porém, a tradicional dureza européia ia-se abrandando. Para isso concorria o trópico, que o ia afazendo a uma certa mentalidade acomodática e laxista, diante das coisas da fé. Para êle a religião ia ficando aquêlê "culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar", que — na opinião do Prof. Sérgio Buarque de Holanda (37) — "corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso".

(36) Outros paracatuanos foram torturados pela Santa Inquisição, entre os quais Clemente da Fonseca Silva, pardo, alfaiate, natural de Santo Antônio do Bom Retiro, Comarca do Sabará, e morador no Paracatu: condenado a açoites e a seis anos de prisão celular, por crime de bigamia, no ano de 1761. (*Memória Histórica de Paracatu*, cit., págs. 19-20.)

(37) *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1956, 3.<sup>a</sup> edição, pág. 216.

Na verdade, não existe nenhuma comunidade religiosa pura. Já no seu bojo, já no âmago das almas, já no choque das tendências aculturativas, ela sofre influências, diretas umas, indiretas outras, e acaba adquirindo um caráter eminentemente popular, que o teólogo, o asceta e o praticante jamais aceitam, mas que existe verdadeiramente. As fermentações dos seus elementos fundamentais, as reações psicológicas dos indivíduos e as inter-penetrações dos grupos culturais em contato — corroendo o acervo dogmático-moral constituído — eis os componentes da religião popular, naquilo que esta signifique santos canonizados pelo povo, práticas religiosas heterodoxas, liturgias folclóricas e sincretismos.

Bruto ou simples, laxo ou acomodaticio, o colono, antes de tudo sentimentalista e ignorante, não pôde fugir a êsse religiosismo popular, mesmo sincretista, que sente a gente mais primitiva. Ao catolicismo popular ibérico, êle foi acrescentando, pouco a pouco, elementos do animismo indígena e do feiticismo africano. É dêsse curioso resultado da aculturação de três raças, de culturas ajustadas na terra brasileira, que surgiu e vive ainda hoje — zelosamente combatido pelo clero ortodoxo — o nosso “catolicismo brasileiro”. E foi assim que desde os primeiros decênios da colonização mineira êle já existia, incorrendo nos anátemas das autoridades eclesiásticas. Principalmente certas práticas africanas que se entremearam nas cerimônias litúrgicas. Em sua Pastoral de 5 de março de 1747, Dom Antônio do Destêrro desaprova o hábito de homenagearem os mineiros Nossa Senhora “com musicas, instrumentos e outras pompas, e ao depois destas ações empregarem-se em bailes, banquetes, *batuques*, saraus e outros divertimentos” (38). Em sua áspera e solitária existência sertaneja, o colono sente-se atraído,

---

(38) 1.º Livro das Pastorais, do Arquivo Arquidiocesano de Mariana fls. 23.



principalmente, pela feição exterior das festas religiosas da Igreja: é a descarga emotiva do instinto gregário reagindo contra a solidão e o tédio (39). Logo essas festas começam a inquirar-se das influências locais e ganham em efeitos pitorescos, cênicos e musicais, inteiramente novos. As pastorais do zeloso Bispo do Rio de Janeiro revelam o clima dessas festas sincretistas, “totalmente alheias ao louvor de Deus e de sua Mãe Santíssima”, em sua indignada opinião. Exatamente a mais pomposa e rica de tôdas elas — a do “Triunfo Eucarístico”, em 1733, na Vila Rica — principia com a saída alvoroçada de bandos mascarados pelas ruas, “uns aprazível objecto da vista nas diferenças do traje, e precioso da compostura; outros na galantaria das figuras, assunto de riso e jocosidade”, e acaba em “danças de turcos e cristãos” (cavalhadas) ou corridas de touros, seguidas de bailes, com “excelentes serenatas de boas músicas” (40). A religião vai se cambiando no ambiente tropical e primitivo, vai se particularizando e se afetivizando: Nosso Senhor Sacramentado sai a dar os seus passeios pelas casas e pelos ermos, com repiques de melodiosos sinos de ouro e de campanilhas, em procissões alegres, que nem fazem desconfiar o viático derradeiro que Deus está sendo para os moribundos; São Bom Jesus esquece, por um pouco, as suas endoenças e “desce do altar para sambar com o povo” (41); o Menino Deus, no Natal, como qualquer

(39) Maria Graham, a inteligente dama inglesa que foi governante de D. Maria da Glória, filha de D. Pedro I e da Imperatriz D. Leopoldina, observou bem, certa vez, que “não podia deixar de considerar a Igreja perfeitamente adaptada às necessidades do povo brasileiro, como a mais simples forma de religião”. (*Escoço Biográfico de D. Pedro I, com uma Notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu Tempo, in Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, pág. 91.) Ela queria referir-se especialmente ao poder de atração mais sugestiva que oferece a Igreja Católica, com as suas pompas externas de culto.

(40) *Triunfo Eucarístico*, in *R. A. P. M.*, VI, 3.º e 4.º, pág. 999.

(41) Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, cit., pág. 215.

criancinha, deixa-se tirar das palhas de sua lapinha, pelos braços de inocentes pastores, ainda mais puros que os da noite santa de Belém, e passa, de presepe em presepe, sem poder dormir, porque os pastorinhos vão cantando e dançando, ao ritmo de seus cajados natalinos:

Ó de casa, ó nobre gente!  
Escutai e ouvireis,  
Lá das bandas do Oriente  
São chegados os três Reis (42).

Nossa Senhora do Rosário e São Benedito ou Nossa Senhora das Mercês e Santa Ifigênia — conforme sejam os foliões negros ou pardos — aceitam o apadrinhamento dos “congós” engalanados, e se deixam conduzir pelos “ternos”, quase deleitados mesmo, como que também dançando hieraticamente em seus andores enfeitados pelas mucamas, à frente da “rainha perpétua”, enquanto, sob o compasso dos zabumbas, dos ganzás e dos adufes, em caminho para o “mastro”, os coros vão entoando suas melodias a duas, três vozes, nostálgicamente:

Em louvor da pureza  
Da Virgem Maria,  
Ela está no céu,  
Na terra nos guia (43).

O Divino Espírito Santo faz vista grossa sobre a sua effigie colombina pintada no esvoaçante estandarte, que os adoradores solteiros vão levando, em “bandeira”, pelos adros das igrejas, pelas ruas e portas de residências, pelos terreiros das fazendas e das senzalas, visando o óbolo e a pitaça, sob o pretexto da festa, misto de devoção e

(42) Pastoril de Natal, colhido pelo Autor no Sul de Minas (Monte Santo e Guaxupé).

(43) Congadas (colhidas pelo Autor, em São Sebastião do Paraíso, Itamoji e Passos, no Sul de Minas.) Aliás Melo Moraes Filho confirma a quadra citada, estudando as congadas. (*Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio, F. Briguiet, 1946, 3.<sup>a</sup> edição, pág. 177).

licença. Mas, a própria Igreja referenda o folclore: no dia de Pentecostes, o séquito do Imperador do Divino segue-o até a porta do templo, onde todos se ajoelham com êle. O padre vem, de sobrepeliz, apresentar-lhe o incenso e um outro traz-lhe o crucifixo para beijar. Em seguida, o Imperador entra no santuário, à sombra de um pátio, e vai colocar-se ao lado de um dos altares laterais, enquanto os seus três pagens se lhe postam adiante. No altar-mor inicia-se solene *Te-Deum*, seguindo-se missa com música, a cargo de um côro de vozes agradáveis e afinadas, interpretando partituras bastante boas, que não se ouviam de forma alguma nas pequenas cidades do centro da França — pois a informação é de Saint-Hilaire (44).

O colono da mineração e das roças compraz-se nessas exterioridades — deliciosos *travestis* folclóricos das cerimônias religiosas — e, a elas assistindo ou delas participando, “forma a sua consciência” e acredita que está cumprindo seus deveres religiosos. O fato de terem o maioral da povoação e os principais moradores saído da igreja antes do Credo — como ainda observou o viajante francês na festa do Divino (45) — é uma prova disso.

Papel vital na vida social e religiosa das Minas vão ter as irmandades. A falta das ordens religiosas primeiras, caberá às Ordens Terceiras substituí-las, até certo ponto. Elas aparecerão no auge do ciclo, ao lado dos outros sodalícios devocionais e associativos, que já as tinham antecedido. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, por exemplo, competirá parte das glórias do faustoso “Triunfo Eucarístico” — talvez a festa mais suntuosa que houve em tôda a época colonial — pois foi ela que empresou a feitura do livro comemo-

---

(44) *Viagem pelas Províncias*, cit., I, págs. 201-202.

(45) *Idem*, *ibidem*.

rativo da grande efeméride, de tal sorte que a gente fica a imaginar se não seria mesmo realidade a lenda de Xico-Rei. Em tôda a vida da Igreja, as irmandades têm exercido uma grande influência social e religiosa. Às vêzes, concorreram decisivamente para salvar a própria fé, como foi no século XIII, quando as ordens terceiras mendicantes se expandiram por tôda a parte e neutralizaram o encarniçamento das seitas acatólicas, mediante a pregação e o exemplo de uma vida de pobreza, de obediência e de castidade; e ainda mais recentemente, no século XVII, quando os bispos cuidaram da mobilização dos fiéis nas Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário e das Damas da Caridade, para fazerem face ao perigo protestante (46).

Nas Minas do século XVIII, diante da ausência das Ordens Religiosas e da dependência regalista em que vivia a Igreja, as Irmandades puderam cumprir, e também suprir, uma grande missão, de transcendência histórica. Queremos acreditar que não se pode fazer a história de Minas sem a história das suas Irmandades, tanto no campo religioso como social, econômico e artístico. Foram elas que, suprimindo a falta dos jesuítas e dos frades, ajudaram o clero a formar religiosamente o povo mineiro; foram elas que se decidiram a erguer e manter as igrejas, seja as matrizes das freguesias, seja os seus próprios templos sodaliciais; foram elas que ajudaram a constituição das fábricas paroquiais, ensejando meios para custear as despesas do culto e do altar; foram elas que patrocinaram a fundação de hospitais e até de instituições de ensino (como foi o caso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, da Serra do Caraça, mantenedora por muitos anos da primeira escola secundária de renome que teve o Brasil Independente); foram elas, enfim, que

---

(46) V. *Etudes de Sociologie Religieuse*, de Gabriel Le Bras, Paris, Presses Universitaires de France, 1956, 2 vols., t. II, págs. 452 et seqs.

cuidaram do incentivo das artes religiosas, da arquitetura, da escultura, da torêutica, da pintura e da música. Até da literatura, como vimos acima. Como todo nôvo-rico, o minerador afortunado adorava a ostentação. Essa ostentação despontava nas realizações das Irmandades, uma querendo fazer mais do que a outra, grandes festas, maiores e ricas igrejas, e tentando obter graças e indulgências pontifícias, umas mais generosas que as outras. A emulação resultante da rivalidade entre os sodalícios foi que deu motivo — no conceito do Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade (47) — à construção das mais belas e opulentas igrejas mineiras. “Foram as Ordens Terceiras — completa o Sr. João Camilo de Oliveira Tôrres (48) — que criaram ao Aleijadinho e a Manoel da Costa Ataíde a situação material necessária para o desabrochar do seu gênio” (49). Curioso *melting pot* da democracia social e até racial das Minas, as Irmandades e as Ordens Ter-

---

(47) *Ap.* João Camilo de Oliveira Torres, *O Homem e a Montanha*, Belo Horizonte, Livraria Cultura Brasileira, 1944, pág. 119.

(48) *Op. cit.*, pág. 119.

(49) De fato, tôdas as obras de arquitetura, escultura e pintura, empreitadas pelos dois grandes artistas mineiros, em Vila Rica, Mariana, São João del Rei, Sabará e Congonhas, resultaram de encomendas de Irmandades e Ordens Terceiras. Mesmo no Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça, as obras de pintura e douramento de sua Capela, por exemplo, foram confiadas a Manuel da Costa Ataíde pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora, em nome da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, nos últimos anos do século XVIII ou nos primeiros anos do século seguinte. É o que declara o próprio Ataíde, como testemunha numa “Carta para Inquirição”, constante do *Códice 328* — 2.º Ofício — Auto 7.803 — 1827, existente no Arquivo dos Cartórios dos 1.º e 2.º Ofícios de Mariana, aos cuidados do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que publicamos agora em primeira mão: “E perguntando (...) ao 4.º [item] disse que elle testm.<sup>a</sup> esteve hum anno pouco mais ou menos empregado nas obras de pintura e douramento da Capela de N. Sra. May dos Homens da S. do Carassa por ajuste que tinha feito com o fallecido Irmão Lourenço fundador da mesma Capella”. (Fls. 16). Esse depoimento do Alferes Manuel da Costa Ataíde é a primeira vez que se divulga, gentileza que devemos ao competente Arquivista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sr. Antônio Ferreira de Moraes, de Mariana. (V. também cap. VIII, dêste trabalho).

ceiras representam, no caótico agregado humano dos dois primeiros quartéis do século, o início de uma diferenciação social, de uma grupalização de classes, que se vão a pouco e pouco definindo e diferenciando, mas harmoniosamente, sob o influxo benéfico e igualitário da religião cristã. A experiência social é tão interessante que fica a lenda da primeira tentativa de um "socialismo" cristão entre nós, realizada com êxito na Irmandade negra de Xico-Rei.

Dada sua importância nas cerimônias do culto religioso, vale a pena comentar a proteção que deram as Irmandades à música de igreja. Repete-se nas Minas o conflito, ou melhor, a confusão entre música sacra e música religiosa, que já determinara no Velho Mundo a fatal decadência da música litúrgica, ensejando o aparecimento de dramas musicais sacros, oratórios e "missas" extensíssimas, *concertate*, em que se começa a pôr de lado o cântico puro e simples, para o realce do *solo vocale* e dos instrumentos. É quando principia o reinado do solo vocal e da orquestra, a partir dos primeiros anos do século XVII, e se descobre que, em lugar do cântico a quatro ou oito vozes, a voz sôzinha tem também poder de emoção e de expressão. Além do órgão, há também o violino, o óboe, a flauta, o cravo, e êsses instrumentos podem participar das partituras musicais que se apresentam nas igrejas: Cláudio Monteverde é o introdutor dessa nova concepção de música, antes religiosa que sacra, que vai culminar em João Sebastião Bach, com a sua "Missa em Si Menor" (50). Pois será essa nova música religiosa — que fêz o encanto das côrtes barrocas dos séculos XVII e XVIII — que irão patrocinar as Irmandades mineiras, para as festas de suas igrejas. Debalde a hierarquia eclesiástica tentará coibi-la (talvez influenciada mais dire-

---

(50) V. Paul Huot-Pleuroux, *Histoire de la Musique Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1957, pág. 142.

tamente pela música sacra pura, litúrgica e liturgicista do grande Tomás Luís de Vitória, patricio de Santa Teresa e de São João da Cruz) através de pastorais, que exigem a eliminação, nas igrejas, do “contraponto sensualista de compositores sem escola, que não se podião numerar” (51). Entretanto, alguns dêsses “compositores sem escola” chamaram-se, no Tijuco, José Joaquim Emérico Lôbo de Mesquita, e em Vila Rica, Marcos Coelho Neto e Francisco Gomes da Rocha, e serão “numerados” para sempre... (52).

A própria Igreja, os bispos e os padres, irão se deixando influenciar pelos hábitos e costumes da sociedade em que vivem e trabalham. Se a longa catequese da Companhia de Jesus junto das populações do litoral

---

(51) Há geral má vontade das autoridades portuguesas, tanto religiosas como civis, em relação aos músicos mineiros, geralmente mulatos. As palavras acima são de D. Antônio do Destêrro, em sua Carta Pastoral de 9 de maio de 1747. (Diogo de Vasconcelos, *História da Civilização Mineira*, cit., pág. 43.) Por sua vez, D. Fr. Manuel da Cruz, na Pastoral de 9 de setembro de 1753, dada na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, reporta-se a uma Carta de D. Fr. Antônio de Guadalupe, em que este dizia que “achara nas musicas que se cantavão nas festividades das igrejas munta profanidade e endecencia tanto nas letras, como na solfa”; (1.º *Livro de Pastorais*, cit., fls. 42.v.) depois de tecer várias considerações sôbre a melhor maneira de se apresentar música de igreja, termina revigorando as instruções de D. Guadalupe, “que para evitar as profanidades e endecencias das musicas mandara por huma Provisão que se não cantassem papeis alguns de musica nas igrejas e capellas sem serem revistos, assim no Latim, como nas letras e solfa”, “solfa honesta e decente” — como diz mais abaixo — que deve ser cantada “por clerigos acantochão”. (Fls. 43-4.)

O fato de ser a Pastoral assinada e publicada em Vila Rica faz crer que era lá mesmo, na Matriz do Pilar do Ouro Preto, que residia a “munta profanidade e endecencia” dos músicos sacros de então. Outro desafeto da música barroca mineira parece ser o Desembargador José João Teixeira Coelho, que assim verbera os nossos compositores: “Aquelles mulatos que se não fazem absolutamente ociosos se empregam no exercício de Musicos, os quaes são tantos na Capitania de Minas que certamente excedem o numero dos que ha em todo o Reyno. Mas em que interessa ao Estado esta alluviaõ de Musicos?” (In *R. A. P. M.*, cit. págs. 561-562.)

(52) São os grandes mestres da música barroca mineira, revelados recentemente pelo Prof. Kurt Lange.

obteve melhores resultados, não obstante os precalços encontrados, era porque a disciplina regular dos inacianos, a par de sua independência de ação, preservara a boa qualidade do trabalho missionário. As Minas, contudo, tanto os Jesuítas como as demais Ordens Religiosas não tiveram acesso, e o clero secular — bispos, párocos e curas — ressentiram-se de certos males de estrutura, que impediam pudesse a Igreja exercer ali sua ação de “garantidora dos costumes” da sociedade. Não foi possível pôrem-se em atividade as suas forças tôdas de combate ao pecado e à transgressão dos cânones estabelecidos. No Brasil em geral, e em Minas em particular, aconteceu também assim, graças principalmente a um embaraço secular à ação espiritual da Igreja, que de há muito pusera em cheque ou neutralizara certos setores de sua ação moralizadora: o regalismo e os padroados.

A condescendência política ou a temporização diplomática da Santa Sé facilitou — como veremos em seguida — a extensão de certos privilégios de padroado à Coroa Portuguesa, que permitiram aos reis lusitanos tôda uma jurisdição *in spiritualibus*, mesmo nos assuntos eclesiásticos mais internos. E também na Igreja Brasileira, desde o aparecimento da primeira manifestação da fé católica na terra de Santa Cruz. O que era comum a tôda a Colônia, teria de sê-lo também, em as Minas Gerais, onde, talvez mais que em qualquer outra parte, o regalismo de Sua Majestade Fidelíssima se fêz sentir mais impositivamente. O caso, por exemplo, da proibição da existência de frades nos limites da Capitania, durante todo o século do ouro — quiçá a única medida governamental que se cumpriu integralmente em Minas — é uma prova dêsse autoritário regime. A Igreja, pois, permanece sujeita à vontade do Estado e dos seus pró-homens.



Manietada assim ao carro do Estado, a Igreja vai poder pouco contra os maus costumes que reinam na Capitania das Minas Gerais, mesmo depois de estabelecida ali a hierarquia eclesiástica, à frente da qual estará o Bispo de Mariana. Este é apenas um alto funcionário da Coroa, sujeito aos caprichos da máquina emperrada da administração real: qualquer ato seu, qualquer censura ou cominação de pena contra os díscolos, dá recurso à Côrte de Lisboa, com efeito suspensivo. Até que retorne a decisão, meses e anos sustarão a ação moralizadora do Ordinário, e a disciplina vai por água abaixo. A autoridade do Bispo pouco vale, afora seu poder de Ordem, pois mesmo junto dos vigários, dos diversos beneficiários vitalícios, só vigora sua influência moral. E esta existe, quando o Bispo está presente, com sua ação e sua virtude, o que nem sempre vai acontecer na sede episcopal de Mariana.

A situação de um pároco colado nas Minas é verdadeiramente privilegiada: êle, como o Bispo, é presbítero, e sendo colado no benefício, torna-se uma espécie de funcionário público efetivo, que só pode ser punido por via de processo formado. O pior que lhe pode acontecer é ser suspenso; mas, em qualquer caso, pode recorrer à Coroa e, se tem prestígio lá, o Bispo pode sair até desmoralizado. O vigário é um servidor do rei, antes de tudo. Logo, o cargo que ocupa é uma posição política, com todos os precalços da situação. O Desembargador José João Teixeira Coelho, em sua *Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais*, escrita em 1780, lamenta que os Bispos de Mariana ousem prover as paróquias da Diocese, pois "he certo que sua Magestade, como Grã-Mestra da Ordem de Cristo [trata-se de Dona Maria I], he Prelada Ordinaria, que se reputa como Patriarca, ou Bispo, e como tal lhe compete não só o prover as igrejas ultramarinas de vigários collados, mas

tambem o nomear vigários encomendados para ellas, emquanto estão vagas" (53). Surge aqui uma grave consequência natural: o critério dos provimentos das paróquias não vai ser sopesado pelo mérito dos candidatos. As provisões serão expedidas em favor dos protegidos e dos afilhados da Côrte. Principalmente no reinado de D. João V, é comum o atendimento a pedidos de áulicos e de gente influente. Daí resulta o descontentamento dos preteridos contra os hierarcas bem favorecidos de benefícios colados, dignidades nobilitantes, melhores côngruas e benesses diversos. O pequeno clero, perdido pelo sertão, pelas capelas e curatos mais humildes, longe do convívio dos que lhe poderiam patrocinar a causa, êsse não tem vez de galgar melhores postos na carreira eclesiástica. Irá repetir-se nas Minas Gerais do século XVIII êsse quadro sempre renovado da rebelião dos ressentidos contra os causadores de sua condição inferior. Aquêles cruéis motins do sertão, nos primeiros decênios do século, que põem em polvorosa os governos dos capitães-generais, têm, entre seus autores intelectuais, padres daquelas regiões da Capitania, "que pregavam em particular e em público idéias subversivas de guerra ao Governador" (54). Empunhando armas à frente de aguerridos jagunços, o padre-bandoleiro Antônio Mendes Santiago, vigário de São Romão da Manga, é o *condottiere* das razias terríveis que devastam os sertões são-franciscanos. "Na turbulência endêmica das Minas o vigário, muitas vêzes, é o liberal que apóia a insubmissão" (55). De fato, naquele transe, a causa que defendem êsses ferrabrases tonsurados é, até certo ponto, justa, pois todos os povos gemem sob a carga pesada dos tributos da capitação. Sérgio Buarque

---

(53) *Instrução*, cit., págs. 454-55.

(54) Diogo de Vasconcelos, *História Média de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imp. Oficial de Minas Gerais, 1918, pág. 95.

(55) *As Minas Gerais*, cit., pág. 129.

de Holanda acredita que o célebre “liberalismo” dos eclesiásticos brasileiros deveria estar largamente relacionado com a situação de inferioridade em que viviam (56).

Entretanto, qualquer que seja a situação em que seja colocado o clero mineiro, sua maioria irá dar conta de si e cumprir dignamente o seu mandado. Ao se ausentar para o Sul, em 1752, na *Instrução* que deixa ao seu irmão José Antônio Freire de Andrade, que o substitui no governo da Capitania, Gomes Freire lhe informa como “em Vila Rica são excelentes os eclesiásticos, tanto o Vigário da Vara, como os dois vigários das paróquias, o de Nossa Senhora da Conceição é muito velho, homem branco e de instrução, com afeto ao partido real” (57). E este sereno depoimento, que põe os pingos nos ii: “Cabendo aqui dar idéia do clero de Minas Gerais e dos seus prelados e ministros — o testemunho é do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos — não irei com as sem-justiças que lhes fez o desembargador José João Teixeira: a imparcialidade é a minha divisa. O clero em geral, tem a sua instrução e costumes: imputar à ordem os defeitos ou crimes de parte dos individuos que a compõem, não é coherente com a boa logica. Ordem nenhuma existiu jamais em que se não tenham alistado nomes indignos” (58).

Porque, na verdade, os nomes dignos da “ordem” não têm conta. Numa ligeira visão do panorama das pessoas ilustres da Capitania, vamos logo defrontar com o Pe. Antônio Caetano Vilas Boas, vigário de São João del Rei, orador eloquente “e o mais recommendavel dos parochos”; o Pe. Francisco de Paula Meireles, bacharel em filosofia e professor régio de lógica, metafísica e ética,

---

(56) *Razes do Brasil*, cit., págs. 166-67.

(57) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. XVI, n.º 11, da pág. 359 a 370, pág. 362.

(58) *Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais*, cit., pág. 823.

em Mariana: o Côn. Francisco Pereira de Santa Apolônia, chantre da Sé marianense, “conhecedor das antiguidades da Capitania”, bom administrador eclesiástico e também civil, pois irá ocupar, em dias decisivos, o Governo da Capitania; o Pe. João Ferreira Soares, canonista em Mariana; o Côn. João Luís de Soiza Saião, orador, canonista, de “memoria descompassada”; José Joaquim Viegas de Menezes, “de conduta irreprehensível — anota ainda o velho memorialista Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos — deve ter lugar em nossa escritura por suas boas partes, e particularmente por sua pericia na Arte de gravura”; o Pe. José Fajardo de Assis, vigário de Pouso Alto, “Orador eloquente, e bom Poeta”; o Côn. Luís Vieira da Silva, “Presbitero Secular, antigo Lente de Filozofia na Cidade de Mariana, possui hum grande fundo de erudição: seus discursos Oratorios lhe grangearão creditos, e suas desgraças, compaixão”; o Côn. Manuel Acúrsio Nunan Pereira, “recommandavel por seus serviços feitos à Igreja em dilatados annos, que servio de Parocho, e por sua conducta civil, e moral”; o Pe. Silvério Ribeiro de Carvalho, “com genio particular para a Satira, que aduba com graça e sal, passa justamente pello Tolentino de Minas”; o Pe. João Ferreira de Souza, cujo nome “não deve passar em silencio, quando se trata das pessoas benemeritas de sua Patria. Em Parocho da Freguezia da Itaverava edifica a seus Freguezes com sua moral e bom exemplo. E porque possui a eloquencia do Pulpito, tem feito com seus discursos grande proveito ao Bispado”; Frei José Mariano da Conceição Veloso, franciscano, “celebre por suas fadigas Botanicas e Literarias, e não menos por seu Patriotismo; tem esclarecido o mundo, não só a sua Patria com escritos e traduçoens. Este homem extraordinario não se forra a trabalhos, nem a despesas, que condução a illustrar o seu Paiz”; o Pe. Pascoal Bernardino Lopes de Matos, “Bacharel formado

em Canones, e Presbitero Secular, he bem que viva nos escritos de hum discipulo, que fazendo justiça a todos a não deve negar a hum Mestre, optimo Grammatico, e Latino, Excellente Retorico, e Orador" (59).

Mas, não é apenas no campo religioso que se distinguem os sacerdotes setecentistas. Alguns são grandes condutores de almas, verdadeiros líderes populares, tantas vezes em choque com o despotismo das autoridades reinóis. Em pleno regime do terrorismo levado à Demarcação Diamantina pela vigência dos ditames do Livro de Capa Verde, o povo tijuquense sofria horrores, em 1785, às mãos do Intendente José Antônio Meireles Freire, alcunhado o "Cabeça de Ferro", pela sua teimosia e maldade. Como nunca, as prisões regurgitavam, de gente muitas vezes inocente e de pobres garimpeiros. Chega para pregar, na festa de Nossa Senhora do Carmo, o Pe. Dr. Gabriel Brandão. Visita os presos e sente a presença da mão cruel do "Cabeça de Ferro" pesando sobre tôda a Demarcação. No dia da festa, sobe ao púlpito para pregar. O Intendente está sentado bem à frente, com todo o seu séquito de esbirros e funcionários. E Joaquim Felício dos Santos continua a contar a história: "O tema do padre é — "A obrigação que têm os magistrados de usar de indulgência na aplicação das leis penais, não devendo a punição ser inspirada por ódio ou vingança, e sim pelo espírito de justiça e equidade". Descreve os sofrimentos do povo da Demarcação Diamantina, as perseguições de que era vítima e voltando-se para o Intendente, exclama: "Ministro de Satanás! Como aferrolhas míseros inocentes, nesse horrível calabouço, cujo crime único foi terem cavado na terra os tesouros

---

(59) Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, *Memórias*, cit., cap. 12 (*Pessoas Illustres da Capitania*), in *R. A. P. M.*, I, 3.º, págs. 443-452. Tôdas as citações dos sacerdotes acima pertencem a esta obra, verdadeiro Panteon mineiro do século XVIII.

que a Providência aí oculta, para sustentarem a vida? Um dia, talvez em breve, a inocência clamará contra ti no tribunal divino, longe das paixões do mundo; e a maldição de Deus pesará sôbre a tua cabeça". A partir daquele momento, ao contrário da vingança que tomaria contra o pregador, Meireles Freire abriu as portas das prisões e daí por diante, mudou inteiramente de proceder" (60).

Além da repulsa contra a injustiça, essa atitude representa talvez algo daquele "desdém pelo mal" — que realça Alceu Amoroso Lima, no estudo do caráter do mineiro (61) — que leva a uma admirável temeridade no combate ao mesmo mal. O sacerdote vai ser, em momentos dramáticos, o anjo da paz e da caridade. Da paz, como o foi aquêlê "veneravel Pe. Cambraia", nos tempos do Contratador Felisberto Caldeira Brant, que salvou o Tijuco da mortandade e da guerra civil, evitando o desfôrço que o Contratador queria tomar do atrevido Ouvidor José Pinto de Moraes Bacelar, que ousara, em plena igreja, atirar uma flor ao colo de uma linda parenta dos Caldeiras (62). Da caridade, como o daqueles padres mestres que, à frente das mesas administrativas da Santa Casa de Misericórdia da Vila Rica e do Hospital de Misericórdia de Sabará, mantiveram a tradição da assistência ao doente necessitado, naquelas vilas (63), a louva-

---

(60) *Memórias do Distrito Diamantino*, cit., pág. 199.

(61) *Voz de Minas*, cit., pág. 57.

(62) J. F. Santos, *Memórias*, cit., pág. 115.

(63) Na Carta que dirige a El-Rei, sôbre a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica, assim se manifesta o Governador Gomes Freire de Andrade, em 30 de agosto de 1735: "Sr. A Capitania destas Minas se acha sem caza de Miz.<sup>a</sup> instituto igualmente pio, qu.' proprio dos Portuguezes q.' o introduzirão em todas as Colonias de Africa Azia e America, em notoria utilid.<sup>e</sup> temporal dellas alem do principal fim de serv.<sup>o</sup> de Deos, em nenhuana p.te dos dominios de V. Mag.<sup>e</sup> he mais necessar.<sup>a</sup> e util a Irmandade da Miz.<sup>a</sup> com hospital pois ainda as pessoas q.' possuem bastante riqueza morrem ao desamparo, porq.' ficão nas doenças sem mais

bilíssima tradição das “misericórdias” portuguesas, que o Brasil herdou, dentre seus melhores legados cristãos.

Quando, nos princípios do século XIX, A. de Saint-Hilaire visita a Província, êsse clero marianense, formado por Dom Frei Manuel da Cruz, ou já morrera quase todo ou ainda remanescia nos velhos párocos que foram justamente motivo da veneração geral, anotada pelo viajante. As candentes observações que êle faz a respeito da conduta de certos padres referem-se quase sempre a uma geração clerical oriunda dos tempos dos procuradores. É quando preconiza o preenchimento das freguesias pelo sistema dos concursos, antes existente, mas abandonado naquele tempo, talvez por causa da decadência econômica, que não mais justificava êsses difíceis concursos para paróquias em ruínas. Já então, a situação do clero, mesmo nos centros de mineração ativa, seria de grave penúria.

Muito se tem falado e escrito sôbre o ávido clero que se arremeteu para as Minas, em busca das suas fabulosas riquezas. Mas, não se tem dado a ênfase correspondente ao fato de que, via de regra, se os padres não se dessem à mineração, morreriam à míngua. Já vimos que o primeiro documento referente à Igreja das Minas — a carta de Dom Francisco de São Jerônimo — é um

---

assistência q.' a de escravos barbaros e bucaes." (*In R. A. P. M.*, XVIII, págs. 85-6.) Vale igualmente lembrado aqui o gesto do potentado Antônio de Abreu Guimarães, em Sabará, no ano de 1787, que teve naturalmente a influência do clero, criando o chamado “Vínculo do Jaguará”. Abreu Guimarães se propunha oferecer as fazendas do Jaguará, Vargem Comprida, Mocambo, Riacho d’Anta, Pau de Cheiro, Forquilha, Melo, Barra do Rio Melo e beneficências para estabelecer diversas fundações, como um seminário para instrução de meninos pobres, em Jaguará; um outro, para a educação de donzelas necessitadas; um hospital em sítio próprio e competente para a cura do mal de São Lázaro, “que naq.le continente vai grassando”; um subsídio anual para a cura de outras enfermidades que não sejam contagiosas, em Sabará; e o rendimento perpétuo para as convertidas do Recolhimento do Rêgo, em Lisboa. Êsse generoso “Vínculo”, aprovado por alvará de 4 de junho de 1787, era grande demais para o acanhado meio em que surgiu. Não sobreviveu, nem se cumpriram os propósitos do seu instituidor. (*V. R. A. P. M.*, II, 4.º, pág. 767.)

pedido ao rei, para que socorra aos párocos, que não podem sustentar-se com as suas magras cóngruas ordinárias. Mas, e os dízimos devidos à Igreja? — podia-se perguntar. Acontecera, desde muito, que os Bispos do Reino, em face de um povo escorchado por tantos tributos (um pobre povo que pagava rendas e foros senhoriais, jugadas, passados, sisas, primícias, pedágios, corvéias e mil e uma taxas, ao rei, aos nobres e ao clero), foram encontrando resistências cada vez maiores para receber os dízimos. A sua cobrança, depois que as capitulares de Carlos Magno os haviam mesmo transformado em “dizimação” dos bens do povo, acabara tornando-se odiosa, dificultando sobremaneira a sua arrecadação. Ou esta ou outra razão política — que acreditamos mais provável — fêz com que, em Portugal, os dízimos passassem à Ordem de Cristo, o que vale dizer a El-Rei, o Grão-Mestre da Ordem (64). E assim a administração real foi encaminhando para seus próprios cofres a contribuição decimal dos fiéis cristãos, comprometendo-se, a partir de 1632, a sancionar uma tabela de emolumentos, como salários dos serviços prestados pelo clero, que os Bispos organizariam: assim nasceu o regime das cóngruas (65),

---

(64) “Quando a Santa Sé Apostólica concedeu à nossa Ordem os dízimos das Ilhas, e Conquistas Ultramarinas, a primeira e principal obrigação foi para se haver de prover ao culto Divino, e edificar igrejas, repará-las, quando fôsse necessário.” (*Estatutos da Ordem de Cristo*, parte 3.<sup>a</sup>, tít. 17.)

(65) Mons. Pizarro, que estuda exaustivamente o assunto das cóngruas comenta: “De acôrdo com êsse estatuto, a Carta Régia de 8 de setembro de 1632 mandou prover, com preferênciã a tudo, ao pagamento dos ministros, e culto Divino das Igrejas do Ultramar (...), sendo com êsse encargo que a Ordem de Cristo, e o Soberano, como Grão Mestre dela percebe as rendas, e dízimos das Conquistas, e nessa circunstância, tendo os Alvarás de 8 e 30 de setembro de 1633 mandar pagar com promptualidade (*sic*) as Cóngruas Eclesiásticas do Bispado da Bahia, igualmente ordenou a Provisão de 31 de janeiro de 1689 o pronto pagamento das Cóngruas Capitulares desta Sé [Rio de Janeiro] como repetiu outro Provisão de 3 de fevereiro de 1716.” (*Memórias Históricas*, cit., t. VI (todo dedicado ao estudo dos Cabidos, Cônegos e Cóngruas e Bene-



sob o qual viveu a Igreja, em todo o tempo em que foi unida ao Estado. Nas Minas, logo após o *rush* do ouro, promulgaram-se tabelas especiais, que, se resolveram a situação econômica dos prelados e dos párocos das grandes freguesias, deixaram os vigários e capelães das igrejas mais humildes numa situação de verdadeira miséria (66).

fcios Eclesiásticos, pág. 9.) Segundo os atos régios de 18-9-1681, 19-10-1733 e 14-12-1749 (verdadeiros reajustamentos "salariais" do Clero), as cõngruas para a sustentação dos ministros eclesiásticos, "e mais sujeitos destinados ao serviço da Sé do Rio", foram (1.º e último aumentos):

1681	1749
Deão .....	Deão .....
100\$000	300\$000
Cada uma das Dignidades (Conesias) .....	Cada uma das Dignidades inferiores .....
80\$000	240\$000
Cõnego de prebenda inteira .....	Cada prebenda inteira ..
60\$000	180\$000
Cõnego de meia prebenda .....	Cada meia prebenda . .
30\$000	90\$000
Cada Capelão .....	Cada Capelão .....
25\$000	100\$000
Subchante .....	(Alvará de 12-2-1752)
10\$000	Subchante .....
Cada um dos Moços do Cõro .....	4 Moços do Cõro . .
12\$000	} (aumen-
Sacristão .....	Sacristão .....
25\$000	} to para
Porteiro da Maça .	Porteiro da Maça . .
10\$000	} todos)
Mestre de Capela .	Mestre de Capela .
40\$000	Organista .....
Organista .....	} 200\$000
25\$000	Cura .
Cura .....	. 200\$000
73\$220	

(incluídos 23\$920 de ordinária da Igreja Paroquial)

(*Memórias Históricas*, cit., t. VI, cap. II, págs. 8 e 9.)

A cõngrua dos bispos era anualmente de 80\$000, e se lhe acrescentava a quantia de 80\$000, para distribuírem em esmolos, e 120\$000 para os oficiais dos mesmos bispos em conformidade da citada Provisão de 18 de novembro de 1681. (*Idem, ibidem*, t. IV, pág. 13, *infra*).

(66) Para que se avalie bem a situação dos Párocos mineiros, em relação às conhecenças transcrevemos êste trecho da *Resposta* que deu o Dr. Quintiliano, Vigário de Congonhas do Campo, em nome do Bispo de Mariana, a propósito do *Requerimento* de um tal D. Francisco de Sales: "...É certo que esta Freguesia [Congonhas do Campo] se compõe de nove mil pessoas de Sacramento e que nem tôdas pagam, nem podem pagar as

Foi então que os vigários, para cuidarem de sua subsistência, tiveram de lançar mão da "conhecença", além dos seus parcos emolumentos comuns. A conhecença era uma espécie de recibo de confissão que o fiel recebia do pároco, após o cumprimento de seus deveres anuais de desobriga pascal. Como todos tinham de se confessar na quaresma, os párocos, a quem competia a contribuição, recenseavam os seus paroquianos, de casa em casa, e davam êsses bilhetes como talões de um recibo: tanto por cabeça dos maiores que comungavam, e metade por cabeça dos menores que não comungavam: a conhecença é o recenseamento do Brasil colonial (67).

---

conhecenças, havendo entre elas perto de três mil que são tão pobres, ou necessitados, que têm antes todo o direito de exigir do seu pároco o socorro de que necessitam, e que êle não pode dar por ter tudo enterrado nas mãos dos avarentos da freguesia. Os mais, ou entram na ordem daqueles que vivem empenhados, cujos bens ou fazendas se acham penhorados e seqüestrados pela Real Fazenda e por isso privilegiados para não pagarem, nem se pode haver dêles pela exclusão daquela dívida, que tem preferência sôbre todos os mais credores: ou são daqueles, que absolutamente não querem pagar, cuja repulsa se sofre por não ter mil pleitos e demandas com cada um dêles, com despesas consideráveis para ser pago depois de longos anos de demora: resta o pequeno número dos que voluntariamente pagavam, e êsses mesmos se têm esquecido de o fazer, levados das falsas persuasões de um tal Procurador, pelo mau exemplo do referido Acórdão da Relação do Rio de Janeiro; e eu passo a afirmar e o jurarei ainda pelos Santos Evangelhos, que dêsses mesmos há perto de dois anos poderei ter percebido 100\$000 réis. A êste estado se reduz com inteireza e verdade a grande soma de mil cruzados de conhecenças que o Autor do requerimento calcula na sua súplica". (*Ap. Cônego Raimundo Trindade, Arquidiocese de Mariana, cit., vol. II, págs. 52 e 53.*) Este depoimento ilustra bem muita coisa a injustiça de certos comentários que se fizeram às conhecenças nos tempos coloniais. Aliás, a culpa sempre residiu no poder civil, que jamais cumpriu os têrmos do convênio da entrega dos dízimos à Ordem de Cristo (ao Rei, diga-se melhor), deixando o clero quase sempre na penúria.

(67) "Conhecenças eram bilhetes de confissão. Como todos tinham de se confessar na quaresma, os párocos, a quem pertencia a contribuição, faziam o recenseamento de seus paroquianos, casa por casa, e davam êsses bilhetes como talões de recibos, tanto por cabeça dos maiores, que comungavam, e metade por cabeça dos menores, que não comungavam. Ainda temos listas dêsse tempo e servem para se conhecer a estatística de nossas antigas povoações". (Diogo de Vasconcelos, *Hist. Civ. Mineira*,

Porque era, no campo religioso, uma bitributação (já que o Rei também cobrava o dízimo) e uma contribuição direta, a conheçença jamais foi bem aceita pelo povo, principalmente depois de exarado o t rmo da Junta de Ministros Seculares e Eclesiásticos, reunida em Vila Rica, em novembro de 1735, por determina o do Governador Gomes Freire de Andrade, que estipulou num quinto de oitava (300 réis) a taxa pessoal de conheçença; diversos conflitos se estabeleceram entre fiéis e vigários, por muito tempo, sem que a administra o real achasse a soluço para “ultimar as contesta es que afastam os párcos do seu ministério, tornando-os desprez veis aos olhos dos seus fregueses” (68). Entretanto, deslembados dos efeitos dessa penosa situa o e apenas atentos a seus proventos materiais, alguns párcos resistirão a Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro Bispo de Mariana, porque, achando sua imensa diocese dividida em apenas dezesseis paróquias,

---

cit., pág. 19.) *As Constitui es Primeiras do Arcebispado da Bahia*, cit., assim rezam em seu t t. XXV, do Livro 2: “Conforme os Sagrados Canones não são se devem às Igrejas, e Ministros os dízimos prediaes, e mixtos, como fica dito, mas outros que se chamão pessoas, que são a decima parte de todo o ganho e lucro licitamente adquirido por via de qualquer officio, artificio, trato, mercancia, soldada, jornaes de qualquer serviço, tirados os gastos, e despezas. E porque o costume tem alterado esta obriga o, de maneira, q’ em algumas partes se paga somente huma conheçença de certa quantia em dinheiro segundo o trato de cada hum, e assim se usa neste nosso Arcebispado, sobre q. já tem havido varios pleitos, e sentenças em juizo contraditorio: ordenamos, e mandamos se guarde o costume de muitos annos introduzido neste nosso Arcebispado, e que em observancia delle pague cada cabeça de casal quatro vintens, e cada pessoa solteira sendo de Comunhão dous vintens, e sendo somente de Confissão hum vintem de conheçença a que vulgarmente se chama Alleluia, por se costumar pagar pela Pascoa da Resurrei o, e se pagar  no tempo da desobriga o   Igreja Paroquial, onde cada hum receber os Ecclesiasticos Sacramentos, e se ouvir os Officios Divinos, por ser morador na mesma Paroquia, ainda que o ganho seja fora della.” (*Constitui es*, cit., n.  425, págs. 178-9.)

(68) V. Diogo P. R. de Vasconcelos, *Memórias*, cit., pág. 820; Diogo de Vasconcelos, *História Média de Minas Gerais*, cit., pág. 272; *idem*, *Hist. da Civ. Mineira*, cit., pág. 19; Miran de Barros Latif, *op. cit.*, págs. 127-128; e R. A. P. M., VIII, I e II, pág. 450.

cuida de criar curatos, a cargo de capelães que digam missa e ministrem sacramentos, por conta das conhecenças percebidas pelos titulares das paróquias (69). Os párocos reclamam, em queixa dirigida a El-Rei, mas o Bispo ganha a pendência.

Se bem que uma verdadeira exorbitância fiscal, a conhecença não chegava a ser uma simonia. Mas, convidava a outras “operações” em dinheiro, que raiavam francamente pelos limites da simonia, principalmente por parte de certos vigários dados à avareza. Saint-Hilaire, em sua primeira viagem a Minas Gerais, encontra vestígios dessa situação, fruto de antigos abusos, arraigados. Conta êle que um vigário do sertão “recusava-se a prover de capelão uma sucursal afastada em mais de dez léguas da sede paroquial, e permitia apenas aos habitantes que mantivessem um capelão à sua custa, com a condição de que êste não confessasse senão em perigo de morte”: é que, se o capelão administrasse os sacramentos, o mesquinho vigário teria de pagar-lhe a sua parte correspondente em conhecenças... Por isso, “o próprio vigário vinha ouvir suas ovelhas no tempo da Páscoa; mas, cada fiel que se apresentava era obrigado, qualquer que fôsse a sua idade, a dar uma pataca; e quando, no correr do ano, o pastor era chamado para confessar um doente, não fazia pagar sua viagem por menos de 4\$000. Em uma outra sucursal, e simonia era levada muito mais longe. Quando os fiéis queriam ouvir missa, eram obrigados a fazê-la celebrar à sua custa; no entanto, o pastor reservava para si a confissão pascal, que se pagava por uma pataca; como, porém, a sede da paróquia ficava afastada vinte e duas léguas da sucursal, o vigário não se dava, sequer, ao trabalho de fazer essa viagem; mandava outro sacerdote substituí-lo e repartia com êle os

---

(69) *Hist. Civ. Mineira*, cit., pág. 62; A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias*, cit., I, pág. 156.

lucros"... (70). Bem se vê como assistiam carradas de razão a Dom Frei Manuel da Cruz, quando botou a mão no grave problema da subdivisão das vigararias e capelanias do seu extensíssimo Bispado, visando o bem das almas, por muito que isso pesasse nos bolsos de certos vigários simoníacos. A Carta Régia de 27 de outubro de 1758 referendou o zêlo do Bispo e ficou como memória do pouco aprêço que os vigários litigantes tinham pelo seu sagrado ministério (71).

O Sr. Tristão de Ataíde concorda que o mineiro ama o dinheiro, "como homem de bom senso, que sabe ser a moeda o valor intermediário dos outros valores econômicos", e que "tem, no sangue, a tendência aos negócios seguros, às operações monetárias, como secularmente os judeus, que no século XVIII acudiram pressurosos às minas e de que o mineiro herdou a vocação para comércio de banco" (72). Influência judaica ou não, o fato é que foi muito comum, naquele século, o encontrarem-se muitos daqueles bons mineiros, que eram os eclesiásticos, dados a diversos negócios, ganhando muito dinheiro. Joaquim Norberto, em sua *História da Conjuração Mineira* recorda-se de um padre, filho de um ourives, "o famigerado Manuel José da Bessa, que se tornou notável pela sua usura, e morreu milionário" (73). Não faltavam exemplos de sacerdotes entregarem-se ao comércio, mantendo até lojas abertas. Alguns eram advogados e solicitadores. Saint-Hilaire conheceu um deles, "muito digno, aliás", que, depois da missa, ia caçar veados com os amigos (74). Muito comum, nas Minas, era a

---

(70) A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias*, cit., II, pág. 253; *As Minas Gerais*, cit., pág. 128.

(71) *História da Civilização Mineira*, cit., pág. 62.

(72) *Voz de Minas*, cit., pág. 49.

(73) Joaquim Norberto, *História da Conjuração Mineira*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1873, pág. 239.

(74) *Viagem pelas Províncias*, cit., II, pág. 164.

profissão de estalajadeiro a que se davam certos padres. John Mawe, em sua viagem pela Capitania, nos inícios do século XIX, hospeda-se em uma estalagem, de propriedade de um sacerdote, aliás administrada por um mulato, que “agia como criado que raramente está sob as vistas do patrão” (75). Viajando pelos sertões do rio Mainarde, a leste de Mariana, o cientista von Martius, um pouco depois, vai encontrar “bom agasalho na hospedaria solitária, uma venda pertencente ao padre Manuel” (76), não muito longe do sitio daquele outro clérigo estranho, que pareceu ao sábio “um digno êmulo do eremita do *Decameron*”... (77). Aliás, mesmo que não sejam estalajadeiros de profissão, os padres mineiros mantêm já a tradição da hospitalidade montanhesa: Mawe é recebido cordialmente por um dos vigários de Vila Rica, sendo convidado a considerar sua a casa do padre, e o inglês confessa, com um certo laivo de desapontado arrependimento, que, se tivesse aceito a oferta, “ficaria de posse de uma das melhores habitações de Vila Rica” (78).

O padre das Minas, como se vê, não leva seu trem de vida muito diferente do de qualquer homem do século. É, tantas vezes, apenas um homem de batina. Quando a usa... (79) O sacerdócio não é um apostolado, é uma

---

(75) *Viagens ao Interior do Brasil*, cit., pág. 164.

(76) *Viagem pelo Brasil*, cit., I, pág. 332.

(77) *Idem, ibidem, infra.*

(78) John Mawe, *op. cit.*, pág. 166.

(79) Dom Frei Antônio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro, ao visitar as Minas, em 1726, que então pertenciam à sua Diocese, anota os abusos na vestimenta talar e, em seus mandamentos da Carta Pastoral daquela visita, assim determina sobre o assunto: “Lembrem-se (os padres) que, assim como são diferentes dos seculares no estado, assim devem o ser nos trajés. Pelo que mandamos que nas Vilas andem sempre com vestidos compridos, sem os quais e sobrepeliz, não sejam admitidos a celebrar, nem ir às procissões, nem também assistir os officios de defuntos. Nas aldeias e pelos caminhos poderão trazer casaca, contanto que seja de cor preta, sem

profissão, como outra qualquer. Em consequência, o ministério é frouxo, manso, tívio, que torna o padre indifferente às terríveis palavras de maldição anunciadas ao anjo de Laodicéia (80). Ele é o “filho padre” — fatalidade impostergável de legado familiar ou irresistível vontade materna, a vontade daquelas implacáveis viúvas do sertão brasileiro — que vai se tornar um dêses muitos vigários displicentes da Igreja Mineira. Êses párocos negligenciam o seu dever de combater os vícios, de verberar os abusos, de explicar a doutrina, de inculcar o bem e a virtude, segundo a forma prescrita pelos cânones da Igreja. Dêste modo, “os christãos desfalleção — lamenta um autor eclesiástico do século passado, descrevendo a triste situação — à míngua de quem lhes partisse o pão da vida eterna, e o inimigo a seo talante semeava o joio na seara do Pai de familias. Com a ignorancia borbulhavão os escandalos publicos por toda a parte, baixando ao mesmo compasso a piedade, e as praticas de uma devoção verdadeira; com o que ficava o culto reduzido a alguns actos externos, que o costume fazia

---

canhões nas mangas, e que cubram meia perna, trarão cabeção com volta, ou pegado ou postiço; e os que três meses depois da publicação desta fôrem achados com outra forma de vestido, sejam presos e paguem na cadeia seis mil réis para o Meirinho e fábrica da Sé, e perda do vestido, e poderá ser denunciado ao Vigário da Vara, para que o castigue. Com a mesma pena lhes proibimos véstias interiores, que não sejam pretas, pardas, ou rôxas, botões de ouro, prata, ou outro metal nos colarinhos e mangas das camisas, nem andem com o peito aberto como os seculares. Também proíbo, debaixo das mesmas penas, perucas ou cabeleiras postiças; salvo com causa urgente e licença nossa, cabelos compridos abaixo das orelhas e chapéus com as modas dos seculares; ou andar de noite com armas ou disfarçados, e fazendo assim, poderão ser presos pelas Justças seculares e remetidos ao Vigário da Vara; não usem anéis, exceto os que para isso têm privilégio, que deporão para celebrar. Sobretudo recomendamos a devoção, em tudo que devem fazer, não gastando na Missa menos de um quarto e meio de hora, nem menos de quarto e meio na ação de graças.” (Pastoral de 3 de novembro de 1726, in *I Livro das Pastorais*, fls. 7 e 7-v.)

(80) “Porque tu és morno, e nem és frio nem quente, estou para te vomitar de minha boca.” (*Apocalipse*, III, 16.)

repetir, e de cuja significação os fieis nada alcançavão". Reportando-se às conseqüências dessa falta de zêlo sacerdotal, o mesmo historiador (D. Silvério Gomes Pimenta) completa o quadro: "... nenhuma frequencia de sacramentos, salvo rarissimos lugares; Igrejas, que um homem limpo tomara não ter por habitação, servião de alcaçar a Deos para a celebração de seos tremendos misterios. Tabernaculos, paramentos, e pannos sagrados que servem ao sacrificio, tudo era uma miseria; donde procedia no povo o pouco respeito aos templos, e nenhuma devoção ao Sacramento do altar, mancebias e casamentos desunidos erão sem conto; e um povo talhado por sua indole eminentemente religiosa para ser um povo de santos, vivia pouco melhor do que se fora pagão" (81).

Entretanto, não iria ser êsse tipo de pároco quem fôsse afervorar a pouca piedade dos seus fregueses. Ele considera que suas obrigações não ultrapassam de muito as dos simples fiéis. Diz, apenas, uma missa rezada aos domingos. Se mora longe da matriz e dispõe de uma outra igreja ou capela mais perto de sua comodidade, prefere a lei do menor esforço. Deixa o povo sem Evangelho e sem homilias dominicais. Reduz ao mínimo as rezas litúrgicas. Não ensina catecismo nem faz qualquer doutrinação; debalde Bispos zelosos, que sentem o desleixo dos seus vigários em outras igrejas do país (82), ordenarão se façam leituras instrutivas de meia hora, antes da missa conventual, pois não serão devidamente obedecidos. Não se vê um vigário com as crianças, ensinando-lhes a doutrina cristã "e, o que parece mais incrível, os párocos não se dão sequer ao trabalho de examiná-las para saber se estão suficientemente doutrinadas para fazer

---

(81) D. Silvério Gomes Pimenta, *Vida de D. A. F. Viçoso*, cit., págs. 92 e 93.

(82) A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias*, II, pág. 155, *infra*.



a primeira comunhão" (83). De todos os misteres sacerdotais, a confissão parece ser o mais exercitado, mas torna-se uma prática maquinal, sem piedade nem calor humano, pois um viajante europeu "vê cinco negros despachados em um quarto de hora", ao pé de um confessorário (84). Esse mesmo observador nota a ausência do breviário nas mãos do clero das Minas e quando agradece a um cura, que assistira os últimos momentos de um moribundo, este lhe responde despachado: "O Sr. não tem que agradecer. Sou pago para isso" (85). Tal o estado moral a que baixara o clero das Minas Gerais, no século XVIII e princípios do seguinte, até a reforma intentada por Dom Antônio Ferreira Viçoso, um dos fundadores do Colégio do Caraça. Clero que se constituía de homens sem vocação, muitas vezes apenas interessados no prestígio social que a classe lhes dava ou outras vezes recrutados sem maior exame pelas próprias autoridades diocesanas, interessadas em guarnecerem os claros deixados por aquêles elementos que partiam para outras atividades que não a da cura das almas. Diogo de Vasconcelos cita exemplos de ordenações de indivíduos penderes da justiça, comprovados pela existência, no Arquivo Eclesiástico de Mariana, de cartas régias recomendando aos Bispos que não os ordenassem sem que satisfizessem suas penas (86). O mesmo historiador reporta-se, ainda, às ordenações apressadas, para que fôsem subtraídos da justiça civil candidatos pronunciados em motins populares (87). O Desembargador José João Teixeira Coelho assim se manifesta, em 1780, a propósito do mau recrutamento do clero: "Desde a nomeação do Bispo de Ma-

---

(83) *Idem, ibidem*, t. I, pág. 164.

(84) *Idem, ibidem*, pág. 164.

(85) *Idem, ibidem*.

(86) *História da Civilização Mineira*, cit., pág. 22.

(87) *Idem, ibidem*,

riana, Dom Joaquim Borges de Figueiroa, se tem conferido Ordem a hum grande numero de Sugeitos, sem necessidade, e sem escolha. Tem se visto alguns, que havendo aprendido Officios mechanicos, e servido de Saldados da Tropa paga, se achão hoje feito Sacerdotes” (88). E revelando a infecção racista, que de vez em quando acometia as autoridades coloniais, prossegue: “Tendo o Doutor Francisco Xavier da Rua, Governador, que foi do Bispado com Procuração do dito Bispo, ordenado os sacerdotes que erão precizos, não foi bastante para que o Doutor José Justino de Oliveira Gondim, que lhe succedeu, deixasse de ordenar em menos de tres annos Cento e hum pretendentes dispensando sem necessidade, em mulatismos (*sic*), e illegitimidades” (89). E completando a denúncia das ordenações em massa: “O Doutor Ignacio Correa de Sá, que soccedeu a este Jozé Justino, no Governo do Bispado, ordenou Oitenta e quatro pertendentes em menos de sete mezes, e entre elles hum que era devedor, a Fazenda Real” (90).. O Cônego Raimundo Trindade, em sua obra *Arquidiocese de Mariana* (91), desautoriza essa pletora de ordenações, implicitando um possível exagêro do Desembargador portuense ou de qualquer outro a quem se dirija. Todavia, o próprio Cônego Trindade anota o grande número delas, com estas palavras: “Apenas cento e setenta e sete autos se encontram dêsse período (episcopado de Dom Bartolomeu M. Mendes dos Reis: 1773 a 1777), sendo certo que dos habilitandos, de que tratam [os autos da habilitação para Ordens e o índice do Arquivo da Cúria do Arcebispado de Mariana], pouco mais de cem teriam

---

(88) “Instrução para o Góvêrno”, cit., in *R. A. P. M.*, VIII, 1.º e 2.º, pág. 449.

(89) *Idem, ibidem*, pág. 450.

(90) *Loc. cit.*

(91) *Op. cit.*, I, pág. 148.

atingido o sacerdócio". E, com a juntada aos autos existentes no Arquivo Arquidiocesano de Mariana da relação dos sacerdotes ordenados por essa época (92), (agora incluído o período vacante após a renúncia de Dom Bartolomeu: últimos meses de 1777 a 25 de fevereiro de 1780, dia da entrada solene de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével), relação que o Cônego Trindade esclarece ser omissa, não fica evidenciada muita diferença dos cálculos do Desembargador Teixeira Coelho. Uma coisa ressalta indiscutível: o cuidado do alistamento dos candidatos ao altar não é dos maiores. Provam-no os comentários da *Instrução*, de um lado, que valem como um precioso testemunho dos "constas" que deveriam correr entre as autoridades coloniais da Capitania, tão ligadas à Igreja, e os assentamentos incompletos, insuficientemente informados, sobre os habilitandos da época, por outro lado, de que dá notícia o Cônego Raimundo Trindade, com a sua autoridade de antigo Diretor do Arquivo Diocesano de Mariana.

O descritório evidente dessas ordenações em massa — muitas delas de pessoal pouco habilitado para o serviço do altar — haveria de toldar ainda mais as côres já sombrias da quadra histórica dos procuradores diocesanos de Mariana. Releve-se, contudo, um fato: o de abrirem essas autoridades da sede vacante, com generosa facilidade, as portas do ministério eclesiástico a todos os que por êle se interessassem, ricos e pobres, brancos, pretos e mestiços: gente das diversas classes sociais. Gestos como êsse é que compõem a mentalidade aberta da Igreja Católica, que provocará êste juízo de valor do Sr. Caio Prado Júnior, que vale como a mais insuspeita homenagem do autor da *Formação do Brasil Contemporâneo*: "A Igreja sempre honrou no Brasil sua tradição democrática, a maior força com que contou para a conquista

---

(92) Côn. Raimundo Trindade, *op. cit.*, págs. 149-150.

espiritual do Ocidente. O que ocorreu na Europa medieval se repetiria na colonização do Brasil: a batina se tornaria o refúgio da inteligência e da cultura; e isto porque é sobretudo em tal base que se faria a seleção para o clero" (93).

Eis, em larga pincelada, o quadro geral da religião e do clero mineiro, no século XVIII. No plano de sua economia teológica, a Igreja se considera uma sociedade perfeita, sustentando que ela tem em si todos os meios necessários ao cumprimento de sua missão e do seu fim, sem dependência jurídica de nenhuma outra sociedade humana. No entanto, essa perfeição social alicerça-se nas ações e nas obras dos homens. Frequentemente lhe vemos, assim a face humana, bela muitas vezes e desfigurada tantas outras. Pudemos contemplá-la, sob esse duplo aspecto, neste rápido bosquejo de sua história das Minas Gerais. A. de Saint-Hilaire, sereno e objetivo — como não podia deixar de ser um sábio de sua estirpe — viu-a também e escreveu estas palavras que significam o seu justo depoimento: "Como não admitir que seja realmente sustentada por uma potência superior o navio que, singrando as águas de um oceano tempestuoso, sob a direção de pilotos negligentes ou inábeis, resiste, contudo, às maiores tormentas?" (94).

---

(93) *Formação do Brasil Contemporâneo*, cit., pág. 279.

(94) *Viagem pelas Províncias*, cit., I, pág. 152.

### CAPÍTULO III

## *A Igreja Mineira e sua Hierarquia no Século XVIII*

“..... Ia dizendo  
a tempo que chegava o velho honrado,  
que o povo reverente vem benzendo  
do grande Pedro co poder sagrado”.

ALVARENGA PEIXOTO (*Poesias*, 23, 97 a 100).

**H**Á OCASIÕES, na história da Igreja Católica, em que ela se vê constrangida a valer-se da ajuda dos governos temporais, para se safar de situações difíceis. É o humilhante tributo que paga — vil moeda com cara de César — ao telônio do braço secular, do qual, mercê de suas inevitáveis contingências humanas, ela quis ou viu-se obrigada a valer-se, após Constantino (1).

Situação difícil, por exemplo, foi aquela injusta guerra de conquista que Desidério, Rei dos Lombardos, promoveu, em 772 de nossa era, contra o Patrimônio de São Pedro. Aflito, o Papa Adriano I chamou Carlos Magno em seu auxílio. O Rei dos Francos desceu de sua capital, atravessou os Alpes e expugnou Pavia, no famoso assédio, mas conseguiu levar do pontífice desafogado o indulto de poder apresentar bispos sem o assenso

---

(1) V. Eusébio de Cesaréia, *História Eclesiástica*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1950, págs. 511-513 (Cap. IX); e João Alzog, *História Universal da Igreja*, Porto, E. Chardron, 1882, 4 vols., t. I, pág. 271.

da Santa Sé (2). Nasceu nessa jornada histórica o regalismo, isto é, a ingerência dos reis na vida religiosa da Igreja.

Principalmente depois do Feudalismo (3), em todos os reinos da Cristandade repetiram-se fatos semelhantes, em que os reis eram investidos de poderes e privilégios reservados à Sé Apostólica, sob o pretexto da defesa da Igreja e da propagação da fé. Aos poucos, êsses poderes e privilégios foram sendo estruturados nas próprias máquinas da administração real e acabaram passando, pura e simplesmente, à jurisdição direta do poder secular (4).

Ora, a outorga dessas graças pontifícias aos reis, além das vantagens religiosas, canônicas e devocionais, resultava em ensanchas de estratégia política de primeira ordem: de um lado, começou a facilitar o empenho dos monarcas na redução e no abatimento das franquias feudais (que eram muitos dos privilégios pontifícios concedidos à aristocracia); de outro, serviu muito bem para enfraquecer certos setores então dificilmente atingíveis do poder político do clero (certos bispados, arcebispos e abadias de privilégio), que se atravessavam no caminho da política centralizadora dos reis. Pode-se quase afirmar que as primeiras escaramuças da dura batalha, de vários séculos, que os monarcas travaram pelo seu engrandecimento político — batalha de que Luís XI, de França, foi, no século XV, a figura mais expressiva — partiram, muitas vêzes, da conquista dêsses direitos eclesiásticos. Invocando serviços de cruzada e de religião, os senhores do poder temporal dirigiram ao papa "súplicas", pleiteando as regalias. Tão logo as recebiam, passavam depois

(2) Émile Amann, *L'Époque Carolingienne*, Paris, Bloud & Gay, 1947, t. VI (Col. *Histoire de l'Église*, Augustin Fliche e Victor Martin, dirs.), págs. 68-69.

(3) Alzog, João, *História Universal da Igreja*, cit., t. II, pág. 143.

(4) L. von Pastor, *Storia dei Papi*, Roma, Desclée & Cia., 1931 (ed. italiana), 20 vols., t. I, pág. 66.

a arrogar-se em donos delas. As graças transmudavam-se em direitos. De protetores e paladinos, arvoravam-se em árbitros e dominadores do fôro religioso, tantas vêzes usado no xadrez da política dos reinos e dos impérios cristãos, situação que provocou êste desabafo do Divino Poeta:

“..... O buon principio  
A che vil fine convien che tu caschi ! (5)

Assim também aconteceu na história da Igreja, nas Espanhas. Primeiramente, a permanente cruzada contra a mourama foi, para os monarcas espanhóis, um justo mas rendoso pretêxto a que recebessem as mais variadas concessões pontifícias: não tardou para os reis portugueses lhes seguirem o exemplo. Foi quando dos descobrimentos marítimos, que representavam para a Coroa lusitana não sòmente o desbravamento do caminho para as Índias, mas o ensejo tão esperado para a expansão da fé católica. A Igreja de Portugal foi se tornando, então, mãe de muitas outras Igrejas, que os homens dos descobrimentos iam fundando nas terras conquistadas ou recém-descobertas: a de Ceuta, a Funchalense, a Açorita, a Guinêsina, a Marroquina, a Goense e a Igreja Brasileira.

É bem de ver que êsse notável esforço expansionista português, tanto político e econômico como religioso e cultural, deveria ter calado decisivamente sôbre a Côte de Roma, pondo os reis de Portugal em condições ideais de se granjearem tôda a sorte de favores da Santa Sé. Principalmente, os do padroado.

Os soberanos lusíadas enviavam suas caravelas audazes pelo Mar Tenebroso e elas iam descobrindo ilhas e continentes: os marujos aportavam nas terras e lhes assentavam o padrão das quinas e elas passavam à soberania do Rei de Portugal. E logo ali se fundavam igrejas. Ora,

---

(5) Dante, *Paraíso*, XXVII, 59-60.

quem se apossava de uma terra, nela edificava uma igreja e a dotava convenientemente, adquiria, segundo antigo axioma do direito canônico, o "direito do padroado": *Patronum faciunt dos, aedificatio, fundus* — eram os seus têrmos. Esse direito consistia em poder o seu concessionário apresentar clérigos ao benefício, ter lugar de precedência nas solenidades religiosas, defender a Igreja, e até receber alimentos, em caso de cair na indigência (6). No entanto, os soberanos portugueses ainda não haviam possuído, até meados do século XV, o "padroado régio das igrejas": êste padroado continuava sujeito às *reservae* papais, porquanto os prelados eram, de ordinário, eleitos pelos Cabidos diocesanos e confirmados pelo Sumo Pontífice. Mesmo doando igrejas, os monarcas ainda não detinham o privilégio de apresentar seus candidatos à regência delas. Quanto ao "padroado dos benefícios" e dos conventos, achava-se distribuído entre diversos "padroeiros": o próprio rei, a rainha, os bispos, os abades, os conventos, as ordens militares, a nobreza e a burguesia. Foi a partir de Dom João I que a Coroa Portuguesa sentiu-se com forças para chamar a si o contrôle das regalias do padroado, até então distribuídas entre êsses remanescentes feudalizantes do regime anterior das concessões.

Há uma surpreendente evolução na outorga das graças do padroado ao Reino de Portugal, desde a criação da Ordem de Cristo, em 1319, até a promulgação da Bula *Ad Regiae Majestatis*, do papa São Pio V, em 1570. Partindo de uma astuta política protelatória, retardando a liquidação dos bens deixados pela extinta Ordem dos Templários (Bula *Vox in Excelso*, de 3 de abril de 1312) em Portugal, El-Rei Dom Dinis consegue substituir, em

---

(6) V. Diogo de Vasconcelos, *História da Civilização Mineira — 1.ª Parte: Bispado de Mariana*, Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura (Ed. Apolo), 1935, pág. 10; João Dornas Filho, *O Padroado e a Igreja Brasileira*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1938, pág. 17.



seu Reino, a Ordem de Jacques de Molay por uma outra Corporação sua, nacional, sob seu contrôlo quase imediato, depositária de tôda a imensa congêrie patrimonial do Templo: a Ordem de Cristo (7). Em seguida, Dom João I, que ainda criança fôra guindado à mestria da Ordem de São Bento de Avis, entrega ao Infante Dom Henrique, seu filho predileto, a administração da Ordem de Cristo, e o “Navegador”, por mercê das “infundas despesas, especialmente dos dinheiros e rendas da dita Ordem”, abalança-se à obra imortal dos descobrimentos marítimos, de cujos resultados guardará a posse das terras e o respectivo padroado. Mantendo-se dolosamente no mestrado da Ordem, após tornar-se Rei, Dom Manuel I trata de garantir para si e para os seus sucessores êsse mesmo mestrado, como múnus próprio, pessoal, *ipso facto*, do Rei, assim como os das Ordens de Avis e de Santiago, inclusive os respectivos padroados. Essa pretensão porém, será satisfeita sòmente a partir da vigência da Bula *Praeclara Charissimi*, de Júlio III, que homologa, em 1551, a fusão e o contrôlo formal das três Ordens Militares pelo Rei português. E, finalmente, a série de concessões pontifícias culmina com a assinatura, pelo papa São Pio V, de sua Bula *Ad Regiae Majestatis*, que abole e revoga todos e quaisquer privilégios, dispensas e isenções concedidas às Ordens de Cristo, de Avis e de Santiago, transferindo-se ao rei Dom Sebastião, a quem igualmente comete o direito de relaxar, moderar e acrescentar tudo o que fôr a bem delas (1570).

Quando, pois, o Papa Júlio III, pela sua Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*, de 25 de fevereiro de 1550, criou a Igreja do Brasil (8), já o Rei de Portugal valia

---

(7) D. Oscar de Oliveira, *Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil*, Mariana, Ed. do Autor, 1939, pág. 29 (*infra*) e 30 a 32.

(8) D. Oscar de Oliveira, *op. cit.*, cap. II, págs. 29 a 50; Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1866, 3 tomos, t. I, 1.<sup>a</sup> parte, págs. CCLVII *et seqs.*

como o próprio Papa em seus domínios. Senhor dos padroados régios de igrejas e dos benefícios, êle estava em condições de, sem depender de Roma, prover às igrejas e às ordens, apresentar os bispos da metrópole e de ultramar, opor clérigos aos benefícios, distribuindo assim dignidades, conesias, vigararias, capelarias, prebendas, cõngruas, benesses e quaisquer outros favores eclesiásticos a quem bem lhe aprouvesse. Êle dispunha de tôda a jurisdição ordinária, com domínio e poder *in temporalibus* e — o que é de pasmar — também *in spiritualibus*! (Bula *Praeclara Charissimi*) (9). Porque o Brasil foi descoberto à sombra da bandeira da Ordem de Cristo, a nova terra foi posse d'ela. E seu padroado também. Na celebração da primeira missa, essa mesma bandeira estêve hasteada ao lado do Evangelho. Sõmente depois, ao arvorar-se a Cruz na terra firme, se deu a posse de El-Rei, porquanto os Reis de Portugal, "como gran-mestres e perpétuos administradores da dita Ordem de Cristo, possuíram o Brasil" (10). Conseqüentemente, estava no seu direito líquido e certo o Rei Dom João III, quando, logo após a criação da Igreja Brasileira, apresentou seu primeiro Bispo, êsse desventurado Dom Pero Fernandes Sardinha (11), e dispôs medidas quanto à primeira organização do govêrno eclesiástico da colônia.

A essa mentalidade regalista que conhece seu engrandecimento justamente a partir do século XVI, mercê, dentre as causas já apontadas, da pregação luterana (12), que vai resultar na nova tese do *cujus regio est religio* — se conformarão todos os textos das bulas papais endereçadas ao Brasil, inclusive a última antes da Indepen-

---

(9) L. von Pastor, *op. cit.*, t. VI, págs. 190 e 192.

(10) Sebastião da Rocha Pita, in *História da América Portuguesa*.

(11) D. Oscar de Oliveira, *Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil*, cit., pág. 102.

(12) V. Lucien Febvre, *Martin Lutero, un Destino*, México, Fondo de Cultura Economica, 1956, pág. 248.

dência, a *Candor Lucis Aeternae*, pela qual Bento XIV criou, em dezembro de 1745, as Dioceses de Mariana e São Paulo, e as Prelazias de Goiás e Mato Grosso, pela subdivisão da antiga Diocese do Rio de Janeiro. “Considerando a grande necessidade que tinham os moradores da Cidade de Marianna e suas Annexas de pasto espiritual — escreve Dom João V, em sua Carta Régia de 21 de abril de 1746, anunciando ao Governador das Minas a criação do Bispado de Mariana — a quem nam podia acodir o Bispo do Rio de Janeiro pelas grandes distancias que ha de huas a outras Povoações; Fui servido requerer a Sua Santidade para que dividisse o dito Bispado, estando hum novo Bispo na mesma Cidade de Marianna” (13). Sente-se evidente a iniciativa do Rei e não do Sumo Pontífice. El-Rei requer a Sua Santidade, porque “considera a grande necessidade que têm os moradores da Cidade de Mariana e suas anexas de pasto espiritual”; escolhe o Bispo (D. Fr. Manuel da Cruz, antes Bispo do Maranhão) e “espera que pelas suas virtudes e mais circunstâncias que o moverão a nomea-lo”, possa o prelado haver-se com acêrto em seu nôvo mister.

Eis porque a colocação do regime regalista, em face da Igreja luso-brasileira, faz-se imprescindível para qualquer estudo da situação religiosa colonial. A de Minas, principalmente. De outro modo, não se poderia compreender o espírito que preside a própria hierarquia eclesiástica, em suas relações com a Côrte. Relações típicas de alto funcionalismo público para com o Monarca, como um respeitável órgão de *staff*, que o assiste, em tudo o que diga respeito às coisas espirituais. Assim, por exemplo, o mais antigo documento da hierarquia eclesiástica sôbre as primeiras igrejas das Minas Gerais é uma carta do Bispo do Rio de Janeiro a El-Rei Dom João V, no dia 26 de abril de 1712. Trata-se de uma

---

(13) J. P. Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, cit., t. II, pág. 103.

simples informação de D. Fr. Francisco de São Jerônimo sobre a situação dessas igrejas e dos seus párocos, em número de vinte, os quais — na opinião do prelado — “se não podião sustentar com as congruas ordinarias pela grande carestia da terra” (14).

Mas, a informação do Bispo ainda não é suficiente. El-Rei dirige-se desta vez ao Governador da Capitania, pela Ordem Régia de 9 de novembro de 1712, para lhe determinar “lhe informe, declarando que congruas se devem dar aos parochos, e quanto para as fabricas das igrejas, o que deve ser segundo o estado da terra, para depois resolver” (15). O exemplo é deveras ilustrativo da situação: não será a representação do Bispo, que lhe faz presente a impossibilidade de os “mineiros” edificarem igrejas e pagarem dízimos aos párocos, dada a pobreza da terra, o que irá mover o rei a tomar as providências necessárias para resolver o problema. Só depois da informação do Governador — informação sobre congruas e fábricas, de párocos e igrejas — é que irá resolvê-lo.

Aliás, será por graça da determinação real que um primeiro sacerdote pisará as terras de Minas Gerais. Se bem que “mandado do nosso P. Manuel da Nobrega” (16), como Capelão da expedição de Espinoza, o Pe. João de Aspilcueta Navarro integrava uma expedição oficial de El-Rei, sobre a qual escreveu a famosa carta, que é a primeira crônica da história civil e religiosa de Minas Gerais, pois vem datada do dia de São João, no ano de 1555.

Quando, a partir de 1696, se dá início ao *rush* dos aventureiros às minas de ouro recém-descobertas, seguem

(14) *Ejemérides Mineiras*, cit., t. IV, pág. 174.

(15) *Idem*, *ibidem*.

(16) Carta do Pe. João de Aspilcueta Navarro, in *R. A. P. M.*, VI, 3.º e 4.º, pág. 1159.

no roldão dos buscadores os primeiros padres, seculares e regulares. “A mistura é de tôda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”. — assim depõe Antonil (17). Alguns dêsses padres vão no *rush*, atendendo ao apêlo de seu mister pastoral, mas a maioria — como se pode deprender das palavras de Antonil — é constituída de egressos de Ordens e Congregações, com intuitos pouco apostólicos. Será para acudir a essa delicada situação religiosa nas Minas que os Bispos do Rio de Janeiro (até a criação do Bispado de Mariana, em 1745, deterão a jurisdição do território dos descobertos) enviarão para lá seus “visitadores” diocesanos. Geralmente, são êles titulares do seu Cabido e viajam por todo o território, numa missão de inspeção eclesiástica e de ação pastoral. A informação que D. Fr. Francisco de São Jerônimo encaminha a El-Rei sôbre as primeiras igrejas mineiras e seus respectivos Párcos foi-lhe presente, com certeza, pelos Cônegos Manuel da Costa Escobar ou Gaspar Ribeiro Pereira, os primeiros visitadores diocesanos que os Bispos fluminenses enviaram às Minas para procederem ao levantamento de sua situação religiosa, no primeiro decênio do Setecentos. Dêsses visitadores, o mais interessante parece ser o Cônego Gaspar, a quem aquêle Prelado comete a missão de, em 1703, instituir as primeiras igrejas, que antes demoravam como simples capelas, e de acertar os limites da Diocese do Rio de Janeiro com o Arcebispado da Bahia, no território das Minas Gerais, problema muito sério para os prelados coloniais. Aos visitadores vai tocar, segundo o Cônego Raimundo Trindade, historiador dos

---

(17) *Op. et loc. cit.*

fastos da Igreja marianense (18) — “parte considerável no mérito da instituição das primeiras igrejas e por quem correrá anos seguidos a responsabilidade de sua disciplina. Medindo centenas e centenas de léguas através dos agrestes sertões mineiros, afrontando desconfortos que apenas se podem imaginar, nem sempre acolhidos com boa sombra, êles se constituíram apóstolos de Minas”.

No entanto, depois de informado devidamente pelos seus visitantes e após ter encaminhado representação a El-Rei sôbre as igrejas de Minas, em 1712, como vimos, o Bispo do Rio de Janeiro só irá ver criadas pelo Rei as primeiras vigararias colatícias doze anos depois: foi a Carta Régia de 16 de fevereiro de 1724 que erigiu as vinte primeiras paróquias de Minas Gerais, “erectas em vigararias com a natureza e qualidade de beneficios manuaes e amoviveis ao meu arbitrio posto que sejam dadas em titulo colaticio” (19), consoante o dizer textual da mesma Carta (20). Essas paróquias, e as mais capelas que se fôrem fundando em seguida, começarão então a receber a visita pastoral dos Bispos do Rio de Janeiro, aos quais pertencerá a jurisdição da maior parte da Capitania das Minas, até a criação do Bispado de Mariana, vinte e um anos depois.

O primeiro Bispo que visita as Minas é D. Frei Antônio de Guadalupe, que em sua viagem pastoral de dois anos (1726-1727), acompanhado dos missionários Frei Antônio de Perúgia e Frei Jerônimo de Montereale, perlustrou os sertões mineiros (21), coibiu os abusos que observara e lutou pela restauração dos bons costumes do clero, através de sua corajosa pastoral expedida de São

(18) *Arquidiocese de Mariana*, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1953, 2.<sup>a</sup> edição, 2 vols., t. I, pág. 56.

(19) *Efemérides Mineiras*, cit., I, pág. 195.

(20) *Idem, ibidem*.

(21) Pe. Frei Fidélis M. de Primério, O. M. Cap., *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, São Paulo, Livraria Martins, 1940, pág. 364.

João Del Rei (13 de novembro de 1727), repetindo a visita a Minas em 1733 e 1735. Outra visita episcopal à Capitania foi a de D. Frei João da Cruz, em 1741, "que demasiadamente onerosa tornava aos vigários a despesa da visita; que era exageradamente enérgico em reprimir abusos e superlativamente cioso de suas prerrogativas" (22). O último bispo fluminense que exerceu jurisdição diocesana sobre as Minas foi D. Antônio do Destêrro e Malheiros (23), que se tornou notável pelas suas cartas pastorais enviadas aos fiéis mineiros, cheias de zelo litúrgico principalmente, porque "revelam — no dizer de Diogo de Vasconcelos — o quadro daquela época (meados do século), em que por falta de liberdade ou de meios para se desenvolverem os impulsos do instinto social, misturava-se o religioso, visto apadrinhar o profano, armando-se oratórios em casas particulares para,

---

(22) V. *História da Civilização Mineira*, cit., págs. 34 a 39; v. ainda Geraldo Dutra de Menezes, *História da Conceição do Mato Dentro*, cit., pág. 94.

(23) Esse é o nome inteiro que aparece no primeiro impresso da Oficina Tipográfica de Antônio Isidoro da Fonseca, que surgiu no Rio de Janeiro, no lustro de 1745-1750, quando do impulso dado à cultura brasileira pelo benemérito governo do Conde de Bobadela. A oficina de Antônio Isidoro da Fonseca é a primeira tipografia que surge no Brasil e seus primeiros trabalhos foram: a *Relação da entrada que fez o exm.º e rev. sr. D. Frei Antonio do Desterro Malheiros, bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia do anno de 1747, havendo sido seis annos bispo de Angola, d'onde por nomeação de S. M. e bulla pontificia foi promovido para esta diocese; Em applauso do exm.º e rev. sr. D. Antonio do Desterro e Malheiros, dignissimo bispo d'esta cidade*, romance heroico in folio; e *Collecção de onze epigrammas e um soneto*, aquêles em latim e este em português, sobre o mesmo assunto. Antecedendo de pouco as festas da chegada e da posse de D. Fr. Manuel da Cruz em sua nova sede episcopal de Mariana, não teriam êsses escritos congratulatórios fluminenses influenciado e inspirado o autor anônimo do *Aureo Throno Episcopalis*, lá nas Minas Gerais? "Essas composições — comenta-as José Silvestre Ribeiro, em sua obra *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal* — que em si não têm grande valor, são contudo muito apreciadas no Brasil, e com razão, por serem o primeiro trabalho tipográfico feito no Rio de Janeiro, e monumentos da existência da primeira oficina tipográfica da mesma cidade, e porventura de todo o Império." (Lisboa, Tip. Academia Real das Ciências, 1874, t. IV, pág. 300).

depois das ladainhas, entregarem-se os devotos aos divertimentos mundanos" (24).

A maior figura episcopal do século será, entretanto, a do primeiro Bispo de Mariana, o monge bernardo Dom Frei Manuel da Cruz. Oriundo de nobre família das vizinhanças do Pôrto (25), êsse ilustre filho do "melifluo São Bernardo" — como anota em suas Pastorais — virá para o Brasil, desde 1739, como cabeça da Igreja do Maranhão, onde exercerá um profícuo episcopado, durante sete anos. Expedida a Bula *Candor Lucis Aeternae*, que erigia e instituía a Diocese de Mariana, fazia-se mister a escolha de um prelado provector, esclarecido e piedoso para dirigi-la. A escolha do rei recaiu em D. Frei Manuel e o Papa Bento XIV proveu-o, "tendo em consideração — rezava a Bula de sua nomeação, de 15 dezembro de 1745 (26) — não só o mérito das grandes virtudes com que Deus largamente o ilustrara, mas ainda os benefícios que seu louvável govêrno liberalizara à diocese do Maranhão". A viagem do Antístite, já quase sexagenário, de São Luís do Maranhão até Mariana, foi uma verdadeira odisséia, durando um ano, dois meses e doze dias (3 de agôsto de 1747 a 15 de outubro de 1748). E sua entrada solene na cidade episcopal foi a maior festa que se viu nas Minas Gerais, a par da trasladação narrada no *Triunfo Eucarístico*, obra com que Simão Ferreira Machado descreve a grandiosa procissão eucarística, havida em Vila Rica, na inauguração da igreja de Nossa Senhora do Pilar, em 1733 (27). A entrada de D. Manuel da Cruz em Mariana foi, igualmente, suntuosa, com

(24) *História da Civilização Mineira*, cit., pág. 44; quase tôdas as Pastorais de D. Antônio do Destêrro estão exaradas no *I Livro das Pastorais*, do Arquivo Metropolitano de Mariana.

(25) Côn. Raimundo Trindade, *Arquidiocese de Mariana*, cit., t. I, pág. 91.

(26) *Idem, ibidem*.

(27) *In R. A. P. M.*, VI, pág. 985 a 1016.



grande aparato de figuras alegóricas e de carros triunfais, assistida pelo maior concurso de gente que a Capitania havia jamais visto. A cena culminante dos festejos foi a recepção do Bispo, em sua Sé Catedral, “a cuja entrada da parte exterior estavam duas alas de figuras de cavallo, e as duas carroças triunfaes, e na importante riqueza, de que se compunha tão valioso concurso; já pelas muitas joias de diamantes, e mais pedras preciosas, que ornavão as figuras: já nas melhores sedas de ouro, prata, e matizes, que preciosamente trajavão; já nos varios toucados de plumages, e outras galanterias, em que o enfeite se esmerou; já nos briosos cavalos, cobertos de preciosos jaezes tendo cada figura dous pages ás estribeiras, vestidos com alegres e differentes eleições; já na admiravel e soberba arquitetura dos carros; e já finalmente na suave melodia da musica, que de hum e outro se ouvia, ficavão os sentidos em tanto pasmo que na gostosa attração, em que se elevavão só rendião á magnificencia e esplendor de tão glorioso objecto” (28).

O desfile em homenagem ao Prelado foi deslumbrante, tão inesquecível como o do *Triunfo Eucaristico*, em Vila Rica, quinze anos antes. Para a sua passagem, as ruas foram enfeitadas de arcos e de jardins suspensos; as residências colgaram-se de estofos vistosos e de tapeçarias preciosas, de côres variegadas; as Irmandades, com seus guiões, hierarquias e o grosso dos confrades devidamente revestidos de seus hábitos e opas, desfilaram também, assim como os officiais do Senado da Câmara, os juizes, o Intendente, e o numeroso clero de todo o Bispado (29).

---

(28) In *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 402.

(29) Sôbre a obra *Aureo Throno Episcopali*, cf. Nota 12, do cap. I. Editada em 1749, em Lisboa, dela se conhecem apenas dois exemplares em Minas: um, no Arquivo Público Mineiro, e outro na Biblioteca do Colégio do Caraça.

Logo após a posse, D. Fr. Manuel da Cruz, independentemente de apresentação, nomeia os primeiros cônegos e funcionários de sua Catedral, constituindo o seu Cabido Diocesano, que irá, mais depressa do que se pode imaginar, dar ao Prelado tantos desgostos.

Atendendo ao apêlo do Santo Padre Bento XIV, no sentido de “se incumbir com todo o empenho da fundação de um Seminário em sua diocese, segundo as prescrições do Concílio de Trento” (30), o nôvo Bispo cria, a 20 de dezembro de 1750, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, graças principalmente à doação que faz dos seus bens à instituição o abastado lavrador e “mineiro” José de Tôrres Quintanilha. Em dois anos ultima D. Frei Manuel a maior emprêsa do seu episcopado — êsse Seminário de Mariana, de memória tão grata à cultura mineira — que o Bispo deseja entregar aos Jesuítas. Mas, a estada dos Inacianos em Mariana, sôbre ser tardia, é efêmera. Estabelecida a Residência ali (31), em fins de 1756 ou princípios de 1757, já a 31 de janeiro de 1758, recebia Dom Frei Manuel ordem expressa de enviar “imediatamente” para o Rio de Janeiro os Jesuítas que residissem em seu Bispado. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi a primeira escola de Minas em que se ensinaram gramática, filosofia e teologia moral, “pois não ha neste Bispado estudos publicos, cuja falta cauza grande detrimento aos moradores” — conforme reconhece o seu fundador, em sua Provisão da Fundação do Seminário (32). Nos seus sessenta anos de vida, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte formou bons

---

(30) Dizeres textuais da Bula de 15 de dezembro de 1745, com a recomendação de Bento XIV: “. . . volumus quod Tu Seminarli ad praescriptam Concilii Tridentini institutioni pro viribus incumbas”. (*In Livro dos Registros do Cabido Metropolitano de Mariana*, fls. 7.)

(31) Côn. Raimundo Trindade, *Breve Notícia dos Semindrios de Mariana*, Mariana (Minas), Ed. da Arquidiocese, 1951, pág. 19.

(32) *Ap. Breve Notícia*, cit., pág. 11.

e ilustrados sacerdotes, dos quais o mais renomado é, decerto, o Cônego Luís Vieira da Silva. Posteriormente professor de Filosofia do mesmo, teria sido, segundo Alberto Faria, “a maior ilustração colonial da época” (o que na opinião do Sr. Eduardo Frieiro, vale dizer “a pessoa mais instruída do Brasil em fins do século XVIII”) (33), foi pregador de largos recursos, cônego do Cabido e, finalmente, um dos mártires da Inconfidência. Dentre seus mestres, destacaram-se sobremaneira os retóricos e latinistas Pe. Antônio Rodrigues Dantas, autor de uma *Sintaxe*, ainda estudada em Mariana nos princípios dêste século, e o Pe. Dr. Pascoal Bernardino Lopes de Matos, professor do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, em 1767, de memória tão impercível ao discípulo, que este, em sua interessante *Memória das Pessoas Célebres da Capitania de Minas Gerais*, verdadeiro panteon mineiro setecentista, inclui o nome do ex-jesuíta, dizendo: “He bem que viva nos escriptos de um discípulo” que afirma ser êle “hum Mestre, optimo grammatico e Latino, Excellente Retorico, e Orador” (34).

Homem pio, o primeiro Bispo de Mariana introduz em Minas a devoção ao Coração de Jesus, culto típico do tempo, intensificado por São Francisco de Sales (35) e São João Eudes, antes de Santa Margarida Maria de Alacoque, e que conheceu a sua consolidação após as visões de Paray-le-Monial e os esforços de sua propagação por elementos da Companhia de Jesus (os padres Lalle-mant e Huby) (36).

Êle próprio um religioso, cuida Dom Frei Manuel da Cruz de afervorar a vida claustral do Recolhimento

(33) *O Diabo na Livraria do Cônego*, cit., pág. 18.

(34) *In R. A. P. M.*, I, 3.º, pág. 452.

(35) *V. Enciclopedia Cattolica*, Città del Vaticano, Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per il Libro Cattolico, 1950, 12 vols., t. IV, col. 1060 e 1061. (Art. “Cuore di Gesù”.)

(36) *Idem, ibidem*.

de Macaúbas — então a única casa religiosa existente nas Minas Gerais — solicitando um capuchinho ou qualquer missionário da Propaganda, para assistir as recolhidas (37).

Atitude digna de encômios, porque nem sempre encontrada nos bispos reinóis do tempo, é a simpatia de Dom Frei Manuel pelo clero indígena. Em carta ao poderoso Ministro de Dom João V, Frei Gaspar da Encarnação, êle pondera: "... sempre me parece não deverem ser excluídos do concurso às igrejas dêste bispado os filhos naturais dêle, os quais *ceteris paribus* — preferem aos estranhos" (38). O Bispo cisterciense comunica a Diogo de Mendonça, Secretário de Estado, em 1752, que não quis colar na paróquia de São João Del Rei — embora fôse obrigado a fazê-lo mais tarde, por imposição dos ditames do padroado — o Pe. Matias Antônio Salgado, que viera do Reino provido nela (39), sob a alegação de que não tinha serviços no Bispado e era "um expulso da Companhia de Jesus". "Para o serviço deste Bispado — acrescentava — não lhe faltão clérigos mui dignos e sem nota" (40).

Graduado em cânones, logo à sua chegada a Mariana, sente a necessidade de elaborar um regimento para as comarcas eclesiásticas, trabalho tão completo que vigora por oitenta anos, em harmonia com as leis e costumes da época.

Após a visita geral que faz a tóda a sua diocese, sente a necessidade de criar mais circunscrições eclesiás-

---

(37) *V. Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, cit., loc. cit. Na visita canônica que faz ao Recolhimento, no dia 9 de março de 1734, o Dr. Lourenço José de Queiroz Coimbra encontra algumas irregularidades na vida comunitária, principalmente motivadas pelas exigüidades das instalações da Casa, que resultam no fato de, às vezes, dormirem na mesma cela até quatro recolhidas. (*I Livro de Devassas — 1733-1734*, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana, fls. 109 a 113).

(38) *Ap. Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 106.

(39) *Idem, ibidem*.

(40) *Idem*, pág. 107.

ticas. Estabelece, em 1750, quatro curatos, que o Alvará Régio de 16 de janeiro de 1752 confirma em freguesias, após consulta à Mesa da Consciência e Ordens. Essas freguesias são tôdas desmembradas do Curral del Rei, hoje Belo Horizonte. Ao justificar, algum tempo depois, o desmembramento da freguesia de Santa Bárbara do Mato Dentro, para a criação do curato de São Gonçalo do Rio Abaixo, assim escreve o Bispo a El-Rei: "Esta providência que dei, Senhor, era precisa para o bem espiritual daqueles moradores; a mesma deram todos os meus antecessores, de que resultou o povoarem-se e cultivarem-se as terras e matos desta capitania, e juntamente o crescerem tanto os dízimos e os direitos reais; e se esta providência se desse em tôdas as freguesias que hoje se acham coladas, não sucederia, como agora sucede, acharem-se alguns párocos com muito ouro e os seus fregueses com notável falta de pasto espiritual" (41). O Prelado sente que pisa em terreno perigoso e se antecipa ao revide dos interessados; mas, o rei desaprova o ato episcopal, embora o bispo insista, e só irá permitir o desmembramento depois que fôr comunicado à Coroa o anulamento dêle (Carta Régia de 22 de maio de 1753). Pobres bispos dos tempos coloniais! Jungidos assim ao carro do Estado, estariam sempre à mercê dos interesses políticos, antes que aos da Igreja. Apenas "altos funcionários" da Coroa, teriam de sujeitar-se aos caprichos da administração real, a cuja frente pompeava a Mesa da Consciência e Ordens, verdadeiro DASP da administração eclesiástica luso-brasileira, integrada por clérigos burocratas e cavaleiros jubilados das velhas Ordens Militares, uns e outros afillhados do Rei e mestres da chicana (42).

---

(41) *Idem*, pág. 108.

(42) Aliás, ainda em 1755, a questão da criação de curatos não tinha sido resolvida, simplesmente porque as informações de D. Fr. Manuel

Será no episcopado de Dom Frei Manuel da Cruz que se concluirá a Catedral de Mariana e se dotará a Sé de todos os paramentos, para as missas do côro e para as dos simples sacerdotes; tôda a prata que ainda hoje serve na Catedral marianense também se deve ao primeiro Bispo, conforme se pode ler no Livro dos Inventários da Catedral de Mariana, de fls. 1 a 7. As grandes igrejas das Minas, as de S. Pedro, S. Francisco, do Carmo e do Rosário, em Mariana, e a maioria das de Vila Rica, de São João Del Rei, de São José Del Rei, de Sabará, de Caeté, do Tijuco, de Barbacena, “foram, pelo menos, começadas com provisões e sob as vistas do grande bispo” (43).

Após um episcopado de quinze anos, cheio de trabalhos, de méritos e de sofrimentos, finou-se Dom Frei Manuel da Cruz, a 3 de janeiro de 1764. O Bispo-monge de Cister contava setenta e quatro anos de idade, quando o dobre lamentoso dos sinos da Sé anunciou aos fiéis a sua morte, na manhã daquele dia. “Já vos disse alguma coisa sôbre a virtude dêste Prelado — são palavras do Governador Gomes Freire de Andrade a seu irmão José Antônio (44) — e só vos repetirei que êste é cheio de uma tal bondade que lhe chega a ser prejudicial”.

Deve ter sido por causa da conduta do Cabido Diocesano de Mariana, em relação ao bispo falecido, que decerto a Côrte de Lisboa custa a esquecer, que a

---

da Cruz, por pressão do secretário da Mesa de Consciência, tio do arce-diago Dr. Geraldo José Abranches, e de um deputado dela, tio do Vigário da Borda (respectivamente Felipe de Abranches Castelo Branco e João Velho da Rocha Oldenberg), haviam sido engavetadas naquele Tribunal. (V. *Arquid. de Mariana*, cit., I, pág. 108.)

(43) *Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 117.

(44) *Instrução e Norma que deu o Illmo. e Exmo. Sr. Conde de Bobadella a seu irmão o preclarissimo Sr. José Antonio Freire de Andrade para o Governo de Minas*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. XVI, n.º 11, pág. 362. (A data da Instrução e Norma é de 7 de fevereiro de 1752.)

sede permaneceu vaga por tantos anos. Se o segundo Bispo, Dom Joaquim Borges de Figueiroa, nem pôde vir tomar posse pessoalmente, em 1772, de sua Catedral, porque logo depois foi promovido a Arcebispo da Bahia, o terceiro prelado marianense, Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, êste não sopitou os principais motivos por que não se abalançava a vir assumir o báculo da sede viúva: “Se não temos o gosto de nos acharmos ahi entre as nossas ovelhas — adverte êle, em sua Pastoral de 29 de maio de 1776 — *he pelas noticias, que nos chegam dos maus costumes inveterados e da falta de disposição para se receber a palavra de Deus*, não nos julgando, consultada nossa consciencia, com forças, nem animo, já idoso e cansado, *de irmos arcar com abusos e tomar sobre nossos ombros a responsabilidade de tão melindroso serviço*” (Grifos nossos) (45). Dom Bartolomeu deveria ser mesmo bem diferente de um Dom Frei Manuel, por exemplo: padre secular, talvez desiludido de seu anterior ministério na longínqua e estranha Macau, se bem que mais moço que o bispo cisterciense ao receber o múnus da diocese mineira, não teve a fibra de D. Frei Manuel, que venceu trezentas léguas de beijo, a cavalo, a pé, de barco, de palanquim, para vir de São Luís do Maranhão até Mariana. Avezado aos confortos da Côrte, Dom Bartolomeu não queria mais nada, a não ser os ócios de sua antecipada aposentadoria, mantida por uma cônica razoável (46), que as artes de sua

---

(45) *Ap. História da Civilização Mineira*, cit., pág. 77.

(46) Pertenceria D. Bartolomeu àquela fauna de bispos petimetres (Dr. Francisco de Melo Franco), que viviam encostados em Lisboa, na segunda metade do século XVIII? Bispos resignatários, comodistas, verdadeiras joalherias ambulantes, como os encontra um dia, no Passeio Público da Côrte, o cáustico autor do *Reino da Estupidez*:

“Prontos saltando da vermelha tábua  
ajudam a descer um gordo Bispo,  
que na Côrte se achava em licença.  
Vinha todo de sêda, e do pescoço

astúcia iriam conseguir receber mesmo depois de resignatário, porque, “tendo renunciado, a um jeitoso convite (de D. Maria I), a Mitra marianense, ainda viveu até 1799, cobrando indevidamente a cônica, pelo que foram seqüestrados seus bens, *post mortem*” (47). Diogo de Vasconcelos é indulgente — mais que o Cônego Raimundo Trindade — com o terceiro Bispo de Mariana: acha humilde e cristã a Pastoral com que Dom Bartolomeu se justifica de sua ausência. Porém, argüi de vicioso o círculo em que o Antístite se fecha: “Não vinha o Pastor — escreve o historiador mineiro — por estarem as ovelhas gafentas; mas as ovelhas estavam gafentas por não vir o Pastor. Pelo retrato de Dom Bartolomeu, que existe na Sá — prossegue Diogo de Vasconcelos — merece-nos êle, com efeito, tôda desculpa; e bem pode ser que o seu melhor serviço fôsse o de não vir arcar com os abusos e maus costumes inveterados, que forçosamente o teriam vencido. Era um homem de fisionomia pacífica, evidentemente cansado. Imagina-se o que viria sofrer...” (48).

Com efeito, deveria ser todo gafento o ambiente daqueles dezesseis anos de sede vacante (1764-1780), em que estêve mergulhada a Igreja marianense, sob o governo dos frouxos Procuradores Capitulares — advindos do mesmo Cabido que havia amargurado a vida e a obra de Dom Frei Manuel da Cruz. A vida religiosa conhece a estagnação. É um período apagado, sombrio, de tibieza moral e espiritual, digno da regurgitação apocalíptica (49).

---

uma cruz lhe pendia cravejada  
de lúcidas safiras; de brilhantes  
o majestoso anel cegava os olhos,  
e pouco menos as fivelas de oiro.”

(Do *Reino da Estupidex*, do Dr. Francisco de Melo Franco, in *Coletânea de Autores Mineiros*, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1922, vol. I, Canto II, pág. 219.)

(47) *Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 150.

(48) *História da Civilização Mineira*, cit., pág. 77.

(49) *Apocalipse*, III, 16.



Sem o estímulo e o acoroçoamento de um Pastor à frente da Diocese, cheio de virtude, de zêlo apostólico e de fôrça administrativa, aquêlê numeroso clero de quase trezentos sacerdotes — que Dom Frei Manuel ordenara (227) ou recebera em sua gestão episcopal (50) e dos mais recentes do período vacante — perdera o sal de sua conservação. E, o que era pior, nem se aviou, com o cuidado e o escrúpulo necessários, à manutenção e renovação do clero, como se pode ler na *Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais*, que já estudamos no passado Capítulo.

Se a administração diocesana dos Procuradores falhava num setor tão vital como era o do recrutamento do clero, não se revelava melhor em nenhum dos outros, tanto ou menos importantes. Tanto os Procuradores, como os Vigários Capitulares, eram incapazes de um bom govêrno diocesano: êles envileceram o regime das ordenações, deixaram decair o Seminário, dissiparam as rendas do Bispado e permitiram que a indisciplina prevalecesse, por lhes carecer autoridade moral. Diogo de Vasconcelos é de opinião que uma Sé anarquizada como aquela deveria antes fechar-se. Em 1773, houve tão graves distúrbios, que o Dr. Francisco Xavier da Rua, Governador do Bispado, encheu a cadeia de presos, ensejando a que o Dr. Antônio de Gouveia Coitinho, juiz de fora, reclamasse providências ao Capitão-General Antônio Carlos Furtado de Mendonça, pois na cadeia não havia mais lugar para os presos da justiça civil. . . O Governador, homem despachado, dirigiu ao Cabido um ofício, em que declarava que, se não cessassem os conflitos e prisões no fôro eclesiástico, êle tomaria, muito a contragosto, providências enérgicas para restabelecer o sossêgo público (51).

---

(50) *Ap. Arquidiocese de Mariana*, cit., I, págs. 131 a 139.

(51) *Hist. Civil. Mineira*, cit., pág. 78.

Tal a triste situação que iria ter de suportar o Bispo D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel. Mas, infelizmente, o nôvo pastor conseguiu muito pouco: "...ponha-se um Bispo neste meio revoltoso — comenta Diogo de Vasconcelos — cavalo de interêsses e mal habituado, teremos uma vítima, como foi D. Manuel, e veio a ser Frei Domingos. Contemplando-se o seu retrato, sente-se o tom de melancolia que se exalava de sua alma. Um quê de pensativo está no seu olhar; e o modo de fechar os lábios parece conseqüente ao cálice da amargura. Tanto esforço mal correspondido, tanto sacrificio inútil! Poder que não conseguiu o bem que desejava fazer: eis o que nos revela no silêncio e frieza de um quadro o semblante de Frei Domingos" (52).

O govêrno de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel foi útil, edificante e piedoso. Visitou, como Dom Frei Manuel da Cruz, todo o seu imenso Bispado, que contava, ao princípio do seu episcopado, cinquenta e uma paróquias colativas, compondo as nove comarcas eclesiásticas, que eram: Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas, Sérro Frio, Pitangui, Campanha, Aiuruoca, Tamanduá e Cuieté. Foi nos tempos de Dom Frei Domingos que se deu a reparação da Cathedral, que ameaçava cair, conforme denunciou o alarife José Pereira Arouca, assessorado pelos seus auxiliares; concluíram-se os belos templos da Sede, sendo que foi iniciada a admirável igreja de São Pedro, que, segundo opinião de Diogo de Vasconcelos, "concluído, seria o mais grandioso exemplar do estilo em Minas, sob planta e desenho do genial arquiteto José Ferreira dos Santos, a quem Mariana deve os seus monumentos e Vila Rica a formosa igreja do Rosário dos Pretos" (53).

---

(52) *Idem*, pág. 79.

(53) *Hist. da Civiliz. Mineira*, cit., págs. 80-81. Aliás, Diogo de Vasconcelos troca o nome do mestre de obras José Pereira dos Santos

O Bispo dominicano reservou um carinho especial ao Seminário, ofertando da sua cônica a importância de 150\$000 anuais para sua manutenção. Doou-lhe, em certa feita, o auxílio de 2:000\$000. Restabeleceu as aulas, chamando para regê-las mestres eminentes, tais como o Pe. Antônio Rodrigues Dantas, "autor de compêndios [de latim] até hoje inexcedíveis" (54) e o Cônego Luís Vieira da Silva (filosofia), filho da casa, um dos heróis da Inconfidência Mineira, que "tinha em sua casa, nos sertões das Minas Gerais, duzentas e setenta obras, com cerca de oitocentos volumes", os quais "representavam uma biblioteca magnífica para a época e o lugar" (55).

A Inconfidência Mineira é o fato máximo acontecido no episcopado de Dom Frei Domingos. O que é interessante é o fato de, não obstante cinco sacerdotes do seu clero estarem implicados no grande movimento cívico, o Bispo não se manifestou com uma única palavra (56).

O Prelado era, de fato, um homem prudente. Quando se enfocou novamente em seu tempo a questão

---

por José Ferreira dos Santos. Mas, isto é um simples *lapsus memoriae*, sem muita importância. Mais grave, porém, é a afirmação do grande historiador, em outra obra sua, *A Arte em Ouro Preto*, de ter sido a Igreja do Rosário dos Pretos "delineada em 1785 por Antônio Ferreira de Souza Calheiros, que também deu a planta da de São Pedro, em Mariana." (Pág. 60). Como se vê, esta asseveração contradiz o que afirma no texto citado, da *História da Civilização Mineira*. E, no entanto, a verdade é bem outra. Se o Dr. Calheiros é o autor dos traçados circulares característicos da planta baixa de ambos os monumentos, o risco da empena e frontispício do Rosário pertence ao mestre Manuel Francisco de Araújo, descoberta esta que se deve ao Dr. Francisco Antônio Lopes. Vide Rodrigo M. F. de Andrade, in *Artistas Coloniais*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura (Cadernos de Cultura), 1958, pág. 35.

(54) *Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 138. Esse Pe. Antônio Rodrigues Dantas, nascido ali mesmo, no sertão dos Prados, estudando em Mariana e São Paulo, onde se ordena depois de lecionar no Seminário marianense, parte para Lisboa, onde publica sua *Gramática Latina*, ao pé da qual assina o nome e acrescenta "Sacerdote de Lisboa"...

(55) Eduardo Frieiro, *O Diabo na Livraria do Cônego*, cit., pág. 21.

(56) Exatamente naqueles dias dramáticos da Inconfidência, D. Fr. Domingos cuidava da difusão do culto da Beata Rita de Cássia, em Pastoral aos seus diocesanos. (*V. I Livro das Pastorais*, cit.)

das “conhecenças”, houve-se nela com paciência e serenidade, encarregando o Dr. Quintiliano Alves Teixeira Jardim, um dos mais ilustres sacerdotes da diocese, a responder, em seu nome, às informações que a Rainha Maria I lhe mandara dar sôbre o assunto. A conhecença — como já estudamos no passado Capítulo — era uma espécie de dízimo pessoal que os fiéis pagavam aos párocos, por ocasião da desobriga anual, até a Dominga de *Pastor Bonus*. A Real Fazenda cobrava dízimos prediais e mistos, deduzindo daí as cômruas que dava aos bispos, cônegos e párocos, e as subvenções que prestava ao culto; entretanto, essas cômruas eram tão mesquinhas que o clero se viu obrigado a tornar a tributar, mediante a cobrança dessas conhecenças. Ou porque já pagava o dízimo ou porque achou caro o importe das conhecenças, o povo jamais aceitou de boa mente essa verdadeira bitributação; as reclamações fizeram-se sentir sempre e atingiram o seu clímax no episcopado de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, quando a crise oriunda do gradativo empobrecimento das minas de ouro e de diamantes afligia mais fortemente o povo, praticamente incapacitado de pagar os três tostões (\$300 rs.). Os párocos haviam sempre vencido os pleitos que os fiéis moviam contra a taxa das conhecenças. Porém, um dia, apareceu um caso em que o pároco estava a ponto de perder a demanda, para um paroquiano influente e poderoso; e o pleito, assim disputado, proposto em 1783, ainda em 1788 estava *sub judice*. Era um fato surpreendente êsse, um paroquiano conseguir pôr em xeque o seu vigário, numa questão de conhecenças. Tão surpreendente como o comêta aparecido nos céus de Minas Gerais em 1786, “fenômeno raro”, que o Dr. Quintiliano, Vigário das Congonhas do Campo, compara com o Acórdão da Relação do Rio de Janeiro, que abriu as esperanças do

paroquiano influente e poderoso... (57). O povo sentiu que a sua hora havia chegado e recrudescceu a campanha contra a taxa bitributária. Um tal "Dom" Francisco de Sales e Morais, intitulado-se "Procurador-Geral dos Povos das Minas Gerais", ergueu-se na crista da onda popular e requereu a D. Maria I contra "o flagelo em que vive aquêles muitos vassallos de Vossa Majestade, que pelo Suplicante mandaram cheios de profundo respeito e das mais vivas esperanças pôr na real e benigna presença de Vossa Majestade" (58). Contudo, a "real e benigna presença" da Rainha não se agradava de flagelos à vista e devolveu o requerimento em bom passe burocrático ao Bispo de Mariana, para informar. A resposta de Dom Frei Domingos foi o longo e exaustivo arrazoado do Dr. Quintiliano Alves Teixeira Jardim, Vigário de Congonhas, que acabou por sugerir a Sua Majestade medidas tendentes a aumentar os dízimos prediais e mistos para pagar melhores cômguas aos párocos, que assim poderiam reduzir a cobrança das conhecenças ou dízimos pessoais... A informação retornou a Lisboa. A Rainha prometeu tomar providências. Mas a taxa de \$300 rs. permaneceu. E tudo continuou como dantes.

Em 1792, declarou-se em todo o Bispado uma terrível epidemia de gripe. O surto epidêmico deve ter durado três anos, no mínimo, pois há estatísticas de óbitos, no Arquivo da Câmara da Cidade do Sêro, reportando-se à "epedemia" nos anos de 1791, 1792 e 1793. Deve também ter feito muitas vítimas, pois só na Vila do Príncipe, nesses três anos, morrem 283 pessoas livres, não sendo computados os óbitos de escravos, que deverão ter sido

---

(57) V. Resposta que deu o Dr. Quintiliano Alves Teixeira Jardim, in *Arquidiocese de Mariana*, cit., II, pág. 48.

(58) In *Arquidiocese de Mariana*, cit., II, pág. 38. Sobre a questão das conhecenças, cf. *R. A. P. M.*, VI, págs. 818-819, e *História Média de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imp. Oficial de Minas, 1918, pág. 272.

muito mais numerosos (59). As autoridades determinam “sejão os moradores obrigados interpoladamente a fazerem fugueiras de ramos e hervas Aromaticas para purificarem o Ar” (60), pois acreditam que é a má exalação dos corpos que o empesta. Dessarte, o fogo, com as plantas aromáticas, limpa o ar e faz com que a doença regrida. O autor das *Cartas Chilenas*, que também acredita nessa abusão, deve ter assistido a alguma dessas epidemias periódicas, que molestam os povos das Minas Gerais, pois assim descreve a doença, uns anos antes da gripe de 1792:

O calor da estação e os vapores  
que tantos corpos lançam, mui bem podem  
empestar, Doroteu, extensos ares.  
A pálida doença aqui bafeja,  
batendo brandamente as negras asas.  
Aquêle, Doroteu, a quem penetra  
êste hálito mortal, as fôrças perde,  
tem dores de cabeça e, num instante,  
abrsa-sc em calor, de frio treme (61).

Dom Frei Domingos, impressionado com a “grande Epidimia de Defluxoins que coaze geralmente pateçem”, todos, ordena preces e penitências, em pastoral que dirige a todos os seus diocesanos, e preside em pessoa às orações que se realizam na Catedral.

“Os cônegos de Mariana, tendo pouco que fazer — denuncia com pouca simpatia o Cônego Raimundo Trindade (62) — divertiam-se com escandalosas brigas, nauseantes mexericos de sacristia, que causavam ao bispo intenso mal-estar, nojo intolerável”. Esse é o motivo por que se decidiu o Antístite marianense transferir-se para

---

(59) *V. R. A. P. M.*, II, 1.º, pág. 6.

(60) *Idem*, pág. 7.

(61) *Carta IV*, 126 a 134.

(62) *Arquid. de Mariana*, cit., I, pág. 153.

Vila Rica, em 1788. Diogo de Vasconcelos não é tão peremptório quanto aos motivos dessa retirada: “Não pudemos saber — escreve o autor da *História da Civilização Mineira* (63) — nem atinar que motivos especiais teve êste Bispo, de gênio aliás tão sereno, para se despedir da cidade e vir morar em Vila Rica. A tradição acusava contrariedades, que sofreu do Cabido, com a infeliz nota de tanto ódio, que certos capitulares meditaram contra a sua vida em dias de uma Semana Santa, quando êle descia do púlpito, circunstância esta aliás inaceitável, pois não é do rito que os bispos preguem nesta ocasião. É, todavia, impossível que semelhante imputação corresse no ar sem um qualquer motivo de grave distúrbio, senão contra a vida, ao menos contra a dignidade do Prelado, que veio procurar sossêgo longe de sua Catedral”. E Dom Frei Domingos foi estabelecer-se na Vila Rica, em seu palácio da Rua Nova, em Antônio Dias. Alquebrado, doente, êle estava já de há muito, como se pode documentar por êstes versos das *Cartas Chilenas*, referentes às cerimônias com que se comemoraram, em 1785, as núpcias do príncipe D. João com a infanta D. Carlota Joaquina, presididas pelo Governador D. Luís da Cunha Menezes e por Dom Frei Domingos:

Com passos vagarosos chega à sege,  
 encaixa na estribeira o pé cansado...  
 e duas vêzes por subir forceja.  
 Acodem alguns padres, respeitosos,  
 e, por baixo dos braços, o sustentam.  
 Então, com mais alento, o corpo move,  
 dá o terceiro arranco, o salto vence  
 e, sem poder soltar uma palavra,  
 ora vermelho ora amarelo fica (64).

Será, porém, já na estada definitiva de Dom Frei Domingos em Vila Rica, que se dará o episódio do casa-

(63) *Op. cit.*, pág. 80.

(64) *Carta V*, 217 a 225.

mento de Maria Joaquina Anselmo de Figueiredo, amante do Governador Cunha Menezes, com o cabo-de-esquadra Jerônimo Xavier de Souza. Estando de partida o Governador, providenciou às pressas o enlace, para deixar amparada a jovem Maria Joaquina. O casamento se deu no dia 6 de julho de 1788, sete dias antes da saída do “Fanfarrão Minésio”. O bom do Prelado concordou em dispensar os proclamas do casamento, conforme versão das *Cartas Chilenas*:

Escreve ao velho bispo e lhe suplica  
que em todos os três banhos o dispense;  
não expende razão que justa seja;  
porém o velho bispo tem bom gênio  
e em todos os proclamas o dispensa;  
que êle tem grandes letras e bem sabe  
que os cânones da Igreja não pensaram  
da espécie singular de quando um chefe  
quer, à pressa, casar a sua amásia (65).

O santo homem, doente e cansado das coisas dêste mundo, não estaria, como Critilo, para apoquentar-se com as travessuras e indelicadezas do “bruto Fanfarrão”, que se prevalecia da tolerância do Bispo para tratá-lo com menos consideração (66).

Depois de demorar em Vila Rica cinco anos, Dom Frei Domingos faleceu em seu palácio da Rua Nova, logo após a meia-noite, na madrugada de 16 de junho de 1793. Vieram os cônegos de Mariana e lhe levaram o corpo, que foi sepultado na Sé, no carneiro ao lado do Evangelho. “Ali descansa êste grande Bispo — são palavras do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (67) — o melhor dos homens”. “Bom filósofo, orador insigne e valente teólogo — prossegue o velho memoria-

---

(65) *Carta XI*, 269 a 277.

(66) *V. Cartas V e XI*, versos 215 e 285-289, respectivamente.

(67) *In R. A. P. M.*, VI, pág. 757.



lista em outro lugar — era digno da mitra por êstes títulos e muito mais por suas distintas virtudes. Respeitável na presidência da Igreja, foi magnífico nas funções do verdadeiro culto. Foi o pai, não só o amigo da pobreza, e principalmente das famílias honestas, que socorria com mão oculta e liberal. Sem despesas de fausto, tôda sua gala consistia no hábito de lã de sua Ordem, e sem a ostentação e equipagem dos príncipes eclesiásticos, chegava a carecer do trem e móveis, do que não dispensa um particular. O célebre Frei Bartolomeu dos Mártires, de sua Ordem, era o modêlo, que sempre tinha presente. Como êle, era composto em suas palavras, moderado em corrigir os vícios, doendo-lhe mais, que aos compreendidos nêles, êstes atos de severidade, a que emendou a muitos e recatou a maior parte: mostrou sempre energia na cadeira, e no trato, humildade apostólica” (68).

À morte de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel, sucederam-se, ainda uma vez, os tristes espetáculos que sempre ofereceram à Igreja marianense os cônegos do Cabido, com suas discórdias e ambições pessoais. Vilipendiada, atassalhada, conspurcada por tôda a sorte de vícios, de dissídios e de escândalos mesquinhos, a situação da administração capitular, até a entrada solene de Dom Frei Cipriano de São José, no dia 30 de outubro de 1798, confirmava bem a fama inglória de que se cercara, desde os tempos vacantes de 1764 a 1780, de reduto de “maos costumes inveterados”, de redil tumultuado de ovelhas indóceis, que espantavam de longe os já cansados pastôres. Foi por isso que relutou tanto em aceitar o Bispado de Mariana êsse gordo e feio frade da Arrábida, que foi Dom Frei Cipriano de São José. A pressão da Côrte para que aceitasse a cruz, foi tremenda: o ilustre frade franciscano só capitulou — é o têrmo —

---

(68) *Ap. História da Civilização Mineira, cit., págs. 79-80.*

sob pena de desobediência (69). E veio para, com o nôvo século que dealbava, estabelecer uma nova vida em sua diocese. Nos próximos Capítulos, encontrar-nos-emos com o pastor franciscano, com o seu cajado às mãos, que era motivo de consolação (70) às vêzes, mas que, em outras, constrangeu a muitos a que se curvassem aos seus golpes (71).

O Cônego Raimundo Trindade julga Dom Frei Cipriano com severidade e contesta afirmações de Diogo de Vasconcelos sôbre a “tão proclamada bravura” do frade arrábido. Segundo suas palavras textuais, “Dom Frei Cipriano era excessivamente gordo; daí, indolente e comodista” (72). “A administração de Congonhas — prossegue atacando o historiador da Igreja marianense (73) — dava-lhe dor de cabeça; abandone-se esta administração. Os cônegos viviam em turras intermináveis; faça-se de conta que os cônegos não existem, nem o Cônego Jacinto que positivamente o injuriava. Preocupa-o o Seminário; feche-se o Seminário! Eis o que foi na realidade, em Mariana, o *bravo* Dom Frei Cipriano”.

Se Dom Frei Cipriano era excessivamente gordo, não se pode concluir necessariamente que fôsse indolente e comodista. Se era excessivamente gordo, deveria ser um doente, isso sim. Doente e já um homem cansado, pois ao se empossar, em sua Catedral, já contava os seus cinqüenta e cinco anos. O gordo arrábido, contudo, mostra-se animoso quando procede à visita geral do seu extensíssimo Bispado, como as que fizeram antes Dom Frei Manuel da Cruz e Dom Frei Domingos da Encarnação

---

(69) *Idem*, pág. 84.

(70) *Salmos*, XXII, 4.

(71) *Hist. Civiliz. Mineira*, cit., pág. 84.

(72) *Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 181.

(73) *Idem*, *ibidem*.

Pontevel. Quando no exercício do cargo de Governador interino da Capitania, decide-se à subida da Serra do Caraça, em 1805, para um mister que poderia delegar a outrem, embora se queixe de se ter arrependido da viagem, por causa dos “caminhos difíceis e tão arriscados” — como se expressa em seu vernáculo impecável. Se abandona o santuário de Congonhas à Irmandade do Bom Jesus de Matosinhos e ao Ermitão Vicente Freire de Andrade, é porque o regime do padroado dá ganho de causa ao Ermitão e o Bispo nada mais pode fazer (como, de resto, todos os seus sucessores, até findo o padroado, na proclamação da República, em que a Igreja se separou do Estado). Se Dom Frei Cipriano não consegue disciplinar o seu Cabido, neutraliza-o pelo menos, a ponto de se não ter nenhuma notícia, em todo o seu episcopado de dezoito anos, de incidentes capitulares semelhantes aos que, nas décadas anteriores, haviam sido a única constante da existência daquele quase inútil colégio catedral. “O Bispo era severo, intransigente — defende-o o historiador Diogo de Vasconcelos — mas incapaz de injustiças. Ninguém se atrevia a menoscabá-lo, quer por ter sempre a razão de seu lado, quer por inútil que seria tôda resistência a seus mandamentos. E assim com as primeiras cajadadas, desenganaram-se os lobos, e o rebanho ficou submisso” (74).

Menos justificável, contudo, parece-nos a conduta de Dom Cipriano no fechamento do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. É verdade que, após a morte de Dom Domingos da Encarnação Pontevel, no interregno da Sede vacante, a situação financeira da casa tornara-se crítica, em consequência dos erros administrativos do Cabido. Não se podia pagar o Reitor: os lentes Pascoal Bernardino de Matos (o mestre do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos) e José Lino Correia de Carvalho

---

(74) *Hist. Civiliz. Mineira*, cit., pág. 84.

são nomeados vice-reitores, “sem que hum e outro possam vencer ou pedir algum ordenado mais que o de sua cadeira, como atualmente vencem” (75). Era essa a situação, na entrada de Dom Frei Cipriano, do qual um dos primeiros atos foi um edital convocando para o Seminário os candidatos ao sacerdócio, convite que renovou segunda e terceira vez. Em 1806, chamou para reitor o Pe. Manuel Ribeiro da Cruz, seu ex-fâmulo, que a partir de certa época iniciou uma espécie *sui generis* de recrutamento de levitas, consistindo na realização de retiros espirituais para êles, uma vez que não mais se apresentavam ao Seminário. É que se mantinham na cidade cursos públicos e gratuitos de Latim, Retórica e Filosofia, assim como uma aula noturna de Moral, no Palácio Episcopal (76). Os candidatos preferiram naturalmente êsses cursos e desertaram o Seminário, que Dom Cipriano acabou por fechar (77). Prestigiando os cursos régios aludidos e sua “aula vespertina” de Moral, assim como os retiros espirituais do seu ex-fâmulo, ordenando numerosos candidatos ao presbiterato sem o curso eclesiástico normal, “não estaria o próprio Bispo concorrendo para que o Seminário se mantivesse fechado?” A pergunta é do Cônego Raimundo Trindade (78), que em abono do Bispo se reporta aos convites que inicialmente dirigira em prol do Seminário, para logo o acusar duramente assim: “mas o indolente bispo (que tem a falsa reputação de bravo) não se absolve da grande culpa: o Seminário não teria tão tristemente decaído se êle suspendesse simplesmente as ordenações aos candidatos que não satisfizessem o currículo seminarístico” (79). Dom Frei Ci-

---

(75) Cônego Raimundo Trindade, *Breve Notícia*, cit., pág. 31.

(76) *Idem*, pág. 34.

(77) *Idem*, págs. 31-32.

(78) *Idem*, pág. 32, *infra*.

(79) *Idem*, *ibidem*.

priano se revela o setecentista ilustrado e grão-senhor, que se dá a importância de manter em sua própria residência a "academia", em desprestígio dos velhos estudos tradicionais. É a mentalidade que inspira as famosas Academias do século XVIII, que incentivaram as investigações científicas do tempo, fazendo com que "as Universidades se submergissem na obscuridade de suas cidades medievais" (80).

O que nos parece digno de consideração, na interpretação da vida e das atitudes de Dom Frei Cipriano de São José, é o fato de ter sido o sexto Bispo de Mariana um homem típico do seu tempo. Pois ele foi, na verdade, um filho do "século das luzes". Esse comodismo que lhe acusa o Cônego Raimundo Trindade parece-nos antes um hábito, hábito constante e adquirido, segundo sua mentalidade e a vida palaciana a que se acostumara. Conseguindo, depois de uma brilhante carreira dentro de sua Ordem, tornar-se pregador da Capela Real do Palácio de Bemposta, em 1789, quando ainda era sã a Soberana, o futuro Bispo de Mariana fizera-se áulico de prestígio junto dela (81). Homem experimentado nos negócios da Igreja, pregador diserto e teólogo consagrado, eis as qualidades pessoais que lhe granjearam posição na Côrte de D. Maria I. Pregador da Rainha, Frei Cipriano tornara-se um cortesão. Daí o seu gosto pelo conforto, demonstrado, quando Bispo de Mariana, nos melhoramentos custosos que ele mandou fazer no Palácio Episcopal, logo depois de sua chegada. Mobilou-o com muito bom gosto, à moda da época. Foi nota distinta do tempo a recepção oficial que Dom Frei Cipriano dava na sala do dossel, "com seus móveis antigos suntuosos,

---

(80) *História Universal* (Dir. de Walter Goetz *et alii*), Madrid, Espasa-Calpe, 1947, 10 vols., t. VI, pág. 278 (trad. espanhola de M. García Morente).

(81) *Hist. Civiliz. Mineira*, cit., pág. 83.

cadeiras de espaldar, forradas de damasco vermelho, paredes de friso, tendo em série os retratos ds todos os bispos, à direita de quem entra, e, à esquerda, os dos antigos Reis e Imperadores" (82). Em palácio, além do porteiro, havia um Mestre-sala encarregado de receber e guiar os visitantes à presença do Antistite. Segundo Diogo de Vasconcelos, a Rainha acedera à exigência do Prelado, pondo à sua disposição tudo o que faltava em Mariana ao decôro do culto divino e da dignidade episcopal. Foi assim que vieram de Lisboa as banquetas e as alfaias preciosas, que ainda hoje estão na Catedral; os damascos decorativos e os ricos ornamentos, assim como o grande e majestoso órgão. Para o Palácio, chegaram as baixelas de prata, de porcelana, damascos e linhagens, e até um coche de Estado, que, em 1817 (Inventário de Dom Frei Cipriano), foi avaliado em 700\$000 (83). Homem que fôra religioso de côro, e, pois, amigo de uma exata execução musical e cerimonial, o Bispo arrábido logo acabou com o desleixo que observara nos ritos e nos cânticos de sua Catedral, cuidando, êle próprio, de preparar os cerimoniaários e abrindo uma *schola-cantorum* em Palácio. Habituará-se a surpreender, de vez em quando, os seus cônegos, chegando de repente ao capítulo e sentando-se em sua cadeira, para observar como se conduziam na recitação dos ofícios e das horas canônicas. Talvez se recordando de sua antiga prerrogativa da "Mesa Travessa", Dom Frei Cipriano reunia os cônegos e capelães, assim como todo o pessoal da Sé, e lhes dava dois banquetes por ano, no Natal e na Quinta-Feira Santa. O das consoadas de Natal era um banquete de boas-festas, mas o de Quinta-Feira Santa era um ágape oficial, "para corresponder à fineza do Cabido".

---

(82) *Idem*, pág. 85.

(83) *Arquid. de Mariana*, cit., I, pág. 175.

“O Bispo, nesse dia, pela manhã — descreve a *História da Civilização Mineira* (84) — ia de sege ou de liteira para a Sé, e, depois das solenidades, como estava começado ao meio-dia o período da Paixão, voltava a pé para Palácio, vindo então todo o pessoal do côro acompanhá-lo. Era por isso, convidado, e de estilo aceitava o jantar, que estava na hora de servir-se. Levantada a mesa, e dado necessário descanso, tinha o mesmo pessoal de acompanhar o Prelado, que voltava para a Sé, a fim de continuarem as solenidades e ofícios da Paixão”. Como o século promovera as virtudes da humanidade e da benquerença e dava uma importância especial às obras de misericórdia (85), Dom Frei Cipriano se comprazia, todos os anos, na mesma Quinta-Feira Santa, em lavar os pés a doze mendigos da cidade, aos quais vestia à sua custa para o lava-pés; enxugava-os carinhosamente e dava a cada um a sua toalha e, depois de beijar-lhes os pés, abraçava-os, despedindo-os com muita afeição.

Esse príncipe eclesiástico do século XVIII não comporia melhor a sua mentalidade de contemporâneo de uma geração que redescobrira a natureza, se não se desse o luxo de ter o seu “jardim fechado”, a sua quinta. E a teve, bela e luxuriante, como a pintou o seu amigo e comensal Pe. Viegas de Menezes, em precioso óleo que o historiador Diogo de Vasconcelos viu no Palácio do Bispo, ainda nos princípios deste século. “Tendo aumentado o Palácio e nêle feito obras de arte, que o enobreceram — narra o historiógrafo mineiro — não se esqueceu da quinta, onde apurou o gôsto de sua época pelo estilo dos jardins romanos, canteiros geométricos cercados de meios-fios, tendo no centro largos tanques em octógono com um repuxo elevado. Os muros eram vestidos de

---

(84) Cit., pág. 85.

(85) V. Paul Hasard, *La Pensée Européenne au XVIII<sup>e</sup> Siècle*, Paris, Boivin & Cie., 1946, 3 vols., t. I, págs. 232-233.

hera, e as ruas, ornadas de figuras simbólicas, que davam aos maciços de rosas e lírios a reflexão poética da antiga mitologia” (86).

Porém, os sentimentos estéticos de Dom Frei Cipriano se compraziam em motivos cristãos, pois mandou captar uma fonte nativa para a sua quinta, ornando-a com um quadro que representava a Samaritana e Jesus, ao pé do poço de Sicar. “As figuras em relêvo avivam admiravelmente a cena evangélica, vestidas a caráter, e desenvolvendo em seus movimentos a situação do Mestre, enquanto proferia a doutrina tôda nova. As tamareiras viçosas e a vegetação rasteira enfolhada, tendo as raízes na umidade do poço, contrastam com os longes áridos e pedregosos do monte em que se avista a cidade.” — é a descrição que faz Diogo de Vasconcelos do quadro que ainda viu, a enfeitar a fonte da quinta episcopal, também ainda balsamizada pelos tufos de violetas e de morangos, que restavam dos tempos do Bispo arrábido. O doce sussurro da água e a sugestão do quadro do Senhor e a Samaritana, naquele êrmo florido, haveriam de comprazer o antigo cortesão de Maria I a rezar melhor o seu Breviário. Seria uma reza sem arroubos místicos, à base de uma devoção humana, que fazia o possível, mas que jamais aspiraria ao absoluto. Reza, enfim, de um prelado do século, que punha a própria conceituação da vida humana em fruir sem exagêro os próprios bens espirituais, para assim não perdê-los totalmente.

---

(86) *Hist. Civiliz. Mineira*, cit., pág. 86.



## CAPÍTULO IV

### *A Crise dos Costumes no Século I*

*Mas vá fora de graça,  
No assumpto hei de fallar, por mais que faça;  
Isto não tem remedio, eu bem queria  
Ir-me esgueirando agora da folia.*

....

SANCHO PANSA DE APOLLO (Silva Joco-  
Seria, in *Aureo Throno Episcopali*)

A DIVULGAÇÃO das primeiras novas do descobri-  
mento do ouro, a partir dos últimos anos do século XVII,  
provocou, para o sertão dos Cataguá, aquêlê impressio-  
nante *rush* de homens, trastes e animais, como jamais  
se viu na história do Brasil.

Porque, na verdade, a corrida para o ouro das Minas  
Gerais não tem paralelo em nossas crônicas. E, mesmo  
na história das Américas — o continente dos “el-dorados”  
da incandescente imaginação ocidental — só os espe-  
taculares avanços dos conquistadores de Potosi, no vice-  
reinado do Peru, em 1545 (1), e dos pioneiros da Amé-  
rica do Norte, primeiro acorrendo à Califórnia, em me-  
dos do século passado, e depois se desabalando para as  
solidões geladas do Alasca, já nos princípios do nosso  
centésimo, podem ser a ela comparados.

---

(1) V. Luis Capoche, *Relación General de la Villa Imperial de Potosi*  
(Edición y Estudio Preliminar por Lewis Ranke), Madrid, Biblioteca de  
Autores Españoles (Ediciones Atlas), 1959, págs. 9 et seqs.

A arremetida setecentista para as “Minas do Ouro” reveste-se daquelas mesmas características de loucura coletiva que marca tôdas as buscas de ouro, desde o lendário Jasão e seus cinqüenta argonautas. “A sede insaciável do ouro — conta o cronista do *rush* mineiro, Antonil, testemunha dêle nos primeiros anos da centúria setecentista (2) — estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a metterem-se por caminhos tão asperos, como são os das Minas, que difficulosamente se poderá dar conta do numero das pessoas, que actualmente lá estão. (...) Cada anno vem nas frotas quantidade de Portuguezes e de estrangeiros, para passarem às Minas. Das cidades, villas, reconcavos, e serptoens do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos Indios de que os Paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares, clerigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”.

A invasão de gente é tão brutal, que seu atropêlo escandaliza, impaciente até, os espectadores desinteressados da dramática arremetida. Assim é que o Padre Belchior de Pontes esconjura, da aldeia de São José, aquêles paulistas que se dirigem para as Minas, profetizando-lhes as desgraças que sucederão no grande “levantamento” que se vai dar (3). É que o santo jesuíta, homem sábio e desapegado, cujo “único tesouro deverá ser o temor do Senhor”, bem pode antever os “ódios que logo iriam desatar-se nas Minas, ainda ontem Certoens, e só habitados de feras, e gentios”, e, em alguns anos,

---

(2) *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (Com um Estudo Bio-bibliográfico de Afonso de E. Taunay), São Paulo, Melhoramentos, 1923, pág. 213.

(3) Padre Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, São Paulo, Melhoramentos, 1932, págs. 200 a 203 (todo o cap. XXXII).

já mudados em muitas povoações de aventureiros de tôdas as procedências, mas apequenadas para tanta gente e tanta ambição.

Fernão Dias Pais, em sua procura das esmeraldas, semeara pelo sertão os primeiros "arraiais". Foram alguns apenas, durante dezenas de anos. Porém, manifestados os ouros do último decênio seiscentista, êles foram surgindo por tôda a parte, como cogumelos depois da chuva. Nas Minas, o primitivo arraial dos primeiros tempos da mineração provém das "habitações e costumes dos primeiros aventureiros que abarracavam como os ciganos"(4). É apenas um local para o lazer, a compra e a reza. Mais importante que o arraial é a mineração, a "cata", geralmente lá no fundo dos vales, onde correm as águas prometedoras dos achados auríferos. Eis que, tanto para os paulistas descobridores quanto para os reinóis adventícios, o arraial não é o domicílio nem o lar. É apenas uma demora, onde ficarão o tempo suficiente para apurar o ouro da sua cobiça. Daí o caráter tão freqüente de provisoriedade e de improvisação que se observa na própria disposição local dos arraiais coloniais mineiros, e em suas construções (5). Para aquela rude gente que "assiste" ali, não há a preocupação do bom gôsto e do confôrto domésticos: primeiro, porque ela é rude e grosseira mesmo, e depois porque sòmente o lar, a permanência familiar, a mulher, é que sugerem preocupações daquela ordem.

No geral, os primeiros arraiais não passam de esquálidos arruados, onde logo aparecem a venda, a capela e as casas dos mineradores mais antigos estabelecidos; êsses arruados deixam-se dispor pelo capricho geográfico

---

(4) Southey, *História do Brasil*, cit., vol. 5.º, pág. 69.

(5) V. Sílvio de Vasconcelos, "A Arquitetura Colonial Mineira", in *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1957, I, págs. 62-63.

dos caminhos dos rios e das montanhas (6). Sobem la-deiras, contornam socavões, equilibram-se sôbre abismos e arriscam-se sôbre pontes, por onde passam, geralmente escachoantes, as águas das correntes em que reside o ouro procurado. A viela principal, porque vai direta até à capela, é a “rua direita”, mesmo que seja tão torcida como as outras. Porque, em tôdas as Minas Gerais do tempo, sômente a Vila do Carmo (que logo mais vai ser a única cidade setecentista, a cidade episcopal de Mariana) terá suas ruas bem traçadas, graças ao “risco” competente do Engenheiro Sargento-mor José Fernandes Pinto de Alpoim. As casas — ou melhor, os cochicholos — são mesquinhas, fechadas por quatro paredes de pau-a-pique e sopapo de dois a três metros de altura, numa área máxima de trinta metros quadrados (7); geralmente de duas águas, de telhas em canal, a posterior sempre mais comprida, dando para os amplos quintais cercados de muros de pedra sêca, e a anterior nos largos beirais sôbre a rua, arrimados aos cachorros de boa madeira feitos por carapinas negros ou índios; das paredes, quase sempre pintadas de branco ou azul, abrem-se em madeira de lei as portas e janelas sem vidraças, vistosas em suas

---

(6) Os primitivos arraiais mineiros aparecem à beira dos rios auríferos ou à margem das estradas, “vício geral de quase todos os arraiais de Minas — escreve o Dr. José Vieira Couto, o sábio autor da *Memória sôbre as Minas da Capitania de Minas Gerais* — que foram todos formados sem gôsto, e como para pouco tempo à beira dos rios que davam o ouro ou pela estrada ao comprido à maneira de feira.” (*In Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X, fases 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>, pág. 74.) Também o Sr. Sílvio de Vasconcelos, em sua obra *Arquitetura no Brasil*, afirma que a maior parte das povoações mineiras nasceram junto das estradas, mais do que junto das minerações prôpriamente ditas. Nas estradas é que se postavam os pousos, os ranchos, os armazéns, as fazendolas, o comércio enfim. “O comércio é, assim — afirma o Sr. Sílvio de Vasconcelos — mais do que o ouro, como erradamente se supõe, o fundamento precípua e direto dos povoados mineiros.” (*Arquitetura no Brasil*, Belo Horizonte, Edições Escola de Arquitetura, 1959, pág. 4.)

(7) V. Diogo de Vasconcelos, *A Arte em Ouro Prêto*, Belo Horizonte, Ed. da Academia Mineira de Letras, 1934, pág. 19.

côres de sangue de boi ou oca. Porque baixas e devassadas, é freqüente proverem-se de rótulas ou urupemas, para resguardo das intimidades domésticas. Mas, dominando o casario colorido, disposto em escada a grimpar as ladeiras, eis a igreja, com o seu adro ancho e elevado. Capela inicialmente, quando por ela passaram os primeiros visitantes, logo mais se torna a matriz de tôda uma freguesia. Como quase sempre o orago é Nossa Senhora — e tantas vêzes da Conceição — o templo é também azul e branco, que essas são as côres da Virgem Imaculada. Surpreende a freqüência do culto de Nossa Senhora da Conceição (8), a padroeira do Reino e daqueles aventureiros todos, que sublimariam assim, na invocação encantadora de Duns Escoto, a pungente nostalgia do amor cortês e, pois, da mulher branca, tão pouco encontradiços, um e outra, naquelas Minas tumultuosas dos três primeiros quartéis do século XVIII, o século I da colonização mineira.

E, povoando êsses arraiais primitivos, a mesma gente, ávida e brutal. Essa gente forma uma sociedade aluvional, instável, em tudo semelhante ao aflúvio das areias do ouro, que se vão depositando às margens dos ribeirões, tangidas pela dinâmica das águas: hoje aqui, amanhã sabe Deus aonde. O ouro é quem leva os homens endoidecidos, tanto menos desencantados quanto mais se contam os enganos da busca, lembrados nos títulos de uma comovedora toponímia geográfica: vários Brumados (Bromado, de “broma”) e Sumidouros (onde o ouro some), Tristeza, Deus te Livre, Empanturrado, Quebra

---

(8) O Sr. Pedro Calmon, em sua *História Social do Brasil*, atribui mais aos Paulistas a devoção de Nossa Senhora da Conceição, em Minas, que teriam pôsto o seu orago predileto como protetor de seiscentas povoações espalhadas por todo o Brasil. Em Minas, a devoção mais popular dos emboabas seria São José, que o Sr. Gustavo Barroso iria ver sempre calçado de botas nas igrejas mineiras. (*História Social do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasillana), 2.<sup>a</sup> edição, 1.<sup>o</sup> tomo, pág. 268.)

Braço, Minas Novas do Fanado, Boa Morte, Paciência, Veremos, Ojeriza, Ouro Branco (ouro de pouco valor), Destêrro, Bom Sucesso, Amparo, Esperança, Batatal (lavra rica, onde o ouro abunda como batata), etc. A sociedade é heterogênea, na raça e na cultura. No mais, em volta dos dois grupos sociais que se polarizam inicialmente — paulistas e emboabas — cristalizam-se dois mundos etnocêntricos, em que cada grupo se coloca como centro, em relação ao outro, e faz depender dêle todo critério de comparação e avaliação, rejeitando ou colocando em último lugar os valores estranhos (9). Evidencia-se logo o choque das mentalidades e dos interesses dos dois grupos. Estabelecidos nas Minas desde a primeira hora, os paulistas consideram-se senhores delas, já que detêm os cargos públicos, a êles confiados pela Coroa, como prêmio pela façanha das descobertas. A riqueza e a posição fizeram-nos arrogantes, “porque como vivião abastados de Indios, que tinhão trazido do Sertão — escreve o Padre Manuel da Fonseca (10) — e de grande numero de escravos, que com o ouro tinhão comprado, se fizerão notavelmente poderosos, chegando alguns a tanta soberania, que fallando com os forasteiros os tratavão por *vós* (11), como se fossem escravos; e por isso

(9) V. Emílio Willems, *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasileira), 1946, págs. 12-13.

(10) *Op. cit.*, pág. 205.

(11) “Nota 120 — “os tratavam por *vós*”. É curiosa esta observação. O tratamento *vós* foi antigamente o tratamento de respeito; tanto assim que no falar católico e até nos textos bíblicos, nos quais Deus no original é tratado por *tu*, se muda êsse tratamento pelo de *vós*; “Pai nosso que *estais* nos Céus”. Mas vemos que era empregado aqui em São Paulo como tratamento de menosprêzo.” A nota é de Otoniel Mota. (Pág. 277, *infra*.) Parece que o saudoso filólogo paulista desconhecia a influência castelhana dêsse tratamento pejorativo do *vós*, entre os Bandeirantes. Efetivamente, desde os princípios do século XVI, segundo Pla Cárcelos, “vosear a una persona implicaba quando no en insulto, una íntima familiaridad, o superior categoría social por parte del que hablaba.” *In Revista de Filología Española*, vol. X, 1923, pág. 245.

erão delles maiores as queixas, ainda que em grande parte nascião dos Mamalucos, que tinham em casa, sem que talvez chegassem à noticia dos amos os seus desmanchos”. Mesmo que êsses “desmanchos” mamelucos fôsem presentes aos régulos paulistas, cuidamos que êles não fariam muita mozza disso, pois crescia mais e mais sua má vontade contra êsses adventícios, cada vez mais innumeráveis, que os iam cercando e envolvendo, “mayormente povos de Portugal, entre os quais vierão muitos que sendo mais ardilosos para o negócio — agora o depoimento é de um cronista anônimo do *Códice Costa Matoso*, que pune pelos paulistas (12) — quizeram inventar contrattos de varios generos para mais depreça e com menos trabalho encherem as medidas, a que aspiravão da incansavel ambição”. Na verdade, o imigrante sente-se exposto ao impacto da reação do grupo estranho e, mesmo hostile, e no caso o ajustamento vai tornar-se uma questão de sobrevivência. Grande parte dos europeus é constituída de negociantes (13), entre os quais formam incontáveis “cristãos novos”, que “entrvão como Jacob peregrinos, e encostados a hum bordão” — a versão é do mesmo autor da *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes* — mas, desde logo, estabelecendo-se com suas vendas e oficinas, suprimdo os ricos lavradores de mantimentos, escravos e instrumentos de mineração, assim como prestando-lhes serviços de variada artezanía. Mais ainda, e nisto é que vai residir a razão principal do

---

(12) *Códice Costa Matoso* (Códice n.º 41, da Biblioteca Municipal de São Paulo), fls. 28.

(13) Dentre as testemunhas arroladas na visita ordinária da autoridade eclesiástica às Comarcas do Rio das Velhas e Pitangui, num total de 263 pessoas, 62 são negociantes e agenciadores. (*II Livro das Devassas* (1733), da Cúria Arquidiocesana de Mariana.)

choque entre paulistas e emboabas: os adventícios entram a concorrer às lidas da mineração e, dotados de recursos que falecem aos paulistas, levam-lhes a palma na renda das lavras, instilando-lhes no coração o ressentimento com que vão vendo perderem-se os antigos privilégios de condição e de fortuna.

Do ressentimento ao desfôrço vai apenas um passo. Estalam logo as violências entre os partidários das duas facções. Como o bordão dos peregrinos, “ainda que lhes servisse para o allivio do corpo, de nada servia para a reputação da pessoa, a qual só pendia em tempos tão mal ordenados do estrondo das armas, e multidão de pagens” (14), advertem no descuido os emboabas e se aprestam agora com armas de tanto estrondo como sua reputação, mesmo que aquela clavina do Arraial do Caeté acabe por acender o rastilho que fará explodir o paiol do pronunciamento civil.

Aliás, as Minas Gerais dos Cataguá nascem sob o signo da violência. Fernão Dias mata o filho traidor, e Manuel de Borba Gato prostra, pelos seus prepostos, o fidalgo D. Rodrigo de Castelo Branco. O Rio das Mortes recebe o trágico nome de uns preadores do mato “que se matarão ás pelouradas, brigando entre si sobre a repartição dos indios gentios que trazião do sertão” (15). As tradições irão anotar, já em 1690, no Distrito dos Couros — que é todo o vale do Rio São Francisco, incluindo-se as zonas ribeirinhas dos seus afluentes, o Abaeté, o Paracatu, o Urucuia, o Carinhanha, pela mar-

---

(14) *Op. cit.*, pág. 206. — O Autor apenas refere incidentalmente o episódio da Guerra dos Emboabas, motivo por que não se valeu mais abundantemente de fontes autorizadas, como, por exemplo, os trabalhos dos Profs. Drs. José Soares de Melo, Alfredo Ellis Jr. e Dr. Aureliano Leite.

(15) Antonil, *op. cit.*, pág. 208.



gem esquerda, e o Pará, o Paraopeba, o das Velhas e os Verdes (Grande e Pequeno), pla margem direita — mais de cem famílias paulistas, oriundas dos expedicionários bandeirantes chamados pelo Norte para reduzir as ferozes tribos tapuias e os negros quilombolas irredentos, espalhados umas e outras nos ásperos sertões são-franciscanos. Aquela dura gente dedica-se inicialmente à criação de gado (16), mas dentre seus descendentes deverão ser encontrados muitos dos contrabandistas que, por todo o século seguinte, irão sangrar os quintos de ouro de El-Rei, rio abaixo, de bubuia, para os comparsas da Bahia, pois que “em districto tam dilatado como o das quatro Comarcas, como hoje estão repartidas — explica o cronista anônimo do *Código Costa Matoso* a situação (17) — não podia esta só Cabeça [a autoridade do Governador Artur de Sá e Menezes] estando em qualquer parte acudir a tão remotos membros precisamente”. Esses remanescentes dos clãs paulistas, primeiro pelos direitos que se arrogam de detentores das datas de mineração, depois pelas crescentes exações da Real Fazenda (quintagens, capitações e outros tributos), estarão quase sempre entre os fautores dos movimentos armados da Capitania: a Guerra dos Emboabas, a rebelião do Pitangui e, ainda, aquêles famigerados motins do sertão, em que avultam as figuras até

---

(16) ...“e em consequência da fugida, em que para logo se puseram os paulistas acima nomeados [Borba Gato e sua gente, após terem matado D. Rodrigo], foram êles os primeiros que se entranharam pelo Rio de São Francisco; e povoaram e encheram de gados as suas margens, de que hoje se sustenta o grande corpo das Minas Gerais.” *Fundamento Histórico*, que abre o poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, também a êle atribuído, in *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC), 1955-1956, IV, pág. 123. V. ainda Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasileira), 1935, 2.ª edição, pág. 144.

(17) *Código Costa Matoso*, cit., fls. 29.

românticas de D. Maria da Cruz e do Padre Antônio Mendes Santiago (18). Essa é a gente de cabedal — a que faz alusão Antonil — que, por se encher de ouro, “foi causa de se haverem com altivez e arrogancia, de andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros, de animo prompto para executarem qualquer violencia, e de tomarem, sem temor algum de justiça, grandes e estrondosas vinganças” (19).

Com efeito, não há mesmo que temer muito à justiça, já que “nas Minas justiça humana não teve ainda tribunal, nem o respeito, de que em outras partes goza, aonde ha ministros de supposição, assistidos de numero e seguro presidio”. É verdade que então não tinham sido ainda criadas as Comarcas, mas não vale a pena “supor” muito dos primeiros ministros da justiça, após seu estabelecimento na Capitania. Raramente dignificam suas elevadas funções: o Dr. Manuel Musqueira Rosa (“aquelle Ouvidor Mosq.<sup>a</sup> Era m.<sup>to</sup> ambiciozo” — lê-se no *Código Costa Matoso*, fls. 38), transmuda a ouvidoria de Vila Rica em reduto de agitação contra o Conde de Assumar, de tal modo que é obrigado a demitir-se; o

---

(18) Depois de agitar todo o sertão de São Romão da Manga, nos tempos do governo de Martinho de Mendonça, o Padre Santiago dirige-se mais tarde para os descobertos do Paracatu, onde acaba tornando-se provisor geral do Bispo de Pernambuco, D. Frei Luís de Santa Teresa, que acompanha às Minas do Paracatu, em 1750. Foi nessa ocasião que, em virtude de ter iniciado o bispo uma luta sem tréguas contra os concubínatos, foi vítima da sanha dos seus inimigos. (V. Cap. II, deste trabalho, que inclui a história do envenenamento do Bispo de Pernambuco, relatada na *Memória Histórica de Paracatu*, do Prof. Olímpio Gonzaga, já citada naquele Capítulo). Para mais dados sobre o Padre Antônio Mendes Santiago, v. Diogo de Vasconcelos, *História Média de Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 2.<sup>a</sup> edição, 1948, págs. 127 a 169 (cap. III): *R. A. P. M.*, XVII, pág. 338 (Ordem Régia da prisão do Padre Antônio Mendes Santiago).

(19) *Cultura e Opulência do Brasil*, cit., pág. 260.

Dr. Martinho Vieira de Freitas, que o vem substituir, é tratado pelo Conde de "leviano, má-língua, provocador; pois fazia do seu tribunal um teatro de afrontas insupportáveis às partes, que lhe pediam despanhos" (20); o Dr. Antônio Rodrigues Banha, ouvidor-geral da Comarca do Sêro do Frio, faz a parte de vilão no descobrimento dos diamantes do Tijuco e é expulso por ordem do Governador Dom Lourenço de Almeida, "como intrigante, desviador dos quintos de ouro e perturbador da ordem" (21); o Dr. Rafael Pires Pardiniho, antes Ouvidor e depois o primeiro Intendente dos Diamantes, no Tijuco, mais do que por qualquer outra coisa, passa à história por ter trazido à crônica boêmia de Minas a famigerada Francisca da Silva, de quem teria havido o seu filho Plácido Pires Pardiniho (22); na Vila do Carmo, o Dr. Caetano Furtado de Mendonça, imputado de incrêu, faz tantas ao Bispo Dom Frei João da Cruz, que acaba prêso e remetido com segurança para o Rio de Janeiro, "para da mesma sorte ser conduzido à cadeia do Limoeiro" (23). Entregue assim a mãos nem sempre compatíveis o gládio

---

(20) Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1948, 2.<sup>a</sup> edição, vol. 2.<sup>o</sup>, pág. 266.

(21) *Revista do Arquivo Público Mineiro*, VII, pág. 254 (nota *infra*) e 268.

(22) Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, Ouro Preto, Imp. Oficial do Estado de Minas, 1897, vol. IV, pág. 186; *Memórias do Distrito Diamantino*, cit., pág. 162 (nota *infra* do Sr. José Teixeira Neves). E, contudo, passa à história erradamente, vítima de uma confusão, porque o pai do filho da Xica da Silva foi o Dr. Manuel Pires Sardinha, conforme declara em seu Testamento, de 12 de novembro de 1770. (*V. Sítios e Personagens*, de D. Joaquim Silvério de Souza, pág. 370, *infra*). De resto, também a própria cronologia inocenta o ouvidor Pardiniho, pois o esplendor da Xica da Silva vai se dar no mínimo vinte e tantos anos depois.

(23) Diogo de Vasconcelos, *História da Civilização Mineira*, (1.<sup>a</sup> Parte — Bispado de Mariana), cit., pág. 41.

da justiça, não seriam realizados devidamente os anelos de Dom Brás Baltasar da Silveira, ao cantá-lo em sua epopéia o poeta de *Vila Rica*:

...já demarcas

Os distintos limites das comarcas:

Dás com prósida mão leis, e moderas

As discórdias civis, já consideras

Domado o povo... (24).

O bom do Governador talvez considerasse mesmo domado o povo. Mas, isso jamais irá acontecer. A violência não será apanágio apenas das pessoas de cabedal: ela reinará também nas outras camadas sociais. Logo depois da Guerra dos Emboabas, pacificados os ânimos exaltados, pela força da autoridade dêsse notável homem público brasileiro que foi Antônio de Albuquerque, chega-se a deixar ao arbítrio do Governador o uso das armas de fogo, facultado mesmo aos escravos (Carta Régia de 24 de julho de 1711). Porém, logo em seguida, parece evidenciada a excessiva condescendência, em virtude dos abusos surgidos, e o Governador baixa um bando só permitindo armas de fogo aos homens nobres, mas não aos seus escravos (Ordem de 28 de março de 1714). Sobrevindo as graves perturbações da Sedição de Vila Rica, assim como a rebelião de Pitangui, apertam-se as medidas de segurança, pela Ordem de 5 de fevereiro de 1722, na qual se ordena a observância da lei, de 29 de março de 1719, “na qual se determina, que nenhuma pessoa de qualquer Estado, qualidade, ou condição, que seja, possa trazer consigo faca, adoga (*sic*), punhal, sovelão, ou estoque, ainda que seja de marca, tesoura grande, nem qualquer outra arma, ou instrumento, se com a

---

(24) *Vila Rica*, cit., Canto IX, in *Anudrio do Museu da Inconfidência*, vol. IV (1955-1957), pág. 184.

ponta se puder fazer ferida penetrante, nem trazer pistolas, ou armas de fogo, ou armas de fogo mais curtas, de que a Lei permite" (25). Por ter o Governador José Antônio Freire de Andrade dado conta a El-Rei de excessos praticados por mulatos, negros, "forros e &c.<sup>a</sup>" (*sic*), expede-se a Ordem de 11 de março de 1757, em que se esclarece "o que se deva praticar com os Vadios, e com os que usam de armas curtas", lei que deve ser observada no Brasil inteiro, "e também a que proíbe o trazer espadas as pessoas do povo" (26). Porque espadas, nobre arma da gente de prol, só os "homens principais" as devem usar.

Aquêles "vadios" são grupos de desocupados, vagabundos e párias sociais, que vivem nas Minas desde os primeiros momentos dos descobertos. Já no govêrno de Artur de Sá e Menezes, êsses desajustados sociais, dispostos em perigosa disponibilidade nas verdadeiras "favelas" que rodeiam os centros de mineração, constituirão um grave problema para as autoridades coloniais. Dom Lourenço de Almeida tenta enquadrá-los com medidas de polícia, mas como o problema é de natureza sócio-econômica, o Conde das Galveias, mais judiciosamente, é o primeiro a determinar aos oficiais dos arraiais e das freguesias a que "exterminem" das povoações para colônias de trabalho os "vadios" criminosos, com o propósito de encaminhá-los à cultura de terras, aos misteres da mineração e aos ofícios mecânicos (o que é aprovado pela Ordem Régia de 24 de novembro de 1734). Já, bem mais tarde, o Conde de Valadares, à presunção de que "os vadios são o odio de todas as Naçoens Civilizadas, (...) ordenou aos Comandantes, que lhe remettem presos, todos os que achassem nos seus Distritos,

---

(25) A lei que se manda observar é a de 29 de março de 1719.

(26) Ordem Régia de 11 de março de 1757.

com os outros, das quais se verificassem os requisitos precisos por ditos de testemunhas. Huns destes Vadios serão castigados com prisão, e outros são mandados conduzir pelo mesmo Governador a Conquista do Cuyethé; porque como a conservação desta Conquista era necessária, e se não podia conseguir, sem que nella houvesse hum Corpo de Tropas da dita qualidade, para se oppor aos assaltos dos Indios, lhe pareceu que era mais conforme á razão, o ser a mesma Tropa composta de homens Vadios, e facinorozos, de que de homens bem morigerados e precizos para a Cultura das terras" (27). E constitui uma tropa de "pedestres" dessa gente, parece que com bom resultado, pois El-Rei a aprova, em 1773, o que irá permitir-lhe atropelar com os malfetores da Capitania, "que por todo o tempo do seu governo desapparecerão" (28). Também o Governador Dom Rodrigo José de Menezes, depois de visitar o "dilatado sertão do Cuieté", prossegue a obra saneadora e penitenciária de seu antecessor, depois de 1780, mantendo ali uma guarda composta de homens pedestres, e mateiros, exercitados na rotura dos bosques, e especializados no sistema de guerrilhas nas matas, contra os botucudos. Essa guarda, como a do Conde de Valadares, é recrutada entre os "vadios e pessoas insignificantes".

Entretanto, a primeira determinação pastoral de Dom Frei Antônio de Guadalupe, ao chegar à Vila do Carmo, no dia 2 de dezembro de 1726, visa "o inveterado costume de sensualidade destas Minas, que chega a cegar o entendimento" (29). De fato, mais grave ainda que o problema das violências e da frágil justiça vigorante

---

(27) José João Teixeira Coelho, *Instrução*, cit., pág. 479.

(28) *Idem*, *ibidem*.

(29) 1.<sup>a</sup> Pastoral, in *Livro I — Pastorais*, do Arquivo do Cúria Arquidiocesana de Mariana, fls. 4-v.

é o da moral pública e doméstica, como se pode deduzir da leitura das devassas e “pronunciações” levadas a termo pelas autoridades eclesiásticas do tempo (30). Através dessas devassas e pronunciações, pode-se proceder a uma verdadeira prospecção vertical nas profundezas da vida privada do agregado social mineiro do século I, conseguindo-se o resultado de trazer à superfície todo um rico material de vivências humanas da época, que oferece inegável interesse histórico e sociológico, mercê de certas perspectivas pouco estudadas até agora.

Exatamente porque retratam os costumes das Minas Gerais nos inícios do fastígio do ciclo do ouro e dos

---

(30) No século XVIII, as autoridades eclesiásticas, em obediência aos ditames canônicos vigentes, promoviam periodicamente “visitas ordinárias” às freguesias, com a finalidade de melhorar o nível moral do povo. Para os pecadores públicos — isto é, aquêles que viviam em estado de escândalo para os fiéis, como os concubinários, exploradores do lenocínio, alcoviteiros, usurários, jogadores, agressores a mão armada, etc. — reservavam-se as “devassas”, que assim são configuradas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*: “As devassas, a que o Direito chamou inquirições, são uma informação do delicto, feita por autoridade do Juiz *ex-officio*. Foram ordenadas para que, não havendo acusador, não ficassem os delictos impunidos: e estas, ou são gerais, ou especiais. As gerais, ou o são totalmente, como aquelas, em que se inquire geralmente dos crimes, excessos, e pecados para se enendarem, e castigarem, quais são as que os Prelados fazem quando visitam as suas Dioceses; ou são gerais quanto às pessoas, e especiais, quanto aos crimes, e delictos, como succede, quando consta ser cometido algum sacrilégio, ou crime grave, cujo conhecimento pertence ao fóro eclesiástico, e não se sabe quem o cometeu. As inquirições, ou devassas especiais são quando se inquire especialmente assim quanto às pessoas, como quanto ao delicto, especificando pessoas certas, e certo crime. As gerais se podem fazer, ainda quando não haja infâmia, ou indício contra pessoa alguma, porquanto se fazem para se saber se há culpas, ou pecados, que se devam emendar, ou castigar, ou outras cousas, que se devam reformar.” Como se vê pelo texto transcrito (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1764, Livro 5, Tít. XXXIX, n.º 1056, págs. 390-391), as devassas gerais é que tinham lugar nas visitas ordinárias, a cargo de um Juiz Visitador e um escrivão, que convocavam as testemunhas, que depunham sob “juramento dos Santos Evangelhos em um Livro dêles em que pôr sua mão direita, e prometiam dizer verdade do que soubessem, e lhes fôsse perguntado”, segundo os termos que abriam as inquirições.

diamantes, estudamos mais detalhadamente as devassas da “visitação ordinária” de 1733-1734, contemporâneos aos dias do luxo asiático do Triunfo Eucarístico. Assim como nos detivemos nos termos de outra “visita”, a que fêz o Dr. José dos Santos, Vigário Geral de Dom Frei Manuel da Cruz, à Comarca do Rio das Mortes, em 1763, quando já principia o descenso do ciclo e dá o Irmão Lourenço de Nossa Senhora, fundador do Hospício do Caraça, o seu primeiro passo na realização da meta da reedificação espiritual de Minas, entrando para a Ordem Terceira da Penitência, no Arraial do Tijuco (31).

Encabeçam a lista, no “inveterado costume da sensualidade destas Minas”, os concubinatos, que são tão mais freqüentes quanto menos numerosos se tornam os casamentos. Ora, casamento supõe vida social, vida doméstica, a segurança do lar. Nesse agregado informe de

---

(31) Os Livros de Devassas ou Visitas são o II e o III, que correspondem, respectivamente, aos anos de 1733-1734 e 1763. O *II Livro de Devassas ou Visitas* inclui as visitas feitas às Comarcas do Sabará e do Pitangui, através das seguintes Freguesias ou Capelas: Caeté, Rio das Pedras, Santo Antônio de Rio Acima, Raposos, Congonhas de Sabará, Curral del Rei, Arraial Velho, Roça Grande e Mocaúbas. Preside à visita de 1733-34 o Dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, Vigário da Vara da Vila e Comarca do Sabará, e Encomendado da Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Conceição, especialmente comissionado por Dom Frei Antônio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro. A visita ordinária de 1763 está incluída no *III Livro de Devassas ou Visitas — 1763*, que foi procedida pelo Dr. José dos Santos, Vigário Geral de Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo de Mariana, assistido pelo Secretário da Visita Geral, Pe. Antônio de Araújo Carvalho, que estiveram nas Comarcas do Rio das Mortes e de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, através das seguintes localidades: São João del Rei, Santana das Lavras do Funil, Carrancas, Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Campanha do Rio Verde e Bambuí. Dêse *III Livro de Devassas ou Visitas*, teriam sido subtraídos os termos das devassas feitas na Comarca de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto; é que teve 194 fôlhas, mas só foram achadas 72. Assim o declara, em 29 de setembro de 1882, o Cônego Júlio de Paula Dias Bicalho, Escrivão da Câmara Eclesiástica de Mariana, a fls. 72 (Termo de Encerramento). Não há necessidade de explicar o desaparecimento dessas fôlhas...



adventícios — como eram as Minas dos primeiros decênios do século XVIII — a família, o lar, ainda não tinham o lugar preponderante que lhes cabia na sociedade. Debalde El-Rei determina ao Governador Dom Lourenço de Almeida que procure “com toda diligencia possível para que as pessoas principais, e ainda quaisquer outras tomem o estado de casados e se estabeleçam com suas famílias reguladas na parte que elegerem para sua população” (32). Debalde acena o rei com a entrada dos casados na governança das câmaras das vilas. O desacorçoado Governador volta a Sua Majestade, para lamentar “se possa conseguir dar-se à execução esta real e santa ordem de V. M. porque em todas estas Minas não ha mulheres que hajam de casar, e quando ha alguma, (...) são tantos casamentos que lhe saem que vê o Pai em grande embaraço sobre a escolha que ha de fazer de genro”... (33). E o Capitão-General apressa-se em aconselhar a El-Rei não proíba a governança das câmaras aos solteiros, “porque os homens casados são muito poucos, e pela maior parte vivem em fazendas distantes das vilas” (34). Na verdade, dentre as 263 testemunhas arroladas na visitação de 1733, nas Comarcas de Sabará e Pitangui — testemunhas que são as personalidades mais dignas e representativas das freguesias visitadas — apenas 77 são pessoas casadas (pouco mais de 1/3 dos depoentes, o que vale dizer estar bem informado Dom Lourenço de Almeida, mandando aquela resposta a Dom João V, dois anos antes). O Governador da Capitania até parece ter previsto o estado civil das testemunhas da devassa, pois o índice mais alto das

---

(32) *R. A. P. M.*, XXIV, pág. 350.

(33) *Idem, ibidem.*

(34) *R. A. P. M.*, XXIV, I, pág. 351.

peçoas casadas vem recair exatamente sôbre aquêles “que vivem de suas rossas” (35).

(35) Dentre as testemunhas arroladas, num total de 263, 177 são solteiras e 77 são casadas. Destas, 39 são lavradores, o que perfaz a metade do número de peçoas casadas, um tanto mais do que tôdas as peçoas das outras profissões reunidas.

Eis o quadro das testemunhas, com sua profissão e estado civil, discriminados:

<i>Profissões</i>	<i>Casados</i>	<i>Solteiros</i>	<i>Víduos</i>	<i>Estado civil não declarado</i>	<i>Total</i>
Eclesiásticos.....	0	8	0	—	8
Titulares (“Auxiliares”).	—	—	—	4	4
Servidores Públicos e Militares.....	0	8	0	—	8
Comerciantes...	5	26	0	—	31
Lavradores.....	37	34	2	—	73
Mineradores.....	18	37	1	—	56
Prendas domésticas..	1	5	0	—	6
Alfaiates.....	0	10	0	—	10
Ferreiros.....	6	5	0	—	11
Cirurgiões (barbeiros)...	0	3	0	—	3
Tanceiros.....	0	1	0	—	1
Marceneiros..	0	0	1	—	1
Carapinas....	5	5	0	—	10
Sapateiros.....	5	8	0	—	13
Seleiros.....	0	1	0	—	1
Pedreiros.....	0	1	0	—	1
Pintores.....	0	1	0	—	1
Ourives.....	0	1	0	—	1
Músicos.....	0	1	0	—	1
Professôres.....	0	2	0	—	2
Agenciadores.....	5	25	1	—	31
Donos de engenhos..	0	5	0	—	5
<b>T O T A I S : .....</b>	<b>77</b>	<b>177</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>263</b>

Esse pequeno quadro estatístico oferece algumas observações que merecem ser aqui incluídas.

*Testemunhas:* Nas devassas de 1733, não há declaração expressa de naturalidade das testemunhas, mas como nas de 1763 as há, podemos concluir que elas são quase sempre arroladas entre reinóis. Só excepcionalmente depõem pardos ou “gentios da terra”. Os portugueses moradores nas Minas são, na imensa maioria, oriundos do Arcebispado de Braga. Depois, vêm os do Bispado do Pôrto. Alguns, provêm do Bispado de

Se, todavia, os casamentos surgem mais numerosos entre a gente da lavoura e seu tanto entre os minereiros (36) e mínguem bastante nas outras profissões urbanas, os concubinatos ocorrem em tôdas elas, sem distinção

---

Angra. De Lisboa ou do sul de Portugal, não há notícia sequer de um. As testemunhas são, em geral, pessoas de meia idade, que, aliás, nunca declaram certa a idade: tantos anos "pouco mais ou menos", assim dizem. Mulheres pouco depõem: nas devassas de 1733 apenas uma é casada, as demais são pretas fôrras ou escravas. *Agricultores e mine- radores.* Enganam-se os que pensam que a maioria da população das Minas dedica-se à mineração. Os moradores mais numerosos são agricul- tores, não obstante se possa argumentar que a fome havida pouco antes tivesse influído muita gente a abraçar a profissão agrícola, em virtude do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade trazido pela lei da oferta e da procura. É verdade que os "que vivem de suas fais- queiras" formam, com os agricultores e os comerciantes, o grupo mais numeroso, colocando-se depois daqueles, na seguinte ordem: Agricul- tores, 73; mineradores, 51; e comerciantes, 31. Mas, se unirmos os agen- ciadores aos comerciantes (pois aquêles são corretores, prestamistas, esta- lajadeiros, etc.) — uma vez que se dedicam ao comércio em geral — descerão os mineradores para o terceiro lugar, ficando os comerciantes o dôbro (62), logo abaixo dos agricultores. Se o número de lavradores é assim grande, entre as testemunhas das Comarcas do Rio das Velhas e do Pitangui — zona do ouro, por excelência — êle é ainda maior na Comarca do Rio das Mortes, que "he a mais vistosa, e a mais abun- dante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliça e fructos ordinarios do Paiz, de forma que além da propria sustentação, provê a toda a Capitania de queijos, gados, carnes de porco, etc." (*Instrução, do Desembargador José Teixeira Coelho, cit., pág. 424.*) Surpreende saber que em pleno fastígio da produção aurífera a atividade agrícola contava com maior número de braços que a mineração. O que não é surpresa nenhuma é a avultada representação de negociantes, ... "mayor- mente P.<sup>vos</sup> de Portugal, entre os quaes vierão m.<sup>tos</sup> q. sendo mais ardi- losos p.<sup>a</sup> o negocio quizerão inventar contratos de varios generos p.<sup>a</sup> mais depreça e com menos trabalho encherem as medidas"... O anônimo memorialista do *Códice Costa Matoso* (fls. 28), em seu apaixonado depol- mento, divulga a mentalidade geralista do tempo, que não deveria agra- dar-se muito do comércio emboaba, tão prestigioso no número como des- carado nos métodos...

(36) Eis os encômios que tece Dom Lourenço de Almeida aos mi- neradores casados: "...e mostra a experiencia nos poucos casados que ha nestas terras, que sam muito mayores trabalhadores em desentranha- rem ouro da terra, que estes solteirões que só lhes leva o tempo occupa- rem em extravagâncias". *R. A. P. M., XXIV, I, 351.*

de classe, de lugar ou de côr, entre grandes e pequenos(37). A lista dos pronunciados, com seus cúmplices, inclui centenas e centenas de "obrigados", de tôdas as condições e estados, com a circunstância de serem as comborças dos amancebados quase sempre negras, mulatas ou mulheres do "gentio da terra". Pela mesma razão por que as mulheres brancas, de raras, tornem escassos os casamentos, estão igualmente muito poucas na concubinação ou na prostituição. É que — opina o Sr. Gilberto Freyre(38) — "o grosso da prostituição, formaram-no as negras, exploradas pelos brancos. Foram os corpos das negras — às vêzes meninas de dez anos — que constituíram, na arquitetura moral do patriarcalismo brasileiro, o bloco formidável que defendeu dos ataques e afoitezas dos "Dons-Juans" a virtude das senhoras brancas". As escravas — principalmente pela condição do cativo e pela atração sexual que inspiram aos lusos adventícios — irão ter nesse capítulo das ligações extra-matrimoniais o seu grande e trágico papel. Delas não foi a culpa, mas da escravidão, que as obrigou a essa dolorosa situação. Já isso observara, nos inícios do século XVIII, o jesuíta Antonil quando escrevera: "Opõem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos, e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão principio, dizendo: Tu Fulano a seu tempo casará com Fulana: e dahi por diante os deixam conversar entre si, como se já fossem recebidos por marido, e mulher: e dizem, que os não

---

(37) A Igreja luta bravamente contra o concubinato. Em sua primeira Pastoral, D. Antônio de Guadalupe, em sua visita às Minas, em 1726, determina que "não pode o confessor absolver o penitente que está com concubina de portas adentro, capaz de largar e não querer fazêlo para a sua caza e governo dela, que seja lançada fora." (v.º *Livro de Pastorais dos Bispos de Mariana*, cit., fls. 343-v.)

(38) *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1958, 9.ª edição, 2 tomos, tomo 2.º, págs. 628-9.

casam, porque temem que enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha, ou com feitiços; não faltando entre elles mestres insignes nesta arte. Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartam de tal sorte por anos, que ficam como se fossem solteiros” (39). Como se está vendo, o negro (principalmente o negro escravo) é constringido a tornar-se o fundamento da degeneração geral dos costumes. Aliás, entre nós, pode-se aplicar à escravidão o dito de Bernard Shaw sobre o casamento: ela sempre combinou o máximo da tentação com o máximo da oportunidade... Imaginemos o regime de vida que leva a gente escrava na casa de seus senhores: via de regra boçais, primitivos, os negros vivem sob o mesmo teto, na mesma senzala, na promiscuidade dos sexos e dos instintos, sem sequer uma inspiração espiritual mais alta, que proteja ou estimule suas boas tendências. Há o inevitável contato, a forçada convivência entre homens e mulheres, entre senhores e escravas, com a sugestão do abuso e da violência da parte daqueles, e do quebrantamento da resistência da parte destas. E, depois, há — *horresco referens!* — a exploração “de negras” (não de “brancas”...), que certos senhores nefandos, sintonizando suas mentalidade com a dos brutos escravistas da América do Norte, que irão fazer nascer a Ku Klux Klan dêsse comércio ignóbil, que promove e alcovita os desregramentos noturnos nas senzalas, para assim aumentarem as “crias” e as rendas... (40).

---

(39) *Cultura e Opulência no Brasil*, cit., pág. 93.

(40) “A parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador”: estas palavras, colhidas de um manifesto de fazendeiros escravocratas, por Joaquim Nabuco (*O Abolicionismo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, pág. 81) valem como retrato da “mentalidade” que vigorava em certos meios rurais do Império. Sobre as implicações da Ku Klux Klan com a exploração sexual dos escravos, v. H. G. Schreiber, *Mistagogos, MASONES y MORMONES*, Barcelona, L. Caralt, 1958, trad. espanhola, pág. 43.

É dêsse clima de dissolução moral — que, de resto, imperava em tôda a Colônia — que surgiram as mancebias, os concubinatos, os adultérios, os incestos, as poligâmias e tôdas as violências e crimes sexuais, na era patriarcal brasileira e mineira. Poucos lares coloniais saíram indemnes dêsse marnel empestado.

Desde a primeira crônica do ciclo do ouro, aquêlê elevado preço que se paga por “uma mulata de partes” vai evidenciar que o processo de sua corrupção já está em franca atividade. Vilipendiadas, reduzidas a uma simples “peça” de prazer, broncas tantas vêzes, lascivas e sensuais outras, ei-las prontas para o deboche as crioulas, “para quem — na azêda e injusta generalização de Luís dos Santos Vilhena (41) — a honra é um nome quimérico e que nada significa”. Nas Minas, como na Bahia e em outras Capitánias, já que o Brasil é o seu paraíso,

*Uma mulata bonita  
Não carece de rezar... (42)*

Eis porque iremos encontrá-las freqüentemente nos caminhos brejciros da boêmia do tempo. Já no primeiro momento da descoberta dos diamantes, surge uma delas, Andreza Pitanguí, que deveria ter sido astuta aventureira, levada de Vila Rica para o Arraial do Tijuco por Bernardo da Fonseca Lôbo, com quem, por causa de Andreza, mantém acesa querela o Ouvidor Banha (43). Terríveis, essas mulatas tijuquenses, dignas antecessoras de Xica da Silva, que por pouco não lançam o Ouvidor Vale de Melo e o Capitão de Dragões José de Moraes

---

(41) *Recopilação de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas, Bahia, Imp. Oficial do Estado, 1921, 2 vols., t. I, pág. 138.*

(42) Canto popular, colhido na Bahia por Martius, citado por J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, Ed. Sociedade Capistrano de Abreu (Briguiet & Cia.), 1934, 3.<sup>a</sup> edição, pág. 232.

(43) *R. A. P. M.*, VII, pág. 255.

Cabral contra as ordens expressas do Governador Dom Lourenço de Almeida (44), e que, pela impudência de sua conduta, constrangem o nôvo Capitão-General, Dom André de Melo e Castro, Conde das Galveias, a tomar medidas de exceção contra o alastramento da libertinagem, quando baixa o seu bando de 2 de dezembro de 1733, para “evitar pelos meios possíveis as ofensas de Deus e com especialidade os pecados públicos, que com tanta soltura correm desenfreadamente no Arraial do Tijuco, pelo grande número de mulheres desonestas que habitam no mesmo Arraial, com vida tão dissoluta e escandalosa que, não se contentando de andarem com cadeiras e serpentinas acompanhadas de escravos, se atrevem irreverentes a entrar na casa de Deus com vestidos ricos e pomposos, e totalmente alheios e impróprios de suas condições” (45). Parece que o Conde se escandaliza mais com a ostentação das hetairas do Tijuco que mesmo com seu pecado cotidiano, tal a ênfase que dá, em sua objurgatória, ao aparato exterior com que fazem passear, pelas ruas e igrejas do Arraial, sua indecente prosperidade. De fato, mais do que o próprio vício, impressiona êsse desprezo público pela moral e pelas conveniências sociais, que em pouco tempo se torna a regra comum. Exemplo dêsse desprezo pelas conveniências é o de Xica da Silva, amante do Contratador dos diamantes Desembargador João Fernandes de Oliveira, o homem mais rico e poderoso do Reino na década de 1760-1770, cujo soberania sòmente a caprichosa mulata ousava partilhar. “Sua vontade — relata Joaquim Felício dos Santos, em suas *Memórias do Distrito Diamantino* (46) — era cegamente obedecida, seus mais leves ou frívolos caprichos prontamente satisfeitos. Dominadora no Tijuco, com a

(44) *R. A. P. M.*, VII, págs. 287 a 303.

(45) *Efemérides Mineiras*, cit., IV, pág. 289.

(46) *Memórias*, cit., pág. 160.

influência e o poder do amante, fazia alarde de um luxo e grandeza, que deslumbravam as famílias mais ricas e importantes”. Quando ia à igreja, elegantíssima e coberta de jóias como uma imperatriz, acompanhava-a um séquito de doze mulatas esplêndidamente trajadas: o melhor lugar lhe era reservado. Nas faldas da Serra de São Francisco, sobranceira ao Arraial do Tijuco, fêz erguer-se imponente castelo, com rica e linda capela, dispondo de ampla sala para seu teatro particular — a que já nos referimos no Capítulo I — com tôda a maquinaria necessária, luxo inconcebível mesmo para os dias de hoje. Exóticos jardins europeus, regados de fontes e cascatas artificiais, rodeavam graciosamente o palácio. Um dia, Xica da Silva, que nunca saíra do Tijuco, quis ter o seu mar reservado, e neste um navio de verdade para passear: o Desembargador João Fernandes mandou represar um grande lago e ordenou que ali fôsse armado um navio dotado de velas, mastros, cabos e demais petrechos náuticos. Esse barco de lenda — que levava a endiabrada cabrita e mais de meia dúzia dos seus “áulicos” mais íntimos — era visto vogando faceiro nas águas tranqüilas daquele custoso mar particular. O casal recebia freqüentemente e dava grandes festas em palácio, a que compareciam as melhores famílias tijuquenses e tôda a súcia dos reinóis aventureiros — os “marotinhos”, como Xica escarninhamente os gostava de chamar — e lhes oferecia jantares luculianos, após os quais havia passeios pelos jardins, quando não se ensejavam pescarias no grande lago, em escaleres dourados. Quando caía a noite, organizavam-se saraus requintados ou representações teatrais escolhidas, como os “Encantos de Medéia”, “O Anfitrião”, “Porfiar amando”, “Xiquinha, por amor de Deus”, e outras peças conhecidas (47). E, pontificando, rainha

---

(47) *Memórias do Distrito Diamantino*, ct., pág. 162.



das festas e dos corações, impando de riqueza, poder e ostentação, a fabulosa Xica da Silva, que se dava ainda o luxo de educar suas filhas, com residência particular, no seletíssimo Recolhimento de Macaúbas ! (48).

Como se vê, o concubinato assume características de instituição pacificamente aceita, a que todos, grandes e pequenos, se dão sem constrangimento algum. A constante dos casos de mancebia é tal, nas devassas de 1733, que seria enfadonho enumerá-los. Contudo, vale a pena recordar alguns dêles, pitorescos ou românticos, como aquêle do tímido "oficial de Pintor" Manuel de Almeida, "assistente" na Freguesia da Cachoeira, que primeiro manda recados a Leonor, preta escrava no Arraial do Rio das Pedras, "adonde o dito pintor vinha muitas vêzes", depois ousa "falar com a dita negra, e agora haverá um mês a veio comprar e levou para sua casa" (49);

(48) *V. Stitios e Personagens*, cit., pág. 354.

(49) 2.<sup>o</sup> *Livro de Devassas ou Visitas — 1733*, da Cúria Arquidiocesana de Mariana, fls. 17. Este não é o único artista que aparece nas devassas. Há também músicos, ourives, entalhadores, tanto entre as testemunhas como entre os acusados. No Curral del Rei, há uma testemunha, José de Almeida Ferraz, solteiro, "que vive de sua arte de música", com a idade de 49 anos (fls. 67). É, aliás, o único músico que depõe, pois há preconceito contra êles. Em uma de suas Pastorais, em visita às Minas, D. Frei Antônio de Guadalupe, verbera os músicos, "pois achava nas musicas que se cantavão nas festividades das igrejas munta profanidade e endecencia tanto nas terras como na rossa." (*Livro 1.<sup>o</sup> das Pastorais dos Bispos de Mariana*, fls. 42-v.) Caberá, ainda, a Dom Frei Manuel da Cruz, em 1753, reforçar essas restrições, por Pastoral assinada em Vila Rica, mandando, sob pena de excomunhão, que os párocos "não consintão que se cantem musica senam na forma sobre dita, para o que examinarão primeiro os papeis dos tais musicos, sem emolumento algum e não usando os ditos papeis conformes com o que determinamos, se cantará a Missa da Festa por clerigos acantochão." (*Idem*, fls. 44.) Também artista do Curral del Rei é um tal Félix Ferreira: "official de entalhador cazado no Rio de Jan.<sup>o</sup> anda amancebado com hua crioula que foy sua escrava por nome Anna, que tem em sua companhia"; (*Livro 2.<sup>o</sup> das Devassas*, cit., fls. 62-v.) Esse Félix Ferreira parece ser o mesmo carpinteiro Félix Ferreira Jardim (como se exigia exame para o officio de carpinteiro, Félix, já de posse de sua habilitação, teria aparecido no Curral del Rei intitulando-se "entalha-

ou aqueloutro, em Rio das Velhas Acima, onde “Diogo Alvres ainda conserva em casa uma cabra chamada Luzia com a qual tem sido penitenciado nas mais visitas e não a larga” (50); ou, ainda, aquêle do frajola Mateus Gonçalves Chaves, que “é infamado de ter trato ilícito com Páscoa preta sua escrava, a qual traz muito asseada” (51). Concubinato pitoresco, quase uma comandita de tálamo, é o daqueles dois pândegos Antônio de Sequeira e João Dias, que concorrem “em sussiedade” para a alforria da preta Josefa, “com quem andam” depois de comprada... (52).

Curioso que sejam tantos os artífices denunciados de “se desonestarem” com negras e mulatas: carapinas, alfaia-tes, “çapateiros”, ferradores, cirurgiões, ferreiros, etc. Já porque representam tôda uma classe social, que nas Minas ascende depressa a boa posição, inquietando os tradicionais potentados, já porque principiam um meio de vida modesto e se vêem obrigados à mancebia por não poderem casar — o fato é que são êles os acusados mais freqüentes das visitações, ao lado dos negros, pardos e carijós, escravos ou não (53).

---

dor”) que, dezesseis anos depois, aparece em Mariana “trabalhando em hua das tribunas da Igr.<sup>a</sup> [Catedral] pelo seu off.<sup>o</sup> de carpinteiro.” (*Anudrio do Museu da Inconfidência*, III, pág. 73.) Havendo ação judicial contra êle. “não say fora só afim de não ser citado tanto aSim q. p.<sup>a</sup> a mesma parage mudou todos os seus trastes e cama”... (*Idem*, *ibidem*, pág. 74.)

(50) 2.<sup>o</sup> *Livro de Devassas*, clt., fls. 41-v, 42 e 42-v.

(51) *Idem*, fls. 103-v.

(52) *Idem*, fls. 19.

(53) Mas, freqüentemente são chamados a depor também. Nessas devassas de 1733, é grande o número de testemunhas artífices: alfaiates, carapinas, ferreiros, cirurgiões, tanoeiros, marceneiros, seleiros, ferradores, sapateiros, pedreiros. Pelo número dos artesãos convocados às inquirições (estamos sempre na presunção de que eram chamados representantes proporcionais das populações), pode-se deduzir quão simples dev-eriam ser as exigências daquela gente pioneira: trajavam-se singela-mente, talvez a maioria do povo andava descalça, não se fazia a barba

Mas — exclama o Apóstolo das Gentes (54) — “as obras da carne são manifestas: a fornicação, a impureza, a lascívia, a idolatria, a feitiçaria, as inimizades, as contendas, ou ciúmes, as iras, as facções, as dissensões, os partidos, as invejas, as bebedices, as orgias, e outras coisas semelhantes”. Assim é que, antes de tudo, o vício terá de estabelecer a sua tenda: na Freguesia de Santo Antônio do Rio das Velhas Acima, Teresa Rodrigues, “mulher cazada”, consente encontros amorosos “e sempre em sua casa há ajuntamentos das ditas desonestidades” (55). A denúncia desses conventículos do amor é muito comum nos livros de devassas, assim como a dos alcoviteiros e rufiões. Clara da Costa, amorosa desprezada do Caeté, irrompe, uma noite, por uma ponte, onde agride a paulada Gaspar Rodrigues, que levava recados de amor de uma “sigana” ao seu amigo Francisco José (56). Às vêzes, a conversa não adianta, como no caso da cabra fôrra Joana, “manceba de hum Manuel de Almeida”, de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Velhas Acima, porque “quando alguém solicita a dita mulata, logo esta vai dizer ao dito Manuel” (57). Casos de compadres com comadres aparecem sem conta, como aquêle de um certo

---

é os cabelos se cortavam principalmente em casa, comendo-se mal, bebendo-se muita pinga e pouco vinho, quase sempre importado do Reino, as mais das vêzes vergonhosamente falsificado.) As construções eram ainda bem primitivas, de esteios de paus roliços e trançados, para receberem o barro da parede, como também eram roliços os caibros das cumieiras, preparados pelos carapinas, que nem desbastavam os paus das cascas. Serviço mais bem acabado nas construções irão empreitar os carpinteiros e os pedreiros, quando, já fixada a população, começarem as gentes a construir em pedra e alvenaria, praticamente a partir de 1750. Bastantes são os serviços dos ferreiros (ferros para a mineração e utensílios para a lavoura), dos ferradores e seleiros, que atendem ao imenso número de animais de tropas.

(54) *Gdlatas*, V, 19.

(55) *II Livro das Devassas*, cit., fls. 41-v e 42.

(56) *Idem*, fls. 12.

(57) *Idem*, fls. 39-v.

Capitão Marcos Ferreira, “que é infamado públicamente de que trata illicitamente com Brites Gomes, mulher casada, sua comadre, por ter tomado parte em uns filhos da dita Brites”... (58). Florêncio Álvares frequenta sua comadre Rosa Maria, cujo marido, Julião Francisco, explora-a, usando na roça os escravos do compadre, “apanha o dinheiro a sua mulher e lhe diz que vá ganhar outro” (59). A exploração de escravas nas senzalas — que o Sr. Gilberto Freyre anota em *Casa Grande e Senzala* (60) — se pratica também nas Minas, pois um tal Diogo Peixoto “consente que suas escravas durmam com os seus negros, principalmente com dois” (61), visando, com certeza, aumentar o número de suas “crias”. Interessante caso de bigamia ocorre na Freguesia do Curral Del Rei, onde é denunciada “Maria preta Mina escrava do Tenente Manuel de Borba, que está segunda vez casada com Caetano preto de nação Mina, escravo do dito Tenente, vivendo o seu primeiro marido João bastardo, (...) o qual assiste na freguesia da Guarapiranga, e que haverá dez anos foram recebidos os ditos pretos pelo Padre Vitorino de Borba, morador que foi no morro de Mateus Leme” (62). Polígamo, entretanto, é um aventureiro inglês Fulano Borló, (*sic*) que surge na

(58) *Idem*, fls. 41-v.

(59) *Idem*, fls. 7-v e 8.

(60) *Op. cit.*, II, págs. 627-630.

(61) 2.<sup>o</sup> *Livro das Devassas*, cit., fls. 42.

(62) *Idem*, fls. 68-v e 70. Esse Tenente Manuel de Borba (Borba Leite, completa o Visitador, por duas vezes, em sua Pronúnciação de fls. 75, no dia 18 de fevereiro de 1734) que terá de comum com o Tenente-General Manuel de Borba Gato? Seria o próprio genro de Fernão Dias, ainda vivo em 1734 e vivendo em suas propriedades entre o Rio Paraopeba e as Serras de Itatiaiuçu e Mateus Leme, que lhe foram doadas pela Carta de Sesmaria de 3 de dezembro de 1710, do Governador Antônio de Albuquerque? Segundo Silva Pontes, Borba Gato faleceu aos 90 anos de idade, exatamente em sua Fazenda do Paraopeba. Ou seria um filho do Tenente-General, ao qual chamando de Manuel de Borba Leite, o Visitador Queiroz Coimbra estaria se referindo a um possível filho do desbravador e de D. Maria Leite, sua

Capela do Pouso Alto, na visitação de 1763, para casar-se com a filha de Felipe Roiz; descobre-se, porém, ser já casado no Rio “e o que mais é que se diz, que fugido o sobredito Borló desta Freguesia [do Pouso Alto] tornara a casar no Bispado de São Paulo” (63).

Muito comum no tempo é, também, o incesto, principalmente entre primos, que as leis canônicas contemporâneas interdiziam mais severamente que nos dias de hoje. O motivo deveria continuar a ser a penúria de mulheres brancas casadoiras. Mas, não há registo de incesto mais dramático do que aquêle de Simão Lopes da Silva, de São João Del Rei, com sua própria filha Páscoa Maria: o indigitado criminoso aparta-se de sua mulher Branca Saldanha, “por respeito desta adeclarar que o ditto seu marido tinha copula incestuosa com huma rapariga chamada Paschoa, filha do Sobr.<sup>o</sup> seu marido e della ditta sua mulher” (64), e as acusa, à mãe

---

mulher? Mas, todos os linhagistas são unânimes em afirmar que Manuel de Borba Gato só teve filhas mulheres, três mças, que se casaram com três ilhéus de São Miguel, Francisco Tavares, Francisco de Arruda e Francisco Duarte de Meireles, que se repatriaram, depois da Guerra dos Emboabas. A devassa também se reporta a um Pe. Vitorino de Borba, com certeza parente do Tenente Manuel de Borba, que residiu igualmente no Morro de Mateus Leme. Esse Tenente Manuel de Borba revela-se turrão no caso de sua escrava, a crioula Domingas, pois não permite que o marido dela, o crioulo fôrro João Batista, a liberte, para tirá-la de sua vida escandalosa. Não se fica sabendo se o Tenente Manuel de Borba, com sua atitude, quer evitar a João Batista dinheiro e tempo perdidos com uma vagabunda ou êle próprio é a causa da separação que existe entre o casal... A primeira hipótese faz lembrar a sabedoria e a serenidade de uma pessoa provecta: então, o Tenente não seria outro senão o próprio Borba Gato, já de idade muito avançada. Mas, a segunda estaria mais condizente com um jovem e voluntarioso senhor patriarcal, que seria então Manuel de Borba Leite, o filho até agora desconhecido do devassador do sertão do Sabarabuçu...

(63) *III Livro das Devassas ou Visitações — 1763*, da Cúria Arquidiocesana de Mariana, fls. 54 e 55. Borló (Barlow?) é um dos poucos estrangeiros que aparecem nas devassas. Há um ou outro espanhol (galego ou andaluz), que aportuguesa o nome, como Novilher, ou adota o patronímico da terra natal, como Sevilhano.

(64) *Idem*, fls. 17.

e à filha de lhe terem levantado falso testemunho, “para viverem a sua vontade”. Contudo, ambas intentam ação contra Simão, perante o vigário da Vara da Comarca, quando Branca, “que vive de sua rossa”, natural e moradora em São João Del Rei, de 59 anos, reitera a acusação ao marido, apondo ao fim de sua declaração, como assinatura, um sinal em cruz, tão trêmulo e atormentado, que ainda agora comove o pesquisador... (65).

Numa sociedade em formação, como a das Minas do século I, sob o impacto do encontro das culturas do branco, do negro e do índio, os fenômenos da aculturação haveriam de sentir-se intensamente. Aculturação, no sentido de resultarem êsses fenômenos do contacto de grupos de individuos de diferentes culturas, contacto contínuo e de primeira mão, com as mudanças conseqüentes nos padrões originários de cultura de um ou de ambos os grupos (66). “Durante o longo contacto entre os negros e os colonizadores portugueses no Brasil — afirma Artur Ramos — os primeiros imprimiram fortemente traços das suas culturas aborígenes nos padrões culturais dos povos com que entraram em estreito contacto. De outro lado, os negros tomaram emprestados muitos traços culturais dos brancos” (67). Mas, êsses choques de aculturação não se fizeram pacificamente, se assim podemos dizer: não havia sempre a *aceitação* da cultura de um e outro grupo. Havia, e tantas vêzes, a *reação* de uma e outra parte. Principalmente do branco dominador, que, pela raça e pela condição social, sempre quis impor ao negro escravo

---

(65) *Idem*, fls. 18.

(66) É êsse o conceito do processo da aculturação, segundo o comitê que se constituiu para o seu estudo, pelas Universidades americanas de Chicago, de Colúmbia e da Northwestern University, respectivamente: Robert Redfield, Ralph Linton e Melville J. Herskovits. V. Artur RAMOS, *A Aculturação Negra no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1942, Introdução e pág. 220.

(67) *A Aculturação Negra no Brasil*, cit., pág. 220.

seus padrões culturais. No campo religioso é que essa imposição se faz mais patente, pela ação catequética e pela sugestão dos ritos exteriores, com que o Catolicismo sempre impressiona os povos de missão. O que apraz sobremaneira aos senhores escravocratas, que completam a imposição usando a violência, tantas vezes. “A convicção de que a conversão religiosa é uma simples questão de boa vontade — esclarece o africanista patricio Nina Rodrigues (68) — e de que nada seria mais fácil do que cancelar as crenças do negro à força de castigos para substituí-las pelas crenças do branco, vinha talhada de molde a satisfazer os interesses do senhor, justificando como verdadeira ação meritória tôdas as violências empregadas para convertê-los à fé cristã”. Esta mentalidade, a par da renúncia ou a ação da catequese, por parte da Igreja, encontrará sempre o mais decidido apoio dos senhores, se bem que as causas que instigam mais de perto as suas violências ou de seus prepostos contra as práticas feiticistas do negro escravo não são necessariamente as da salvação de suas almas pagãs.

Contudo, resulta do seu zêlo pastoral a denúncia das práticas de negros iorubas que faz o Bispo Dom Frei Antônio de Guadalupe, quando de sua primeira visita às Minas, ao escrever que “escravos da Costa da Minna retêm em si ainda reliquias da sua gentilidade, ajuntando-se de noite (*ilegivel*) com instrumentos em sufragios de seus falecidos”, e “em tabernas se juntão comprando varias comidas e bebidas que depois de comerem e beberem lanção por terra talvez em cima das sepulturas dos defuntos!” (69). Tangidos assim, de um lado pela pressão da catequese e da injunção canônica da Igreja,

---

(68) “O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos”, in *Revista Brasileira*, 1896, t. VI, pág. 77.

(69) *Livro I de Pastorais dos Bispos de Mariana*, do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, fls. 4.v.

do outro pela violência dos castigos e das perseguições da polícia escravocrata (dos senhores nas fazendas e das autoridades nas zonas urbanas), os negros irão refugiar-se frequentemente no submundo sincretista dos candomblés e da feitiçaria; principalmente os negros “minas”, que, pelo seu número, pela maior penetração do culto generalizado de suas divindades nativas e pela mais ampla difusão de sua língua *nagô* entre negros de outras procedências e crioulos foram sobrelevando-se aos demais africanos de outras origens (70). “O Negro africano não teve culpa de nada disso. — assim o defende Artur Ramos — Chegado ao Brasil teve violentamente interdidas as suas religiões e as suas crenças. O senhor proibia-as. A polícia não lhes dava tréguas. E os Negros refugiaram-se no recôndito dos candomblés. O que era uma prática natural nas suas terras de origem, virou culto privado, esotérico. (...) E aquilo que fôra uma prática natural, uma religião legítima, virou “feitiçaria”, com o sentido pejorativo que lhe emprestaram os brancos dominadores” (71). Muitos dos “feitiços” que aparecem nos livros setecentistas que estudamos não passam de atos litúrgicos, cultuais, das religiões negras dos escravos mineiros. Esse, por exemplo, denunciado por Dom Antônio de Guadalupe (72). Mas, a verdade é que o animismo feiticista

---

(70) V. Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1932, pág. 320; *Idem*, “O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos” in *Revista Brasileira*, 1896, t. VI, pág. 164; Waldemar Valente, *Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro*, São Paulo, Comp. Editora Nacional (Brasília), 1955, págs. 41 a 57.

(71) *Introdução à Antropologia Brasileira*, Rio de Janeiro, Coleção Estudos Brasileiros, 1947, 2 vols., vol. 2.º, pág. 522; A. Ramos, *A Aculturação Negra no Brasil*, cit., pág. 274.

(72) Pelo visto, as práticas denunciadas por D. Guadalupe referir-se-iam aos “itambi” (funerais), cerimônia fúnebre angolana, misto de rito religioso e de festa profana, pretexto para comes e bebes, origem do nosso velório. V. Artur Ramos, *O Negra Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1940, 2.ª edição, 2 vols., t. 1.º, págs. 211-2.



africano torna difícil estabelecer os limites do culto religioso e da feitiçaria propriamente dita; o “pai do terreiro”, como diretor das consciências supersticiosas, ignorantes e fanáticas, conhece os segredos da alta magia, interpreta as revelações misteriosas, bole com forças ocultas, enfim é um “fazedor de feitiços” (73), que tanto assustam a pretos e brancos.

São êsses feitiços que aparecem comumente no quadro dos costumes mineiros — principalmente na fase da vida mais difícil, a partir de 1763, como se houvesse necessidade da maior valia das forças transterrenas — trazendo consigo aquela nota walpurgiana do grotesco e da ameaça. A negra mina Josefa, por exemplo, é tida na conta de feiteira, porque “costuma lavar-se pelas partes baixas, e lançar a tal água com que se lava no comer que fazia para os ditos seus senhores [citados na devassa], e para Manuel da Fonseca, com quem andou amigada em outro tempo” (74). Domingos Pinheiro, “soldado do mato”, é infamado de que trazia carta de

---

(73) Artur Ramos afirma, em *A Aculturação Negra no Brasil*, cit., págs. 148-9: “As práticas mágicas que na África eram inseparáveis do culto religioso, no Brasil foram pouco a pouco separando-se entre as que competiam ao culto propriamente dito e as que viriam a constituir mais tarde a “feitiçaria”, no sentido popular de “bruxaria”, de práticas de curandeirismo, etc.” É o que se vai ver nos termos das devassas adiante. Quanto ao feitiço propriamente, assim o especifica Nina Rodrigues: “O feitiço que torna o feiteiro ao mesmo tempo tão temido e tão procurado, ou é simbólico e indireto, ou é material e direto, e pode ter por fim favorecer ou prejudicar. O feitiço é *material* e *direto* quando o feiteiro procura fazer ingerir preparados que podem ter uma ação nociva e material sobre o organismo. É o feitiço-veneno (...). O feitiço *indireto* ou *simbólico* consiste essencialmente em conferir por encantação propriedades úteis ou nocivas a objetos inanimados ou a seres vivos. É o gri-gri por excelência. E para o negro tudo pode ser enfeitado. O feitiço simbólico comum *coisa feita* ou *preparada* é muito freqüente entre nós.” (“O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos”, in *Revista Brasileira*, 1896, t. VII, pág. 45.) Mas, não era menos encontrado em meados do século XVIII, como o comprovam nossos estudos.

(74) *II Livro de Devassas ou Visitas*, cit., fls. 17-v.

tocar, por cujo respeito as mulheres o procuravam" (75); um de seus denunciante afirma "que usa de malefícios para que as mulheres o procurem, o que sabe pelo (...) ver os excessos que as ditas mulheres fazem pelo dito Domingos Pinheiro, não tendo êste que lhe (*sic*) dar (76); deve ser mesmo forte o santo do soldado, porque Manuel Ferreira, seu Capitão, também assiste aos "excessos" das suas pretas e mulatas, mas evita cuidadosamente acusá-lo (77). Há também os inevitáveis curandeiros "que benzem e curam de palavras, sem licença", como um certo André de Freitas, de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei (78), ou como aquêlê "preto escravo de um comboeiro do sertão, o qual curou a dita Marcela e publicou dizendo procedera de um toucinho, que a dita negra Caetana mandara a dita Marcela", toucinho fatídico preparado pelos "malefícios do negro chamado Pedro, escravo do Padre João Verdoa, de alcunha o "Perna Gorda" (79). Já na devassa de 1763, no Pouso Alto, acontece aquêlê movimentado drama do envenenamento de José Ferreira Duarte, em que é incriminada sua mulher Amatildes da Silva Pinto, ajudada pelo seu escravo, o "Maquinez" ou "Mequinez", que é feiticeiro (80); o marido fica doente e ela vai levar-lhe um

---

(75) *Idem*, fls. 44-v.

(76) *Idem*, fls. 42.

(77) *Idem*, fls. 45. Assim depõe o Capitão: "...que por ver o grande excesso que fazem algũas pretas emolatas por Domingos Pinheiro, seu soldado do mato he que algũas vezes tem ditto que lhe parece, que o mesmo tem carta de tocar, porem que não sabe que o ditto tal carta tenha, nem uze de malefícios para o ditto effeito, e mais não disse"...

(78) *Idem*, fls. 61.

(79) *Idem*, fls. 73.

(80) O nome "Maquinez" ou "Mequinez" é inconfundivelmente árabe ("meknes" significa "forte", "sólido", "castelo inabordável", "fortaleza"). Há uma cidade marroquina litorânea, Mequinez. Mequinez, o escravo de Amatildes da Silva Pinto, deveria ser, pois, um negro mussulmano, isto é, um "mandinga" ou "malê", como mais tarde passaram êles a ser chamados. Os "malês" — os fomentadores das rebeliões sucessivas que se deram na

caldo de galinha, no qual teria propinado uns pós, pensando que ninguém a estaria observando. O marido acaba por morrer e logo a acusam, e ao negro Mequinez, do crime de enfeitiçamento, como também acusam ao seu defensor João Vaz e ao escravo de serem seus amantes. Mas, há os que julgam Amatildes inocente, pois é “pro-  
 vecta em amor” e ficou muito pobre com a morte do marido; enfim, já agrilhoadado em correntes, Mequinez declara que êle próprio matara José Ferreira Duarte, porque andava requestando sua mulher; confissão que, contudo, não irá salvar Amatildes da prisão (81). Episódio que até parece um argumento cinematográfico. Mas, não são apenas os negros os artífices das “coisas feitas”. Na Comarca do Rio das Mortes, entre as meretrizes, há “algumas índias, que são feiticeiras e sabem até matar com feitiço” (82), como “uma Paulina Cabra, meretriz, do “gentio da terra”, e uma Custódia tão bem

---

Bahia, na primeira metade do século passado — eram negros ativos, inteligentes, reservados e de grande personalidade. Tinham sua cultura mussulmana, de que se orgulhavam. Foram êles (os *Mandingas*) que introduziram o Islamismo na Bahia, que os *hauçás*, vindos mais tarde, iriam desenvolver, a ponto de ter sido a bandeira das revoluções que sustentaram denodadamente contra seus opressores brancos. (V. Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, cit., págs. 104 a 107). Mequinez, lá no sul das Minas Gerais em 1763, deveria ser um *mandinga*, um *malé*. Estudando êsses negros *mussulmi* (mussulmanos) na Bahia, em fins do século passado, o mesmo Prof. Nina Rodrigues assim os descrevia, em 1896: “Os *malés* constituem uma sociedade africana inteiramente à parte, que se faz salientar pela reserva de sua vida íntima, pela observância mais ou menos dos seus preceitos de fé, pela crença num deus superior e pela inadmissão de imagens ou ídolos no seu culto. Passam, porém, por crentes fervorosos de talismãs, *grigris*, etc., e por consumados feiticeiros. Talvez o seu modo de vida não contribua pouco para o temor que em geral as suas sociedades inspiram aos outros negros, que os têm por conhecedores de altos processos mágicos e feiticeiros”. (“O Aním. Fetich. dos Negr. Bahianos”, in *Revista Brasileira*, 1896, t. VI, pág. 82). *Mandinga* e feiticeiro, Mequinez deveria mesmo impor respeito e temor. Cioso de sua vida doméstica, não hesitou em envenenar seu senhor prevaricador, que lhe tocara na dignidade do lar. Não encontramos em tôda nossa pesquisa, nas devassas setecentistas, nenhuma atitude semelhante de escravo casado.

(81) *Livro 3.º das Devassas ou Visitas — 1763*, cit., fls. 55 et seqs.

(82) *Idem*, fls. 11-v.

infamada de feiticeira”, em Santana das Lavras do Funil: ...“e estando doente de partos a mulher dêle Testemunha sucedeu ir-se enterrar o sangue do dito Parto, e que a dita Custódia se achava na função do tal entêrro, e que para isso tinha pedido ansiosamente se (*ilegtuel*) e que depois se achava em um embrulho de uma sêda ou Tafeté, que se parecia com a da roupa da dita Custódia, e que no dito embrulho se achava um pouco de sangue do mesmo parto com unhas, cabelos, ossos, e um espinho de oriço Caxeyro” (*sic*) (83). Também gente branca faz os seus “despachos”, como aquela Maria de Ramos, moradora no Distrito da Capela de Nossa Senhora Madre de Deus, casada com Antônio Gonçalves dos Anjos, que é acusada pelo marido de ser feiticeira, pois fá-lo achar na porta de um paiol “um novelo com unhas, agulhas, cabelos, cabeças de cobras, e outras diabruras, de que rezultou ficar logo assombrado e gravissimamente enfermo, de sorte que chega a cair desacordado em terra” (84).

Tal a influência africana, aliciando aos ritos dos candomblés o próprio elemento branco. Além dêsses “despachos” macabros, outras práticas do feiticismo negro serão pouco a pouco recebidas pelos brancos. As danças africanas, por exemplo, tanto as rituais como as de deboche. Em março de 1734, Gaspar Pimentel Velho, da Freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande, porque permite “que em sua casa se dancem os Calhandos (85), e que uma escrava sua que por nome não perca também os costuma dançar” (86), é admoes-

(83) *Idem*, fls. 16 e 16-v.

(84) *Idem*, fls. 12-v.

(85) Essas danças dos “Calhandos” deverão ser a mesma dança da “Calhandra”, que é o nome que os portugueses das Minas, geralmente procedentes do Minho, dão a certa dança com acompanhamento de viola. (V. Antônio de Moraes Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Confluência, 1950, 10.<sup>a</sup> edição, 12 vols., t. II, pág. 765).

(86) *Livro 3.º das Devassas*, cit., fls. 102.

tado por culpas de consentir as supersticiosas danças dos Calhandos e entrar nelas”; recebem a mesma pena Caterina, preta angola escrava, Luzia Mendes, Isabel Moreira e Juliana, comparsas do baile proibido (87). Já em 1763 é o batuque que está espalhado por tôda a Capitania. Critilo saudará depois com esta apóstrofe o afortunado destino da dança bárbara, que empolga paços e choupanas:

Ó dança venturosa ! Tu entravas  
nas humildes choupanas, onde as negras,  
aonde as vis mulatas, apertando  
por baixo do bandulho a larga cinta,  
te honravam cos marotos e brejeiros  
batendo sôbre o chão o pé descalço.  
Agora já consegues ter entrada  
nas casas mais honestas e palácios ! (88)

(87) *Idem*, fls. 108-v.

(88) *Cartas Chilenas*, Carta 11.<sup>a</sup>, versos 111 a 118. (*Poesias — Cartas Chilenas* (Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro (Ed. crítica de M. Rodrigues Lapa), 1957, pág. 295. É crússima a descrição que o poeta faz da dança obscena, como se pode ler na mesma página:

.....

Chegam-se, enfim, as horas, em que o sono  
estende na cidade as negras asas,  
em cima dos viventes espremendo  
viçosas dormideiras. Tudo fica  
em profundo silêncio; só a casa,  
a casa aonde habita o grande chefe,  
parece, Doroteu, que vem abaixo.  
Fingindo a moça que levanta a saia  
e voando na ponta dos dedinhos,  
prega no machacaz, de quem mais gosta,  
a lasciva embigada, abrindo os braços.  
Então o machacaz, mexendo a bunda,  
pondo uma mão na testa, outra na ilharga,  
ou dando alguns estalos com os dedos,  
seguindo das violas o compasso,  
lhe diz — “eu pago, eu pago” — e, de repente,  
sôbre a torpe míchela atira o salto.  
Ó dança venturosa !...

(*Versos 94 a 111*).

Em São João Del Rei, um certo pardo Custódio Dias é castigado “por consentir em sua casa quase sempre batuques de casa de alcouce” (89). Mas, debalde. O batuque torna-se a coqueluche do tempo, como um dos sinais da devassidão geral, mesmo nos mais distantes recantos da Capitania. O licenciado Caetano Miguel de Moura, juiz ordinário do Arraial e Minas do Paracatu, baixa edital proibindo o “maldito e terrível” desenfado, “pelas muitas e repetidas queixas que aos seus ouvidos têm chegado, além da notoria publicidade das desordens que actualmente acontecem, motivadas da dança a que chamam batuque, que se não pode exercitar sem o concurso de bebidas, e mulheres protestuhidas (*sic!*) de que resulta pelas bebidas obrarem com total falta de Juízo, e pelas mulheres os ciumes, que cauzam aos seus Amasios, que nenhuma deixa de os ter de que vem a rezultar brigas, desordens, ferimentos e ainda talvez Mortes, procedimentos estes tão contrarios á paz, e sossego dos Povos”. E, enérgico, o juiz paracatuano comina a pena de cadeia aos transgressores, determinando que os “batuqueiros e seus consocios não serão soltos assim homens como mulheres sem primeiro assinarem termo de mais não procurarem semelhante dança nem della usarem” (90).

Esse “concurso de bebidas”, por sua vez, vai concorrer de fato para que o fogo dos pecados das Minas Gerais es quente ainda mais. Logo que as Minas são descobertas e se povoam, surgem os “Engenhos de destilar água ardente de Cana”. As autoridades reais não os vêem com bons olhos, porque em primeiro lugar vão desviar da principal atividade da mineração muitos braços e depois os engenhos são prejudiciais ao sossêgo público, “o qual se perturbava com as desordens causadas pelas

---

(89) *Livro 3.º das Devassas*, cit., fls. 12.

(90) *Livro do Registro Geral das Ordens Régias*, etc. (2.º dos Livros da Comarca do Paracatu), fls. 31.

bebidas dos negros” (91). El-Rei, pela Ordem de 18 de novembro de 1715, ordena ao Governador Dom Brás Baltasar da Silveira que não permita a instalação de novos engenhos, ordem que não se cumpre devidamente (92), assim como também deixam de ser executadas outras providências proibidoras, a partir de 1735, nos tempos do Governador Gomes Freire de Andrade. “Porque os negros embebedam-se, e fazem mil disturbios”, como aquêles cativos da casa de Grácia da Fonseca, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, “que andão pelos ranchos junto ás faisqueiras sem bateia nem almocafre, humas vezes com seu frasco de agua ardente, outras vezes sem nada” (93). Deve ser por êsse ou outros motivos semelhantes que o Pároco da mesma Freguesia “na estação da Missa trata os seus fregueses de bêbados falando em copos, e frascos, geralmente”, com grande ressentimento do official de pedreiro José de Andrade, que, pela firmeza de sua queixa, deveria ser abstêmio (94). Em nossas pesquisas nos Livros das Visitações da Cúria de Mariana, sòmente uma vez atinamos com um tanoeiro, que faz pensar que os vinhos chegados do Reino, cujos barrilotes custavam o dôbro dos de cachaça, poderiam mais raramente ser responsabilizados pelos “disturbios” causados pelo álcool. Entretanto, pudemos anotar, sòmente na Freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro de Roça Grande, junto de Sabará, quatro engenhos de cana: um, em Rio das Velhas Abaixo, de Luís da Rocha Barbosa; o segundo, na própria Freguesia, de Bento da Costa Milagres; o terceiro,

---

(91) J. J. Teixeira Coelho, *Instrução*, cit., pág. 558.

(92) O fato de se encontrarem sòmente nas cercanias da Vila Real do Sabará cinco engenhos de cana, em 1733, evidencia o pouco caso que deram autoridades e povo à Ordem Régia de 18 de novembro de 1715.

(93) *Livro 2.º das Devassas*, cit., fls. 17-v.

(94) *Idem*, fls. 25-v e 26-v.

no Distrito das Mocaúbas, de Manuel da Costa Ferreira; e o último, também em Rio das Velhas Abaixo, de Bento Peixoto Alexandre (95). Estaria com a razão o Desembargador José João Teixeira Coelho, em 1780, ao denunciar a incrível multiplicação dos engenhos, ao ponto de serem raras as fazendas, mesmo as pequenas, onde os não havia. Dêsse modo, a aguardente de cana, assim abundante, podia ser vendida a ínfimo preço, acessível ao escravo, que na pinga e no fumo iria achar o lenitivo para o seu triste fadário (96). Porque — quem torna a opinar é o autor da *Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais* — “na Capitania de Minas somente se deve trabalhar nas Lavras, e na cultura das terras, que produzem os generos necessarios para o sustento dos Povos; e as Aguas ardentes de Cana devem ir para Minas, das Capitancias de São Paulo, e do Rio de Janeiro, onde não há ouro: é certo que deste modo hão de ser mais caras, mas assim mesmo é conveniente para que os negros não possam beber tanta, e para que não sejam tantos os bêbados” (96).

Um dos lazeres preferidos dos aventureiros mineros é o jôgo, de cartas (de azar ou não), ou os públicos, como da pela, da bola, do toque-emboque, da laranjinha, de paus, etc., ou os jogos chamados de salão, como o gamão, a bisca, e o voltarete. O século XVIII é, por excelência, o século da jogatina. Depois que o rei francês Luís XIV permite, em Versailles, que seus ricos salões se transformem em “tripots” (97), os jogos de azar ganharam fôro de cidade e se espalharam por tôda a Europa e chegaram até as colônias ultramarinas. Em Portugal,

---

(95) Respectivamente, às fls. 103, 102-v, 101-v e 103-v (*Livro 2.º das Devassas*).

(96) J. J. Teixeira Coelho, cit., pág. 559.

(97) Georges Mongrédien, *La Vie Quotidienne sous Louis XIV*, Paris, Hachette, 1948, pág. 102-3.



também se jogava bastante (inclusive jogos ilícitos, como eram os de parar ou de invite, o “seven”, os dados secos, etc.), principalmente a partir de Dom José I. Segundo o representante Stahrenberg (98), a família real, em 1751, distribuía o seu tempo pelos prazeres da caça, da picaria, das representações do teatro. Nos intervalos jogava as cartas. O “faraó”, jôgo de azar muito em voga em todos os salões do século, era o passatempo favorito. El-Rei Dom José, porém, tinha duas grandes paixões, o teatro lírico e o gamão, que jogava eximamente.

Nas Minas, vamos encontrar o jôgo predileto do Rei entre os rudes mineradores do Arraial do Tijuco, desde as primeiras décadas do século, os quais, desconhecendo ainda os diamantes, vão usando os seixinhos pesados e brilhantes que encontram nos cascalhos auríferos como tentos de marcar (99). Por “darem casas de jôgo e tabulagem” em muitos arraiais mineiros, vários denunciados são “obrigados” pelos visitantes diocesanos de 1733, como um tal José Machado, do Caeté, em cuja casa “se costuma jogar as cartas” (100); um outro João Afonso Barbosa, também do Caeté, que é “admoestado a não mais tornar a admitir em sua casa jogos ou dar tabulagens” (101), e ainda, em Rio das Pedras, um Jacinto Pacheco Ribeiro, que é admoestado pelas mesmas razões (102). Queremos acreditar que houve jôgo desenfreado no Tijuco, nos tempos do Contratador Felisberto Caldeira Brant e talvez sua ruína, assim como o empobrecimento do velho po-

---

(98) *Ap. Damião Peres, História de Portugal, Pôrto, Portucalense Editôra (Ed. Monumental), 1934, vol. VI, pág. 200.*

(99) Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Dist. Diam.*, cit., pág. 60; A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasíliana), 1941, pág. 2.

(100) *Livro 2.º das Devassas*, cit., fls. 11.

(101) *Idem*, fls. 14.

(102) *Idem*, fls. 35.

tentado João Fernandes de Oliveira, pai (103), uns dez anos depois, se devessem a artes de jôgo (104).

Contudo, corvejando em volta das mesas de jôgo e das pessoas necessitadas de dinheiro, aparecem os usurários, os culpados da “onzena”, “doloso e injusto lucro, roubo, e latrocínio manifesto, que redundam em grande danno da Republica, e prejudica não somente ao bem espirital dalma, mas tambem ao temporal do commercio humano” — como veementemente verbera a usura Dom

(103) Joaquim Felício, *Memórias do Dist. Diam.*, cit., pág. 153.

(104) O prestígio do jôgo em todo o século é tão grande que El-Rei Dom José I, com a assinatura do então Conde de Oeiras (o futuro Marquês de Pombal), atendendo ao que lhe representaram o Director Geral e Deputados da “Impressam Regia e administram da fabrica das Cartas de jogar, sobre necessitarem-se que as pessoas occupadas no expediente e dependencias da mesma fabrica tivessem cartas de privilegios para melhor se empregarem no serviço e utilidade della”, há por bem e lhe praz conceder-lhes os ditos privilegios, faculdades e isenções. Essa concessão, além de lhes oferecer tôdas as condições de segurança para que as cartas de jogar não sejam falsificadas ou contrabandeadas, outorga-lhes tais garantias de ordem pessoal como raramente se deram a servidores públicos. V. o *Reg.º dos Privilegios das Cartas de jogar de M.º Fran.º Machado*, do Arraial de António Pereira, perto de Mariana. (*In Anuário do Museu da Inconfidência*, IV, págs. 93 a 96). Como o vício do jôgo alcança também os elementos do clero, D. Sebastião Monteiro da Vide, em suas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. cit., se vê obrigado a dedicar todo um título aos clérigos, que reza assim: “Como os Clerigos não devem jogar jogos prohibidos, nem dar casa de jôgo” — “He o jôgo indigna occupação dos Clerigos, pois além dos muitos males, e peccados que delle se segue, perde-se nelle o tempo, q. se podia gastar em occupação mais licita, e juntamente os bens, que se podião melhor distribuir em esmola, e obras pias”. E um pouco mais abaixo: ...“e mandamos, que nenhum Clerigo de Ordens Sacras jogue dados, cartas, ou outro algum jôgo de parar, ou invite, nem quaesquer outros prohibidos por direito, ou Leis do Reino, sob pena de pagar pela primeira vez seis tostoens para o Meirinho Geral, e perder o dinheiro que lhe for achado no jôgo, o qual se repartirá em obras pias a nosso arbitrio, ou do nosso Vigario Geral: e pela segunda haverá a pena em dobro: e pela terceira, e mais vezes será prezo, e castigado com mais rigor, conforme merecer a continuação da culpa”. (N.º 468). “Porem não lhes prohibimos que para sua recreação, e alívio possaõ jogar qualquer jôgo licito, e honesto com outras pessoas Ecclesiasticas, ou leigos honrados, e bem acostumados em suas casas, as quaes não devem ser publicas de jôgo, nem os mesmos Clerigos frequentes neste

Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo da Bahia (105). Aliás, é ela condenada pela Igreja com uma severidade fora do comum, já que “consiste sua diformidade, e malícia em levar algum ganho por razão do contracto do emprestimo (que em Direito se chama mutuo) do dinheiro, ou outra cousa estimavel por numero, pezo, e medida, como é farinha, assucar, tabaco, e cousas semelhantes” (106). Em Caeté, o reinol Antônio Nunes de Moraes é infamado porque “costumava dar dinheiro a

---

exercício; e o dinheiro, que se jogar, não será quantia consideravel. E na rua, roças, quintaes, ou outros lugares publicos não poderaõ jogar em publico, ainda os jogos licitos: nem o da péla, bola, toque emboque, laranginha, paus, e outros similhantes, porque saõ jogos publicos. E fazendo o contrario incorrerãõ nas penas assima postas. E os que forem nisso devaçõs, indo a hortas, e lugares publicos jogar a bola com seculares, seraõ prezos, e condemnados em maior pena que a dos seis tostoens assima ditos”. (N.º 496). Surpreende ainda mais esta prescriçãõ sôbre casas de jôgo bancado por eclesiásticos: “Muito estreitamente prohibimos a todos os Clerigos de Ordens Sacras darem casa de jôgo; que consiste em dar cartas, dados, tabolas, mesa, e casa para jogarem, e com maior razão se por isso levarem interesse. E fazendo o contrario seraõ pela primeira vez admoestados da prizaõ, e condemnados em dez cruzados: e pela segunda haverãõ a pena pecuniaria em dobro, e estaraõ vinte dias no aljuber; e sendo mais vezes comprehendidos, se procederãõ contra elles com outras penas mais graves de degredo, suspensaõ de suas Ordens, e como parecer justiça”. (N.º 470). (*V. Constituições Primeiras*, cit., Livro 3, tít. VIII, págs. 192-194).

(105) *Constituições do Arcebispado da Bahia*, cit., Livro 5, tít. 14, n.º 940, pág. 352.

(106) *Idem, ibidem*. Eis as penas cominadas aos usurários pela legislação canônica do tempo: “E tratando do castigo deste crime [a usura] ordenamos, que toda a pessoa Ecclesiastica, ou secular, que for convencida no crime de usura, ou onzena, será condemnada pela primeira vez em cincoenta cruzados, e degradada para fora do Arcebispado por tempo de hum anno; pela segunda vez se lhe dobrará a pena pecuniaria, e de degredo, e pela terceira será condemnada em mil cruzados, e em cinco annos de degredo para hum dos lugares da Africa: e destas penas de dinheiro applicamos tres partes para a fabrica da nossa Sé, e a quarta para quem accusar; e na mesma sentença, em que forem condemnados os delinquentes, se lhes mandará restituir o que levaraõ de ganhos de usura aos prejudicados, deixando-se a estes o direito reservado para que possam pedir o que for seu. E para que as partes o saibaõ, se lerã a sentença na Estaçãõ da Missa pelo Paroco da Freguesia, onde as usuras forãõ levadas, e o crime commetido.” (N.º 942). E completando: “E estas penas haverãõ lugar, alem das que põem o Direito contra os manifestos Usurarios: a saber, sendo Clerigos,

avanços" e quando a testemunha Bento da Fonseca lhe pedira 70 oitavas emprestadas por três meses "lhas dera em sete dobras dizendo-lhe que daria duas oitavas de mais, porém logo no mesmo instante lhe daria em ouro em pó as ditas setenta oitavas" (107); o Padre Manuel Nogueira de Abreu, também do Caeté, denuncia os Irmãos da Irmandade das Almas da Freguesia, porque "davam dinheiro com avanços" (108); José da Silva Agro, morador no Arraial Velho da Mouraria, parece ser um insaciável usurário, pois é denunciado por diversas testemunhas de emprestar também com avanços: "deu trezentas oitavas a Antônio José, morador nos Raposos a rezão (*sic*) de uma por cento cada mês de juros" (109); "deu também certa quantia de oitavas a João Fernandes Sevilhano com avanços" (110), e Sevilhano comparece perante o Visitador para declarar que "é verdade que, Joseph da Silva Agro emprestou a elle testemunha a quantia de duzentas e cinquenta oitavas de ouro por tempo de seis mezes com o pacto delle dar uma oitava por mez de cada cem oitavas de ouro, de que lhe passou credito constituindo-se nelle por devedor de duzentas e sessenta e cinco oitavas, em que vão quinze de usura pelos seis mezes os quaes hia pagar elle testemunha, e

---

inhabilidade para Benefícios; e a Clerigos, e leigos denegação da sepultura Ecclesiastica, e dos Sacramentos, se não restituirem em vida, ou, não podendo, não derem caução bastante para se fazer restituição". (N.º 944). (*Constituições*, cit., Livro 5, tít. 14, pág. 353).

(107) *Livro 2.º das Devassas*, cit., fls. 8. — Esta é a modalidade da chamada "usura paliada", segundo a qual se comete a usura "emprestando dinheiro, e deixando logo na sua mão [do devedor], ou de algum terceiro certa quantidade, ou outra cousa equivalente, além da forte principal por razão do tal emprestimo, ou fazendo escrituras, ou assignando de maior quantia, do que na verdade empresta, incluindo na dita quantia o ganho ilícito, que leva por usura". (*Constituições*, cit., Livro 5, tít. XV, n.º 946, pág. 354).

(108) *Livro 2.º das Devassas*, cit., fls. 9.

(109) *Idem*, fls. 82-v.

(110) *Idem, ibidem*.

de presente ainda vão correndo outros dez mezes com o mesmo avanço (ilegível)" (111); outra vítima do homem dos "avanços", o citado Antônio Joseph Ribeiro, declara que tinha recebido de suas mãos "a quantia de duzentas e quarenta oitavas de ouro ha perto de hum anno com o pacto e convenção de lhe dar uma oitava por cada cem oitavas por mez por respeito do qual ajuste e exorbitante ganho tem chegado já á quantia de cinquenta oitavas mais por cima das duzentas e quarenta, que foi o principal, e que chegada que foi esta presente frota pedindo-lhe a elle testemunha o dito Joseph da Silva Agro, a dita quantia das duzentas, e noventa oitavas, que tanto lhe deve contando-se os juroz até o mez de junho proximo, que vem, elle testemunha pelas não ter lhe passou hum credito dellas com o pacto, e convenção de lhe pagar por cada hum mez oitava, e quarto, por cada cem oitavas, o que tudo sabe por ter assim passado com elle testemunha"... (112). Antônio Pereira, da Roça Grande, "trama" usura com Manuel Esteves, a quem "dera duas doblas (*sic*) com o pacto de que enquanto lhas não desse lhe havia de dar todas as semanas um alqueire de milho" (113); o mesmo Antônio Pereira, que deveria ser o Brummel da Roça Grande, dá cem oitavas de ouro a Antônio de Freitas, para ir ao Rio de Janeiro, "emprestadas com o pacto de que quando voltasse lhe havia de dar huma vestia, calças de Limiste com todos os seus aviamentos, e casaca de baeta tambem com o seu aviamento" (114), e empresta ainda a quantia

---

(111) *Idem*, fls. 83. — Como a pena da usura paliada é a excomunhão maior *ipso facto incurrenda* (*Constituições*, 5, XV, 946), o Visitador despachará, na "Pronunciaçam" de todos os usurários incursos na modalidade: "Livrece (*sic*) ordinariamente perante o Revdo. Dr. Vig.º da Vara da Comarca". O que vale dizer cadeia...

(112) *Idem*, fls. 83 e 83-v.

(113) *Idem*, fls. 89-v.

(114) *Idem*, *ibidem*.

de dobra e meia a Raimundo, ‘homem viandante com a condição de lhe dar seis varas de pano de Linho’ (115), quando também regressar do Rio de Janeiro. Diogo Mendes dos Santos, do Arraial de Santa Luzia do Rio das Velhas, denuncia Gabriel de Souza de Macedo, que, além de amancebado, “é infamado de ser uzurario, e onzeneiro” (116).

Como estavam longe de imaginar êsses bravos prestamistas — tão duramente coibidos pela Igreja do tempo — que “avanços” como os seus e, às vêzes, bem maiores, iriam permitir, duzentos anos depois, a prosperidade dos bancos mineiros em todo o Brasil, agora com as bênçãos e as preces de ilustres bispos e sacerdotes!

Quando, a partir do terceiro quartel do século I, sobrevém a decadência geral da mineração, irá avultar, na disponibilidade crescente dos trabalhos e empregos que vão minguando, um certo fatalismo de sorte maninha, significado numa atitude cada vez mais coletiva de abandono espiritual e físico, de ociosidade e desintereße comodista. Assim acontece com a sociedade mineira, principalmente a partir de 1770. “Todos se chamão a si mesmo homens distinctos (*sic*) — assim verbera essa indiferença pela situação o Desembargador Teixeira Coelho — e por isso desprezão o trabalho, vivendo em ociosidade, e perdendo o Estado o socorro de muitos centos de operarios” (117). É a adoção geral do velho preconceito português e antigo-clássico da “dignidade do ócio” (118) — “essa suprema e bela conquista do homem”, no dizer de Remy de Gourmont, que põe o “mourejar” sòmente no plano de escravos, como ainda denuncia Tei-

---

(115) *Idem*, fls. 100-v.

(116) *Idem*, fls. 107.

(117) *Instrução para o Góvêrno da Capitania de Minas Gerais*, cit., pág. 561.

(118) V. Sérgio Buarque de Holanda, *Raizes do Brasil*, cit., págs. 27-8.

xeira Coelho: "homens que cá no Reino são a escoria do povo, e o desprezo dos bons, vendo-se em um Paiz extenso e cheio de liberdade, fazem-se insolentes e querem ser fidalgos. (...) Não há na Capitania de Minas hum homem branco, nem huma mulher branca, que queirão servir; porque se persuadem que lhes fica mal hum emprego, que elles entendem, que só compete aos escravos" (119). Essa mentalidade irá agravar a crise dos trabalhos da lavoura e da extração, porquanto "centos de Escravos e centos de Escravas se ocupão nos Serviços domesticos [é o despontar do abandono dos campos em favor da expansão urbanista, essa urbanização mineira que se dá mais rapidamente do que em qualquer outra capitania da Colônia] e deixão de se occupar no trabalho das terras, e na extração do ouro" (120). Revelando o quadro da ociosidade mineira dos tempos da decadência, que vão alcançar a época da viagem de Saint-Hilaire, é esta caricatura saborosíssima do colono Martinho Teixeira, do Rio Vermelho, na Peçanha: os mineiros, geralmente, não gastam as camisas, a não ser nas costas e nos braços, porque estão sempre deitados, ou, quando se erguem para conversar, apóiam-se invariavelmente nos cotovelos. Descansam na segunda-feira, porque se cansaram na missa do domingo, tão comprida em seu quarto de hora; na terça, os negros trabalham em seu lugar; como é preciso ter um pouco de carne em casa, saem à caça na quarta e na quinta-feira; porque a sexta e o sábado são dias magros, pesca-se nesses dias; mas, o domingo é, finalmente, dia de descanso, merecido descanso das canseiras da semana tôda. Se uma árvore cai no meio do caminho, faz-se uma ligeira picada no mato para se encontrar o caminho adiante; à objeção de que

---

(119) *Instrução*, cit., pág. 561.

(120) *Idem*, *ibidem*.

se gastaria menos cortando a árvore, responde-se que então seria necessário empregar o machado e, fazendo-se a vereda, poupam-se as árvores grandes; basta cortar os arbustos e, para isso, o facão é suficiente. Se um homem precisa de farinha, monta em seu burro, levando um pequeno saco, e faz seis viagens; mas, se botasse uma cangalha no animal, poderia trazer tôda a carga, de uma só vez. Ah, mas aí teria de andar a pé; é melhor trazer o saco pequeno, fazer seis viagens, mas andar de a cavalo... (121).

São atitudes como essas que concorrem para tornar mais difícil a situação da Capitania nas últimas décadas do século, das quais a mais comum — na interpretação do epistológrafo Basílio Teixeira de Sá Vedra — “he a falta de industria, ociosidade”, sem deixarem, contudo, de trazer seu quinhão negativo “os vícios da plebe, luxo sem meios, e bazofia mesmo da maior parte dos particulares” (122). Mas, são êsses “luxos” e “basofias” que inspiram a mentalidade mineira que vai resistir a qualquer forma de disciplina imposta, de restrição individual, de compressão política ou econômica. Essa mentalidade talvez derive da luta permanente do colono contra as exações da Real Fazenda e vai ter seu florescimento nas horas dramáticas da Inconfidência, que praticamente fecham todo o ciclo cultural e econômico do século I, concorrendo para preparar os novos dias do Brasil independente.

---

(121) *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas*, cit., págs. 375-6.

(122) *Informação da Capitania de Minas Gerais dada em 1805*, in *R. A. P. M.*, II, pág. 673 (Basílio Teixeira Cardoso Savedra Freire).



## CAPÍTULO V

### *Eremitas e Santuários*

*Os que deixei no caminho,  
sóbolos rios que vão...  
onde é que estão ?*

...

EMÍLIO MOURA  
(*Poesias*, pág. 134)

**A**BRAMOS UM MAPA do Estado de Minas Gerais. E dentro dos seus quadrantes, do norte ao sul e do leste ao oeste, as referências e os nomes dos acidentes geográficos (montanhas, rios, vales e campos) e dos aglomerados urbanos (cidades, vilas e arraiais) refletirão a presença de antigas ermidas, capelas, curatos, oratórios, igrejas e santuários, que testemunham a pujança da fé religiosa da gente mineira.

Os heróis dessa epopéia da fé foram os missionários, se tomarmos sob essa acepção geral sacerdotes, clérigos regulares, frades, monges e leigos eremitas. Estes, principalmente, já que surgem no alvorecer do ciclo do ouro, ao lado dos primeiros capelães bandeirantes e irão substituir o trabalho das Ordens Religiosas, banidas das Minas desde as primeiras manifestações dos descobertos.

Há no fundo da natureza humana, principalmente em certas circunstâncias sócio-psicológicas, uma instintiva tendência para o retiro e a solidão. Há algo dentro de cada personalidade humana tão indivíduo, tão inabordable, tão especialmente ela própria, que somente o afas-

tamento do convívio dos outros e do bulício do mundo lhe dá verdadeiro comprazimento e realização plena. Cassiodoro, o fundador do Vivarium (um dos primeiros refúgios da vida monástica do Cristianismo ocidental), significa na vida religiosa, eremítica, a realização dêsse curioso anelo: *Habent montes castelli secreta suavia, ut velut anachoretæ, præstante Domino, feliciter esse possitis* (1). A alma, constringida entre os limites das paixões humanas da soberba, da avareza, da concupiscência, da ira, da inveja, da preguiça, anseia por libertar-se dêsses elos da nossa contingência terrena e é o retiro espiritual e mesmo material que lhe dá a amplitude necessária para a libertação.

Diante da maré montante das ambições e dos vícios desenfreados pela “sagrada fome do ouro”, que avassala irresistivelmente as Minas Gerais do século XVIII, começam a surgir os inconformados com aquêl estado de coisas. São os eremitas, os “irmitoens”, como são chamados no tempo. Primeiro um, talvez o minerador Antônio Pereira, que, entre as penhas da Serra do Ouro Preto, vai atinar com a gruta-santuário, que lhe fica com o nome, mas que o devoto consagra a Nossa Senhora da Conceição (2). Depois outro, Félix da Costa, ao qual se lhe agrega tôda a família, em Macaúbas, onde surge o primeiro “recolhimento”. E mais o penitente Pe. Manuel dos Santos, nos sertões do térmo das Minas Novas do Fanado, com a sua Casa de Oração do Vale de Lágri-mas e a primeira escola para môças existente nas Minas. Feliciano Mendes sara do corpo e da sêde do ouro, empunha o bordão de andador do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e ergue o santuário de Congonhas do Campo. Antônio da Silva Bracarena ouve a nova portentosa da “Muda da Penha”, arrancha-se nas faldas da Serra da

(1) *V. De Institutione Divinarum Litterarum*, cap. 9.º.

(2) *Cf. Nota n.º 69.*

Piedade, despede-se do mundo, sobe a montanha e ergue lá em cima a branca ermida da Virgem milagrosa. O Irmão Lourenço de Nossa Senhora, desencantado do mundo e dos homens, desce do Tijuco, logo em seguida, para ir alapardar-se na Serra do Caraça, tão ínvia e esconsa, mas que se transmuda no Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Há até facínoras e homiziados, que se fazem "irmitoens", como aquêles bons-ladrões que vão erigir nas barrancas do Rio Grande, nos confins do sertão da Farinha Podre, seu comovedor altar de Nossa Senhora do Destêrro do Desemboque...

Se carecem as Ordens Religiosas nessas Minas do Ouro, tão turbulentas, ei-los, os eremitas, prontos para substituí-las, aptos a apagar com o perfume de sua santidade os pecados dos giróvagos da Guerra dos Emboabas, que empestaram todo o século. Êles sentem a responsabilidade dramática de sua missão. O primeiro gesto, pois, que assumem é a fuga da vida comum dos aventureiros. E de tudo que ela representa: a avidez do ouro, o roubo, a violência, a luxúria. Querem para si e para aquela sociedade desordenada o advento do ideal evangélico, mas total, levado ao extremo de responder ao convite de Deus ao moço rico das Escrituras. Os eremitas mineiros do século XVIII querem ser cristãos que não se satisfazem com as práticas comuns da religião, como o frouxo clero do seu tempo. Aspiram a uma ascética, a um transporte místico ainda mais ardente. Macaúbas, a Casa de Oração do Vale de Lágrimas, a Serra da Piedade e o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça serão verdadeiros *collegia pietatis*, oriundos da reunião de centenas de homens e mulheres cansados de um mundo egotista, ambicioso e debochado, ao qual resolvem voltar decididamente as costas, tornando-se *secessi de populo* — como diria Tertuliano — isto é, separados, "cortados" de um mundo, que detestam, por-

que mau e vão. Plínio o Antigo, observando os Essênios, marca bem essa situação, contando que aquêles “terapeutas de Deus”, precursores dos monges cristãos, eram “uma gente única em tôda a terra, sem mulheres, havendo renunciado aos prazeres da carne, desprezando o dinheiro e tendo apenas como companheiras as palmeiras do deserto” (3); mas, acrescenta que, “dia a dia, aumentava o número daqueles que os procuravam, pessoas cansadas da vida” (4). Cansadas da vida *do mundo*, emendamos as palavras do sábio pagão, que não conhecia a *crisis* do monasticismo, só acessível no mundo clássico aos pitagóricos e aos órficos, não só seus conhecedores como afeiçoados também.

Os eremitas das Minas Gerais — como os Essênios dos tempos de Cristo — são uns exilados do seu mundo. A medida que vão surgindo, os grupos vão se articulando, como se fôsem Ordens Terceiras autênticas das grandes famílias religiosas tradicionais. Aliás, os chefes dessas comunidades vão professando nas Ordens Terceiras, de São Francisco, do Carmo, etc. Os “Recolhimentos” se fundam e se organizam à sombra das *Regulae* dos Patriarcas maiores da Igreja, como veremos adiante. As comunidades, no claustro, vivem sob a égide dêste binômio ascético-místico: oração e esmola. A obra eremítica parte sempre da ermida, da capela, do altar, ao pé do qual se ora muito, ora-se sem cessar, por aquêles que oram mal ou não oram nunca. A par da prece, estabeleceu-se a prática de exercícios espirituais (5), para que a

(3) ...“gens sola et in toto orbe praeter ceteras mira, sine ulla femina, omni venere abdicata, sine pecunia, socia palmarum”. (*Historia Naturalis*, livro V, cap. XV, n.º 73. Ed. Harvard University Press (Cambridge, Ma.), 1947, vol. II, libri III-VII).

(4) ...“in diem ex aeque convenarum turba renascitur large frequentibus quos vita fessos ad mores eorum fortuna fluctibus agit”. (*Idem, ibidem*).

(5) D. Joaquim Silvêrio de Souza, *Sítios e Personagens*, cit., cap. XLIX. V. também Nota n.º 23.

ação acompanhe a oração, oferecendo aquêlê equilíbrio ideal entre a atividade rotineira e a contemplação mística, que não é dado a todos experimentar (6). É a oração dos justos que consegue estender por tôda a parte imensa rêde de intercessão, que, segundo a fé, se permeia entre Deus e os homens, para aplacar a cólera divina e erguer dos ombros humanos o pêso das iniquidades do mundo, ensejando então o livre trânsito das aspirações das criaturas até o trono do Onipotente. Os viajantes Saint-Hilaire, Spix e Martius irão encontrar no Recolhimento da Serra da Piedade um exemplo vivo dêsse espírito de oração sobrenatural: é a Irmã Germana, que, nos dias da Paixão do Senhor, em jejum absoluto, de braços abertos em cruz, estando a orar, cai em transe profundo, que os cientistas não conseguem explicar, mas os enche de assombro e admiração (7).

A outra asa da ascensão eremítica é a esmola. É pela esmola, que começa recolhendo de porta em porta, para uma destinação superior, que tem princípio a vida do eremita mineiro. É quando êle se retira da comunidade dos homens. Aliás, estamos usando o têrmo “eremita” no seu sentido mais genérico, que assim abrange tanto os “eremitas” pròpriamente ditos — os solitários clássicos, isto é, ascetas que vivem na solidão — como os “ermitães”, que serão, segundo o direito eclesiástico corrente (8), os

---

(6) Ocorre-nos a queixa de Claudius, rei da Dinamarca, em *Hamlet*, que não consegue ou não pode rezar:

“Minhas palavras se elevam e meus pensamentos deixam-se ficar na terra. Palavras sem sentimentos jamais chegam até o céu”. (3.º Ato, cena III).

(7) *V.*, Nota n.º 90.

(8) Como já dissemos, vigoravam então, na Diocese do Rio de Janeiro, a que pertencia a Igreja das Minas Gerais — como de resto em todo o Brasil — as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, admirável codificação do nosso direito eclesiástico colonial promulgada pelo grande Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, como consequência do Sínodo Diocesano de 1707, o primeiro que se realizou na Igreja do Brasil, na sede primaz do Salvador. As *Constituições* foram adotadas no Bispado fluminense

anacoretas postos no zêlo das ermidas. Mas, não os confundamos — os nossos eremitas — com os frades giróvagos, também êstes numerosos, que vivem desde logo caçados pela polícia, por causa de seus desmandos. Êsses sara-baítas andejes também vagam, às vêzes, pelos caminhos, peregrinando de capela em capela, de arraial em arraial. Geralmente clérigos regulares, pertencentes a uma Ordem Religiosa, mas *egressos*, isto é, desertados de suas comunidades, quase sempre sem licença dos seus superiores ou sem autorização de permanência dos Ordinários diocesanos, êsses frades egressos, preferem, entretanto, os grossos negócios das minas ou dos contrabandos, como já vimos em outra parte. Os eremitas, por sua vez, são leigos em sua maioria. São, antes de tudo, “pedidores de esmolas”, na intenção “das boas obras de caridade” (9). Provindos

---

por D. Frei Antônio de Guadalupe. O Côn. Raimundo Trindade, que ministra a informação, não precisa a data em que se deu a adoção (*Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 66), mas queremos presumir, à lembrança da formação jurídica do Prelado do Rio de Janeiro (pois fôra antes, no século, enérgico magistrado), que as adotou tão logo se empossou em sua sede episcopal, nos últimos meses de 1725.

Segundo as *Constituições*, em seu livro III, tít. 38, n.º 626, 628 e 629, há normas próprias e explícitas sobre os ermitães: “Nas ermidas de nosso Arcebispado, e principalmente naquellas onde ha romagem, e devoção, he necessario haver Ermitaens (V. Barbosa, de Eremitis, lib. 1, c. 39, § 1, n.º 23) para o culto Divino, e limpeza dellas. E para que se não introduzã aquelles que não será bem se admittaõ, mandamos, que pertencendo a apresentação a outrem, apresentem para Ermitaens homens dilligentes, de idade conveniente, e de boa vida, e costumes, e não poderaõ apresentar mulheres”. (N.º 626).

(9) A esmola, que os eremitas pedem aos fiéis, destinam-se aos mais diversos fins de piedade e caridade, tais sejam a manutenção do culto, a ereção das capelas e dos edificios dos recolhimentos eremíticos, o alojamento dos peregrinos que visitam os santuários, a assistência aos pobres e enfermos, etc. Vale recordar aquella tocante devassa, no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, procedida em 1734 pelo Visitador Dr. Lourenço José de Queiroz Coimbra, que recebe de diversas religiosas da casa a queixa alarmada de “que estava neste Recolhimento hũa menina por nome Rita de idade de trez para quatro annos, engeitada, q. foy aporta deste Recolh.º a qual por se curar de bigixas se recolheu p. dentro” ! Mas, o Visitador da Devassa não toma conhecimento da denúncia. (V. *Livro das Devassas e Visitas — 1733*, da Cúria Arquidiocesana de

da massa aventureira das Minas, fogem para a vida cenobítica e ascendem, no clima de religiosidade que criam, às práticas mais elevadas do ascetismo. Esse ascetismo não é, evidentemente, nenhuma escola apurada de perfeição cristã, dadas as condições de vida e formação dos nossos eremitas. Ao reverso, os frades egressos, cegados pela obsessão da *auri sacra fames*, descem às paixões grosseiras da cobiça, da avareza e da concupiscência. Os frades egressos mantêm as suas vestes tálares indicativas, mesmo porque servem para acobertar melhor as suas intenções dolosas, esquecidos da maldição do Divino Mestre. Os eremitas aparecem geralmente revestidos de uma espécie de samarra, preta, marron ou azul, de grosso e rústico burel (10), atada com uma corda à cintura, à franciscana, calçados de sandálias de couro ou simplesmente descalços. Cobrem-se com rústicos chapéus desabados e se arrimam em bordões robustos, para as longas caminhadas no sertão. “Deixam crescer a barba — descreve o Barão de Eschwege (11) — e freqüentemente descuram a cabeleira”. Pende-lhes do pescoço uma pequena caixa, um relicário envidraçado, contendo uma imagem do santo de sua devoção, que os fiéis beijam piedosamente, tirando o chapéu ou dobrando um joelho, como se pode ver bem nas ilustrações de João Maurício Rugendas. É quando recebem os óbolos — dinheiro,

---

Mariana, fls. 109 a 115). O pensamento da Madre Regente era que corresse a comunidade tóda o risco das bexigas, mas que não se faltasse ao princípio da caridade evangélica, praticada em um pobre entezinho abandonado que sofria.

(10) Aliás, as *Constituições* acima citadas incluem normas sobre as vestes dos eremitas: “Não usarão de hábitos de Religiosos ou Clerigos, mas poderão trazer roupetas pardas compridas, ou de outra cor honesta, ou outros vestidos decentes”. (N.º 629, do livro III, título 38).

(11) *Journal von Brasilien*, II, 95, cit. por A. de Saint-Hilaire, in *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, trad. de Leonam de Azeredo Pena, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1941, pág. 116.

alimento, donativos em espécie, etc. — destinados à obra pia a que estão devotados, quase sempre por fôrça de uma promessa. Essas promessas resultam de uma conversão, de uma cura milagrosa, de um obséquio alcançado. Desandam, às vêzes, em ásperas disciplinas, sabe Deus purgando quantos ou quais pecados.

Há, em tórno dos eremitas, uma aura de reserva e de mistério. É que o eremita destoa de todos os outros homens. Há uma divergência frontal entre êle e o mundo. O mundo é êste mundo e o eremita, porque atendeu ao chamado do *si vis esse perfectus*, escolheu um outro mundo. Êste mundo não o pode entender. Nem mesmo amá-lo. “Se vós fôsseis do mundo — guarda o eremita as palavras de Jesus Cristo — o mundo amaria o que era seu: porque não sois do mundo, (...) por isso o mundo. Êste mundo não o pode entender. Nem mesmo perde sua exatidão no campo sociológico: quem refoge às regras comuns do convívio social, torna-se um desajustado. E os desajustados são repelidos pela sociedade. Os povos das Minas acatam, veneram e ajudam os eremitas, que lhes passam, mendigando, à porta. Mas, sentem algo nêles que intriga e quase assusta. Um dêles provoca êste comentário do viajante inglês John Mawe: “Todo êle tinha alguma coisa de estranho e selvagem. Disseram-nos que era um eremita, que abraçara êsse austero gênero de vida para se penitenciar de algum grande crime” (13). Ou então, se não lhes são misteriosos, parecem-lhes santos: “Eram tipos a que a fé popular afixava algum quê de misterioso e os tratava e supunha Santos por os verem assim dedicados aos trabalhos e penúrias

---

(12) “Si de mundo fuissetis, mundus quod suum erat diligeret: quia vero de mundo non estis, (...) propterea odit vos mundus”. *São João*, cap. XV, vers. 19.

(13) John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*, trad. de Solena Benevides Viana, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944, pág. 153.



da vida, em glória de Deus e benefício do próximo" (14). Esses juízos fazem lembrar a reação de outras coletividades, em outras eras da história, muito semelhante a essas da gente mineira. Quando o escoto Fridolin, inquieto peregrino, aporta à terra dos suábios, choca aquêlo povo ressabiado com seus hábitos estranhos; os rudes moradores de Gláris expulsam-no dali, porque suspeitam que se trate de perigoso ladrão de gado (15). Roque de Montpellier, o santo andarilho languedociano, ao regressar à terra natal, depois de uma ausência de muitos anos, é trancafiado no xadrez durante cinco longos anos, porque o senhor da cidade vê no peregrino um *exploratore et insidiatore* (16).

É o duro legado que os solitários recebem, em tôda a parte, em Minas, na Suíça e no Languedoc, em tôdas as idades: a incompreensão e a desconfiança dos homens. Em Minas, então, porque aventureiros atravessam-se no caminho dos eremitas, essa atitude desfavorável agrava-se ainda mais. Os viajantes estrangeiros retratam essa má vontade generalizada. Saint-Hilaire deplora o desintereße dos recolhidos da Serra da Piedade pela cultura das terras que pertencem ao santuário, porque "acham muito mais cômodo recorrer à caridade pública" (17). O mesmo cientista transcreve a opinião do Barão de Eschwege sôbre os anacoretas mineiros, entre os quais "se introduziram tristes abusos", pois "vários dêles não

---

(14) Monsenhor Júlio Engrácia, *Relação Cronológica do Santuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, fascs. I e II, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1903, pág. 27.

(15) Wilhelm Hünermann, *El Coro de los Santos*, trad. espanhola, Barcelona, Editorial Liturgica Española, 1955, pág. 116.

(16) "...ubi ejus provinciae dominus bellum cum hoste gerebat, cujus milites beatum Rochum comprehenderunt et eum tamquam exploratorem et insidiatorem domino tradiderunt". In *Acta Sanctorum*, dos Bolandistas, Parisiis et Romae, Victor Palmé, 1867, Aug. III, pág. 410. ...

(17) A. de Saint-Hilaire, *op. cit.*, pág. 115.

tomavam o hábito senão para viverem à custa do próximo, e iam beber às melhores tavernas com o dinheiro que a generosidade pública lhes oferecera" (18). O viajante mal contém o riso diante do velho prior dos cenobitas da Serra da Piedade, ridículo em sua "robe de chambre" preta, "com o seu ar distraído, seu semblante rubicundo e sua cabelceira postiça, velha e folgada demais, já meio roída pelos ratos" (19).

O próprio clero pretexta, também, diversos motivos para hostilizá-los. O vigário Jácome, da freguesia de Congonhas do Campo, opõe-se a que o ermitão Feliciano Mendes faça celebrar missa em sua capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos; logo depois acha inconvenientes os empréstimos que o bom do ermitão faz dos paramentos de sua capela; e concede sua assinatura à certidão de exame da igreja construída e doada por Feliciano somente dois anos depois, sob a pressão da presença do Visitador do Bispo Dom Frei Manuel da Cruz (20). Mais tarde, o próprio Bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José, em carta ao Governador Bernardo José de Lorena, denunciando o ermitão Vicente Freire de Andrade, também de Congonhas, conta que êle, "em outro tempo, havia representado várias figuras neste mundo: porque havia sido médico, depois soldado, e dando baixa, se introduzira em negócio no qual quebrara com gravíssimo prejuízo dos seus credores e, vendo-se sem crédito nem meio algum de subsistência, se refugiara em Matosinhos e deixara crescer as barbas" (21). Essas duras pala-

(18) *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, cit., pág. 116.

(19) *Idem, ibidem*.

(20) *Relação Cronológica*, cit., págs. 29 e 30.

(21) *In Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 166. Em nota ao pé da mesma página, o Cônego Raimundo Trindade assim pune pelo ermitão: "o ermitão Vicente Freire de Andrade, a que o bispo se refere, administrou o Santuário de 1794 a 1809. Pode ter sido um dissipador, mas a êle se

bras do antístite marianense levam-nos, ainda uma vez, a evocar o que teria acontecido, nos primeiros anos do século VII, às margens do Rio Reno, na Alemanha, com o eremita Goar. O santo fôra, da Aquitânia, estabelecer-se ali, não muito longe do fatídico rochedo de Lorelei; confraternizara com os simples, barqueiros e passageiros do rio, e sentia-se feliz em oferecer-lhes um copo do seu loiro vinho e comer com êles. Denunciaram-no ao bispo de Treves, que o teve por bêbado e glutão, até o momento em que Goar compareceu diante do prelado e pendurou simplesmente seu rôto manto de caronte num raio de sol... (22). O paralelo não tem a intenção de justificar qualquer situação, mas coloca bem o eterno mal-entendido entre o solitário e o mundo, mesmo o eclesiástico. Aliás, será o mesmo severo Dom Frei Cipriano quem suspenderá, por algum tempo, os exercícios espirituais do povo, na Serra da Piedade, promovidos por êsse verdadeiro eremita que foi o padre José Gonçalves (23). E verberará com palavras candentes como chicotadas o clima desordenado das devoções populares do Senhor Bom Jesus, em Congonhas: ... "tal era a confusão e tão descomposto o tumulto, que a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que igreja de fiéis" (24).

Há, com certeza, muitos falsários entre os eremitas e ermitães mineiros da época. Sempre êles existiram onde houve vida anacorética. Praga terrível, "gênero de monges que nem deve ser nomeado, porque é melhor calar do que dizer algo sôbre êles" — como recomenda vivamente

---

devem em Congonhas as obras do Aleijadinho (Passos e Profetas), pinturas de Francisco Xavier Carneiro e do Ataíde. Concluiu a canalização de água para o Santuário em alcatruzes de pedra sabão, aumentou o edifício, etc. etc. Perdoe-se-lhe algum erro, pelo muito bem que fez"

(22) *Acta Sanctorum*, dos Bolandistas, cit., jul. II, págs. 327 e 346.

(23) Dom Joaquim Silvério de Souza, *Sítios e Personagens*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1930, Segunda Edição, pág. 107.

(24) *In Arquidiocese de Mariana*, cit., pág. 168.

São Bento de Núrsia, no pórtico de sua Regra (25). De fato, vale mais rememorar as gestas dos verdadeiros eremitas e ermitães, que levaram a efeito a recuperação religiosa, moral e cultural das Minas Gerais, no século XVIII.

A primeira fundação eremítica que floresce na terra mineira é o Recolhimento de Macaúbas. Núcleo inicial da vida comunitária religiosa em Minas Gerais, a casa de Félix da Costa oferece a primeira experiência positiva de um cenóbio feminino, assim como o estabelecimento de uma escola para meninas. Já em meados do século, surge a Casa da Oração do Vale de Lágrimas, obra de um padre penitente, que viverá dias de grande fastígio espiritual e deterá a honra de ser a primeira casa de educação feminina que houve em Minas. Por sua vez, o santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, nascido do zelo piedoso do ermitão Feliciano Mendes, alguns anos depois da Casa da Oração, irá acender nos corações singelos do povo um fervor religioso como até então não sentira, ensejando as peregrinações famosas à Loreto brasileira (26), tão vivas hoje como ontem. Já devotada mais à contemplação, inspirada no exemplo e no estímulo do solitário que a fundou, é a ermida da Serra da Piedade, que até topograficamente convida à romaria e à oração. E, finalmente, o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça, instituído nas raias do último quartel do século, com o propósito de tornar-se uma casa missionária de catequese

(25) ... "genus est monachorum nec nominandum quod melius tacere de talib (us) aliquid dicere". *Regula Sancti Benedicti*, edição diplomática, cap. IV ("De Generibus Monachorum"). É a esse gênero de monges que o Santo apelida de "giróvagos": ... "quod genus nominatur girouagum".

(26) É o título que John Luccock dá a Congonhas: "Sob mais de um ponto de vista — escreve êle — merece considerar-se como a Loreto d'êste país". V. *Notas sobre o Rio de Janeiro*, trad. do Prof. Dr. Milton da Silva Rodrigues, São Paulo, Livraria Martins (Biblioteca Histórica Brasileira), 1951, 2.ª edição, pág. 346.

e apostolado, assim como uma escola para a educação da mocidade. Estudemos a vida dessas casas religiosas.

A primeira obra eremítica surge, nas Minas Gerais, já na segunda década do século XVIII: é o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, fundado a 12 de agosto de 1714, pelo ermitão Félix da Costa. A história do recolhimento começa em Penedo, então Bispo de Pernambuco, nos primeiros anos do século, onde moram os filhos e filhas do falecido patriarca Félix da Costa. O chefe natural da família é o filho mais velho, Capitão Manuel da Costa Soares. São sete os irmãos, três homens e quatro mulheres, Manuel, Félix, Antônio, Maria, Marta, Catarina e Ana das Chagas. De todos, apenas Manuel e Maria são casados. Um belo dia, o Capitão Manuel da Costa Soares — conta Dom Joaquim Silvério de Souza, em seu livro *Sítios e Personagens* (27) — “na louvável diligência de adquirir terrenos onde pudesse com mais largueza criar e sustentar sua família assentou de comum acôrdo com os seus de condenarem-se todos a perpétuo exílio para fora do torrão querido que os viu nascer”. Afora Maria de Souza, a irmã casada, mais velha, que ficou na Capitania de S. Francisco e das Alagoas, todos concordaram com o chefe da família e resolveram partir, São Francisco acima, aonde a Divina Providência houvesse por bem achar-lhes um paradeiro.. “Em frágeis barcas — narra ainda o falecido arcebispo de Diamantina — numa das quais (a de Félix) tremulava, hasteada, a bandeira da Imaculada Conceição, vieram remontando os ilustres peregrinos o Rio São Francisco. Três anos foram decorridos desde a hora em que nublados de tristeza levantaram ferro em Penedo até o dia feliz em que lhes foi dado lançá-lo pela última vez num pôrto do Rio das Velhas, na margem conhecida pelo

---

(27) Pág. 247.

nome de Macaúbas" (28). Depois de tão longa e demorada peregrinação, os irmãos alagoanos acharam aprazível aquêlê recanto mineiro. Depois de percorrerem os lugares chamados Fidalgo e Lagoa Grande, convieram em oferecer a um tal Antônio da Silva seiscentas e vinte oitavas pela casa e terrenos que possuía às margens do rio. Frei Apolinário da Conceição, o cronista do *Claustro Franciscano* (29), escreve que a família estabeleceu-se em Macaúbas, em vida religiosa, ou no ano de 1710 ou no seguinte. De fato, enquanto Manuel da Costa Soares cuidava dos negócios temporais (a escritura da compra feita a Antônio da Silva, por exemplo, foi passada em seu nome), todos os irmãos, tanto os homens como as mulheres, haviam se decidido a viver em comunidade religiosa. A alma daquela suprema decisão era o segundo irmão, Félix da Costa, que, logo depois de ultimada a compra dos terrenos e paga a primeira prestação das quatrocentas oitavas, partiu para o Rio de Janeiro, a fim de obter licença do bispo fluminense, Dom Francisco de São Jerônimo, para esmolar, como eremita, e inteirar as duzentas e vinte oitavas de ouro, que faltavam para o pagamento total das terras de Macaúbas. Ainda hoje lá se conserva, como preciosa relíquia, o oratório portátil com que Félix saía para pedir esmolas.

Instalados nas terras e angariados mais donativos para a construção de uma ermida, Félix e seus irmãos iniciaram a construção, a 12 de agosto de 1714, junto da qual se edificou também um pequeno anexo, destinado às futuras irmãs recolhidas. Já em 1.º de janeiro de 1716, o Pe. Lourenço de Valadares Vieira, vigário de Roça Grande, benzia a nova ermida de Nossa Senhora da Conceição e no dia seguinte entravam para o Recolhimento doze donzelas, sete das quais eram irmãs e sobri-

(28) *Sítios e Personagens*, cit., pág. 250.

(29) *Apud* Dom Joaquim Silvério, *op. cit.*, pág. 250.

nhas de Félix da Costa. As recolhidas adotaram o hábito das franciscanas conceptionistas e o capuchinho Frei Jerônimo Monte Real (30) iria dar-lhes, em 1733, uma regra comunitária própria. As recolhidas de Macaúbas foram, dêste modo, “*as primeiras religiosas existentes em Minas Gerais*” (31) (Grifos nossos).

O progresso do Recolhimento de Macaúbas foi rápido. Em 1725, a comunidade já contava com trinta e duas recolhidas. Nesse mesmo ano, atendendo a petição de Catarina de Jesus e as mais recolhidas da casa, o Governador Dom Lourenço de Almeida concede-lhes uma sesmaria de terra (32). Em 1727, em vista do incremento cada vez maior das vocações para o Recolhimento, Dom Antônio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro, que também é o primeiro prelado que visita o eremitério, baixa portaria segundo a qual se não recebesse mais recolhida sem dote e sem licença expressa sua: “sábua disposição, que visa a côngrua sustentação das Recolhidas — justifica Dom Joaquim Silvêrio (33) a nova determinação — e acautela a par dos interesses temporais o bom regime espiritual da comunidade”. Dom Guadalupe já encontra no Recolhimento o costume de rezarem no côro o Ofício Divino, que já antes de 1725 ensinara às recolhidas o capelão Manuel de Gouveia Ferreira Correia.

---

(30) V. Pe. Fr. Fidélis M. de Primério, O. F. M. Cap., *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, São Paulo, Livraria Martins, 1940, págs. 209 e 364. V. ainda Manoel E. Altenfelder Silva, *Brasileiros, Heróis da Fé*, São Paulo, Livraria Editora Salesiana, 1928, pág. 169.

(31) Joaquim Furtado de Menezes, *Clero Mineiro*, Rio de Janeiro, Tip. Americana, 1933, 1.º vol., pág. 125.

(32) *In R. A. P. M.*, IV, pág. 175.

(33) *Op. cit.*, pág. 260. As cautelas do Bispo do Rio de Janeiro justificavam-se, pois apenas seis anos depois, em 1734, quando o seu Visitador procede à devassa no Recolhimento, os alojamentos das irmãs são tão insuficientes, pelo grande número das recolhidas, “q. algũas irmans dormem junto com outras em hũa mesma cella e cama por faltarem cubiculos para todas”. (*1 Livro de Devassas e Visitas — 1733*, cit., fls. 110).

Em virtude da falta d'água e das enchentes do Rio das Velhas, que transformavam o antigo Recolhimento do Monte Alegre das Macaúbas numa ilha perdida no meio das águas, Félix da Costa — a quem se reconhecera a administração dos bens da casa, perante a autoridade civil e eclesiástica — contratou, em 23 de junho de 1733, com o capitão João Álvares da Costa, por cinqüenta e oito mil e quinhentos cruzados, a construção de um nôvo edifício. Este distaria mais de seiscentos metros do antigo eremitério e seria construído de taipa. A construção, sólida e grandiosa, durou entre quinze e vinte e um anos, e o fundador Félix da Costa, prematuramente falecido em 1737, apenas viu erguerem-se os seus primeiros muros. A mudança da comunidade deu-se em dezembro de 1743, logo após a bênção das obras, ainda incompletas, pelo vigário Amaro Gomes de Oliveira, para isso provisionado pelo Bispo Dom João da Cruz.

Esse Bispo instituíra o capelão do Recolhimento como cura de jus paroquial e isso o isentava da jurisdição dos Párcos de Santo Antônio da Roça Grande, em cujo território fôra estabelecida a comunidade. Infelizmente, “com a mira em pequeninos lucros materiais — acusa o autor de *Sítios e Personagens* (34) — não se coraram párcos regalistas em alegar contra a existência e isenção do Instituto a suposta falta de aprovação régia”. Era esta uma condição indispensável para o funcionamento de corporações religiosas, que a Coroa Portuguesa avocava, em nome do Padroado e do Grão-Mestrado da Ordem de Cristo. A luta durou muito tempo. Foi para obter a aprovação régia para o Recolhimento que partiu para Portugal o capelão Manuel Dias da Costa Lana, em maio de 1778. O bom do Pe. Manuel Dias acreditava que, no máximo, retornaria da Côrte de D. Maria I no prazo de

---

(34) Pág. 296. Os vigários de Roça Grande sentiam-se no direito de receber conhecenças pelas comunhões administradas no Recolhimento.



dois anos. Pode parecer incrível, mas o pobre sacerdote andou de repartição em repartição, em Lisboa, nada menos de uma dúzia de anos! Não temos notícia de maior nem mais demorada andança, pelos trâmites surrealistas da burocracia luso-brasileira... Em 1790, o Pe. Manuel Dias regressava, tendo no bôlso a almejada confirmação do Recolhimento: ruíam as chicanas canônicas dos vigários de Roça Grande contra a Madre Regente de Macaúbas e suas discretas.

No entanto, o século acabara por penetrar no claustro de Félix da Costa. E foi que os Estatutos da comunidade, permitindo à Regente, em dada circunstância, dar ingresso de pessoas do sexo feminino na clausura, para visitarem o estabelecimento, abriram caminho ao abuso. “A concessão que só com tento e siso, e de longe em longe, devia ser usada — comenta Dom Joaquim Silvério de Souza (35) — converteu-se no rodear dos anos em praxe comum, e em breve considerou-se uso legítimo um abuso que logo à nascença devia ser sopitado: de trecho a trecho vinha o mundo feminino visitar o claustro”. Debalde o Bispo Dom Domingos da Encarnação Pontevel avia providências, suspendendo as exceções concedidas à Regente, proibindo, assim, “o ingresso de tôdas e quaisquer pessoas de fora, de um e de outro sexo, de qualquer idade ou qualidade que sejam, e em qualquer distância da porta principal para dentro da Casa da Portaria, onde chegam as Irmãs Porteiras; devendo entender-se a mesma reservação até naqueles casos que excetua o Estatuto no Capítulo XI, em que alguma Mulher grave de qualidade e nobreza, ou grande Benfeitora do Recolhimento passando por aqui sem pernoitar e queira ver por dentro, ainda que dê e ofereça para isso a mais avultada esmola, porque nesta parte havemos por inteiramente revogado

---

(35) *Sítios e Personagens*, pág. 352.

o citado Capítulo XI quanto a esta faculdade às Madres Regentes pelo mesmo Capítulo concedidas” (36). O próprio ato da proibição indica que as transgressões se faziam, às vèzes até ostensivamente. O contratador dos diamantes do Tijuco, o Desembargador João Fernandes de Oliveira, que tivera várias filhas da cortesã Francisca da Silva de Oliveira tinha-as educado no Recolhimento e ali as conservava, mesmo depois de sua forçada partida para Lisboa. Xica da Silva habituara-se a entrar no Recolhimento tôdas as manhãs e, sem penetrar no pátio claustral, subia a escada que levava aos aposentos de suas filhas, em cuja companhia passava o dia, retirando-se, ao anoitecer, para uma casa que o contratador fizera construir junto do eremitério.

Outro abuso que se introduzira na vida conventual fôra o da permanência de escravas, ao lado de suas senhoras, dentro do próprio Recolhimento. O Governador do Bispado de Mariana, Dr. Francisco Xavier da Rua, em pastoral de 6 de janeiro de 1774, declara-se informado de “que algumas das Recolhidas conservam duas, três e mais escravas” (37), absolutamente desnecessárias e prejudiciais ao Recolhimento. Manda que a Regente despeje da casa, no prazo de quinze dias, tôdas as escravas e fôrras das Recolhidas, “deixando sòmente a cada uma delas uma escrava ou fôrra, que é muito bastante para a servir, além das da Comunidade, que não passarão de dezesseis” (38). Cumpriu-se a determinação tão condescendente, mas, não obstante o costume do tempo, era um contrassenso a faculdade de poder uma religiosa, com o seu voto de pobreza, dispor de uma escrava como propriedade sua. . .

---

(36) *In Sítios e Personagens*, págs. 353 e 354.

(37) *Apud* Dom Joaquim Silvério, *op. cit.*, pág. 356.

(38) *Idem, ibidem.*

Outra irregularidade que acontecia freqüentemente em Macaúbas era a custódia de senhoras casadas, que os maridos, sob o pretexto de longas viagens, vinham depositar junto das irmãs da comunidade. Era uma espécie de desquite, de divórcio do tempo, porquanto aconteceu mais de uma vez os maridos “esquecerem” no Recolhimento as espôsas! Outras vêzes, eram os Governadores, que, sob as mais ridículas razões, mandavam recolher-se ao eremitério mulheres estranhas. O jovem Conde de Valadares, homem voluntarioso, foi o instaurador do regime (39).

Administrações ruinosas comprometeram, durante largos anos, o patrimônio do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Por outro lado, a velha disciplina claustral afrouxara. Tornava-se necessária uma grande reforma. Designado pelo bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso, o Pe. Antônio Afonso de Moraes Tórres, da Congregação da Missão, durante longos anos dedicou-se a essa obra de recuperação espiritual e material.

Dom Joaquim Silvério — o historiador do Recolhimento de Macaúbas — infere dos próprios Estatutos da comunidade que “já no século transacto (o século XVIII) se ocupavam as recolhidas neste mister (o da educação de meninas)” (40). Mas, documentadamente, como se lê em um atestado de 1826, que traz a assinatura do Pe. Manuel Pires de Miranda, sabe-se que foi a partir desse ano que se educaram meninas em Macaúbas. Cabe, po-

---

(39) *In Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, pág. 353; *Sítios e Personagens*, pág. 361.

(40) *Op. cit.*, pág. 380. Aliás, um dos motivos das delongas burocráticas que retiveram, por onze anos, em Lisboa, o Pe. Manuel Dias da Costa Lana, que como vimos, para lá se dirigiu no reinado de D. Maria I, em busca da aprovação dos Estatutos do Recolhimento, era o alegado desejo do Bispo de Coimbra de “estabelecer em Macaúbas um instituto de educação com largos moldes”. (*Sítios*, pág. 381).

rém, ao Pe. Antônio A. de Moraes Tôrres o mérito de ter fundado ali o colégio propriamente dito. Foi em 1846 e, a partir de então, graças ao zelo do fundador, eficazmente coadjuvado pela comunidade e pelo Pe. Joaquim de Oliveira Lana, o colégio para meninas tornou-se uma instituição respeitável, que tem prestado os melhores serviços à causa do ensino em Minas Gerais. “Numerosas jovens têm sido ali educadas — depõe o Sr. Joaquim Furtado de Menezes, em sua obra *Clero Mineiro* (41) — umas órfãs pobres, outras pensionistas ali mantidas por seus pais, tôdas demonstrando grande preparo moral e nos misteres da luta pela existência. Excelentes mães de família têm saído dentre as suas ex-alunas”.

Outra instituição de origem eremítica foi a Casa da Oração do Vale de Lágrimas. A obra se ergueu às margens do rio Arassuaí, na freguesia de Itacambira, a noroeste da vila de Minas Novas, “no ano de 1750, pelo Padre Manoel dos Santos, que depois de ter o castigo de hum Raio, reformou a vida, e á sua custa procurou fazer aquella Caza”: é assim que conta a história das origens da instituição o memorialista José Joaquim da Rocha (42).

Logo após a fundação do Recolhimento, apresentaram-se como candidatas ao claustro duas irmãs, Isabel e Quitéria, e muito depressa era grande o número de jovens que povoavam a Casa da Oração do Vale de Lágrimas. A fundação mereceu o beneplácito de Dom José Botelho de Matos, Arcebispo da Bahia (a que, aliás, pertencia na época o térmo das Minas Novas do Fanado), e foi protegida pelo seu sucessor, Dom Frei Manuel de Santa Inês, que tendo boas notícias do regime de vida das recolhidas, fêz-lhes várias mercês.

---

(41) Cit., págs. 125 e 126.

(42) *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*, in R. A. P. M., II, 3.º, pág. 482.

Alguns anos depois de permanecerem no Vale de Lágrimas — que distava quatro léguas das Minas Novas — as congregadas da Casa de Oração “se retiraram daquele sítio por doentio, êrmo, e inabitável, principalmente em tempos de águas por ser em meio de dois rios caudalosos, que totalmente proibiam em tempo tal, não só o pasto temporal, mas também o espiritual” (43). E foram estabelecer-se no Arraial da Chapada, na mesma jurisdição do têrmo do Bom Sucesso de Minas Novas, comprando boa casa, com terrenos anexos, do guarda-mor Manuel Gomes da Silva. Essa transferência se deve ter dado entre 1775 e 1780, época em que governou as Minas D. Antônio de Noronha, porquanto em sua informação ao Ouvidor da Comarca do Sêrro, sôbre o Recolhimento, o comandante Antônio José de Araújo, de Minas Novas, escreve “que tudo aprovou o Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. Antonio Governador, que então era desta Capitania” (44).

Em seus primeiros anos, o Recolhimento da Chapada conheceu dias de verdadeiro esplendor. A comunidade tinha trinta e três recolhidas e, se já eram “toleradas” pelos Governadores e Corregedores da Comarca, porque “o viver das Sobreditas Recolhidas he com muita virtude e costumes exemplarissimos”, e quando instaladas no Vale de Lágrimas, continuaram “cauzando aos Povos pelas suas virtudes não só admiração, mas tambem grande contentamento”, em seu nôvo Recolhimento da Chapada. “He huma Caza de Oração — prossegue a solícita informação do Comandante — sem vóto algum, utilissima aos Povos deste Paiz; *porque ali mandaõ alguns Pays de familias ensinar suas filhas, tendo as recolhidas por alguns annos, e dali costumão sahir não só provecias em artes libe-*

---

(43) Informação prestada pelo comandante Antônio José de Araújo, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, 2.º, pág. 352.

(44) *Idem, ibidem.*

raes (45), mas também no Santo amor, e temor a Deos" (46). Não resta dúvida de que o documento garante, assim, à comunidade da Chapada o primado do ensino feminino em terras de Minas Gerais, de vez que as inferências de Dom Joaquim Silvério de Souza sobre a escola de Macaúbas (47), não têm comprovação tão cabal como esta e se referem a época muito posterior (1826). A escola feminina do Recolhimento da Chapada começava a funcionar nos mesmos anos em que se iniciava nas Minas a cobrança do "subsídio literário" (Carta de Lei de 10 de novembro de 1772), que rendia em 1775 seis contos e seiscentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e noventa e nove réis (48). Esse dinheiro, que era destinado ao "estabelecimento de fundos, que segurassem, e perpetuassem a conservação dos professôres" (49) das escolas do Reino, não iria beneficiar jamais os cursos da Chapada, se bem que houvesse sido criada em Minas Novas uma Cadeira de Gramática Latina.

Então nem é preciso, porque as recolhidas desfrutam de uma situação financeira até próspera. Dispõem de trinta e seis escravos, que se ocupam das lavouras de milho, feijão e arroz, nas três fazendas de que são possuidoras; têm engenho de cana, com seus acessórios; possuem mais dois sítios: "Porem estes sítios, ou fazendas por hora não são de muito rendimento, por falta de melhor fabrica, que os administre". Põem seus três mil cruzados a juros e têm ainda quatrocentos mil réis também postos

---

(45) O grifo é nosso.

(46) V. pág. 353, da R. A. P. M., citada acima.

(47) *Sítios e Personagens*, cit., pág. 380.

(48) *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, por José João Teixeira Coelho, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, pág. 547.

(49) Primitivo Moacir, *A Instrução e o Império*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1.º vol., pág. 26. (Lei de 10 de novembro de 1772).

a render juros. Enfim, “os frutos que colhem annualmente (...) são com muita suficiência para a sua sustentação, crescendo a isto as porções pecuniarias annuaes que muitos pais, e parentes faziam ás suas filhas, e parentas, que vem a importar annualmente em hum sufficiente computo, que só isto basta para sua sustentação, a não terem as supraditas fazendas” (50).

Essas “sobreditas Recolhidas” — mulheres prestigiosas — contam com amizades até na Côrte, em Lisboa, pois o Pe. Manuel Dias da Costa Lana, capelão de Macaúbas, ido especialmente ao Reino para conseguir o reconhecimento daquela sua comunidade — como vimos — depois de vãs tentativas nas repartições lisboetas, ao fim de quase dez anos de peregrinação burocrática, alega, entre desesperado e despeitado, que “a 4 de dezembro de 1790, as Recolhidas do Arraial da Chapada, Têrmo de Minas Novas, Bispado da Bahia, sem mandarem Procurador especial a Portugal, tinham obtido Confirmação do Despacho do Ouvidor da Comarca, Joaquim Casemiro da Costa, de 25 de abril de 1775, para continuarem a viver congregadas em Recolhimento e isto não obstante haver na Bahia vários Conventos”. Dom Joaquim Silvério de Souza, o historiador macaubense, que inclui êste documento em sua história do Recolhimento de Macaúbas (51), escrita, aliás, quando ainda era capelão daquela casa, mal disfarça o azedume com que comenta o fato, nesta nota ao pé da página: “Tendo começado a existir muito depois do Recolhimento de Macaúbas, e sendo confirmado com muita prontidão, o Recolhimento da Chapada deixou de existir há muito tempo. Parece uma compensação divina” (52).

---

(50) *Revista do Arquivo Público Mineiro*, cit., págs. 362 e 363.

(51) *Sítios*, págs. 322 e 323.

(52) *Nota infra*, pág. 323.

Passaram-se os tempos. Quando, depois de quarenta anos, Augustin de Saint-Hilaire visitou o Arraial da Chapada, o quadro tinha mudado muito: “É de crer — afirmava melancolicamente o ilustre viajante (53) — que a casa das enclausuradas de Chapada não subsista por muito tempo; pois essas mulheres são tôdas velhas, e ninguém se apresenta para substituí-las”. O cientista não faz nenhuma alusão à escola, que, com certeza, de há muito desaparecera. Reporta-se aos escassos bens das reclusas, o que as obriga a viverem de esmolos, das costuras que fazem de encomenda, e do trabalho dos poucos escravos que ainda têm (54). Saint-Hilaire admira, contudo, o canto das freiras, à missa, em língua vulgar, o que não lhe fôra dado ouvir em qualquer outro lugar que visitara. E o prognóstico do cientista não tarda muito a cumprir-se: as suas informações são as últimas sôbre o Recolhimento do Arraial da Chapada. A partir de então, o silêncio baixa sôbre a antiga Casa da Oração do Vale de Lágrimas. Mas, a história lhe guardará imarcescível o laurel de ter sido o primeiro colégio para meninas que existiu em Minas Gerais. Parece-lhe muito mais justa, pelo que merece, essa outra “compensação divina”.

Distante nove léguas desta terra  
há uma grande ermida, que se chama  
Senhor de Matosinhos; êste templo  
os devotos fiéis a si convoca

---

(53) *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, trad. e notas de Clado Ribeiro de Lessa, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1938, 2.º vol., pág. 77. Já em 1806, o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos contava que o instituto era “de maneira destituído de rendas, que as recolhidas viviam de esmolos”. (*Memória*, cit., pág. 832).

(54) Costuras e, possivelmente, trabalhos de tear com os esplêndidos fios de algodão (cobertores, ponchos, etc.) da região de Minas Novas, já famosos no tempo da viagem de Saint-Hilaire. (*Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, cit., 2.º vol., pág. 78); *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, pág. 792.



por sua arquitetura, pelo sítio  
e, ainda muito mais, pelos prodígios  
com que Deus enobrece a santa imagem (55).

Eis como apresenta, em 1788 (56), o santuário do Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo o autor das *Cartas Chilenas*. Então, a instituição do eremita Feliciano Mendes já atingia trinta anos de fundação e se tornara — como se pode deduzir do poema — um ativo centro de peregrinação.

Feliciano Mendes é, como milhares de outros, um reinol que chega às Minas na primeira metade do século XVIII, em procura da fortuna. Não se sabe quando chega a Congonhas, em cujo rio se lavra ouro, com bêtea rica, mas que se exaure depressa. O futuro ermitão logra fazer o seu pé de meia, como manda declarar no seu “assento de esmolas”: “possuía de meu em ouro, e barras seiscentos mil réis” (57). Em fevereiro de 1757, “estava com animo deliberado de retirar-me das Minas — conta êle (58) — por me achar com molestias graves, e não podendo mais trabalhar, e estava com o projecto de ver se melhorava no Reyno para entrar em alguma Religião para trabalhar, n’ella, e cuidar somente de minha salvação”. Explica o devoto que lhe ocorreu então valer-se do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (59): plantou, no

---

(55) Tomás Antônio Gonzaga, *Cartas Chilenas* (Edição crítica de M. Rodrigues Lapa), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957, págs. 229 e 230.

(56) O Sr. Antônio Cândido (*Formação da Literatura Brasileira*, São Paulo, Livraria Martins, 1959, 1.º vol., pág. 158) acha que a composição do poema “deve datar do fim do governo de Cunha Menezes, 1788, prolongando-se com certeza até o ano seguinte”. O mestre da *Formação* estriba-se nas argumentações de Lívio de Castro (*Questões e Problemas*) e de Alberto de Faria (*Acendalhas*), conforme nota ao pé da página.

(57) *In Relação Cronológica*, cit., pág. 28.

(58) *Relação Cronológica*, cit., pág. 27.

(59) É quase certo que Feliciano Mendes fôsse oriundo do norte de Portugal, onde sempre foi muito popular a devoção ao Senhor Jesus de

alto do morro do Maranhão, uma cruz com um nicho em que se achava a imagem do Senhor Bom Jesus, “para que os passageiros a venerassem, e se lembrassem das Almas do Purgatr.<sup>o</sup> e se rezasse, ou cantasse o S.<sup>to</sup> Terço de N. Senr.<sup>a</sup>”. Começou a trabalhar na difusão do culto do Senhor Bom Jesus e eis que, sem remédio nem nenhuma diligência, se achou “são de todo e sem a minima molestia”.

Vendo em sua cura um alto desígnio do céu, Feliciano desiste de sua partida para o Reino e resolve dedicar-se inteiramente ao seu milagroso Protetor. Começa por requerer a Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo de Mariana, em fevereiro daquele ano, pois “o Sup.<sup>e</sup> com outros devotos em o mesmo lugar [no alto do Maranhão, no caminho do povoado do Redondo], em campo realengo pretendião fazer um nixo ou Capellinha de alvenaria com toda a decencia e nella collocar huma S.<sup>ta</sup> imagem em volta do mesmo Senhor para os mesmos fieis venerarem e deante d’ella rezar quarta feira em sua honra, e devotos o terço da Senr.<sup>a</sup> e mais devoção” (60).

---

Matosinhos, sediada em seu santuário na vila de Matosinhos, a 8 km do Pôrto. Pinho Leal (*Portugal Antigo e Moderno*, v. V, págs. 136 *et seqs.*) relata a tradição segundo a qual a imagem do Senhor Bom Jesus, uma das mais antigas e veneradas da Cristandade, teria sido feita por Nicodemos, segundo o modelo do sudário da deposição do corpo de Cristo, que êle guardara consigo. O 2.<sup>o</sup> Concílio de Nicéia, reunido depois de 787, examinou as imagens feitas por Nicodemos e ficou-se sabendo que uma delas fôra para a Lusitânia e recolhida ao lugar de “Matcsinus”, vogando ao sabor das ondas do Mediterrâneo, de nascente a ponte, passando por Gibraltar, subindo o Atlântico, indo dar à praia, perto de Matosinhos, já sem um braço. Desde épocas antigas o povo acostumou-se a fazer procissões em honra da milagrosa imagem, com o fito de aplacar as tempestades, as chuvas e as epidemias. Foi, porém, em 1732, que a imagem foi transferida para a nova igreja, que se transformou no suntuoso santuário atual, a que desde então afluem peregrinações de todo Portugal, que se renovam todos os anos. Queremos crer que a devoção conhecedora, nos dias da juventude de Feliciano Mendes, uma intensidade ainda maior, resultante das festividades da transferência de 1732, motivo de sua repercussão no Brasil.

Em 12 de maio de 1757, o bispo exara despacho, mandando que seja ouvido o vigário de Congonhas, Pe. Jaime Pacheco de Araújo Vasconcelos. Onze dias depois, o pároco congonghense opina favoravelmente, declarando: "O que o Sup.<sup>e</sup> allega é vero: e tambem o é que a paragem onde quer collocar a Imagem é excellente, virá a ser de muita honra de Deus, consolação dos fieis e aproveitamento das almas, e o sobre dito Sup.<sup>e</sup> é um pobresinho de reconhecidas virtudes e de muito zello para as cousas e serviço de Deus, por cujos motivos o julgo muito digno de toda a graça que pretende" (61). Em vista dêsse parecer, lavra-se a provisão de 21 de junho, em que o antístite marianense marca o prazo de três anos para a conclusão da ermida do Senhor Bom Jesus e determina que o pároco de Congonhas a visite quando pronta.

Entusiasmado com a licença do bispo, Feliciano Mendes resolve dar asas ao seu grande fervor religioso. Retoma a sugestão da construção da ermida — explicitamente declarada na provisão episcopal — e não mais se contenta com a ereção do simples nicho ou capelinha, que inicialmente requerera (62). Mas, para tanto, faz-se mister coleta de fundos, que sòmente uma dedicação plena, total, pode obter: Feliciano Mendes decide fazer-se ermitão do Senhor Bom Jesus. E, com essa finalidade, dirige-se à Còrte, em Lisboa, ao rei Dom José I. Pela licença régia de 19 de dezembro, depois de autorizar a ereção da ermida, "por me pertencer a mim *insolidum (sic)* a conceção dessa licença e não ao Rv.<sup>mo</sup> Bispo que

(61) *In Revista do Arquivo Público Mineiro*, cit., pág. 23.

(62) "Quem tiver viajado por Minas — explica Monsenhor Júlio Engrácia — conhece o que é um nicho. É um pequeno templo suspenso ou a um poste ou a uma parede onde a devoção do fundador colocou seus Santos protetores. Ainda temos em Cidades e arraiais espécimes dessas fundações populares, de alta antiguidade. Ali se reuniam os devotos, para fazerem suas preces ao relento, ajoelhados na terra nua, às vèzes úmida, e tudo lhes ia bem animados como eram do fogo interno da fé!" (*Relação Cronológica*, cit., pág. 25).

não podia dar" (63) (assim "o rei sapeca o bispo" — na expressão pitoresca de Furtado de Menezes (64), um dos historiadores da Igreja Mineira), Dom José I permite a Feliciano que se torne ermitão da mesma ermida de Congonhas.

De posse da provisão real, Feliciano veste um hábito azul, de fazenda grosseira, cinge um cordão à cintura, toma o bordão de peregrino, pendura ao pescoço uma caixinha com a imagem do Senhor Bom Jesus, e sai a esmolar, em favor da construção de sua ermida, batendo de porta em porta. Porque êle é honesto e puro, o povo acredita em sua missão e começa a ajudá-lo. Escrupuloso no trato com o dinheiro do santo, o ex-minerador manda fazer um assento das esmolas obtidas no seu primeiro ano de peregrinação elemosinária, como um autêntico e ingênuo relatório de tudo o que acontece, desde o início de sua obra (65). Por êsse documento, fica-se sabendo que o ermitão começara com as suas 600 oitavas de ouro e que comprara logo um moleque para o ajudar nas suas andanças, empregando todo o restante na construção da Capela.

Feliciano manda fazer o risco da Capela por 3\$600 e lavra escritura pública de contrato com os mestres de obras pedreiro Antônio Rodrigues Falcato e carpinteiro Antônio Gonçalves Rosa. Atacam-se os serviços pela nave maior e se constróem casas para residência do pessoal das obras. Os serviços progridem rapidamente e, já em 23 de dezembro de 1769, o vigário Jácome (assina também Jaime) faz a visita oficial à Capela e a acha decente, com seus paramentos necessários para a celebração do Santo Sacrifício da Missa. O ermitão, em 1.º de fevereiro de 1760, requer licença para a celebração de missas aos

(63) *In R. A. P. M.*, cit., pág. 25.

(64) *Clero Mineiro*, cit., pág. 112.

(65) *V. R. A. P. M.*, cit., págs. 27 e 28.

domingos e dias santos; não obstante a oposição do vigário, que agora começa a achar que a concessão lhe perturba as funções paroquiais, o bispo defere o pedido. E assim começa a sua profícua vida religiosa a atual basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo.

Pelas contas que prestara, até 26 de março de 1761, Feliciano Mendes arrecadara 1.265 oitavas de ouro e despendera 1.293,5 oitavas, o que perfazia um déficit de 28,5 oitavas. Feliciano faz de tudo doação ao Senhor Bom Jesus, que representa a Igreja. Em visita oficial a Congonhas, o Dr. José dos Santos, Visitador diocesano, louva o zelo do ermitão, estabelece a devoção do têrço cantado em forma de procissão, ao redor da Capela, com o andor da SS. Virgem, carregado por pessoas revestidas de opas brancas. Manda ainda o Visitador que, nos dias de preceito dedicados à Virgem Maria, o Capelão leia em algum livro devoto algum prodígio da mesma Senhora, a todo o povo. Ainda hoje, essas práticas devotas se fazem em muitas localidades de Minas, motivo, talvez, da generalizada hiperdulia que reina ali, ao ponto de merecer de Augusto de Lima Júnior esta nítida afirmação: “tão numerosas são realmente as dedicações de templos e altares à Virgem Maria nesta bela terra de Minas, que podemos denominá-la terra de Nossa Senhora” (66).

Por outro lado, a devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos espalhava-se também, por tôda a Capitania. Erguiam-se nichos e capelas da mesma invocação nos mais diferentes recantos das Minas e, mesmo, das outras Capitánias. Repetia-se, a partir de 1760, o mesmo fenómeno que fôra dado ver na Europa, depois da Reforma, em tôda a parte, quando as promessas se faziam no sentido da edificação de reproduções da “Santa Casa” de

---

(66) *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956, pág. 12.

Loreto (67). Mas, também como na Europa, como acontecia no famoso santuário de Nossa Senhora de Loreto — que continuava a sede daquela devoção e romagem — a Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, mantinha a sua posição primaz e central do culto e das romarias do milagroso Padroeiro. Incansável, o ermitão Feliciano não afrouxava o zêlo na propagação de sua piedosa causa nem descuidava de continuar a esmolar fundos, para completar as obras de sua ermida. Ao fechar as contas, para prestá-las ao Visitador diocesano, em 30 de agosto de 1764, triplicara a arrecadação anterior, conseguindo obter 3.513 oitavas de ouro. “Percorrendo-se as verbas de entrada — assim avalia Monsenhor Júlio Engrácia a difusão do culto do Senhor Bom Jesus, de Congonhas — já se vê a propagação fervorosa da devoção do Senhor Bom Jesus, e os portentos que operava em benefício dos que O invocavam, pois vemos lançadas a cada passo verbas testamentárias; doações de casas; terras, escravos, e as esmolas chovendo dos extremos pontos de Minas, e ainda de outras Capitánias; afluência considerável de romeiros, e quantidade tal de cêra em velas que tiradas as do consumo, o Ermitão supria com o excedente as freguesias circunvizinhas” (68).

Diante do surto prodigioso de sua obra, o ermitão Feliciano Mendes deveria estar contente. Sua missão estava cumprida. E foi assim que, em 23 de setembro de 1765, fechava os olhos, depois de ter prestado ao Visitador Dr. Francisco Ribas da Silva suas últimas contas. O bom do eremita morreu em plena atividade, pois andava a esmolar no arraial de Antônio Pereira (69).

(67) V. o artigo “*Rélations médiévales de la Comté avec la Suisse à propos d'un pèlerinage*”, de H.-H. Vicaire, in *Éventail de l'Histoire Vivante*, Paris, Armand Colin, 1953, 2.º vol., pág. 187.

(68) Júlio Engrácia, *op. cit.*, pág. 32.

(69) Vem a propósito recordar que o arraial de Antônio Pereira também fôra fundado por um minerador de igual nome, que começara por

Seus sucessores, o ermitão Custódio Gonçalves de Vasconcelos, o fiel Inácio Gonçalves Pereira e o ermitão Vicente Freire de Andrade prosseguiram os trabalhos de Feliciano até os inícios do século seguinte. Deve-se a Custódio a conclusão das obras do corpo da igreja e das sacristias, e a construção da casa dos milagres. Por sua vez, Inácio Gonçalves Pereira mandou fazer o átrio, ornou a igreja, adquiriu vários objetos do culto, e conseguiu do papa Pio VI oito Breves concedendo favores extraordinários aos devotos do Senhor Bom Jesus, um dos quais, o sexto — por conceder indulgência plenária a quem fizesse uma novena de visitas e atos prescritos, uma vez por ano — deu princípio ao grande jubileu anual, a que acorrem, ainda em nossos dias, várias dezenas de milhares de romeiros de tôda a parte. Começa a 7 e termina a 14 de setembro, com a bênção apostólica do papa. Desde sua instituição, os jubileus do Senhor Bom Jesus tiveram a maior popularidade. “Os fundos dos sertões de Minas já corriam pressurosos ao Santuário — narra Monsenhor Júlio Engrácia (70) — e encontramos entradas de Irmãos de Minas Novas e sua presença cumprindo os deveres religiosos dos Jubileus (71). O fervor que os animava e os sacrifícios que faziam mede-se pela viagem, má, e cheia de perigos, que o era nessa época em que o latrocínio pelas estradas era levado a princípio de exploração industrial, e não de bandidos comuns”. “Demais a mais

---

edificar ali uma ermida em louvor de Nossa Senhora da Conceição, em 1703, a duas léguas de distância de Ouro Preto, em local “cavado pela natureza no flanco de uma montanha”. (V. Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, vol. II, págs. 369 a 372). Bernardo Guimarães (introdução de *O Ermitão de Muquem*) afirma erradamente que a padroeira da ermida é Nossa Senhora da Lapa.

(70) *Op. cit.*, pág. 48.

(71) Furtado de Menezes (*Clero Mineiro*, cit., pág. 115) é de parecer que a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos foi criada logo depois da publicação dos Breves pontifícios, em 3 de maio de 1780. De fato, partem daqui as primeiras referências a entradas de irmãos.

— fala agora o autor da *Relação Cronológica*, com verdadeiro entusiasmo sacerdotal — cresciam a fama e milagres do Senhor Bom Jesus; e a reunião ao redor do Santuário nos tempos dos Jubileus nos faz assistir ao espetáculo de uma idéia vencedora e triunfante, na fé em o glorioso Bom Jesus, que claramente tinha determinado assentar no alto do Maranhão, neste centro de Minas, seu pavilhão de glória” (72).

Com efeito, se Mariana era a cabeça da Igreja nas Minas Gerais, Congonhas do Campo tornara-se, sem dúvida, o seu coração. Ao serem publicados, no santuário, os Breves pontifícios, que concediam favores espirituais tão assinalados aos adoradores do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, naquele memorável dia da Invenção da Santa Cruz de 1780, os jubileus estabeleceram-se definitivamente, pela sua forma natural, e irresistível, das peregrinações. Nada mais agradável àquela gente semi-nômade das Gerais do que essas romarias, tão do gosto da nossa gente, que ainda não ancorou na terra. Se a peregrinação é inseparável da experiência religiosa, ela faz parte do nomadismo, como uma de suas manifestações mais características (73). Sob êsse aspecto, a gente mineira, tanto nos fins do século XVIII como hoje, não refoge a êsse gosto nômade das peregrinações, que continua a cultivar, em Matosinhos, em Bom Jesus da Lapa, no Caraça, em Aparecida do Norte. Em Congonhas, então, os fiéis chegavam de tôda a parte, com o coração contrito e as mãos cheias de dádivas, em peregrinações numerosas, animadas de um fervor que a Capitania até então desconhecera. O culto, em Congonhas, torna-se pleno de vida e movimento. O Capelão — o primeiro dêles foi o Pe. Joaquim José Nascentes, companheiro do ermitão Feliciano

(72) Júlio Engrácia, *op. cit.*, pág. 48.

(73) V. Maurice Vieyra, em seu ensaio “Les Pélerinages en Israël”, na obra *Les Pélerinages* (Paris, Éditions du Seuil, 1960, pág. 77).



Mendes — depois da criação dos Jubileus, é obrigado a valer-se da ajuda de outros sacerdotes, que ocorrem para a celebração de missas, para as confissões, e para as outras tarefas do ministério. “Não se depreende dos documentos — previne Monsenhor Engrácia (74) — a razão dêsse acréscimo, se aglomeração de serviços ou prebendas caridosas da administração. Setenta e sete alqueires de farinha gastos no correr do ano mostram o grande movimento do pessoal: sendo os diversos contratos feitos de empreitada e a sêco, o gasto prova que a despesa do interior da casa era grande”. É que a administração da ermida habitua-se, desde o princípio, a dar pousada aos peregrinos, adstrita que se sente a cumprir essa obra de misericórdia, tão grata ao coração hospitaleiro da gente mineira. Veremos mais tarde abertos aos romeiros os hospícios da Serra da Piedade e de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça. A pompa das cerimônias do altar exige a complementação das obras da igreja, de cantaria, de alvenaria, de grades de ferro, de rebocos, de carpintaria, de pintura (inclusive douraduras, e encarnações de imagens), etc. A administração não descuida, igualmente, dos guisamentos da igreja, paramentos, alfaias e ornamentos sagrados, que, por serem ricos e belos, vivem sempre emprestados a igrejas mais pobres (75). Assim, quando as multidões de fiéis começam a chegar ao santuário, nos primeiros dias de setembro, a Irmandade do Senhor Bom Jesus está preparada para realizar o grande Jubileu. Ela procura fazê-lo com todo o esplendor, que a fé pura dos muitos milhares de devotos advindos de inúmeros pontos do território brasileiro esmalta, derramados como um mar humano, pelas ladeiras do morro

(74) *Relação Cronológica*, cit., págs. 47 e 48.

(75) O abuso dos empréstimos de paramentos fôra denunciado pelo Vigário Jaime Coelho Pacheco de Araújo Vasconcelos como irregular. (*Relação Cronológica*, pág. 29).

do Maranhão. Não têm conta as confissões e as comunhões. Celebram-se muitas missas e cada peregrinação sertaneja promove a sua própria procissão e sua via-sacra em volta da Capela, no alto da colina, cantando também o têrço, à moda mineira. Assiste-se, nessas ocasiões, às mais estranhas modalidades de penitências, austeras tôdas, mas algumas cruéis e até medonhas. Tal a gratidão, tal a contrição dos devotos do Senhor do Sepulcro que, sentindo-se beneficiados pelos seus milagres, irão, além dos óbolos generosos oferecidos, atulhar a Casa dos Milagres de figuras de cêra, representando membros ou órgãos curados, de ex-votos de agradecimento, de “grafitti” ingênuos, figurando cenas de milagres impossíveis, em impressionante relembração surrealista.

O poeta Alphonsus de Guimaraens sentiu bem aquela atmosfera de devoção popular:

Quando o Jubileu se aproxima,  
Ai!... quanta gente sobe o morro...  
Tão longe... mas quem desanima,  
Se Ele é o Senhor do Bom Socorro!

Velhas de oitenta anos contados  
Querem vê-lo no seu altar.  
Braços abertos, mas pregados  
Que nos não, podem abraçar.

Entrevados de muitos anos,  
Vão de rastros pelos caminhos  
Olhar os olhos tão humanos  
De Bom Jesus de Matosinhos.

Saem dos leitos, como de essas,  
Espectros cheios de esperança,  
E vão cumprir loucas promessas,  
Pois de esperar a fé não cansa.

Vinde, leprosos do grande êrmo,  
Almas que estais dentro de lodos:  
Que o Bom Jesus recebe a todos,  
Ou seja o são ou seja o enfêrmo.

Almas sem rumo como as vagas,  
 Vinde rezar, vinde rezar!  
 Se Êle também tem tantas chagas  
 Como não há de vos curar?

Direis talvez: "Chegar lá em cima...  
 Antes de lá chegar eu morro!  
 Tão longe..." Mas quem desanima  
 Se Êle é o Senhor do Bom Socorro! (76)

Congonhas do Campo muda a face da religião, nas Minas Gerais, no último quartel do século do ouro. Não prevalecem os prejuízos que as aglomerações de povo trazem ao santuário, a ponto do Bispo Dom Frei Cipriano de São José, gordo homem de gabinete e, assim, pouco afeiçoado às romarias, afirmar "que a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que igreja de fiéis" (77). Sempre houve abusos em aglomerações desse gênero e nenhuma medida coercitiva logou extirpá-los, desde as romarias chinesas aos montes Ya-Ki e Tien-tai,

---

(76) *Poesias*, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1955, 2 vols., 1.º vol., págs. 72-73. — Nos últimos anos do século passado, o cronista João do Rio esteve no jubileu do Senhor Bom Jesus de Congonhas e sentiu o mesmo clima de exaltação religiosa dos tempos setecentistas. Anota suas impressões no livro *Os Dias Passam* (Pôrto, Chardron, 1912). Observando a diversidade social dosromeiros, viu gente humilde que vinha "até de Goiás e do sertão da Bahia" (pág. 119); assim como viu o Presidente Crispim Jacques Bias Fortes, que cumpria a devoção de vir todos os anos a Congonhas. Naquele ano, o Presidente de Minas "vinha a cavalo e a mãe cumpriu promessa e veio a pé, quase morrendo" (pág. 121). João do Rio, estragado pela influência da estética *fin de siècle* européia, dá seus palpites sobre os Profetas do adro e os Passos, do Aleijadinho: "As estátuas são detestáveis, olhando o povaréu com o olhar zangado, por cima de um nariz enorme" (pág. 128). Depois de andar os sete Passos, exclama: "Basta!... é feio demais!" (pág. 139). Encanta-se, no entanto, com os anéis de ouro e correntes legítimas de Sabará, e também com os artefactos de ouro de Diamantina, "tão parecidos com os do Pôrto e os de Portugal antigo" (pág. 130). Pena que essa nobre ourivesaria mineira tenha deixado de dar suas notícias.

(77) Carta ao Governador Bernardo José de Lorena, in *Arquidiocese de Mariana*, cit., pág. 168.

há três mil e setecentos anos (78). O que vale é a fé pura dos fiéis devotos, aquela fé robusta que transporta montanhas — no dizer expressivo do Apóstolo São Paulo (79) — fé que, como outrora, nos tempos taumaturgicos de Jesus, agora curava a tantos daqueles peregrinos, que subiam ao morro sagrado do Maranhão.

A devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos consegue o prodígio de avivar a fé religiosa a um fervor como jamais se vira em Minas. Se os Recolhimentos de Macaúbas e da Chapada representam uma nova posição intentada por comunidades cenobíticas no sentido da criação das primeiras escolas que existiram na Capitania, o santuário de Congonhas reserva-se o papel de foco irradiador de intensa piedade popular, que, através da peregrinação, da esmola e das práticas devocionais, irá acender outros lares fervorosos da vida religiosa mineira, como, por exemplo, o da ermida da Serra da Piedade, erguida a cavaleiro da Vila Nova da Rainha (hoje Caeté).

Correm muitas lendas sôbre a fundação religiosa da Serra da Piedade. Algumas disparatadas, como aquela que atribui a origem da capela a um dos assassinos da inditosa Inês de Castro, fugido que viera da perseguição implacável do rei Pedro, o Cruel, o qual, rilhando o seu ódio, faria que chegasse, mesmo até aqui, além Oceano e antes da façanha de Pedro Álvares Cabral cento e cinquenta anos, a ameaça inaudita de sua vingança, aos calcanhares do sicário e seus comparsas.

Outra tradição desrazoada é aquela que recorda a vinda para o Brasil dos portugueses Antônio da Silva Bracarena e Lourenço de Nossa Senhora (ou que outro nome então tivesse), foragidos da manopla despótica do

---

(78) V. *Les Pélerinages*, cit., ensaio de Kristofer Schipper: "Les Pélerinages en Chine", pág. 307.

(79) ... "et si habuero omnem fidem ita ut montem transferam"... — São Paulo, *I Coríntios*, cap. XIII, ver. 2.

Marquês de Pombal. Agradecidos à proteção de Nossa Senhora, por terem chegado sãos e salvos, vieram dar na Vila Nova da Rainha do Caeté e deliberaram erguer um templo à Virgem nas alturas da Serra que dominava a localidade. Aí os dois amigos se desavieram, por motivo do local onde alevantariam a capela, porque, enquanto Bracarena opinava pelo cimo da Serra, Lourenço preferia um lugar chamado Cavalhada. Então, os dois homiziados se separaram, indo Lourenço para a Serra do Caraça e ficando na da Piedade Bracarena. Dessarte, se deveria a Antônio da Silva Bracarena o templo erigido e bem assim a imagem do mesmo título que ali se venera, que o devoto português fizera vir do Pôrto; e ao Irmão Lourenço a primitiva ermida da Serra do Caraça, onde este se acolhera (80).

O mineiro pode ser — como dizia Carlos de Laet — “sisudo e grave em tudo”. De fato, a gente das Minas é reservada, em geral, o que, na opinião do Sr. Alceu Amoroso Lima, corresponde a sentimento profundo e vida interior intensa. Mas, todos os mineiros “são contadores de histórias” — acrescenta o ensaísta de *Voz de Minas*, com benevolência — “geralmente de histórias *verdadeiras*” (81). Acontece, porém, que o ambiente das Alterosas, com sua “feição alpestre, heróico-romântica”, vai avezando o povo a completar, do seu rico mundo interior, com devaneios de mistério entremeado de misticismo, essas histórias verdadeiras, que se transmudam, às vezes, em “causos” de folclore. Quer parecer-nos um “causo” dêses a lenda, aliás formosa, dos homiziados Bracarena e Lourenço.

Na verdade, ao abrir o Vigário Antônio Meireles Rabelo Pereira, em 13 de abril de 1784, o testamento de

---

(80) *Sítios e Personagens*, cit., pág. 34.

(81) *Voz de Minas*, Rio de Janeiro, Agir, 1946, 2.<sup>a</sup> edição, pág. 28.

Antônio da Silva Bracarena, não se viu nêle, nem nas entrelinhas, algo relacionado com a perseguição pombalina, nem qualquer indício de ascendência nobre. Mas, lá estavam, sem qualquer dúvida, sua filiação, e os nomes de sua falecida espôsa, Maria da Conceição, de sua filha, Ana Maria, casada, ao tempo do testamento, com um tal Manuel Rosa. E — isto até certo ponto destoava da lenda do banimento — Bracarena manifestava desejo de regressar ao Reino (82).

O de que não parece restar dúvida é o fato de ser o mesmo Bracarena o instituidor do eremitério da Serra da Piedade, assim como o doador da imagem do mesmo título, que fizera vir do Pôrto: . . . “firmando-nos do testemunho do venerando padre José Gonçalves — dirime a dúvida Dom Joaquim Silvério de Souza, em *Sítios e Personagens* (83) — que tinha de idade treze anos quando faleceu o Bracarena, conhecera-o e praticara com coevos do benemérito português, como soía nos dizer o inesquecível missionário padre João de Santo Antônio, registramos a tradição, que nos pareceu digna de fé”. Também parece certo que o marido de Maria da Conceição estêve retirado nos cimos da serra, como ermitão, alojado com outros companheiros nas celas que construira, junto da capela. Terceiro da Ordem Carmelita, Bracarena deixou “como esmola para as obras da capela” da Serra da Piedade “o que sobejasse de sua têrça”. Serão essas obras os mesmos edifícios, habitados por eremitas da montanha e dando agasalho aos peregrinos, que Saint-Hilaire irá visitar, em 1818, anotando: . . . “tôdas essas construções são de pedra e datam de quarenta anos atrás” (84).

---

(82) Dom Joaquim Silvério de Souza, *op. cit.*, págs. 34 e 35.

(83) *Cit.*, pág. 34.

(84) *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, *cit.*, pág. 115.

Todavia, não se pode precisar com cabal certeza a data exata da construção da ermida. O único elemento que faz alguma luz é o sino da igreja, em que se lê a inscrição do ano de 1770. Como o sino de uma igreja é, via de regra, o coroamento da construção dela, pode-se aventar a hipótese de que o templo foi sendo levantado nos anos que antecederam aquela data. Antônio Olinto dos Santos Pires, em sua monografia *Serra da Piedade*, escrita em 1902, relata que “a tradição das romarias, que ali são feitas, remonta a mais de cento e quarenta anos” (85), o que vale dizer que, ainda antes da conclusão da ermida, a devoção popular já escolhera a Piedade para alvo de suas peregrinações. Aliás, é o que dá a entender o ilustre professor e cientista mineiro, ao asseverar que Bracarena e Lourenço ao chegarem às Minas, “ouviram a lenda da Muda da Penha, que estava muito viva na zona circunvizinha de Sabará e Caeté” (86). E explica a história do que teria acontecido no alto da Serra: “Foi uma menina, filha de piedosa família e muda de nascença, que tendo visto no alto da Serra da Piedade aparecer a Virgem Santíssima com Jesus nos braços, teve uma emoção tão forte que começou imediatamente a falar, narrando o estupendo sucesso a todos que a ouviam com espanto. A visão apareceu à menina mais vêzes e ela ficou completamente curada do mal que a ferira desde o berço” (87). E, em seguida, a reação de Bracarena: “Ouvindo êsse caso e percorrendo o belo sítio que tinha sido teatro de tão extraordinário acontecimento, Bracarena propôs ao seu amigo (Lourenço) que a planejada ermida fôsse construída no pico da Piedade” (88). E, sozinho — porque a tradição afirma que Lourenço partiu

---

(85) *In R. A. P. M.*, ano VII, pág. 820.

(86) *Idem, ibidem.*

(87) *Idem, ibidem.*

(88) *Idem, ibidem.*

para o Caraça — Antônio da Silva Bracarena ergueu, em pedra e cal, sem ornatos arquitetônicos, mas sólida e resistente, a ermida que ali ainda se encontra. Fêz-se ermitão de sua capela, aceitou companheiros eremícolas, deu prossecução às peregrinações e tornou a Serra da Piedade um dos grandes centros religiosos das Minas Gerais. “Vestidos com o hábito de penitência de São Francisco — assim descreve o falecido arcebispo de Diamantina a vida dos companheiros de Bracarena (89) — êsses cenobitas brasileiros, seqüestrados do tumultuar do mundo, faziam reviver as angélicas virtudes dos solitários da Tebaida e do Egito, e com esmolas mendigadas de porta em porta reparavam os estragos, com que os anos e temporais iam maltratando o edifício sagrado”.

Reparação material, mas espiritual principalmente, pois a vida penitente, piedosa e pobre que levavam os solitários da Serra da Piedade deve ter comovido profundamente as gentes de costumes fáceis da época (90). Ainda

---

(89) *Op. cit.*, págs. 40 e 41.

(90) Principalmente depois que foi acolher-se no eremitério da Serra a famosa Irmã Germana, nos primeiros anos do século XIX. Atacada inicialmente de um mal que os médicos de então não conheceram, somente piorou com os tratamentos ministrados e acabou não podendo deixar mais o leito. Sempre fôra de costumes puros e irrepreensíveis e, durante sua moléstia, sua piedade aumentou cada vez mais, a ponto de jejuar completamente nas sextas-feiras e nos sábados. “Para satisfazer sua devoção pela Virgem — conta A. de Saint-Hilaire, impressionado pela jovem, a quem visitou duas vêzes no alto da Serra e a quem dedicou mais de seis páginas, na *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* (págs. 117 a 123), noticiando até erradamente a sua morte (pág. 123, *infra*) — ela se fêz transportar à Serra da Piedade e obteve permissão de morar nesse asilo. Lá, meditando um dia sobre os mistérios da Paixão, ela entrou numa espécie de êxtase; seus braços endureceram e estenderam-se em forma de cruz; seus pés cruzaram-se igualmente e ela se manteve nessa atitude durante 48 horas. “À época de minha viagem — prossegue o naturalista — havia quatro anos que êsse fenômeno se dera pela primeira vez e daí por diante êle se repetira semanalmente. A Irmã Germana tomava essa atitude extática na noite de quinta para sexta-feira, conservando-se assim até à noite de sábado para domingo, sem fazer um movimento, sem proferir uma palavra, sem tomar qualquer alimento. Os rumores dêsse



muitos anos depois da morte de Bracarena, o padre José Gonçalves — sucessor de seu legado espiritual — manteve o fervor das primeiras romagens, provendo exercícios espirituais, a que concorriam devotos de tôda a Capitania: “De longes terras acudia o povo — conta o antigo Bispo de Bagis (91) — arraiais e cidades circunvizinhas abalavam-se e, deixados os negócios, desertas as casas, iam habitar por alguns dias as assomadas da Serra; acanhado era o templo para conter o povo, e já transbordava fora ondeando pela esplanada exterior e declives da Serra. Brillhantes conversões se anunciaram desde logo, e muitas foram as pessoas de desordenado viver que, lançando-se aos pés de tão irresistível adversário do vício, lhe segredaram aos ouvidos torpes mazelas que na consciência abafavam anos e anos. Pecadores encanecidos no mal afogavam em lágrimas de sincera compunção culpas inveteradas, e, reacendendo-se o lampadário da fé havia tantos anos extinto, não disfarçavam o contentamento que lhes trazia o alvorecer da paz reconquistada”. Esse florescimento espiritual haveria de permanecer enquanto foi vivo o padre José Gonçalves, até meados do século passado.

Se a obra cenobítica do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça, primeiro sob a direção do Irmão Lourenço, na fôrça da sua idade (como vamos ver em próximos capítulos), e depois com os Padres Lazaristas, que lhe mudam a denominação e o espírito,

---

fenômeno espalharam-se logo pelos arredores; milhares de pessoas, de tôdas as classes, testemunharam-no; acreditou-se no milagre; a Irmã Germana foi proclamada santa” (págs. 118 e 119).

O cientista francês entrevistou-se com o Pe. José Gonçalves, diretor espiritual da enferma, que disse palavras mui sensatas sôbre o caso de Germana. Martius refere-se à Piedade, como um “hospício que tinha fama de milagroso, por ser habitação de certa mulher (Germana), tida em conta de santa na região” (*Viagem pelo Brasil*, trad. de D. Lúcia Furquim Lahmeyer, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 2.º vol., págs. 88 e 89).

(91) *Sítios e Personagens*, cit., pág. 98.

atinge elevado nível religioso, deve-o, com certeza, ao profícuo trabalho de todos os eremitas mineiros, que se sucederam uns após outros, no decorrer de todo o século do ouro. Devotados à nobre causa da conversão dos pecadores das Minas Gerais, êles próprios se fizeram antes penitentes e santos, revestindo-se das virtudes inusitadas do desapêgo dos bens do mundo, da mansidão, da castidade e da justiça, para assim conseguirem abrandar os duros corações dos aventureiros do ouro. Mantiveram luta permanente de sua liberdade moral contra as servidões da carne, do mundo e do demônio, mobilizando um esforço constante da vontade à conquista daquelas difíceis virtudes cristãs.

A Igreja não canonizou nenhum dos eremitas mineiros do século XVIII. Pena que isso tenha acontecido, em virtude do pouco interêsse de tanta gente em preparar a causa da beatificação de alguns daqueles heróis humildes da fé católica, em terras das Minas Gerais. Mas, o consôlo de muitos filhos dessa robusta fé montanhesa é que essas figuras venerandas avultam, em nossa história, de tal forma que nada ficam a dever aos seus prógonos santificados do Velho Mundo, em virtude e edificação.

## CAPÍTULO VI

### *A Serra do Caraça*

*É a montanha dos porfiosos granitos,  
é a montanha das vigílias e do sono propiciatório,  
a montanha viva.*

HENRIQUETA LISBOA (*Montanha Viva, As Provações*)

QUANDO a Serra da Mantiqueira fecha a sua cadeia nos últimos contrafortes do Ouro Branco, no centro do Estado de Minas Gerais, principia a Serra do Espinhaço (1), também chamada Serra Geral ou de Minas. Dir-se-ia que há, naquela apresentação sucessiva dos maços montanhosos do planalto brasileiro, um fantástico revezamento.

Nos princípios do século passado, quando o Barão de Eschwege estudou a cordilheira, viu que ela se assemelhava à coluna dorsal de um grande vertebrado, estendida diretamente do sul para o norte, até para muito além das lindes da Bahia. Foi por isso que deu o nome aumentativo de "Espinhaço" ao majestoso universo orográfico mineiro, como se a poderosa cadeia, à guisa da árvore lendária da tradição baniane, sustivesse todo o mundo circunstante.

O sistema do Espinhaço, em seu caminho para o setentrião, vai assumindo os topônimos dos lugares por onde se vai estendendo. Assim, as montanhas ocidentais

---

(1) V. Alvaro Astolfo da Silveira, *Geografia do Estado de Minas, Belo Horizonte, Oliveira, Costa & Cia., 1929, págs. 21 e 22.*

que dominam a antiga Capital de Minas passam a chamar-se Serra do Ouro Preto. Também as do Batatal, do Capanema, do Ouro Fino, do Gongo Sôco, do Garimpo, da Mutuca, do Cipó, e a da Pedra Redonda, ao pé da qual manam as nascentes do caudaloso Jequitinhonha.

Um dos contrafortes da coluna vertebral do Espinhaço, a Serra do Caraça não se alonga como uma costela de pedra, mas se encurva num círculo quase perfeito, "com doze ou mais léguas de circuito, na sua base, e escarpada em redondo" — conforme a descreve o velho corógrafo Aires de Casal (2). É, pois, o Caraça uma das maiores eminências da Serra Geral. É mesmo o cabeço mais alto de sua linha dorsal, estando entre as culminâncias de todo o sistema orográfico do Brasil.

Sobrelevam-se, do maciço, os picos do Sol e da Carapuça, tão altaneiros, que freqüentemente os cobrem as nuvens do alto céu da região: o primeiro atinge 2.102 metros de altitude, como ponto mais elevado de todo o sistema (Comissão Geográfica de Minas Gerais) (3), e o segundo alcança 1.955 metros, segundo a medição do cientista francês Emanuel Liais (4). Dessas alturas, a vista é deslumbrante e os horizontes se perdem nas brumas do distante indefinido. Avistam-se, porém, com nitidez, os acidentes geográficos dos cem quilômetros em volta: ao norte, o impressionante liame das vértebras setentrionais do Espinhaço; a noroeste, o cume da Serra

---

(2) *Corografia Brasílica*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro (fac-símile da edição de 1817), 1945, 2 tomos, vol. I, pág. 365.

(3) V. Nelson de Sena, *A Terra Mineira (Corografia do Estado de Minas Gerais)*, Rio de Janeiro, Pimenta de Melo, 1923, pág. 22. O Pe. Arcádio Dhome, C. M., que mediu o Pico do Sol, em 1890, dá-lhe 2.000 m, que Alvaro A. da Silveira referenda em seu trabalho "Na Região do Caraça" (*in R. A. P. M.*, ano XI, págs. 619 e 622).

(4) *Apud* Alvaro A. da Silveira, *op. cit.*, *loc. cit.* e Nelson de Sena, *op. cit.*, pág. 23.

da Piedade, e, mais além, o espelho de prata da Lagoa Santa; a leste, as serras menores que abrem permeio para os Rios Piracicaba e Santa Bárbara se confluírem nas águas avolumadas do Rio Doce; a oeste, o Rio das Velhas e o seu vale e, sucessivamente num segundo e terceiro planos, a Serra do Curral del Rei (Belo Horizonte) e o vale do Rio Paraopeba; e ao sudeste, os dois matacões característicos do Itacolomi e o declive sombrio por que corre o Ribeirão do Carmo.

Por sua vez, a vista da Serra do Caraça das montanhas vizinhas é verdadeiramente imponente. Observando-a das elevações do Gongo Sôco, em sua viagem científica a Minas Gerais, o naturalista inglês Charles Bunbury (5) mostrou-se particularmente impressionado com a mole caracense, cuja crista rochosa e nua mal se deixava perceber por entre espessas massas de nuvens. Na opinião do viajante, era a Serra a única coisa que conseguia quebrar a monotonia da região e sua conformação se assemelhava bastante às montanhas do norte do País de Gales (6). Forma um imenso anfiteatro alongado, em cuja entrada, ao norte, fica o velho Colégio, que dista uns seis quilômetros do fundo. De um lado, à esquerda, elevam-se os morros da Trindade, assim chamados porque se dispõem em três picos, e da Conceição; na direção do sul, vêem-se as Serras da Olaria e da Canjerana, que olham, através do desfiladeiro da Bocaina, a "caraça" da Serra do Inficionado, ao lado da Verruguinha; agora, à direita, a Serra do Inficionado compõe o pedestal para o morro do Sol e, já a nordeste, fechando os horizontes do norte, a Serra da Carapuça completa o círculo do anfiteatro. Esse anfiteatro mede, no meio, uns quatro quilômetros de largura, e o terreno entre as serras apre-

(5) "Narrativa de Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais", in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LXII, 1942, pág. 102.

(6) *Idem, ibidem*, pág. 101.

que dominam a antiga Capital de Minas passam a chamar-se Serra do Ouro Prêto. Também as do Batatal, do Capanema, do Ouro Fino, do Gongo Sôco, do Garimpo, da Mutuca, do Cipó, e a da Pedra Redonda, ao pé da qual manam as nascentes do caudaloso Jequitinhonha.

Um dos contrafortes da coluna vertebral do Espinhaço, a Serra do Caraça não se alonga como uma costela de pedra, mas se encurva num círculo quase perfeito, “com doze ou mais léguas de circuito, na sua base, e escarpada em redondo” — conforme a descreve o velho corógrafo Aires de Casal (2). É, pois, o Caraça uma das maiores eminências da Serra Geral. É mesmo o cabeça mais alto de sua linha dorsal, estando entre as culminâncias de todo o sistema orográfico do Brasil.

Sobrelevam-se, do maciço, os picos do Sol e da Carapuça, tão altaneiros, que freqüentemente os cobrem as nuvens do alto céu da região: o primeiro atinge 2.102 metros de altitude, como ponto mais elevado de todo o sistema (Comissão Geográfica de Minas Gerais) (3), e o segundo alcança 1.955 metros, segundo a medição do cientista francês Emanuel Liais (4). Dessas alturas, a vista é deslumbrante e os horizontes se perdem nas brumas do distante indefinido. Avistam-se, porém, com nitidez, os acidentes geográficos dos cem quilômetros em volta: ao norte, o impressionante liame das vértebras setentrionais do Espinhaço; a noroeste, o cume da Serra

---

(2) *Corografia Brasílica*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro (fac-símile da edição de 1817), 1945, 2 tomos, vol. I, pág. 365.

(3) V. Nelson de Sena, *A Terra Mineira (Corografia do Estado de Minas Gerais)*, Rio de Janeiro, Pimenta de Melo, 1923, pág. 22. O Pe. Arcádio Dhome, C. M., que mediu o Pico do Sol, em 1890, dá-lhe 2.000 m, que Álvaro A. da Silveira referenda em seu trabalho “Na Região do Caraça” (*in R. A. P. M.*, ano XI, págs. 619 e 622).

(4) *Apud* Álvaro A. da Silveira, *op. cit.*, *loc. cit.* e Nelson de Sena, *op. cit.*, pág. 23.

da Silveira, a Serra é constituída, em parte, de xisto argiloso, em parte de itabirito, ocupando êste último sòmente a vertente do leste (10). As serras do complexo orogênico são coroadas de grês ou de quartzito, quase sempre esbranquiçado: daí a côr gris de todo o maciço. A idade de suas rochas, pois, remontaria à mais antiga das eras geológicas, à primária. Teria sido, contudo, na era terciária que irromperam do platô central as cadeias da Mantiqueira e da Serra do Espinhaço e vários outros pontos do solo de Minas: são as belas montanhas que hoje emergem dos verdes "campos gerais", que os "geralistas" pioneiros do século I da colonização mineira preferiram para suas criações de gado e o trato pacífico da gleba. Como falésias empinadas a dominar os verdes mares das pastagens, essas montanhas mineiras se elevam dos plainos ocidentais, como que compondo um grande arquipélago no planalto central. Suas costas alcantiladas — e as do Caraça são típicos do sistema — estão a desafiar, por milhões de anos, as agressões do tempo, os ataques incansáveis da erosão, que têm como instrumentos eficazes o sol, o vento e a chuva — o calor e o frio (11). Por mais duras que sejam, as rochas não podem resistir às oscilações do clima e ao impacto dos elementos meteorológicos. Principalmente aqui no trópico, onde, à implacável persuasão da soalheira incandescente dos longos dias de verão, segue-se a violência dos "torós" diluvianos,

---

(10) V. "Na Região do Caraça", cit., pág. 616. V. igualmente o Dr. Henri Gorceix, em sua conferência "Riquezas Naturais da Província de Minas", pronunciada no dia 31 de março de 1881, em Ouro Preto, perante o Imperador D. Pedro II, em que o ilustre cientista estuda a natureza das rochas de Minas Gerais. (*In R. A. P. M.*, XVIII, págs. 19 a 32).

(11) As grutas do Caraça, algumas de impressionante beleza, resultam dêsse trabalho múltiplo dos elementos da erosão. São elas as Grutas da Independência ou do Centenário, de Lourdes e do Padre Caio. O cientista Álvaro A. da Silveira, porém, é de parecer que a Gruta do Padre Caio foi formada ao mesmo tempo pela erosão e por um movimento tectônico muito forte. ("Na Região do Caraça", cit., págs. 620-621).

como se tôdas as comportas do céu se abrissem sôbre a terra: ao sol, que esquentava e dilata as superfícies, segue-se a chuva que esfria e contrai. As superfícies mais expostas das rochas como se aquecem e resfriam duas vêzes mais depressa do que as camadas mais profundas, estalam, trincam, racham-se, separam-se, desagregam-se. Desde as menores taliscas até os grandes matacões, como aquêles que Martius viu atravancando perigosamente a vereda da Serra do Inficionado, à borda do vertiginoso paredão oriental (12). Essa vereda, no entanto, o velho desfila-deiro, que abriu, talvez, o primeiro acesso à bacia interna do Caraça, deve ter sido resultado dos movimentos sísmicos da era terciária, a que aludimos.

E por êle talvez tenham penetrado no anfiteatro interno do maciço montanhoso os primeiros exploradores, inaugurando o Caraça na história. Com efeito, o Caraça aparece pela primeira vez, em 1700, quando o Pe. Felipe de Siqueira Távora recebe a sua sesmaria e os mineradores Domingos Borges, Antônio e Francisco Bueno, e mais os seus irmãos, vêm catar ouro nas encostas da Serra (13). Cinco anos depois, em 1708, em plena Guerra dos Emboabas, o bandeirante Bento Godói Rodrigues, ou fugindo aos bandos de Manuel Nunes Viana, que demorava nas vizinhanças de Catas Altas, ou procurando ouro nas imediações, costeia as altaneiras serranias da-quele arraial e depois sobe até o Caraça, onde encontra, em dia e meio de trabalho, arrôba e meia de ouro (14). Alguns anos depois, em 11 de setembro de 1711, o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho assina uma Carta de Sesmaria em favor do Coronel João

---

(12) *Viagem pelo Brasil*, cit., I, pág. 374.

(13) V. Antônio Olinto dos Santos Pires, "Mineração-Riquezas Minerais", in *R. A. P. M.*, VIII, 3.º e 4.º, pág. 933.

(14) Fra Nigra (pseudônimo do Pe. Francisco Silva, C. M.), *Contos Caracenses* — "Lendas do Ouro". (In *R. A. P. M.*, XII, pág. 266).



Raposo Bocarro, e é nesse documento que surgem as primeiras referências ao lugar (15).

Entretanto, já em 1716 há um arraial na bacia interna do Caraça. É o que testemunha o *Códice 541* (Auto n.º 19.594 — Ações Civis. Cartório do 2.º Ofício de Mariana — Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), até agora inédito (16), nos termos dos dois documentos seguintes: “Diz o Cap. Domingos Nunes da Fonseca morador no Passa dez desta Villa que pelo credito junto se lhe obrigou Joseph Gonzs. Lima a pagar cento e quarenta outtavas de ouro em pó, por o supp.te fazer hum caminho ao Inficionado p.a o Caraça, o qual tem elle supp.te feito, e acabado perfeitamente; e porque lhe não satisfaz a dita quantia o quer fazer citar p.a na primeira audiência deste juizo vir reconhecer o seu signal, e obrigação p.a então lhe serem assignados os dez dias da Ley para nelles allegar e provar o supp.do paga ou quitação, ou o que da condenação o reteve. P. vista”. O segundo documento reza: “Devo que pagarei ao Capm. Dom.os Nunes da Afonseca (17) cento e corenta oytavas de ouro, do resto de hum caminho, que mandou fazer o povo do Inficionado p.a o Caraça por lhe ser conveniente a Condução dos mantimentos p.a o mesmo Arraial a qual quantia das cento e corenta oytavas pagarey como

---

(15) *R. A. P. M.*, XXI, págs. 308-9, rezando assim: ...“Comprimento, a saber a pedra que toca como sino, as cachoeiras, caminho e encruzilhada que vai para o Caraça” (grifo nosso). E mais adiante: ...“os quais, dois sítios, têm por termo e divisa a estrada que vai para o Caraça e Santa Bárbara”. Os textos abrem a perspectiva de já haver ligação nesse tempo entre Santa Bárbara e o Caraça.

(16) Chegamos a Mariana no dia em que o jornal oficial da Arquidiocese, *O Arquidiocesano* (edição de 2 de julho de 1961), dava a público esse Códice. No dia 4 do mesmo ano, por gentileza do prestimoso marianense, Sr. Antônio Ferreira de Moraes, grande conhecedor da história antiga de Minas, tínhamos à mão a mesma cópia do documento.

(17) O Capitão Domingos Nunes da Fonseca deverá ser o mesmo Domingos da Afonseca que, em 1715, recebe a sua sesmaria. (V. *Livro 80*, pág. 89, do Arquivo Público Mineiro).

divida propria, tendome o d.º Camp. Dom.os Nunes acabado o caminho, e pagarey a elle d.º ou qm, este me mostrar e por verdade lhe passey este por mim assignado: Inficionado a 17 de Mayo de 1716. Joseph Gonzs. Lima” (18). É de crer que êsse arraial tivesse sido fundado pelo próprio descobridor dos ouros do Caraça, o minerador paulista Bento Godói Rodrigues, acima citado; depois de esgotada a aluvião aurífera encontrada, o bandeirante se transferira para a povoação que demorava às margens do Gualacho do Norte, fundada em 1718 e que acabou por adotar-lhe o nome até os dias de hoje (19).

Tudo leva também a crer que o arraial do Caraça teria tido existência efêmera, tão efêmera como o surto do ouro nêle achado. Tal como o ouro das águas, os homens chegaram, demoraram-se em arraial (isto é, aquêles acampamentos provisórios de casinholas de pau a pique e sopapo, cobertas de palma ou capim) o tempo suficiente para catarem a rápida fortuna e lá se foram, como as areias, em busca de outros alúvios. Então, o velho arraial ficou tapera, vítima das intempéries, e logo desapareceu. É a explicação que ocorre, diante do fato de ter caído sôbre êle essa pesada cortina de um silêncio duas vêzes secular, só agora desvendada por esta revelação encontrada nos arquivos de Mariana. Parece que a única prova dêsse aglomerado humano na bacia da Serra do Caraça na fase do *rush* seriam as ruínas de gigantesca muralha de pedra, que teria servido de aqueduto para conduzir água a uma lavra distante, no lugar denominado Andaime, no caminho de Catas Altas, não muito longe

---

(18) Documento n.º 2, do *Códice 541* (Auto n.º 19.594 — Ações Civis. Cartório do 2.º Ofício de Mariana — Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional daquela cidade).

(19) Cônego Raimundo Trindade, *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*, na Revista *Sphan*, Publicação n.º 13, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1945, pág. 56.

do atual Colégio (20). Entretanto, a antiga crônica do Arquivo do Caraça que dá notícia daqueles solitários faiscadores, remanescentes, João Gonçalves o Velho e seu sogro, lá encontrados pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora "tirando ouro do Rio", os quais vivem em seu rancho solitário, não faz alusão a quaisquer outros mora-

---

(20) Pe. Francisco Silva, *Biografia do Irmão Lourenço de Nossa Senhora*, in *R. A. P. M.*, IX, fascs. 3.º e 4.º, pág. 743. — O mesmo Pe. Silva, agora em seu outro trabalho *Contos Caracenses*, narra a seguinte história, baseada num roteiro do paulista Bento Godói Rodrigues, que chegou a ser publicado na imprensa paulista, em fins do século passado: "O fato é que nesse ano (1708) vinha êle (Bento Rodrigues) com sua comitiva composta de um trôço de índios carijós do descoberto de Santa Bárbara para o de Catas Altas com intenção de passar pelo descoberto do Carmo e ganhar a estrada que marcava o itinerário de seus patrícios na primeira entrada em Minas. Soube porém aí que as estradas estavam tomadas e que os Paulistas não podiam passar. Mudou de rumo; costeou as altas serras de Catas Altas e foi subindo até o Caraça. Atravessou sete córregos. Chegou aos três peões, tomou pelo do meio, vertente do Sumidouro que chamam ribeirão de Santa Bárbara, continuou a subir até uma restinga de mato, mandou fazer alto à sua gente, e como não houvesse nascente no lugar, mandou cavar para haver água. Os índios nesse trabalho descobriram cascalho aurífero que, provado, anunciou a presença de muito ouro. Falharam dia e meio no lugar. Cavaram nôvo poço para lavar o cascalho, e o ouro que apuraram, guardaram em dois sacos de couro. Como pareceu abundante a colheita, não quis o aventureiro paulista que ficasse sem uma marca, para que mais tarde êle ou os seus descendentes pudessem se aproveitar de tanta riqueza. Mandou que se enterrassem nos buracos duas alavancas e três almofarizes [ou almocafres?]. Seguiu viagem para Cachocira do Campo e foi até Borda do Campo, onde soube do que se tinha passado em fevereiro com seus patrícios no Rio das Mortes. Temendo que lhe sucedesse o mesmo, tomou a estrada do Rio onde chegou depois de cinco longos meses de penosíssima viagem. Aí pesou o ouro tirado do Caraça e encontrou arrôba e meia!... É já uma fortuna encontrada em dia e meio!..." (*In R. A. P. M.*, XII, págs. 265-66). Até aqui o Pe. Silva. Queremos crer que essa lenda (uma vez que o próprio veiculador do roteiro não acredita muito em sua autenticidade) vai ao encontro da existência do Arraial do Caraça, agora documentada no Códice que fomos achar em Mariana. Antes de tudo, não é crível que achando tal quantidade de ouro em tão pouco tempo, um buscador dêle não se detivesse no lugar mais do que dia e meio... Depois, o fato de existir não longe do Caraça o seu arraial de Bento Rodrigues leva à presunção de que, se verdadeira a viagem do bandeirante ao Rio de Janeiro, êle retornou, depois de finda a Guerra dos Emboabas. Retornou à região do Caraça, embora o fundador do arraial de Bento Rodrigues não fôsse êle, pois certa testemunha depôs, em 1743, nos autos de uma justificação,

dores nas imediações, que de há muito teriam partido (21). E a sesmaria comprada pelo fundador do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens não poderia, evidentemente, incluir, de "porteira fechada", algum arraial de mineradores, por mais humilde ou ínfimo que fôsse, sem uma referência especial a êle, se de fato existisse. Principalmente por se tratar de uma sesmaria comprada. Num instrumento de compra daquela natureza, não era possível que se não referissem as lavras ou um arraial de mineração, porventura existentes nas terras adquiridas. Experiente e cauteloso como era, provindo do Arraial do Tijuco (lugar por excelência dos contenciosos judiciais do tempo), o Irmão Lourenço de Nossa Senhora teria exigido a referência, se o arraial existisse.

Curioso que as primeiras referências topônimas do Caraça, tanto da Serra como do arraial, apareçam quase sempre no gênero masculino. Acode-nos logo à lembrança a versão anotada por Saint-Hilaire, segundo a qual o nome "Caraça" proviria do tupi-guarani: a palavra seria uma corruptela de *cara* e *açá* ou *caa araçapaba*, ou mesmo *caraca* simplesmente, que teria o significado de desfila-deiro (22). O dicionarista Antônio Morais Silva anota a palavra "Caraça" em cinco verbetes diferentes, com as seguintes acepções: 1) máscara pequena, máscara; fisionomia, carão, cara, rosto; 2) mulher feia (antiquado);

---

requerida pelos moradores daquela localidade: "Vi, haverá vinte e cinco anos, começar as obras da capela com licença que estava em mãos do defunto João Ribeiro da Silva". (*Conf. Cônego Raimundo Trindade, Instituições de Igrejas*, cit., pág. 56). O aventureiro deve ter retornado aos seus cascalhos auríferos do Caraça (quando então deveria ter existido o arraial) e logo exauridos os ouros, foi estabelecer-se, rico e poderoso, no arraial fundado em 1718 por João Ribeiro da Silva, acabando por lhe dar o nome.

(21) Velho Ms. do Arquivo do Caraça, atribuído ao Pe. Manuel Ferreira da Costa, a quem se refere o conto "Os irmãos desnaturados", dos *Contos Caracenses* (*loc. cit.*, págs. 226-234).

(22) *Op. cit.*, I, pág. 192, nota 132, *infra*.

3) boi ou cavalo que tem malha branca no focinho ou cuja fronte é de côr diferente da do resto da cabeça; 4) ébrio, bêbado, embriagado; e 5) chamamento do touro, na linguagem dos campinos do Ribatejo e dos toureiros (interjeição) (23). No sentido mais comum e popular da palavra, ela é francamente feminina, do mesmo modo que as outras que recebem o sufixo *aça*, tais como vinhaça, carnaça, chalaça, negaça, fumaça, pirraça, arruaça, virdraça, etc. (24). Igualmente o Sr. José Pedro Machado dá a palavra como setecentista e feminina (25), assim como Frei Domingos Vieira, que é muito versado no vocabulário do século XVIII, em seu *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza* (26).

Por que, então, já em 1711 e em 1716, se dizia "Serra do Caraça" e "Arraial do Caraça" e só uma vez "Serra da Caraça" e "Arraial da Caraça"? A silepse do apelido invoca antes a interpretação de Saint-Hilaire ou a terceira versão de Morais do que qualquer das outras, inclusive a mais comum (máscara, fisionomia, carão, cara, rosto). Porque, se o topônimo se referisse a esta acepção, não haveria silepse alguma, essa estranha silepse tão intensa-

(23) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Confluência, 1950, 10.<sup>a</sup> edição, 12 vols., t. II, pág. 897.

(24) O sufixo *aça*, derivado do latino — *aceus*, forma geralmente adjetivos, denotando matéria, semelhança, etc. Nas línguas românicas tem muitas vêzes sentido pejorativo e aumentativo. Não raro se substantiva. (V. Th. Henrique Maurer, *Gramática do Latim Vulgar*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1959, pág. 253). Seria o caso aqui, se o topônimo fôsse mesmo português.

(25) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Confluência, 1.<sup>a</sup> edição, vol. I, pág. 499, onde o autor inclui versos de Pedro Antônio Correa Garção, que completamos:

"E se com todos se pratica o mesmo,  
A florente Lisboa vereis limpa  
De caraças, ou frentes de Medusa".

(*Teatro Novo. Drama*, Lisboa, Régia Oficina Tipografia, 1788, pág. 281).

(26) *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*, Porto, Chardron e Bartolomeu de Morais, 1873, 2.<sup>o</sup> vol., pág. 100.

mente “apelidativa”. Dir-se-ia apenas “Serra da Caraça”, ‘Arraial da Caraça”. Todavia, em face das referências da Carta de Antônio de Albuquerque ou dos novos documentos de 1716, cai por terra, pelo simples dislate cronológico, a versão de que teria sido o próprio Irmão Lourenço de Nossa Senhora quem motivara o topônimo, em virtude de o apelidarem “o Caraça” os mineradores e roceiros de Santa Bárbara e do Brumado, por ter o misterioso eremita uma cara grande e larga (27); se fôsse verossímil essa versão, estaria justificada a toponímia siléptica da Serra e do Arraial: apelido do Irmão Lourenço ou do velho índio perdido (28), que, muito tempo antes do fundador (e o completamos agora, à luz do Códice do Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Mariana) talvez remanescente também do arraial desaparecido, vivera ali, sabe Deus em que condições ou circunstâncias?

Ou teria razão Saint-Hilaire, que parece inclinar-se pela versão de que a palavra “Caraça”, com seu significado de “desfiladeiro”, batizou a alpestre e difícil passagem da Bocaina? Teriam os primitivos exploradores da bacia interna da cordilheira aprendido o topônimo da passagem, pela qual praticaram para atingir o seu interior, com os próprios índios da região?

A afirmação, diante de tantas indagações, não é fácil. Como não é fácil também a afirmação, mais corrente e hoje popularmente aceita, de que o apelido tenha nascido de “um lugar, que visto de certa paragem arreda uma enorme fisionomia”, como quer Aires de Casal (29). A paragem lembrada pelo autor da *Coro-*

---

(27) Pe. Pedro Sarneel, C. M., *Guia Sentimental do Caraça*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953, pág. 27.

(28) *Idem*, *ibidem*, pág. 28.

(29) *Corografa Brasileira*, cit., I, pág. 365. Mons. Pizarro (*Memórias Históricas*, cit., t. VIII, pág. 107) veicula a mesma versão, contando que a Serra é denominada do Caraça “por figurar aos olhos uma Cara disforme”.

*grafia Brasilica* é o caminho da Serra da Canjerana; o arremêdo da “enorme fisionomia” não é assim tão bem delineado, porque — na observação do cientista mineiro Alvaro A. da Silveira — “só com muito boa vontade ou grande dose de fantasia, pode ser percebida” (30). De qualquer forma, quase todo mundo continua a ver a carantonha ciclópica, que o perfil dos penhascos da Serra do Inficionado desenha nos céus. É todo mundo continua a julgar que provém da carantonha de pedra o nome do lugar.

A natureza foi extraordinariamente dadivosa com o Caraça, tanto no que se refere ao clima, como aos seus recursos de flora, de fauna e de belezas naturais, que compõem ali um dos parques nacionais mais ricos e sugestivos. O clima pertence ao da “zona altíssima”, ainda de acôrdo com Alvaro A. da Silveira (31), clima das regiões mais altas da Mantiqueira, do Caparaó, de Treituba e do Itacolomi. A temperatura média anual varia entre 15 e 7°. Como se vê, é uma zona fria, apesar de estar na latitude de 20° sul. O clima é suave e ameno, por causa da posição elevada, “é delicioso, igual talvez ao de Nápoles” — depõe, até com um certo entusiasmo, o viajante John Mawe (32). Mas, em virtude da baixa temperatura, o ar se aproxima mais facilmente de seu ponto de saturação, relativamente à quantidade de vapor d’água que êle pode conter, o que indica que a zona é, também, úmida. Daí os nevoeiros freqüentes que cobrem a região, escondendo quase constantemente os cumes das montanhas.

---

(30) “Na Região do Caraça”, cit., pág. 619.

(31) *Geografia do Estado de Minas*, cit., pág. 158.

(32) *Viagens ao Interior do Brasil*, cit., pág. 167. — O viajante inglês .. refere-se a Vila Rica. Como, porém, as condições de zona, altitude e latitude são praticamente as mesmas, anotamos o clima da região de Ouro Preto como o mesmo do Caraça.

As geadas são intensas todos os anos, no inverno, quando a temperatura se aproxima do ponto de congelação e, muitas vêzes, cai a vários graus abaixo de zero. Há anos em que o rigor do frio se faz sentir mais pesadamente, como naquele fatídico inverno de 1814, que tanto impressionou os viajantes A. de Saint-Hilaire, Eschwege e John Luccock, pois todos anotam, em suas viagens, as conseqüências ruinosas do flagelo, que se abateu sôbre a região naquele ano. O frio corta inclemente, nos meses de junho, julho e agosto, molestando, principalmente, as pessoas de idade. D. Antônio Ferreira Viçoso, o Bispo de Mariana, que “morria por se ver em um canto do Caraça, e preparar-se para a última viagem” (33), sobe até lá, em 1875, mas, “incomodado com a fôrça do frio, que naquele sítio aperta com maior rigor” (34), retorna melancôlicamente aos ares mais quentes de Mariana, para viver os seus últimos dias.

O Caraça se inclui entre as zonas climáticas mineiras onde são mais freqüentes as chuvas. Ouro Preto, com um dos índices pluviométricos mais elevados do Estado, fica-lhe perto: seu regime de chuvas não pode ser muito diferente do ouropretano (35). São os ventos do sul, do sudoeste e do sudeste que trazem consigo as tempestades, aquelas terríveis tormentas caracenses, que desandam em raios fulgurantes e sinistros, com seus retumbantes trovões, que se assemelham a salvas de grossa artilharia, seguidas de verdadeiros furacões, que destróem as plantas, matam os animais, aterrorizam e afugentam os homens (36).

(33) *Sítios e Personagens*, cit., pág. 396.

(34) *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, cit., pág. 296.

(35) As estiagens, na estação chuvosa, resultam às vêzes em dias claros e quentes, a que o povo dá o nome de “veranico”.

(36) “O sítio he solitario e muito desabrido, principalmente no tempo das agoas — assim testemunha o bispo D. Frei Cipriano de S. José, que lá estêve na estação chuvosa — que em alguns annos aturão neste Pais por



Como em outras regiões brasileiras de sua altitude, a Serra do Caraça tem o privilégio de ostentar, a par de sua exuberância tropical, condições de "habitat" europeu, principalmente para as espécies florísticas. O sábio viajante Martius achou "incríveis a variedade e a beleza de forma das plantas" ali, anotando nas encostas da montanha membros das famílias das melastomáceas, crótons, malpíghias, compostas, líliáceas arboriformes e grandes flôres. Nos alagadiços e nas margens relvasas do Tanque Grande, o mesmo naturalista pôde apreciar as mais encantadoras formas de hidrocotíleas, dróseras, andrômedas, gualterias, utriculárias, sauvagésias, eriocáuleas, etc. "No primeiro dia — narra êle, em sua *Viagem pelo Brasil* (37)

---

espaço de sete mezes, ordinariamente de cinco e de seis". (In R. A. P. M., VI, II, 511). — É das mais vívidas as recordações que guardam os ex-alunos do Caraça das tempestades que ali se desencadeiam. José da Costa Sena, malogrado médico e poeta, educado no velho Colégio, assim se lembra delas:

"Ali nas noites de inverno,  
Retine mais o trovão,  
O fusil clareia as brumas  
Com mais sinistro clarão!"

(Ap. Discurso, do seu irmão Dr. Joaquim Cândido da Costa Sena, pronunciado no dia 4 de março de 1906, no Colégio do Caraça, como paraninfo dos bacharéis em ciências e letras, Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Comércio, 1906, pág. 29).

(37) *Op. cit.*, I, pág. 373. Já Aires de Casal destacara a riqueza fitológica do Caraça, incluindo ali uma espécie de nardo medicinal. (*Corografia Brasílica*, cit., pág. 362). Igualmente Saint-Hilaire se reporta a bellissimas plantas, no meio dos rochedos, que ainda não conhecia; herboriza com tal entusiasmo, que consegue juntar setenta espécies de plantas que ainda não possui, e passa uma noite inteira a descrever as partes mais delicadas de grande número delas, ao clarão avermelhado de uma lâmpada fraca. E se desabafa assim do cansaço que isso lhe dá: "No começo de uma tal excursão o zelo não conhece limites; mas chega o momento em que a gente se arrepende de não ter tido a prudência necessária para moderá-lo". (*Viagem...*, cit., I, págs. 197-8). O Caraça será, a partir de então, o paraíso dos botânicos. Álvaro A. da Silveira, o respeitável autor da *Floralia Montium*, visita a Serra e vai atinar com espécies raras em tôda a flora mundial, como o esplêndido "Lycopodium Rubrum", o "Ophioglossum" e o "Paeppanthus Vellosioides Koern", a primeira e a última florescendo nas alturas dos morros, e a segunda espécime precioso das profundezas das grutas. ("Na Região do Caraça", cit., págs. 624-5). O cientista Henrique L. de

— colecionamos umas cem espécies de plantas, antes desconhecidas”. Essa extraordinária riqueza florística, encerrada no anfiteatro interno das montanhas caracenses, faz-nos imaginar um *hortus conclusus* de Salomão, uma como reserva encantada da flora, semelhante, em sua especialidade vegetal, àquela curiosa reserva animal de Barro Colorado, situada numa ilha que o canal do Panamá isolou do continente (38).

Pena que as queimadas e as devastações das matas caracenses (39) tenham atingido duramente, ainda nos dias de hoje, essa flora maravilhosa, que se estendia outrora por tôda a bacia, através da verde majestade das florestas primitivas, tão ricas em madeiras de lei. É verdade que, desde o início da mineração, o fogo e o machado vêm acabando com as florestas da região (que os índios chamavam *caa ête*, e que os portugueses traduziram para “mato dentro”, “mato bravo”, donde o nome dos lugares Caeté, Santa Bárbara do Mato Dentro, Catas Altas do Mato Dentro, Itabira do Mato Dentro, etc.). “Os minciros, em busca das grupiaras — explica Miran de Barros Latif a desmatção dos tempos da mineração e a origem do conceito da “madeira de lei” — põem-se a praticar imensas queimadas para terem os terrenos mais à mostra e facilitar as pesquisas [de ouro]. Os incêndios generalizam-se de tal jeito que os mananciais começam a

---

Melo Barreto, da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, anota espécies somente ali existentes, como a “*Lychnophora affinis* Gardn.”, a “*Wunderlichia mirabilis* Riedel”, a “*Heterocoma albida* DC”, consignada por Martius aos arredores do Rio de Janeiro, mas tipicamente caracense. (V. “Regiões Fitogeográficas de Minas Gerais”, *Boletim* 4, do Departamento Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1942, págs. 12-13).

(38) P. Gourou, *Les Tropiques*, Paris, Presses Universitaires, 1953, pág. 124.

(39) Já Saint-Hilaire fizera sentir ao Guarda-mor Inocêncio, de Catas Altas, a insensatez da destruição das florestas da região. O guarda-mor não entendeu ou fez que não entendeu a advertência do sábio. (V. *Viagem...*, cit., I, pág. 176).

minguar e os rios, na época das águas, adquirem um caráter cada vez mais torrencial. Tenta-se então legislar sôbre a defesa das matas. Procura-se preservar, nas derrubadas, todos os troncos de grande porte, macios e pouco fibrosos, que são destinados exclusivamente à construção de bateias. Proíbe-se a queima das “madeiras de lei”. (Como as datas são demarcadas por estacas que resistem ao tempo, todo bom pau impõe-se ao respeito do povo, como “madeira de lei”)(40). Hoje, no Caraça, já desapareceram, quase completamente, os remanescentes dessas madeiras de lei, de envôlta com o desaparecimento do seu mato virgem, arrendado a carvoarias de Belo Horizonte e das siderúrgicas vizinhas. Ainda há pouco, o Sr. Afonso Pena Junior, caracense ilustre, contava-nos de seu desgosto, na última viagem ao Caraça, ante a devastação das matas, que admirara e amara em sua infância e agora desapareceram. A recente obra de instalação do nôvo serviço elétrico teve dificuldades em achar postes para as tórres de transmissão, porque a peroba e outras madeiras mais resistentes não são mais encontradas nos ralos matos da bacia(41).

O que ainda abunda é a vegetação raquítica dos cerrados. Muitas espécies das famílias das acácias e das

---

(40) *As Minas Gerais*, cit., págs. 94-5.

(41) O Pe. Pedro Sarneel (*V. Nota 7*), maravilhado com nossas árvores tropicais, assim descreve uma delas, que intitula “a árvore maravilhosa do Caraça”: “No tempo de D. Viçoso [esta expressão, muito comum no Caraça e em Mariana, de certo sabor sebastianista, vale dizer: “no tempo da idade de ouro”...] crescia no Caraça, na encosta de uma montanha, uma árvore que era uma verdadeira maravilha do reino vegetal. O seu tronco era imenso e ia muito alto; os seus galhos, compridos e grossos, eram carregados de orquídeas de notável beleza. Um pouco mais longe, outras árvores, rebentos da mesma raiz, uniam seus troncos ao tronco paterno. E uma destas árvores enrolava-se em redor da família assim apertada, entrelaçando-a numa espiral gigantesca e depois, lá no alto, desdobrava em forma de coroa o magnífico ramalhete de sua viçosa folhagem, entremeada de flôres” (*Ms. do Caraça*). A verdade é que, europeu e não conhecendo bem nossas árvores, quando escreveu esta página, o bom do Pe. Sarneel foi se encantar justamente com um terrível “mata-pau”...

leguminosas. O jacarandá do campo e a mimosa; a sucupira, pau duro e reto, com que até hoje os carapinas da casa fazem eixos para os seus carros de boi; o barbatimão, tão usado pelos curtidores e sapateiros do velho Colégio, que forneciam calçados aos estudantes (42); o piqui, com o seu fruto mucilaginoso, que ainda hoje os meninos colhem, nos passeios pelo campo; o tingui e o pau-terra, bom para queimar, nas fogueiras de São João; o angico, de resina e casca medicinal; o cedro do campo, com a sua boa madeira para tantas obras (43); a frutade-lôbo, tão perfumada, que se diz ser comida de lobos, mas que as más línguas assoalham entrar, em porcentagem comprometedora, nas marmeladas do Capanema, sobremesa dos tempos colegiais (44); a aroeira, rainha dos cerrados caracenses, boa madeira para construções externas, de cuja sombra os meninos fogem prestemente, para não pegarem o "grosseirão de aroeira"; e a dura candeia, que ainda é a espécie mais usada na Casa (45).

---

(42) Mais que carapina, carpinteiro e marceneiro distinto foi o Irmão João Moermaens, um excêntrico leigo Lazarista flamengo, que viveu mais de 20 anos no Caraça, sem aprender a falar o português. Por isso e outras coisas, deram-lhe o apelido de Irmão "Bruto". Foi muito afeiçoado a Afonso Pena Júnior, então brilhante aluno no Colégio. Ajudado pelo preto Agostinho, foi ele quem fez os belos bancos da igreja gótica, de madeira de lei. (Augusto da Costa Leite, *Saudades e Lembranças do Caraça*, São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1941, págs. 238-239).

(43) Assim enaltece o cedro brasileiro Gabriel Soares de Souza: "Não tem diferença dos das Ilhas senão na fôlha, que a côr da madeira e o cheiro, e brandura ao lavrar é todo um: a esta árvore chama o gentio acajacatinga, cuja madeira se não corrompe nunca; (...) a qual é branda de lavrar e proveitosa para obras primas e outras obras dos engenhos, de que se faz muito taboado para o fôrro das casas e para barcos e faz vantagem o cedro da Bahia ao das Ilhas, que logo perde a fortidão do cheiro, e o fato que se mete nas caixas de cedro não toma cheiro delas, e as obras do cedro das Ilhas nunca jamais perderam o cheiro, e danam com êle o fato que se nelas agasalha". (*Tratado Descritivo do Brasil*, cit., pág. 240).

(44) Costa Leite, *op. cit.*, pág. 259.

(45) Todos os serviços de transmissão do nôvo serviço elétrico (postes e tôrres) foram feitos com candeias caracenses.

Nas campinas caracenses, como nos demais campos brasileiros da latitude, avultam os arbustos e as plantas medicinais: o carapiá, que a botica do antigo Colégio deve ter propinado a doentes como Artur de Oliveira (46), e Melo Viana (47), por ser bom resolutivo peitoral; o assa-peixe branco fazia no Colégio as vèzes da camomila, nos casos de sarampo, que de vez em quando explodia nos meninos mais pequenos; o velame, anti-febrífugo para as indisposições e resfriados; a carqueja, também para as gripes e para o estômago, e que o viajante Burton viu muito usada, em 1868, na preparação da cerveja (48); a congonha, tão bom substituto do chá da Índia e do mate, usada nas colações dos velhos tempos do Colégio; o caju, a mangaba, a guabiroba, o marolo e a jabuticaba.

Mas, não é sómente nas espécies tropicais que se revela a riqueza florística do Caraça. Como vimos acima, há muitas variedades alpinas até da flora européia, nos cimos das montanhas. Entretanto, o que surpreendeu verdadeiramente Aires de Casal foi o jardim do Irmão Lourenço, a horta antiga, onde viu "varias arvores fructíferas da Europa como macieiras, pereiras, ameixieiras, cerejeiras, marmeleiros, castanheiros, oliveiras, nogueiras, carvalhos; athé giesta amarella, e tojo" (49). Com cer-

(46) V. Artur de Oliveira, *Dispersos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, págs. 160 e 117. O futuro introdutor do parnasianismo no Brasil, quando estudante no Colégio, era muito afetado das vias respiratórias. Acabou, aliás, morrendo tuberculoso, prematuramente.

(47) O *Livro de Receitas*, hoje na Farmácia do Caraça, está cheio de prescrições médicas para resfriados e bronquites, de que era vítima frequentemente o jovem estudante de Sabará, Fernando de Melo Viana, que veio a ser Presidente de Minas, Vice-Presidente da República (1.ª República) e Presidente do Senado Federal, depois de 1945.

(48) Richard F. Burton, *Viagens aos Planaltos do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasíliana), 1941, trad. de Américo Jacobina Lacombe, 2 vols., t. I, pág. 144.

(49) *Corografia Brasileira*, cit., pág. 365. O historiador Sebastião da Rocha Pita, o ufanista das coisas da terra, assim descreve a aclimação das frutas estrangeiras entre nós: "Das frutas estrangeiras logra o Brasil pece-

teza, o "pai da geografia brasileira" anotaria ainda mais depressa, em sua *Corografia*, as esplêndidas vinhas que os Lazaristas plantaram depois, e sua produção de vinho, de que o Pe. Francisco Silva ainda cuidava carinhosamente, em 1903 (50), ainda à lembrança das generosas vindimas dos tempos do superiorato do Pe. Luís Gonzaga Boavida, de 1885 a 1895.

Embora a fauna das regiões montanhosas não seja muito exuberante, nem por isso deixa a região do Caraça de estar bem representada em tôdas as classes, ordens e famílias. Se zumbem as vespas, os marimbondos e as abelhas silvestres (51), que fornecem à casa o mel de que carece, não são menos numerosas as borboletas, de tôdas as côres, que adejam em volta das fontes e que, pousadas às vêzes sôbre o tijuco do caminho, como que explodem em asas, à aproximação dos transeuntes. Mas, das alturas e do arvoredo, assim como dos capões de mato e das macegas do campo, esplendem aves sem conta. Em seu remígio majestoso, às vêzes aparece no alto céu o urubu branco, de cabeça vermelha, saindo do seu ninho no cimo das penedias; os gaviões, ao calor do meio-dia, espreitam dos galhos ensolarados pequenos passarinhos e insetos

---

gos, peros, marmelos, peras, e açafrão, nas Capitânicas do Sul; porem em todas se dão figos de duas castas, excellentes ambas, romãs admiraveis, perfeitas uvas moscateis de Jesus, ferrais, e bastardos, cujas cepas, e vides produzem duas, e tres vezes no anno. Melancias seletas, regalados melões; e em sumo grau fermosas, e deleitaveis todas as frutas, que se chamão de espinho". (*História da América Portuguesa*, cit., pág. 31).

(50) "Peço ainda me mandar com urgência — escreve o Superior, Pe. Francisco Silva, ao sr. Galliez, correspondente do Colégio no Rio, no dia 1.º de dezembro daquele anno — 50 ou 60 quilos de *passas boas* que é para o fabrico de nosso vinho que este anno promete colheita abundante. Na minha viagem lá em agôsto levarei uma garrafa para prova". (*Livro de Correspondência*, no Arquivo do Caraça, pág. 76).

(51) Os insetos venenosos, aranhas, lacraias, escorpiões, etc., são também numerosos. O Arquivo do Caraça guarda curiosa carta do cientista Ezequiel Dias, Diretor do Instituto Oswaldo Cruz (filial), de Belo Horizonte, solicitando o envio desses "bichinhos" à sua instituição.

maiores; pica-paus trepam pelas árvores acima, procurando larvas e bichinhos na casca; o João-de-Barro canta com a consorte seu dueto triunfal, no galho ao lado de sua casinha, em forma de forno; sabiás, pintassilgos, melros, canarinhos, tico-ticos, bicudos e coleirinhas fazem sua sinfonia cotidiana, invisíveis, nos arvoredos; pombas-rolas, juritis, pombas do ar e trocáz e rolinhas e “fogo-apagau” passam assustadas, num vôo rápido e fugaz, quando se levanta a gritaria de torcida uniformizada dos papagaios, papa-arroz, maracanãs, maritacas, jandaias e periquitos, nas árvores mais altas dos espigões, junto das roças de milho e outros cereais.

Mas, a essa gritaria dos psitacídeos respondem as vaías e os assobios da macacada da floresta vizinha, micos, bugios e saúis, prato das onças que ainda perambulam pelas serranias do Caraça. “Onças, as há aí — testemunha o Padre Francisco Silva, em seus *Contos Caracenses* — e de diversas qualidades. A suçuarana, de pêlo alourado ou avermelhado, menor que o jaguar, e que não apanha senão bezeros e carneiros, e só ataca o homem em defesa própria, tem nestas serras o seu “habitat”; a jaguatirica, que é mais um gato grande, pintada, como o verdadeiro jaguar, lesta e matreira como o gato, aí vive também em boa paz; a preta ou canguçu, mais rara; porém, por vêzes tem aparecido e mesmo se estabelecido nas anfratuosidades das cavernas, dos grotões mais solitários. A pintada, a verdadeira onça, essa só aparece de passagem, nas suas longas viagens pelo espigão de nossas serras. Todos os anos ela deixa sinal de sua passagem, matando ora um boi, ora um muar qualquer que surpreendeu em algum recanto” (52).

---

(52) Cit., pág. 214. — O Irmão Moermaens (lembrado na Nota 42) era muito dado ao alpinismo. Saía sózinho e se encarapitava, como um cabrito montez, nos mais altos cimos das serras da cordilheira. Um dia, de volta de uma dessas excursões, chegou à casa, da Serra da Canjerana, com uns lindos “catinhas”, como dizia. Eram filhotes de onça... — O mesmo Pe.

Todavia, longe dos ruídos dos macacos e das tocaias das onças pintadas, na borda das matas ainda pastam os veados esquivos, as antas pesadas ou mesmo alguma queixada mais afoita. E, se pelos carreiros obscuros do capinzal que vai dar nas ipueiras de beira-rio transitam as pacas fugidias e as cutias astutas, e, empós delas, os preás, as jaratatacas (53), as guaiquicas (54), e os ratos d'água, vão na peugada dos pequenos roedores a cascavel, o urutu, a jararaca, a caninana; e é com vista nesses ofídios venenosos que se postam em grupos no alto dos descampados as siriemas, cujo canto merencório pre-

---

Silva lembra o divertido episódio noturno em que os dois cientistas Drs. Henri Gorceix e J. C. Costa Sena, em excursão de estudos de história natural pela Serra do Caraça, recolhem-se a uma caverna, para passar a noite. Eis que chega a dona da casa, uma onça, e não vai pelos autos. Tenta expulsar os indesejáveis inquilinos. Com tições acesos e gritos, os dois sábios passam a noite a espantar a fera, que retorna sempre à boca da sua toca, até alta madrugada. "Só ao romper do dia é que se viram livres — conta o autor dos *Contos Caracenses*. — A fera atirou à solidão da serra um bramido forte, como se quisesse protestar contra a violação dos seus direitos, e lesta e ágil, deslizou pela encosta da serra e desapareceu". (*In R. A. P. M.*, cit., pág. 215).

(53) O judeu convertido E. Frank, que passou uma larga temporada com os Padres Lazaristas, safu um dia a caçar. O tempo era sêco e não iria fazer mal à sua asma implacável, que o perseguia desde muitos anos. Ia êle pelo caminho, espingarda a tiracolo, quando salta à sua frente um gracioso animalzinho, pouco menor que um gato, de pêlo sedoso e fino, malhado de pintas brancas. E permite calmamente que o caçador apreste a arma, faça pontaria e atire. O pobre bichinho ficou estrebuchando, em rápida agonia. Aproximar-se, pegá-lo ainda estertorante e pô-lo no embornal, foi obra de um só instante. O bom do Frank jamais tinha achado caça mais fácil e nunca vira semelhante animal. Mas, ao mesmo tempo, um cheiro maciço, sufocante, insuportável, quase lhe tolhe a respiração! Êle tinha caçado uma jaratataca!!! O Pe. Silva arremata a história, contando que, a partir daquele dia, o Sr. E. Frank sarou completamente de sua asma: o fétido da jaratataca é remédio para asma e bronquites... (*Contos Caracenses*, cit., pág. 236).

(54) As "guaiquicas" — espécie de gambá pequeno rajado de preto e branco — são muito comuns, mesmo dentro de casa, onde gostam de vagar de noite, pelos corredores. Talvez o fantasma denunciado pela Revista *O Cruzeiro*, de 18 de abril de 1960 — "um gato grande, todo branco, postado atrás da Capela do Colégio do Caraça" — não passe de uma delas, bem nédia e pontual, como são as guaiquicas do Colégio...



nuncia as Ave-Marias, que o sino grande do campanário da Senhora Mãe dos Homens entoa devotamente, na tarde que vai caindo.

Quando, enfim, a cortina da noite se fecha sôbre o anfiteatro das montanhas, faz-se ouvir o canto harmonioso das cigarras, secundado mais longe, no cerrado, pelo grito monótono do João-corta-pau, enquanto das veredas da floresta chegam os frágeis latidos dos cachorros do mato. Já noite alta, os curiangos fazem assombração no céu escuro e os caborés piam sinistramente, nas vizinhanças dos lugares habitados.

Como se vê, o Caraça é, ainda, um mundo fechado, verdadeiro sertão, a noventa quilômetros da Capital de Minas Gerais. "Um tal lugar — desabafa-se o Padre Francisco Silva, que lá viveu vários anos — parece mais feito para ninho de feras que para habitação de homens" (55). O acesso ao lugar é, ainda hoje, uma aventura. Há três caminhos que vão ter ao grande anfiteatro interno da cordilheira: a atual estrada de automóvel (construída pelo Pe. Jerônimo de Castro, em 1928, sôbre a velha trilha para muares), que sobe da Chácara de Santa Rita, vinda de Santa Bárbara; um caminho pouco praticável que passa pelo Campo de Fora; e o terceiro, o antigo caminho dos tempos coloniais, que vem do Inficionado (atual Santa Rita Durão), hoje abandonado e difícil mesmo ao trânsito a pé. Por êsse último caminho, o Caraça fica a oito léguas de Mariana, mas "léguas de animal de valia", como observou Richard F. Burton (56), na pitoresca explicação dos caipiras, a quem consultou sôbre as distâncias de suas andanças pelos planaltos mineiros. Porque, se os animais não prestassem, as léguas eram muito mais compridas...

---

(55) *Contos Caracenses*, cit., pág. 214.

(56) *Op. cit.*, I, pág. 256.

Até muito recentemente, pois, só se ia ao Caraça em lombo de animal. Mesmo o Caminho Real, que subia do Rio de Janeiro para Minas, não era mais que uma picada, em 1820, quando os Padres Leandro Rebelo Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso, da Congregação da Missão, se dirigiram ao Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens para se empossarem dêle. Saindo do Rio de Janeiro, tomaram o caminho de Minas pelos fins de fevereiro. “A jornada — narra D. Silvério Gomes Pimenta, em sua *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso* (57) — foi em extremo laboriosa pelas muitas chuvas e medonho estado das estradas, de que saberá fazer conceito quem houver transitado por onde elles vierão, quando faltavão na viação os melhoramentos que o tempo tem introduzido. Para quem não experimentou basta referir que os passageiros erão muitas vezes obrigados a pelear desde o sol nado até elle posto, para vencer uma legoa escassamente; porquanto muitos lugares parecião verdadeiros tremedaes, onde as cavalgadas precisavam mais do socorro dos cavalleiros para tirar-se da lama, do que lhes prestavão auxilio fora della”. O pior aconteceu depois do Ouro Branco. “Porquanto a azemola — explica o mesmo D. Silvério (58) — não sei por que descuido do almocreve, extraviou-se no caminho, e morreo atolada com a cangalha e canastras sobre as costas. Sem saber do acontecido vierão os Padres seguindo para diante; o tropeiro, como não achou o animal, corrido de sua negligencia, e sem poder dar boa conta de si, sumio-se, e nunca mais appareceo. Sucedeo isto no lugar denominado Borda do Campo, uma legoa distante de Barbacena, vindo do Rio de Janeiro. Passados dias encontrarão os moradores os restos do animal e a carga; mandarão abrir as arcas, cuidarão de enxugar

---

(57) Cit., pág. 26.

(58) *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, cit., pág. 27.

os objetos maltratados pela chuva; e depois de muitas indagações, vindo a saber quaes erão os seus donos, cuidadosamente lh'os remetterão". Se no próprio Caminho Real aconteciam coisas assim, pode-se imaginar quão mais ruim deveria ser a acidentada vereda, que, infletindo do Inficionado, subia as faldas orientais do Caraça, passando pelo desfiladeiro da Bocaina, para ganhar o interior da Serra e o Hospício. Em 1805, para informar ao Príncipe Regente, a quem o Irmão Lourenço de Nossa Senhora solicitara a vinda de missionários para o Caraça, subiu a vereda D. Frei Cipriano de São José, Bispo de Mariana. O bispo arrábido deixou uma página verdadeiramente saborosa de sua viagem: "Quando pude desembaraçar-me dos outros deveres do meu ministério — escreve êle (59) — fui à Serra do Caraça por caminhos difíceis e tão arriscados que me arrependi algumas vêzes de haver emprendido a jornada e quase me determinei a voltar do meio do caminho. Os que me acompanhavam, avezados a jornadas difíceis e trabalhosas me persuadiram que seguisse, pois estavam vencidas as maiores dificuldades. Continuei a subir e quando esperava respirar, então me considerei mais sufocado em perigos por ser necessário descer mais de meia légua da serra para chegar à planície onde está situada a ermida da Senhora Mãe dos Homens. Cheguei enfim ao têrmo suspirado". Até parece que a gente está ouvindo, ainda agora, o longo suspiro de alívio que deve ter soltado o gordo D. Frei Cipriano, ofegando e suando, ao aprear de sua viatura, junto da escadaria de pedra do acolhedor Hospício...

---

(59) *In R. A. P. M.*, ano VI, fasc. 1.º, págs. 510-11. Esta estrada citada por D. Frei Cipriano de São José sempre foi péssima e perigosa. "As três Estradas que para êste Lugar se dirigem — escreve na mesma época o Ouvidor do Sabará, Dr. Antônio Luís Pereira da Cunha (28 de janeiro de 1806) — são escabrosas e dificultosas de transitar pelos passos íngremes, e alcantilados que são freqüentes nos Caminhos da Serra e será necessário algum trabalho para se fazerem cômodas as ditas Estradas". (*R. A. P. M.*, VI, I, pág. 513).

Queremos crer que essa dificuldade de acesso ao Caraça deve ter sido um dos obstáculos à continuidade de sua obra religiosa e, principalmente, cultural. Quando o Irmão Lourenço decide abandonar o século, fá-lo com tal determinação, que, “dezenhado do Mundo, buscou o centro daquella Serra inhabitavel” (60). E ali se instala “o dito Retiro à immitação das Thebaidas”, ao qual “tem hido varios homens, que conhecerão a pouca duração da vida”, para “fazerem suas confições Geraes, e purificarem-se” (61). O fundador queria, enfim, que aquêlê lugar êrmo e inacessível fôsse um centro de romarias penitenciais. Êle estava certo: a simples viagem ao seu Hospício já significava uma dura penitência. O exemplo não era nôvo na história da Igreja Católica. Quando outro grande desenganado do mundo — São Bruno — abandona os seus lazeres de cônego de Reims, vai se acolher, com seus seis companheiros, no ínvio e alpestre vale de Cartúsia, nas montanhas do Delfinado. Ê, em 1084, quando nasce a Ordem dos Cartuxos. “*Locus (...) vobis a Deo designatus est eremus quaedam in montibus altissimis, appellatur Cartusia. Ampla quidem penitus inhabitata, solis feris pervia, hominibus vero et ceteris domesticis animantibus propter loci asperitatem pene ignota*” (62). Eis as palavras com que São Bruno descreve aos seus Cartuxos o êrmo que escolhera, não muito diferente do Caraça, aos tempos em que lá foi dar o Irmão Lourenço. Outra fundação semelhante à Grande Chartreuse e ao Caraça, na aspereza do local e sua conseqüente inacessibilidade, é a Vallombrosa (63), nas faldas

(60) 1.º Requerimento do Irmão Lourenço ao Príncipe Regente, in *R. A. P. M.*, ano VI, fasc. 1.º, pág. 508.

(61) *Idem, ibidem.*

(62) *Acta Sanctorum* (Bolandistas), Paris e Roma, Victor Palmé, 1867, t. III, pág. 445.

(63) “Vallumbrosa seu Vallimbrosa et Vallis-Umbrosa — assim descreve o hagiógrafo beneditino Mabillon o local onde São João Gualberto funda

do Pratomagno, ao lado de Florença, aonde se dirigiu São João Gualberto, em 1036, para estabelecer o seu ramo valombrosano da Ordem de São Bento (64). Como o Irmão Lourenço, a intenção desses pais de comunidades religiosas medievais era criar, nesses retiros solitários, uma intensa vida contemplativa. Sabemos como foi ela fecunda, tanto entre os cartuxos como entre os beneditinos valombrosanos. O êrmo foi o fator mais determinante dessa floração de misticismo cristão.

Se também a nova Tebaida mineira poderia preencher as finalidades a que fôra destinada, a casa de educação que, em 1820, se fundou no Caraça — que Saint-Hilaire, embevecido com a natureza do local, achou insuperável para tal fim (65) — essa, sempre se ressentiu das condições de seu penoso acesso. E pagou preço altíssimo por isso. Desde aquêlê incidente da morte do animal, no atoleiro da Borda do Campo, em que os fundadores do Colégio quase perderam seus títulos de propriedade do Caraça, até a última reclamação do Pe. Francisco Silva,

---

seu eremitério — ab opacis, quae montium dorso incumbunt, vallemque subjectam adumbrant, abietum silvis sic dicta, dimidii diei itinere ab urbe Florentia in Alpibus Appenninis medio Florentiam inter et Camaldulensem eremum intervallo, sita est, tergo montis imposita, cujus vallem Vicanus amnis seu torrens praeter fluit". (*Acta Sanctorum*, dos Bollandistas, cit., t. III, pág. 305). O vale tem 1.500 m de altitude e é rico em vegetação. Ainda esta descrição parece ser a do próprio Caraça: ... "nel mezzo di questa selvosa valle montana è una spaziosa pianura, dove oggi è il monastero, contornato da verdi prati, e quindi recinto da faggi ed abeti; e dalla parte del monte, che più da vicino lo serra, è un masso scosceso e quasi a picco, con qualche caverna naturale"... (Dom Alfonso Salvini, O. S. B., *San Giovanni Gualberto*, Alba, Pia Società San Paolo, 1943, pág. 92). Até as grutas caracenses estão presentes!

(64) Como o Irmão Lourenço, São João Gualberto desencanta-se do mundo, depois que lhe matam um irmão e se retira para o claustro. Somente a extrema solidão da Valombrosa irá consolá-lo das agruras do convívio dos homens. Consigo leva um companheiro, ao qual, ao fim de um ano, acrescentam-se outros, que formarão a primeira comunidade beneditina valombrosana, que permanece até hoje. Como o Caraça, o mosteiro da Valombrosa foi um cenóbio e um centro de romarias.

(65) *Viagem Pelas Províncias*, cit., I, pág. 196, nota *infra*.

em 17 de janeiro de 1907 (já no ocaso da existência do Colégio), de que ainda não chegara a mola de uma máquina (?), “que certamente andava a enferrujar-se por qualquer repartição postal” (66), a instituição sempre esteve à mercê dos percalços dos maus caminhos, das más viaturas, dos maus correios, dos maus portadores. E dos maus correspondentes, também. A leitura das cartas do Arquivo do Caraça é particularmente ilustrativa, a esse respeito: como os superiores não podem descer muitas vezes ao mundo lá em baixo, onde residem, afinal de contas, os interesses maiores da vida e da manutenção da casa, vivem a delegar suas ordens e recomendações a outrem, pela via, tantas vezes anódina, do recado postal. Os “correspondentes” — representantes do Colégio nas praças de Ouro Preto, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pitangui e, na última fase da vida do Colégio, de Belo Horizonte — freqüentemente se comportam como as astutas cotovias do apólogo de Manuel Bernardes. Quase nunca tiveram de levantar vôo da seara, porque quase nunca lhes vieram aquêles a quem lhes doía a fazenda...

Por falar em searas, cumpre aqui recordar que a gleba caracense é pouco compensadora para o lavrador. Disso já se queixavam os primeiros Lazaristas portugueses que lá chegaram, na segunda década do século passado. É que jamais se deve perder da lembrança o fato de serem as terras do Caraça típicas da antiga “zona do ouro”, praticamente impróprias para o amanhã e o arroteio, “pois que a Propriedade em si, sendo na realidade imensa (67) — reza velho documento do Arquivo da casa (68) — he quasi no tudo incapaz de produção, tanto

---

(66) *Livro de Correspondência do Caraça*, cit., pág. 465.

(67) A propriedade mede 2.230 alqueires mineiros.

(68) Ms. do Arquivo do Caraça. No entanto, visitando a Casa e a propriedade em 1806, para dar seu parecer ao Príncipe Regente sobre as

pela sua situação, como pela sterelidade do seu solo em demazia pedregozo”. A pedra pode ser, em Minas Gerais, aquêlê “peito de ferro” de Gorceix, onde se aninha o “coração do ouro”, mas, no Caraça, é superabundante, é um obstáculo às atividades agrícolas. Constante indefectível de tôdas as regiões auríferas, ela impossibilita ou dificulta o cultivo da terra, tornando-a estéril ou pouco propícia ao uso da enxada e do arado. O Caraça se ressentente, pois, daquela mesma carestia de mantimentos que affligiu, desde o início da mineração, os buscadores do ouro. “Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo que se há mister para a vida humana — já advertia Antonil, em 1711 (69) — e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas”, e pertencendo o Caraça a êsse mesmo universo geológico, não poderia ser de outra forma: ainda hoje, o pão de cada dia tem de vir lá de baixo. Aliás, o arraial que surgiu nos anos do *rush*, dentre as outras razões que motivaram a sua morte, deveria ter incluído essa — e fundamental — da pobreza do seu solo, incapaz de alimentar os seus moradores.

O que, na verdade, o Caraça sempre pôde oferecer — e oferece ainda hoje — é a sua riqueza espiritual, aquela estranha fascinação do seu isolamento, que traz tôdas as sugestões de um misticismo religioso ou naturístico, como raramente se encontra em nossas latitudes tropicais. Talvez concorra para isso aquela aura espiritual e magnética — a *baraka* dos árabes — de que ali deixaram impregnada Lourenço e os seus monges, justificando estas palavras de

---

pretensões do Irmão Lourenço, o Ouvidor do Sabará, Dr. Antônio Luís Pereira da Cunha, diz que encontra “terras de crear gados, e de cultura, e tão férteis que em um pequeno terreno cultivado, e unido ao mesmo Edifício se axão (*sic*) duas Oliveiras, Nogueiras e outras plantas exóticas e do País, com boas matas”. (*In R. A. P. M.*, ano VI, fasc. 1.º, págs. 512-13). Bem impressionado com o jardim fronteiro à casa, o Ouvidor julgara que as terras do Caraça fôsem férteis, terras tôdas de jardim...

(69) *Cultura e Opulência do Brasil*, cit., pag. 217.

Almeida Garrett, sôbre a presença dos frades nos campos portugueses: ... "êles caracterizavam a paisagem, poetizavam a situação mais prosaica de monte ou de vale; e tão necessárias, tão obrigadas figuras eram, em muitos dêsses quadros, que sem êles o painel não é já o mesmo. (...) O convento no povoado e o mosteiro no êrmo amenizavam, davam alma e grandeza a tudo; êles protegiam as árvores, santificavam as fontes, enchiam a terra de poesia e de solenidade" (70). Tal como Lourenço e os seus no Caraça. Martius, antes de tudo cientista cheio de objetividade, nem por isso deixa de ser enfeitado pelo ambiente místico, monástico, ali reinante. Eis como descreve o ilustre naturalista a sua chegada e a impressão que experimentou: "Pouco a pouco, a região se tornava mais nua e íngreme; plantas de formas sempre mais estranhas apareciam no caminho solitário e pedregoso; outeiros escuros, cobertos de arvoredos, e profundos sulcos, alternavam-se com risonhas encostas de pastos ou píncaros de rocha de um branco deslumbrante e fontes que se despenhavam fragorosas entre cerrada mataria de fetos, orquídeas e aróideas, que convidavam a repousar ali. Finalmente, chega-se por uma estreita subida, por entre mato baixo cerrado, a um vale alto, fechado em forma de antifeatro, no qual se destaca o aprazível edifício do Hospício" (71). Depois da áspera subida, o peregrino da ciência, como que tocado por uma fôrça sobrenatural, transmuda-se em peregrino do alto: "Tôda a natureza respira contentamento — prossegue, em transporte quase religioso — e uma indizível sensação de doce tranqüilidade e bem-estar apodera-se da alma do viajante. Por uma escada larga de pedra, sobe-se ao convento, que, já de longe, parece anunciar-se, com

(70) *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Sá da Costa Editôra (Clássicos Sá da Costa), 1954, págs. 95-96 e 99.

(71) *Viagem pelo Brasil*, cit., I, pág. 372.



a coroa de topos de palmeiras que o guarnecem, aqui oferecendo seguro abrigo ao desgraçado, e aos desgostosos da vida um asilo de paz. Nenhum lugar do orbe poderá melhor desprender a alma das inclinações e dos cuidados terrenos, do que esta habitação solitária de piedosa contemplação" (72). Depois do contato com o Irmão Lourenço, "digno eremita, ancião cego, de mais de cem anos, de origem portuguesa", hospedado e refeito, o sábio sai para o seu passeio científico, maravilhado "com o esplêndido panorama", em "contínuo encantamento diante do majestoso vale", "sítio paradisíaco". E regressa, ao cair do dia: "À tarde — conta êle (73) — de volta de nossos passeios, esperava-nos ainda nôvo gôzo, quando do terraço fronteiro do convento assistimos ao surgir do disco etéreo, deslumbrante, da lua, atrás das montanhas, ou vimos o céu claro, pouco a pouco, cintilar com as constelações do hemisfério sul. O toque de vésperas, naquele vale de esplendor selvático, despertava em nossa alma um misto das mais doces sensações, a saudade da pátria distante, com o gôzo de tão belo espetáculo".

É assim mesmo. Ao que sobe ao Caraça do mundo exterior, a pétrea cadeia logo o envolve poderosamente, com os seus "grandiosos espetáculos, soberbos panoramas que, por uma espécie de misticismo, tornam o homem física e também moralmente agigantado, participando da grandeza e da inocência da natureza que o circunda" (74). E logo em seguida, lhe abre todos os tesouros do seu mundo físico e interior, sugerindo um forte sentimento de integração com o ambiente. É como se a gente voltasse, de repente, à casa paterna, ao lar que nos viu nascer. Nada então é estranho ou hostil para nós ali. O silêncio é doce, a natureza é amorável e a alma, re-

---

(72) *Idem*, I, pág. 373.

(73) *Idem*, *ibidem*.

(74) Joaquim Cândido da Costa Sena, *Discurso*, cit., pág. 6.

temperada pela intenção e a penitência da romaria, está pronta para receber sei lá quais mensagens do alto, sentindo-se mais perto e mais integrada na obra cósmica de Deus. Talvez seja por tudo isso que a poetisa de *Montanha Viva* formule estas perguntas e deseje participar do segrêdo que reside lá:

“Que óleo se derrama sôbre as almas e os corpos  
dos que vão ter ao cimo rochoso  
e à planície logo depois regressam  
como se houvessem renascido ?

“De que tecido são as novas vestes  
imaculadas e simples  
a adelgaçarem a cintura dos que lá deixaram  
suas antigas escuras roupagens ?

“Que luz é essa a brilhar nos olhos  
do homem taciturno chegado há pouco  
e agora gárrulo entre as crianças e as fontes  
sorvendo a plenos pulmões o ar livre ?

“Tudo isso é misterioso ao extremo.  
E eu bem quisera, unida à montanha viva,  
participar do segrêdo que se resguarda  
no seio das pedras sôbre a coroa das nuvens” (75).

O caracense vai se tornando um intuicionista, quase um panteísta, topando com Deus nas pedras das montanhas e das cavernas, nas fontes e nas cascatas, nas florestas e nos campos. E até nos meteoros, nas vozes sobrenaturais dos ventos das invernias, nos fachos fulgurantes dos raios sôbre as pontas das penedias, nas geadas amortalhando as amplidões, nas bátegas grossas das chuvas cantando sôbre os velhos telhados, nas nuvens viageiras ou nos nevoeiros preguiçosos. E mesmo ainda nos homens e nos bichos.

---

(75) Henriqueta Lisboa, *Montanha Viva*, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1959, págs. 41-2.

Parece ser essa faculdade caracense de raptó espiritual do material, do sensório, e do imediato o seu toque mais individuante. Deve ter sido ela que, mais presente no Caraça do que na Serra da Piedade, moveu ainda mais depressa a resolução do Irmão Lourenço de lá ficar para sempre, com os seus eremitas, dando-lhes aquela sensação de aconchego, que lhe é tão peculiar também. Aconchego tão vivo ontem, como é vivo agora e o será amanhã, pois é assim que o sentem os que lá se abrigam. Não faz muito tempo, um empregado de muitos anos aborreceu-se com a administração da casa e pediu as contas; juntou suas coisas, disse adeus e ganhou a estrada, em demanda de Santa Bárbara. Mas, ao chegar ao alto da serra, para descer, parou, olhando a imensa sucessão das montanhas, que se perdiam no distante horizonte. E ficou assuntando ali, por muito tempo, sem se resolver a descer a serra. Depois, resmungando algo sôbre o diabo do mundão grande lá de baixo, retornou sôbre os próprios passos e nunca mais quis descer da Caraça (76). A desistência do matuto pode parecer um simples derrotismo comodista de quem, tendo cama, comida e trabalho, não se arrisca a enfrentar o mundo desconhecido, mesmo que lhe possa acenar melhores perspectivas de vida. Mas, talvez o matuto caracense fôsse também um contemplativo, apegado definitivamente àquele retiro solitário, tão cheio para si de segurança, de paz e de beleza, como aquela outra montanha sagrada dos Livros Santos, junto da qual outro homem simples também achara bom permanecer para sempre (77). Quando de sua célebre visita ao Caraça, em 1881, ao subir a nobre escadaria de pedra do Irmão Lourenço, voltando-se para as elevações que defrontam a casa, o Imperador D. Pedro II não

(76) Depoimento oral do Pe. José Fernandes, C. M., professor na Escola Apostólica do Caraça.

(77) *Evangelho de São Lucas*, IX, 33.

pôde conter-se, e ficou a repetir para D. Teresa Cristina, que o acompanhava no encantamento, estas palavras de hipnótica fascinação: “Madame, que c’est beau !... que c’est beau !...” (78).

Tal é o Caraça. “É assim o santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça. — completa o Pe. Francisco Silva (79) — Perdida no seio destas alpestres serranias, de penedias brancas, e escavadas rochas, solitário e silencioso, como as rasgadas e profundas grotas da montanha em noites de inverno; recolhido e piedoso, como os antigos ascetérios da Tebaida; calmo e devoto, como as almas puras, que se embebem na doce contemplação das coisas do céu, lá fica êle no meio dos picos alterosos a esgueirar a flecha branca de sua tôrre para o azul do céu, em meigo e suave contraste com o sombrio e triste dos austeros montes que o rodeiam como atalaias de granito a fazer-lhe severa guarda, como para impedir que até lá chegue o marulhar das vagas do mundo, com seu concôrto alegre de ruidosas festas, mescladas tantas vêzes com a melopéia pungente e dolorosa, dos ais e gemidos, dos soluços e prantos, que são a triste herança dos pobres mortais neste vale de lágrimas. É uma mansão de paz !”

---

(78) *Ap. Pe. Pedro Sarneel, Guia Sentimental do Caraça, ct., pág. 110.*

(79) *Monografia da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, in R. A. P. M., XII, pág. 158.*

## CAPÍTULO VII

### *O Irmão Lourenço de Nossa Senhora*

*Mas uma luz que ninguém soube  
dizer de onde tinha vindo  
apareceu para clarear o mundo.*

.....

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE (*Poema  
da Purificação, in Alguma Poesia*)

**E**IS A VIDA talvez mais misteriosa de quantas se encontrem na história eclesiástica brasileira: a do Irmão Lourenço de Nossa Senhora, fundador do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça. Metade da vida do estranho eremita perde-se na lenda, a tal ponto que as conjeturas e as suposições em torno dela chegam, às vêzes, a tornar-se mais sobrelevantes que ela própria.

O mistério envolve a primeira parte de sua vida, a tal ponto que chega quase a obnubilar a melhor compreensão da outra metade. Aliás, êsse espectro de sombra e de mistério pairará sempre sôbre tudo o que irá acontecer, sugerindo confusões, alvitrando interpretações, principalmente na primeira fase de sua existência, segundo as quais o santo, finalmente, acabou por se prevalecer sôbre o íncubo, oferecendo semelhanças biográficas com hagiografias antigas e medievais, como as de um Pafnúcio, um Bruno de Colônia ou um João Gualberto.

A. de Saint-Hilaire é o primeiro a escrever sobre o Irmão Lourenço de Nossa Senhora. Sobe ao Caraça, em 1816, e visita-o pessoalmente. E é também o primeiro a erguer a ponta da capa de mistério que embuça a austera figura: “Há qualquer coisa de misterioso na vida do Irmão Lourenço — narra êle em sua *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1) — um dos Governadores da Província, seu contemporâneo, tratava-o com grande consideração, e supõe-se que êle tenha pertencido a uma família condenada, durante o ministério do Marquês de Pombal, por crime de alta traição”. Se o sóbrio viajante e cientista veicula essa suposição sobre a sua possível ascendência nobre, é que a ouve da bôca do povo, decerto muito repetida ainda nos princípios do século, principalmente depois das públicas provas de aprêço que testemunhara ao fundador do Caraça, o General Bernardo José de Lorena, o Conde de Sarzedas, durante os anos em que estivera à frente do govêrno da Capitania de Minas Gerais (1797-1803).

Ora, o Lorena pertencia à estirpe dos Távoras, a nobre família condenada por crime de alta traição, no consulado do Marquês de Pombal (2); a inexplicável ligação estabelecida entre o Conde Governador, jovem e in-

---

(1) A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, cit., vol. I, pág. 196.

(2) Bernardo José Maria de Lorena e Távora, Conde de Sarzedas, foi filho de D. Luís Bernardo de Lorena e Távora, o chamado Marquês nôvo de Távora, e de sua mulher, D. Teresa de Távora, tia do marido, senhora de grande beleza, que teria sido um dos motivos da discutida conspiração dos Távoras contra a vida de D. José I. No cumprimento das sentenças do processo de 1759, também D. Teresa de Távora foi condenada a permanecer reclusa, nos conventos de Santos e de Chelas. Levou consigo a jovem Marquesa o seu filhinho, ainda de braço, que era justamente D. Bernardo José de Lorena, que as más línguas diziam ser filho do rei. Depois de ter vivido 19 anos recluso, o jovem Bernardo foi com os seus reabilitado no govêrno de D. Maria I, acabando por tornar-se uma das grandes figuras da administração real, quando ocupou os cargos de Governador e Capitão-General de São Paulo e de Minas, e vice-rei da Índia.

crível violador de lares (3), e o severo penitente do Caraca, septuagenário e até então isolado em seu ascetério, alvoroçou a imaginação dos mineiros. Aquêlê “profundo sentimento do mistério” — que Alceu Amoroso Lima observou na gente montanhesa (4) — haveria logo de pressentir algo que subjazia à realidade imediata: a aproximação entre aquêles homens tão diferentes na condição, na idade, e no gênero de vida, não haveria de ser uma simples amizade, afetuosa e desinteressada. Mais que a amizade, deveria intrigar a todos a estranha semelhança física entre o boêmio Conde e o velho contemplativo. Com efeito, o estudo dos retratos de Lourenço e de Lorena pode oferecer sugestões muito interessantes, principalmente à lenda que então se formou: os cabelos bastos, anelados, que coroam a nobre frente do eremita, aparecem também no retrato do Conde de Sarzedas, embora neste devidamente polvilhados e penteados com esmêro; a ampla testa de um, com seus vincos bem marcados, é a mesma do outro; os olhos penetrantes, de fogo, do eremita assumem, no jovem Conde, a vivacidade atrevida que deve ter sido a sua arma mais eficaz para derrocar fortalezas femininas; mas, é no nariz, o grande nariz aquilino (o nariz dos Távoras), imponente como um monumento, cuja peanha seria tôda a face, que se

---

(3) O Conde de Sarzedas tornou-se célebre como galanteador, tanto em São Paulo como em Minas, quando foi Governador dessas Capitâneas. Reportando-se ao mau estado moral desta última área colonial, na passagem do século XVIII para o XIX, o honrado historiôgrafo Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos profliga a “imoderação, e o escândalo do comércio ilícito das pessoas dos dois sexos, que tem afligido e inanchado o país com o mau exemplo, sempre funesto, *mas muito mais quando vem de homens constituídos em autoridade*”. (“Memórias sôbre a Capitania de Minas Gerais”, de 1806, in *R. A. P. M.*, ano VI, fascs. III e IV, pág. 851). Essa azêda alusão final (que grifamos) parece dirigida ao ex-Governador, cuja conduta é ardorosamente defendida no trabalho “Biografia de D. Bernardo José Maria de Lorena”, de autoria da Sra. Maria Luísa Franco da Rocha, publicada na *Revista do Arquivo Municipal*, da Prefeitura Municipal de São Paulo, n.º LXIV (fevereiro de 1940), págs. 105 a 148.

(4) Alceu Amoroso Lima, *Voz de Minas*, cit., pág. 30.

observa maior semelhança entre um e outro: as narinas bem abertas, anchas, fazem adivinhar fortes vozes ressonantes, de timbre anasalado, envolventes ou impositivas; já a bôca do Irmão Lourenço é larga e depressiva, com os finos lábios duramente cerrados, como se isso fôsse a cada instante um nôvo esforço consciente da vontade, e revela o caráter firme e até obstinado do eremícola. Nisto não tem parecença com Sarzedas, com seus fartos lábios excessivamente bem delineados, a denunciar o gozador da vida, cheio de caprichos e vontades. Também o delicado queixo do Conde aponta para o gênio frágil do casquilho inconseqüente, ao passo que o do Irmão Lourenço avulta através das barbas, maciço e inconfundível, como símbolo da fanática determinação que reside em sua personalidade; quais generosos pastéis, as orelhas de ambos são igualmente grandes e semelhantes, principalmente no desenho dos tragos, esquisitamente avantajados, como verrugas disformes (5).

Essa semelhança física dos dois homens, o contato freqüente entre êles, a consideração do Governador para com o Irmão Lourenço, testemunhada e comentada por tôda a gente, como faz crer o depoimento de Saint-Hilaire: — eis os ingredientes que teriam servido para a formulação da lenda de ter o Irmão Lourenço nascido também na família dos Távoras, assim como seu amigo Bernardo José de Lorena. Então, ainda não eram conhecidos os têrmos de seu testamento, de 1806, em que êle se declarava prosaicamente filho de Antônio Pereira e de D. Ana de Figueiredo, natural de Nagoselo (São João da Pesqueira), no Bispado de Lamego (Portugal). Essa naturalidade, aliás, êle a declarara também no Tijuco,

---

(5) Usamos para a nossa comparação duas fotografias: a do Irmão Lourenço, obtida pelo Prof. Antônio Lara Resende, de Belo Horizonte, sôbre o quadro a óleo do fundador do Caraça, existente no salão nobre do Colégio; e a do Conde de Sarzedas, de uma reprodução publicada na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (n.º LXIV, "hors texte").



em 1763, ao entrar para a Ordem Terceira de São Francisco de Assis, como vamos ver ainda neste capítulo.

Quatro anos depois da visita daquele naturalista francês, quando, morto o Irmão Lourenço, os Padres Lazaristas já estiverem instalados no Caraça, a lenda continuará a ser veiculada e espalhada. Até parece que os primeiros Lazaristas se comprazem nela e até a estimulam, tomados, talvez inconscientemente, de um sentimento misto de sebastianismo político e hagiografismo religioso. Como sacerdotes da "Pequena Companhia" de São Vicente de Paulo, ser-lhes-ia agradável reivindicar para a obra que recebiam aquêlê continuísmo "jesuítico" que o Irmão Lourenço, um "Távora", trouxera para o Brasil; e, religiosos e homens da Igreja, não estariam perdendo de vista a lição medieval da sanção hagiográfica, mediante a qual o exemplo do *vir perfectus*, pai e fundador, pode ser oferecido sempre às gerações educandas que se sucedem, como a sugestão eficaz das metas sobrenaturais a atingir-se. E tanto é assim que o Pe. Leandro Rebelo Peixoto e Castro, primeiro Superior da Casa, abalança-se, no Rio de Janeiro, a procurar o Pároco da Ilha do Governador, um tal Pe. Bernardo, que se diz conterrâneo do Irmão Lourenço, para colhêr informações sôbre sua origem, não obstante já ser então do seu conhecimento, com tôda a certeza, o testamento do fundador, onde se liam, com tôdas as letras, sua filiação, naturalidade e estado civil. Pe. Bernardo não sòmente confirma ser o fundador do Caraça parente dos Távoras, como aceita deixar uma memória escrita com seu depoimento (6). Estranha memória, aliás, pois é assinada não

---

(6) Com efeito, ao declarar, em sua Carta Régia de 31 de janeiro de 1820, que "houve por bem aceitar a Instituição de Herança que Lourenço de Nossa Senhora May dos Homens fez das terras, e capella que possuia na Serra do Caraça pelo Testamento em que falleceo", El-Rei D. João VI declara expressamente que *esse Testamento "foi aberto em 26 de outubro do anno proximo passado de 1819, para a minha Real Pessoa, pedindo elle*

pelo depoente, mas pelo Pe. Leandro (7), que parece, assim, mais interessado nela do que o próprio autor...

Referendada, assim, pela administração lazarista do Caraça, a lenda continuaria a interessar a geração seguinte: o Pe. Miguel Maria Sipolis, quinto Superior, apaixonado da história, esteve durante três anos em Portugal, onde, enfiado nos arquivos dos mosteiros, das paróquias e das cúrias diocesanas, tudo fez para descobrir as origens do Irmão Lourenço. Nada conseguiu, nem mesmo

---

a Instituição de Hum Hospício de Missionários". Não é crível que o Pe. Leandro, Superior lazarista, a cuja Congregação entrega o Rei a herança recebida, não tivesse notícia dos termos do Testamento a ella referentes... (V. *Códice 368 SG*, fls. 330-v, 336-v e 346, do Arquivo Público Mineiro).

Quanto à memória do Pe. Bernardo, são estes os seus dizeres textuais: "Notícia da naturalidade e família do Irmão Lourenço: O Irmão Lourenço era de Souto Maior, filho de uma família muito esclarecida, parente da casa de Távora. Eram três irmãos: o mais velho é leigo do convento de Santo Antônio de Vila Real; o segundo era o Irmão Lourenço, que saiu da casa com idade ainda muito jovem; o mais novo é Sebastião Mendonça; e porque os irmãos deixaram a casa, elle tomou posse dela. O leigo chama-se Fr. Luís. Esta casa de Souto Maior é na provincia da Beira Alta junto a Lamego. O nascimento do Irmão Lourenço foi junto a Lamego; porém o irmão que tomou posse da casa foi casar a Souto Maior junto a vila de Trancoso". *Apud Mensageiro de São Vicente de Paulo*, Porto, ano IX, n.º 1, janeiro de 1949, pág. 7. Como o bom do Pe. Bernardo ora coloca Souto Maior junto de Lamego, ora junto de Trancoso, a gente acaba por perder-se no souto maior da confusão, sem ficar sabendo direito de quais d'elles saiu o Irmão Lourenço...

(7) Ao pé da nota do Padre Bernardo, lê-se o seguinte adendo, este assinado, do Padre Leandro Rebelo Peixoto e Castro: "Esta memória me foi dada pelo Rev.º pároco da Ilha do Governador onde nasceu o d.º irmão Lourenço, e conhecia toda a família. a) Castro (Pe. Leandro Rebelo Peixoto e)". *Ap. Mens. S. Vic. de Paulo*, cit., pág. 7.

"Segundo os apontamentos genealógicos e as tradições da família Mendonça Falcão — escreve o Pe. Henrique Machado, diretor do *Mensageiro* — seria a seguinte a linha genealógica em que entronca o Irmão Lourenço. Do casamento de Antônio de Távora Coutinho (8.º Senhor do Couto de Ervilhão) com D. Micaela Josefa de Brito, nasceu Paulo de Távora de Sampaio Coutinho e Póvoas (9.º Senhor do Couto de Ervilhão e morgado da casa castelã de Souro-Pires). Do casamento d'este com sua prima D. Micaela Josefa de Mendonça Falcão nasceram três filhos: 1.º, Fr. Luís (que entrou no convento de Santo Antônio de Vila Real); 2.º, Carlos (o Irmão Lourenço do Caraça); 3.º, Sebastião de Mendonça Falcão Sampaio Coutinho

visitando e interrogando os Mendonças de Távora (8). Por todo o decorrer do século, a lenda ganhou foros de tradição e até literatura se fêz, onde o Irmão Lourenço aparece como o fidalgo D. Carlos Mendonça de Távora (João Salomé de Queiroga e Afonso Arinos). Outras versões ainda continuariam a surgir, algumas até rocambolescas, como aquela história, contada pelo Sr. Antônio Januário de Magalhães Filho, de Itabira, segundo a qual o Irmão Lourenço fugiu para o Brasil dentro de uma pipa, e foi libertado quando chegou ao Rio de Janeiro (9). O anônimo autor da *História do Caraça*, que aparece na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Ano VI, fasc. II), que foi coetâneo do superiorato do Pe. Miguel M. Sipolis, aceita sem discussão os termos da "memória" do Pe. Leandro (10), que é também enfática-

---

e Póvoas (10.º Senhor do Couto de Ervilhão e Morgado de Souro-Pires). Do casamento d'este com D. Ana Helena Ribeiro, de Souto Major (Trancoso), nasceram: 1.º, Paulo de Mendonça (11.º Senhor do Couto de Ervilhão?) e 2.º, Agostinho de Mendonça Falcão de Sampaio Coutinho e Póvoas (bisavô do Sr. Dr. Nicolau Mendonça do Amaral, da casa da Cruz (São Salvador de Viseu), que conserva o retrato a óleo do Irmão Lourenço". *Loc. cit.*

Também o Pe. Henrique Machado repete a tradição da família Mendonça Falcão, segundo o qual o Irmão Lourenço teria nascido no solar de Souro-Pires (Souropires).

(8) Mantemos a afirmação de que nada conseguiu o Pe. Miguel Maria Sipolis, mesmo à face de sua afirmação de que tinha "amplos documentos sobre o Irmão Lourenço, os quais ninguém conhece". (V. Sarneel, Pe. Pedro, C. M., *Guia Sentimental do Caraça*, cit., pág. 34). É que, infelizmente, o investigador lazarista do século passado, se bem que deixasse escritos, nada publicou de novo sobre o que ocorria sobre o Irmão Lourenço. Continuamos, assim, a desconhecer os amplos documentos que êle anunciara em seu poder.

(9) Arquivo do Caraça, *Caderno A (azul)*, n.º 58.

(10) "História do Caraça", in *R. A. P. M.*, fasc. II, ano VI, pág. 494: "Na perseguição que fêz o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, contra os Távoras, escapou, entre outros, um que, para melhor ocultar-se, mudou o seu nome que era antes Carlos de Mendonça Távora em Irmão Lourenço de Nossa Senhora". Comentando esta afirmação, o Pe. Francisco Silva escreve, com certa ironia, que "o autor esqueceu-se de nos dizer de onde colheu essa afirmação". (*R. A. P. M.*, fascs. III e IV, ano IX, pág. 728).

mente amparada pelo Pe. Pedro Sarneel, C. M., Arquivista da Congregação da Missão no Brasil, em seu livro *Guia Sentimental do Caraça* (11), que, por ser tão lírico, “sentimental mesmo e até poético” (12), pode ser justificado em aceitar a lenda, com aquela efusão animosa e crédula que manifesta, ao tratar do assunto.

Mais cauteloso, entretanto, se revela o Pe. Antônio da Cruz, também Lazarista, em seu livro *O Centenário do Caraça*, publicado em 1920, em comemoração do centenário da Casa. Não tendo à mão documentos mais convincentes sôbre a procedência do Irmão Lourenço, aventa a hipótese de que “o mais plausível é que era (o eremita) um simples colono que, no comércio de diamantes, adquiriu fortuna regular e depois, tocado da graça divina, e melhor compreendendo a vaidade do mundo, recolheu-se à solidão, para se consagrar ao serviço de Deus” (13). O memorialista Joaquim de Sales, ex-aluno do Caraça e muito bem informado sôbre sua história, confirma a versão do Pe. Cruz (14), e, ainda recentemente, lhe colhemos o depoimento, em que repetia sua afirmação, baseando-se — dizia — em antigas tradições de sua cidade do Sêro, de acôrdo com as quais o Irmão Lourenço fôra, na Demarcação Diamantina, um honrado português interessado no negócio dos diamantes, em que amealhara seu bom dinheiro (15). (Mas, diga-se de passagem, não seria lá muito bom negociante, porquanto o Pe. Leandro de Castro, Superior do Caraça,

---

(11) *Op. cit.*, págs. 31 a 35.

(12) Correspondência do Pe. Pedro Sarneel (carta de 25 de março de 1961).

(13) Cruz, C. M., Pe. Antônio da, *O Centenário do Caraça*, Rio de Janeiro, Besnard Frères, 1920, pág. 7.

(14) V. o artigo “Se não me falha a memória”, in *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 3 de julho de 1938.

(15) Depoimento pessoal, em julho de 1960, ao Autor, em sua residência, à Rua Gago Coutinho, n.º 66 (Laranjeiras), no Rio de Janeiro.

iria se queixar amargamente, em 1832, de que muitas das dívidas que a casa tinha a receber “se tinham dissolvido com a facilidade que teve o falecido Instituidor Irmão Lourenço em entregar as clarezas aos promitentes” (16). Típica atitude franciscana, que não deveria ser apenas do religioso despojado do apêgo aos bens do mundo, mas haveria de retratar um hábito de tôda a vida, comprovado já desde o primeiro momento em que o Irmão Lourenço aparece na história, recebendo o burel de terceiro da Ordem da Penitência). Outro depoimento, onde se assevera ter sido o nosso Irmão negociante em Diamantina é o do Vigário Mendes, venerando sacerdote do século passado, que dirigiu a paróquia de Catas Altas por muitas décadas e que, segundo o Pe. Pedro Cavalcanti Rocha, C. M., era mui versado nas coisas do velho Caraça (17).

Diante dessas duas correntes de suposições — e elas o são, à míngua de documentos “tópicos” decisivos que comprovem uma ou outra versão — o investigador sente-se em dificuldades para chegar a algum resultado. Entretanto, êle não se ateve aos pouquíssimos documentos restados dos primeiros anos do Hospício da Serra do Caraça. “A história se faz com documentos escritos, sem dúvida”. — ensina Lucien Febvre — “Mas, ela pode se fazer, *deve* se fazer sem documentos escritos, se êles não existem” (18). Se os documentos caracenses não res-

---

(16) *In R. A. P. M.*, ano VI, fasc. II, pág. 536.

..(17) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, n.º 31.

(18) Febvre, Lucien, *Combats pour l'Histoire*, Paris, Armand Colin, 1953, pág. 428, onde se lê textualmente: “L'Histoire se fait avec des documents écrits, sans doute. Quand il y eu a. Mais elle peut se faire, elle doit se faire sans documents écrits s'il n'en existe point. Avec tout ce que l'ingéniosité de l'historien peut lui permettre d'utiliser pour fabriquer son miel, à défaut des fleurs usuelles. Donc, avec des mots. Des signes. Des paysages et de tuiles. Des fermes de champ et de mauvaises herbes... D'un mot, avec tout ce qui étant à l'homme, dépend de l'homme, sert à l'homme, exprime l'homme, signifie le présence, l'activité, les goûts et les

pondiam às perguntas mais instantes, era preciso continuar a pesquisa em outras fontes circunstanciadas. Se a história da primeira metade da vida do Irmão Lourenço não poderia ser escrita à base de documentos escritos, o pesquisador teria de ir à sua presença no tempo e no lugar, à sua atividade, aos seus propósitos e sentimentos, à sua mentalidade e aos seus ideais. Agora, o documento seria o próprio homem, o Irmão Lourenço em pessoa: e todo o passado em tórno dêle — o seu meio social e físico. A todos êsses elementos recorreu o pesquisador: perquirindo, interpretando, insistindo, para que dessem resposta às suas perguntas. E muitas foram deduzidas do ambiente social do tempo: da religião, da política, da sociedade, da economia, da finança, da geografia e, até, da arte (19).

Mas, no que tange a certos fatos históricos — especialmente essas rotinas “tabelioas” de nome e de filiação — Fustel de Coulanges teria razão, se de fato afirmou que “não se faz história sem documentos”. Sem provas, sem documentos “tópicos”, continuaremos a ver muito mistério onde deveriam estar os dados biográficos todos do Irmão Lourenço de Nossa Senhora.

Depois de uma visita ao Caraça, em 1927, o historiador Afonso de E. Taunay, naturalmente informado da confusão indeslindável que rodeava as origens do fundador da “Cartuxa Mineira” de Nossa Senhora Mãe dos Homens, escreveu alguns artigos para o jornal *Correio*

---

façons d'être de l'homme. Toute une part, et la plus passionante sans doute de notre travail d'historien, ne consiste-t-elle pas dans un effort constant por faire parler les choses muettes, leur faire dire ce qu'elles ne disent pas d'elles-mêmes sur les hommes, sur les sociétés qui les ont produites — et constituer finalement entre elles ce vaste réseau de solidarités et d'entraide qui supplée à l'absence du document écrit? E um pouco mais adiante: “Être historien, c'est au contraire ne jamais se résigner. C'est tout tenter, tout essayer pour combler les vides de l'information. C'est s'ingénieur, le grand mot”. (*Idem, ibidem*).

(19) É o conselho de H. I. Marrou, in *De la Connaissance Historique*, Paris, ed. du Seuil, 1958, pág. 81.

*Paulistano*, num dos quais conceituava que somente um contato com os registros paroquiais de Nagoselo, no Bispado de Lamego, poderia permitir a comprovação do que testara o Irmão Lourenço, em 1806 (20). Esse contato foi estabelecido, em nossa pesquisa: escrevemos ao Pároco de Nagoselo, assim como ao Arquivo do Bispado de Lamego. As notícias foram desencorajadoras, pois os registros paroquiais setecentistas da pequenina freguesia foram recolhidos a Lisboa, e do Arquivo Diocesano de Lamego não constam livros de batistérios do tempo do nosso interesse. Insistimos em nosso contato com Portugal, dirigindo-nos, desta vez, a um possível parente do Irmão Lourenço, o Dr. José Maria de Mendonça Cortez, erudito português, que sabíamos estar pesquisando a vida do eremita. Respondendo-nos, informou-nos o Dr. Mendonça Cortez: “1.º — que em suas pesquisas acêrca do Irmão Lourenço, em Portugal nada de nôvo conseguira obter; 2.º — que em Roma, nos arquivos do Vaticano, nada ainda se encontrara, sobretudo a correspondência trocada entre o Caraça e a Santa Sé, acêrca do que motivara a oferta por Sua Santidade da preciosa relíquia do Santo [São Pio Mártir] à igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens”. “Se isto se obtivesse — ainda informava o pesquisador português — estou certo que teríamos descoberto o verdadeiro nome do Irmão Lourenço” (21).

Tudo isso queria dizer que, para nós, os mistérios do Irmão Lourenço continuavam tão opacos como dantes. Ou, pelo menos, o mistério de sua origem aristocrática. Porque fomos achar, no Livro dos Irmãos da Ordem Terceira da Penitência, do Arraial do Tijucu, o assentamento seguinte, de sua entrada para o sodalício francis-

(20) V. “Paisagens Caracenses”, artigo, in *Correio Paulistano*, de São Paulo, de 31 de agosto de 1927.

(21) Correspondência do Dr. José Maria de Mendonça Cortez (Carta ao Autor, em 17 de junho de 1960).

cano local: “26 — O Irmão Lourenço de N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup>, nat.<sup>a</sup> da Freguezia de Naguzelo de S. João da Pesqueira Bispa do de Lamego, tomou o hábito aos 28 de Fevr.<sup>o</sup> de 1763” (22). Não resta dúvida, pois, que, já nos primeiros meses desse ano, êle se achava no Distrito dos Diamantes, da Comarca do Sêrro Frio, para onde convergiam muitos aventureiros (principalmente reinóis, após o terremoto de Lisboa), em busca de ouro e diamantes. Deveria estar radicado no Tijuco, porque a entrada para uma Ordem Terceira, na época, cercava-se daquele período de prova e observação, que mantêm tôdas as entidades sociais que se prezam, em face dos elementos adventícios nelas interessadas. As religiosas ainda mais, pelas razões que julgam óbvias, a bem da integridade e “aumento” da fé. O fato é que recebia, naquela data, na igreja de Santo Antônio do Tijuco, às mãos do Comissário Visitador Pe. João Ferreira de Barros, o hábito da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e iria professar ainda naquele mesmo ano, conforme êste seu Requerimento, que também descobrimos e publicamos em primeira mão: “R.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> P.<sup>e</sup> Comisr.<sup>o</sup> e S.<sup>r</sup> Irm. Min.<sup>o</sup> e mais Irm. de Meza Diz o Irmão Lourenço de Nossa Snr.<sup>a</sup> q. elle tomou o habito denosso P.<sup>e</sup> Serafico S. Fran.<sup>co</sup> nesta veneravel ordem 3.<sup>a</sup> nomez de Fevr.<sup>o</sup> paçado; e dezde então aeza m.<sup>to</sup> se tem occupado em tudo, o que há abem desta veneravel ordem: por cujo motivo requer a VV. CC. se dignem Profesalo não só despençandolhe o tempo, que falta, maz ainda fazendolhe a sua profiçãõ gratuita, atendendo-se a sua m.<sup>ta</sup> pobreza, e preocupar se em ser procurador, e zelador actual p.<sup>los</sup> Arrayaes defora desta mesma Vneravel ordem. P. a VV. CC. sedignem deferirlhe, E. R. M.<sup>ce</sup> (23).

(22) Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco (Igreja de São Francisco de Assis, em Diamantina, Minas Gerais) — *Livro das Profissões da Venerável Ordem Terceira da Penitência*, n.<sup>o</sup> 26.

(23) Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco (Igreja de São Francisco de Assis, em Diamantina, Minas Gerais). *Papéis Avulsos*.



A vista da informação do Mestre de Noviços, houveram por bem os "Irmãos de Meza" de deferir a pretensão do suplicante (24), e êle fêz a sua profissão religiosa no dia seguinte, isto é, a 4 de outubro de 1763, dia do Santo Fundador (25). Diante dêsses novos documentos, faz-se luz sôbre alguns pontos até agora obscuros da primeira fase da vida do Irmão Lourenço. Chegado ao Tijuco antes de 1763, êle não tem muita sorte nos negócios, permanecendo pobre e necessitado; entra para a Ordem da Penitência, indício de que goza de boas relações no arraial, e logo a ela se dedica, na qualidade de procurador e zelador (esmoler), viajando pelos arraiais mais ou menos próximos do Tijuco. Avém-se tão bem em seu mister, que será o próprio Mestre de Noviços, José Pereira do Amaral, quem lhe permitirá, pela informação favorável, antecipar sua profissão religiosa, infringindo a Mesa os próprios cânones da Igreja com essa medida de exceção.

Mas, por que o Irmão Lourenço antecipa a profissão religiosa — seu noviciado durou apenas sete meses e alguns dias — quando, pelos ditames do direito eclesiástico em geral (26) e pelas constituições das Ordens Religiosas (as de São Francisco em particular), êsse noviciado deveria durar um ano, contínuo e completo, para ser válido? (27).

(24) No mesmo Requerimento, com data de 3 de outubro de 1763.

(25) *Livro das Profissões, loc. cit.* Aliás, o diploma de terceiro do Irmão Lourenço foi passado em 22 de agosto de 1780, pelo então Secretário Francisco da Costa Rios, com certeza a pedido do interessado. (Cf. R. A. P. M., fascs. III e IV, ano IX, pág. 742).

(26) *V. Código de Direito Canônico, câns. 542, 555, § I.*

(27) Um ano de noviciado significa o ciclo completo e natural dos 365 dias, desde a tomada do hábito até a profissão. "Questa durata esclarece o especialista Pe: Giovanni Cerri, O. F. M. — é richiesta ad validitatem, talmente, che se l'anno non fosse completo, anche per difetto di solo qualche ora, la professione sarebbe nulla. Ciò è stabilito anche dat

Antes de tudo, é preciso notar que, no século XVIII, as Ordens Religiosas passavam, em tôda a parte, por uma decadência profunda: e as Ordens Terceiras ainda mais, especialmente a da Penitência, cujos desmandos Bento XIV, ainda há pouco (28), tentara corrigir, mino-

---

nuovo Diritto Canonico". (*Il Terz'Ordine Francescano e la Nuova Giurispudenza Ecclesiastica*, 2.<sup>a</sup> ed., Torino-Roma, Pietro Marietti, 1921, pág. 56).

Reportando-se à hipótese de um noviciado abreviado, o mesmo canonista de direito religioso assim assevera: "Per nessuna causa é lecito interrompere il Noviziato, nel senso di volere con atto esterno, meditato e quindi volontario, uscire del medesimo Noviziato. *Così pure non sarà mai lecito, per qualsiasi causa ed in forza di qualsiasi autorità, abbreviare il suddetto anno di prova; salvo il caso di malattia grave, e quindi di pericolo di morte*; nel qual caso, qualunque Sacerdote sarebbe autorizzato ad ammettere alla Santa Professione il Novizio infermo. Tuttavia, qualora questi recuperasse la salute, dovrebbe rinnovare la professione compiuto l'anno del Noviziato". (*Idem*, pág. 57). Doutrina, aliás, baseada em decisão da Sagrada Congregação das Indulgências, de 30 de janeiro de 1896, que apenas revigora velho procedimento jurídico da Igreja, desde São Bento, pai da vida monástica ocidental (Cap. 58, da Regra "Ausculta Fili").

(28) Desde que fôra promulgada a primeira Regra da Ordem Terceira da Penitência (1221), os Papas passaram cumulado o sodalício de muitos favores. O primeiro dêles foi a liberação do juramento de fidelidade feudal que os terceiros tinham de prestar à "Signoria" ou aos "podestà" comunais: essa dispensa subtrahia os terceiros das obrigações civis e militares, que eram julgadas incompatíveis com a profissão religiosa. Foi o primeiro privilégio, que o Papa Honório III concedeu aos Penitentes de Faenza, logo estendido a todos os professos da Itália por Gregório IX, em 1228. A dispensa do juramento de fidelidade poderia ser obtida em questões de paz e de fé, na repulsa à calúnia e na corroboração de um testemunho. O primeiro resultado dessa liberação foi a isenção militar — o *jus exemptionis* — igualmente concedida pelos papas acima citados e mantida depois por Inocêncio IV. Mas, essa isenção logo se estendeu também à vida civil, (V. P. Frédégand, *Le Tiers Ordre de S. François d'Assise*, Paris, Libr. St. François, 1923, pág. 34) judiciária, portanto, conforme a legislação terciária de 1289, São Celestino V declarara, em favor dos terceiros de Aquila, que *eles não estavam obrigados de nenhum modo a apresentar-se diante de um tribunal secular, qualquer que fôsse a sua instância*, desde que estivessem dispostos a intentar ação civil e pessoal perante o Ordinário, consoante o direito eclesiástico. (*Bull. Francisc. Epit.*, pág. 202, n.º 5 — Decreto de 2-9-1294). Pode-se bem imaginar que privilégios tais iriam dar lugar a tôda a sorte de abusos, por parte de professos menos escrupulosos. E, pelos séculos em fora, de fato êsses privilégios medievais corromperam-se, inclusive aquela tal *imunidade de interdito*, que fôra motivo de tantos conflitos mesmo entre autoridades eclesiásticas. (V. *Bull. Franc.*, t. V, pág. 42 — Decreto de 14-11-1306). O Papa Bento XIV, com a sua Bula *Ad Romanum*.

rando a situação dos privilégios de exceção que vinham sendo usados e abusados por ministros e comissários, desde a Idade Média. Quanto a Portugal e ao Brasil, o sodalício gozava do direito de ter estatutos próprios e, em virtude da adoção do regime das alternativas nas eleições da Mesa (Capítulo de 15 de dezembro de 1629), tornara-se joguete das correntes políticas das grandes famílias do Reino, que se digladiavam pelo maior poder, na Côrte de Lisboa (29). Dois exemplos assaz elucidada-

---

*Pontificem*, de 13 de março de 1751, intentou a reforma da Regra de 1289, principalmente no que dizia respeito a essas indulgências e privilégios, cujos motivos de controvérsia com o poder civil tornaram-se tão mais freqüentes quanto mais se afirmava a tendência regalista do Estado absolutista e iluminista do século. Queremos crer que os efeitos dessa nova conduta pontifícia não se fizeram sentir com a eficácia necessária, principalmente no reino de Portugal e, pois, no Brasil. Primeiro, porque podendo os terceiros de Espanha e de Portugal regerem-se por estatutos próprios (concessão de Clemente VII, pela Constituição *Ad Uberes Fructus*, de 10 de março de 1526), sempre se sentiram mais ou menos autônomos em face das diretrizes de Roma, o que redundava às vêzes em desmandos, como aquêles das primeiras décadas setecentistas, no Rio de Janeiro, em que a sua Ordem Terceira incorreu nas censuras do pontífice Inocêncio XIII. (Carta *Ordines et Congregationes*, de 13 de janeiro de 1724). (Stein, O. F. M., Fr. Paulus, *Tertius Ordo Franciscalis*, Woerden (in Hollandia), Administratio SS. Franciscus et Antonius, 1923, pág. 62). E foi que um tal Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, desde 1701, se tornara Ministro do sodalício. Depois de uma série de arbitrariedades, quisera subtrai-lo da jurisdição da Província Franciscana. (Röwer, O. F. M., Fr. Basilio, *O Convento de Santo Antônio*, Petrópolis, Vozes, 1937, pág. 90). A luta durara três anos e Gurgel do Amaral fôra vencido. Mas, outros conflitos surgiram em 1731, e o Padre Geral deu ganho de causa à Ordem Terceira. A partir de então, os franciscanos “desanimaram no cumprimento de seu dever de zelar pela conservação do bom espírito na Ordem, cuja Regra e Estatutos mais e mais caíram em desuso”. (*Op. cit.*, pág. 111). Mas, os dirigentes terciários, tanto aqui como em Lisboa, continuaram a comportar-se como grão-senhores da Ordem, porque eram “pessoas da mesma grandeza do Reino”. (*Estatutos*, cit., págs. 2 e 5).

Foi contra êsse estado de coisas que Bento XIV lançou sua Bula *Ad Romanum Pontificem*, de 13 de março de 1751. A verdadeira reforma porém, iria conseguí-la a Bula *Misericors Dei Filius*, de Leão XIII, que deu à Ordem Terceira de São Francisco sua atual organização (1883).

(29) “No terceiro quartel do século XVIII — escreve Fortunato de Almeida, em sua *História da Igreja em Portugal* — notavam-se graves inconvenientes que à província da Terceira Ordem de S. Francisco resultavam do sistema de alternativas seguido nas eleições dos capítulos provin-

tivos dêsse jôgo poderoso de influências na vida da Ordem acham-se, um no govêrno de Frei Gaspar da Encarnação, nobre representante da Casa de Aveiro, e outro no provincialato de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, elemento intimamente ligado ao Marquês de Pombal, inimigo irredutível daquele patriciado, tão poderoso no Reino até a proscrição dos primeiros dias de 1759. Frei Gaspar da Encarnação, antigo segundo filho da casa dos Duques de Aveiro e companheiro de infância de El-Rei D. João V, que se retirara do mundo em 1725, ingressando no Convento do Varatojo, voltara à Côrte e acabara por assumir as funções de verdadeira “eminência parda” do govêrno do “Magnânimo”. Entre outras atribuições, detivera o contrôle da Venerável Ordem Terceira da Penitência, de Lisboa. Já no govêrno do Marquês de Pombal, quem iria apossar-se dela seria Frei

---

ciais. Fr. Manuel do Cenáculo, como ministro provincial, expunha a questão, em representação dirigida ao govêrno em 1770, nos têrmos seguintes: “Consiste a alternativa em autorizar dois partidos, formados segundo a divisão das províncias do reino, a saber: de uma parte a Beira, Minho, Trás-os-Montes, e da outra parte a Extremadura, Alentejo, Algarve e Ultramar, nascendo destas outras subdivisões muito terrenas. Nas eleições de Provincial, Definitório, Prelados locais, Professôres de letras e estudantes, deve haver repartição aritmética, de sorte que não podem exceder os despachos de um partido aos do outro; e quando acaba um Provincial de um Partido, deve o sucessor ser do outro. Acontece ficarem preteridos estudantes e mestres de capacidade, e homens graves de um dos partidos, e vir a caducar êsse mesmo partido com prejuízo notável da Província, em têrmos de não abundar em Religiosos elegíveis com dignidade, e desmaiarem outros no progresso literário; porém, como se há de observar a alternativa, sômente se observa com igualdade no número, mas não em o merecimento. Disto resulta a contínua inquietação, nociva ao esplendor e bem da Província. Nesta espécie de alternativa é circunstância muito considerável que, sendo a divisão pelas terras, mostra uma experiência sensibílissima, que os *Provinciais partidistas buscam e aceitam para noviços sujeitos sem escolha, nem educação, nem propriedade, nem vocação, contanto que sejam das suas terras, e que possam servir aos seus interesses* (grifos nossos); sendo esta uma péssima raiz da decadência que tem padecido esta Província na reputação, sem ter sido bastantes para prevalecer enquanto quiseram, as diligências dos Religiosos bons, que de dia e de noite trabalharam pelo aumento e crédito da Ordem”. (*História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Acadêmica, 1917, t. IV, Parte I, pág. 276).

Manuel do Cenáculo, o futuro Bispo de Beja, tão afeiçoado às idéias e à política de Sebastião José quanto infenso à antiga ordem de coisas, representada pelos Jesuítas e pelas nobres famílias relegadas. Ora, dentro do regime das alternativas, então agravado pelos ódios desencadeados de um partido contra outro, pode-se bem imaginar o mal que resultava à Ordem Terceira tal estado de coisas (30).

Esses prejuízos políticos na alta administração da Irmandade eram agravados pela falta de estatutos que regessem o sodalício. Sob o inacreditável pretexto de “se ter incendiado aquêle que lhe servia de govêrno no calamitoso Terremoto de mil setecentos cinqüenta e cinco” (31), a Mesa sòmente se decidira a elaborar novos estatutos em 1787, já depois, muito depois que a Rainha D. Maria I determinara a reforma das comunidades religiosas relaxadas (32).

---

(30) O historiador Caetano Beirão discorda da versão do primeiro Bispo de Beja e lhe atribui mesmo os abusos que êle profliga, pois “o provincial, irmão de Fr. Manuel do Cenáculo, grande amigo do marquês [de Pombal], permanecia escandalosamente na sua jurisdição, quando esta devia ter terminado ao cabo de três anos”. (Beirão, Caetano, *D. Maria I*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934, pág. 107). Aliás, êsse historiador fala num “irmão” de D. Frei Manuel do Cenáculo, que parece não ter existido, pelo menos como provincial da Ordem Terceira, como êle diz. O próprio Cenáculo é quem foi o provincial, a partir de 1768. A representação acima citada é de 1770, quando já ministro provincial. (V. Fortunato de Almeida, *Hist. Igr. em Port.*, loc. cit.).

(31) *Estatutos da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Nosso Seráfico Padre São Francisco da Cidade e Santa Proutincia de Portugal*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1787, prefácio (edição princeps).

(32) Na reforma da Ordem Terceira, D. Maria I obtivera fòsse ella considerada congregação autónoma, gesto “não ainda de todo liberado das idéias de Pombal”. (Pastor, Luís von, *Storia dei Papi*, Roma, Desclée & Cia., trad. italiana, 1934, 20 vols., t. XVI, pág. 278). Além disso, essas medidas reformadoras da Rainha atingiram diversas personalidades eclesiásticas proeminentes dos tempos do Marquês de Pombal. E foi assim que se prendeu Frei Manuel de Mendonça, dom abade de Alcobaça, esmoler-mor de El-Rei e reformador da Ordem de São Bernardo, protegido e primo de Pombal; dissoluto, alcovitava nos mosteiros de religiosas os amôres de fidalgos libertinos; visitando os conventos, dilapidava-lhes os

Era essa Ordem Religiosa relaxada que Frei Antônio de Santa Maria, enviado pelo Provincial do Rio de Janeiro, Frei Antônio da Conceição, vinha fundar em Vila Rica, em 1745, na qualidade de Comissário *cum plenitudine potestatis*, a qual logo se espalhou pela Capitania (33).

Não surpreende, assim, a grave irregularidade da profissão antecipada do Irmão Lourenço, em 1763: nesse tempo, com o que remanescera do terremoto de Lisboa, tudo tinha mesmo de estar de pernas para o ar, inclusive os estatutos e as constituições mais principais da Santa Madre Igreja... Mas, o que é curioso, além de se ter valido dessa situação laxa, é o fato de o Irmão Lourenço pedir dispensa e professar aos sete meses. Por que fez isso? Será que a antecipação, voluntária, expressa, teria implicações com a situação financeira e econômica do

---

tesouros (roubou a riquíssima custódia de ouro do mosteiro de Odivelas, um precioso bordão de São Bento no convento de Almoester, lâmpadas, banquetas e vasos de prata amontoados na casa conventual do Destêrro, que vendia depois aos ourives). Quando se preparava para fugir para a Inglaterra, foi prêso e algemado em Alcobaça, onde logo morreu. (V. Beirão, Caetano, *D. Maria I*, cit., pág. 105 e 106). Outro religioso atingido foi Frei João de Mansilha, dominicano, famoso "caixeiro-viajante" do Marquês, autor do plano da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, que apreendera de um espanhol residente no Pôrto. (*Idem, ibidem*). Elemento que também foi afastado da direção do convento dominicano de Santa Joana de Lisboa — que ela própria fundara — foi a priora Sôror Madalena de Mendonça, irmã do Marquês de Pombal. Sua destituição, segundo Latino Coelho, teria sido mero acinte ao ex-ministro, mas o historiador Luís Soriano, referendado pela opinião do Sr. Caetano Beirão (*op. cit.*, pág. 108), não a exime da culpa de traficância, pois conta que a priora montava lojas nos conventos e escorchava as freiras, vendendo-lhes gêneros a preços muito mais caros que os correntes na praça.

(33) V. Côn. Raimundo Trindade, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, Ouro Preto, 1959, 2.<sup>a</sup> edição (do Autor), págs. 6 e 7, 45 e 46. Incorre em erro o historiador Augusto de Lima Júnior, que, em sua obra *O Fundador do Caraça*, atribui ao Pe. Frei Antônio de Santa Maria dos Mártires, irmão do poeta Cláudio Manuel de Costa, o estabelecimento, nas Minas Gerais, dos primeiros ramos da Ordem Terceira de São Francisco, a partir de 1753 (pág. 22, da aludida obra). Em seu trabalho, o Côn. Trindade desfaz o engano do autor da *Pequena História da Inconfidência*. (V. pág. 194).

interessado? Seria um recurso de que se valeu para resolver seus problemas pessoais? Estaria ela correlacionada com a situação política e econômica do Tijuco daqueles dias?

Vamos conhecê-la. Desde os tempos do Governador Gomes Freire de Andrade, em 1739, estava vigorando na Demarcação Diamantina o sistema do contrato, em hasta pública, dos serviços de extração dos diamantes. A Coroa achou mais fácil e mais econômico que a exploração diamantina ficasse nas mãos dos arrematantes particulares. Foi assim que o governo da Capitania assinou com o reinol João Fernandes de Oliveira, pai do futuro desembargador e régulo do mesmo nome, o primeiro contrato. Ora, os Fernandes de Oliveira, pai e filho (afora o brilhante interregno do contratador Felisberto Caldeira Brant, que é, ainda hoje, um dos ídolos do sebastianismo mineiro), dominaram praticamente o fabuloso negócio da extração durante todo o tempo em que existiu o regime dos contratadores, até depois do exílio do segundo João Fernandes de Oliveira para Portugal, em 1771, por ordem do Marquês de Pombal. Então, adveio o novo sistema da Real Extração, a cargo do poder público.

Em 1759, o velho João Fernandes arrematara o quinto contrato e obtivera, três anos depois, sua prorrogação, depois de ter conseguido a exclusão de seus dois sócios Antônio dos Santos Pinto e Domingos de Bastos Viana. Foi então que a roda do destino começou a girar para traz: não se sabe, se nos últimos meses de 1762 ou já nos princípios de 1763, depois de ter ganho imensa fortuna nos contratos (que esbanjou quase completamente), o contratador enlouqueceu em Lisboa e logo morreu, bastante endividado. Entretanto, o jovem João Fernandes de Oliveira soube aparar o golpe, agravado pela "derrama", que fôra decretada também na-

queles dias: não quis aceitar a herança paterna senão a benefício do inventário, e conseguiu receber muito pouco; mas, manteve em seu nome o contrato dos diamantes e tocou o negócio para diante, com energia redobrada e incansável.

Pois bem, é exatamente nesses dias que o Irmão Lourenço de Nossa Senhora surge na história. É quando entra na Ordem Terceira de São Francisco, onde logo consegue professar, apressadamente, aos sete meses de noviciado, antes de findo o tempo canônico e constitucional. Dir-se-ia que aquela profissão, de uma hora para outra, passara a significar tudo para si, e a ela se agarrara, como a uma verdadeira tábua de salvação. É o que se depreende dos termos de seu Requerimento, em que, para obter o deferimento do sodalício, invoca incisivamente os serviços prestados, duas vezes, em apenas dez linhas manuscritas... Que teria acontecido a Lourenço, que não pôde esperar mais alguns meses para fazer sua profissão regular?

Ocorre uma hipótese, que fatos posteriores refortalecerão, como a possível realidade. Pela morte do pai em Lisboa, o segundo João Fernandes chama a si, sozinho, o contrato diamantino, que, a partir de 1761, passara a ser renovado anualmente. Mas, acontecia que o vulto do contrato exigia que o contratador não somente investisse na extração todos os seus recursos, em escravos, maquinaria e dinheiro, como também distribuísse entre apaniguados seus generosas fatias do negócio, permitindo-lhes lucros vultosos, mediante outras formas de "contratos" colaterais, que com êsses favorecidos deveria firmar (34). Ora, o Irmão Lourenço era mais ou menos da mesma idade do segundo João Fernandes; como os Fernandes de Oliveira, proviera do Reino em busca de

---

(34) *V. Memórias do Distrito Diamantino, cit.,* pág. 88.



melhor destino, e reinol como êles, pudera entrar na Demarcação Diamantina sem as reservas que as autoridades portuguesas opunham aos demais forasteiros; era moço de boa aparência e dotado de qualidades marcantes de sociabilidade (o que o habilitaria a tornar-se procurador e zelador da Ordem Terceira da Penitência); muito pobre nos primeiros tempos de sua estada no Tijuco, ter-se-ia acolhido à sombra do prestígio do possível parente ou protetor Martinho de Souza Távora, poderoso no Arraial, com tôda a certeza um dos comensais dos Fernandes de Oliveira, junto de quem não seria difícil insinuar a presença do jovem, simpático (quando queria sê-lo) e necessitado Lourenço; bastante religioso, mas igualmente dotado de forte senso de oportunidade, êste procura a novel Irmandade de São Francisco de Assis, recém-estabelecida no Tijuco (1762), que lhe pode ajudar a ganhar a vida eterna, mas que, ao mesmo tempo, lhe pode granjear ensejos para uma vida terrena mais digna e mais fácil. Ser Terceiro (franciscano ou carmelita, não importa) é ter penhor de patriciado social, econômico e financeiro. Eis um dos motivos pelo qual Lourenço teria entrado para o sodalício. Sòmente no mesmo pé de igualdade religiosa e social com os demais terciários é que poderia aspirar a uma vida semelhante à dêles, a tratá-los de igual para igual, a manter com êles seus negócios de cada dia. Nos últimos meses de 1763, o contratador João Fernandes deveria estar preparando já o próximo contrato do ano vindouro, inclusive a clientela dos afortunados que dêle iriam participar. Não teria sido essa a oportunidade de Lourenço? O fato de, em 1770, ter êle escravos seus e alugados “trabalhando no Serviço do Contrato Diamantino”, prova à evidência que participava do sexto contrato, e deveria estar a êle associado já desde alguns anos, pois não era mais de “muita pobreza”, como em 1763, uma vez que dis-

punha de bens e escravos. A sua profissão antecipada não teria sido, assim, uma verdadeira “carta de crédito”, para poder entrar nos círculos econômicos e financeiros do Tijuco?

Aquêles anos da década de 60 assistiram ao florescimento do sexto contrato, que o desembargador João Fernandes de Oliveira mantinha com pulso firme e uma fortuna sem igual. É êsse sexto contrato, talvez, o mais próspero de tôda a história do Distrito Diamantino e, especialmente, do Arraial do Tijuco. A população aumenta, constroem-se ricos e elegantes edifícios, erguem-se opulentas e belas igrejas, o comércio se intensifica e a riqueza cresce amplamente. O contratador, a exemplo dos tempos de Felisberto Caldeira Brant, faz vista grossa sôbre os garimpos clandestinos e os contrabandos, cada vez mais audaciosos, florescem em tôda a parte, beneficiando a grandes e pequenos. O Intendente Francisco José Pinto de Mendonça, o “Mocó”, não quer saber de se envolver em complicações com o poderoso contratador e sua gente, afinando-se, de resto, pelo diapasão dos plácidos governadores do tempo, D. Frei Antônio do Destêrro (1761), o Conde da Cunha (1763) e Luís Diogo Lôbo da Silva (1764), de quem é secretário o poeta Cláudio Manuel da Costa. Então, por alguns anos, a vida torna-se boa e farta na Demarcação. João Fernandes de Oliveira acha tanto diamante que — reza a tradição — depreca ao Todo-Poderoso para que reduza a carvão as gemas preciosas, caso lhe tragam desventuras. Acaba por ser considerado o homem mais rico do Reino. E, do Tijuco, é o verdadeiro soberano, com a sua côrte de áulicos e aduladores, e sua rainha, a mulata Xica da Silva, *maîtresse* do contratador, que se agrada especialmente das homenagens e cumprimentos das melhores famílias tijuquenses, mas que detesta os reinóis, chamando-os “marotinhos”, quando os manda, como um

favor especial, a trabalhar com os seus escravos nos serviços do contrato. Eles devem esconder a custo o amor-próprio ofendido e mostram todos os dentes à caprichosa crioula, medianeira dos favores que lhes pode prodigalizar o contratador.

Como acima se disse, se o Irmão Lourenço vai ter mais tarde parte no contrato diamantino, é que pertence ou pertencerá a êsse “grand-monde” do desembargador-contratador, incluindo-se entre aquêles protegidos que não aparecem, é verdade, ostensivamente no negócio, mas têm praça nêle, com os seus escravos e interêsses. Escravos na mineração tem-nos o Irmão Lourenço, como se pode ler nesse precioso “Treslado de huma Escritura de Doação Condicional que fas o Irmão Lourenço de Nossa Senhora à Ordem Terceyra da Penitencia do Serafico Patriarca São Francisco deste Arrayal do Tejuco”, do ano de 1770, que o pesquisador e historiador eclesiástico D. Joaquim Silvêrio de Souza, Arcebispo de Diamantina, foi achar nos arquivos de sua cidade (35). É verdade que os escravos não pertencem ao Irmão Lourenço: estão à sua conta, para pagamento da dívida do seu “devedor José da Silva Lopes de sento e quarenta mil reis pela coal quantia se achão dous escravos do dito devedor *trabalhando no Serviço do Contrato Diamantino para satisfação do sobre dito credito*” (grifo nosso) (36). Mas, pelo contexto do documento, não parece que o Irmão Lourenço esteja a “sub-locar” os serviços dos escravos: são braços *seus* na mineração, são “trastes” seus, a trabalharem para êle. Isto é muito importante para nós, pois vale dizer que *o nosso futuro eremita é, de fato, um minerador de diamantes.*

---

(35) V. sua transcrição integral in *Sítios e Personagens*, cit., págs. 43 a 46.

(36) *Idem, ibidem*, pág. 44.

Todavia, o fato de pertencer êle ao grupo financeiro e político do contratador João Fernandes de Oliveira se configura mais positivamente nos eventos que se dão no Tijuco, depois que o Conde de Valadares assume o govêrno da Capitania. Nos anos que se seguiram à Guerra dos Sete Anos, Portugal conhecera o agravamento de sua situação econômica e política e o Marquês de Pombal fôra obrigado a estreitar cada vez mais os arcos de seu govêrno forte dando-lhe um feitiço áspero de estado militarista e fiscal (37). Os reflexos dessa situação teriam de fazer-se sentir na Colônia e, principalmente, em sua mais rica Capitania, as Minas Gerais, traduzindo-se em medidas específicas de refôrço do poderio policial e do aparato fazendário. Essas medidas haveriam de incluir o reaparelhamento de segurança da Capitania, mediante a criação de novas tropas de pedestres, aptas a correr com os régulos, os facinoras, os vadios e os quilombos, que então infestavam todo o território; mas, haveriam, antes de tudo, e contra tudo (até contra as justiças da Capitania), de fazer funcionar a máquina fiscal da Coroa, de tal forma que voltassem a ser pagos os impostos e fôssem coibidos os contrabandos; que se recolhessem exatamente os subsídios voluntários e os dos mulatos e crioulos entrados nas Minas; que se controlassem melhor os contratos das passagens e das entradas dos dízimos; que se pagassem os direitos das crias; que se contabilizassem os impostos em livros fiscais; que fôssem, finalmente, estimulados "os Donativos dos Officiaes pelo zelo com que se havião nas remataçoens delles" (38). Pois, investido no govêrno da Capitania a 16 de julho de 1768, o jovem D. José Luís de Menezes Abranches e Castelo Branco, Conde de Valadares — que não tem ainda vinte

(37) V. Macedo, Jorge de, *A Situação Econômica no Tempo de Pombal*, Pôrto, Livraria Portugália, 1951, págs. 49 et seqs.

(38) *Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais*, cit., pág. 483.

e cinco anos — abalança-se a fazer tudo isso e o consegue. Mas, põe em sobressalto a Deus e todo o mundo. Ei-lo no Tijuco, mandado especialmente pelo Marquês de Pombal (39), para melhor observar os atos do poderoso contratador João Fernandes e despachá-lo para Lisboa, tão logo se enseje a oportunidade; porém, o prestígio ou o dinheiro do divo desembargador retarda a decisão do Conde, por muito tempo. Êle se deixa ficar no Tijuco, sempre cercado de aparatosa gente de armas, e torna-se amigo e comensal de João Fernandes. Ninguém sabe ao certo a que teria êle vindo, até que se dá o desfecho: um estafeta chega de Vila Rica e entrega a Valadares um despacho, que êle vai abrir e ler, tremendo, diante do contratador: é um decreto de El-Rei, que lhe intima parta em três dias do Tijuco e siga para Lisboa, sob pena de ser considerado inconfidente (40). Confian-do em que, com a sua fortuna, poderia mudar a situação em seu favor perante o próprio Marquês de Pombal, João Fernandes de Oliveira acaba por ceder à intimação e parte para Portugal. Mas, longe de suas minas de diamantes, sua posição enfraquece-se naturalmente e cuida o govêrno real de retê-lo em Lisboa, ao mesmo tempo que lhe tira o contrato e cria a Real Extração. Pode-se bem avaliar a situação difícil em que se acharia naqueles dias a vasta clientela do contratador, principalmente depois que a administração pombalina lança a segunda derrama, para regularizar os quintos atrasados do ouro.

Esta hora dramática para o Arraial do Tijuco vai assistir a expressivo gesto do Irmão Lourenço de Nossa Senhora, gesto de quem quer dar as costas àquele mundo hostil, de devassas, tropelias policiais e exílios forçados: o Irmão Lourenço comparece a cartório, para oferecer à

---

(39) *Mem. Distr. Diam.*, cit., pág. 164.

(40) *Op. cit.*, pág. 166.

Venerável Ordem Terceira da Penitência, em abril de 1770, a doação condicional dos seus bens, como está lavrada no “Treslado” de que demos acima notícia.

Curiosa, essa escritura de doação condicional. Ela merece umas considerações especiais. A primeira delas é essa estranha coincidência do gesto do Irmão Lourenço com a desgraça do segundo João Fernandes; a coisa pode não passar de simples coincidência, mas o fato de estar êle metido na mineração — como tivemos ocasião de ver — implica-o naturalmente na conjuntura financeira e econômica do sexto contrato, essa portentosa pepineira, que, como o cataclisma do “Acaba-Mundo”, do Jequitinhonha, estoura e vai por água abaixo, na ruína final do regime, cuja pá de cal é o advento da Real Extração. A segunda é o fato de ser uma doação *condicional*. O Irmão Lourenço comparece perante a Ordem para doar. Quer doar tudo o que tem, mas, pelas precauções de que faz revestir-se o ato notarial, como que já está antevendo a recusa em receberem a doação. Parece mais um pretexto, uma manobra, do que propriamente uma doação pia e desinteressada. Parca doação, que nem chega a ser o pé-de-meia semi-vazio, que, uns dois anos depois, vai servir para a ereção do cenóbio de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça. A terceira consideração ocorre sobre a identidade civil do doador, que ofertando os seus bens civis, terrenos, temporais, nem por isso se decide a declinar sua condição *civil*, preferindo esconder-se sob sua *identidade religiosa e franciscana*; como se, à proteção da Igreja, êle se quisesse amparar e proteger-se do braço secular, ao qual nega sua verdadeira identidade. Uma quarta consideração reside na flagrante insistência do doador em se declarar terciário franciscano, esmoler da Terra Santa e portador do hábito sodal. Perante o tabelião, põe testemunhas que o reconhecem como sendo aquêle “que muito de sua livre von-

tade e sem constrangimento de pessoa alguma havia tomado a verdadeira resolução de se empregar no Serviço de Deus Nosso Senhor e do Seráfico Patriarca São Francisco” (41); “apareceu presente o Irmão Lourenço de Nossa Senhora Esmoler que foi da Terra Santa” (42) — aqui é o próprio notário quem dá fé do antigo esmoler; e mais adiante declara que trazia “em si o hábito do mesmo Patriarca (São Francisco de Assis) como delle já usava como dito Esmoler que era da Terra Santa” (43). São as provas do terciário, do esmoler (ex-esmoler, aliás, porque insiste sempre no passado) e do portador do hábito seráfico.

Se permanece de pé a hipótese de ser a Ordem Terceira da Penitência homizio para o Irmão Lourenço, tentemos averiguar se, de fato, ela estaria em condições de ampará-lo. Acreditamos que sim. O sodalício poderia dar-lhe a proteção que procurava. Tanto política, como estatutariamente. O regime das alternativas, na cúpula da Ordem, na Côrte, envolvera-o inteiramente nos laços da politicalha, que lá campeava; não era em vão, pois, que as facções disputavam as eleições para seu contróle efetivo. A salvaguarda, a proteção e o amparo dos interesses de suas respectivas clientelas sempre foram e sempre serão um dos instrumentos mais eficazes para o jôgo dos partidos políticos. E, no caso da Ordem Terceira da Penitência, o empenho desses partidos haveria de apresentar-se ainda mais concentrado, à lembrança dos favores especiais que ela oferecia aos seus professos. Tudo leva a crer que a nova ordem de coisas, instaurada por Sebastião José de Carvalho e Melo no campo religioso após a queda dos Távoras e o banimento da Companhia de Jesus, mal havia chegado à

---

(41) *Sítios e Personagens*, cit., págs. 43-44.

(42) Documento citado, pág. 43 (*Sítios e Personagens*).

(43) *Idem*, pág. 44.

Colônia; dêste modo os dirigentes e os irmãos da comunidade do Tijuco, pelo menos em 1763, pertenceriam ao grupo daqueles elementos ligados à antiga facção de Frei Gaspar da Encarnação, a quem, em nossa ordem de idéias, também se interligaria o Irmão Lourenço, por motivos “ideológicos” e, quiçá, de sangue. Eis nosso Irmão muito bem acautelado, entre confrades amigos, e, principalmente, amparado por uma Regra, que, em seu Capítulo XVII, reza assim: “Que os Irmãos e as Irmãs *evitem o mais possível os processos entre si e, se isso acontecer, que se empenhem em os acabar de forma amigável*”. (Regra de 1289). Os nossos grifos ilustram bem a posição segura em que estaria colocado um irmão da comunidade que tivesse de depender da justiça dos seus confrades, *a fortiori* daqueles poderosos confrades do Tijuco, gente da Ordem de Cristo, quando não régulos da política ou da finança. No caso, portanto, de algum irmão pender da justiça, em conflito com outro, a Ordem interferirá, no sentido de levar a bom têrmo, lavando em casa a própria roupa suja, qualquer disputa entre êles (44).

---

(44) Segundo a Regra de 1289, cabia taxativamente aos Ministros dos soldáfcios decidir os litígios, mesmo aquêles que surgiam entre terciários e não-terciários. Eis o que reza o seu capítulo XI: “Se acontece que os Irmãos ou Irmãs sejam molestados indevida e contrariamente a seus privilégios pelos *podestás* ou governos dos lugares onde se encontrem, seus Ministros deverão imediatamente recorrer ao bispo ou ordinário do lugar, a fim de tomar conselho sôbre a maneira de agir em semelhante caso, e o que devam fazer segundo o conselho recebido”.

Explicando essa “isenção civil” — que também se estendia, como vimos, ao domínio judiciário — assim a justifica o canonista P. Frédégand: ... “ses membres [os terceiros] étaient jugés non par le tribunal séculier mais par le tribunal ecclésiastique. Du fait qu'ils portaient un habit reconnu par l'Église comme sien, le bras séculier ne pouvait les frapper qu'à la suite d'une sentence de l'Ordinaire. On s'explique ainsi que les Papes s'adressaient toujours aux Evêques pour faire rendre justice aux Tertiaries molestés. Dès le début on prit des mesures pour sauvegarder ce privilège du for”. (*Le Tiers Ordre de S. François d'Assise*, Paris, Libr. St. François, 1923, pag. 34).



Ainda na ordem de nossas idéias, não estaria fora de suposição o fato de o Irmão Lourenço ser, além de minerador de diamantes — como já vimos — algo mais do que isso: pode ser que também garimpasse ou contrabandeasse. Naquela rêde de interêsses desenfreados, nos tempos fáceis e irresistíveis dos contratadores, era difícil deixar de ser uma ou outra coisa. Era como ser hoje um industrial e não tentar os lucros extraordinários. Ou garimpando ou contrabandeando, seria inevitável que o Irmão Lourenço tivesse desafetos ou pessoas prejudicadas, grandes ou pequenos. Associando-se ao último contratador — como ainda ficou provado — incorreria ainda mais na animosidade do povo, já que êste odiava os contratadores. Uma Ordem da Penitência, nas condições que acima observamos, haveria de ser um refúgio ideal para quem se sentisse açossado por êsse ódio ou pelo braço da lei. Não negamos a fé e a devoção do Irmão Lourenço, mas acreditamo-lo igualmente astuto, para se aperceber de que uma Ordem Terceira assim, poderia ser-lhe muitíssimo útil, mesmo no século. Aliás, êsse arsenal de privilégios e regalias lhe davam, desde a Idade Média, uma posição especial dentre as demais comunidades terciárias da Cristandade: a de São Domingos (1406), a dos Agostinianos (1409), a dos Servos de Maria (1424), a do Monte do Carmo (1452), a dos Mínimos de São Francisco de Paula (1508), a dos Trinitários e a dos Premonstratenses (1751), às quais se ajuntariam mais tarde as Ordens Terceiras dos Beneditinos (1871) e dos Mercedários (1880) (45).

Não se pode, é verdade, à míngua de um só documento que o comprove, afirmar que nosso Irmão Lourenço tenha entrado para a Ordem Terceira a fim de se beneficiar dos seus privilégios, constrangido por alguma

(45) *Enciclopedia Cattolica*, Città del Vaticano, Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per il Libro Cattolico, 1953, t. XI, col. 2045.

situação insustentável do passado. Não se pode afirmar que êle tenha sido um criminoso. Achamos deveras imaginosa a versão do historiador Augusto de Lima Júnior, que, em sua obra *O Fundador do Caraça* (46), e especialmente no Capítulo V, vê no Irmão Lourenço o agregado do Duque de Aveiro, José Policarpo de Azevedo, um dos autores materiais do atentado da Quinta do Meio, que quase pôs têrmo à vida de D. José I, na noite de 3 de setembro de 1758, em Lisboa, numa das incursões furtivas do Rei. Entretanto, não obstante os argumentos e as articulações que pretende estabelecer o historiógrafo mineiro, não exhibe nenhum documento comprobante de sua afirmação, embora freqüentasse cuidadosamente os arquivos portugueses. Não, não cremos que o eremita do Caraça seja o fugitivo José Policarpo de Azevedo. Contudo, cremos que tenha acontecido algo de grave com o Irmão Lourenço, algo de moralmente proibido, que lhe impediu a entrada para a vida clerical.

Prosseguindo nossa teoria, tentaremos agora examinar as pegadas do passado misterioso do Irmão Lourenço sôbre os decalques negativos deixados pelo fato de nunca se ter ordenado. Ao nosso ver, êste é o mistério que esconde tôda a vida do solitário. Não se concebe que um homem como êle, de fé profunda e com decidida vocação religiosa, não tivesse recebido ordens. É que faltou à figura do Irmão Lourenço aquêle tríptico carismático do apóstolo, do pastor e do servo de Deus, que sômente o toque sacerdotal pode dar. Sômente o sacerdócio, a vida religiosa, podem oferecer a plenitude da ação apostólica. Por isso, desapareceu a obra do primitivo Caraça, tão melancòlicamente descrita por A. de Saint-Hilaire, em 1816. Naqueles dias, ela estava moribunda. Parecia tão decrépita como o seu fundador. No entanto, se ordenado, êle poderia ter dado à sua obra

---

(46) *Op. cit., passim.*

personalidade canônica e eclesiástica. Poderia integrá-la na corrente viva da sucessão apostólica, que também é, antes de tudo, uma sucessão humana e administrativa. Assim, ela estaria ligada à hierarquia, que é o penhor de continuidade vital das obras religiosas. Não o fez, como não poderia fazê-lo, na sua condição de simples leigo, pois era apenas “irmão” de uma Ordem Terceira. Assim, o seu Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens ficou só, obra de um homem só, de um leigo devoto e animoso, é verdade, mas desligada canonicamente da Igreja, como um galho pêco que jamais pôde viver verdadeiramente unido ao seu tronco materno. O Hospício foi uma simples capelania, como qualquer outra das tantas que então existiam nas minerações e nas “rossas” setecentistas.

O Irmão Lourenço era um líder religioso. Ou pretendeu sê-lo. Não se justifica, pois, que, para exercer em tôda a amplitude o seu múnus pastoral, não tivesse entrado para o estado religioso, ordenando-se sacerdote. Não se objete que, devoto de São Francisco de Assis, quisesse seguir o exemplo do “Poverello”, que, por humildade, jamais aceitou o presbiterato. É que São Francisco sempre manifestara o desejo de renunciar à direção da Ordem, tão logo fôsse possível, e acolher-se entre os mais humildes dos seus irmãos, pois lhe aborrecia o comando de homens; e acabou realizando seus desejos, nos últimos seis anos de vida, quando passou a direção franciscana a Pedro de Catânia (1220). O Irmão Lourenço, pelo contrário, jamais abnegou da condição de chefe de sua comunidade do Caraça; sòmente pleiteou formalmente a vinda de missionários varatojanos para o eremitério, quando já estava quase octogenário, inválido e doente (47).

---

(47) Seu primeiro requerimento ao Príncipe Regente, solicitando a vinda de missionários, é de 1801, vinte e sete anos após a criação da

E então, por que não se ordenou ou não abraçou a vida religiosa? O Pe. Francisco Silva, em sua *Biografia do Irmão Lourenço de Nossa Senhora* (48), é de parecer que, inicialmente, o fundador do Caraça desejara ser religioso “e não podendo, não se sabe por que motivo, agremiar-se a alguma ordem existente”, procurara “realizar êsse santo desejo do modo que lhe era possível” (49), isto é, estabelecendo-se no Caraça com a sua comunidade de verdadeiros “donatos”. Há no Caraça um precioso documento, que ilustra ainda mais certamente sua tenção de fazer-se religioso: é a carta de recomendação, escrita por um certo Frei Antônio de São João Batista a seu irmão de hábito Frei Felipe, sôbre o Irmão Lourenço, onde, a determinada altura, se lê que o cenobita era “sujeito de tôda a confidência e sendo que este não podia ser religioso se retirou para o ermo” (50). O nosso grifo destaca sua evidente demarche junto da Ordem dos Menores para nela entrar, pois está claro que o missivista não iria referir a circunstância de não ter podido o Irmão Lourenço ser religioso, se não tivesse notícia de sua intenção ou tentativa nesse sentido.

Quer dizer que algum grave impedimento não permitiu mesmo ao Irmão Lourenço a realização do seu desiderato. Impedimento êsse que devera ser, com tôda certeza, de natureza canônica. Conheçamos, pois, as principais invalidações canônicas do tempo, que poderiam impedir o acesso às ordens, dirigindo-nos às *Constitui-*

---

Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens. (Arquivo do Caraça, *Caderno D*, n.º 6, e *V. R. A. P. M.*, ano VI, fasc. II, pág. 508). Também o Pe. Francisco Silva, C. M., estranha a demora e conjectura que ela talvez se devesse ao desejo que tivera o Irmão Lourenço de fundar uma congregação religiosa. (*V. R. A. P. M.*, ano fascs. III e IV, pág. 747).

(48) Silva, Pe. Francisco, in *R. A. P. M.*, ano IX, cit., págs. 737 a 767.

(49) *Idem, ibidem*, pág. 747.

(50) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, n.º 22. Essa carta acompanha uma outra do Irmão Lourenço ao mesmo Frei Felipe da Conceição, escrita em 1.º de fevereiro de 1802.

*ções Primeiras do Arcebispado da Bahia*, então em vigor na Igreja do Brasil. Elas estão consubstanciadas no Título LIII, n.º 224, págs. 98 a 100, e podem ser resumidas nos “impedimentos e interrogatórios” seguintes: se o ordinando “he, ou foi herege apostata de nossa Santa Fé, ou filho, ou neto de Infiéis, Hereges, Judeus, ou Mouros; ou que fossem presos, e penitenciados pelo S. Officio”. (...) “Se tem idade para receber a Ordem que pretende: convém a saber para a primeira tonsura, Ostiario, Leitor, e Exorcista ao menos sete annos completos, e para Acolito doze”. (...) “Se he corcovado, ou aleijado de perna, braço, ou dedo, ou tem outra deformidade, que cause escandalo, ou nojo algum a quem o vê”. (...) “Se commetteu algum homicidio, ou se por alguma via foi causa delle: se cortou membro a alguém, ou foi causa disso, ainda que fosse por auctoridade de justiça, como sendo Juiz, Accusador, Testimunha, Meirinho, Notario, Accessor, ou Procurador”. (...) “Se commetteu algum crime, pelo qual esteja querelado, ou denunciado ás justiças seculares ou Ecclesiasticas”. (...) “Se he cazado por palavras de presente, ou futuro, tendo jurado, ou promettido de receber alguma mulher”. (...) “Se vem constringido a tomar Ordens por força, ou medo grave, que lhe faça alguma pessoa” (51).

---

(51) São todos estes “os impedimentos e interrogatórios” das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, para a primeira tonsura clerical e as quatro Ordens Menores: “1. Se o Ordinando he baptizado, e crismado. 2. Se he, ou foi herege apostata de nossa Santa Fé, ou filho, ou neto de Infiéis, Hereges, Judeus, ou Mouros; ou que fossem presos, e penitenciados pelo S. Officio. 3. Se he legitimo havido de legitimo Matrimonio. 4. Se tem parte de nação Hebræa, ou de outra qualquer infecta: ou de Negro, ou mulato. 5. Se he cativo, e sem licença de seu senhor se quer ordenar. 6. Se tem idade para receber a Ordem que pretende: convém a saber para a primeira tonsura, Ostiario, Leitor, e Exorcista ao menos sete annos completos, e para Acolito doze. 7. Se he corcovado, ou aleijado de perna, braço, ou dedo, ou tem outra deformidade, que cause escandalo, ou nojo algum a quem o vê. 8. Se lhe falta a vista especialmente no olho esquerdo, ou se tem tal belida em algum delles, que cause deformidade. 9. Se he enfermo de lepra, ou gotta coral, ou de outra doença

Vejamos agora, pelo exame de cada um dos principais impedimentos citados, onde estaria aquêlê que poderia invalidar e, pois, impedir o acesso do Irmão Lourenço às ordens. Não é o primeiro, porque, entrando para a Ordem Terceira da Penitência, já está assente que não “he, ou foi herege apostata”, nem filho ou neto de infiéis, herejes, judeus ou mouros (52); também não é o segundo, pois ao entrar para o sodalício terciário, já em 1763, o Irmão Lourenço deveria estar no caminho dos quarenta anos; igualmente não seria o terceiro, porque não consta, nem em documento nem em tradição, que tivesse êle algum defeito físico; nem ainda o sexto, pois declarado o seu estado civil de solteiro, em seu testamento, cessa a razão impeditiva (53); não é também o sétimo impedimento, já que a tomada do hábito da

---

contagiosa. 10. Se he vexado, ou assombrado do demonio. 11. Se he abstemio, de maneira que quando bebe vinho, lhe venhaõ vomitos: ou, pelo contrario, se he demasiado no beber vinho, ou se se toma delle. 12. Se commetten algum homicidio, ou se por alguma via foi causa dello: se cortou membro a alguém, ou foi causa disso, ainda que fosse por auctoridade de Justiça, como sendo Juiz, Accusador, Testimunha, Meirinho, Notario, Accessor, ou Procurador. 13. Se foi causa de algum aborto, fazendo morrer alguma mulher. 14. Se he bigamo por qualquer especie de bigamia. 15. Se he blasfemo, arrenegador, ou costumado a jurar; revoltoso, tافل, ou de ruins conversaçõens. 16. Se he concubinario, ou tido, e havido por homem incontinente. 17. Se commetteu algum crime, pelo qual esteja querelado, ou denunciado às justiças seculares, ou Ecclesiasticas. 18. Se por algum delicto fez penitencia publica, ou se incorreu infamia de facto, ou de direito. 19. Se está excomungado, suspenso, ou interdicto. 20. Se tem, ou teve alguã tutoria, ou officio de administração da fazenda Real, ou de alguma pessoa particular, em razão da qual esteja obrigado a contás. 21. Se he casado por palavras de presente, ou futuro, tendo jurado, ou promettido de receber alguma mulher. 22. Se vem contrangido a tomar Ordens por força, ou medo grave, que lhe faça alguma pessoa. 23. Se he frequente em se confessar, e commungar. 24. Se he natural deste Arcebispado, ou nelle se tem feito compatriota”. (Livro 1.º, Tít. LIII, n.º 224, págs. 99-100).

(52) V. Cap. I, da Regra Terciária Franciscana de 1289.

(53) “Vivi sempre no estado de solteiro — declara êle em seu Testamento — e nunca tive filhos”. (Arquívô do Caraça, *Caderno D*, n.º 7, — Cópia do Testamento e Petição do Testador, com datas, respectivamente, de 1806 e 1825).

Penitência foi livre e espontânea (54); resta apenas o exame dos impedimentos quarto e quinto, referentes a crimes cometidos ou penderes da justiça.

Passemos pelo quarto impedimento (o de quem comete homicídio), que, se tivesse ocorrido, mais difficilmente deixaria de ter vestígios, e consideremos o quinto, aquêlle que condiciona o impedimento do ordinando ao fato de *ter cometido "algum crime, pelo qual esteja que-relado, ou denunciado ás justiças seculares, ou ecclesiasticas"* (55). Pois bem. É exactamente êste impedimento

(54) Assim reza o Tabelaão, no "Treslado de huma Escritura de Doação Condicional": "...e por elle [Irmão Lourenço] me foi dito na prezença das mesmas testemunhas que muito de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma havia tomado a verdadeira rezolução de se empregar no Serviço de Deus Nosso Senhor e do Serafimo Patriarca São Francisco"... (*In Sítios e Personagens*, cit., pág. 44).

(55) *Constituições*, cit., n.º 224, item 17. Aliás, quase reeditando as palavras das *Constituições* de D. Sebastião Monteiro da Vide, o actual *Código de Direito Canónico*, testemunhando a actualidade e permanência do principio juridico em questão, assim reza, em seu Cãnon 542, item 1.º: "Hi quibus imminet poena ob grave delictum commissum de quo accusati sunt vel accusari possunt". É o impedimento a que os canonistas classificam como "irregularitas ex delicto". Desde os primeiros tempos da Igreja, excluíam-se do altar todos os "irregulares" por causa de crime. Já o apóstolo São Paulo prescrevia que não fôsem admitidos no serviço do Senhor senão homens puros de todo o crime (I Tim., III, 10): "Nullum crimen habentes". Santo Agostinho comenta que São Paulo fala "sem crime" e não "sem pecado". E, citando como exemplos para fixar a idéia do crime, o assassinio, o adultério, a fornicação, dá-lhe esta definição: "o crime é um pecado grave que reclama imperiosamente acusação e condenação". A Igreja enumera outros crimes, além daqueles anotados pelo Doutor de Hipona: o sacrilégio, o cisma, a heresia, a apostasia, o roubo, a fraude, o falso testemunho.

Mas, o que mais interessa é conhecer a attitude da Igreja em relação ao criminoso ordenado ou a ordenar-se. O Concílio de Nicéia, em seu cãnone 9, depõe o padre que confessa ter cometido um crime. Essa decisão é depois adotada por diversas decretais pontificias. Assim é que o papa Sirício, tirando a todos os penitentes a esperança de ordenação, considera como subreptícia a ordenação de um penitente (*Epist. ad Himer.*, ano 385). Inocência I, invocando a decisão de Nicéia, exclui os penitentes mesmo das ordens menores (*Epist. XXXIX ad Episc. Apulos*). O papa Gelásio não faz excepção para nenhum penitente e os "Statuta Ecclesiae Antiquae" — falsamente attribuídos ao 4.º Concílio de Cartago — declaram formalmente que, por mais sincero que fôr em sua penitência, o penitente

canônico o único para o qual não fica, da vida do Irmão Lourenço, qualquer elemento positivo de contra-prova. Diante do fato de não ter podido receber ordens, há o silêncio dêle, há o mistério, um mistério confrangedor, que chega a inquinar de dúbia a atitude do ex-esmoler da Terra Santa nessa emergência de sua posição perante a cléricatura, induzindo o pesquisador a suspeitar de que, na verdade, teria sido êsse o impedimento que cortou sua carreira na Igreja. Êle seria, assim, culpado de algum crime pendente da justiça ou, pelo menos, estaria envolvido em alguma questão *sub judice* (questão que, no ambiente social e econômico onde vivia, teria de ser algo relacionado com algum desmando ligado aos abusos do regime dos contratos ou atinente a descaminho de diamantes). Queremos desconfiar mesmo que a grave falta do nosso Irmão estaria relacionada a coisas de dinheiro: aquela estranha insistência perante os co-irmãos da Ordem Terceira, reiterando sua antiga condição de esmoler da Terra Santa, como verdadeira fiança de sua exação financeira de outros tempos, leva a certa intuição disso. Dir-se-ia o caso de um homem, atualmente desonrado, que reivindica perante seus amigos de ontem a lembrança da passada dignidade, acreditando que possa assim justificar-se ou sequer conjurar a tempestade que lhe vai desabar sôbre a cabeça. Até então, isto é, até que acontecesse êsse crime ou essa pendência judicial, o Irmão Lourenço pudera ingressar na Ordem Terceira de São Francisco; pudera mesmo fazer o noviciado em sete meses (e sua confissão de pobreza até favorecia fran-

---

não deve jamais ser admitido à ordenação. São Cesário de Arles invetiva com energia os que acham exagerados os cânones do Concílio de Nicéia. E, fechando o ciclo dos Padres da Igreja que fizeram a doutrina canônica da "irregularitas ex delicto", São Gregório Magno exclui das ordens os clérigos que precisaram fazer penitência por algum crime. (V. Phillips, George, *Du Droit Ecclesiastique*, 2.<sup>a</sup> ed., Paris, Jacques Lecoffre, 1855, t. I, págs. 398 *et seqs.*)



ciscanamente o deferimento da dispensa); pudera obter do Provincial do Rio de Janeiro, até se sobrepondo à jurisdição canônica do Ordinário Marianense, patente para vestir o hábito e sair a esmolar para a Terra Santa. Era, enfim, um homem de confiança, de prol na Ordem, como um dos primeiros que nela haviam professado. Porém, de um momento para outro, os Irmãos da Mesa reagem de forma bem diferente: deve ter acontecido algo de muito grave com o Irmão Lourenço. Ele comparece a cartório, para doar seus bens ao sodalício, mas eis que repelem a doação! Propõe-se como “sancristão” da Igreja da Ordem e é igualmente recusado! Aliás, na escritura de doação, o Irmão quer “que a sua obrigação de sancristão (*sic*) e do serviço que ao seu officio pertencer será tão somente o que for da porta da igreja para dentro” (grifo nosso) (56). A Mesa do sodalício, entre as outras possíveis razões para recusar a doação, deveria reunir mais a dessa exquisita exigência, exigência inexplicável de alguém que era o “andador”, o esmoler da Ordem que de uma hora para outra pede para se recolher “da porta da igreja para dentro”. Talvez lhe parecesse que o doador estivesse mesmo temendo alguma coisa lá fora e queria acoitar-se ali, à sombra do santuário. O fato é que também houve dispensa de seus serviços de sacristão. Talvez porque, “para bom governo do culto Divino, e serem as Igrejas bem servidas, he muito conveniente haver *pessoa certa* (grifo nosso), a cujo cargo esteja a guarda dos vasos sagrados, prata, ornamentos, e mais moveis das Igrejas, accender e apagar as alampadas, tanger os sinos, ter limpa, e ornada a Igreja, ajudar às Missas, ministrar aos Parocos o necessario quando administrarem os Sacramentos” (57). Pelo

(56) Doc. cit., *loc. cit.*

(57) Monteiro da Vide, D. Sebastião, *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*, cit., livro 3, tít. XXXVII, n.º 609, pág. 241.

visto, não é o candidato essa “pessoa certa”, êsse verdadeiro “sacristão, do qual antes de ser provido se tome informação *se tem limpeza de sangue, e he de boa vida, e costumes, e tem fidelidade, diligencia, e cuidado, para se lhe entregarem as cousas da Igreja*” (grifo nosso) (58).

Por outro lado, não valeria invocar os serviços de ex-esmoler. Então, êle não é mais tido na conta do esmoler cheio de “agilidade, bom agrado, civilidade”, e “*de boas contas, para bem cumprir as obrigaçoens do seu ministerio*” (grifo nosso) (59); não é mais aquêlê que procede às “cobranças dos Annuaes nos seus districtos *com zelo, e fidelidade, tendo summo cuidado em cobrar aos quarteis, para que o pagamento seja mais suave aos Irmãos, tratando a todos com afabilidade, e attenção, sem que se enfade de os buscar repetidas vezes, carregando no seu livro á sua vista o que paguem; para lhes constar da probidade e rectidão com que procede*”. (Gri-fos nossos) (60). Pois é assim que devem ser os esmo-leres, tanto os da Terrá Santa como dos terceiros. Se, pois, os beneficiários da Penitência do Tijuco recusam o óbolo do ex-esmoler é porque não será mais digno dêsse nome nem cumpridor dos seus santos deveres de ofício (61).

---

(58) *Idem, ibidem.*

(59) São essas as virtudes do Esmoler, segundo os *Estatutos da Vene-rável Ordem Terceira da Penitência*, pág. 23 (Cap. XVIII).

(60) *Op. cit.*, págs. 23 e 24.

(61) Atentos à situação política da suprema direção da Ordem Terceira, em Lisboa, agora já em mãos de Frei Manuel do Cenáculo, ardoroso corifeu pombalino, temos também de supor que a Mesa do sodalício po-deria ter mudado, caindo em mãos novas, talvez hostis à antiga situação e, pois, ao Irmão Lourenço; como não está fora de propósito, sempre dentro de nosso esquema da possível culpa do nosso Irmão, que as devassas man-dadas abrir pelo Conde de Valadares resultassem em virem à luz fatos delituosos, que o teriam comprometido perante seus confrades terciários do Tijuco.

Dentro desta nossa formulação hipotética — tão lastreada, aliás, de acontecimentos co-ocorrentes — queremos crer que o fato delituoso ou quejando que inquinou tôda a vida religiosa do Irmão Lourenço se tenha dado entre os anos de 1767 e 1770, justamente na época em que esmolara para o Comissariado. Essa época se confunde praticamente com o desapoderado regime imposto pelo governo do Conde de Valadares às gentes das Minas Gerais, mas, especialmente, ao povo do Tijuco, que hospedou o jovem verdugo pombalino por muito tempo. Foi um regime de despotismo e violência militar, em que as devassas, as delações sumárias e sem nome, as deportações de indivíduos e famílias inteiras não eram mais terríveis que as implacáveis exações fiscais. Principalmente estas, garantidas por um aparato policial — então reforçado pela criação de novas tropas de dragões — como jamais vira a Capitania. O famigerado “Livro da Capa Verde” (62) iria coroar com a letra da lei essas violências de fato. Como a ação repressiva do Conde de Valadares significou, antes de tudo, a luta contra os lesadores do fisco, os extorsionários e os contrabandistas, parece-nos mais provável que foi nesse pélagos de totalitarismo fazendário que foi naufragar a então frágil virtude “cívica” do Irmão Lourenço. O grande pecado teria sido o fato de ser um dos clientes do contratador João Fernandes de Oliveira — cujo sexto contrato permitira,

---

(62) O “Livro da Capa Verde” é o Regulamento real de 2 de agosto de 1771, o tristemente célebre Regimento Diamantino, que mereceu do Dr. Joaquim Felício dos Santos estas palavras: “*Livro da Capa Verde!* Palavra que excitava o terror na demarcação diamantina: era como o espantinho, que continha os criminosos. O brasileiro não se recorda com mais horror da Ordenação do Livro 5.º, o ateniense não falaria com mais respeito do código sanguinário de Dracon! Se os tijuquenses tivessem algum dia de fazer uma revolução, seria com o fim de obterem a sua revogação. Quando em 1821 se proclamou a constituição das côrtes no Tijuco (e nós também fizemos a nossa pequena revolução), de envôlta com os vivos, que demos à liberdade, ouviram-se repetidos morras ao *Livro da Capa Verde*”. (*Mems. Distr. Diam.*, cit., págs. 201-202).

como vimos, tôda a sorte de irregularidades e crimes contra a Real Fazenda: caíra talvez em alguma daquelas transgressões graves (algum descaminho de ouro ou diamante, alguma sonegação de impostos, quiçá alguma pesquisa de garimpo) e, implacável, o Conde de Valadares lhe viera ao pêlo, obrigando-o a se valer da proteção da Ordem Terceira da Penitência, mercê daquele pretexto estratégico da doação condicional...

Aproximamo-nos, finalmente, do têrmo dêste capítulo sem fazer nenhuma luz sôbre a misteriosa origem do Irmão Lourenço. Mas, por outro lado, acreditamos ter trazido uma nova contribuição sôbre a sua ocupação de vida, antes de se retirar para o Caraça, pois até agora ninguém se detivera no estudo dos dizeres textuais da Escritura de Doação Condicional sôbre os seus interêsses no "serviço diamantino".

O grande obstáculo da vida e da obra do Irmão Lourenço de Nossa Senhora é o mistério. É o seu hermetismo monomaniaco, que não dá participação a nada e a ninguém. Êle se enreda nêle, como o velho filósofo em sua capa, e, se a gente tenta espiar por alguma rutura, não vê nada. Talvez um certo orgulho, misto de teima, medo e ressentimento, pois não devera ser humildade, a verdadeira humildade cristã, aquela atitude embezerrada de silêncio e de mistério sôbre as possíveis fraquezas ou misérias do seu passado. Não foi vontade, nem penitência, nem mesmo devoção, o que faltou ao Irmão Lourenço, em sua vida e em sua obra: faltou-lhe comunicação humana. E, pois — é duro dizê-lo — faltou-lhe humildade cristã, para bater no peito e proclamar sua pobre contingência humana de pecador ou de proscrito e, à emoção dessa suprema penitência, arrastar após si a multidão dos discípulos e dos imitadores, como sabem fazer os grandes guias de almas. Não foi o que êle fêz: seu segredo sobrepôs-se à sua obra eremí-

tica e fê-la sempre insegura. Por que a soberba do incubo foi perturbar assim a penitência do santo? Somente as terríveis perplexidades de sua possível morte civil justificariam, em parte, êsse silêncio inamistoso e estéril, que comprometeu tôda a sua predestinação de pai do cenobitismo mineiro.

Sim, a sua possível morte civil. Talvez êle fôsse mesmo aquêle morto-vivo, que era e que não era. Assina-se Lourenço, o nome do santo mártir assado na grelha, nome tradicional de lugares e pessoas a êle interligados de uma maneira ou de outra: São Lourenço é o orago de Souro-Pires, solar dos Távoras, nos confins de Pinhel (Beira Alta), berço natal do Irmão Lourenço, segundo alguns (63). Lourenço é nome tradicional dos Távoras, desde o século XIV, quando existiu na côrte de El-Rei D. Dinis um certo Pero Lourenço de Távora, que abriu a lista de inúmeros batistérios de outros Lourenços, como aquêle D. Lourenço de Távora, bispo de Elvas, da Ordem de São Francisco, que anota Fortunato de Almeida (64); outro homônimo seu, saído do convento do Varatojo (êste Varatojo sempre presente na lembrança do fundador do Caraça), é D. Frei Lourenço de Santa Maria e Melo, arcebispo de Goa e apóstolo estre-

---

(63) *Guia Sentimental do Caraça*, cit., pág. 33.

(64) *História da Igreja em Portugal*, cit., t. III, pág. 797. E também D. Antônio Caetano de Souza, em sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra, Atlântida, 1954, ed. M. Lopes de Almeida e César Pegado, 13 volumes): "Lourenço Pires de Távora, que foy Religioso da Ordem Seráfica da Provincia de Santo Antonio, em que entrou com admiravel desprezo do Mundo". 1.º noviço do Convento de Santo Antônio dos Capuchos de Lisboa, professou em 1.º de janeiro de 1589; bispo de Funchal, em 1610; de Elvas, em 1617; morreu em 1628. (T. XII, Parte II, pág. 13). Aliás, por simples curiosidade, acode-nos à lembrança pesquisa procedida na obra de D. Antônio Caetano de Souza, em que fomos encontrar uma D. Helena de Távora, que, na primeira metade do século XVI, se casou com um Henrique Pereira. (*Op. cit.*, t. XII, 2, pág. 249). Apesar de serem tantos os Pereiras em Portugal, vale também recordar que, em seu testamento, o Irmão Lourenço se declara filho de um Antônio Pereira, da mesma região que aquêle Pereira realengo...

me, cujas lidas pastorais poderiam ter-lhe chegado ao conhecimento e admiração, porque contemporâneas (65).

Seu sobrenome, desde que comparece à Ordem Terceira de São Francisco, é “de Nossa Senhora”. Estamos vendo, mesmo sem sair dêste capítulo, como eram frequentes os nomes mariais, na vida religiosa no tempo. Entretanto, é curioso que o bispo de Lamego, cabeça episcopal da zona natal do Irmão Lourenço, fôsse nos dias de sua mocidade, D. Feliciano de Nossa Senhora. Teria o nosso Irmão adotado o sobrenome do reformador rococó da velha Sé de Lamego?

Nascido em Nagoselo (testamento) ou em Souto Maior (declaração do Pároco da Ilha do Governador) ou em Souro-Pires (Pe. Pedro Sarneel), êle deveria ter recebido uma educação intensamente devota, à base do culto a instituições e personalidades religiosas do Bispado de Lamego, que, como dissemos, era a sede episcopal da região. Queremos acreditar que o sêlo franciscano, marca de tôda a sua vida, possa ter provindo, além dos prelados da Ordem parentes seus, da presença do famoso convento da Ordem Terceira Regular da Penitência, de Lamego, que era no século XVIII um dos grandes institutos religiosos da Beira Alta (66). O menino e o adolescente deveriam, com certeza, ter notícia daquele portentoso Frei Baltasar da Piedade, o “São Lázaro” do Hagiolôgio Lusitano, que, morto, e exumado pelo pai,

\* (65) *Op. cit.*, t. III, pág. 1020. O alferes Luís Pinto — velho morador do Sêrro — citado por D. Joaquim Silvério de Souza — é de parecer que o Irmão Lourenço e aquêle Lourenço Rodrigues, que escreve o testamento de Martinho de Souza Távora, em 7 de fevereiro de 1750, são a mesma pessoa. Esse Martinho de Souza Távora, homem de posse no antigo Tijuco, era filho natural de Martinho de Távora e Souza, fidalgo de Sua Majestade, alcaide-mor e senhor de Lindoso. Segundo o Alferes, acolheu o menino Lourenço, vindo de Portugal, criou-o e educou-o em sua casa. (*Sítios e Personagens*, cit., pág. 48).

(66) Azevedo, D. Joaquim de, *História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego*, Pôrto, Tip. do Jornal do Pôrto, 1877, pág. 305.

teria saltado vivo do túmulo, levando a partir de então uma vida de santidade e de penitência, como irmão leigo, até os 112 anos de sua idade (67). Como um pesadelo sinistro, dão-se os acontecimentos da Quinta do Meio e a desgraça dos Távoras e o jovem emigra para o Brasil, talvez em condições dramáticas, fugindo dentro de uma pipa, que só é aberta no Rio de Janeiro (Carta de Itabira). O Arraial do Tijuco, "califórnia" encantada do tempo, atrai-o para lá, principalmente porque ali reside Martinho de Souza Távora, que o acolhe bem. São os dias aventureiros dos contratadores e Martinho, prestigioso e bem relacionado com os senhores do Contrato, lança o jovem reinol na ocupação dos diamantes, que é o comércio de todo mundo. À época da desgraça do velho João Fernandes de Oliveira, o apêlo eremítico se faz impositivo pela primeira vez, e Lourenço entra para a Ordem Terceira da Penitência e se torna esmoler do sodalício e do Comissariado da Terra Santa. Ele é de natureza solitária, as mulheres não o seduzem, se bem que seja tratável e de agradável aspecto físico. Progride na vida e mantém seus negócios até 1770, dispondo de escravos próprios e aceitando alheios a trabalharem no serviço diamantino, à conta de devedores, entre os quais clientes de Martinho de Souza Távora, moradores em sua propriedade do Rio Prêto ("Treslado" da Escritura Condicional). Até que sobrevém a derrocada do regime dos Contratos, com o exílio do desembargador João Fernandes de Oliveira e as drásticas inovações administrativas do Conde de Valadares. Pela segunda vez, volta as costas àquele mundo adverso e vai bater às portas de sua Ordem Terceira, para lhe ofertar um pouco do que amealhara, em troca de assistência espiritual e material. Sua doação é recusada e êle, ressentido, parte do Tijuco para sempre,

---

(67) *Hist. Eclesiást. Cid. e Bis. de Lamego*, cit., pág. 305.

em maio de 1770 (68), como um profeta bíblico que bate o pé das sandálias sobre o povo ingrato que o repele (69). E o “ódio velho” não cansará, porque, muitos anos depois, quando fizer correr pela Capitania a sua coleta em favor dos missionários para o Caraça, êle desprezará os óbolos do Arraial do Tijuco: será a sua vez, então, de recusar a esmola... (70).

Em tôda essa seqüência de acontecimentos, há fatos concretos e há indícios circunstanciais que levam a fatos. Se fôsem formuladas perguntas sobre êles, à base de documentos tópicos, muitas ficariam sem resposta. Mas, a concatenação de tantas coincidências em tôrno dêles leva a pensar que são mais do que fortuitas. Valem como um claro-escuro cinematográfico, de mistérios e de fatos, que, propellidos convenientemente, podem exhibir uma seqüência fascinante de quadros vivos e lúcidos, a compor tôda uma minuciosa biografia. “Êstes indícios — escreve Marc Bloch (71) — que, sem premeditação, deixa cair o passado ao largo do seu caminho nos permitem suprir as narrações, quando não as há, ou contradizê-las, se sua veracidade é suspeitosa. Preservam os nossos estudos de um perigo pior do que a ignorância ou a inexatidão: o perigo da esclerose irremediável. Efetivamente, sem seu socorro veríamos inevitavelmente ao historiador converter-se, em seguida, em prisioneiro dos prejuízos, da falsa prudência, da miopia que sofreram

---

(68) ...“só se terá retirado dêste lugar (Tijuco) de 11 de maio de 1770 em diante, porque neste dia assinou uma escritura de procuração a rôgo de Manuel Pinto Ribeiro (Livro de Notas, n.º 66, pág. 42)”. (*Sítios e Personagens*, cit. pág. 54).

(69) *Evang. S. Mateus*, X, 14.

(70) *R. A. P. M.*, ano VI, fasc. II, págs. 519 a 528 (Inventário das alfaias e dos bens do Caraça, com a lista dos subscritores, de esmolas, notando-se a nítida ausência de contribuições do Tijuco).

(71) *Introducción a la Historia*, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2.ª ed., 1957, págs. 52 e 53.



essas mesmas gerações desaparecidas sôbre as quais se inclina". Foi atento a êsse acoroçoamento que o pesquisador procedeu a uma verdadeira montagem dos indícios com os fatos, entremeando os claros com os escuros, para ver saltar diante dos seus olhos tôda uma vida rica de acontecimentos e experiências humanas, como o foi, sem dúvida, a vida terrena do Irmão Lourenço de Nossa Senhora. Passemos agora a acompanhá-lo após sua despedida do Tijuco, na direção do sul, do Mato-Dentro.

Quando esmolara, em suas andanças pela Capitania, o pedidor do Comissariado da Terra Santa devera ter conhecido a Serra do Caraça. Não poderia ser de outra forma: a grande mole cinzenta da montanha elevava-se, ao lado do Caminho Real, como um marco necessário, do alto do qual se contemplavam as divisas das quatro Comarcas, de Vila Rica, do Rio das Velhas, do Rio das Mortes e do Sêrro Frio. Filho da Beira Alta — região das mais alpestres de Portugal — acostumado desde os seus primeiros dias a contemplar, talvez das janelas mai-neladas de Souro-Pires, os largos e severos horizontes das serras natais, o Irmão Lourenço se teria enamorado da Serra do Caraça desde o instante em que a descortinou, como que fechando as fronteiras de sua peregrinação. Conduzido por algum guia, subira a trilha áspera que os bandeirantes haviam atinado para ganhar o vale umbroso, no seio da montanha. E o ganhara também, sentindo ali um refúgio completo, de ascese, de proteção e de paz. E se teria prometido, caso o quisesse a Providência, retornar àquele êrmo amorável, para ali ficar para sempre. E retornou mesmo, como se a escolha tivesse sido feita desde muito tempo:

Vem de outras terras e outras eras,  
rosário ao pescoço e bordão,  
na roupagem de franciscano.

Talhado para empréas magnas,  
o corpo esbelto vence as fráguas,  
o espírito quer plenitude.

Ei-lo. Da planície contempla  
a serra que na tela azul  
recorta a máscara de um homem.

(Negra muralha de montanhas  
torna-se escada de Jacob,  
não antes da luta com o anjo)

Empalidece o peregrino.  
Fogem-lhe os ímpetos. Ajoelha-se.  
E há luz em volta dos seus cabelos (72).

---

(72) Lisboa, Henriqueta, *Montanha Viva*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959, págs. 21 e 22.

## CAPÍTULO VIII

### *O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens*

*Lá onde a solidão ante nós surge,  
Majestosa e solene como um templo,  
Em que sob as abóbadas sagradas,  
Inundadas de luz e de harmonia,  
Êxtase santo paira entre perfumes,  
E se ouve a voz de Deus.*

.....

BERNARDO GUIMARÃES (*Poesias  
Completas, O ETRNO, I*)

**E**NTRE AS TRADIÇÕES que correm sôbre a Serra da Piedade, logradouro eremítico, ao sopé da qual se assenta hoje a cidade de Caeté, que se chamou nos tempos coloniais Vila Nova da Rainha (1), destaca-se aquela dos dois portugueses expatriados pela perseguição pombalina, Antônio da Silva Bracarena e Lourenço de Nossa Senhora. Ali pelas alturas da década de 1760-1770 — não se precisa exatamente o ano — teriam êsses proscritos aparecido na vila com o intento de erguerem uma capela à Virgem Maria; a tenção resultava de uma solene promessa, feita em hora de grande perigo insuperável, antes de conseguirem fugir para o Brasil. Chegaram e arrancharam-se ali, encantados com a Serra sobranceira à po-

---

(1) V. Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, cit., vol. I, pág. 107; cf. Nota 27, do Cap. I, dêste trabalho.

voação, que logo lhes pareceu o local ideal para a ereção da igreja do seu voto comum. Estavam diante da lendária Serra do Sabarabuçu, baliza dos bandeirantes (2), que à sua procura haviam passado todo um século. Mas, os nossos peregrinos demandavam um outro tesouro: ao ouvirem a lenda da Muda da Penha (3), decidiram que a construção de sua capela votiva se faria no alto da Serra tão falada. No entanto, os dois devotos lusitanos não chegaram a bom acôrdo sôbre a escolha do lugar para a igreja: Bracarena era de parecer que fôsse erguida no cume da montanha, enquanto o Irmão Lourenço de Nossa Senhora queria que fôsse construída mais abaixo, num plaino alojado na Serra, que foi conhecido sob o nome de Cavalhada. Cada qual permaneceu irredutível em seu ponto de vista. E, como não se harmonizassem, tiveram de separar-se, como Paulo e Barnabé, que igualmente desentendidos em sua obra apostólica, tomaram cada um o seu próprio caminho (4). Antônio da Silva Bracarena deixou-se ficar e fêz erguer-se, no alto da Serra o eremitério de Nossa Senhora da Piedade, o mesmo logradouro de cuja esplanada o viajante A. de Saint-Hilaire pôde descortinar o mais extenso panorama que lhe foi dado ver em Minas (5). O Irmão Lourenço, porém, partiu e o término de sua jornada foi a Serra do Caraça, onde veio a fundar o seu Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

---

(2) Antônio Olinto dos Santos Pires, "A Serra da Piedade", in *R. A. P. M.*, VII, 3.º e 4.º, pág. 815; Orville Derby, em seu trabalho "Os Primeiros Descobrimientos de Ouro em Minas Gerais" (in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. V (1899-1900), págs. 263-4), contradiz a asseveração de que a Serra da Piedade fôsse a mesma do Sabarabuçu.

(3) Antônio Olinto, *op. cit.*, *loc. cit.*; v. ainda *Sítios e Personagens*, cit., págs. 36-37; cf. Cap. V, dêste trabalho.

(4) *Ato dos Apóstolos*, XV, 38-41.

(5) *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, cit., pág. 114.

Esse episódio, que, na assisada opinião de D. Joaquim Silvério de Souza, historiador da Serra da Piedade (6), não passa de lenda, apenas reforça as tradições orais da estada do Irmão Lourenço na vila do Caeté, tradições essas colhidas pelo mesmo Saint-Hilaire, ao passar por ali, em 1816 (7). Mas, ao nosso ver, estada apenas de esmoler, de andador do Commissariado da Terra Santa, como vimos em outra parte d'êste trabalho: porque residência e ocupação permanente êle as teve foi no Tijuco, até maio de 1770 pelo menos, quando se despediu de lá para sempre, em demanda do Caraça, “dezenegado, desde alguns annos, do mundo”, como escreveu ao Príncipe Regente, muito tempo depois (8).

Quando esmoler, deveria ter batido, do Tijuco na demanda do sul, tanto o “caminho do mato-grosso”, como o “do campo”, muitas vêzes (9). Partindo para o Caraça, o Irmão Lourenço teria preferido o “caminho do mato-grosso”, por ser mais curto. Saindo-se do arraial, pelas encostas do pequeno córrego de São Francisco, encanta a vista o viço veludoso da vegetação. A região é intensamente montanhosa, vascularizada de uma infinidade de pequenos cursos d'água, que escachoam nas grotas de pedra. São essas águas tôdas que vertem para o nascente, compondo o vale e o rio — o Jequitinhonha — um pouco mais adiante, com o seu poderoso caudal ator-

(6) *Sítios e Personagens*, cit., pág. 34.

(7) *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*, cit., vol. I, pág. 195.

(8) *1.º Requerimento ao Príncipe Regente*, in *R. A. P. M.*, VI, 2.º; pág. 508.

(9) Descrevendo o itinerário do Tijuco a Vila Rica assim discrimina o mineralogista Dr. José Vieira Couto as duas estradas: “Há o chamado caminho de Mato Grosso, e Caminho do Campo. O primeiro é o que segue o Leste da Grande Serra [Serra Geral ou do Espinhaço], e a vai sempre fraldejando até Vila Rica, situada na encosta oriental da mesma serra; e o segundo o que segue ao Poente dela, e pela outra encosta contrária”. (“Memórias sôbre as Minas da Capitania de Minas Geraes”, in *R. A. P. M.*, X, 63, *infra*).

mentado. Vencidos os cursos d'água, à borda da trilha, estendem-se, como tapetes encantados, os esplêndidos campos floridos que encheram os olhos dos naturalistas Spix e Martius (10), mas que Saint-Hilaire, numa jornada infeliz, nem pôde perceber (11). Ultrapassada a torrente do Milho Verde, eis logo ali no alto, cercada de alegres campinas, a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, com o povoado e seu destacamento de soldados, para vigiar as fronteiras da Demarcação Diamantina, um pouco mais adiante, na paragem lindeira da Cabeça do Bernardo. O caminho desce fortemente, por montes e vales profundos, sombreados por florestas virgens, onde avultam os fetos arbóreos. Porém, mais um pouco, como se saísse da sombra vegetal, abrem-se de nôvo os claros campos que dão acesso à Vila do Príncipe, postada, nas encostas do grande sêrro, vulgarmente chamado "O Sêrro do Frio" — o "Iviturú" dos aborígenes — "por ser combatido de frigidíssimos ventos, todo penhascozo, e intratável" (12). Em sua marcha para o sul, o viajante logo penetra novamente em zona de campos, mas uns campos tão belos que "a vista nunca se repousou em tons mais agradáveis" (13). Agora, aparece a lendária Itapanhoacanga, com sua graciosa ermida, como um pingente no colo da encosta. O viajante, em sua rota para o sul, atinge após os Córregos, empanzinados pelos areais, com suas lavagens de ouro decadentes, esclerosadas pelas trincheiras sucessivas das catas e pelos montes de cascalho ou entulho, ao longo do seu curso. O caminho serpeia para baixo, mais decididamente, riscando campos de samambaias e se equilibrando sôbre despenhadeiros selvagens,

---

(10) *Viagem pelo Brasil*, cit., vol. II, pág. 96.

(11) *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*, cit., pág. 67.

(12) Cláudio Manuel da Costa, *Fundamento Histórico*, cit., pág. 162; *Notícias dos Primeiros Descobridores das Primeiras Minas de Ouro*, in *Relatos Sertanistas*, compilados por Afonso de E. Taunay, cit., pág. 43.

(13) *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*, cit., pág. 71.

de penedos nus — tão próprios da região — que mal afloram acima das mais altas árvores da floresta, “do tamanho de uma légua”, penedos êsses dos mesmos onde Sebastião Fernandes Tourinho colhera belíssimos exemplares de pedras azuis, talvez turquesas, no dorso dos quais o competente explorador quinhentista fôra atinar com estranhas inscrições rupestres, de inestimável idade e origem (14). Eis a povoação de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, encastoadada nas escarpas orientais da Serra do Cipó, estendida num vale nemoroso, cuja referência mais altaneira é a serra do Itaporoco. Um dia, nas alturas de 1703, partira daqui para o sul em procura de ouro, à frente de um trôço de aventureiros, o bandeirante Gaspar Soares; foi bordejando o rio Aceci (hoje Santo Antônio) acima, até atingir um rico morro aurífero, que ficou sendo, a partir de então, o Morro de Gaspar Soares ou do Pilar (15). Essa trilha foi mais tarde perfilhada passo a passo pelo caminho do mato-grosso. Depois do Morro do Gaspar Soares, a natureza como que se amansa completamente: encostas e planícies imensas sucedem-se umas às outras. Mas, a vereda volta a subir, transpondo fontes frias e alagadiços traiçoeiros, na direitura da aldeia do Itambé, tão tristonha em sua quase permanente neblina e tão miserável como a “morada da fome” (16), como é chamada. Revezam-se após os campos

---

(14) V. Gabriel Soares de Souza, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, cit., pág. 73; v. ainda Orville Derby, *op. cit.*, in *R. I. H. G. S. P.*, V, pág. 251.

(15) Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, cit., pág. 235; Geraldo Dutra de Menezes, *História de Conceição de Mato Dentro*, Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 1942, págs. 15-17. Foi no Morro do Pilar ou de Gaspar Soares, em 1813, que o Intendente Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, pioneiro da indústria siderúrgica brasileira, ergueu sua Fábrica de Ferro, enfrentando toda sorte de dificuldades. (V. Cap. XVIII, do livro *O Intendente Câmara*, do Sr. Marcos Carneiro de Mendonça, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1958, págs. 160-170).

(16) John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*, cit., pág. 201.

e as matas virgens até Duas Pontes (atual Ipoema), povoado mesopotâmico, às margens do rio do Tanque (segundo mapa do Barão de Eschwege (17), em seu *Pluto Brasiliensis*), quando tem princípio uma vasta região desabitada, onde são raros os moradores e transeuntes, e cuja próxima parada tem de ser forçosamente o Arraial de São João do Morro Grande (hoje Barão de Cocais), que não dista muito de Santa Bárbara do Mato Dentro. Então, a quem haja batido essa vereda do Caminho Real e ergue os olhos para os horizontes do sul, descortina-se, em todo o seu esplendor, a Serra do Caraça, “com suas encostas brilhantes, como prata, aos raios do sol” (18).

Era êsse o mesmo Caminho Real — ou melhor, sua extensão até a Demarcação Diamantina — cuja linha-tronco o bandeirante Garcia Rodrigues Pais iniciara, em 1702, do Pôrto da Estrêla, nos fundos da Bahia de Guanabara, até os descobertos das Minas Gerais, com os seus estágios do Irajá, Pilar, Pé da Serra, Paraíba, Parai-buna, Matias Barbosa, Rio das Mortes, Congonhas, Vila Rica e Mariana. De fato, não passava de uma trilha, de simples picada, que as tropas muares iam transmudando em estradas, varrendo a galharia das brenhas e dos carascos com suas bruacas e surrões, num curioso papel de “bulldozers” coloniais. As estradas que riscaram as Minas do Ouro foram quase tôdas resultado das descobertas auríferas. Principalmente essa, que, partindo do Rio de Janeiro, ia dar no Arraial do Tijuco, perfazendo um trajeto de mais de 130 léguas. Até 1729, chegava apenas à Vila do Carmo. A partir dêsse ano, quando apareceram os manifestos dos diamantes, a estrada caminhou para o norte, até atingir as lavras diamantíferas da Comarca do Sêrro Frio: era uma vereda sinuosa, feita ao acaso, ao sabor dos acidentes do terreno, trepando por

(17) *Pluto Brasiliensis*, cit., mapa “hors-texte”.

(18) Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, cit., II, pág. 89.



montanhas escarpadas ou descendo ao fundo dos vales. O Barão de Eschwege, ao comentar o absurdo traçado do Caminho Real, acreditava que poderia ser encurtado bastante, desde que se adotasse um plano conveniente (19).

As viagens a cavalo, pelo Caminho Real ou Nôvo, rendiam uma média de seis quilômetros (uma légua) por hora, se o cavaleiro soubesse manter boa estirada com seu animal. Bastava — era o conselho do viajante inglês Richard F. Burton (20), que um século depois do Irmão Lourenço iria bater os caminhos de Minas Gerais — ter sempre presente o dito paulista: “devagar na subida do morro, por bem do animal, galope no plano por bem da viagem, e devagar na descida por bem de nós mesmos”. As tropas e os pedestres tinham de marchar em fila indiana, como se pode ver nas gravuras de Rugendas. Havia nesses trilhos os aborrecimentos de costume, quando duas tropas se encontravam em sentido contrário. Saint-Hilaire, que, viajando pelos sertões brasileiros, viveu semelhantes momentos de molestação, teve oportunidade de observar como os naturais da terra eram, via de regra, corteses e delicados, ao contrário dos europeus, as mais das vezes grosseiros e até violentos.

Por essa estrada, desciam os cargueiros de ouro e os portadores de diamantes, sob a escolta pesada dos dragões do Rei. Também desciam, em suas liteiras, cadeirinhas, banguês e rêdes de transporte, altos funcionários civis, eclesiásticos e militares, senhores da mineração, fazendeiros, negociantes, corretores. Mas, perambulavam também, a pé ou a cavalo, artesãos, faiscadores, carregadores, tropeiros e arrieiros, e ainda, peregrinos, eremitas, andadores e “vadios” — que eram todos os pobres — que vivem sempre na estrada, procurando ou fugindo

(19) *Pluto Brasiliensis*, cit., 1.º vol., pág. 41.

(20) *Viagens aos Planaltos do Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional (Brasileira), tradução de Américo Jacobina Lacombe, 1941, 3 tomos, vol. 1.º, pág. 175.

de um ajustamento social e econômico. Principalmente, porém, subiam do Rio de Janeiro os produtos chegados do Reino, de que careciam os povos da capitania mediterrânea, desde os artigos de primeira necessidade, tais como cereais, a carne, o sal, o açúcar; as utilidades, como instrumentos de ferro e aço, a pólvora, as armas, tecidos, calçados, móveis, arreiares, etc.; e os artigos de luxo, como louças, vidros, porcelanas, os damascos, e tapeçarias da Índia e da China, os veludos, os brocados, os linhos, as bretanhas, as pelúcias, as cabeleiras postiças e empoadas, os vinhos, os queijos, os presuntos, os confeitos, as especiarias, etc. O movimento do Caminho Nôvo, em todo o século XVIII e ainda nos primeiros anos do seguinte, era muito grande. John Luccock, quando de sua viagem às Minas, em 1817, encontrou inúmeros lotes de tropas, que perfaziam mais de duzentos burros, a caminho do Rio de Janeiro (21), onde chegavam a cada momento, conforme observou seu compatriota John Mawe (22).

Mas, o estado de conservação do Caminho Real é o mais precário possível. Sucedem-se os “caldeirões” e os atoleiros, que Burton achou ainda piores do que os de Cheshire, a área das piores estradas da Inglaterra (23). Os pobres muares afundavam-se nesses “caldeirões” até os joelhos e, às vêzes, até a barriga. Acontecia frequentemente que os atoleiros eram tão traiçoeiros que os animais nem conseguiam mais safar-se dêles, morrendo

---

(21) *Notas sobre o Rio de Janeiro*, São Paulo, Livr. Martins Editôra (Biblioteca Histórica Brasileira), trad. do Prof. Milton da Silva Rodrigues, 1951, 2.<sup>a</sup> ed., pág. 280.

(22) *Viagens ao Interior do Brasil*, cit., pág. 147. Para um interesse maior sobre o problema do abastecimento da Capitania, no século XVIII, recomendamos o trabalho da Sra. Mafalda Zemella — *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII* — edição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, 1951 (Tese de doutoramento, sob a orientação do eminente historiador Sr. Alfredo Ellis Júnior).

(23) *Op. cit.*, I, pág. 112.

afogados no lamaçal (24). As viagens nos meses de chuva não eram, pois, aconselhadas; o viajante G. W. Freireyss — que esteve entre nós, nos anos de 1814 e 1815 — recomendava-as nos meses de seca, isto é, no período que vai de maio a outubro ou novembro (25).

Foi por um caminho nessas condições — que, aliás, deveria conhecer a palmo — que o Irmão Lourenço de Nossa Senhora desceu para o Caraça, em um dia qualquer depois de maio de 1770. Acostumado a viajar, é provável que tivesse a mesma preocupação de Freireyss, pondo-se a caminho nos meses do frio, quando o tempo favorece a natureza e o ânimo dos homens. Se tôdas as presunções são no sentido de que o antigo esmolet haveria mesmo de escolher a via mais direta para chegar ao seu destino, não se pode presumir, todavia, qual teria sido o acesso pelo qual teria chegado até à bacia central do maciço caracense, onde fêz erguer-se o seu eremitério de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Teria, de Santa Bárbara, prosseguido viagem pelo sul até Catas Altas e o Inficionado, grimpendo a difícil vereda através das faldas orientais do Caraça, passando pelo desfiladeiro da Bocaina, para ganhar o interior da Serra? Ou teria adotado o caminho mais fácil, que, saindo de Santa Bárbara, passa por São Bento, pela igreja de Santo Amaro do Brumado, ultrapassando o Engenho, até as alturas da Boa Vista, ao lado do Sumidouro? Não o sabemos. Faltam-nos quaisquer elementos, comprobantes ou apenas indicativos.

Reza a tradição que, antes de chegar ao Caraça, o Irmão Lourenço foi hóspede da família Cota, na Fazenda

---

(24) É o que aconteceu com um dos animais da comitiva que conduziu os Pes. Leandro Rebelo Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso ao Caraça, nos primeiros meses de 1820, quase ocasionando a perda de todos os documentos, guardados no cargueiro afogado no barro. (*V. Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, cit., pág. 27).

(25) *Viagem ao Interior do Brasil nos Anos de 1814 e 1815*, in *R. I. H. G. S. P.*, vol. XI (1906), pág. 166.

da Alegria, por alguns meses, e então procedia a verdadeiras excursões pelos recantos mais dilerentes da Serra. Então, “êle não teve mais que Deus e seus anjos para testemunha de suas ações. Um leito duro, talvez a terra fria, frutos silvestres, algumas raízes cruas, eram seu alimento, e a água fresca do regato que murmurava a poucos passos, dessendentava-o” (26). Ainda há a pedra onde o eremita se sentava para repousar dessas andanças. Êle tomava da faca e com sua ponta desenhava na rocha talcosa, o bordão de peregrino servindo de régua, o “risco” da futura igreja e o hospício que imaginava construir. Há também uma lapa à beira do caminho que ia dar no Capivari, a duas léguas do atual Colégio, onde o solitário se refugiava freqüentemente, quando a noite o surpreendia na caminhada. Então, seus únicos companheiros eram “veados, antas, lôbos e alguma pantera”. Na verdade, como escreveria mais tarde, o êrmo montanhoso tornava-se para êle qual nova Tebaida ou Níttria, em que sua vida se assemelhava intensamente à dos Paulos Eremitas, Antãos, Pacômios, Macários e outros. Como bom português, herdeiro daquela boa cepa quinhestista, o Irmão Lourenço deveria ser “fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo” (Paulo Prado). Eis porque se teria agradado tanto da solidão caracense, profunda então, com a retirada dos ambiciosos buscadores de ouro, que nos princípios do século, ali tinham vivido em arraial (Cap. VI).

Como se estivesse vivendo um drama de consciência e de escrúpulo, êle perambulava um certo tempo, pelo Caraça inteiro, em procura do lugar ideal para assentar a sua obra. A notícia do manuscrito anônimo, que existe no Arquivo da Casa, dando a entender que o ermitão, ao se hospedar com os dois mineradores remanescentes

---

(26) Pe. Francisco Silva, *Biografia do Irmão Lourenço*, cit., in *R. A. P. M.*, IX, pág. 744.

que tiravam “ouro do Rio”, já viera diretamente ao local onde ergueria a casa (27), faz presumir já ter feito a sua escolha antes, como se a tivesse acuradamente considerado. Este escrúpulo do fundador faz lembrar certos dispositivos minuciosos sôbre o erguimento de povoados, vigentes desde tempos mais antigos para os colonizadores ibéricos, que proviam normas rigorosas disciplinando a importante tarefa: “. . .tenham os povoadores consideração e advertência a que o terreno seja saudável, reconhecendo se se conservam nêle homens de muita idade, e moços de boa compleição, disposição e côr: se os animais e gados são sadios, e de competente tamanho, e os frutos e mantimentos bons, e abundantes, e de terras a propósito para semear, e colhêr: se se criam coisas peçonhentas e nocivas: o Céu é de boa, e feliz constelação, claro e benigno, o ar puro e suave, sem impedimentos, nem alterações: o tempo sem excesso de calor, ou frio (e havendo de declinar a uma, ou outra qualidade, escolham o frio): se há pastos para criar gados, montes e arvoredos, para lenha, materiais de casas e edifícios: muitas e boas águas para beber, e regar”. Um lugar assim deveria ser o próprio Jardim do Éden. E Lourenço o acha, ali, naquele côncavo prodigioso da bacia caracense. O Ouvidor de Sabará, mandado ao Caraça pelo Príncipe Regente para informá-lo sôbre a pretensão da vinda de missionários ao Hospício, requerida pelo fundador, assim descreve o que vê: “. . .“Está situada [a Casa] no meio de huma Sesmaria de terras compradas pelo Sup.<sup>te</sup>, que com as mais que lhe tem anexado chegam ha duas legoas de extensão em que se comprehendem hua grande Vargea de quazi meia legoa, terras de crear

(27) 1.<sup>a</sup> página do Ms. attribuído ao Pe. Ferreirinha, no Arquivo do Caraça.

(28) *Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias*, Madrid, Viuda de D. Joaquín Ibarra, MDCCLXXXI (ed. facsimilar de la 4.<sup>a</sup> edición), 3 tomos, t. II, Libr. IIII, Tit. V, págs. 14 e 15.

gados, e de cultura, e tão férteis que em um pequeno terreno cultivado, e unido ao mesmo Edifício se axão duas Oliveiras, Nogueiras e outras plantas exóticas e do Paiz, com boas matas que contem muita Cassa e hum grande Lago de agoa nativa, que serve de viveiro de peixe. (...) mas o sitio em que está assentado o Edifício he, na verdade ameno, abrigado pella mesma Serra, e de hum ar temperado, e sadio conservando duas fontes perenes d'agoa ferrea tão boa como as que vi em Portugal" (29).

Está ainda no manuscrito citado que o Irmão Lourenço teria de seu apenas oito mil cruzados — conforme confessara ao Vigário Francisco Xavier, de Catas Altas (30). Era muito pouco para a obra que pretendia levantar. Além da Capela, o ermitão quer construir também o Hospício. Apenas alguns anos antes, em lugar de mais fáceis recursos, o mestre pedreiro Domingos Moreira de Oliveira contratara a construção da Igreja de São Francisco de Assis, em Vila Rica, por trinta e oito mil cruzados ou quinze contos e duzentos mil réis, conforme reza a escritura lavrada em 27 de dezembro de 1766 (31). Lourenço não tem dúvidas: retoma sua sacola de pedidor e vai colhêr nas povoações das vizinhanças o dinheiro necessário, porque terá igualmente de comprar uma sesmaria de terras "com suas pertenças para o guisamento e misteres" da futura Capela (32).

D. Joaquim Silvério de Souza, em *Sítios e Personagens*, lembra a asseveração do serrano Alferes Luís Pinto,

(29) *V. Informação*, do Ouvidor Dr. Antônio Luís Pereira da Cunha, in *R. A. P. M.*, VI, 2.º, págs. 512-513.

(30) *V. Ms. citado* (Nota 27).

(31) Cón. Raimundo Trindade, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, cit., pág. 99.

(32) O primeiro possuidor de uma sesmaria de terras no Caraça (confirmado por Dom José I, no ano de 1761) é o Pe. Felipe de Siqueira Távora, de sociedade com João Gomes da Silva, em 1700. Esta sesmaria passou em 1777 a João Cactano da Costa e Francisco Gonçalves. (In *R. A. P. M.*, XII, págs. 244 e 245). (Arquivo do Caraça, *Caderno C*, 11).

entendido em coisas do século XVIII, segundo a qual o Irmão Lourenço teria obtido um tesouro em confiança, legado por um irmão de Martinho de Souza Távora, o Capitão-Mor Manuel de Souza Só ou Távora, com o qual pudera arranjar meios de erigir a Capela e comprar a sesmaria. “Mas êste Capitão — objecta com razão o Arcebispo-historiador — faleceu em 15 de fevereiro de 1763, na Barra (município de Conceição, hoje), com testamento, onde distribuiu tôda sua fortuna em legados pios (menos a fundação do Caraça) e o legado em confiança não se explica feito ao Irmão Lourenço no Tijuco, perto de 30 léguas de distância e de 11 anos de tempo” (33). Certo mesmo é se ter valido o ermitão dos recursos próprios e das esmolas dos fiéis, que lhe não era difícil tirar, com sua experiência de antigo esmoler.

Amadurecida e pronta a resolução, dispondo desde logo dos oito mil cruzados iniciais, e colhidas as esmolas que inteiraram o montante necessário, Lourenço compra uma sesmaria de terras, para no centro delas atacar as obras. É que, agora, não se outorgam mais na zona do ouro essas “porçoens das terras, ou matos daninhos e bravos pertencentes a Sua Magestade, que nunca forão lavradas, nem aproveitadas” (34), porções de terras essas que, nos princípios do século, os Governadores Artur de Sá e Menezes e Antônio de Albuquerque concederam muitas por ali, como as do Pe. Felipe de Siqueira Távora e Coronel João Raposo Bocarro, em cujos têrmos de doação há as primeiras referências ao Caraça (35).

Não obstante a aparente inacessibilidade do local escolhido, parece que o Irmão Lourenço, grande conhe-

(33) *Op. cit.*, págs. 49-50.

(34) *Instrução para o Governo*, cit., in *R. A. P. M.*, VIII, 1.º e 2.º, pág. 556. Parece haver êrro tipográfico na versão da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, na expressão “terras ou matos daninhos”. O sentido exato seria “terras ou matos maninhos”. (Grifos nossos).

(35) *In R. A. P. M.*, XXI, pág. 308.

cedor de tôda a região e da disposição dos caminhos que a servem, quer colocar sua obra num centro ideal de operações, pois sua intenção é fazer do seu Hospício o foco irradiador de ampla ação missionária. Dir-se-ia que o eremitério de Nossa Senhora Mãe dos Homens ia funcionar como uma nova Luxeuil, do nôvo Columbano, que é Lourenço. Nos primeiros séculos da Idade Média, fugindo do mundo, São Columbano, o pai do cenobitismo céltico-irlandês no continente europeu, fundara nas solidões da Burgúndia, o Mosteiro de Luxeuil, nas ruínas de um balneário romano. Aparentemente era uma temeridade a localização de uma casa religiosa naquele êrmo abandonado, mas o Santo tivera a clarividência de estabelecer as *cellae* de Luxeuil no próprio coração dos domínios merovíngios, base ideal e estratégica para poder operar em tôdas as províncias do rei Gontran. Assim é o que pensa o historiador A. J. Toynbee, estudando o surto expansionista do monaquismo irlandês (36). Escolhendo o lançamento do seu Hospício na Serra do Caraça — baliza natural e geográfica da zona do ouro — o Irmão Lourenço teria os mesmos propósitos de expansionismo missionário. A semelhança dos dois cenóbios, contudo, seria ainda mais completa: além de parecer tão desolado, o Caraça seria, como o antigo balneário, também o seu tanto pagão, com sua selvagem beleza tropical, “pânica”, em que até corria um rio feiticeiro, como o Alfeu, mergulhando nas profundezas da terra, à procura, talvez, de alguma Aretusa morena... Mas, de qualquer forma, poderia tornar-se um centro religioso, levando a todo o território das Minas Gerais a ação apostólica sonhada por Lourenço: “(...) aquella Capitania — escrevera êle — há muitos annos está falta de Missionarios

---

(36) *Estudio de la Historia*, cit., vol. II, págs. 331-332. V. sôbre o mesmo assunto José Ferreira Carrato, in *Os Monges Viajantes da Irlanda*, separata da *Revista de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis*, 1960, n.º 1, págs. 32-33.



que dispersos Evangelizem instrução, e edifiquem pelo que os bons Povos suspirão. Que lugar mais proprio para a existencia destes, que devem semiar a palavra de Deus, a Sua Sancta Ley" (37), que o Caraça? Por essa razão é que irá construir, ao lado da Capela, o convento, "para nelle rezidirem os religiosos chamados Varatojanos" (38).

A licença para erigir a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens tem a data de 24 de março de 1774 e é assinada pelo Dr. Francisco Xavier da Rua, Governador, Provisor e Vigário-Geral do Bispado de Mariana, pelo titular ausente, D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (39). Com efeito, as obras da Capela primitiva se completam concomitantemente, porquanto o Irmão Lourenço declara, em seu segundo Requerimento ao Príncipe Regente, "que em 24 de Março de 1774 erigio em

(37) *1.º Requerimento ao Príncipe Regente, in R. A. P. M., VI, 2.º, pág. 508.*

(38) *R. A. P. M., VI, 2.º, pág. 496.* Varatojo é um lugar da Freguesia de São Pedro de Tôres Vedras e uma quinta (Santo António do Varatojo), onde existe o famoso Convento do Varatojo, fundação real do século XV e hoje monumento nacional. Varatojo é topónimo nacional português e existe seis vèzes em lugares do sul do país. "O local do Convento é aprazível e belo. "Varatojo, em outros tempos — informa o cronista varatojano Frei Manuel de Maria Santíssima, em 1799 — lugarejo de pouca consideração, é presentemente aldeia de 60 fogos, ou pouco menos. Ela em respeito do Seminário próximo é já bem nomeada e não só em Portugal, mas ainda nos países e reinos estranhos". Ao estilo das velhas casas paças portuguesas — como, aliás, também quer ser a edificação do Irmão Lourenço — Varatojo foi fundação de D. Afonso V, em gratidão a Santo António e São Francisco, quando para ali se recolheu, depois do insucesso da guerra contra Castela. A casa foi muito aquinhoada por D. João II e D. João III. Mas o Seminário Real do Varatojo foi criação de Frei António das Chagas, "o que teve a glória de ser o instituidor do Real Seminário do Varatojo, primaz não só em Portugal e Espanhas mas em todo o orbe seráfico", pois foi quem "escolheu o convento de Varatojo entre todos os da santa provincia dos Algarves para seminário e casa particular onde se criassem e instruissem homens apostólicos e evangélicos no exercicio das santas missões" (Frei Manuel de Maria Santíssima). (Dados extraídos da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d, vol. XXXIV, págs. 173 a 176).

(39) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, 69.

distancia de trez legoas da Matriz, ou Igreja Parochial de N. Senhora da Conceição de Catas Altas, hua Capella da invocação da Senhora May dos Homens, e S. Francisco das Chagas, precedendo Licença do Ordinario” (40).

A primeira Capela assenta-se no meio da sesmaria comprada e é de madeira. É uma construção singela, mas se coloca bem sôbre o terreno alto e sêco, dispondo de boa vista para o vale e as montanhas circunstantes. Quando se elevarem as paredes do Hospício, de um lado e do outro da ermida, a visão do conjunto impressionará. Será daquelas edificações, que “construídas por eclesiásticos, ocupam as melhores posições: montes e elevações dominando belos panoramas” (41), como observou Richard F. Burton. Logo em seguida, o fundador pede e se lhe concede permissão para celebrar missa na Capela. O pedido é de 16 de julho e tem a informação do Pe. Manuel Moreira de Figueiredo, Vigário de Catas Altas, que opina favoravelmente sôbre “a decência e capacidade da ermida” (42). No dia 10 de agosto, virá o Padre do Inficionado — como narra o manuscrito citado acima (43) — e celebrará ali a primeira missa. É o primeiro ato oficial da vida do Caraça. É a tomada de posse do Irmão Lourenço. “À maneira de seus maiores — comenta o Pe. Francisco Silva (44) — que por onde aportavam, plantavam a cruz ao lado do marco onde estavam esculpidas as quinas e celebravam o santo sacrificio da missa à sombra da bandeira nacional e ao troar dos canhões, Irmão Lourenço quis também tomar posse da alcantilada e agreste solidão, mandando oferecer o santo sacrificio.”

Mas, essa Capela não chegará nunca a ser verdadeiramente uma igreja canonicamente oficial, sob a real e

(40) 2.º *Requerimento ao Príncipe Regente*, in *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 509.

(41) *Op. cit.*, I, pág. 146.

(42) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, 69.

(43) Fls. 1.

(44) *Biografia do Irmão Lourenço*, cit., in *R. A. P. M.*, IX, pág. 744.

imediate jurisdição do Bispo, que, aliás, não comparece jamais ao Caraça, a não ser uma única vez, na qualidade de Governador da Capitania em exercício e não de autoridade eclesiástica. Já a sua construção, que não espera a licença ordinária para erigir-se, significa uma certa tendência autonômica dêsse autêntico senhor patriarcal que é o Irmão Lourenço, que faz dela a *sua* igreja, como igreja de fazenda ou de engenho. No decorrer dos anos, Nossa Senhora Mãe dos Homens vai-se tornando a madrinha, a comadre dos peregrinos e dos agregados da casa. Torna-se até cumprimento e interjeição, sugerindo êsse cristianismo doméstico nosso, tão doce, familiar e brasileiro (45). Mas o líder, o chefe da comunidade, é o Irmão Lourenço.

As obras prosseguem, desta vez bem mais vultosas, porque são atacados os serviços em pedra da Capela e do Hospício. O Pe. Silva é de parecer que, já havendo as peregrinações na Serra, o Irmão Lourenço usou do recurso dos mutirões para apressar as obras. “Por que não supor — indaga o então Superior do Caraça — que o Irmão conseguiu por vêzes ocupar no alto da Serra algumas centenas de pessoas, que se prestavam entre os exercícios piedosos da manhã e da noite ao trabalho manual da Casa de Nossa Senhora?” (46). O mesmo historiador eclesiástico quer acreditar que, com essas ajudas dos mutirões ou não, a Igreja e boa parte da Casa já estão prontas em 1774, e muito provavelmente já está funcionando a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Estamos de acôrdo no que tange à hipótese dos mutirões, tão comuns ainda hoje em nossos meios rurais. Mas, temos nossas razões para discordar um pouquinho do Pe. Francisco Silva. Assim é que a documen-

(45) É aquêlle Cristianismo *sui generis*, que freqüentemente gosta de lembrar o Sr. Gilberto Freyre. (*V. Casa Grande e Senzala*, cit., II, pág. 495).

(46) *Op. cit.*, in *R. A. P. M.*, IX, pág. 746.

tação existente no Caraça sôbre 1774 refere-se apenas à “Capela de madeira”, se bem que decente e capaz para os misteres do culto. Será sômente no dia 16 de janeiro de 1779, quase cinco anos depois, que chegará de Mariana a competente licença “para benzer a Capella e os corredores e para as pessoas serem enterradas na dicta Capella” (47), cerimônia oficiada no dia 2 de março do mesmo ano, pelo Pe. Manuel Moreira de Figueiredo, de Catas Altas. Então sim, já estariam as obras bem adiantadas, a ponto de serem permitidos enterros dentro da Igreja, pois como eram feitas então as inumações, é de supor que já estavam sólida e definitivamente erguidas as paredes da ermida. Aliás, essa licença para enterros no sagrado faz pensar na ocorrência de falecimentos, nessa época, de peregrinos ou de irmãos residentes.

A Capela, benzida a 2 de março de 1779, ainda não é o edifício definitivo, completo, em pintura e alfaias, aquela igreja “de elegante architectura”, a que fazem alusão Aires de Casal e o autor das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (48). Esse bonito templozinho colonial, cujo risco faz lembrar o do mestre José Pereira dos Santos, em sua Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, do Seminário de Mariana, vai ser devidamente pintado e acabado em 1783, quando o Irmão Lourenço, pelo seu requerimento de 7 de março daquele ano, diz que “quer mandar pintar a Capella mor e fazer as mais obras no Corpo da mesma capella por cujo motivo e pella da capella ser pequena se não pode celebrar decentementê na mesma capella. Razão por que e pella Suficiencia e Capacidade com que estão feitos os corredores, Requer o Suplicante a V. EX.a Rma. lhe conceda Licença para se poder selebrar nos mesmos corredores donde mais co-

(47) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, 73.

(48) *Corografia Brasíllica*, cit., I, pág. 365; Monsenhor Pizarro, *op. cit.*, t. VIII, pág. 107.

medamente for justo" (49). Esses corredores de fato permitem a ereção de altares, pois foram construídos com essa finalidade. Futuramente, tão logo o permitirem os recursos, Lourenço erguerá os altares dos Passos da Paixão através dêles, em número de sete.

Intensifica-se a vida devocional da instituição. Disso é prova o fato de alguns anos antes, talvez na segunda metade de 1779, o Ermitão-mor, na qualidade de padreiro, ter solicitado a Mariana a nomeação de um Capelão, "para que possa exercer todos os actos meramente Ecclesiasticos, reservados ao Parocho ou serem a elle pertencentes", o que é despachado favoravelmente em 10 de fevereiro de 1780. Então, a vida da comunidade e o concurso de romeiros deveriam ser suficientes para justificar êsse pedido de Capelão (50).

Foi ainda em 1780 — no mês de agosto — que a Ordem Terceira da Penitência do Tijuco expediu ao Irmão Lourenço o seu diploma de irmão terceiro de São Francisco. Depois de incluir os dados necessários sobre a recepção de hábito e a profissão do interessado (já estudados em outra parte dêste trabalho), assim reza o documento: "(...) pedimos a todos os P. P. Guardiães, Ministros, e mais Irmãos, de toda a Ordem 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>, o admittão em qualquer parte que chegar, aos Exercícios e obras de caridade, e se lhe faça como a legitimo Irmão e Filho de N. P.<sup>e</sup> S. Francisco" (51). É o recebimento

---

(49) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, 68.

(50) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, 74. Homem expedito, o Irmão Lourenço também cuida dos negócios temporais, ampliando o patrimônio da instituição, prevenindo dúvidas sobre uso de águas, comprando terras e recebendo doações de vária espécie, em nome de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Há, por exemplo, escrituras de doações, entre as quais aquela "de ratificação de doação que faz Joan Alves de Carvalho ao Irmão Lourenço de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça, como procurador zelador e administrador das obras da mesma". (Arquivo do Caraça, *Caderno B*, 7, e *R. A. P. M.*, IX, pág. 746. Documento datado de 28 de fevereiro de 1777).

(51) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, 18.

dêsse diploma e os mais, de outros Irmãos radicados no Caraça ou ligados à fundação de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que faz ocorrer a conjectura de que estava nos planos do Ermitão-mor a criação de uma comunidade religiosa, como também supõe seu biógrafo, o Pe. Francisco Silva. Por que, de vez em quando, chega às mãos de Lourenço mais um diploma de terceiro? Tudo leva a crer que êle vá reunindo êsses diplomas com a intenção de formar em sua Capela um sodalício terciário. Ou pelo menos de agremiar alguns companheiros que, como êle, nutram a mesma aspiração ascética e missionária e, juntos, sob a mesma regra, i. e., a de São Francisco — de que já era professo — vivam em comunhão religiosa. Se oriundo mesmo do Bispado de Lamego, Lourenço haveria de ter sempre na lembrança o esplendor do Convento da Ordem Terceira Regular da Penitência, daquela sede episcopal. Nada haveria de estranho acalentar o sonho de realizar algo semelhante na sua Serra do Caraça, agora que já dispunha de uma Capela ereta canonicamente, de um Hospício para hospedar religiosos e romeiros e de uma comunidade, devota e submissa, e mantinha boas relações com as autoridades eclesiásticas e civis e com todo o povo da Capitania, que, através das romagens, das dádivas e das orações, êle sentia que era da Senhora Mãe dos Homens, de São Francisco das Chagas, mas era muito seu também. Os depoimentos dos viajantes e escritores dos primeiros anos do século passado podem dar certa plausibilidade a êsse possível propósito do Irmão Lourenço, depois que êle se convencer da absoluta dificuldade da vinda dos admirados Varatojos para a sua fundação. Saint-Hilaire afirma que êle “se pôs sob a Regra da Ordem Terceira de São Francisco e dez irmãos se lhe reuniram” (52). Por sua vez, Aires de Casal, descrevendo a Serra do Caraça, reporta-se

---

(52) *Op. cit.*, I, pág. 195.

a “huma especie de Mosteiro, onde vivem varios Hermitões conduzidos uns pela devoção, outros pelas perseguições [também o corógrafo faz-se portador da lenda da perseguição pombalina a Lourenço]: seu habito he uma sotana negra. Sustentam-se de esmollas” (53). Igualmente Mons. Pizarro conta do templo de Nossa Senhora Mãe dos Homens, “junto ao qual habitavão varios individuos a quem o retiro do mundo, a devoção, ou outros motivos havião atrahido, e onde alguns Ermitaens se empregavam no seu decente trato” (54).

Os primeiros companheiros do Irmão Lourenço de Nossa Senhora são os seus próprios escravos, talvez os trazidos do Tijuco e mais aquêles que compra para as obras da Capela e do Hospício, entre 1770 e 1774. Mais um e outro eremitas, dos que perambulam pelos caminhos das imediações vêm também reunir-se-lhe, à notícia da fundação do eremitério. O Irmão Custódio Gonçalves — como prova seu diploma de terceiro franciscano (55) — é um dos primeiros a ir, de Mariana, acolher-se à confraternidade caracense, onde ocupará no decorrer dos anos uma boa posição; fará companhia ao Irmão Lourenço pelo menos até 1806, pois figura entre os testamenteiros enumerados pelo fundador (56). São igualmente testamenteiros os Irmãos João José e Luís Antô-

---

(53) *Corografia Brasíllica*, loc. cit.

(54) *Memórias Históricas*, cit., VIII, pág. 108.

(55) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, 17 (Diploma passado em 5 de outubro de 1776).

(56) *Testamento do Irmão Lourenço*, in *R. A. P. M.*, IX, pág. 760. Em seu depoimento no Auto n.º 7.803, do *Códice 328* — que estamos revelando neste trabalho pela primeira vez — o pintor Manuel da Costa Ataíde, reportando-se à necessidade de conseguir fundos para a vinda de missionários ao Caraça, destaca o papel do Irmão Custódio na comunidade, quando declara que “influiu e animou ao dito Irmão [Lourenço] e seu Companheiro Irmão Custódio que sahisse pellos circumvizinhos Arrayaes a fazer a mesma deligencia [tirar esmolas] de que constou recolherem se creditos passados com importancia de m.<sup>tos</sup> Contos”. (Fls. 17-v, do Auto n.º 7.803, no *Códice 328*).

nio, aquêles residente, e êste cobrador e pedidor da Casa (57). Segundo a opinião do Pe. Pedro Sarneel, êsses “primeiros solitários caracenses eram todos velhos e mal sabiam soletrar. Não estudavam. Só rezavam de cor. Revelam os arquivos — continua o autor do *Guia Sentimental* — que a Biblioteca deixada pelo Irmão Lourenço contava apenas vinte e sete livros, sem valor e muito estragados” (58). Não obstante, o Ouvidor Antônio Luís Pereira da Cunha, em sua informação de janeiro de 1906, conta ter visto no côro da Capela “hum pequeno Órgão, e Piano-forte, que com surpresa, e prazer vi tocar por hum preto escravo da mesma Casa” são palavras textuais do Ouvidor do Sabará (59). É, como se vê, uma comunidade heterogênea aliciada de maneira aleatória, e mesmo utilitária, na medida em que os préstimos pessoais de cada um sirvam ao interêsse de todos. Mas, gente humilde e despretensiosa, que não deixou de si nenhuma lembrança especial, a não ser êsse pobre negro escravo, que se desenfadava ao seu teclado.

Se bem que de grande vulto, as obras da Capela, em 1783, não são, em absoluto, definitivas. Como tôdas as igrejas mineiras da era da mineração, ela vai, através dos anos, se ampliando e se embelezando, em instalações novas e mais ricas, na razão direta do zêlo e devoção do seu fundador. Pelo que se pode depreender das raras e apagadas fotografias de antes de 1876 — o ano de sua lamentável demolição, pelo Pe. Júlio Clavelin, que ergueu

---

(57) *Testamento*, cit., loc. cit.

(58) *Op. cit.*, pág. 134.

(59) *Informação* do Ouvidor Pereira da Cunha, cit., in *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 513. Esse negro músico era o escravo Leandro, “que acompanhava somente a Salve Rainha no Órgão da Capela” — como o arrola depreciativamente, no Inventário dos Bens do Caraça, o Pe. Leandro Rebelo Peixoto e Castro, Superior da Casa, para não pagar dízimas, em 1832. (*V. R. A. P. M.*, VII, 3.º e 4.º, pág. 929 — “Documentos Relativos ao Colégio do Caraça”).



em seu lugar a atual Igreja gótica (60) — o seu exterior é muito simples, mas gracioso, sem ostentar aquêles pesadume das construções jesuítico-missionárias dos primeiros decênios do século. É tôda de pedra, do belo e sólido quartzito cinzento do Caraça, que os canteiros anônimos do Irmão Lourenço souberam trabalhar com sobriedade e carinho. Então, já está superada a fase do uso da madeira, tão comum nas construções mais primitivas dos bandeirantes, quando se tiravam dos jacarandás, das ca-

---

(60) Ao Pe. Júlio Clavelin, impermeável francês do Jura — a quem até se acusou de não acreditar na criação de lazaristas brasileiros — faltou, na destruição da Capela do Irmão Lourenço, "o sentido nacional da arquitetura e da arte religiosa brasileira", tão encantadoras. É a observação que faz o Sr. Gilberto Freyre às atitudes e mentalidades de certos padres e frades estrangeiros, a partir da metade do século passado para cá. (*V. Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, Livr. José Olímpio, 1959, 2 volumes, t. 2.º, pág. 599). Referindo-se à mentalidade "progressista", do ponto de vista da arquitetura de nossas igrejas, dêsse clero "inconsciente" dos méritos da arte nacional, escreve o autor de *Ordem e Progresso*: "...os andaimos, as obras, os reparos talvez indicassem o começo de uma fase de excessiva modernização ou de discutível embelezamento da arquitetura tradicional das igrejas e dos conventos, que marca a fase, aqui considerada, de progresso católico no Brasil, de alguns dos seus mais discutíveis "progressos". O "progresso" no sentido de uma arquitetura que para se tornar progressiva, perdesse de todo, como em vários casos perdeu, a casta histórica ou a qualidade artística. O "progresso" no sentido de transformar-se o barroco em gótico. [Exatamente o caso do Pe. Clavelin, com o seu gesto de demolir a Capela do século XVIII para colocar em seu lugar a sua igreja gótica lavada...] O "progresso" no sentido de substituírem velhas inagens, também barrocas, por estátuas feitas comercialmente na Itália. O "progresso" no sentido de cair-se azulejo; de pintar-se mármore; de desprezar-se e até vender-se jacarandá antigo de sacristia e de convento, para ser substituído por madeiras efêmeramente em voga entre a gente do século". (Pág. 598). E um pouco mais adiante, continua o mestre: "Começou assim para o Catolicismo, no Brasil, um período de crescente desvalorização, dentro da própria Igreja, das tradições brasileiras de arquitetura e de arte brasileiras; e de exagerada valorização não só do gótico como de italianismos e francesismos de discutível autenticidade artística como arquitetura ou escultura religiosa". (Pág. 599). Nada mais certo nem mais justo. É que à imigração européia dos fins do século passado e princípios deste — predominantemente italiana e católica — se aliavam as jovens gerações da elite sacerdotal brasileira, advinda do Colégio Pio Latino Americano, com sua orientação "europêizante" dos futuros bispos e mestres de Seminários que por lá passavam, para agravarem essa desvalorização de nossa arte religiosa.

biúnas, dos cedros e das baraúnas todos os efeitos possíveis, nas fachadas singelas, a que ainda faltavam as artes da cantaria. O frontispício, como o de tantas Capelas das Minas, tem cara de gente, as duas janelas do côro fazendo de olhos e a bôca escancarada da porta, em arco, sugerindo fisionomia humana grotesca, "a calhar — observa bem o Sr. Miran de Barros Latif, em comentário sôbre o assunto — para um povo que pede divertimento por necessidade, mas não é alegre por índole".

Sua simplicidade externa contrasta, porém, com a rica ornamentação interior, fruto do zêlo e devoção do seu fundador, sempre coadjuvado pela ajuda espiritual e material dos fiéis. Em 1787, dão-lhe de esmola vinte e três marcos e cinqüenta e duas oitavas de prata para a feitura de uma "alampada" a Nossa Senhora Mãe dos Homens; o Ermitão-mor confia o material a um tal Bento de Araújo Lima, que se diz ourives em Catas Altas — terra de prateiros famosos — para confeccionar a dita alâmpada. Passam-se, entretanto, dezenas de meses e o Irmão tem de recorrer à justiça, em Vila Rica, para reaver a prata, três anos depois... (61). Lourenço, todavia, não se amofina com percalços dessa ordem: como o Salmista, êle poderia dizer que "o zêlo da casa de Deus o devora" (Salmo LXVIII, 10). Sente que para Deus terá sempre de reservar o melhor. Eis, pois, que se dirige ao Alferes Manuel da Costa Ataíde e encomenda ao grande mestre mineiro a pintura e o douramento da Capela. Infelizmente, não temos a data dessa primeira passagem artística do Ataíde pelo Caraça. Foi talvez ali pelos anos de 1807 ou 1808, quando se teria valido de alguma facilidade ou temporária paralização nas obras de São Francisco de Assis, em Vila Rica, onde então estava trabalhando, para ir atender à solicitação de Lou-

(61) Documento n.º 109, do Arquivo da Casa dos Contos, ora na Biblioteca Nacional, 1.º cofre, gav. 8.º.

renço. Mas é certo que o notável artista *pintou e dourou a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça*. Fomos achar, em Mariana, o precioso *Códice 328*, do Arquivo dos Cartórios do 1.º e 2.º Ofícios de Mariana, aos cuidados da DPHAN, em que lemos a declaração de Manuel da Costa Ataíde, com suas próprias palavras, afirmando o fato. Trata-se de um depoimento do artista, num ato judicial (62): "...esteve — depõe êle — *hum anno pouco mais ou menos empregado nas obras de pintura e douramento da Capella de N. Sra. May dos Homens da S. do Carassa por ajuste que tinha feito com o falecido Irmão Lourenço fundador da mesma Capella*" (63) (Grifos nossos). Aliás, um pouco mais adiante, Ataíde conta, referindo-se à liberalidade do Capitão-Mor Manuel José Pena, benfeitor do Caraça e de outras casas religiosas, que "para a pintura e douramento da Matriz de Santa Barbara, que feita por elle testemunha, deo elle [o Cap-Mor Manuel José Pena] seiscentos mil reis e para a de Itaverava segundo elle testemunha ouviu a pessoas fidedignas quatrocentos mil reis, com cujas esmolos se ornarão os ditos templos" (64). O que vale dizer que o pintor também assina a esplêndida decoração da Matriz de Santa Bárbara, mas não a de Itaverava.

Se bem que o depoimento do Ataíde tenha o endereçamento natural do caso da vinda dos Missionários, cabe-lhe o mérito de destacar, com palavras repassadas de amizade e admiração, a personalidade do Irmão Lou-

---

(62) Trata-se do Auto n.º 7.803 (ação civil), de 5 de novembro de 1827, em que os Padres do Caraça acionam o Pe. Sebastião José de Carvalho Pena, sobrinho, herdeiro e testamenteiro do falecido Capitão-Mor Manuel José Pena, por ter rasgado um Crédito de 4:000\$000, que o Capitão houvera assinado em prol da vinda de missionários para o Caraça. O Pe. Carvalho Pena alegava que o Crédito era só de 400\$000... (fls. 3). Ataíde depõe em favor dos Padres do Caraça.

(63) *Códice 328*, fls. 16-v.

(64) *Códice 328*, fls. 17-v/18.

renço e, principalmente, a sua firme e incansável batalha para que se tornasse realidade o velho sonho de uma comunidade religiosa regular estabelecida em seu Hospício. Eis o que diz, a esse propósito: ...“tratando êste Irmão com a maior atividade e deligencia obter de S. Mg. a final graça de lhe conceder e mandar Missionarios para habitarem naquella Capella, e ficar sendo hum Hospicio de Congregados para actual louvor e serviço de Deos e Salvação das Almas, e foi o dito Augusto Sr. servido mandar pelo *Exmo. Gen.<sup>al</sup> desta Cap.<sup>nia</sup>* (grifo nosso) e Ministros de Sabará, que fossem ao dito lugar examinar o Contexto do requerimento do dito Irmão Lourenço, iguالم.<sup>te</sup> para hum exacto Inventario (ilegível) informação do lugar para o seu deferimento, e hindo estes Ministros ao dito lugar a dar em cumprimento igualmente e voluntariamente o fizerão” (65). Nosso itálico acima tem a intenção de sublinhar a presença do General Bernardo José de Lorena, o Governador e Capitão General da Capitania, na campanha promovida pelo Irmão Lourenço em prol da vinda dos seus missionários. O Lorena também comparece ao *Códice 328* e fica provada a grande amizade que reinava entre o ermitão e o Governador (66), que cumprirá as ordens de Sua Alteza

---

(65) *Códice 328*, fls. 16-v/17. Nossa presunção é a de que o Irmão Lourenço lançou sua intensa campanha pró-missionários no Caraça logo depois que lhe chegaram aos ouvidos as boas notícias da ascensão do Príncipe D. João à Regência do Reino, em caráter definitivo, a partir de 1799. Sua Alteza era tido na conta de homem muito piedoso e de ser muito amigo dos religiosos, com quem conviveu sempre desde os seus mais verdes anos. Lourenço, talvez a partir de 1800, achou azada a oportunidade e iniciou, junto do Príncipe Regente, a série de requerimentos, também estimulado pelo seu amigo D. Bernardo José de Lorena, Governador e Capitão General da Capitania, de 1797 a 1808.

(66) Dom Bernardo José de Lorena participa ativamente da campanha de Lourenço. O Auto n.º 7.803 confirma-o, ao contarem algumas das testemunhas arroladas o fato de ter o Irmão Lourenço tomado para patrono do seu desiderato o Governador. A terceira testemunha, o Pe. Francisco Xavier Augusto de França, conta que o ermitão “sem sessar lhe

Real, visitando o Caraça e mandando para Lisboa a melhor informação sobre o Hospício e suas possibilidades monásticas (67).

Talvez Manuel da Costa Ataíde tenha pintado e dourado a Capela do Caraça na mesma época em que trabalhou em São Francisco de Assis de Vila Rica. Nossa hipótese se ampara principalmente na lista dos pagamentos, que — segundo documentos do Arquivo daquele sodalício — foram feitos ao pintor, de 1803 a 1812 (68). Ele assinou contrato com os terceiros de Vila Rica em 1803, e atacou a obra durante nove anos, ocasião em que, solteirão que sempre foi, morou em uma casa da Ordem, nos fundos da Igreja (69). Ora, numa obra assim, é frequente que varie muito o ritmo do trabalho. Geralmente temperamental, o artista não prima pela pontualidade: trabalha bem quando tem inspiração. As vezes, falta dias, semanas, meses inteiros. No contrato entre Ataíde e a Ordem Terceira, a verificação das contas pagas ao pintor indica exatamente, pelo nível irregular das quantias, essa oscilação e, mesmo, queda de ritmo nas obras da pintura de São Francisco de Assis: em 1807, por exemplo, o pagamento foi irrisório, em comparação com o dos demais anos. Deveria ter sido uma tempo-

---

perguntava notícias do Lorena a quem tinha incommendado esta comissão" (fls. 14), isto é, a vinda de missionários. Também a quarta, o Sargento-Mor Domingos Pinto Ferreira França, lembra que nos últimos dias já de sua vida Lourenço vivia "perguntando por notícias do Exmo. General Bernardo José de Lorena, Governador e Capitão-General que foi desta Capitania e a quem elle Lourenço tinha feito grandes recommendações a este respeito". (Fls. 15-v). Então, já tendo viajado para longes terras (Lorena foi em seguida feito Vice-Rei da Índia), talvez ocupado com outras coisas mais rentáveis, o trêfego Conde esquecera-se das "grandes recommendações" do seu pobre amigo...

(67) *Atestado e Certificado* de D. Bernardo J. de Lorena, in *O Fundador do Caraça*, de A. de Lima Jr., cit., págs. 130-1.

(68) Cdn. Raimundo Trindade, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, cit., págs. 155-158.

(69) *Op. cit.*, pág. 153.

rada de pouca atividade do mestre marianense. Ataíde ganha naquele ano apenas 32\$550 (70). Quem sabe não foi êsse o tempo em que, interrompendo seu trabalho em Vila Rica, partiu para o Caraça, durante “hum anno pouco mais ou menos”, para atender ao Irmão Lourenço? Então êle já seria aquêlê entusiasta do eremita, “em quem reconheceo sempre m.<sup>ta</sup> virtude, consciencia, e verdade” (71), “pello muito conceito que delle fazia e familiaridade que com elle teve” (72) — como contava em 1827.

O fato é que lá ficou, na antiga Capela, o traço do seu pincel privilegiado que, infelizmente, não existe mais. O Irmão Lourenço, contudo, acha que a casa de Deus, entregue à guarda dos homens, é obra sempre perfectível: vai dotando-a de altares, alfaias, acessórios sacros e decorações diversas. Quando, em 1805, o Ouvidor Pereira da Cunha lhe toma o inventário do Hospício e da Igreja, pode exhibir um acervo tal de “ornamentos, e vasos para o Divino Culto que oxalá os tivessem as Freguezias deste Bispado tão bem paramentados! (73). Estas palavras do Governador da Capitania em exercício, o Bispo D. Frei Cipriano de São José, irão ser confirmadas por Saint-Hilaire, que se mostra bem impressionado com as instalações da Capela, pouco mais de dez anos depois. “A Igreja é estreita — nota o viajante — mas muito ornada, e possui magnífica prataria” (74). Com efeito, ela é pequena e apenas comporta cem pessoas, “porque o Fundador depois de formar grande extensão, foi prohibido pelo Dr. Desembargador, dizendo que no Ermo, escusado

---

(70) *Op. cit.*, pág. 156.

(71) *Códice 328*, cit., fls. 16.

(72) *Códice 328*, cit., fls. 17.

(73) *Informação do Governador em exercício, Dom Frei Cipriano de São José*, in *R. A. P. M.*, VI, 2.<sup>o</sup>, pág. 511.

(74) *Viagem pelas Províncias*, cit., I, pág. 194.

era o fundamento de taes edificios" (75). Seu altar-mor barroco, com certeza todo dourado pelo Ataíde, deve ser a peça mais sugestiva da ermida. "Atraz do Sacrario — descreve-o uma testemunha de vista, o anônimo autor da *História do Caraça* — por baixo do Throno está a sagrada e perfeitissima imagem de Maria com o menino no braço esquerdo e com o direito dando a benção. Em cima do Throno está o Senhor Crucificado imprimindo as Chagas em São Francisco d'Assis. Ao lado do arco cruzeiro a direita Santa Anna, e da esquerda a imagem de São João Batista no deserto: são obras da Cidade do Porto" (76). São as imagens que chegaram logo depois

---

(75) *História do Caraça*, de autor anônimo, in *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 495. Não conseguimos descobrir quem teria sido esse tal "Dr. Desembargador" embargante...

(76) *História do Caraça*, cit., loc. cit. Essa tradição das imagens portuenses parece coincidir com a presença, no norte de Portugal, de muito boa escultura em madeira (pela abundância dos castanheiros), onde sempre existiram esplêndidos santeiros. Vinha dos tempos em que pontificava o escultor barroco José de Almeida, especialista em madeira. (V. Reinaldo dos Santos, *História da Arte em Portugal*, Pôrto, Portucalense Edit., 1953, 3 vols., t. III, pág. 116 e 109). Daí, a existência de bons santeiros, também nas Minas, depois de 1730, pois a imagem de S. Francisco das Chagas da Capela — segundo o Pe. Pedro Sarneel — foi feita no arraial do Brumado. (V. *Guia Sentimental*, cit., pág. 116).

No que tange às determinações canônicas sobre as imagens vale transcrever o que determinavam, no tempo, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* sobre as imagens das igrejas: "...mandamos, que nas Igrejas, Capellas, ou Ermidas de nosso Arcebispado não haja um retabolo, Altar, ou fora delle Imagem que não seja das sobreditas [as recomendadas pelo Concílio de Trento], e que sejam decentes, e se conformem com os mysterios, vida, e originaes que representaõ. E mandamos, que as Imagens de vulto se fação daqui em diante de corpos inteiros pintados, e ornados de maneira, que se escusem vestidos, por ser assim mais conveniente, e decente. E as antigas, que se costuina vestir, ordenamos seja de tal modo, que não se possa notar indecencia nos rostos, vestidos ou toucados: o que com muito mais cuidado se guardará nas Imagens da Virgem nossa Senhora; porque assim como depois de Deos não tem igual em santidade, e honestidade, assim convém que sua Imagem sobre todas seja mais santamente vestida, e ornada. E não serão tiradas as Imagens das Igrejas, e levadas a casas particulares para nellas serem vestidas, nem o serão com vestidos, ou ornatos emprestados, que tornem a servir em usos profanos". (Livro 4, Tít. XX, n.º 697-8, pág. 269, da obra citada). Valem todos esses zelos

das reformas e ampliações de 1783 e foram benzidas solenemente no dia 17 de maio de 1784, pelo Pe. Manuel Coelho dos Reis (77). Na banquetta do altar-mor, ladeando a imagem do Senhor Crucificado, podem ser admirados os soberbos candelabros dourados, que com as três "Alampadas" que o Irmão Lourenço mandou instalar na Capela, custaram-lhe, em 1810, 830\$000. E sôbre a mesa do altar, nas horas do variado culto, os sacros utensílios, cálices de prata dourada todos trabalhados, com suas patenas cintilantes, âmbulas de prata dourada e custódias flamejantes. Atraz e dos lados do altar maior, as portas, para a sacristia e para os corredores externos, devidamente guarnecidas de cortinas, arrimadas a sanefas de damasco, com galões e franjas de ouro. Pende diante do altar, de corrente prêsa no teto, a alâmpada de madeira prateada, que se acende nos dias em que o Senhor Eucarístico está no altar. Pendem também, de cada parede lateral da capela-mor, espelhos de Veneza, dando ao ambiente aquêle tom levemente mundano, em que se sentem tão bem os filhos do século; mas, vão se dispondo, de espaço a espaço, os relicários sagrados, com suas lâminas de cristal, estames de prata e florões de ouro, pelas paredes de tôda a Igreja. O único móvel da capela-mor, a credência, de jacarandá, está colocada ao lado da Epístola; e os púlpitos, logo abaixo do arco-cruzeiro, um da banda do Evangelho, e o outro, gêmeo, do lado da Epístola, ambos pintados de branco, exibindo, "em seus bojos ondeantes, o ouro de seus frisos re-

---

do Sínodo de 1707, pois mesmo com todos êles a malícia dos homens haverá de engendrar a prática diabólica dos santos "de pau ôco". E era que os contrabandistas de ouro em pó e de diamantes mandavam esculpir imagens, dessas que se vestiam, cujo fundo posterior permanecia ôco, que os malandros lastreavam com a preciosa carga descaminhada, para assim enganarem as alfândegas... Daí a expressão ainda hoje tão comum do "santo de pau ôco".

(77) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, 67.



curvos e de suas fôlhas de acanto” (78), que reputamos também decorados por Manuel da Costa Ataíde. Para as cerimônias litúrgicas, repousam sôbre a credência o par de galhetas de cristal da Boêmia, o missal em sua estante coberta de damasco, as três sacras de esmalte, o turíbulo e a naveta de prata, a campainha e a caldeirinha de água benta, com seu hissope metálico. Entrando-se na sacristia, depara-se logo, na parede do fundo, outro grande espelho de cristal, perante o qual o celebrante compõe sua elegância sagrada, antes de penetrar no “sancta-sanctorum”; ao pé do espelho, uma grande arca de jacarandá, com seus amplos gavetões, para guarda de paramentos e alfaias: 5 casulas de damasco, com as quatro côres litúrgicas, e as estolas, manipulos e bôlsas e véus correspondentes, 5 alvas, 5 amitos, 5 cordões, corporais, palas e sanguinhos, tudo de linho engomado e alvíssimo. De cada lado da arca, um armário destinado a recolher outros ornamentos e utensílios do altar, capas de asperges, véus, cruzes de pedestal, círios, e a umbela de sêda branca para as bênçãos do Santíssimo. Sôbre uma mesinha, num canto da peça, com seu manustérgio pendente, o gomil de prata com sua salva lavrada, para as abluções das rubricas. Mas, além do altar e da capela maiores, pelas paredes internas da Igreja, erguem-se os altares laterais, de diversos Santos, com suas mesas recobertas com toalhas de pano de linho, e, em tôda a sua extensão, separando-os dos bancos centrais, coloca-se a mesa da comunhão, tôda em jacarandá prêto, com suas colunelas trabalhadas.

Agora, a parte externa. Eis como a descreve Saint-Hilaire: “Em volta da Igreja há um corredor em forma de ferradura que não se comunica com ela; penetra-se

---

(78) Pe. Pedro Sarneel, C. M., *Guia Sentimental*, cit., pág. 44. O mesmo autor é de parecer que o púlpito remanescente, ainda conservado no refeitório da casa, é de 1790.

nêlo por duas portas exteriores, e em seu interior se encontram capelas colocadas a certa distância umas das outras. Sôbre o altar de cada uma existe uma imagem encarnada de madeira, que representa o Cristo em algumas das atitudes de sua Paixão. Essas imagens estão longe de ser obras primas; têm, todavia, suficiente expressão para que fãcilmente se reconheça a intenção do artista, e não se pode deixar de admirá-las quando se sabe que foram esculpidas por um homem que jamais tivera modêlo ao alcance, e vivia na solidão, nos confins da região dos Botocudos. As duas mais notáveis e ornadas capelas acham-se fora do corredor que acabo de descrever; estão colocadas em face uma da outra, ao fundo das próprias construções da ermida, ao nível da espécie de pórtico, que faz parte da Igreja. Sôbre o altar da capela que se acha à direita estão várias figuras em madeira representando alguma cena da Paixão. Naquela que está colocada à esquerda, vê-se um corpo em cêra, ricamente vestido, que encerra relíquias recebidas de Roma" (79). É a capela do Hôrto, "aonde está por baixo do Throno um rico Thesouro, isto é, o corpo inteiro, e coberto perfeitamente de cêra de S. Pio Mártir, do que aparecem dois dentes de cima, as unhas das mãos e pés. No encôsto da cabeça está o sangue misturado com areia, dentro do calix de vidro" (80). Acima daquela espécie de pórtico — a que alude Saint-Hilaire — é que se collocam a tôrre e o côro. Uma tôrre singela, de sineira à franciscana, com seus dois sinos e o relógio, que dá as horas. O côro dispõe do seu órgão e piano-forte, que tocava o escravo visto e ouvido pelo Ouvidor do Sabará, em sua visita ao Caraça, em 1806.

Descrevamos o Hospício. As suas duas alas, com a Capela, oferecem uma vista imponente. "Fica-se cho-

(79) *Viagem pelas Províncias...*, cit., I, págs. 194-5.

(80) *História do Caraça*, cit., pág. 496.

cado em avistar assim de repente um edifício tão vasto a tal altitude e tão longe de tôdas as habitações”. É o comentário que faz Saint-Hilaire (81). Ao se aproximar, “encontra-se o viajante em uma plataforma — prossegue êle — em cuja frente se plantou uma fileira de palmeiras que confundem suas elegantes folhagens. Nessa plataforma erguem-se as construções da ermida, separadas em duas partes, que se colocam uma ao lado da outra. Uma escada, postada entre ambas as porções do edifício, conduz a um patamar ao nível do seu primeiro pavimento e, além do mais, juntamente com a Igreja, construída em plano mais recuado, forma de qualquer modo o corpo principal de um edifício do qual as construções laterais representam as alas. Tôda a fachada do edifício, desde a extremidade de uma das alas até a da outra, mede cêrca de vinte e três passos, e cada ala apresenta, no primeiro andar, seis janelas bastante espaçadas. A escadaria conta dezoito degraus: depois dos quatro primeiros, chega-se a um patamar de repouso, e os catorze degraus que vêm em seguida, mais estreitos que os outros, são marginados de ambos os lados por um corrimão de pedra de bastante bom gôsto. A volta do terraço, existe um parapeito semelhante ao da escada. (...) O rés-do-chão do edifício da ermida foi utilizado para armazens e alojamentos de negros. O primeiro andar está dividido em celas destinadas aos eremitas e aos viajantes que a devoção ou curiosidade atraem a essas montanhas. Tal é a ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens” (82).

Sim, tal é o Hospício do Irmão Lourenço. Um “hospício”, então, é uma pequena casa religiosa, uma “espécie de convento pequeno de alguma família religiosa, em que se agasalham os hóspedes da mesma religião, quando passam por algum lugar, em que não têm convento em

(81) *Op. cit.*, I, pág. 195.

(82) *Idem, ibidem.*

forma" (83). Mas, o Hospício de Lourenço tem algo que o diferencia do simples convento religioso. Aquêlê rés-do-chão, por exemplo, no porão da casa, com os seus escravos a serviço do ermitão-mor, faz dêle antes uma severa casa patriarcal brasileira, o seu tanto parecida a uma sede de fazenda ou de engenho. Mas, uma edificação tão surpreendente como aquela, em tal latitude sertaneja, chega a dar aos homens que nela moram, aos que ali se hospedam uma certa mentalidade diferente, como que lhes criando costumes, métodos de trabalho, hábitos de confôrto e até de lazeres, como acha o sociólogo Gustav Schmoller que a arquitetura faz mesmo com os homens. Na verdade, os solitários do Caraça são homens que não se pautam pela craveira comum dos vizinhos da região. É que êles vão, aos poucos, se imbuindo da vida de sua comunidade, ordeira, diligente, metódica, devota, regrada, européia enfim, tão diferente da existência da gente "mineira" em geral, que, como vimos, ao apêlo do ouro, é desordenada, aventureosa, incerta, ambiciosa e debochada. Os homens do Caraça, "desengañados daquele mundo", tornam-se uma advertência aos homens das Minas: há algo, há uma outra vida, um outro mundo, em que o ouro não tem muito valor e não constitui o fim último da existência. Aquela casa, se bem que digna e até dotada de certa nobreza paçã, é uma construção pesada e definitiva, como, se fixando os homens nela, melhor os arrancará da sedução da natureza tropical que os envolve: é uma casa ibérica, peninsular, sombria, carrancuda, sem nenhuma concessão àquele ambiente de fantasia, onde plantou seus sólidos alicerces de pedra. Mesmo o pátio interior oriental ela tem, à moda de um claustro, do lado direito da Igreja, que até no perfume de suas flôres, no jardim fechado,

---

(83) D. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, vol. IV, pág. 64, col. 2.

é bem mourisco: nem falta a fonte cantando na sombra da folhagem... É a luta das coisas e dos homens, as influências da terra e do além-mar, que vão marcar para sempre o homem e a criatura mineira do século XVIII, também presente — e que presença! — ali no claustro, no jardim fechado, do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

As peças do Hospício são geralmente grandes, muito grandes e severas. Suas paredes caiadas revelam na superfície irregular a eterna alvenaria de pedra e cal com que foram erguidas. Os forros são de esteiras de taquara, higiênicas e graciosas, com seus desenhos geométricos coloridos. O soalho é de largas tábuas de boa madeira, assim como as imensas portas e janelas. Os quartos são amplos também, mas um tanto sombrios, porque as janelas só conseguem abrir para fora através de paredes espessas como fortalezas; são praticamente despídos de mobiliário, a não ser a “cama aparelhada” destinada aos hóspedes ou o humilde catre onde dormem os irmãos da comunidade, e mais uma cadeira de encôsto ou tamborete de assento de couro. Duvidamos que os catres dispusessem do privilégio dos colchões de palha de milho, onde teve o viajante John Luccock, uma noite em Minas, voluptuoso repouso (84). Os lençóis sim, são, para todos, de algodão grosseiro, mas alvo, bem limpo. Como nas Minas todo mundo, antes de se deitar, lava os pés com água quente, é possível que os negros andem apressados, na hora das Almas, com gamelas fumegando, pelos corredores da casa, atendendo principalmente aos peregrinos. E, quando o sino grande da Capela toca às Almas, as fracas luzes das candeias e das velas se vão apagando nas celas e o silêncio, o silêncio maciço do Caraça, ganha o Hospício inteiro.

---

(84) *Notas sobre o Rio de Janeiro*, cit., pág. 296.

Uma das obras importantes que Lourenço levou a t ermo, a par da Capela e do Hospício pr prioamente dito, foi a "Casa de Refeitório com suas mezas para Comer". Não obstante a pobreza da casa, o ermitão-mor — como bom "mineiro" que já   — honra-se de pôr sua mesa com a dignidade da baixela da  ndia e alguns talheres de prata, talvez dos famosos prateiros de Catas Altas (85). A mesa   coberta pela ampla toalha de algodão das Minas Novas do Fanado e sôbre ela podem ser vistas as peças da baixela da casa: colheres, garfos e facas de prata; pratos de guardanapos finos da  ndia; guardanapos de pano de algodão. E os escravos começam a servir a refei o: em suas mãos v o chegando terrinas da  ndia, azuis e brancas, terrinas do Pôrto, travessas da  ndia, pratos grandes da  ndia.   a clássica louça do Oriente, que os navios trazem de Macau, como lastro em seus porões vazios. Até o aparelho de café   da Companhia das  ndias. Entretanto, há, às dúzias, pratos de estanho e gamelas: destinam-se aos eremitas e aos escravos. Tanto uns como os outros usam pouco os talheres. Muitos ainda comem com as mãos, amassando os bocados em b lo, com farinha de mandioca, e atirando-os   bôca. As raras facas — como ainda se vê até hoje em Minas, quando, em suas bainhas, são trazidas   cintura — servem para cortar um ou outro pedaço de carne, para descascar frutas e para aparar as unhas. Em todo o Hospício, há apenas seis facas, de prata (86).

---

(85) Saint-Hilaire encanta-se com os vasos de prata que acha na resi-  
d ncia do Cel. Ant nio Tomás. Principalmente os gomis, de forma e lavor  
elegantíssimos. Ele se impressiona ainda mais, quando lhe contam que  
tôda a prataria do coronel fôra lavrada em Catas Altas. O viajante de-  
clara, na mesma passagem, que teve outras ocasiões de admirar a habilidade  
dos artesões da província de Minas. (*Viagem pelas Províncias*, cit., I,  
pág. 191). Sôbre a tradicional ourivesaria mineira, v. Nota 76, do Cap. V.

(86) *V. Inventário das Alfaias, e Bens Patrimoniais da Capella da  
Snra. May dos Homens*, de 1805, in *R. A. P. M.*, VI, 2. , pág. 520.

A comida do Hospício deve ser simples. Aquela gente é frugal e penitente. O número de terrinas sugere sopas e caldos de que tanto se servem os europeus. Mas, o cardápio deve ser uniforme, simples, já se beneficiando dos gêneros e legumes da terra. Talvez pratos mais frequentes à base de farinha de milho, carne seca e, principalmente, carne de porco (87), toucinho, cará, mandioca, taioba, brotos de samambaia; as ervas verdes, como a couve, o agrião, o caruru, a chicórea silvestre; palmitos, abóboras, batata doce, milho, feijão e muito pouco arroz, que é caro; quiabo com angu, etc.

No inventário do Caraça, o único utensílio de cozinha que aparece é um espêto de ferro, indicando o uso da carne assada. As panelas deveriam ser de pedra ou de barro, enquanto que as gamelas de madeira e os canecos de "cuieté" prestariam igualmente os seus bons serviços, assim como os pilões, para socar grãos e paçocas.

Uma coisa deveria estar certa. No Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens, dada a frugalidade e a pobreza dos seus eremitas, Critilo, por exemplo, não acharia oportunidade de descrever para Doroteu um repasto luculiano como êste, que vira na Fazenda do Covão, não muito longe do Caraça:

---

(87) Seria o "trelelé" — típico prato caracense, constante de arrôz temperado com picados de toucinho e carne de porco — tão apreciado pelos colegiais do século passado, entre os quais o velho Afonso Pena, Artur Bernardes, Afonso Pena Júnior, Fernando de Melo Viana, Arduíno Bolívar e outros — alguma velha reminiscência culinária (africana?) dos tempos do Irmão Lourenço? Augusto da Costa Leite, em seu livro *Saudades e Lembranças do Caraça*, afirma que o passadio no antigo Colégio, nos fins do século passado, não havia mudado e remontava ao Pe. Leandro. (Cit., pág. 165). Se remontava ao Pe. Leandro, com um pouco mais de boa vontade, podia-se estender aos tempos do Irmão Lourenço...

Eu bem sei, Doroteu, que tinha sopa  
 com ave e com presunto, sei que tinha  
 de mamota vitela, um gordo quarto,  
 que tinha fricassés, que tinha massas,  
 bom vinho de Canárias, finos doces  
 e de mimosas frutas muitos pratos (88).

Mas, frutas sim. Tanto as europeias, como as nativas. Antes de morrer, o Irmão Lourenço haveria de ter o gosto de colhêr e saborear frutas de suas árvores, plantadas pelas suas mãos ainda fortes, como a pêra, a maçã, a cereja, a ameixa, o marmelo, assim como castanhas, azeitonas e nozes, de que dão talvez exagerada notícia Aires de Casal e Monsenhor Pizarro (89). Daí resultam os doces caseiros — como a marmelada — que sempre serão encontrados no Caraça, ainda nos dias de hoje; não faltam igualmente batata doce, abóbora, cidra, melado, rapadura e méis silvestres, para as sobremesas da Casa.

Como se vê, o conceito setecentista de hospício se aplica à casa de Lourenço: não somente ela acolhe os eremitas que lhe formaram a comunidade, como também está preparada para receber os viajantes e os romeiros que sobem a Serra. Ela participa também das mesmas alegrias de outra casa irmã, igualmente edificada noutro teto do mundo, o mosteiro do Grã-São Bernardo de Menthon. Se a ala direita do edifício pertence aos irmãos residentes, a outra ala, à esquerda, destina-se aos peregrinos e viajantes.

Bons filhos da Igreja que são, os companheiros de Lourenço, o Ermitão-mor à frente, pautam todos os atos da vida comunitária pelos ditames canônicos em vigor.

(88) *Cartas Chilenas*, IV, 10-14, ed. cit., pág. 222.

(89) *Corografia Brasillica*, I, pág. 365. Mons. Pizarro, *Memórias Históricas*, cit., t. VIII, pág. 109.



É o próprio Irmão, são os discípulos do eremita, e os escravos, que cuidam, guardam e limpam as celas da casa. Se não usam hábitos de religiosos ou de clérigos — que isso lhes é defeso (90) — trazem suas roupetas compridas, de côr preta, como anota Aires de Casal (91). Aquela casa, com suas celas para cada um dos recolhidos, está obedecendo aos dispositivos eclesiásticos mais estritos: como os cânones vedam o uso da ermida para qualquer outra serventia senão a do culto divino, eis que se ergueu a linda Capela da Senhora Mãe dos Homens exclusivamente a êle dedicada. Há ali as romarias. Onde há romeiros, há sempre abusos. Mas, os confrades de Lourenço estão atentos, e não consentirão que em sua ermida “algumas pessoas durmão, comão, joguem, bailem, ou fação cousa semelhante, posto que seja com pretexto de romagem” (92).

O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens é, pois, uma casa santa e disciplinada. Se, muitos anos depois, vai ter um nobre escudo em sua fachada de pedra, com um nome e um símbolo heráldicos, ela não passa agora de uma simples e pobre cartuxa de um homem “desenganado do mundo”, que buscou o centro daquela Serra para edificar o seu retiro, onde, ao exemplo das Tebaidas, vieram reunir-se-lhe outros homens, que conheceram a pouca duração desta vida.

---

(90) *Constituições Primeiras*, cit., livro 3, tít. XXXIX, n.º 629, pág. 244.

(91) *Op. cit., loc. cit.*

(92) *Constituições Primeiras, loc. cit.*

## CAPÍTULO IX

### *A Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens*

*Sobre todas mais alto um throno havia,  
Junto ao qual pareceu dizer-me o Doiro:  
Este lugar é só para Maria.*

.....

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA (*Sonetos*, V)

DEPOIS DE ESTABELECIDO, com sua comunidade, no Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça, o Irmão Lourenço deveria ter sentido que os alicerces de sua obra cenobítica estavam bem lançados. Podia dar-se, em seguida, a um acometimento maior, que era a grande aspiração de sua vida: torná-la um ativo centro de ação missionária e devocional, para a conversão dos povos das Minas Gerais.

É o que se lê, nos três requerimentos que êle endereça ao Príncipe Regente, já no alvorecer do século XIX (1). Porque, se houve alguma demarche sua junto das autoridades de Lisboa, nesses primórdios de sua vida eremítica, dela os arquivos não guardaram qualquer documentação. Se então alimentou alguma esperança na vinda dos frades do Varatojo para o Caraça, ela durou

---

(1) *V. 1.º, 2.º e 3.º Requerimentos*, in *R. A. P. M.*, ano VI, fasc. 2.º, págs. 508 a 510 e 516.

muito pouco tempo, porque nós podemos acompanhar o fundador da instituição pondo em ação desde logo, dois planos missionários, bem diferentes da intenção original, planos êsses concomitantes nos primeiros anos, mas depois seqüentes, um ao outro. O primeiro é uma operação terciária franciscana, o que chamaríamos “fase seráfica”: o Ermitão-Mor, terceiro professo, munido do seu diploma, desenvolve intensa atividade coordenadora de elementos seus e da Ordem, culminando com a obtenção de um decreto do Provincial Franciscano do Rio de Janeiro, que autoriza o capelão do Caraça a receber irmãos para a Ordem Terceira; êste significativo decreto tem a data de 17 de novembro de 1785, o que vale dizer que essa “fase seráfica” dura pouco mais de dez anos. O segundo é a “operação-Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens”, em que Lourenço, encontrando dificuldades em agir através da Ordem Terceira da Penitência, depois de uma pausa de espera, vale-se do recurso — tão próprio da época — de uma Irmandade, que nas Minas substituem as Ordens Religiosas proscritas, como órgãos religiosos, associativos, devocionais, patrimoniais e até securitários. É quando dá nova ênfase à Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, talvez já fundada nos primeiros anos do eremitério, porquanto o Breve do Santo Padre Pio VI, que aprova o sodalício, com data de 12 de agosto de 1791, reporta-se ao que “há pouco haviam exposto os amados filhos, oficiais e irmãos de Nossa Senhora Mãe dos Homens, *erecta canonicamente*, como se afirma na Capela pública de Nossa Senhora Mãe dos Homens” (Grifos nossos) (2). A Irmandade será a sua companhia de vanguarda e reconhecimento, na conquista missionária e religiosa que se propõe. Paradoxalmente, porém, jamais consegue tê-la inteira-

---

(2) V. Pe. Francisco Silva (Pe. F. S.), *Monografia da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens*, XII, págs. 161-2.

mente nas mãos. Não obstante, em suas mãos é a vé enfraquecer e anular-se depois de ter tentado, com tôdas as fôrças de sua alma, conjurar-lhe a ruína então irremediável, pela vinda de missionários, os únicos que poderiam mantê-la e fomentá-la.

Antes de passarmos a estudar o fastígio da obra do Irmão Lourenço e do seu Hospício da Serra do Caraça, vale a advertência de que essa obra, em suas linhas gerais, foi, antes de tudo, a preparação de uma outra, mais alta e mais completa. É verdade que, nos seus primeiros anos, quando lançou os alicerces da vida cenobítica caracense, o eremita setecentista sentiu-se com fôrça e responsabilidade para realizar, éle próprio, todo um programa de apostolado religioso: a base de operações — o seu Hospício — estava estabelecida e isso deveria acoroçoá-lo à grande empreitada. Poderemos observar que tôda a primeira “fase seráfica” do cenóbio caracense, desde 1774 até quase 1790, indica os passos dessa intenção. Sobre-vém, porém, o obstáculo canônico e irremovível de Mariana ao decreto do Provincial Franciscano do Rio de Janeiro, que detém, por seis longos anos, trancada nas gavetas da Câmara Eclesiástica, a autorização para que o capelão do Caraça possa receber irmãos para a Ordem Terceira da Penitência (3). Esses seis anos de inútil espera servem para convencer, pelo menos, o Irmão Lourenço de que sua condição de simples leigo, mesmo professo numa Ordem Terceira, não o habilita a nada, na economia eclesiástica, senão ao papel de simples acólito, que apenas pode ascender ao primeiro degrau do altar, por privilégio. Convence-se de sua verdadeira condição. Volta-se então para a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e nela se dá a um trabalho de preparação, de precursor, da obra maior a realizar-se no seu Hos-

---

(3) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, n.º 12.

pcio. Trabalho de um João Batista (de quem é devoto), tão digno e oportuno, como está escrito em Isaias:

Eis que eu envio ante tua face  
o meu anjo,  
que há de preparar o teu caminho;  
voz do que clama no deserto:  
Preparai o caminho do Senhor,  
endireitai as suas veredas (4).

A obra material está terminada, completa. Mas, falta o coroamento, o corolário final: a ação missionária e sacerdotal permanentes. “Soberano e Augusto Senhor — pergunta êle ao Príncipe Regente — de que serve o trabalho, e desvelo de tantos anos, se não se concluir com o util ao Serviço de Deus, a V. A. R. e aos Povos?” (5). E logo adiante Lourenço esclarece o que julga ser êsse “útil” ao serviço de Deus, ao Príncipe e às gentes das Minas: “O Suplicante fundamentalmente reconhece que para conseguir o seu ultimo desejo para hir em augmento o culto, para ser util aos Fieis, e a V. A. R. pelas Oraçoens daquelles, se fas preciso instruçoens Evangelicas; *aquella capitania ha muitos annos está falta de Missionarios que dispersos Evangelizem instrução, e edifiquem pelo que os bons Povos suspirão.* (Grifos nossos) (6). E, valorizando a sua obra e a escolha do lugar onde assentou o Hospício: “Que lugar mais proprio para a existencia destes, que devem semiar a palavra de Deus, a sua Sancta Ley? (7). E sua repulsa ao mundo das Minas Gerais, que abandonou, ao partir do Tijuco, em 1770, transparece nas palavras que se vão

(4) *Isaias*, XL, 3; *Marcos*, I, 2-3.

(5) 1.º *Requerimento ao Príncipe Regente*, in *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 508.

(6) 1.º *Requerimento. loc. cit.*

(7) *Idem, ibidem.*

seguindo, quando denuncia “a vivacidade da Serpente que só vomita libertenage”, e encarece o lugar (que não é aquê, evidentemente) onde existe pura a Religião, vive firme a Fé e Obediência aos Soberanos, por ser uma inseparavel da outra”, como numa alusão à recente Conjuração de 1789, onde essa fé e obediência ao Soberano faltaram, mesmo em sacerdotes, que deveriam manter “pura a Religião” (8). E conclui exortando Sua Alteza Real a trazer para seu Hospício novos apóstolos, “Europeos, Varatojos, ou de qualquer outra Religião Mendicante” (9).

Assistamos à evolução da obra de Lourenço, desde o seu primeiro estágio franciscano. Vinculado à Ordem Terceira de São Francisco de Assis — como já vimos — desde 1763, êle recebera, de Frei Manuel de São Carlos, Comissário Geral da Terra Santa em Portugal, em 24 de abril de 1766, autorização para esmolar em favor da Terra Santa, na região da Demarcação Diamantina, onde então residia. Entretanto, como se pode ler em seu Requerimento de dispensa de tempo para professar, em outubro de 1763, já então Lourenço preocupava-se “em ser procurador, e zelador actual pelos Arrayaes de fora” de sua Ordem, o que lhe deu ascendente para obter o deferimento da dispensa (10). Sua posição, pois, na Ordem, era muito sólida, até 1770, quando a recusa em receberem sua doação condicional significou que algo de grave abalara as relações entre Lourenço e o sodalício.

---

(8) *Idem, ibidem*. Pelo contexto da citação, percebem-se a mentalidade do mais estrito devotamento ao Rei e a desaprovação de Lourenço aos ideais que deram origem à Inconfidência Mineira.

(9) *1.º Requerimento*, cit., pág. 509 (*R. A. P. M.*, VI, 2.º). Lourenço pertence ao número daqueles reinóis, eclesiásticos ou não, que não acreditavam nas possibilidades do clero indígena. Que venham Varatojos ou elementos de qualquer outra Ordem Mendicante, mas *europæus* — é o que está dito em seu Requerimento.

(10) *Papéis Avulsos*, no Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência, de Diamantina. V. Capítulo VII dêste trabalho.

De qualquer forma, depois de sua saída do Tijuco e nos primeiros tempos de seu estabelecimento no Caraça, as relações do Irmão Lourenço com a direção da Ordem Franciscana, no Rio de Janeiro, são normais. Isto faz presumir que a pendência havida — se é que houve — está circunscrita ao sodalício terciário do Arraial do Tijuco. Não leva muito tempo para que o Irmão Custódio Gonçalves, em 1776, portando seu diploma de terceiro da Presídia de Mariana, lhe venha bater à porta, para se agregar à sua comunidade, tornando-se um dos colaboradores mais eficazes do Ermitão-mor, quase até o fim dos seus dias. É possível que os desejos de estabelecer o seu sodalício da Penitência no Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens e S. Francisco das Chagas estejam em franca fase de realização. Logo mais, Lourenço também recebe, êle próprio, o seu diploma de terceiro, onde, a certa altura, se lê: "...pedimos a todos os P. P. Guardiães, Ministros e mais Irmãos de tôda a Ordem 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>, o admitam em qualquer parte que chegar, aos Exercícios e obras de caridade, e se lhe faça como a legítimo Irmão e Filho de N. P.<sup>o</sup> S. Francisco"(11). Em 1783, aquêle mesmo Frei Manuel de São Carlos expede os diplomas de Maria do Carmo(12) e Antônio Tomás da Silva, irmãos da Terra Santa. São, pelo que se depreende, peregrinos ou amigos da casa. Essa sucessão de diplomas, que vão chegando ao Caraça, de 1776 até 1785, revela a preparação, pelo menos, de uma confraternidade seráfica no alto da Serra, tanto para os

(11) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, n.º 18.

(12) Esse nome de mulher é o primeiro que aparece na história do Caraça. Deveria tratar-se de pessoa piedosa, de recursos e amiga da obra de Lourenço, pois, pela contemporaneidade da expedição de seu diploma e da criação do cargo de "Juíza" no 1.º *Compromisso* da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, de 1784, leva a supor que o estranho pósto da Mesa caberia a essa mulher. (V. transcrição integral do aludido *Compromisso*, na obra *O Fundador do Caraça*, cit., do Sr. Augusto de Lima Júnior, págs. 111 a 123).

irmãos da comunidade clausurada como para os romeiros. A São Francisco das Chagas é dedicada a Capela erigida naquele nôvo Alverne e o nome — tão franciscano — de “Hospício” começa a ser dado à fundação. Seu *beguinage*, com a pequena comunidade, obedece à Regra de S. Francisco. O próprio culto exterior da Via Sacra, que se pratica no morro fronteiroço à Casa, chamado “Calvário”, encimado pela Paixão, onde se vêem as imagens de Jesus Crucificado, Nossa Senhora das Dores, São João Evangelista e Santa Maria Madalena, ao ar livre, faz evocar práticas franciscanas, que estão presentes até na sineira da Capela, de acôrdo com as tradições arquitetônicas do *Poverello* de Assis.

Após as obras de ampliação da Capela, benzidas as imagens chegadas de Portugal, vai ter início intensa vida devocional no Caraça, a que nas Minas só se equiparará Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo. Marca-se a festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens para o dia 29 de agôsto (13). É um grande dia e acorrem à Capela engalanada romeiros de tôda a parte, para elege-rem a Mesa da Irmandade e assistirem à “missa cantada pelo Reverendo Capelão, a canto-chão, toque de órgão, e se dando ao Pregador doze mil réis pelo sermão” (14), em louvor da Santa Padroeira. Mas, a “fase seráfica” do eremitério alcança sua culminância em 1785, quando o Provincial Franciscano do Convento de Santo Antônio, do Rio de Janeiro, concede ao capelão da Serra do Caraça a autorização para receber irmãos para a Ordem

---

(13) No Capítulo IX do *Compromisso* de 1784 (ap. A. de Lima Jr., *op. cit.*, pág. 118), se declara que a Irmandade “será obrigada a festejar na mesma Capella [da Serra do Caraça] todos os annos em o dia trinta de Agosto a mesma Senhora Mãe dos Homens”. (Grifo nosso). Seria comemorada em 30 de agôsto a festa da Padroeira, em 1784?

(14) Segundo os dizeres do Capítulo XII, do *Compromisso* de 1806, (o 2.º que regeu a vida da Irmandade, até a vinda dos lazaristas). (In R. A. P. M., *Monografia da Irmandade*, cit., XII, pág. 166).



Terceira (15). É o reconhecimento oficial de uma situação franciscana de fato, numa casa religiosa — um “Hospício” — onde existem irmãos terceiros congregados em vida comum. Com o decreto do Provincial, a casa pode ver enriquecido o número dos religiosos, pois os candidatos serão agora admitidos ali mesmo, farão o seu noviciado, e ali mesmo professarão. Quiçá, professos, poderão seguir o exemplo do Irmão Lourenço, do Irmão Custódio e de outros mais, que preferiram a vida conventual e ali formarem uma verdadeira comunidade canônica. Pela primeira vez, na história da Capitania das Minas Gerais, vai ser possível a existência de uma casa de religiosos, uma casa de frades. Se em outras vilas existem as Ordens Terceiras (como Vila Rica, Sabará, Mariana, o Tijuco, S. João Del Rei), em nenhuma delas uma Ordem Terceira se acha instalada assim, no mesmo local, na mesma Capela, onde vive uma comunidade de leigos, sob a Regra franciscana. É o sonho do Irmão Lourenço, prestes a fazer-se realidade. É a evocação infantil e adolescente do afamado Convento da Ordem Terceira Regular da Penitência, de Lamego, em vias de concretização. Lourenço está perto de tornar-se o pai de uma grande comunidade religiosa, na Serra do Caraça.

Mas, o decreto do Provincial do Rio de Janeiro tem de passar pela Câmara Eclesiástica de Mariana, a quem cabe dar o “cumpra-se”, desde que se trata de uma capela pública de sua jurisdição. Não se sabe, afinal de contas, o que acontece na cidade episcopal com o decreto franciscano. Ou a prudência de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel, que temeria uma infração formal às ordens de El-Rei (se surgisse uma casa religiosa no território das Minas Gerais) ou o ressurgimento dos motivos que obstaram a carreira de Lourenço em outras oportunidades — eis que as autoridades diocesanas retêm

---

(15) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, n.º 12.

em suas mãos o privilegiado decreto, durante muito tempo, quase seis anos. É, de fato, muito tempo para que o entusiasmo de um homem, por mais fervoroso que seja, não arrefeça bastante. Lourenço parece compreender a situação. Não há qualquer documentação que revele teimosia ou insistência nos seus propósitos. Ele talvez ache melhor contemporizar. E a “fase franciscana” de sua obra no Caraça passa definitivamente. O Ermitão-Mor vai se dar inteiro, anos depois, à cruzada de trazer Missionários para a Casa: Lourenço vai ser o precursor desse grande advento.

O Sr. Augusto de Lima Júnior conta, em seu livro *O Fundador do Caraça*, que depois da morte do Marquês de Pombal — após 1782, portanto — o Irmão Lourenço tentou obter o beneplácito régio para a instituição de sua Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens, junto da Rainha D. Maria I. Esta, sendo informada da identidade do requerente [o Sr. Lima Júnior advoga a tese de ser o Irmão Lourenço o quase assassino José Policarpo de Azevedo, que tentou contra a vida de D. José I, pai da Rainha], deu logo um sêco despacho: “escusado” (16). E, um pouco mais adiante, afirma textualmente: “O livro do Compromisso [que o historiador diz ser primorosamente iluminado e no qual se reconhece o desenho de Cláudio Manuel da Costa], os requerimentos e o despacho da Rainha encontram-se nos papéis do antigo Arquivo de Marinha e Ultramar em Lisboa” (17). O fato de tentar Lourenço obter o “Real Beneplácito, erecção, aprovação, e confirmação” para a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, em 1784, pode explicar os dois planos de ação religiosa que, naquele tempo, estariam nas suas intenções: um, consistindo na instalação da Ordem Terceira de São Francisco no Ca-

---

(16) *Op. cit.*, pág. 77.

(17) *Idem*, pág. 78.

raça, destinada aos seus irmãos residentes, que passariam à situação canonicamente subsistente de uma comunidade terceira regular, como cabeça e centro natural de um trabalho missionário; outro, constando da existência da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens e São Francisco das Chagas, verdadeira milícia auxiliar do trabalho religioso de Lourenço e sua comunidade terceira, incluindo todo o povo fiel, “todas as pessoas que nella entrarem por Irmãos” (18). Era um plano estratégico de mestre: pela primeira vez, as Minas Gerais iriam presenciar a ação sócio-religiosa de uma Irmandade, com todo o prestígio e fôrça que tinham êsses sodalícios, imediatamente articulada e dirigida por uma Ordem Religiosa. Porém, como acabamos de ver, êsse esquema de ação — todo um programa de ação missionária e social — não se realizou, nem no plano da fase que temos chamado “seráfica”, nem no plano do lançamento da Irmandade.

Ainda é o mesmo Sr. Augusto de Lima Júnior — agora em outra obra sua (19) — que afirma ter provindo do seu introdutor, Frei João de Nossa Senhora, do Convento de S. Francisco das Chagas, de Xabregas (Lisboa), a devoção de Nossa Senhora Mãe dos Homens para a Serra do Caraça, depois de 1758, quando o Irmão Lourenço [o condenado José Policarpo de Azevedo, em sua opinião], ali refugiado, consegue fugir para o Brasil, ajudado dos irmãos de hábito de Frei João, e estabelece nas Minas Gerais a tocante invocação marial. Tudo isso pode ser verdade. Mas temos notícias de que, ainda antes de 1750 — justamente nos dias da intensa propaganda da devoção de Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Lisboa, pelo frade de Xabregas — aqui no Brasil, na

(18) Conclusão do *Compromisso de 1784* (ap. *O Fundador do Caraça*, cit., pág. 123).

(19) *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956, pág. 113.

humilde freguesia de Araritaguaba, donde partiam para os ouros do Cuiabá as monções bandeirantes, os moradores do Arraial já tinham “construído a sua custa e com esmolos dos fieis uma sumptuosa igreja para N. S. Mãy dos Homens, cuja imagem magestosa e perfeita se achava já na villa de Itú em depozito para se collocar”. (Grifo nosso). Transcrevemos trecho da Provisão do Dr. Manuel de Jesus Pereira, Vigário Capitular da Sede vacante de São Paulo, que, no dia 26 de abril de 1750, dá faculdade e concede licença ao Vigário da Vara de Itu para benzer e colocar a imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens na igreja matriz de Araritaguaba (hoje Pôrto Feliz, Estado de São Paulo) (20). Agora, a transcrição é do Livro do Tombo, da mesma Freguesia, a fls. 70: “1750 — Por provisão desta data é concedida licença ao vigario da villa de Itu para benzer a nova padroeira N. Sra. Mãy dos Homens. Araritaguaba desta data em diante passa a denominar-se: Freguezia de N. Sra. Mãy dos Homens de Araritaguaba” (Grifos nossos). Queremos crer que, à vista dêste documento, não fica nenhuma dúvida de que a primazia da devoção a Nossa Senhora Mãe dos Homens fica pertencendo à velha Freguesia das monções, pois o Irmão Lourenço irá fundar a Capela da mesma invocação somente vinte e quatro anos depois (21).

(20) *Livro de Tombo da Paróquia de Pôrto Feliz*, fls. 56 (transcrição feita em 19 de janeiro de 1753, pelo Vigário Simão de Toledo Rodovalho).

(21) A devoção de Nossa Senhora Mãe dos Homens, muitos anos antes da fundação do Irmão Lourenço, já se espalhara pelas Capitánias. Eis o que achamos nas *Memórias Históricas*, de Monsenhor Pizarro, a propósito de notícias sobre a criação da Capital do Mato Grosso: ...“Por esses motivos mandou o Soberano fornecer o Matto Grosso com hum estabelecimento proprio e mui necessario às suas circumstancias: e então foi preciso, que no lugar, onde se designou o assento da Capital da nova Capitania, se levantasse hum Templo parochial. Entretanto que a oppor-tunidade do tempo não permittia essa obra com perfeição, serviu de Parochia uma choupana dedicada á N. Sra. Mãy dos Homens por Theotonio da Silva Gusmão, Juiz de fora, em 7 de novembro de 1753”. (Grifos nossos).

Do que não resta dúvida nenhuma, é que, em 1791, a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens está em franca atividade, na Serra do Caraça, principalmente depois do Breve pontifício que a considera “canônica-mente ereta” (22). Na história da Igreja, nas mais variadas circunstâncias, as confrarias — empregamos a palavra em seu sentido lato — sempre significaram um instrumento ambivalente de ação religiosa e social, seja na propagação, manutenção e defesa da fé, seja na agregação de elementos sociais, visando à proteção espiritual e material dos seus associados. As confrarias floresceram principalmente nos últimos séculos da Idade Média, quando diversas causas se conjugaram para favorecer-lhes a expansão: o triunfo e a aceitação geral dos movimentos associativos, o aparecimento das heresias, os flagelos da peste, fome e guerra, a necessidade da ajuda divina e a fraqueza do clero paroquial (23). As condições da situação política, social, econômica, religiosa e material das Minas Gerais, nos últimos anos do século XVIII, coincidiam até certo ponto com aquêles motivos que permitiram o esplendor das confrarias da Baixa Idade Média: era a época do grande surto das Irmandades mineiras, as Ordens Terceiras de São Francisco e do Monte do Carmo, a Arquiconfraria dos Mínimos do Cordão de São Francisco, as Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos,

---

(*Op. cit.*, t. IV, págs. 210-211). Como o arraial de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Ararituaba fôsse o “pôrto feliz” da partida das monções, que, naquele tempo, demandavam os descobertos do ouro do Cuiabá e zonas adjacentes, nada mais natural que o Juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão dali levasse a devoção para a futura Capital matogrossense. Releve-se ainda o fato de em 1753 já estar erigida uma capela rústica dedicada a Nossa Senhora Mãe dos Homens, em local que seria o futuro Cuiabá. Isso prova que a devoção já chegara lá antes daquela data.

(22) *V.* Nota n.º 2.

(23) *V.* Gabriel Le Bras, *Études de Sociologie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1956, 2 vols., t. II, pág. 420.

de Nossa Senhora das Mercês dos Homens Pardos, de São Benedito, de Sant'Ana, de São Pedro dos Clérigos, etc., etc. Esses sodalícios pululavam por tôda a parte, pretendendo uma função supletiva das carências do clero, principalmente do clero regular, ausente da Capitania; se não havia heresias ou movimentos cismáticos, sobravam os maus exemplos do Cabido marianense, que trazia a Sede da Igreja Mineira em crise permanente, desde os dias melhores do episcopado de Dom Frei Manuel da Cruz; a exaustão gradativa das minas levava a tôda a Capitania a miséria e a inconformidade de uma população inteira, que as julgara inesgotáveis, ocasionando um mal-estar perigoso e depressivo, de que a Inconfidência Mineira foi o índice mais alto, com o seu triste cortejo de prisões, arrestos e seqüestros, devassas e interrogatórios, tropelias e cavalgadas de tropas, mas culminando tudo isso no martírio cruel de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Nem mesmo faltava o flagelo da peste, pois, na volta de 1790, uma terrível "epidemia de defluxoins [gripe] devastara tôdas as Minas, espalhando morte, desolação e luto a muitos lares, principalmente os mais humildes (24).

Nas horas de desdita, os homens aproximam-se uns dos outros, naturalmente. A Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens teria surgido assim numa hora certa, principalmente atendendo ao apêlo mais elevado da comunhão religiosa, à frente da qual comparecia a figura prestigiosa do Irmão Lourenço. Mas, o impulso, evangélico e humano, do *convenerunt in unum* tem a sua motivação teológica: o dogma da comunhão dos santos, o mais belo de todos os dogmas. Se é natural em todos os homens o instinto da associação, torna-se irresistível a necessidade de certas almas se reunirem em grupos solidários consentidos. Levando essa lei social

---

(24) V. R. A. P. M., II, 1.º, págs. 6 a 8.

ao campo da teologia, assim observa o sociólogo religioso francês Gabriel Le Bras o fenômeno da constituição das confraternidades cristãs, nos primeiros séculos da Idade Média: “Ao tempo mesmo em que apenas se desenhava o esboço das paróquias, a teologia das trocas sobrenaturais violava tôdas as fronteiras administrativas. Romanos e Celtas (25) avaliavam os reinos do Além, calculavam o pêso dos pecados, justificavam a cooperação para o resgate através das orações mutuais e das missas privadas. O dogma da comunhão dos santos se concretizava na intenção particular do Santo Sacrifício, na penitência vicária, em tôda a exploração dos méritos que iria dar nas indulgências e na teoria do Tesouro da Igreja” (26). É quando o princípio fundamental das confrarias cristãs — que é a mutualidade espiritual — se estabelece firmemente. São Beda o Venerável e São Bonifácio tiram daí as naturais conseqüências. A fim de preservar ou livrar do Purgatório, São Bonifácio cria, propaga suas *familiaritates*, que unem os fiéis a uma abadia, para praticarem em comum sacrifícios, mortificações e orações. Seu discípulo, Lulo, prossegue a tradição, e São Bento de Aniane soube generalizá-la em tôda a Cristandade, fazendo com que a Europa se cobrisse dêsses grupos monásticos de suplicantes comuns (27).

Ao entrar para a Ordem Terceira de São Francisco, Lourenço já sabia que o móvel principal do sodalício era a oração. Era a penitência. Ao retirar-se do mundo,

---

(25) O Autor citado quer referir-se aos dois ramos — latino, que obedecia a Roma, o céltico, que seguia a Igreja irlandesa — de ritos e de algumas práticas de moral, em que estiveram divididos os cristãos católicos nos séculos VIII e IX de nossa Era. Para mais detalhes sobre êsse quase cisma religioso que se deu naquele tempo, V. *Os Monges Viajantes da Irlanda*, in *Revista de Letras*, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, n.º 1 (1960), págs. 142 a 200, trabalho de nossa autoria.

(26) Le Bras, *Études de Sociologie Religieuse*, cit., II, pág. 426.

(27) *Idem*, *ibidem*.

exilado no seu Hospício, quis entregar-se verdadeiramente a êsse primitivo ideal do *Poverello*. Eis porque, apesar das dificuldades encontradas na realização dos seus planos de expansão religiosa, está ainda em condições ideais de integrar sua Irmandade numa grande cadeia de orações e penitências comuns. Ele tem a sua comunidade. Tem os fiéis, que sobem a Serra, em romaria, e oram e se penitenciam juntamente com os irmãos do seu cenóbio. A Irmandade, localizando o seu *pious locus* na Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens e fazendo seu *labarum* a própria Padroeira do Hospício, será uma consequência natural da sua obra ali. E quando, depois de 1790, ela recrudescer sua ação, tendo como principal “o serviço de Deus, e o bem espiritual das almas” (28), não tem muita diferença daquelas antigas confraternidades dos primeiros tempos do Cristianismo — como, por exemplo, os *spoudaei*, os *philopones* (29) — que uniam o gôsto da vida eremítica com a prática regular da prece comum, com os fiéis. Não há, nas Minas Gerais, nenhuma casa religiosa nessa situação ideal. Macaúbas é um recolhimento de mulheres. A Casa de Oração do Vale de Lágrimas de São João da Chapada, também. Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo tem o santuário, com as romarias, mas não tem comunidade religiosa. Sômente o Caraça consegue unir seus cenobitas aos fiéis, para as preces públicas em comum. Isso, ninguém ousa negar a Lourenço. Até na rotina de uma adoração eucarística êste verdadeiro cromo da piedade comum vale como um testemunho: “. . . collocado que seja o Sanctissimo Sacramento em honra, e culto do mesmo Senhor, ter-se-á sempre accesa a Alampada e o Sanctuario, com as cortinas cerradas, que só se correrão, ou abrirão, p.<sup>a</sup>

---

(28) Essa expressão aparece no Prólogo dos dois *Compromissos*, tanto do de 1784, como do de 1806.

(29) *Le Bras, op. cit.*, II, pág. 425.



ser adorado, ou ministrado pelo sacerdote competente aos Fieis, que estiverem habeis p.<sup>a</sup> receber, o que se fará com toda a decencia veneração e respeito, assistencia, e acompanhamento dos Irmãos com luzes acesas, e toque de Orgão” (30).

Afastado de um mundo a que virou as costas, Lourenço sente, não obstante, o drama da agonia lenta e terrível das Minas Gerais, desfazendo-se na crescente ruína política, moral e econômica. Ele anseia por salvar “os filhos que vivem naquelle novo Mundo”. Precisam, “devem ser munidos das Trombetas do Céu” — e agora lhe sobe do coração um assomo de Josué enraivecido — porque “ellas farão cahir por terra as muralhas da iniquidade, e dos vícios” (31). Essas “trombetas do céu” serão as vozes dos Novíssimos missionários, que se farão ouvir um dia, para que esse “novo Mundo” das Minas Gerais, Jericó da devassidão, da cobiça e da violência, caia por terra, com suas “muralhas da iniquidade, e dos vícios”. Mas, até que cheguem os missionários, Lourenço vai preparando o caminho, estendendo a presença de sua Irmandade por vilas, arraiais, povoados, curatos e fazendas. O sodalício — como os seus congêneres — concorre para a construção de igrejas, cuida dos doentes, enterra os seus mortos e zela pela vida espiritual do povo. A Irmandade integra o grupo daquelas confraternidades mineiras do século, que — segundo o viajante Daniel P. Kidder (32) — “constituem os mais sólidos esteios das instituições religiosas do país”. Lourenço — o possível morto civil — não estabelece condições especiais e especiosas para o ingresso em sua Irmandade, como, por exemplo, as da

---

(30) Cap. XI do *Compromisso* de 1806. (*In Monografia da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens*, cit., pág. 164).

(31) 1.º *Requerimento*, cit., pág. 508.

(32) *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, São Paulo, Livr. Martins Edit. (Biblioteca Histórica Brasileira), 1951, pág. 56.

Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica, que só engaja gente de “bons officios ou agencia de que se possa comodamente sustentar” (33). No Capítulo 6.º, que trata da admissão dos irmãos, abre generosamente as portas: “Todos os irmãos, que quizerem servir n’esta Irmandade serão a ella admittidos fazendo-se Termo de sua entrada, da qual darão seis centos reis, e pagarão annualm.<sup>te</sup> trezentos reis de annual, e querendo ser remidos darão seis mil reis” (34). Essas facilidades, accessíveis a tôdas as classes sociais, permitem um ingresso maciço de pessoas de tôda a Capitania na Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que não se isola, como os círculos fechados de outros sodalícios, tal o do Carmo, e mesmo o de São Francisco da Penitência. “Em dezoito velhos cadernos do Arquivo do Caraça — conta o Pe. Pedro Sarneel — acham-se perpétuamente consignados, com letras bela e fortemente escritas a tinta, os nomes humildes de 23.226 irmãos devotos que se alistaram de 1791 a 1885 na venerável Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens. São 23.226 benfeitores que pagando anualmente a sua modesta prestação contribuíam imensamente para a grandeza do Caraça” (35). As vêzes, não são assim tão humildes os nomes dos confrades. No Livro

(33) Eis o texto inteiro do § 5.º do *Compromisso* da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, de Vila Rica, referente à entrada de novos irmãos: “Toda a pessoa que houver de ser admittida a esta Santa Ordem, terá bons officios, ou agencia de que se possa comodamente sustentar, e não astendo não serão admittidos, excepto as pessoas que forem caixeiros de logias (*sic!*) de fazenda sêca, ou molhados, porque estes, ainda que ao presente não tenham, contudo estão aptos para estabelecer negocio de que se possam sustentar, contanto, que nelles concorrão os mais riquizitos”. (Arquivo da DPHAN, do Rio de Janeiro).

(34) *Monografia*, cit., in *R. A. P. M.*, XII, pág. 164. Também no *Compromisso* de 1784, Lourenço nada exige senão o pagamento da entrada: “Toda a pessoa que entrar nesta Irmandade, dará de sua entrada seiscentos reis, e os que forem sacerdotes dirão hua Missa por tenção dos Irmãos vivos e defunctos da mesma Irmandade”. (Cap. VIII, in *O Fundador do Caraça*, cit., pág. 117).

(35) *Guia Sentimental do Caraça*, cit., pág. 223.

das Inscrições de Irmãos, do Curral del Rei (hoje Belo Horizonte), entre 1800 e 1840, anotamos o nome de diversas pessoas de prol na localidade (36). O irmão que fôr eleito para a Mesa “será de tôda a Capacidade” e aos demais “pertencerá dar o seu voto em tôdas as conferências, e assistir as Festividades, Jubileus, Funções, Enterros dos Irmãos residentes” (37). É na véspera da festa da Padroeira, no consistório da Capela, que se dará a convocatória e reunião de todos para a eleição dos “officiaes e Irmãos de Mesa; cuja Eleição será feita pelo mayor numero de votos, que empatando-se, se poderão desempatar pelo Juiz, e se publicará no dia seguinte vinte e nove de Agosto da Senr.<sup>a</sup> Mãy dos Homens” (38).

A direção da Irmandade repousa nessa Mesa, eleita todos os anos, composta de um Juiz, Escrivão, Procurador com vêzes de Tesoureiro, doze irmãos de Mesa, “havendo-os na dita Capela, e confraria, e não os havendo servirão os que existirem”, e “hum Irmão Syndico vulgarmente assim chamado em cada Freguezia” (39). Papel primordial caberá, porém, ao Procurador, “com vêzes de Thesoureiro Geral” — que é sempre o próprio Irmão

(36) Exemplos: Manuel, João e Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, êste último o futuro Visconde de Caeté, patriarca mineiro da Independência, bisavô de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Cardinal-Arcebispo de São Paulo; D. Francisca de Paula Venância Teixeira Vasconcelos; D. Maria Josefa Teixeira da Fonseca Vasconcelos; o Cap. Antônio Durães; os Moreiras; Manuel, Bento, Pedro e Antônio da Costa Correia, e muitos escravos desta família; João Viegas de Lima; os Pintos e as “Pintas” da Silva; os Montalvão; os Duartes; os Costas; os Ribeiro da Costa; os Freitas; os Costa Diniz, com diversos escravos; os Moreira Barbosa, também com muitos escravos; um João Alves Cavalgante (*sic*); os Costa e Silva Pires; o Cap. Manuel da Silva Ferreira, com o seu feitor João Gonçalves; D. Isabel Giralda de Camargo; os Assunção; os Castro Leão; o Tenente Antônio Roiz da Fonseca e José Roiz da Fonseca, com seus escravos.

(37) Cap. V, do *Compromisso* de 1806, e VI, do de 1784.

(38) Cap. XII, in *Monografia*, loc. cit., págs. 165-166.

(39) Cap. I, do *Compromisso* de 1806. No de 1784, não há síndico, êsse verdadeiro representante da Irmandade em cada freguesia. Será que a ausência do síndico representaria a intenção de Lourenço de mandar os próprios irmãos da sua irmandade aos fiéis, ainda dentro da suposição de que pretenderia êle lançar sua própria Ordem religiosa?

Lourenço, ao qual “pertence procurar, zelar todos os bens da Irmandade, cobrar tudo, e pagar o que a Irmandade dever, e cobrar o que se lhe dever e dar os pagamentos necessarios p.<sup>a</sup> todos os actos da mesma” (40). Como Lourenço sempre se reelegge para o cargo de Procurador Tesoureiro, que — segundo a letra expressa do Cap. 8.<sup>o</sup> — “será sempre o Fundador, o Instituidor da dita Capella e Irmandade” (41), a Irmandade vai se ressentir da situação. Não se pode imaginar uma outra fórmula, que substituísse essa presença vitalícia do fundador nas circunstâncias em que vive o sodalício, mas, de qualquer modo, aquella tendência geral que se verifica em tôdas as irmandades para mesas monárquicas constitucionais, de mandato temporário, moderadas por assembleias ou capítulos, não se dará no Caraça. As confraternidades, pela sua própria natureza, excluem comandos autocráticos, antes evocam colégio democrático e monarquia paternal. Eis que, sob a pressão do receio das mesas arbitrarias, a assembleia geral conjura o perigo pela eleição anual, que resulta na salutar rotatividade dos cargos, no prestígio da colegialidade e no livre controle da administração confraternitaria. As circunstâncias reconduzem Lourenço a um pôsto, na Irmandade, que é, praticamente, o de chefe único, permanente e in-

(40) Cap. IV, do *Compromisso* de 1806. Cap. V, do *Compromisso* de 1784. (*O Fundador do Caraça*, cit., pág. 116).

(41) *In R. A. P. M.*, XII, págs. 164-5. Já no *Compromisso* de 1784, esta posição do Irmão Lourenço já existe, com o mesmo caráter de intransferibilidade de sua direção: “Terá esta Irmandade — reza o seu Cap. XIII — hum Administrador ou Zelador para ter cuidado e zelar tudo quanto a mesma pertencer e enquanto o actual que é o Irmão Lourenço, quizer exercitar esta occupação será conservado; porque do seu zelo fervor e devoção confiamos que tudo zelará e conservará em boa ordem, como até agora tem praticado, fazendo as suas custas e das esmolos dos Fieis agenciadas pelo seu cuidado e diligencia, a Capella e tudo quanto na mesma se acha: e quando elle não queira continuar no mesmo ministerio, ou haja de fallecer, se elegerá um Irmão que mais idoneo se achar e que bem cumpra com os seus deveres”. (Grifos nossos). Só a morte ou sua própria decisão é que poderão tirá-lo da direção da Irmandade.

discutido. É o mal do poder absoluto, que perde reinos e impérios, e que até no claustro poderá desandar nessas diarquias de convento, que fazem a ruína das mais prósperas ordens religiosas. Veremos como o poder pessoal e intransferível do Irmão Lourenço irá pôr a perder tôda a sua obra, quando, velho e idiotizado, não tiver quem o suceda nos seus últimos dias.

Tudo leva a crer que Lourenço fôsse, pessoalmente, um homem de bom trato. Logo depois que entra, em 1763, para a Ordem Terceira da Penitência, consegue obter dispensa do noviciado anual para professar, invocando seus serviços de procurador e zelador do sodalício. Ora, essas atribuições exigem "agilidade, bom agrado, civilidade" (42), que deveriam ser qualidades pessoais que o nosso Irmão possuía de sobra, pois logo em seguida, em 1766, está esmolando para a Terra Santa. Consegue no Tijuco a sua fatia no Contrato Diamantino e o indigente que pede, em 1763, isenção de despesas para sua profissão, já será o proprietário que dispõe, sete anos depois, do seu pé-de-meia, para a doação condicional dos seus bens ao sodalício e, mais outros quatro anos, para o início das obras do eremitério do Caraça. Seu êxito nas relações humanas inclui também contatos com as autoridades eclesiásticas, que resultam sempre em despachos favoráveis às suas pretensões, desde o pároco de sua freguesia de Catas Altas até o papa, em Roma, como temos visto. Mas, há algo além dêsse encanto pessoal, instantâneo, do antigo esmoler. Há algo de fugidio, estanque, incomunicável, em sua complexa personalidade. Lourenço não parece ter sido um homem de temperamento muito expansivo, nem sociável. Parece, antes, um misantropo. O fato de, logo nos primeiros meses de

---

(42) *Estatutos da Venerável Ordem Terceira da Penitência da Santa Província de Portugal* (São Francisco da Cidade, Lisboa), cit. Cap. XVIII, pág. 23.

vida franciscana, andar esmolando “pelos Arrayaes de fora” de sua Venerável Ordem, sugere evasão do meio ambiente, lembra já o futuro eremita “desenganado do mundo”. Quando faz sua doação condicional, uma das condições que impõe é tornar-se sacristão, mas o “serviço que ao seu officio pertencer *será tão somente o que for da porta da Igreja para dentro*” (43). E, quase, logo imediatamente, ao partir do Tijuco para nunca mais voltar, tudo leva a crer que foi “exterminar-se”, não somente da Demarcação Diamantina, mas de todo o convívio dos homens: vai dar notícias de si somente quatro anos depois, quando obtiver licença para erigir sua Capela, na esconsa Tebaida do Caraça. Dir-se-ia que assim fôra levado por alguma séria contingência de sua vida; já vimos que o foi, com tôda a probabilidade. Porém, mais do que um motivo ocasional a impedi-lo para fora do círculo dos homens, com quem até então vivera, há uma determinante de profundo desinterêsse humano, que marcará tôda a sua existência. *Lourenço sempre será um homem só*, sem se compartilhar com ninguém. A única vez que aparece ao lado de alguém, tentando fazer alguma coisa, é na Serra da Piedade, com o Bracarena, quando ambos iriam erguer o santuário da Virgem. A tradição, contudo, adianta logo que êle se desavém com o amigo e parte, sozinho, para o Caraça. Tôda a sua obra aqui, desde o primeiro momento da ereção da ermida até sua comovedora agonia e morte, durante quarenta e cinco anos, será a obra de *um homem sozinho*, aquêle filho de Antônio Pereira e de Ana de Figueiredo, que proclama, numa hora decisiva de sua vida, “ter vivido sempre no estado de solteiro e nunca ter tido filhos”, não somente para realçar o fato de nunca se ter casado,

---

(43) “Treslado de huma Escritura de Doação Condicional”, in *Sítios e Personagens*, cit., pág. 45.

mas também para demonstrar seu gôsto da solidão e da distância dos homens.

Imbuído profundamente do propósito do serviço de Deus e do bem espiritual das almas, Lorneço vai se impregnando de uma certa idealização quietista da vida e da fé, que vai agravando cada vez mais o seu já reduzido interesse pelas coisas temporais. Não que êle seja um afiliado intelectual de Miguel de Molinos (44): carece-lhe, para tanto, qualquer informação doutrinária, que a mínima ou nenhuma leitura que tem, jamais lhe poderá propiciar, no meio e no tempo em que vive. Mas, por temperamento, naturalmente contemplativo, e quiçá por uma certa formação humana de ibérico, de português (da Beira Alta), aliada àquele comprazimento da raça no *otium*, o fundador do Caraça acabou caindo no estado de um grande alheamento das coisas e dos homens, mergulhando, aos poucos, num verdadeiro estagno espiritual, que no fundo não seria muito distante daquele “niilismo estático” de que fala Menéndez Pelayo (45), que vinculou Miguel de Molinos aos *Fraticelli* ou Beguinos da Idade Média, aos Gnósticos, à Escola de Alexandria e ao próprio Sakyamuni (46). Cada vez menos interessado nos homens, Lourenço se teria voltado inteiramente para as práticas devocionais, entregando-se, a partir de certa fase de sua vida, a uma *nonchalance* misticista, a uma *quies* mental e espiritual, que o desliga do mundo circunstante e vai fundir-se, imperceptivelmente, naquela melancólica idiotia dos últimos anos,

---

(44) Como Monsieur Jourdain, em Molière (*Le Bourgeois Gentilhomme*, ato II, cena IV), que durante quarenta anos fazia prosa sem o saber, o Irmão Lourenço, após quarenta anos, em seu êrmo caracense, torna-se um quietista exemplar, sem nunca saber o que isso fôsse... Aliás, já a sua pouca leitura era uma boa iniciação molinosista.

(45) Marcelino Menéndez Pelayo, *Historia de los Heterodoxos*, Madrid. Biblioteca de Autores Cristãos (BAC), MCMLVI, 2 vols., t. II, pág. 211.

(46) *Op. cit.*, II, pág. 229. V. ainda Joaquín de Entrambasaguas, *Miguel de Molinos*, Madrid, M. Aguilar, s/d, págs. 42-43.

que terão oportunidade de presenciar e deplorar A. de Saint-Hilaire (47) e Manuel da Costa Ataíde (48).

Eis uma explicação para certos malogros seus, no campo das coisas temporais. E, também, para os bons êxitos, no campo espiritual. Em geral, os seus bons êxitos resultam da atividade propriamente religiosa e devocional, como a consecução de esmolas para obras pias, a ereção da Capela e do Hospício, a adesão de companheiros cenobitas, o aliciamento de fiéis à Irmandade, etc. E os malogros acompanham a atividade temporal, desde aquêlê desembargador que “embarga” a construção de sua grande igreja até o rei que só aceita o seu patrimônio do Caraça depois dêle morto. Pena, portanto, que à posição administrativa e estatutária de Lourenço, à frente da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, se seguisse aquêlê descalabro geral de tôda a sua obra, à míngua de quem o substituísse. Se êle tivesse um continuador, a obra teria subsistido. Porque não dava comunicação humana — e nisto o Ermitão-mor infringia a mais elementar das leis divinas — Lourenço não fêz discípulos. Como começou, assim acabou também: sòzinho, pêco, sem filhos nem frutos. Ao fim, sua obra poderia ser comparada àquela árvore do Evangelho, a cuja raiz está pôsto o machado: se “não dá bom fruto, é cortada e lançada ao fogo” (49).

Entretanto, naqueles anos que se seguem à ereção canônica, a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens está apta a dar aos confrades a assistência espiritual desejada. É possível que naqueles sombrios meses de 1792, em que foi maior a devastação da “epedemia de defluxoins”, por tôda a Capitania, a Irmandade de-

---

(47) *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, ct., I, pág. 196.

(48) *Códice 328*, ct., do Arquivo dos Cartórios de Mariana (aos cuidados da DPHAN), fls. 5, 13, 14-v e 16.

(49) *São Mateus*, III, 10.



vesse ter secundado as preces e penitências ordenadas por D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, Bispo de Mariana, assistindo e confortando os seus irmãos e famílias flagelados (50). Renovar-se-ia aquela solidariedade confraternitária, tão consoladora nessas horas de dor, na história da Igreja, onde se intensificam devoções e invocações diversas, como a do Santo Nome de Jesus, de São Sebastião, de São Roque, etc. (51). A disposição dos irmãos está o tesouro espiritual da Irmandade, como, por exemplo, aquelas duzentas missas, que são ditas “nos dias de cada hum anno, e indispensavelmente nos Domingos e Dias Sanctos, e serão applicadas as ditas Missas por tenção dos Irmãos vivos e defunctos” (52). O papa Pio VI enriquece ainda mais êsse tesouro comum, concedendo aos irmãos a indulgência da Porciúncula, nos dias de São Francisco (co-padroeiro da Irmandade), de suas Chagas e na festa da Invenção de Santa Cruz (53). E como “na abominação daqueles tempos — segundo o dito do historiador Ludwig Von Pastor — Pio VI achava conforto na tentativa de reforçar entre os fiéis a confiança em Deus mediante missões e profissões penitenciais po-

---

(50) Côn. Raimundo Trindade, *Arquidiocese de Mariana*, cit. I, págs. 152-153.

(51) Gabriel Le Bras, *Études de Sociologie Religieuse*, cit., II, pág. 430.

(52) Cap. VII, do *Compromisso* de 1806, in *R. A. P. M.*, XII, pág. 164.

(53) Por uma pública-forma, passada por ordem do Dr. Quintiliano Ferreira Alves Jardim, Provisor, Vigário-Geral e Juiz das Habilitações, Casamentos e Dispensas, do Bispado de Mariana, com data de 24 de abril de 1803, sabe-se que o Irmão Lourenço de Nossa Senhora tinha obtido de Roma cinco Breves de indulgências, em favor da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens e das pessoas que vinham fazer suas devoções na Serra. Dêsses Breves, é de 28 de fevereiro de 1790, o que concede o privilégio da Porciúncula à Igreja do Caraça, o segundo a que faz menção a dita pública-forma. (Como se sabe, o privilégio franciscano da Porciúncula consiste em conceder aos fiéis a faculdade de alcançar tantas indulgências plenárias, quantas quiserem, *positis de iure ponendis*, no dia 2 de agosto, dia da Porciúncula, festa de Nossa Senhora dos Anjos; para tanto, deve-se visitar a igreja privilegiada e rezar-se as orações prescritas, observadas as demais condições exigidas). Os demais Breves se destinam às irmãs e irmãos da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

pulares" (54), concede outras diversas indulgências, jubileus e favores à Irmandade e ao Caraça, o que vai estimular principalmente as romarias de penitência ao Hospício. A graça mais insigne, porém, do Pontífice é a oferta das relíquias de São Pio Mártir, vindas diretamente de Roma (55). Não sabemos como teria recebido o Irmão Lourenço essas relíquias. O Sr. Augusto de Lima Júnior quer que tenha sido influência do Governador Bernardo José de Lorena junto da Côrte Pontifícia (56). Entretanto, êsse Governador e Capitão-General toma posse do seu cargo no dia 9 de agosto de 1797, enquanto que as relíquias de São Pio Mártir já estão no Caraça antes de 28 de março do mesmo ano, data em que o Irmão Lourenço dirige uma carta a Mariana, pedindo para o Promotor examinar a autêntica de São Pio e abrir a urna das relíquias (57). Comprovada a autenti-

---

(54) *Storia dei Papi*, cit., vol. XVI, pág. 261.

(55) Não há, no *Martyrologium Romanum*, qualquer referência a êsse São Pio Mártir. As relíquias que se guardam ainda hoje no Caraça seriam daqueles inúmeros despojos de mártires, vitimados nas perseguições dos primeiros séculos do Cristianismo, que encontrados nas catacumbas de Roma, não puderam ser devidamente identificados às respectivas pessoas. Sabe-se apenas que pertencem a mártires. Mas, seus nomes e suas vidas a história perdeu para sempre. No caso das relíquias do Caraça, elas se tratariam de algum "pio mártir", que os fiéis logo individualizaram e identificaram em "São Pio Mártir".

(56) *V. O Fundador do Caraça*, cit., pág. 78. Preferimos atribuir a vinda das relíquias, ou à influência que Lourenço continuou a ter sempre junto dos dirigentes franciscanos, que teriam obtido de Roma as aludidas relíquias, ou à interferência do Cardial Inocêncio Conti, que foi Secretário do Papa Pio VI, e que exerceu o cargo de núncio apostólico em Portugal. Mas, qualquer das duas hipóteses não tem nenhum alicerce documentário. Mas se sabe que os favores pontifícios concedidos ao Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, desde 1779, tiveram a chancela do Cardial Conti. (*V. Relação Cronológica do Santuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais*, do Mons. Júlio Engrácia, cit., pág. 43).

(57) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, n.º 48. Não achamos muito provável que o Governador D. Bernardo José de Lorena, antes de se empossar em seu novo posto à frente da Capitania das Minas Gerais, quando estava ainda governando São Paulo, interferisse no sentido da vinda das relíquias de São Pio Mártir.

cidade delas, o Ermitão-mor dispõe lugar condigno, numa das Capelas laterais da ermida, e ali coloca o “sobredito corpo de S. Pio, apresentado em Cabido na Sé de Mariana, e julgado verdadeiro, por sentença, e digno de seu culto de Latria” (58), “com dez Laminas que se compoem de Reliquias Santas; A saber: Quatro vindas de Roma, já preparadas, e seis cá preparadas” (59). Lourenço tem essas relíquias como tão preciosas, que “só terá as chaves em sua mão e poder, o Procurador Thezoureiro [isto é, só êle, Lourenço] do Santuario do Senhor do Horto, e do sobredito corpo de S. Pio; a abertura do qual Sanctuario todas as vezes que se fizer *precisa-se sempre de assistência dos Irmãos com luzes acesas com toda vigilancia p.<sup>a</sup> que se não tirem algumas reliquias*”! (60).

Se as peregrinações já existiam, desde os primeiros anos da bênção da Capela e do Hospício, elas ganharão mais intensidade com êsses atrativos das relíquias de São Pio, a indulgência da Porciúncula e outros tesouros espirituais. É a grande oportunidade, para uma gente que teme tanto as penas do outro mundo (61), valer-se à vida-

---

(58) Capítulo XIV, do *Compromisso* de 1806, in *R. A. P. M.*, XII, pág. 166.

(59) Cap. XIII, do mesmo *Compromisso*, *loc. cit.*

(60) Cap. XIII, *cit.*

(61) “A época (...) era de vícios e superstições, de beatices e licenças. Potentados havia, sanguinários e devassos, que contudo não se descuidavam de que tinham alma, e, portanto, tratavam de lhe negociar a salvação fazendo festas brilhantes e acamaradando os confessores, que não eram da melhor polpa. A psicologia daqueles tempos refletia-se fielmente nos testamentos, em que se institua por herdeira a alma; e se herdeiros forçados o testador houvesse, os bens de tença ainda assim não chegariam para lhe saísfazer o custo dos sufrágios. Era todo o terror do inferno que dirigia então os últimos instantes da vida; mas ainda de forma estritamente egoística e pessoal. Nem uma obra de caridade, em tais documentos, revela a essência de tal virtude, conquanto a maior do Evangelho, numa época de escravos e proletários, que nada significavam, nem mesmo nos apriscos de Cristo, governados, como se achavam pelos interesses mundanos”. (Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, *cit.*, págs. 214-215).

mente dessas verdadeiras bonificações indulgenciais (62). Antes de tudo, porém, a peregrinação é uma exigência natural da alma humana, quando, levando o romeiro ao lugar sagrado, põe-no em condições de sentir aquela aura misteriosa que emana da presença ou da lembrança do santo, a que os mussulmanos chamam *baraka*. A sensação dêsse estranho magnetismo espiritual, que transporta os fiéis aos páramos da mais pura fé religiosa, sucedem-se também aspirações menos elevadas: cura de doenças, bom êxito em negócios, felicidade amorosa e, até, desgraça para os outros, o que provocou, em Congonhas, êste desabafo do poeta:

Os romeiros pedem com os olhos,  
pedem com a bôca, pedem com as mãos.  
Jesus já cansado de tanto pedido  
dorme sonhando com outra humanidade (63).

De qualquer forma, a peregrinação é um sinal da fé, muito do gôsto de todos os crentes. É como uma oração física, que é sacrifício e é profissão de fé. G. van der Leeuw, que estuda essas viagens milagrosas, diz que o lugar de peregrinação é “uma espécie de terra natal elevada à segunda potência”. É que ali tudo fica familiar, intensificando a natural intimidade a que tendem os viajantes, sob o denominador comum da crença, do sentimento e da confiança. Aquela tradição milenária de

---

(62) Em seu livro *Les Pèlerinages à Travers les Siècles*, o Sr. Romain Roussel conta que, desde os tempos mais recuados da Idade Média, centos fiéis peregrinos se deixaram seduzir pelas indulgências. “Aquêles que iam a *vernicle* [a imagem do Salvador gravada na toalha da Verônica, que se conserva em Roma] — escreve o autor francês — conseguiam beneficiar-se de uma redução de 9.000 anos de purgatório, se vinham de um país vizinho e de 12.000 anos se atravessassem o mar (os moradores de Roma, em igual caso, não lucravam senão 3.000 anos); os que iam venerar os santos Vito e Modesto tinham uma remissão de um têrço de seus pecados”. (*Les Pèlerinages à Travers les Siècles*, Paris, Payot, 1954, pág. 23).

(63) Carlos Drumond de Andrade, *Poemas* (Romaria, de *Alguma Poesia*), Rio de Janeiro, Livr. José Olympio, 1959, pág. 38.

colocarem os lugares sagrados estrategicamente, para que a idéia religiosa seja coadjuvada pela sedução ou o mistério da natureza, mantém-se admiravelmente no Caraça, como, de resto, em outros centros brasileiros de peregrinação. O escritor Bernardo Guimarães se impressionava com o fato, em 1873, quando enumerava a beleza topográfica de alguns santuários, lembrando Nossa Senhora da Penha, em São Paulo, “a duas léguas da cidade, em um risonho outeiro, que domina as aprazíveis lezírias por onde remanseia o Tieté” e Nossa Senhora da Lapa, “perto do Arraial de Antônio Pereira, a duas léguas de distância de Ouro Preto, cavada pela natureza no flanco de uma montanha” (64). Ainda evocando os santuários pátrios, relembra São Tomé das Letras, “nas altas e escabrosas cumiadas de uma grande cordilheira”, “com suas alvas casinhas, semelhando um bando de brancas pombas pousadas sôbre o teto de antigo templo derrocado e denegrado pelo tempo”, e “Congonhas do Campo, em sua rica e formosa capela, tendo por orago o Senhor Bom Jesus de Matosinhos, com seu vistoso adro de escadarias, povoado de profetas de pedra (escultura curiosa de um homem mutilado da mão direita, e que atava ao punho o instrumento com que trabalhava)” (65)...

O Caraça se alinha honrosamente ao lado desses santuários, oferecendo aos peregrinos que sobem a Serra o fogo, a água e o teto tradicionais. Como os grandes santuários medievais, mantém o seu Hospício, que tem o mesmo papel dos *xenodochia* ou *hospitalia* da Alta Idade Média. Lourenço é o *hospitalarius*, o *custos* ou *oeconomus*, e seus monges ajudam a manter mais transitáveis

---

(64) *O Ermitão de Muquém*, romance, Introdução.

(65) *Idem, ibidem*. O “homem mutilado da mão direita, e que atava ao punho o instrumento com que trabalhava” é Antônio Francisco Lisboa, o “Aleijadinho”. A geração de Bernardo Guimarães pouco conhecia (e menos ainda avaliava) o gênio e a obra dos mestres do barroco mineiro.

os difíceis caminhos caracenses, como bons *monachi pontifices*, antecessores do “engenheiro” Irmão Freitas (66). Também, “tendo à frente o Irmão Lourenço, traçam e cavam no tópo [do Calvário] uma alamêda de palmeiras e, ao pé de cada uma, plantam uma cruz de madeira”, para que, então, “os peregrinos venham, em procissão de penitência, de pés descalços e cabeça velada, chorar e cantar na longa e rústica via sacra” (67). Os peregrinos nuncam chegam sòzinhos. Sobem a Serra em procissões e em grupos, cantando quadras religiosas, em louvor da Virgem Maria, como esta loa ensinada por Lourenço:

Para dar nesta capela,  
Tantas voltas tendes dado  
Que eu também por amor dela,  
Virgem Mãe, ando cansado! (68)

De fato, a simples ascensão à montanha, tão cheia de voltas, subidas e abismos, é grande penitência que cansa ao mais animoso dos peregrinos. Mas, êles não se arreceiam dessas mortificações e até as agravam. “Conta

---

(66) Sim, “engenheiro”, não obstante ser um humilde irmão coadjutor da Congregação da Missão. Nasceu em Lagoa Santa e o seu nome de família era Inácio Joaquim de Freitas. Entrou para o noviciado da Congregação dos Lazaristas aos dezesseis anos, em 8 de setembro de 1831. “Concebeu e executou — conta o Pe. Antônio da Cruz, em seu livrinho *O Centenário do Caraça* — o projeto de uma estrada de rodagem da Chácara para o Caraça, passando acima da Cascata. O traçado, na rocha viva, numa contínua ascensão, é um soberbo problema de engenharia que faria honra a qualquer profissional; resolveu-o, contudo, um simples irmão leigo, sem estudos, quase sem recursos e ajudado só de dois trabalhadores. Construiu o régo que abastece a Casa de excelente água. Levantou o atual paredão do Tanquinho, depois que desabou o primeiro. Teve ainda um grande projeto: captar as águas da Cascatinha, a três quartos de légua acima da Casa, e canalizá-las até ela; mas a morte veio adormecê-lo do seu incessante trabalho, a 2 de novembro de 1888, com setenta e três anos de idade e cinqüenta e oito de vocação. Jaz na catacumba do lado da epístola. Êle, com o ir. Cruz, ir. Cunha, em Campo Belo, e o ir. Claro, aqui, são da plêiade dos irmãos coadjutores brasileiros que, na família de S. Vicente, deixaram santa memória”. (Págs. 31-32).

(67) *Guia Sentimental*, cit., pág. 147.

(68) *V. O Fundador do Caraça*, de A. de Lima Jr., cit., pág. 36.

um romeiro de 1828 — anota o autor do *Guia Sentimental do Caraça* — que viu uma senhora, de braços abertos, levando uma vela acesa em ambas as mãos, subir, de joelhos, a escada do Irmão Lourenço, atravessar, de joelhos no chão, o patamar e a igreja e arrastar-se, sempre de joelhos, até ao nicho do trono, onde depositou sua humilde oferenda e atirou à bela Madona do Caraça repetidos beijos de gratidão e amor” (69).

Quando, à segunda metade do mês de agosto, vai se aproximando a novena de festas em louvor de Nossa Senhora Mãe dos Homens, os peregrinos também começam a chegar. Ora, “a peregrinação — no conceito de Henri Engelmann — não é um ato privado, uma devoção individual. É um agrupamento, um antídoto ao isolamento. Para o cristão, membro de uma pequena comunidade paroquial de um arraial de horizontes limitados, que descortino da vasta comunidade eclesial!” (70) O autor francês se refere às grandes concentrações romeiras do Velho Mundo — Santiago de Compostela, Roma, Jerusalém — mas como suas palavras se adaptariam bem àquelas romarias ao Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que reúnem fiéis advindos dos mais distantes e abandonados povoados do sertão mineiro e que, ali, irmanados às centenas de outros romeiros de outras terras, sentem-se integrados na imensa comunidade católica, universal. É possível que, assim reunidos em grupos grandes, prossigam a romaria até Congonhas, que não é tão longe dali e cujo jubileu, a 8 de setembro, se segue à festa do Caraça.

Dada a aglomeração de tantas pessoas, apenas uma pequena parte bem acomodada — pois, com certeza, a imensa maioria dorme “à la belle étoile” — os peregrinos, às vezes, adoecem e até morrem. No entanto, como seus

---

(69) Pe. Pedro Sarneel, C. M., *op. cit.*, pág. 60.

(70) *Pèlerinages*, Paris, Libr. Arthème Fayard, 1959, pág. 13.

antepassados medievais, êles não considerariam desgraça a morte em romagem: antes é uma prova do céu. Tudo leva a crer que os pedidos de Lourenço para ter faculdades de inumar defuntos na Capela, já em 1779, dizem respeito a peregrinos também, que teriam sido enterrados piedosamente no patamar, no alto da escada de pedra. Mas, é certo, absolutamente certo, que os breves pontifícios de Pio VI, em 1791, concedendo graças a enfermos, irmãos de Nossa Senhora Mãe dos Homens, referem-se a romeiros, enfraquecidos pelas privações e sofrimentos da áspera viagem, ou pela "epedemia de de-fluxoins" (71).

---

(71) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, n.º 61. Como as outras confraternidades, a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens deveria assistir também os seus enfermos, se bem que haja apenas rápida referência a êles, no Capítulo IX, do *Compromisso* de 1806. Diversos sodalícios incluem efetiva assistência aos doentes irmãos. "He estillo praticavel E louvavel em todas as Congregações da nossa Ordem — reza o Cap. X. do *Estatuto* da Ordem Terceira de São Francisco de Mariana — eleger se hum Irmão para Enfermeyro". E logo acrescenta, no § 1.º: "Logo que o nosso Irmão Enfermeyro tomar posse do scu lugar, examinará se algũ Irmão nosso se acha enfermo e o visitará, enformando se da queixa que padece". E no Cap. II, § 9.º, do mesmo *Estatuto*, estabelece: "Tendo noticia que algum Irmão nosso se acha enfermo o visitará, usando com elle de charidade que lhe for possivel, trazendo lhe a memoria o santo temor de Deus, E a graveza das culpas".

É especialmente belo êsse movimento de solidariedade, que as Irmandades vão ensinando aos seus confrades, tão endurecidos em sua maioria pela vida materializada das Minas. E essa solidariedade cristã funciona igualmente em outras horas difíceis, como nos casos de prisão e morte. "Tanto que morrer algum Irmão — determina o Cap. XII, do *Compromisso* da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos de São José do Rio das Mortes, desde 1721 — de quem se tem opinião de que morreu pobre se mandará fazer esame por dous Informadores Irmãos que forem vizinhos do Irmão defunto e achando se que lhe ficou mulher, ou filhos nessesitados, e dezemparados darão os ditos em formadores na Meza esta enformação". E, então, iniciava-se uma coleta entre os Irmãos e povo em geral, em favor da família "nessecitada". (Arquivo da DPHAN, do Rio de Janeiro). No caso dos presos: "E como seja igual a esta charidade de socorrer os encarcerados, se algum Irmão estiver prezo por cazo que não seja de enfamea, tendo a meza esta noticia o mandará vezitar pellos mordomos e tratará do seu livramento que correrá pello Irmão procurador socorrendo se for pobre". (Irmandade de N. S. dos Passos, cit., in Arquivo da DPHAN).



É verdade que êsses movimentos de muita gente, o seu tanto anárquicos, desandam freqüentemente. Também porque “os que fazem muitas peregrinações, raramente se santificam” — lá diz a *Imitação de Cristo* (72). Santo Agostinho já advertia: “Não penses em longas romarias. Sòmente a caridade, e não uma travessia qualquer, te conduzirá Àquele que está em tôda a parte” (73). São Bonifácio escreveu uma célebre carta a Cutberto, bispo de Canterbury, para deplorar que tantas mulheres, mesmo religiosas, tomassem parte em viagens a Roma: “A maior parte delas sucumbe — escreve o apóstolo da Alemanha — ou bem poucas regressam com a sua castidade. Não há quase nenhuma cidade na Lombardia ou na Gália em que se não encontre uma inglêsa adúltera ou prostituta” (74). E seu patrício Chaucer, séculos depois, verberará os mesmos peregrinos desclassificados, principalmente aquêles pândegos meio-religiosos e meio-escroques, que impingiam aos devotos ingênuos, por preços exorbitantes, algumas relíquias inefáveis, como pedaços da vela da barca de São Pedro, touquinhas dos Santos Inocentes, penas das asas do arcanjo São Gabriel, etc.... (75). Quem, nas Minas, se impacienta com as romarias é o Bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José. Indispondo-se com o ermitão Vicente Freire de Andrade, dirige carta ao Governador Dom Bernardo José de Lorena, em que, reprovando o “ajuntamento proibido” da romaria do Senhor Bom Jesus, escreve: “. . . tal era a confusão e tão descomposto o tumulto, que a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que Igreja de fiéis”. (Grifo nosso) (76). Na mesma carta, com veemência, assim chega a estas conclusões: “E nada

(72) Livro I, Cap. XXIII, n.º 4.

(73) Ap. Romain Roussel, *Les Pèlerinages à Travers les Siècles*, cit., pág. 40.

(74) Ap. Romain Roussel, *op. cit.*, pág. 40.

(75) Chaucer, *The Canterbury Tales*.

(76) *In Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 168.

disto, Exmo. Sr., moveu o Bispo de Mariana a pegar na pena, como faço agora, para expor a S. A. R. o que é Matosinhos; (...) *o que são os milagres que, em prejuízo de nossa Religião, tão altamente se inculcam e apregoam; o que são aquêles concursos chamados de devoção*" (as romarias do jubileu de 8 de setembro). Já estudamos, em outra parte dêste trabalho, o pouco amor de Dom Frei Cipriano pelas viagens (77). Mas, as romarias, êle cordialmente as detestava, como estamos vendo. Sua má vontade para com elas é tal que não consegue disfarçar seu ciúme dos breves pontifícios concedidos ao Caraça. Quando, na qualidade de Governador em exercício, dirige-se ao Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens, para cumprir as ordens do Príncipe Regente, depois de manifestar seu pouco entusiasmo pelo que lhe foi dado ver, assim expende os seguintes conceitos sôbre as romarias: "Quem, ou por devoção mal entendida, ou por divertimento conhecido vai passar tres, ou quatro dias naquelle sitio volta para sua Caza mui contente, e satisfeito publicando que ganhou muitas indulgencias, que o Ermitão Lourenço tem alcançado de Roma para com ellas atrahir mais facilmente os Povos. E he para notar que as gentes que sobem com tanto trabalho a Serra para lucrar indulgencias, nem cuidão, nem se apressão para entrar nas suas respectivas Freguezias, onde sem maior encommo, confessando-se, e comungando podem lucrar as que os Summos Pontifices concedem a todos os Fieis em tantos dias do anno como se lê na Bulla da Cruzada. *Donde se pode inferir sem escrupulo que o divertimento, e a curiosidade, a romagem, e a mistura de hũ, e outro Sexo he todo o movel de semelhantes devoçoens* (Grifos nossos). Prouvera a Deus que eu me enganara!" (78).

---

(77) Capítulo II, *in fine*.

(78) *Informação ao Príncipe Regente, in R. A. P. M., VI, 2.º, pág. 511.*

E Deus se aproouve, porque o gordo Bispo-Governador se enganou mesmo. Não há provas de que as romarias do Caraça fôsem divertimento, curiosidade e mistura de sexos. Que houvesse um outro abuso, é crível: desde cinco mil anos, os peregrinos — essas “têtes légères” de La Fontaine — são compostos de santos e “coquillards”. Mas, as romarias da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, nos cem anos que tiveram popularidade, primaram pelo fervor religioso e pela dignidade humana: a só circunstância de nada constar dos arquivos sôbre elas lhes vale como a mais razoável das fôlhas corridas.

É que Lourenço sabe conduzir bem o sofalício. Afora as devoções e solenidades estritamente religiosas, não há notícias de qualquer concessão menos ortodoxa da Irmandade às muitas solicitações do tempo. Se, na Idade Média, o profano acabava cedendo ao religioso, acontecia exatamente o contrário no século XVIII: o religioso vinha sempre a desandar no profano (79). As Irmandades, então — na opinião de Alceu Amoroso Lima

---

(79) Nas Minas, as Irmandades, de fato, desandam em tôda a sorte de profanidades, que destoam de suas finalidades estritamente religiosas. Quando não se tornam instrumentos de interêsses políticos e econômicos — o que é mais freqüente — degeneram em verdadeiros mutirões folclóricos. Principalmente as confraternidades de negros e mestiços. Aliás, simpaticísimos êsses mutirões folclóricos, que resultam nas mais variadas conseqüências. Xico-Rei teria libertado tôda a sua nação e com ela erguido Santa Ifigênia, no Alto da Cruz, em Vila Rica. Os negros da Igreja de Nossa Senhora do Rosário constroem uma rua para a trasladação do Santíssimo Sacramento, do Pilar para a sua Capela: “hoje he a melhor e de mais comêço que tem a d.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup> — é o que anota, com desvanecimento, o seu cronista. (*V. Os Palácios de Vila Rica*, de Francisco Antônio Lopes, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1955, pág. 194). Mas, onde as Irmandades negras expandem seus instintos recalçados pela escravidão é nas festas, que comemoram com transportes tão desatados quanto mais são coibidos pelo cativoiro. Assim, por exemplo, fazem questão de terem seus reis e suas rainhas, com todo o cerimonial do estilo, que a Igreja, com sabedoria, tolera muito bem. “Haverá nesta Irmandade — estipula o *Compromisso* da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Rica — hũ Rey e hua Rainha ambos pretos de qualquer nassão que sejião, os quais serão eleitos todos os annos em meza a mais votos”. (*Apud* Francisco Antônio Lopes, *História da Construção da Igreja do Carmo de*

— acabam sempre focos, “não só de hostilidade ao clero e à própria Igreja, mas ainda de espírito anti-cristão, mais ligado aos preconceitos da época do que aos ensinamentos do Evangelho” (80). O conflito quase secular que se estabelece entre a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e o Bispo de Mariana comprova a asseveração do autor de *Voz de Minas*, coisa que não se dá em absoluto com a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, em todo o transcurso de sua história de mais de cem anos (pois irá encerrar suas atividades somente em maio de 1885) (81). Porque, não obstante aquela espécie de permanente reserva que os Bispos de Mariana mantiveram sempre em relação ao Irmão Lourenço e a tudo que lhe dizia respeito, o Ermitão-mor conservou-se adstrito imperturbavelmente àquelas normas de conduta espiritual e moral, que certos observadores acatólicos dos nossos dias se agradariam de classificar como ultramontanas.

---

*Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1942, pág. 195). Isso dá ensejo a festas puramente pagãs.

Esses abusos, porém, existiram sempre, nas confrarias de toda a parte. Há algumas delas, em França por exemplo, nos séculos XVI e XVII, que vão omitindo as práticas religiosas em proveito de festas recreativas, bebedeiras, jogos de sorte, dansas, etc. Essas festas assemelham-se bastante com as “congadas” e “reisadas” dos nossos negros mineiros: têm seus reis e rainhas, com seus cortejos apalhaçados entrando nas igrejas, ao som de tambores e instrumentos musicais barulhentos; erguimento de mastros e transferências de cetros reais e entregas de bandeiras sodaliciais. Assim acontece em Cahors, em Chalons, em Beauvais, etc. Um cura da aldeia de Nogent-sur-Seine assim descreve as desordens de sua freguesia: bebe-se à saúde do santo, “as dansas... escandalizam mesmo os judeus que passam... foi necessário que eu me deitasse de través sobre a porta da capela... para impedir a saída do mastro...” (*Apud* Gabriel Le Bras, *Études de Sociologie Religieuse*, cit., II, pág. 455, *infra*).

(80) *Voz de Minas*, cit., pág. 51.

(81) Foi no tempo do superiorato do Pe. Luís Gonzaga Boavida, que dirigiu o Colégio do Caraça, de 1885 a 1895. Razões de ordem econômica, motivadas pelo estado caótico em que se tinha colocado a situação financeira da Irmandade, determinaram o Pe. Boavida a suspender as suas atividades.

Com efeito, muito mais zeloso das coisas própria-mente religiosas e devocionais, Lourenço se desleixava de certas providências comensais de ordem temporal, indispensáveis, às vèzes, à existência mesma da Irmandade. Assim é que, ainda em 1805, não cuidara da confirmação real do Compromisso da confraria. “Nesta confraria — denuncia o Ouvidor Antônio Luís Pereira da Cunha, em janeiro de 1806 — se tem alistado hum grande numero de pessoas desta Comarca, e Capitania, pagando cada hua, annualmente a quantia de 300 r.<sup>o</sup> mas o seu Compromisso se axa sem a Real Confirmação certificando-me o sup.<sup>te</sup> de que ha muito tempo a havia Requerido pelo competente Tribunal, de que todavia me não apresentou Documento Legal” (82). Seria o requerimento de 1784, indeferido pela Rainha D. Maria I? Ou porque desanimasse em voltar a pedir a confirmação, diante da escusa real, ou porque a considerasse desnecessária, em face de sua ereção canônica pelo Breve de Pio VI, o fato é que o Irmão Lourenço somente cuidou de regularizar a situação depois que se viu obrigado pelo Ouvidor de Sabará, que lhe deu o prazo de dois anos para apresentar a dita confirmação real (83). Preparou um livro de têrmos e o enviou para a abertura oficial do Ouvidor Pereira da Cunha, que nêle lavrou o seguinte: “Este livro ha de servir p.<sup>a</sup> nelle se lansarem os capitulos do compromisso da Confraria de N. S. Mãe dos Homens na sua capella, sita na Serra do Caraça de Catas-Altas termo de Villa Nova da Rainha desta Comarca e poderem supplicar ao Principe Regente, Nosso Senhor pelo competente tribunal a sua Real confirmação, e vae por mim rubricado com minha rubrica de que uso” (84). Com efeito, lançaram-se nêle os dezessete ca-

(82) *Informação ao Príncipe Regente, in R. A. P. M., VI, 2.º, págs. 513-4.*

(83) *Idem, ibidem.*

(84) *In R. A. P. M., XII, pág. 162.*

pítulos do Compromisso, “todos escritos em cursivo antigo de uma perfeição acabada; ocupando cada capítulo uma página, que é também ornada de uma vinheta feita a pena, que é um verdadeiro primor no gênero. E o que mais precioso torna êsse documento, é a assinatura autêntica do Irmão Lourenço, fundador do Caraça” (85). Com estas palavras, descreve o Livro do Compromisso o Pe. Francisco Silva, historiador da Irmandade, em sua *Monografia*, apresentando os seus capítulos. Mas, nem dessa vez foi o Compromisso aprovado pela autoridade real. Ainda em 1808, dois anos depois, a confirmação não havia chegado (86): iria ser concedida somente no dia 20 de outubro de 1823, pelo Imperador D. Pedro I, quando já governavam a Irmandade outro Compromisso e outra administração (87).

Então, Lourenço já era morto e sua confraternidade, que agonizou durante muitos anos, ressurgira, graças à chegada dos missionários lazaristas. Como a semente do profeta Joel, que apodrecera na terra (88), para depois reflorescer em nova vida, ela ganhou os renovos de uma virente e longa primavera: o Colégio do Caraça iria ser o seu rebento mais belo e duradouro.

---

(85) *Monografia da Irmandade*, cit., in *R. A. P. M.*, XII, pág. 162.

(86) Pe. Francisco Silva, *Monografia*, cit., pág. 164.

(87) *V. R. A. P. M.*, XII, pág. 174.

(88) *Joel*, I, 17.

## CAPÍTULO X

### *O Fim do Irmão Lourenço e o Ocaso de Sua Obra*

*Mandai, Senhora, aprontar a essa...  
(O chanceler sombrio do meu paço,  
O cantochão dos sinos já começa.)*

....

...

ALPHONSUS DE GUIMARAENS  
(*Kyriale*, Caput II, XIV)

**P**ELO QUE PODEMOS depreender dos dois últimos capítulos dêste trabalho, o ritmo da obra do Irmão Lourenço de Nossa Senhora — aquela obra preparatória de ação estritamente religiosa (místico-ascética e devocional) — intensifica-se no vintênio que vai de 1785 a 1805.

É quando, já edificada a base material das instalações do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens e já arregimentada a pequena grei dos seus residentes, Lourenço abalança-se aos lances mais arrojados de sua estratégia: fomenta a evolução de seus eremitas não-canônicos para o estágio de uma comunidade regular, através das articulações que tenta para localizar em sua Capela a Ordem Terceira da Penitência, e dispõe, logo adiante dêsse seu eventual estado-maior missionário; os peões vanguardeiros da recém-fundada Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, como verdadeira alvora de sua campanha de salvação dos povos das Minas Gerais. Porque “devem ser munidos das Trombetas do Céu”, “ellas farão cahir por terra as muralhas da ini-

quidade, e dos vícios" (1) dessa pobre Jericó de suas almas conspurcadas. E já vimos como o Ermitão-mor pôs em ação os elementos do seu plano: com um zêlo, uma continuidade e um ânimo piedoso, como jamais havia visto a gente da Capitania.

Eis porque o fundador do Caraça torna-se, ainda em vida, uma personagem de lenda, não tão-sòmente pelas circunstâncias do mistério que lhe envolve as origens, como também pelas virtudes cristãs de que se faz modêlo, em quase meio século de vida cenobítica. Sua fama não se empanará com o breve crepúsculo dos seus últimos anos e, após sua morte, rutilará brilhante como nunca, nimbada pela auréola da santidade. "Em Minas — indagará muitos decênios depois de sua morte o romancista Bernardo Guimarães — quem não tem ouvido falar do Irmão Lourenço, nesse novo Paulo Eremita, que nos fraguedos da Serra do Caraça passou a vida na prática do mais rigoroso ascetismo e da mais austera penitência, e lá num recinto circundado de crespas e altas serranias erigiu um templo com a invocação de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e lançou os fundamentos da grande instituição do Seminário do Caraça, que devia servir de núcleo aos filhos de São Vicente de Paulo para espalharem a luz da instrução e da fé por tôda a Província?" (2). E, exatamente um século depois, outro grande escritor mineiro, Afonso Arinos, ainda vivamente impressionado pela estranha presença do Ermitão na vida mineira colonial, liga-o indissolúvelmente a outra figura lendária, o "Mestre de Campo" das "estórias" do Gaeté (3). Tal o prestígio vivo da tradição histórica e popular, nessa continuidade histórica consciente, espiri-

(1) 1.º Requerimento de 1801, in *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 508.

(2) *O Ermitão de Muquém*, Introdução.

(3) *Histórias e Paisagens*, Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1921, pág. 151.



tual, que constitui a prova da “importância da duração de nossa existência” — como queria Burckhardt (4) — porque dela nos dá a dimensão, grande ou pequena.

Na verdade, Lourenço bem merece a fama de que desfruta. Foi-lhe grande a virtude, e a obra não foi menor. Emergido do mistério da primeira metade de sua vida, ei-lo que se refugia do convívio dos homens, indo acolher-se no êrmo selvagem do Caraça. Aquela existência fragueira e solitária, entre os penedos alpestres da Serra, agravada pela obrigação sôbre-humana da construção da Capela e do Hospício, deve ter sido terrível, nas privações, nas canseiras e nas penitências; sua fé e seu exemplo convencem os primeiros admiradores a virem agremiar-se sob sua direção. Se a simples manutenção da Casa — que êle “abasteceu pelo seu suor de plantas para os viveres substantivos”, como diz ciosamente ao Príncipe Regente, numa hora de decisão (5) — já é extremamente difícil naquele cabo do mundo, imagine-se o seu trabalho de consolidação e aumento de sua obra, que o Ermitão ataca naqueles anos, pedindo, requerendo, tratando, parlamentando, pacientando, con-temporizando com superiores e subordinados, principalmente com as autoridades da Igreja e do Rei, que manterão para com êle, até o fim, uma indefectível atitude de reserva e frieza. Depois, Lourenço conduzirá sempre uma intensa vida interior, rígida e ascética, pautada essencialmente pelas virtudes que florescem no silêncio: a oração, a mortificação e a frugalidade. A oração, por exemplo, será ao fim a própria vida rotineira do solitário; dela defluirá aquêle carinho estreme com que tratará das coisas do altar, nas mínimas coisas. “Mandando vir de Lisboa imagens devotas, cortinas de sêda e da-

---

(4) Ap. Karl Löwith, *El Sentido de la Historia*, Madrid, Aguilar, 1958, trad. espanhola, pág. 40.

(5) *1.º Requerimento*, cit.

masco, lambris e armários de cedro, castiçais e cálices de ouro, sacras e bandejas de prata, altares de madeira preciosa e fina escultura, fêz de sua Capela delicadíssimo escrínio para a Senhora Mãe dos Homens. Alcançando de Roma vasos com sangue de mártires insignes, ossos e carnes de santos canonizados, parcelas autênticas do lenho da Santa Cruz, indulgências pleníssimas e perpétuas, tornou o seu santuário o mais rico e privilegiado em perdões e graças de tôda a Província de Minas” (6). Como o povo é ávido dessas manifestações externas da fé, será principalmente isto que calará mais em sua alma simples e devota. E o autor se compraz em sua obra, pois “he constante o Louvor, e Honra, que ali se dá a Deus, e proveito das Almas, que todos os dias se admira em semelhante lugar” (7). O fundador tem razão para estar contente com ela. O próprio Dom Frei Cipriano de São José, Bispo de Mariana, que vem inspecioná-la, na qualidade de Governador da Capitania em exercício, não obstante sua patente má vontade para com Lourenço e o Caraça, é obrigado a confessar que “o Hospicio segundo dizem já está completado, tem acomodaçoens suficientes (...); as officinas são proporcionadas; e bem pouco ou nada falta para huma pequena Casa Regular e Religioza” (8).

Mas são os amigos, os conhecidos e os admiradores do eremita e de sua obra os melhores propagandistas. O Capitão-Mor Manuel José Pena, morador no Arraial do Brumado, potentado influente, “que vive dos Rendimentos de suas Lavras e Engenhos”, jura sôbre os Santos Evangelhos que Lourenço se presta à sua “pia fundação com o maior zelo, e fervor não só pela perfeição e de-

(6) Pe. Pedro Sarneel, C. M., *Guia Sentimental do Caraça*, cit., pág. 53.

(7) 2.º *Requerimento* do Irmão Lourenço, in *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 509.

(8) *Informação* do Bispo D. Fr. Cipriano de São José, in *R. A. P. M.*, 2.º, pág. 511.

cencia em que se axa o dicto Templo, como em lhe procurar os meios, e fundos competentes para seo Patrimonio, pois já possui hũa sismaria, e outras terras que lhe são annexas, Escravatura e Alfaia, assim para o Culto Divino, como para sustentação d'elle e das pessoas, que ali vão de Romaria; (...) sendo tudo mui bem regido pelo Irmão Lourenço" (9). O Sargento-Mor Antônio Manuel Pereira da Silva, do 1.º Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Rio das Velhas, residente em Sabará, assim como o Dr. Plácido Miz. Pereira, Juiz de Órfãos, também residente em Sabará, igualmente testemunham que, sendo fundador da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, ereta na Serra do Caraça, Lourenço "zella com a maior Devoção, fervor e decencia possível" da mesma (10). Esses depoimentos correm mundo e se acrescentam às demais notícias, que correm entre o povo, sôbre as virtudes do ermitão, êsse mesmo povo que corre a alistar-se, em grande número, nas fileiras de sua Irmandade. Então, através dos anos e dos decênios, Lourenço irá sendo aos poucos "canonizado" pelos amigos e pelos devotos, que começam a descobrir no soli-

(9) In *R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 517.

(10) *Idem*, pág. 518. O historiador Augusto de Lima Júnior inclui em sua obra *O Fundador do Caraça* (cit., págs. 120-1) o seguinte atestado de D. Bernardo José de Lorena, Governador das Minas Gerais: "Attesto, e faço certo que tendo hido ao Sanctuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens na Serra do Caraça, quasi oito Legoas distante desta Capital, vi huma Igreja muito decente, e mesmo brilhantemente ornada, com a Imagem de Nossa Senhora perfectissima, e hum pequeno convento com Dormitorios, e cellas, tudo com muita regularidade, e limpeza; tem a caza proximos m.<sup>tes</sup> campos fertis, e nestes criação de Gado para o sustento necessario: o estabelecimento de alguns Missionarios bem escolhidos, e em solidão, parece proprio do seu Instituto, e que sahindo a Missoens poderão fazer muito fructo a bem das Almas, parece ser evidente: o que tudo por ser verdade e me ser pedida a prezente Attestação pelo Requerimento junto, amandei passar, por mim assignada e sellada com o sello de minhas Armas. V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup> 16 de Março de 1802. Bernardo José de Lorena". (O Autor de *O Fundador do Caraça* encontrou êste Atestado, assim como o requerimento do Irmão Lourenço, citado pelo atestante, no antigo Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa).

tário até os carismas da teurgia. Um dos seus biógrafos — o Pe. Francisco Silva, que foi mais tarde Bispo do Maranhão — conta que um dia veio a justiça bater às portas do Hospício, para lhe penhorar os bens necessários ao pagamento de um alcance fiscal, já de um ano. Lourenço não se perturba. Recebe com afabilidade os servidores do Rei, dá-lhes hospedagem e os tranqüiliza, dizendo: — “Não vos inquieteis, meus amigos. Tende um pouco de paciência. Descansai a gôsto, que a soma que devemos será paga sem mais demora. E assim, não tereis de botar mão sacrilega nos bens de Nossa Senhora”. Toma o chapéu, empunha o velho bordão de jacarandá e desaparece pelos lados da Serra, na direção de Catas Altas. Ao escurecer, ei-lo de volta, risonho e feliz, trazendo consigo a soma exigida e liquidando a conta com os homens do fisco. “O povo não se admira da soma — explica o Pe. Silva — que foi tomada nas mãos de um amigo em Catas Altas, mas sim do tempo que gastou para lá ir e voltar, que foi menos de quatro horas” (11). São três léguas de distância, do Caraça ao Arraial!

Esta história remonta aos dias áureos de Lourenço e de sua obra. É o auge da popularidade. O Governador Bernardo José de Lorena vem visitar o ermitão e o Hospício e lavra têrmo de visita e, como prova de aprêço especial, oferece a Lourenço um de seus serviços de mesa da melhor louça da Índia (12). O velho eremita desce do seu retiro e é visto no Palácio dos Governadores, em Vila Rica. Ciente dos seus anelos para que venham missionários ao Caraça o Lorena — esquecido das antigas e reiteradas prescrições régias que proíbem frades nas Minas — decide-se a apoiar quase oficialmente essas pretensões do Irmão Lourenço de Nossa Senhora. O povo

---

(11) *Biografia do Irmão Lourenço de Nossa Senhora*, cit., pág. 764.

(12) *V. História do Caraça*, do Pe. Francisco Silva, in *R. A. P. M.*, X, pág. 7.

secunda o Governador e começa a enxergar em sua cabeça encanecida a auréola do santo e em seu bordão a vara do taumaturgo.

Outro elemento que sobremaneira engrandece a personalidade de Lourenço e de sua comunidade é a guarda implacável da virtude da castidade a que se dão todos no Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Não há mulheres na vida do solitário e na da de seus residentes, em todo o meio século que vivem juntos. (Aquela irmã terceira Maria do Carmo, para quem presumimos ter sido criado o cargo de “Juíza” da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, no *Compromisso* de 1784 (13), é a única mulher cujo nome consta dos velhos arquivos caracenses; pelo vulto da esmola que deveria dar à Confraria — dez oitavas anuais — teria sido pessoa de posses e, pois, não passa de insigne benfeitora das obras do Ermitão-mor). Em seu Testamento, em 1806, êle declarará enfaticamente: (...) “vivi sempre no estado de solteiro e nunca tive filhos” (14). Lourenço escolhe o estado de solteiro, por sua livre e espontânea vontade, assim como por inclinação irresistível. Se bem que a solteirice tenha sido, nas Minas Gerais do século XVIII, por muito tempo, imposta pela carência de mulheres brancas casadoiras, e, também, o resultado natural da licença dos costumes e da escravidão, que ensejava a solução menos responsável das mancebias, Lourenço permanece solteiro por vontade e vocação: “vivi sempre no estado de solteiro e nunca tive filhos” — é como um depoimento juramentado perante os visitantes de uma devassa!

Lourenço — daqueles “donzelões intransigentes”, como o Sr. Gilberto Freyre pitorescamente classifica os Jesuítas do Brasil colonial — teria conseguido passar in-

(13) V. Nota 12 do Cap. IX.

(14) In *R. A. P. M.*, IX, pág. 759.

tocado, em sua pureza, pelos convites sedutores das sereias morenas do Arraial do Tijuco, exatamente nos dias em que navegava, soberana, aquêles mares grossos de libidinagem e de escândalo, a mais fascinante delas tôdas, Xica da Silva. Fazendo-se esmoler, viajando continuamente, apesar dos azares das viagens, o solitário andarilho teria feito dessa vida incerta e fugidia o seu broquel de defesa contra os botes do instinto, como foi também o caso daquele curioso Aleixo, nobre romano, que fugiu da noiva na noite de seus esponsais, a fim de que no cilício de suas caminhadas de mendigo pudesse sopitar as solicitações da natureza (15). Lourenço manter-se-á fiel ao seu possível voto de castidade durante tôda a sua vida. O Hospício, que é casa patriarcal brasileira em tantos dos seus aspectos, não exhibirá, contudo, um só momento “aquela vida turca e debochada” das nossas casas-grandes, verdadeiros “antros de perdição” — na expressão do mesmo Sr. Gilberto Freyre (16) — sob o incitamento constante das mulatinhas e negras escravas, a rebolar diante dos homens. No Caraça do Irmão Lourenço, isto nunca irá acontecer. No seu tempo — narra o Pe. Pedro Sarneel, no *Guia Sentimental* (17) — “cada ermitão guardava, num cantinho de sua cela, um balde de madeira, no qual, às segundas-feiras, socava com um pilão e mexia com furor a sua roupa de corpo, já desde o sábado ensopada de sabão. Naquela época de monástico rigor, mulher alguma, sob qualquer pretexto de serviço caseiro, tinha entrada no interior da ermida”. Se talvez alguma romeira mais atrevida pusesse a cara nalguma janela do severo claustro caracense, e perguntasse se algo estava faltando a algum dos eremitas ocupados no seu mister comunitário, talvez recebesse a mesma resposta, apren-

---

(15) *V. Breviarium Romanum* (festa de 17 de julho).

(16) *Casa Grande e Senzala*, cit., II, pág. 617.

(17) *Cit.*, pág. 155.

dida de Santo Efrém, o áspero misógino do monasticismo sírio: “Sim, falta. Três ladrilhos e um pouco de lodo para entaipar essa janela” (18). Também para os irmãos residentes tôda e qualquer mulher poderia figurar aquela vertiginosa *effraenatum os rerum arcanarum* (19), no fundo da qual residiriam tôdas as fruições do inferno...

A fama dessa vida comunitária tão pura e austera dos ermitões do Caraça deverá ter calado profundamente no ânimo das gentes mineiras, tão avezadas em todo o século do ouro ao clima geral dos concubinatos, adultérios, incestos, e outras libertinagens sexuais, como já tivemos ensejo de estudar. Essas virtudes tão peregrinas concorrerão bastante para que se eleve ainda mais o conceito popular em que já é tido Lourenço, com a sua comunidade. Aquela amizade profunda — misto de veneração e respeito — que o Governador Bernardo José de Lorena devotará sempre ao Irmão-Fundador do Hospício da Serra de Catas Altas poderá ser atribuída em grande parte ao prestígio da virtude angélica de Lourenço, tanto mais carente no General Governador quanto superabundante no anacoreta.

Arguto como sempre foi, o Ermitão-mor sopesa logo a série das circunstâncias que naquela conjuntura lhe são favoráveis e prepara a sua grande cartada, para consolidar definitivamente sua obra: a vinda dos missionários para o Hospício da Serra do Caraça. Com efeito, nos anos da passagem do século XVIII para a centúria seguinte, succedeu se reunirem vários elementos que ensejavam a demarche decisiva da carreira de Lourenço. O Bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, nos últimos tempos de seu episcopado, decidira

---

(18) Pe. Manuel Bernardes, *Nova Floresta*, Pôrto, Lelo Irmão, 1949, vol. IV, pág. 252.

(19) *Idem*, pág. 257.

confirmar as graças e indulgências concedidas à instituição pelo Papa Pio VI; a sua Irmandade expandia-se e há pouco a Capela recebera as reliquias de São Pio Mártir, para maior fomento das peregrinações; o Governador Bernardo José de Lorena se transferira de São Paulo para a Capitania das Minas Gerais, revelando desde logo o aprêço em que tinha o Ermitão-mor e sua obra; o Príncipe Dom João se consolidara na Regência do Reino e sua fama de amigo dos religiosos devera ter chegado ao Brasil, acoçoando, conseqüentemente, as esperanças de Lourenço no estabelecimento de missionários no Caraça. Acresciam, aliás, a essas oportunidades favoráveis dois fatos, que muito preocupavam o chefe da comunidade: os achaques da velhice que tinham chegado, e a redução alarmante, pela morte, pela decrepitude ou pela simples desistência, dos Irmãos Residentes da Casa. Talvez estimulado pelo próprio Governador, o Ermitão-mor endereça ao Príncipe Regente seu 1.º Requerimento, indo “humildemente prostrar-se aos pés de V. A. R. a representar os seus ardentes desejos, esperando firmemente da incompreensível Piedade de V. A. R. o deferimento a sua justa supplica” (20). Começa contando que “annos há que desenganado do Mundo buscou o centro daquella Serra inhabitavel onde a *expensis suis*, e dos Fieis fes huma Capella com a invocação da Senhora Mãy dos Homens, e a concluiu” (21). Depois, passa a descrever a chegada dos primeiros eremitas, que vieram a constituir a sua pequena comunidade: “e para o dito Retiro a Immitação das Thebaidas, tem hido varios Homens que conhecerão a pouca duração da vida” (22). São êles os Irmãos Custódio Gonçalves, Alexandre José Pereira, João José, Luís Antônio, Tomás e

---

(20) 1.º *Requerimento*, *cit.*

(21) *Idem, ibidem.*

(22) *Idem, ibidem.*



outros mais, aos quais se juntam os escravos Leandro Crioulo, José Crioulo, Manuel Cabra, Manuel Angola, André Rebelo e mais sete negros, que “fazem suas Confeçoens Gerais, e purificam se: para estes, e para o culto [o Requerente] procurou Sacerdotes que lhes administrassem o Pasto Espiritual” (23). É quando, a partir de 1779, benzida a Capela definitiva, com o seu Capelão permanente, aumenta o número de fiéis e peregrinos que sobem a Serra, para as suas desobrigas e para a festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens: “a perfeição, o asseio, e a Devoção he publica, e dos Povos respeitada” (24). E, ao lado da Capela, Lourenço faz para os irmãos, “com decente adorno”, “comodos como para Pessoas Clausuradas, e a abastece pelo seu suor de plantas para os viveres substantivos” (25). Então na flor da idade, animoso e trabalhador, o Ermitão-mor tenta fazer do Caraça uma casa auto-suficiente, com abastecimento próprio de víveres e mantimentos. Planta o belo pomar com macieiras, pereiras, ameixieiras, cerejeiras, marmeleiros, castanheiros, oliveiras, nogueiras e carvalhos; forma o jardim da esplanada da Casa, bordejado de palmeiras, onde Aires de Casal vai achar até giesta amarela e tojo; prepara invernadas de gado e semeia roças até de centeio (26). Entretanto, todo êsse trabalho e tôda essa obra tem uma suprema finalidade: “Soberano e Augusto Senhor, de que serve o trabalho, e desvelo de tantos annos, se não se concluir com o util ao Serviço de Deus, a V. A. R. e aos Povos? O Suplicante fundamentalmente reconhece que para conseguir o seu ultimo desejo para hir em augmento o culto, para ser util aos Fieis, e a V. A. R. pelas Oraçoens daquelles, se fas preciso instru-

---

(23) *Idem, ibidem.*

(24) *Idem, ibidem.*

(25) *Idem, ibidem.*

(26) *V. Corografia Brasíllica, cit., I, pág. 365.*

çoens Evangelicas; *aquella Capitania ha muitos annos está falta de Missionarios que dispersos Evangelizem instrução*, e edifiquem pelo que os bons Povos suspirão” (Grifos nossos) (27). Aí está: a grande finalidade da obra de Lourenço é o estabelecimento de missionários no Caraça, bem no coração da Capitania das Minas Gerais, onde há cem anos se proibiu a entrada de frades, e os poucos que lá chegaram, em vez de “evangelizarem instrução”, viveram correndo atrás do ouro e dos diamantes, deixando o povo abandonado de pasto espiritual. O solitário português sente o drama dêsse abandono espiritual e se decide erigir no centro geográfico da “zona do ouro” um santuário de oração, de penitência e de missão, para reconquistar as almas transviadas. A Serra do Caraça parece-lhe a escolha ideal: “Que lugar mais proprio para a existencia destes, que devem semiar a palavra de Deus, a Sua Sancta Ley, que se oponhão a vivacidade da Serpente que só vomita libertenage” ? (28). E assim sendo, “será possível que o Suplicante cedendo tudo sem rezerva, a beneficio destes novos Apostolos, Europeos, Varatojos, ou de outra qualquer Religião Mendicante por V. A. R. eleita, e mandada deixem de aceitar a Offerta, e se não queirão empregar a beneficio das Almas ?” (29). Seu desejo é tão veemente que êle não acredita possível a negativa: “Não Soberano Senhor, V. A. R. he Fedelissimo e o mais Empenhado no augmento, e conservação da Fé, e o dezejo de que os bons Lavradores Evangelicos semeem, fação fructo que o Céu recolha” (30). E conclui, em patética peroração: “Esta a esmolla que pelo Amor de Deus supplica a V. A. R. e como a sua pertençaõ he justa, que esperar pode senão hum

---

(27) *1.º Requerimento*, cit., pág. 508.

(28) *Idem, ibidem.*

(29) *Idem, ibidem.*

(30) *Idem, ibidem.*

bom deferimento de hum Soberano Protetor Fedelissimo da Fé? sim Augusto e R. Senhor, os filhos que vivem naquelle novo Mundo, devem ser munidos das Trombetas do Céu, ellas farão cahir por terra as muralhas da iniquidade, e dos vicios, ellas serão as que encaminhem os Vassallos para a verdadeira estrada, e louvem a vigilância e R. dezejo da salvação das almas dos seus Vassallos" (31).

Apesar da retórica barroca do requerimento, Lourenço é um homem frio, realista, e tem boas razões para duvidar do deferimento ao seu pedido. Se o Bispo de Mariana, ali a meia dúzia de léguas, que tem notícia de sua obra e de sua vida, se tem negado, repetidas vèzes, a aceitar a doação do Caraça, sob a alegação de que as suas edificações estão em terras do Padroado Real (32), será que o Príncipe Regente, lá em Lisboa, cercado daquella terrível burocracia eclesiástico-civil da Mesa de Consciência e Ordens, vá aceitar-lhe a oferta? Lourenço sente que precisa fortalecer seu requerimento, promover movimento em tôrno dêle, dar-lhe até cobertura política. Êle tem amigos, freqüentadores do seu Santuário, nas vilas principais mais próximas, no Caeté, no Sabará, em Vila Rica, mesmo em Mariana, lá perto do Bispo. Amigos influentes, officiaes do Senado da Câmara dessas vilas. Êles podem apoiar oficialmente o seu pedido. Quem sabe poderiam até reabrir uma velha campanha de dantes, de muitos anos atrás, que os camaristas das Minas iniciaram, às vésperas do terremoto de Lisboa, para que El-Rei relaxasse a proibição da entrada de frades e permitisse a entrada de missionários na Capitania? Ê-lo dirigindo uma espécie de circular aos officiaes do Senado da Câmara das aludidas Vilas, pondo à sua disposição o Caraça, a fim de que também requeiram a vinda de

---

(31) *Idem*, pág. 509.

(32) *Informação* de D. Fr. Cipriano de São José, cit., pág. 510.

Varatojos, Brancanes ou Arrábidos (33). E, com intervalo de poucos dias, as Câmaras de Mariana (3 de fevereiro de 1802), do Caeté (26 de fevereiro) e de Vila Rica (13 de março), secundam sua solicitação, pedindo a Lisboa estabeleça “hum Hospício ao menos de doze Missionarios da Ordem de São Francisco, Arrabidoz, ou Varatojos, ou Brancanoz, que sempreguem na Missão, e Confiçoens instruindo, e convertendo oz Povos, do que hãm de rezultar muitas utilidades a Igreja e ao Estado” (34).

Preocupado com o destino do seu requerimento, envia-o em mãos, por um tal Pe. Manuel Fernandes, e para que seja aviado mais rapidamente, escreve uma carta a Frei Felipe da Conceição, graduado franciscano, pedindo-lhe se esforce por fazer chegar seu expediente ao Príncipe Regente. Ainda não satisfeito desce a Vila Rica e vai à procura de Frei Antônio de São João Batista, no Hospício Franciscano, e fá-lo escrever no verso da carta outra missiva, datada de 17 de janeiro de 1802, reforçando seu pedido a Frei Felipe da Conceição, o que o frade faz, à consideração de que Lourenço é um “sujeito de toda a confidencia”.

E lá se vão, o Requerimento de Lourenço (que, pela data da carta do Hospício Franciscano, deve ser dos últimos dias de 1801 ou dos primeiros do ano seguinte), as cartas que o acompanham, e as Representações das Câmaras de Mariana, Caeté e Vila Rica. (A Representação da Câmara do Sabará vai aparecer somente em 1809 e não sabemos a que razão se deve êsse atraso de sete anos, atraso até suspeito, dadas as intenções contemporâneas do Irmão Lourenço). Pelo registro competente no Conselho Ultramarino, pode-se saber que o primeiro requerimento do Ermitão-mor chegou à Côrte

(33) *Ap.* Augusto de Lima Jr., *O Fundador do Caraça*, cit., pág. 131.

(34) *Idem*, pág. 133.

antes de 13 de agosto de 1802. Ou pela diligência do Pe. Manuel Fernandes ou pelo prestígio de Frei Felipe da Conceição ou, ainda, pela interferência do Governador Bernardo José de Lorena, o fato é que o processo chega relativamente depressa a Lisboa. Queremos acreditar que, enquanto o futuro Conde de Sarzedas foi Governador da Capitania, houve um certo interesse na boa tramitação dos papéis. Mas, já em julho de 1803, Lorena abandonava o governo, não sem antes receber instantes apelos do velho eremita para continuar amparando a sua causa (35). Mas, então, não obstante o ânimo entusiasta de Lourenço em preparar a recepção dos representantes do governo, em 1805 as coisas caíram num compasso de espera, de que nunca mais saíram, a não ser depois da morte do ermitão, quando D. João VI entregou a herança recebida aos Padres da Congregação da Missão.

Há quem assevere terem sido informações reservadas de Mariana (i. e., do Bispo D. Fr. Cipriano de São José) que impediram despacho favorável aos requerimentos do Caraça. Não o cremos. Se o Bispo de Mariana fôsse contrário à vinda de missionários para a sua Diocese, não escreveria ao Príncipe Regente dizendo “que os seus desejos (dêle, Lourenço) erão ajustados e dignos de attenção particular” (Informação de 1805) (36); e não teria acrescentado (é verdade que em caráter de verdadeira ressalva) que “não devia influir em negocio de tanta ponderação sem primeiramente examinar em pessoa a situação e comodidades do Hospício, e de tudo quanto lhe pertencia” (37). É o que faz no ano de 1805, desincumbindo-se das ordens de D. João. D. Frei Cipriano não é contra a pretensão dos missionários para o Caraça:

---

(35) *V. Códice 328*, do Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Mariana, cit., fls. 14 e 15-v.

(36) *Informação*, cit., pág. 510.

(37) *Idem*, pág. 510.

o que parece desaproveitar é pertencer a iniciativa ao Irmão Lourenço, um simples leigo de que não quer tomar conhecimento. Atitude, aliás, muito encontradiça nos hierarcas da Igreja, mesmo nos dias de hoje, que não se agradam de iniciativas de leigos no campo religioso, por mais úteis e inspiradas que sejam. Depois de se reportar às peripécias de sua viagem à Serra do Caraça — que só acontecem pitorescamente a sedentários gordos como êle — o Bispo arrábido é obrigado a render-se à evidência: bem pouco ou nada falta para uma pequena Casa regular e religiosa. É o que declara, após inspeção minuciosa que faz a tôda a fundação. Acha, porém, o sítio solitário “e muito desabrido, principalmente no tempo das agoas” (38), mas acaba estranhamente circunscrevendo ao Caraça sua acusação ao regime de intemperanças meteorológicas, que pertencem ao país inteiro... E não deixa de desancar sarcásticamente as romarias, como de outra feita já o fizera com as de Congonhas do Campo (39). O Pe. Francisco Silva — que não parece ligar, naquela circunstância, o Bispo de Mariana e o Governador da Capitania na mesma pessoa — azeda-se com o “tanto de mau querer” que estaria revelando o Governador visitante ao Caraça: “E fazendo-se casuísta e teólogo, faz notar que os que assim procedem (os peregrinos, que sobem a Serra), não cuidam nas próprias freguesias, onde, sem maior incômodo, podem lucrar muitas indulgências. E continuando a moralizar, sai-se com êste pedacinho de um sabor todo pseudo-devoto: “Donde se pode inferir sem escrupulos, que o divertimento, a curiosidade, a romagem e a mistura de um e outro sexo é todo o movel de semelhantes devoções” (40). Não resta dúvida alguma do seu “mau querer” a Lourenço e aos

(38) *Idem*, pág. 511.

(39) *V. Arquidiocese de Mariana*, cit., I, pág. 168 (Carta a D. Bernardo José de Lorena).

(40) “Biografia do Irmão Lourenço”, cit., pág. 752.

velhos cenobitas da comunidade, quando escreve mais adiante: “Os habitadores do Hospício erão o Erimitaõ Lourenço e outros dous velhos estropiados, a quem a necessidade ainda mais que a devoção havia conduzido aquelle Sitio. Das informaçoens que tomei em tres dias de residencia vim no claro conhecimento de que aquelles Erimitaens sahião a peditorios no tempo das colheitas e atraz delles caminhavão alguns Pretos pertencentes ao Hospicio, para conduzirem os mantimentos” (41). E pondo uma pá de cal nas esperanças de Lourenço à base da auto-suficiência econômica da Casa: “E bem se deixa ver que a Casa não tem fundos que rendão, ou produção o necessario alimento para a substentação (*sic*) daquelles poucos individuos. Isto posto parece-me Sr. que em tais circumstancias seria muito mais conveniente que aquelle Hospicio fosse povoado por homens Religiosos de Profissão capazes de instruirem os Povos e de os edificarem com suas pregações e bons exemplos. Porem devo lembrar aqui que somente homens de espirito de penitencia, de desinteresse, homens abrazados em zelo de lucrar para Jesus Christo, sacrificando sua vida, e saude a favor do proximo são ou devem ser os escolhidos, e xamados (*sic*) para huma habitação tão solitaria como desabrida e para trabalhos tão penitentes como penosos” (42). E sem tomar qualquer conhecimento da experiência monástica e religiosa de Lourenço e dos seus Irmãos Residentes, que estão no Caraça, afinal de contas, quase trinta anos, o bispo-frade perora assim: “Sujeitos despídos destas qualidades alem de virem enganados, vem destruir e não edificar esta porção da Igreja de Jesus Christo, e posso protestar que se chegarem a subir aquella Serra, não tendo as qualidades referidas, em poucos dias desanimarão, e, ou a hão de despovoar para se abrigarem, onde os queirão

---

(41) *Informação* de D. Fr. Cipriano, cit., pág. 511.

(42) *Idem*, págs. 511-2.

recolher, ou hão de fugir para os seus antigos domicílios” (43). Será alusão às defecções havidas na comunidade não-canônica do Ermitão-mor? E, como prevendo as informações muito mais favoráveis do Ouvidor Dr. Antônio Luís Pereira da Cunha, termina numa verdadeira carga contra quem der informes diferentes dos seus: “Exaqui Sr. o que posso informar com verdade a V. A. R. e se houver quem informe de outra maneira, rogo a V. A. R. que o não acredite, e que se persuada, que ou por ignorancia, ou por paixão indiscreta, ou por malicia pertende ocultar a verdade a V. A. R.” (44). Ora, diante do maior, cessa o menor. Nada adiantou que, em face da *Informação* de D. Fr. Cipriano de São José, expedisse o bom do Ouvidor Antônio Luís Pereira da Cunha a sua, tão favorável, e até apologética, como já tivemos oportunidade de anotar em outra parte dêste trabalho. Completaram-se as diligências burocráticas determinadas pelo Príncipe D. João, tais como a inquirição de testemunhas que depuseram sôbre os requerimentos do Irmão Lourenço, o inventário das alfaias e bens patrimoniais da Capela e o levantamento dos nomes dos créditos passados em favor do Hospício. E tudo seguiu para a Côrte, em fins de 1806 ou princípios de 1807. E não houve, até a morte de Lourenço, qualquer resposta da Côrte, em Lisboa ou já no Rio de Janeiro. “A terrível burocracia portugûesa — denuncia o Sr. Augusto de Lima Jr. — talvez a intervenção secreta de ambições ocultas, que vendo o Irmão Lourenço combalido pelos anos esperava sua morte para se apossarem daqueles tesouros espirituais, mas de grande valor material igualmente, fêz com que se arrastassem êsses papéis durante anos até sua solução final quando já morto o incansável fundador do Caraça” (45).

(43) *Idem*, pág. 512.

(44) *Idem*, *ibidem*.

(45) *O Fundador do Caraça*, cit., págs. 92-3.



O Pe. Francisco Silva — em sua *Biografia do Irmão Lourenço* — atribui o malôgro das gestões para a vinda de missionários a diversas causas. A mais importante delas teria sido o agravamento da situação política portuguesa, depois que Napoleão decretara o Bloqueio Continental (21 de novembro de 1806), o que colocava o Reino de Portugal entre dois fogos, na mais difícil das opções: “nesse estado de coisas — escreve o historiador lazarista — era impossível que o govêrno tivesse tempo para tratar de uma questão de monges, a mandar para o sertão da Colônia” (46). Por outro lado, a Coroa Portuguesa houvera interdito a entrada de corporações religiosas na Capitania das Minas e mantivera a proibição um século inteiro; não era de crer que, de uma hora para outra, fôsse atender ao pedido de um desconhecido eremita, sôbre quem, aliás, corriam versões as mais desencontradas. Por sua vez, os Bispos de Mariana, que deveriam ter sido consultados certamente, quando se colocava o problema da vinda de missionários para a Capitania (e acabamos de ler a manifestação escrita sôbre o assunto por D. Fr. Cipriano de São José), o mais que fizeram foi mostrar entusiasmo bastante relativo pela iniciativa: se não há provas outras do seu depoimento, vale bem como testemunho dêsse ponto de vista a *Informação* de D. Fr. Cipriano, mesmo com a sua assinatura de Governador da Capitania em exercício. Já asseveramos que Mariana sempre manteve, em relação ao Hospício do Caraça, uma atitude de reserva, de frieza mesmo, que, se não significava desaprovação franca à obra e à ação religiosa do Irmão Lourenço, também não trazia qualquer apoio ou endosso oficial: as licenças ou faculdades concedidas ao instituto eram as mesmas que concedia a dezenas, centenas de capelas espalhadas pelo imenso território diocesano, que era quase tão grande

---

(46) *Biografia do Irmão Lourenço*, cit., pág. 754.

como a própria Capitania. Há até um momento histórico nas relações entre a Câmara Eclesiástica mariense e a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, em que se patenteia nítida a desconfiança das autoridades eclesiásticas: elas retêm, por seis anos, em mãos, o decreto do Provincial do Convento de Santo Antônio, do Rio de Janeiro, que autorizava os capelães do Caraça a receberem irmãos da Ordem Terceira da Penitência, e somente o liberam quando sentem peremptos os motivos que ensejaram ao Ermitão-mor da Serra de Catas Altas o pedido daquele decreto. Finalmente, outra razão pela qual ficaram sem resposta as pretensões consubstanciadas nos dois requerimentos foi a das dificuldades de comunicação e de contato com Lisboa, agravadas pelo regime das propinas pagas aos funcionários da burocracia portuguesa, que governavam o andamento dos papéis nas repartições reais, inclusive naquela famigerada Mesa de Consciência e Ordens. E depois, já no Rio de Janeiro, além de certos interesses ocultos, na própria Capitania, que teriam manobrado no sentido de obstar a “encampação” real do Hospício (47), para empalmarem a administração do seu rico patrimônio, expertos procuradores da Côrte tentaram extorquir dinheiro do Irmão Lourenço, usando o nome do Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, com a promessa de conseguirem a vinda dos missionários: “Thomaz Antonio lhe prometeu de mandar vir Missionarios, mas que para isso lhe daria oitocentos milreis, o Ir Lourenço foi tomar parecer com o Cronel Romualdo, que morava em Congonhas do Campo, o Cronel lhe disse escreva ao Thomaz Antonio que mande vir os P-es, que quando chegarem lhe dará os oitocentos milreis, se não ostiver na ocasião venha ca q. lhos darei, isto eu ovi do mesmo Cronel Romualdo amigo

---

(47) V. Nota 45.

do I-r Lourenço" (48). "O manuscrito — comenta o Pe. Francisco Silva — não diz o fim dêste negócio, mas é provável que o tal Tomás Antônio tenha achado mais seguro não responder ao Irmão" (49). O autor da *Biografia do Irmão Lourenço de Nossa Senhora* não sabia quem era êsse "tal Tomás Antônio". Se o soubesse, não teria escrito o que escreveu (50). O fato é que tôdas as esperanças que o fundador do Caraça depositara na chegada dos seus missionários foram morrendo, à medida que se passavam meses e anos e a Côrte não lhe dava resposta aos expedientes enviados.

Ainda nos primeiros anos do século, preparando a visita oficial que sabia lhe iriam fazer as autoridades reais para informarem a Lisboa sôbre as possibilidades do Hospício oferecido aos missionários, Lourenço promove a reforma geral da Casa. Constrói nos corredores externos da Capela, de um lado e de outro, os sete altares dos Passos da Paixão de Nosso Senhor, dotando-os das respectivas imagens, alfaias e ornamentos; dirige petição ao Núncio Apostólico, na Côrte, para que possa ter a faculdade de colocar o sacrário na Capela, com o San-

---

(48) *Ms. do Caraça*, no Arquivo da Casa, pág. 2.

(49) *Biografia*, cit., pág. 755.

(50) Com efeito, o Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal teve grande valia junto do Rei D. João VI, justamente por causa de sua inteireza. Ocupando postos e honrarias de primeira plana no Reino, jamais se prevaleceu de sua posição para locupletar-se. Quando o Rei o obrigou a regressar para Portugal, em 1821, teve de "arrancá-lo" do Brasil, pois se afeiçoara tanto à nova terra como se fôsse sua própria. Vivendo em Lisboa de modesta pensão que lhe dera D. João — e que os governos posteriores reduziram e acabaram por suprimir completamente — foi encontrá-lo muitos anos depois o Ministro do Brasil em Lisboa, Vasconcelos Drummond, num lugar miserável, abandonado e quase um mendigo. O Ministro — que era também escritor e que se comprazia em enaltecer sempre a inteireza dos Andradas — comoveu-se e deu ao pobre ex-Ministro do Reino a assistência que pôde, para não morrer de fome. Se Tomás Antônio fôsse inescrupuloso, seu destino teria sido muito diferente. (V. Luís Edmundo, *A Côrte de D. João no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Conquista, 2.<sup>a</sup> ed., 3 vols., t. III, págs. 457 a 469).

tíssimo Sacramento, para o que reúne o suficiente patrimônio (51); manda tirar uma pública-forma de todos os Breves pontifícios obtidos para a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, a fim de submetê-los ao exame do Ordinário marianense (52); e, coroando todo êsse trabalho para “pôr a casa em ordem”, decide-se a amealhar um bom fundo patrimonial para receber e instalar os seus missionários e sai com os pedidores da comunidade, Irmãos Custódio e Luís Antônio, a esmolar pela Capitania, durante o ano de 1806, conseguindo reunir uma vultosa coleta de donativos, que perfazem um total de 9:190\$122 (nove contos, cento e noventa mil e cento e vinte e dois reis) (53).

Vale a pena determo-nos num ligeiro estudo dêsse trabalho mendicante dos pedidores do Caraça, porque vai permitir-nos algumas observações interessantes sôbre a evolução coetânea do instituto, tais como a área geográfica de influência do Hospício do Irmão Lourenço, a condição econômica de certas regiões da Capitania, as relações entre o clero do tempo e o Caraça, e o rendimento do trabalho dos irmãos pedidores. Pela lista dos créditos que Lourenço encaminha ao exame das autoridades reais, verifica-se que os esmoleres caracenses bateram quase todos os caminhos da “zona do ouro” da Capitania, estabelecendo suas linhas externas um pentágono irregular, cujas pontas eram limitadas pelos seguintes extremos: Pitangui, a noroeste, Quilombo (po-

(51) Arquivo do Caraça, *Caderno B*, n.º 72; *R. A. P. M.*, XII, pág. 165 (*Compromisso* de 1806).

(52) Arquivo do Caraça, *Caderno C*, n.º 13.

(53) *V. R. A. P. M.*, VI, 2.º, págs. 520-8. Essas coletas foram sugeridas, segundo depoimento do pintor Manuel da Costa Ataíde, pelo Capitão-mor Manuel José Pena, outro grande entusiasta da vinda de missionários e benfeitor do Irmão Lourenço, o qual “influiu e animou ao dito Irmão (Lourenço) e seu companheiro Irmão Custódio que sahissem pellos circunvizinhos Arrayaes a fazer a mesma deligencia”, isto é, pedir esmolos. (*Códice 328*, fls. 17).

voação logo adiante da Formiga) a sudoeste, S. João del Rei e São José do Rio das Mortes ao sul, Guarapiranga e São Miguel de Piracicaba nas bordas orientais da área, que se fechava ao norte, passando por Santa Luzia do Rio das Velhas, e se ligando novamente a Nossa Senhora da Piedade do Pitangui. Era exatamente o miolo da “zona do ouro”, demorando o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens quase no centro dêle, estendendo-se por uma superfície dos seus quase 50.000 quilômetros quadrados e abrangendo boa parte da Comarca do Rio das Velhas, quase tôda a de Vila Rica, e tôda a parte setentrional da Comarca do Rio das Mortes, com uma população que orçaria, nos princípios do século XIX, pelas 300.000 “almas católicas”. Era exatamente o coração da Capitania das Minas Gerais, onde residia a sua maior concentração de gente, de recursos, de meios de vida. Onde estavam a Capital e a sede do único Bispado — Vila Rica e Mariana — para as quais convergiam todos os caminhos da Capitania. A campanha esmoleira do Irmão Lourenço teve duas etapas distintas: a primeira foi dirigida diretamente do Caraça e operou no quadrilátero norte-oriental da “zona do ouro”, cujos vértices extremos foram Sabará, Congonhas do Campo, São Miguel de Piracicaba e Guarapiranga: era a região mais rica, populosa e importante, com grande número de freguesias coladas, dispostas em tórno da Capital e da Cidade Mariana. A grande crise da mineração pesava, então, mais do que nunca, mas o povo, generoso e fiel, contribuiu com liberalidade (54). A segunda etapa efetivou-se em seguida e visou a região mais extensa e mais pobre do oeste, que partia do Curral del Rei, seguia para o ocidente até o ponto extremo da “Aplicação” de Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe (um pouco acima de Pitangui), descia depois uns cem quilômetros

---

(54) *R. A. P. M.*, VI, 2.º, págs. 520-3. (Lista dos contribuintes).

até o Quilombo, inflétia diretamente para o sudeste, na direção de São João del Rei e São José do Rio das Mortes, para subir em seguida para o norte, em linha reta, ganhando os vales dos rios Camapuã e Paraopeba. Dentro desses limites floresciam povoações e fazendas, onde a vida agrícola já se sobrelevava às lavras minerais. Ali a vista podia estender-se já pelos verdes "campos gerais" (55), êsses mesmos "campos gerais" do oeste mineiro, que A. de Saint-Hilaire pôde contemplar em 1819, "a perder de vista, dando uma imagem bastante perfeita da amplidão dos mares" (56). Os povoados visitados pelos pedidores do Irmão Lourenço foram o Morro de Mateus Leine, Santana de São João Acima de Pitangui (hoje Itaúna), Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe (hoje Rio do Peixe), Cabeceiras do Rio Manso, Bonfim, São José do Rio das Mortes, Itatiaiuçu, Empanturrado do Pitangui, Boa Esperança do Pará, Conceição do Pará, Espírito Santo da Serra Negra do Pitangui (atual Divinópolis), Cláudio, Santa Luzia do Rio Manso (hoje Rio Manso), Japão (hoje Carmópolis de Minas), Conquista de Nossa Senhora das Dores (hoje Itaguara), Nossa Senhora do Destêrro de São Bento (hoje Marilândia), Quilombo, Rio do Peixe de Congonhas do Campo e São Joaquim das Bicas (hoje Bicas). Os resultados, se bem que muito inferiores aos da primeira etapa, foram razoáveis. É que, na primeira etapa, além de correrem zona mais rica, o trabalho foi mais seguro e mais fácil: Lourenço parece ter superintendido pessoalmente a co-

---

(55) Estudando a região dos "campos gerais", por onde passa o Rio São Francisco, o Prof. Orlando M. Carvalho enaltece-a como especialmente propícia à atividade pastoril, pois nela o gado "encontra uma região sem limites, onde a erva não sofre alterações provenientes das mudanças de temperatura". (*O Rio da Unidade Nacional*, São Paulo, Comp. Editora Nacional (Brasiliiana), 1937, pág. 23).

(56) *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e à Província de Goiás*, São Paulo, Comp. Editora Nacional (Brasiliiana), 1944, 2 vols., t. 1, pág. 62.

leta e se valeu da ajuda do clero paroquial, entregando-lhe listas, que eram passadas de mão em mão. Se os padres não se interessaram muito em pedir (o que revela o seu pouco interêsse pela obra de Lourenço), permitiram, entretanto, que paroquianos influentes ajudassem na coleta dos óbolos. O que é curioso é o fato de Lourenço não descer a pedir em Vila Rica, nem em Mariana e localidades circunvizinhas; e, também, não se dirigirem seus esmoleres às sedes de freguesias da região oeste, na segunda etapa. Teria o Bispo de Mariana impedido ou dificultado a coleta? Ou se a permitiu, teria ordenado que os pedidores somente se dirigissem a fazendas e pequenas povoações? (57). É o que parece ter acontecido. Essas dificuldades ou o fato de serem mesmo os companheiros de Lourenço aquêles “velhos estropiados” da denúncia de D. Fr. Cipriano de São José (58), a verdade é que os serviços esmoleros da segunda etapa não funcionaram bem. Pelos itinerários perseguidos pelos andadores e pelas datas de suas marchas, verifica-se que êles não tiveram nenhuma regularidade. Dir-se-ia estarem mesmo a cargo de gente decrépita, enfêrma, pouca ou displicente. Os peditórios começaram em janeiro, no Morro de Mateus Leme. Dia 22. Contudo, somente em 23 do mês seguinte é que principiam em Santana de São João Acima. O pedidor, talvez doente, tangido pelas chuvas da estação, se deixa ficar nas delícias climáticas de Mateus Leme. Em março, pede-se pouco. Em abril, porém, é quando se dá o peditório que vai valer por

---

(57) O Bispo de Mariana poderia invocar as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, para impedir que os ermitães do Caraça esmolassem: “É nenhuma pessoa que pedir esmola, ainda que seja Ermitão, sob pena de dous mil réis para despesas, e Meirinho, trará consigo alguma Imagem de N. Senhor, ou de N. Senhora, ou de algum Santo, Santa, netu de vulto, ou pintura, para que não succeda ser posta em lugares indecentes, ou tratada com menos reverencia, e acatamento, do que lhe he devido”. (Livro 4, tít. 64, n.º 882, pág. 332, da edição de 1764).

(58) *Informação*, cit., pág. 511.

todo o ano reunido: os andadores são dois — um, ao norte, pelas Freguesias do Curral del Rei e de Pitanguí, e outro ao sul, pelas terras das Freguesias de Congonhas do Campo e de São José do Rio das Mortes — e visitam dezesseis localidades diferentes. Em seguida, pelo resto do ano, o ritmo dos peditórios cairá bastante, salvando-se apenas as subscrições do mês de novembro, em que o andador — desta vez um só — bate sem descanso o caminho de Mateus Leme até o Divino Espírito Santo da Serra Negra, “no sertão do rio Itapecerica”, retornando finalmente a Contagem das Abóboras, às portas de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rei. Em 28 de dezembro de 1806, estava finda a tarefa, no mesmo local onde principiara: Mateus Leme e São Joaquim das Bicas. Os resultados não foram tão compensadores, como os da zona leste: renderam 1:169\$600 (59). E assim mesmo — como a carestia era grande e o dinheiro sumira — os pedidores regressavam para o seu Hospício, levando em seus sacos de mendigos créditos assinados; valiam como as nossas atuais notas promissórias, e, pois, tinham de ser cobrados.

Mas, êsses créditos não foram todos cobrados por Lourenço. Muitos anos depois, o Pe. Leandro Rebelo Peixoto e Castro, 1.º Superior lazarista do Colégio do Caraça, tentaria recebê-los, com êxito diminuto. Inventariando os bens da instituição, em 1832, na declaração que fêz das cobranças dos créditos havidos em herança, diz ter recebido “quando muito quatro centos mil reis, sendo tudo o mais fallido, porque procedendo elles de promessas, e esmolas, muitos são fallecidos e outros pela longevidade de annos, se tornarão inuteis, até porque muitas dessas dividas, de que se fez memoria, se tinham dissolvido com a facilidade que teve o fallecido Instituidor Irmão Lourenço em entregar as clarezas aos promit-

---

(59) *In R. A. P. M.*, VI, 2.º, págs. 523 a 528.



tentes" (60). Essa "facilidade" com que Lourenço devolveia as "clarezas" aos seus promitentes haveria de ter a sua justificação.

Ele continuou, ainda por um certo tempo, a sua generosa batalha. Desde 31 de janeiro de 1805, o Pe. João Batista de Figueiredo, de Catas Altas, benzera as imagens dos sete altares dos Passos, e o Sacrário do Santíssimo Sacramento também fôra colocado na Capela, por Breve do Núncio Apostólico. Depois de esperar em vão o resultado das informações que haviam encaminhado para Lisboa as autoridades reais que tinham estado no Caraça, dirigiu-se ainda por duas vêzes ao Príncipe Regente (2.º e 3.º Requerimentos) — a segunda vez, quando já estaria a Côrte no Rio de Janeiro — para solicitar confirmação régia de sua administração do Hospício. Então, êle já parecia desanimado da vinda dos missionários e apenas desejava manter, conservar a obra realizada. "(...) suplica — escreve no 2.º Requerimento — a V. A. R. pela sua innata Piedade, queira conceder-lhe o seu Regio Beneplacito para Confirmação de hua obra de tanto fructo, e custo, e que actualmente he depozito de muitas, e Veneraveis Reliquias, e se axa enriquecida com Graças, e Indulgencias Concedidas pelo Sumo Pontifice Pio 6.º (...) Tão bem com todo o respeito pede a Vossa Alteza Real se digne Confirmar-lhe a Administração, de que se axa encarregado desde o principio da Fundação, e continuar-lha em sua vida, e depois de sua morte, a quem nomear o Bispo, ou Ordinario do Lugar" (61).

Ainda desta vez, nenhuma resposta da Côrtē. A todos os óbices, que em tempos normais haveriam de di-

---

(60) *Certidão* do Pe. Leandro, para efeitos de isenção de pagamento de sisa, em 1832, in *R. A. P. M.*, VII, pág. 929.

(61) 2.º *Requerimento* do Irmão Lourenço, in *R. A. P. M.*, VI, pág. 509.

ficular qualquer despacho de Lisboa, sobrelevar-se-ia, naquelas horas dramáticas, o da própria sobrevivência do Reino e da dinastia dos Braganças, comprometida seriamente pela gravíssima situação política internacional. A partir de 1806, após a campanha da Prússia, quando Napoleão destroçou esta nação na batalha de Iena e assinou em Berlim o *diktat* do Bloqueio Continental, Portugal tremeu todo, sentindo-se vergastado pela maior borrasca de sua história. Ou se decidia pela sua aliança tradicional com a Inglaterra e enfrentaria as conseqüências, ou se renderia aos propósitos do partido francês, no Bloqueio Continental, que pretendia ferir de morte, comercial e industrialmente, as Ilhas Britânicas. Dom João, tímido e manhoso por natureza, tentou durante muito tempo contempORIZAR, manobrar, entre as duas difíceis situações. Depois do Tratado de Madrid, o partido francês crescera bastante em Portugal e fôra constituído um ministério francófilo, no qual avultava o Ministro Antônio de Araújo. Contudo, mesmo depois de Iena, do ato de 21 de novembro de 1806 e da entrevista sôbre o Niemen, quando Napoleão teve o destino inteiro da Europa em suas mãos, ainda se revelou firme a simpatia do govêrno português pela aliança britânica, “sentimento estimável na sua tenacidade, pôsto que interesseiro na sua razão determinante” — como escreve Oliveira Lima (62). Mas, a sorte do pequenino Portugal estava selada, diante da implacável determinação napoleônica de abater para sempre a Inglaterra e o seu poderio marítimo e militar. Quando o Príncipe de Talleyrand formulou a Lord Landerdale o plano de invasão e partilha do Reino português, a Côrte de Saint-James teria reagido imediatamente: dispôs-se a destacar parte da esquadra para as águas de Lisboa, mandar generais para treinar

---

(62) *Dom João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1945, 2.<sup>a</sup> ed., 3 vols., t. I, pág. 34.

as tropas portuguesas e oferecer dinheiro ao Príncipe Regente. D. João não aceita ou finge não aceitar, para não quebrar “a famosa neutralidade, que agora tinha de exercer-se benévola à França” (63); o governo de Lisboa vê-se alvo dos dois fogos e vai ter, “coitado, que aceder sorrateiro, obedecer constrangido, consentir doblemente e aos poucos nas medidas ordenadas contra o tráfico britânico e as pessoas e bens dos ingleses” (64). Quando, porém, o leão britânico dá mostras de impaciência diante das manobras dúplices de Dom João de Bragança e arreganha os dentes a Portugal, a situação se decide: o Príncipe Regente retorna à amizade inglesa e aceita a ajuda da frota de guerra de Sua Majestade Britânica para vir ao Brasil, o que se dá no dia 29 de novembro de 1807. Em 8 de março do ano seguinte, com a Família Real, está no Rio de Janeiro a sede do governo português.

Lá nas alturas solitárias e remotas do seu retiro sertanejo, o Irmão Lourenço deve ter acompanhado o drama todo vivido pela sua pátria e seu governo, na tempestade napoleônica, que se abatera sobre toda a Europa. E ter-se-ia impressionado profundamente com êle. Nos seus derradeiros dias, já muito perto da morte, ainda consegue sair do torpor em que vive mergulhado para perguntar o que foi feito de Napoleão (65). Por isso, não alimenta muitas ilusões sobre o destino de suas pretensões. Volta-se, então, mais uma vez — e tudo leva a acreditar que logo depois do estabelecimento da Côrte portuguesa no Rio de Janeiro — para o Príncipe Regente e lhe dirige um último Requerimento (o terceiro), cujo texto comove profundamente, pelo tom “testamentário” que revela (66). Logo nas primeiras linhas, afirma o

(63) Oliveira Lima, *op. cit.*, t. I, pág. 35.

(64) *Idem, ibidem.*

(65) A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, cit., t. I, pág. 196.

(66) *Códice 338* — SG, do Arquivo Público Mineiro.

requerente “que elle ha trinta, e quatro annos está reze-  
dindo na Capitania de Minas Geraes, Termo da Villa  
Nova da Raynha, Comarca do Sabará, Freguezia de  
Cattas Altas distante da Matriz tres leguas em huma  
serra denominada do Caraça” (67); se remontarmos ao  
ano da ereção da Capela, 1774, o 3.º Requerimento é de  
1808 e confirma nossa conjectura de que foi já endere-  
çado à Côrte do Rio de Janeiro. Como dissemos acima,  
o documento ressen-te-se de um certo estilo de relatório  
final, como se fôsse um testamento. O supplicante conta  
que “fez fundar huma Capella denominada de Nossa  
Senhora May dos Homens e São Francisco das Chagas,  
que continuadamente se venera com toda a decencia,  
tendo hum sumptuozo Sanctuario Auctorizado com Bre-  
ves Ponteficios, e Beneplacito Regio, Reliquias que faz  
conservar dignas de Culto, entre as quaes he digno de  
Memoria a do Veneravel Corpo de S. Pio Martir, decen-  
tamente organizado, e outras muitas Imagens de vulto  
da Paixão do Senhor, tudo com Altares, que circundão  
a ditta Capella”. Depois desta descrição pormenorizada  
da Capela, o seu orgulho, Lourenço presta contas de sua  
gestão. “Tem com incansavel zello o supplicante admi-  
nistrado os Bens Moveis submoventes de que fez doação  
a esta Capella, para a conservação, e guizamentos pro-  
prios da ditta, como tambem para a Subsistencia dos  
Administradores, que lhe succederem, sendo os Bens  
Mencionados, Escravos, Alfaias, Edificio, Sesmaria, do  
redito dos Annuaes da Confraria, de que tem prestado  
conta exactamente perante o Juizo competente, o que  
comprova o documento junto em publica forma” (68).  
É, de fato, uma prestação de contas em regra, pois junta  
documentos à petição. Mas, o insulto da idade já se fêz  
presente, há muito tempo, e o futuro da obra preocupa

---

(67) *Idem.*

(68) *Idem.*

o Ermitão-mor, que se sente sòzinho, sem a mínima perspectiva de poder passar o ônus a alguém de sua confiança: “E como o supplicante se acha decrepito nos annos, movido do Ardente zello, que tem no Serviço de Deos, chega com o mais profundo acatamento, e respeito a supplicar a Grande Piedade, Virtudes, e Religião de V. A. R. se digne Mandar expedir huma Provizão para que elle Supplicante, fique administrando os referidos bens, e por seu falecimento passar esta administração a pessoa edonea nomeada pelo Ministro competente” (69). Sim, Lourenço sente próxima a morte e é preciso que se ache essa pessoa idônea. Há um prenúncio de ameaça ao patrimônio, reunido com tanto sacrificio e dedicação, porquanto depois de passar o govêrno do Hospício a essa pessoa idônea, tão desejada, não aconteça “que juizo algum pelo obito de qualquer Administrador possa fazer arrecadação dos mencionados bens, o que dezeja conservar o supplicante para utilidade publica e beneficio da Christandade e para o feliz gozo de tantos jubilos que annualmente são concedidos com Solemnidade Pontificia”. É o temor de má administração eventual e das custas da justiça, aquela justiça rapace da Vila Nova da Rainha do Caeté, que o velho solitário conhece como um dos flagelos da terra, pois quando alguém deseja um grande mal a outrem, pede “que lhe caia por cima a justiça do Caeté” (70)... E o Irmão Lourenço perora, insistindo, reiterando no pedido da provisão real, como se sentisse ameaçado, como se alguém estivesse tramando tirar-lhe a administração: “...portanto Pede a V. A. seja servido Mandar expedir a ditta Provizão para o supplicante. A Administrar todos aquelles Bens Moveis, e de Raiz, e por seu fallecimento ser nomeado pelo Juizo respectivo outro qualquer Administrador, que seja edoneo,

(69) *Idem.*

(70) *V. Relatos Sertanistas*, cit., pág. 44; e A. de Saint-Hilaire, *op. cit.*, t. I, pág. 254, *infra*.

tudo para o fim de Augmentar os Cultos Divinos e para concervação da religião em que V. A. R. pelas suas Incomparaveis Virtudes, tem felizmente triumphado. E receberá Merce” (71).

Diante dessa súplica tão insistente de Lourenço, para que lhe seja confirmada a administração do seu Hospício, ocorre uma hipótese. Alguém estaria ameaçando apossar-se daquele rico patrimônio material e espiritual? Acrescem certos elementos de observação, que justificam a formulação da hipótese. Lourenço estava velho, doente, e não tinha quem o substituísse; sua comunidade estava praticamente desfeita e ninguém dela poderia ser chamado para continuar a administrar a casa; o Ermitão-mor, já há anos, dirigira-se à Côrte, solicitando a vinda de missionários e doando a sua fundação para êsse mister; mas o Príncipe Regente não se dignara responder, nem para aceitar o legado, nem para enviar os pretendidos missionários; Lourenço, contudo, não desistia do seu intento e dizia a todos que desejava a vinda dos missionários, que era seu desejo doar o patrimônio que reunira para tal desiderato. Ora, perante uma situação assim, quem sabe alguém não sentira madura a oportunidade para apossar-se do Caraça?

Fomos achar no Arquivo Público Mineiro, durante nossas pesquisas em Belo Horizonte, um Códice de n.º 341-SG. A fls. 40-v, do aludido documento, o Príncipe Regente Dom João manda ao Governador da Capitania de Minas Gerais informar um curioso Requerimento da Câmara da Vila Real do Sabará, que solicitava “o estabelecimento de um hospício, e a missão de 12 Padres que vão habitar o que já se acha feito na Serra do Caraça pelo Irmão Lourenço de N.ª Sr.ª”. O despacho do Príncipe Dom João é de 10 de novembro de

---

(71) *Códice 338* — SG, do Arquivo Público Mineiro.

1809. Ficamos intrigados. A representação dos oficiais camaristas do Sabará era tardia, extemporânea até, quando a campanha desencadeada pelo Irmão Lourenço remontava a muitos anos antes, aos primeiros meses de 1802. Essa manifestação dos camaristas sabarenses pertenceria, em suas origens, ao mesmo movimento solidário dos camaristas de Vila Rica, da Cidade Mariana e de Vila Nova da Rainha, traduzido nas respectivas representações que naquela época foram enviadas à Córte, secundando o 1.º Requerimento de Lourenço? (72). Não o sabemos. De qualquer forma, surpreende o Requerimento de Sabará, não tanto pelo conteúdo (a tese inteira de Lourenço), mas pelo serôdio do aparecimento, contemporâneo que é da última petição do fundador do Caraça, que naqueles mesmos dias pleiteava coisa tão diversa! Será, acaso, a Representação dos oficiais da Câmara do Sabará um dos instrumentos daqueles que desejam pôr a mão no patrimônio caracense? Também não o sabemos e fica a dúvida sôbre os verdadeiros móveis dêsse tardio expediente.

Dissemos atrás que a “facilidade” do Irmão Lourenço em devolver os créditos que os fiéis lhe haviam passado, quando de seu peditório em prol da vinda dos missionários, haveria de ter as suas razões. Foi doença, cansaço, foi desânimo: o pobre Ermitão-mor já não tinha mais quem retornasse ao povo para cobrar-lhe as “clarezas” que assinara. Sua obra, sua comunidade, seu Hospício feneciam com êle, “decrépito em annos”. Em 1809, ainda há nos arquivos caracenses notícias de vida religiosa, devocional. O futuro Cardial Lourenço Caleppi, então Nuncio Apostólico junto à Córte do Rio de Janeiro (73), concede ao eremitério indulgências aos que

---

(72) *O Fundador do Caraça*, cit., págs. 131 et seqs.

(73) Trata-se do mesmo Mons. Caleppi, Arcebispo de Nisibe, Nuncio Apostólico junto à Córte Portuguesa, que, em viagem cheia de percalços,

rezarem diante dos altares de Nossa Senhora Mãe dos Homens, de S. Francisco das Chagas e S. Pio Mártir (74). E são estas as últimas notícias religiosas da gestão do Irmão Lourenço, que repercutem melancolicamente como os derradeiros arquezos de um organismo cansado, já próximo do colapso final. Depois, alguns anos do mais completo silêncio, silêncio ominoso dos mais negros prognósticos. E dêle emerge, algum tempo depois, uma pobre figura de ancião, a vagar sozinho pelos abandonados corredores do seu claustro. É como A. de Saint-Hilaire vai encontrá-lo, no ante-penúltimo ano de sua longa vida. E assim descreve o ocaso de sua vida e sua obra: "...o esplendor dessa espécie de mosteiro foi de curta duração: o Irmão Lourenço não pensara no futuro. Com exceção de dois, todos os eremitas morreram e ninguém se apresentou para substituí-los. Nenhuma tradição se prendia ao eremitério; a devoção dos habitantes do distrito esfriou quando a idade já não permitia ao Irmão Lourenço reanimá-la; as peregrinações tornaram-se mais raras; as espórtulas cessaram, e essas construções tão modernas deixam ver por tôda a parte sinais de vetustez. Tiveram o destino do fundador; foram decaindo à medida que os anos pesavam sôbre sua cabeça" (75).

O quadro sombrio pintado pelo viajante não tem o mínimo traço de exagêro. Como vimos, o apogeu do Hospício não durou mais de vinte anos e o Irmão Lourenço, se pensou no futuro, não lhe foi dado torná-lo realidade, nos têrmos que êle se determinara. Daí decorreu tôda a ruína de sua obra, a lenta e irremediável

---

na verdade uma evasão às forças do General Junot, conseguiu escapar de Lisboa, vindo para o Rio de Janeiro, em 1808. Dessa viagem existe interessante relato, que o Sr. Jerônimo Avelar Figueira de Melo traduziu do italiano e publicou nos *Anais da Biblioteca Nacional*. (N.º LXI, págs. 3 a 41).

(74) *In R. A. P. M.*, XII, pág. 184.

(75) *Viagem pelas Províncias*, cit., I, págs. 195-6.



agonia de sua comunidade de residentes e o arrefecimento das devoções, romarias e esmoladas, derruindo-se à Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens em uma tapera, habitada por um pobre fantasma valetudinário: “Esse ancião — prossegue a impressionante descrição de Saint-Hilaire — erra como uma sombra pelos corredores, que seu zêlo outrora povoara de eremitas e peregrinos; sua cabeça enfraqueceu, e a voz mal se faz ouvir; em breve terá deixado de viver, e não se sabe sequer o que se tornará então o estabelecimento que êle fundou” (76).

Esse pensamento é também a sua obsessão constante, mesmo nos torpores da idiotia. Aflora-lhe sempre aos lábios e vive repetindo aos poucos amigos que lhe ficaram fiéis a esperança da chegada dos missionários, os únicos sucessores que deseja para lhe completarem a obra. O pobre velho não desiste: “. . .athe perder o juizo e ficar pateta nunca mudou de vontade, athe manda a seos testamenteiros, que vão aos pez do Throno diligenciar Requerer a Confirmação de seus destinos, e para esta diligencia concedeo dez annos, que ainda não estão findos” (77). Em outras partes do *Códice 328*, lêem-se manifestações semelhantes. A testemunha n.º 3, o Vigário Francisco Xavier Augusto França, de Catas Altas, depõe que a “firmeza do Irmão Lourenço em esperar os Missionarios acompanhou (-o) até a sepultura, pois por muitas vezes lho manifestou” (78); A quarta testemunha, o Sargento-mor Domingos Ferreira França, fazendeiro no Engenho da Onça (Catas Altas), afirma que “o Ir. Lourenço quaze nos seos ultimos dias dezejava com ancia a vinda dos Missionarios, perguntando por noticias do Exmo. Bernardo José de Lorena, Governador e Capitão-General que foi desta Capitania e aquem elle

---

(76) *Idem, ibidem.*

(77) *Códice 328*, do Arquivo da DPHAN de Mariana, fls. 5.

(78) *Idem*, fls. 14.

Lourenço tinha feito grandes recommendações a este respeito” (79); e mais êste depoimento, da 6.<sup>a</sup> testemunha (o Vigário Joaquim Leandro de Azevedo, de Camargos), o mais comovente, declarando que “o Ir. Lourenço nunca se despersuadió da vinda dos Missionarios: “Elles não virão na minha vida, mas eu hei de deixar isto tudo a El Rey, e elle logo os fará vir” (80).

É essa vontade sôbre-humana do eremita que impressiona e marca até fisicamente a sua obra. Quando na flor da idade, êle teria sido um autêntico dominador, dotado dêsse caráter voluntarioso do *pater-familias*, que subjuga com seu pulso de ferro a casa, os familiares, os escravos e os agregados, e que, fora dos seus domínios, impacienta-se com o diálogo. A obra que consegue erger no seu êrmo alpestre — comparada pelo velho Afonso Arinos aos castelos inacessíveis dos barões da Idade Média (81) — só pode ser resultado de uma vontade assim, sem limites e sem participação. Lourenço disporia daquela vontade “pessoal”, “particular”, de certas cepas clánicas ibéricas, que — na observação do Sr. Sérgio Buarque de Holanda — “encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (82). Aquêle pequeno bando de anacoretas, que vêm acolher-se à sua guarida, na vida comunitária do Hospício, vai ser êsse ambiente fechado ideal, onde se exercitará a vontade irresistível do Ermitão-mor. Dêsse agregado anônimo e humilde, êle será o chefe, o líder indiscutido, até o fim. Seus irmãos residentes não passarão à história com nada de seu, de pessoal, de independente, de original, que marque suas personalidades: são pobres irmãos residentes,

---

(79) *Idem*, fls. 15-v.

(80) *Idem*, fls. 18-v.

(81) *Histórias e Paisagens*, cit., pág. 151.

(82) *Raizes do Brasil*, cit., pág. 208.

homens humílimos, que apenas “conhecirão a pouca duração da vida”.

Está visto que Lourenço foi um autêntico líder. Mas foi líder absolutista, que jamais delegou a alguém seu poder. Um líder estanque, incomunicável e incommunicado, que não compartia sua autoridade com ninguém. Aqui residem as causas principais da crise dramática que lhe acometeu a obra no fim de sua vida. Lourenço teria sido um esplêndido *pater-familias*, um patriarca perfeito de casa-grande e senzala, dispondo ao seu talante das gentes e dos bens, que tudo, enfim, seria propriedade sua. Mas, não foi o chefe religioso ideal: como chefe de uma comunidade de homens livres, êle falhou. Não poderia ser o dono de tôdas aquelas almas, sem jamais propiciar à vida conventual aquê!e “concierto” de vontades e corações, que Santa Teresa de Jesus tanto preconizava para o bom andamento e progresso das comunidades (83). E, no entanto, como “abade” de sua casa monástica — e o era para todos os efeitos — traduzindo o sentido do apelativo bíblico *Abba, Pater* (84), êle haveria de ser antes o *pai*, que gera, alimenta, veste, educa e coloca na senda da vida o filho amado; cumprindo o dever moral de sua investidura, teria de ser o *mestre*, que recebe o discípulo, instrui-o, ensina-lhe a letra e a doutrina, transmite-lhe a própria ciência e lhe dá a láurea da maioridade espiritual; exercendo, enfim, seu múnus pastoral de guia, êle carecia ser o *pastor*, que assiste no aprisco os primeiros passos da ovelhinha, põe-na a seguir o caminho das verdes pastagens, carrega-a aos ombros quando se cansa nas ascensões penosas, evita-lhe com o cajado os perigos dos abismos e dos espinheiros e

---

(83) V. *Modo de Visitar los Conventos de Religiosas*, in Biblioteca de Autores Españoles, *Escritos de Santa Teresa*, Madrid, Ed. Atlas, 1952, t. I, pág. 293.

(84) S. Marcos, XIV, 36; Romanos, VIII, 15; e Gálatas, IV, 6.

vai buscá-la quando extraviada do redil, já quase vítima dos lobos, nos descaminhos.

Infelizmente, o Irmão Lourenço não foi o pai, nem o mestre, nem o pastor de sua comunidade. Sendo capaz — como o revelou ser — de tirar do nada e realizar uma grande obra material e, depois, de administrá-la bem em sua primeira fase, julgou-se também capaz, durante certo tempo, de erguer uma nobre fundação religiosa, a sua própria comunidade. Conseguiu cumprir a primeira etapa, porque lhe sobravam caráter e vontade. Não logrou efetivar a segunda, porque lhe faleceram certas qualidades, humanas umas, e de liderança outras. Lourenço não teve, em grau apreciável, a *charitas*, no seu exato sentido clássico-cristão do afeto e da compaixão, do bem-querer, da compreensão, da comunicabilidade e do calor humanos, que florescem em todos os amavios da ternura e do amor. Não teve a vocação do *abbas* monástico, com sua ambivalência de condutor espiritual e de administrador temporal, em que, como asas, êses atributos equilibram e mantêm a comunidade tanto nos caminhos sobrenaturais como nos terrestres.

Lourenço era frio, turrão e obstinado. Se alguns poucos homens do Tijuco repelem um dia uma oferta sua, êle sai logo da presença dêles e nunca mais dá nota de si: até as esmolos da rica Demarcação Diamantina, tão precisas numa hora decisiva de sua obra e que sabia bem onde buscar, êle enjeita liminarmente. Certos cristólogos, com certeza eivados de jansenismo, comprazem-se em afirmar que Jesus Cristo jamais riu, mas que chorou diversas vêzes: é-se tentado a dizer o mesmo de Lourenço, que parece ter sido um homem fechado, pouco dado a expansões, mesmo as mais espontâneas e legítimas. Teria sido sóbrio, sisudo, circunspecto. Disponha de autoridade moral e conseguia o que queria, pelo ascendente que tinha freqüentemente sôbre as pessoas

que o rodeavam. Entretanto, se êle se impunha, se o respeitavam, é quase certo que não o amavam: a solidão dos últimos anos e a esterilidade de sua safra humana, na comunidade dos irmãos residentes, valem como uma prova flagrante disso. Se o solitário põe ênfase em proclamar jamais ter gerado filhos de sua carne, avulta, infelizmente, o fato melancólico de também não ter gerado para Deus os outros filhos da sua alma, que talvez tivesse a obrigação de gerar. Nisto, Lourenço se assemelha àquela pobre figueira da estrada de Betânia que Jesus amaldiçoou porque não lhe deu frutos (85).

Ontem, como hoje, a função do chefe sempre foi múltipla. Êle terá de prever, organizar, ordenar, coordenar e controlar (Fayol). Bom português como sempre foi, o Ermitão-mor do Caraça não teve o senso da providência; operou sempre no plano do imediato, franciscanamente, como um bom "pobrezinho de Deus" que também foi. Em tôda a sua obra, afora uma certa predeterminação de providências no campo estritamente religioso, não se encontram rigores de coisas planejadas nem métodos em sua realização. As obras das Capela, por exemplo, em que Lourenço põe tôda a sua capacidade de zêlo e operosidade, seguem-se ao Deus dará, com as reformas e acrescentamentos se sucedendo sem qualquer planificação, ao modo bem mineiro, aliás, nessas coisas de obras de igrejas. A. de Saint-Hilaire sentiu essa falha e escreveu: "o Irmão Lourenço não pensou no futuro". Talvez fôsse, afinal de contas, a mentalidade do *Deus autem providebit*, que deveria residir profundamente num homem de fé robusta como era o eremita, que lhe daria, assim, suficiente dose de "senso da Providência"... Organizador, êle o foi, na fôrça da idade, perto dos quarenta anos, que é a época em que o homem deve empe

---

(85) S. Mateus, XXI, 19.

nhar-se na ação decisiva: a fundação do seu Hospício e seu funcionamento, naquela fase de sua vida, constituem a melhor demonstração dessa capacidade organizadora, que os anos e a decadência humana do instituidor e dos seus cenobitas iriam enfraquecer consideravelmente. (Princípio já de desorganização é o serviço dos esmoleres do Hospício em 1806, tão irregular, que só pode ser atribuído a doença ou falta de elementos e recursos para a tarefa: o fato de o Irmão Luís Antônio, andador da Casa, se ter tornado negociante, no Rio de Janeiro (86), ilustra bem a situação). Chefe natural, pela ambição do “serviço de Deus e bem das almas”, o Ermitão-mor sabe ordenar tão bem as coisas em sua fundação que elas continuarão regradas mesmo nos dias da má administração de Joaquim José da Costa Brandão (87). Quando se hospeda ali o cientista Martius, em abril de 1818, surpreende-se de “encontrar abundância de camas, lençóis aseados e outras comodidades” (88). É frequente, porém, esbarrarem os chefes na passividade ou na resistência dos subordinados. Como sua vontade de ação dissipa qualquer veleidade de autonomia em sua comunidade, Lourenço irá se haver é com a passividade, a apatia, dos seus residentes, êsses pobres *secessi de populo*; mas também nada se faz em comum, entre êle e sua comunidade, a não serem as tarefas materiais. Não há equipe, não há *esprit de corps*, não há coordenação no primevo Caraça. Desinteressado, desestimulado pela ausência de colaboração dos seus companheiros, Lourenço vai cair, pouco a pouco, na rotina da vida comum, naquele ramerrão dos longos dias da solidão e do trópico, ao lado daqueles homens humildes e ignorantes, que mal sabem soletrar uma cartilha, que não lêem nem

---

(86) In R. A. P. M., VII, pág. 929.

(87) *Códice 328, passim.*

(88) *Viagem pelo Brasil, cit., I, pág. 372.*

estudam, em sua maior parte cansados e doentes e que, pois, não trabalham no campo e apenas um pouco na oficina. Homens que só sabem rezar. Nisto, aliás, o Ermitão-mor consegue reunir-se à sua comunidade, dando-se intensamente às práticas de piedade, numa vida devocional profunda. À medida que os anos passam e vão morrendo, um a um, os fagueiros sonhos que êle acalentara no coração, graças à desconfiança, à frieza e à má vontade dos homens — que sempre encontrou tôdas as vêzes que desceu de sua Serra — o solitário, como um caramujo que, tocado, mais e mais se esconde em sua casca, vai se refugiando na oração, naquelas devoções populares que instalou em sua Capela: terços, procissões de louvor e de penitência, vias-sacras, novenas, rezas cantadas, lucros de indulgências, para não falar nas missas cotidianas e comunhões freqüentes. Pelo imperativo do inane convívio dos homens e das tendências do seu próprio temperamento, Lourenço vai se comprazendo cada vez mais numa espécie de ócio contemplativo, que secunda a rotina devocionista da vida comunitária, do qual emerge nos derradeiros anos de lucidez para tentar ganhar a última batalha pela vinda dos missionários. Mas então Lourenço já está praticamente sozinho: a morte, a doença, a preguiça, o dinheiro, a carne e o orgulho devastaram quase tôda a comunidade. Dom Frei Cipriano de São José, hierarca arrábido, com a sua experiência dos problemas da vida conventual, sente logo o drama da liderança do Ermitão-mor, que perdeu o controle dos seus homens e somente tem após si dois velhos estropiados, e negros que saem atrás dêles para recolher as esmolas que lhes atiram. Negros pedintes, negros que tocam órgão e ficam adscritícios na sacristia e em casa, mas que não suam mais nos eitos dos velhos tempos da vontade forte de Lourenço, quando abasteciam a Casa de “plantas para os viveres substantivos”; êles ficaram “negros de convento”, isto é, gente indolente, manhosa,

desmoralizada (89). O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens é uma tapera, uma casa abandonada, imagem fiel da própria Capitania das Minas Gerais, que amarga naqueles dias crepusculares o trágico destino da agonia do ciclo dourado.

Lourenço fica sozinho, como um pastor cujas ovelhas tresmalharam. No fundo, ele teria desejado mesmo isso. Sempre lhe desagradou o convívio dos homens. Nisto o eremita mineiro faz lembrar certos solitários dos primeiros séculos do Cristianismo: refugiavam-se nos ermos da Tebaida, da Nítria, do Monte Sinai e da Palestina, atingiam alto grau de perfeição evangélica, mas não faziam comunidades, porque não gostavam da sociedade dos homens. Foram os anacoretas dos séculos III e IV, como São Paulo de Tebas, Santo Antão, Amônio, São Macário e Santo Hilarião de Gaza; foram, ainda, os monges “estilitas” da Síria e da Mesopotâmia, exquisitos contemplativos que viviam empoleirados no alto de suas colunas (daí o nome “estilita”, de *stylos*, “coluna”, em grego), onde praticavam toda a sorte de aspérrimas penitências, dos quais o modelo mais conhecido é esse estranho e pitoresco santo, que se chamou Simeão, o Estilita (90). Lourenço, empoleirado na sumidade da sua “Serra inhabitável”, parece até ser também um estilita. Na visita que lhe faz em 1817, A. de Saint-Hilaire vê-o quase assim: “Contemplava esse ancião debruçado ao parapeito do terraço do seu mosteiro; uma palmeira cobria-o com sua sombra; a cabeça inclinava-se sobre o peito, mas seus olhos traíam ainda o fogo que outrora os animou; um bastão de jacarandá, mais negro do que o ébano, servia-lhe de arrimo ao corpo; parecia mergulhado em graves reflexões, e talvez de si acusasse menos

(89) É o comentário do historiador D. Duarte Leopoldo e Silva, no seu livro *O Clero e a Independência Nacional*, cit., pág. 20.

(90) *Enciclopédia Cattolica*, cit., t. XI, col. 1338.



a rapidez do tempo do que a inconstância dos homens” (91).

E Lourenço teria razão. Deus deu-lhe tempo de sobra, para uma vida longa e cheia de méritos, mas os homens sempre lhe amarguraram essa vida. Mais um pouco e aquêles olhos de fogo, que ainda fulguram e impressionam o viajante, se apagarão para sempre. O bastão negro de jacarandá, a que se arrima agora, vai ser substituído pelo ombro do escravo Mamede, que o acompanhará pelos mesmos corredores, no seu pobre passeio de nonagenário. O cérebro, cada vez mais hebetizado pela esclerose progressiva, apagará as lembranças e as reflexões em que ainda vive mergulhado. Pois é daquelas que o solitário vive agora, principalmente das mais faqueiras, que lhe encheram o coração: como as esperanças da resposta favorável do Príncipe Regente, nos dias em que o furacão napoleônico abalava até as raízes os troncos e os impérios da velha Europa. Eis porque “sai do seu abatimento” para perguntar ao sábio que o visita “o que fôra feito de Napoleão, depois de se entregar aos ingleses” (92). O viajante julga ter sido a fama do conquistador que subira até a santa montanha, mas não sabe quanto a sorte de tudo aquilo que está vendo agora estêve ligada um dia aos destinos do outro solitário de Santa Helena... E, depois, a indagação de Lourenço tem certa significação pessoal: a entrega aos seus inimigos não seria algo de semelhante à sua própria situação? Ele está igualmente pôsto em custódia pelo Juízo do Sabará, assim como tôda a sua obra, sob a curatela de um tal Joaquim José da Costa Brandão, “homem desmazelado e velho, e por isso produzio a Caza m.<sup>ta</sup> danificação” (93).

---

(91) Saint-Hilaire, *op. cit.*, pág. 196.

(92) *Idem, ibidem.*

(93) *Códice 328, fls. 13.*

É o fim. A enfermidade vai progredindo inexoravelmente: corta-lhe a luz dos olhos e agrava-lhe a caduquice. O tutor o maltrata e deixa-o à míngua, confiado à guarda do negro Mamede, primitivo como um bicho: "...quando lhe trasia de comer tanto comia o Irmão como o escravo, e mais este que tinha vista e o outro era cego" (94). Pungente espetáculo êsse, do antigo Ermitão-mor da sua comunidade, fundador e dono soberano do seu Hospício, do seu rico patrimônio, e do destino de dezenas de homens, líder supremo das multidões humildes e devotas que subiam a sua Serra, agora relegado àquela lástima: um mendigo cego, faminto e idiota, sentado diante de sua gamela de comida e disputando ao escravo seu bocado de angu! De vez em quando, vem vê-lo o Vigário Francisco Xavier, de Catas Altas e lhe traz bolinhos de pão-de-ló. Lourenço, mastigando-os esfameado, confrange o amigo, quando vai falando, às pressas, fungando nas sonoras mastigadas, entrecortando as engulidas: — "Foi muito pouco... Quando cá tornar, traga mais..." (95).

Pobre Irmão Lourenço! Naqueles derradeiros dias, o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens é uma casa da fome. O administrador Joaquim José da Costa Brandão, "desmazelado e velho", desgoverna a Casa e lhe dilapida o patrimônio, como nunca se viu. "É pois de saber — acusa-o D. Silvério Gomes Pimenta, com certeza louvado na autorizada informação de D. Viçoso, contando a chegada dos primeiros Lazaristas ao Caraça — que o depositário dos bens desta herança usou e abusou dela como fazendo própria, e pior ainda; porque se fôra sua, é provável que não a esbanjara, como fêz sendo alheia. Vendeu o gado, dispôs do que havia em casa, comeu o dinheiro o mais que pôde, e, em chegando

---

(94) *Ms. do Caraça*, pág. 3.

(95) *Idem*, pág. 3.

os padres, afora o casco do edifício, só acharam uma vitela, a qual por mais que desejassem conservar para fazer criação, foram forçados a matar para remédio da fome" (96). A ruínosa zeladoria de Joaquim José atinge também a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Se em 1810 o cômputo financeiro da Irmandade era ainda razoável, atingindo as importâncias de 1:412\$925 (receita) e 1:871\$237 (despesa), nos anos seguintes cai verticalmente e as arrecadações da Tesouraria acabam ficando quase irrisórias. Assim a receita de 1817 é de 276\$206, enquanto a despesa alcança a importância de 260\$587, com um superavit de 15\$619; na despesa, gasta-se com as doenças dos Irmãos Tomás e Alexandre José Pereira, que é quem assina as contas, a rôgo do Irmão Lourenço (97). Gasta-se ainda com bruacas de sal, alqueires de feijão, arroz e farinha, arrôbas de tocinho, utensílios, chapéus (de couro), etc. (98). Curiosas as contas de 1819: só em bruacas de sal o Zelador Joaquim José da Costa Brandão gasta 35\$887, que equivale a mais de 20% do total das despesas! (99).

Então, de há muito Lourenço fôra afastado inteiramente de sua querida Irmandade, porque desde 1817 Joaquim José se assina Procurador e Zelador dela também. Agora, o eremita nonagenário está completamente cego e vive, quase todo o tempo, recolhido à sua cela, de onde sai, vez ou outra, penosamente, para ir ao Calvário, à esplanada das palmeiras, à Capela. Ainda aparece para alguma rara visita, como é o caso de Martius, com quem — conta o ilustre viajante — "êle muito se

---

(96) *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, cit., pág. 30.

(97) *Livro do Inventário das Alfaias e Bens Patrimoniais da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens*, no Arquivo do Caraça. É curioso que não haja qualquer documento referente às despesas que teriam sido feitas com a doença do Irmão Lourenço.

(98) *Livro do Inventário*, cit., fls. 8.

(99) *Livro do Inventário*, cit., fls. 9-v.

alegrou de poder entreter conversa" (100). É a última semana de abril de 1818, quando Martius estêve em visita ao Caraça e a Lourenço. O velho cenobita ainda viveria uns dezessete meses, naquele declínio crescente da alma e do corpo, mergulhando mais e mais naquele torpor progressivo e mortal, como sòmente sabe provocar a esclerose cerebral.

Conta a tradição que, estando Lourenço às vésperas da morte, veio assisti-lo o Pe. José Inocêncio, depois cônego em Mariana. As palavras são do Anônimo, que escreveu a mais antiga história do Caraça (101): "Desde as 10 horas athe quasi as 4 da madrugada exclamou o Irmão Lourenço. É possível que toda minha vida, athe agora trabalhei para formar este azillo afim de virem os Religiosos de Varatojo missionarem, e eu não pude alcançar: tudo vai perdido, dinheiro, suor, fadigas e as perseguições... ai, ai, ai, frustadas todas as diligencias, perde-se esta obra. Ó Mãi de Deos! Vós conhece's muito bem meos dezejos, por vossa honra e bem da Religião Catholica, olhai benigna para esta obra. Repetio suas exclamações entre o pranto, e gemidos. Quando porem avisinharão as 4 horas, ficou totalmente em silencio. O P.º Conego de manhã depois da administração dos Sacramentos, perguntou ao Irmão Lourenço: Que exclamações, pranto, tantos ais, e soluços forão esses seos que me privarão do somno athe as 4 horas da madrugada, ora diga-me a verdade — Respondeo o Irmão, dando a razão de tanto sentimento. Volta-se ao Conego, e lhe disse: meo Padre, meo Director, agora estou muito socegado, e morro tranquillo, alegre e satisfeito. Senhor não posso, e nem devo encobrir: Não ouvio, não percebeo, que fiquei calado pelas 4 horas? — Fallo diante de Deos que Maria SS. me affirmou, que não vinhão os Padres

(100) *Viagem pelo Brasil*, cit., I, pág. 372.

(101) *Inserta na R. A. P. M.*, VI, 2.º, pág. 496.

Varatojanos, mas sim que hão de vir Missionarios de outra ordem a serem Senhores desta Casa” (102). O cronista acrescenta à tradição estas palavras: “Esqueceo-me de pedir ao Conego juramento sobre esta Apparição” (103). Quer dizer que, até o derradeiro alento, Lourenço não perdeu a esperança da realização do seu sonho missionário. Até Nossa Senhora teria vindo visitá-lo, em seu transe supremo, para garantir-lhe o seu cumprimento. Então, Lourenço teria morrido contente.

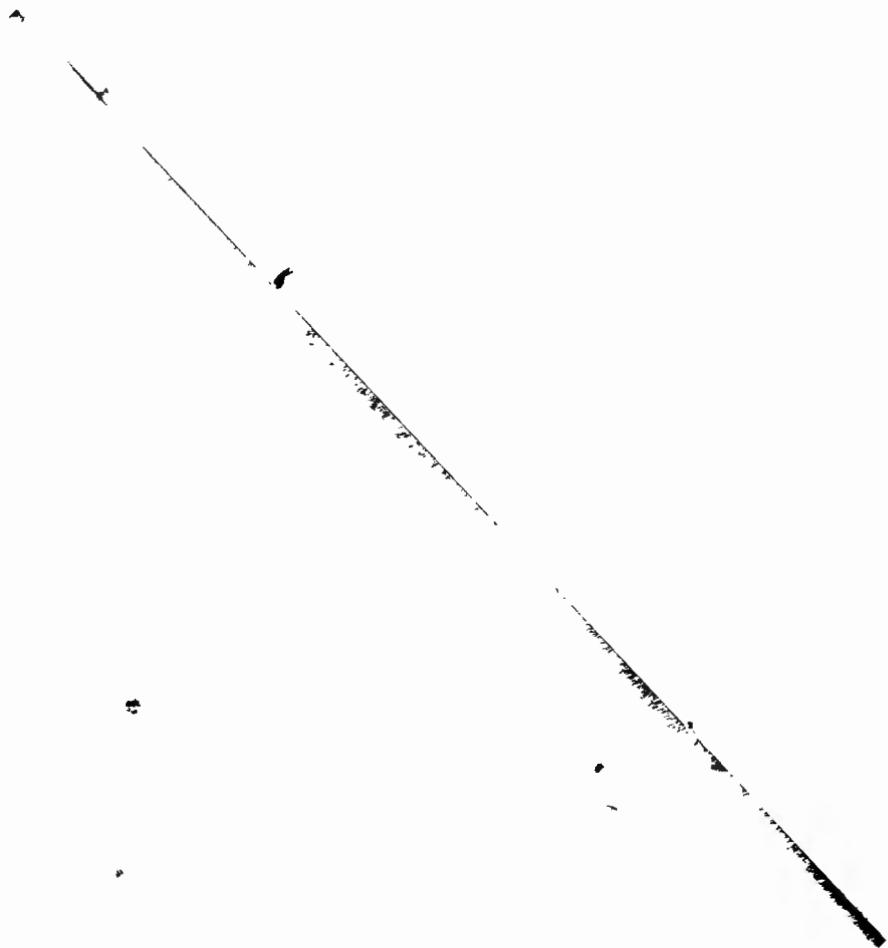
Num velho livro de óbitos, em Catas Altas, lê-se o seguinte assentamento: “Aos 27 de outubro de 1819, falleceu da vida presente, com todos os Sacramentos, o Irmão Lourenço de Nossa Senhora”. Seu sepultamento deve ter sido humilde e singelo, pois não levou muito tempo para se perder a lembrança do lugar em que repousa seu último sono. Sòmente muitos anos depois a mão piedosa de D. Antônio Ferreira Viçoso anotou para a posteridade uma pequena memória indicando a sepultura do Fundador: jazia numa cova sòbre a qual collocaram depois os restos mortais do Pe. João Moreira Garcez, o primeiro discípulo dos Lazaristas do Colégio do Caraça. Até para além das fronteiras da morte, Lourenço cumpria a missão preparadora: seu resto humano esvaíu-se em cinza, quando baixou à terra a primeira semente das searas futuras. Ela iria germinar logo depois e as searas produziriam centos de frutos por um.

FIM

---

(102) *Idem*, págs. 496-7.

(103) *Idem*, págs. 497.



## BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, Soc. Capistrano de Abreu (Briguiet e Comp.), 1934, 3.<sup>a</sup> edição.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de, *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Garnier, 1866, 4 tomos.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Acadêmica, 1917, 4 tomos.
- ALTENFELDER SILVA, Manuel E., *Brasileiros, Heróis da Fé*, São Paulo, Livraria Editôra Salesiana, 1928.
- ALZOC, João, *História Universal da Igreja*, Pôrto, Editôra Chardron, 1882, 4 vols. (trad. portuguesa).
- AMANN, Émile, *L'Époque Carolingienne*, Paris, Bloud et Gay, 1947.
- ANDRADE, Gomes Freire de (Conde de Bobadela), "Instrução e Norma", in *R. I. H. G. B.*, vol. XVI, n.º 11.
- ANDRADE, Rodrigo M. F. de, *Artistas Coloniais*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura (Cadernos de Cultura do Serviço de Documentação), 1958.
- ANÔNIMO, "Aureo Throno Episcopalis", in *R. A. P. M.*, IV.
- ANÔNIMO, "História do Caraça", in *R. A. P. M.*, VI, 2.º.
- ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, São Paulo, Melhoramentos (ed. A. E. Taunay), 1923.
- ARINOS, Afonso, *Histórias e Paisagens*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *Cartas do Padre Antônio Vieira* (coordenadas e anotadas por J. L. de Azevedo), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, 3 vols.
- AZEVEDO, D. Joaquim de, *História Eclesiástica da Cidade e Bispoado de Lamego*, Pôrto, Tip. do Jornal do Pôrto, 1877.
- BEIRÃO, Caetano, *D. Maria I*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934, 2.<sup>a</sup> edição.
- BENTO DE NÚRSIA, São, *Regula Sancti Benedicti* ("Ausculda, Fili"), edição diplomática.

**BERNARDES, Pe. Manuel, *Nova Floresta*, Pôrto, Lelo Irmão, 1949, 6 vols.**

*Biblia Sagrada*

**BLOCH, Marc, *Introducción a la Historia*, Mexico-Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 1957, 2.<sup>a</sup> edição.**

**BLUTEAU, D. Rafael, *Vocabulário Português e Latino*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, 9 vols. ,**

**BOLANDISTAS, *Acta Sanctorum*, Paris e Roma, Victor Palmé, 1867, 60 vols.**

*Breviarium Romanum*

**BUNBURY, Charles, *Narrativa de Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LXII, 1942.**

**BURTON, Richard F., *Viagens aos Planaltos do Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1941, 3 vols. (trad. de Américo Jacobina Lacombe).**

**CALMON, Pedro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1959, 7 vols.**

**CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 2 tomos, 3.<sup>a</sup> edição, s/d.**

**CALÓGERAS, João Pandiá, *As Minas do Brasil e Sua Legislação*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1904-5, 3 vols.**

**CÂNDIDO, Antônio, *Formação da Literatura Brasileira*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959, 2 vols.**

**CAPOCHE, Luis, *Relación General de la Villa Imperial de Potosi*, Ed. y Est. de Lewis Ranke, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, 1959.**

**CAPPELLO, S. J., Felix M., *Summa Iuris Canonici*, Romae, ap. Aedes Pontificiae Universitatis Gregorianae, 1945, 2 vols.**

**CARNAXIDE, Visconde de, *O Brasil na Administração Pombalina*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1940.**

**CARNEIRO DE MENDONÇA, Marcos, *O Intendente Câmara*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1958.**

**CARRATO, José Ferreira, *Os Monges Viajantes da Irlanda*, in *Revista de Letras*, n.º 1 (1960), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (São Paulo).**

**CASAL, Manuel Aires de, *Corografia Braslica*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1945 e 1947, 2 vols. (facssimilados).**

**CERRI, Pe. Giovanni, *Il Terz'Ordine Francescano e la Nuova Giurisprudenza Ecclesiastica*, Torino-Roma, Marietti, 1921, 2.<sup>a</sup> ed.**



- CHAUCER, Geoffrey, *The Canterbury Tales*, Harmondsworth (Australia), Penguin Classics, 1958.
- Codex Juris Canonici*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, MCMXLIX.
- COELHO, Desemb. José João Teixeira, *Instrução Para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, in *R. A. P. M.*, ano VIII.
- COSTA, Cláudio Manuel da, *Vila Rica*, in *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa*, Rio de Janeiro, H. Garnier (E. João Ribeiro), 1903, 2 vols.
- COSTA SENA, Joaquim Cândido da, *Discurso*, Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Comércio, 1903.
- COUTO, Dr. José Vieira, *Memórias Sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais*, in *R. A. P. M.*, X.
- CRUZ, C. M., Pe. Antônio da, *O Centendrio do Caraça*, Rio de Janeiro, Besnard Frères, 1920.
- DANTE ALIGHIERI, *La Divina Commedia*, Ed. Nicola Zingarelli, Bergamo, Istituto Italiano d'Arte Grafica, 1948.
- DERBY, Orville, *Os Primeiros Descobrimentos de Ouro em Minas Gerais*, in *R. I. H. G. S. P.*, vol. V.
- DORNAS FILHO, João, *O Padroado e a Igreja Brasileira*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1938.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos, *Poemas*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1959.
- EDMUNDO, Luís, *A Corte de D. João VI no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Conquista, 1957, 2.<sup>a</sup> edição, 3 vols.
- Enciclopedia Cattolica*, Città del Vaticano, Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per il Libro Catolico, 1950, 12 vols.
- ENGELMANN, Henri, *Pèlerinages*, Paris, Arthème Fayard, 1959.
- ENGRÁCIA, Mons. Júlio, *Relação Cronológica do Santudrio do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*, in *R. A. P. M.*, VIII, 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>.
- ENTRAMBASAGUAS, Joaquín de, *Miguel de Molinos*, Madrid, M. Aguilar, s/d.
- ESCHWECE, Barão de, *Pluto Brasiliensis*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1944, 2 vols. (trad. brasileira).
- Estatutos da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Nosso Seráfico Padre São Francisco da Cidade e Santa Província de Portugal*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1787.
- EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1950.

- FEVRE, Lucien, *Combats Pour l'Histoire*, Paris, Armand Colin, 1953.
- FEVRE, Lucien, *Martin Lutero, un Destino*, México, Fondo de Cultura Economica, 1956.
- FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim, *Memórias do Distrito Diamantino*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro (Coleção Brasília n.º 1), 3.ª edição, 1956.
- FERREIRA MACHADO, Simão, *Triunfo Eucarístico*, in *R. A. P. M.*, ano VI, 3.º e 4.º.
- FONSECA, Pe. Manuel da, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, São Paulo, Melhoramentos, 1932.
- FRAZÃO, Eduardo, *Subsídios Para a História do Patriarcado de Lisboa*, Pôrto, Livraria Civilização, 1943.
- FRÉDÉGAND, V. P., *Le Tiers Ordre de St. François d'Assise*, Paris, Libr. St. François, 1923.
- FREIREYSS, G. W., *Viagem ao Interior do Brasil nos Anos de 1814 e 1815*, in *R. I. H. G. S. P.*, vol. 166.
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1958, 9.ª edição, 2 vols.
- FREYRE, Gilberto, *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1959, 2 vols.
- FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1951, 2.ª edição, 3 vols.
- FRIEIRO, Eduardo, *O Diabo na Livraria do Cônego*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1957.
- GARÇÃO, Pedro Antônio Correia, *Teatro Novo* (Drama), Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1788.
- GARRETT, João Batista de Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1954.
- GOETZ, Walter [et alii], *História Universal*, Madrid, Espasa-Calpe (trad. espanhola de M. García Morente), 1947, 10 volumes.
- GORCEIX, Henri, *Riquezas Naturais da Província de Minas*, in *R. A. P. M.*, XVIII.
- GONZAGA, Prof. Olímpio, *Memória Histórica de Paracatu*, Uberaba, Jardim e Cia., 1910.
- GONZAGA, Tomás Antônio, *Poesias — Cartas Chilenas* (Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro (Edição crítica de M. Rodrigues Lapa), 1957.
- GOUROU, P., *Les Tropiques*, Paris, Presses Universitaires, 1953.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio, Ed. Enciclopédia, s/d., 40 vols.
- GULMARAENS, Alphonsus de, *Poesias*, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1955, 2 vols.

GUIMARÃES, Bernardo, *O Ermitão de Muquém*, São Paulo, Livraria Martins, s/d.

GUIMARÃES, Bernardo, *Poesias Completas*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1959.

HASARD, Paul, *La Pensée Européenne au XVIII.ème Siècle*, Paris, Boivin & Cia., 1940, 3 vols.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de, *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1957.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de, *História da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, 2 vols.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1956, 3.<sup>a</sup> ed.

HÜNERMANN, Wilhelm, *El Coro de los Santos*, Barcelona, Ed. Litúrgica Española, 1955 (trad. espanhola).

HUOT-PLEUROUX, Paul, *Histoire de la Musique Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1957.

INNOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858 a 1927, 22 vols.

KIDDER, Daniel P., *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, São Paulo, Martins (Biblioteca Histórica Brasileira), 1951.

LATIF, Miran de Barros, *As Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Agir, 1960, 2.<sup>a</sup> ed.

LATIF, Miran de Barros, *O Homem e o Trópico*, Rio de Janeiro, Agir, 1959.

LE BRAS, Gabriel, *Études de Sociologie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1956, 2 vols.

LEITE, Augusto da Costa, *Saudades e Lembranças do Caraça*. São Paulo, E. G. Revista dos Tribunais, 1941.

LEOPOLDO E SILVA, D. Duarte, *O Clero e a Independência* (Conferências Patrióticas), Rio de Janeiro, Anuário do Brasil — Centro D. Vital, 1923.

LIMA, Alceu Amoroso, *Voz de Minas*, Rio de Janeiro, Agir, 1946.

LIMA JR., Augusto de, *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

- LIMA JR., Augusto de, *O Fundador do Caraça*, Rio de Janeiro, Edição do autor, 1948.
- LISBOA, Henriqueta, *Montanha Viva*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959.
- LOPES, Francisco Antônio, *Os Palácios de Vila Rica*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1955.
- LÖWITH, Karl, *El Sentido de la Historia*, Madrid, Aguilar, 1958 (trad. espanhola).
- LUCCOCK, John, *Notas Sobre o Rio de Janeiro*, São Paulo, Livraria Martins (Biblioteca Histórica Brasileira), 1951, 2.<sup>a</sup> edição (trad. do Prof. Milton da Silva Rodrigues).
- MACEDO, Jorge de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Pôrto, Portugalia, 1951.
- MACEDO SOARES, José Carlos de, *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*, São Paulo, Edição do autor, 1954.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Confluência, 1.<sup>a</sup> edição.
- MAGALHÃES, Basílio de, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, São Paulo, Comp. Editora Nacional (Brasiliana), 1935, 2.<sup>a</sup> ed.
- MALHEIRO DIAS, Carlos [et alii], *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, Litografia Nacional, 1923, 3 vols.
- Manual do Guarda-mor* (Composto por Manuel José Pires da Silva Pontes), in *R. A. P. M.*, VII.
- MARROU, H. I., *De la Connaissance Historique*, Paris, Ed. du Seuil, 1958, 3.<sup>a</sup> ed.
- Martyrologium Romanum*, Taurini, Marietti, 1954, editio 6.<sup>a</sup>.
- MATA MACHADO F.<sup>o</sup>, Aires da, *Arraial do Tijuco Cidade Diamantina*, São Paulo, Martins, 1955, 2.<sup>a</sup> ed.
- MAURER, Th. Henrique, *Gramática do Latim Vulgar*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1959.
- MAWE, John, *Viagens ao Interior do Brasil*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- MELO FRANCO, Dr. Francisco de, *O Reino da Estupidez*, in *Coletânea de Autores Mineiros*, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1922, vol. I.
- MELO MORAIS FILHO, *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1946, 3.<sup>a</sup> ed.
- MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino, *Historia de los Heterodoxos*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristãos, 1956, 2 vols.
- MENEZES, Geraldo Dutra de, *História da Conceição do Mato Dentro*, Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

- MENEZES, Joaquim Furtado de, *Clero Mineiro*, Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 1933, 2 vols.
- MOACIR, Primitivo, *A Instrução e o Império*, São Paulo, Comp. Editora Nacional (Brasiliense), 1940, 3 vols.
- MONGRÉDIEN, George, *La vie Quotidienne Sous Louis XIV*, Paris, Hachette, 1948.
- MONTESQUIEU, *L'Esprit Des Loix* (Oeuvres Complètes), Paris, La Pleiade, 1951, 2 vols.
- MORAIS SILVA, Antônio de, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Confluência, 1949, 10.<sup>a</sup> ed., 12 vols.
- MOURA, Emílio, *Poesias*, Rio de Janeiro, Livr. José Olímpio, 1953.
- NABUCO, Joaquim, *O Abolicionismo*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1938.
- NINA RODRIGUES, *Os Africanos no Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1932.
- NORBERTO, Joaquim, *História da Conjuração Mineira*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1873.
- OLIVEIRA, Artur de, *Dispersos*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1936.
- OLIVEIRA, D. Oscar de, *Os Dizimos Eclesiásticos do Brasil*, Mariana, Ed. do Autor, 1939.
- OLIVEIRA LIMA, M. de, *Dom João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Livr. José Olímpio, 1945, 2.<sup>a</sup> ed., 3 vols.
- OTTONI, José Eloi, *Memória Sobre o Estado Atual da Capitania de Minas Gerais*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXX.
- PASSOS, Zoroastro Viana, *Em Torno da História do Sabará*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1942, 2 vols.
- PASTOR, Ludwig, von, *Storia dei Papi*, Roma, Desclée & Cia., 1931 a 1934, 20 vols. (trad. italiana).
- PERES, Damião, *História de Portugal* (ed. Monumental), Barcelos, Portucalense Editôra, 1934, 8 vols.
- PHILLIPS, George, *Du Droit Ecclesiastique*, Paris, Jacques Lecoffre, 1855, 2.<sup>a</sup> ed.
- PIMENTA, D. Silvério Gomes, *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, Mariana, Ed. de Arquidiocese, 1920, 2.<sup>a</sup> ed.
- PINHEIRO CHAGAS, Paulo, *A Resposta de Juscelino*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953.

- PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza Azevedo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. de Silva, Pôrto & Cia., 1827, 9 vols., 1.<sup>a</sup> ed.
- PLÍNIO O ANTIGO, *Natural History*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1958, 7 vols.
- PRADO JR., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Livr. Brasiliense Editôra, 1957, 5.<sup>a</sup> ed.
- PRIMÉRIO, O. F. M. C., Pe. Frei Fidélis M. de, *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, São Paulo, Martins, 1940.
- RAMOS, Artur, *A Aculturação Negra no Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1942.
- Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias*, Madrid, Viuda de D. Joaquín Ibarra, MDCCLXXXI (ed. facsimilar da 4.<sup>a</sup> ed.), 3 tomos.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, Lisboa, Tip. Academia Real das Ciências, 1874, 16 vols.
- RIBEIRO DE VASCONCELOS, Diogo Pereira, *Memórias Sôbre a Capitania de Minas Gerais*, in *R. A. P. M.*, VI.
- RIO, João do, *Os Dias Passam*, Pôrto, Chardron, 1912.
- ROCHA, José Joaquim da, *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*, in *R. A. P. M.*, ano II.
- ROCHA PITA, Sebastião da, *História da América Portuguesa*, Lisboa Ocidental, Ed. Joseph Antônio da Silva, 1730, ed. *princeps*.
- ROMERO, Sílvio, *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1943, 3.<sup>a</sup> ed., 5 vols.
- ROUSSEL, Romain, *Les Pèlerinages à Travers les Siècles*, Paris, Payot, 1954.
- RÖWER, O. F. M., Fr. Basílio, *O Convento de Sto. Antônio*, Petrópolis, Vozes, 1937.
- RÖWER, O. F. M., Frei Basílio, *História da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1951. -
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883, 7 vols.
- SAINT-HILAIRE, A. de, *Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1941.
- SAINT-HILAIRE, A. de, *Viagem Pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1938, 2 vols.
- SALVINI, Dom Alfonso, O. S. B., *San Giovanni Gualberto*, Alba, Pia Società San Paolo, 1943.

- SANTOS PIRES, Antônio Olinto dos, *Mineração — Riquezas Minerais*, in *R. A. P. M.*, VIII, 3.º e 4.º.
- SANTOS PIRES, Antônio Olinto dos, *A Serra da Piedade*, in *R. A. P. M.*, VII.
- SANTOS, Joaquim Felício dos, *Memórias do Distrito Diamantino*, Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1956, 3.ª ed.
- SANTOS, Reinaldo dos, *História da Arte em Portugal*, Pôrto, Portucaleense Editôra, 1953, 3 vols.
- SARNEEL, C. M., Pe. Pedro, *Guia Sentimental do Caraça*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953.
- SÁ VEDRA, Basílio Teixeira de, *Informação da Capitania de Minas Gerais*, in *R. A. P. M.*, II, 4.º.
- SCHREIBER, H. G., *Mistagogos, Masones y Mormones*, Barcelona, trad. espanhola, L. Caralt, 1958.
- SELLMAIR, José, *El Sacerdote en el Mundo*, Madrid, Ed. Fax., 1950 (trad. espanhola).
- SENA, Nelson de, *A Terra Mineira* (Corografia do Estado de Minas Gerais), Rio de Janeiro, Pimenta de Melo, 1923.
- SHAKESPEARE, William, *Hamlet* (The Complete Works), ed. Sisson, Odham Press, London, 1953.
- SILVA, C. M., P. Francisco, *Apointamentos Para a História do Caraça*, in *R. A. P. M.*, X.
- SILVA, C. M., Pe. Francisco, *Biografia do Irmão Lourenço de Nossa Senhora*, in *R. A. P. M.*, IX.
- SILVA, C. M., Pe. Francisco, *Contos Caracenses*, "Lendas do Ouro", in *R. A. P. M.*, XII.
- SILVA, C. M., Pe. Francisco, *Monografia da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens*, in *R. A. P. M.*, XII.
- SILVEIRA, Álvaro Astolfo da, *Geografia do Estado de Minas*, Belo Horizonte, Oliveira, Costa & Cia., 1929.
- SILVEIRA, Álvaro Astolfo da, *Na Região do Caraça*, in *R. A. P. M.*, XI.
- SILVEIRA, Carlos da, *Subsídios Genealógicos*, Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.
- SIMONSEN, Roberto, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1937, 2 vols.
- SOUTHEY, Roberto, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria B. L. Garnier, 1862, 6 vols.
- SOUZA, D. Antônio Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1954, 13 vols. (ed. M. Lopes de Almeida e César Pegado).
- SOUZA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil, em 1587*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1938, 3.ª ed.
- SOUZA, D. Joaquim Silvério de, *Sítios e Personagens*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1930, 2.ª ed.

- SPIX, J. B. e von MARTIUS, C. F. P., *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (trad. brasileira), 1938.
- STEIN, O. F. M., Fr. Paulus, *Tertius Ordo Franciscalis*, Woerden (in Hollandia), Administratio SS. Francisci et Antonii, 1923.
- TAUNAY, Afonso de E., *História Antiga da Abadia de São Paulo*, São Paulo, Tipografia Ideal, 1927.
- TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Sertanistas*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- TÔRRES, João Camilo de Oliveira, *O Homem e a Montanha*, Belo Horizonte, Livr. Cultura Brasileira, 1944.
- TOYNBEE, A. J., *Estudio de la História*, Buenos Aires, Emecê, 1955, 5 vols.
- TRINDADE, Côn. Raimundo, *Arquidiocese de Mariana*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1955, 2 vols.
- TRINDADE, Côn. Raimundo, *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*, Mariana, Ed. da Arquidiocese de Mariana, 1951.
- TRINDADE, Côn. Raimundo, *Instituições de Igrejas do Bispado de Mariana*, Revista da DPHAN, n.º 13, 1945, Min. da Educação, Rio.
- TRINDADE, Côn. Raimundo, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, Ouro Preto, Ed. do Autor, 1958.
- VALENTE, Waldemar, *Sincretismo Religioso Brasileiro*, São Paulo. Comp. Editora Nacional, 1955.
- VASCONCELOS, Diogo de, *A Arte em Ouro Preto*, Belo Horizonte. Academia Mineira de Letras, 1934, 2.ª ed.
- VASCONCELOS, Diogo de, *História Antiga das Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1904, 1.ª ed.
- VASCONCELOS, Diogo de, *História da Civilização Mineira*, 1.ª Parte: *Bispado de Mariana*, Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 1934.
- VASCONCELOS, Diogo de, *História Média de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1918.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, *Memória da Capitania de Minas Gerais (Pessoas Ilustres)*, in *R. A. P. M.*, I, 3.º.
- VASCONCELOS, Sílvio de, *A Arquitetura no Brasil*, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura, 1959.
- VASCONCELOS, Sílvio de, *A Arquitetura Colonial Mineira*, in *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1957.



BIBLIOGRAFIA GERAL — 497

- VICAIRE, M. H., *Éventail de l'Histoire Vivante*, Paris, Armand Colin, 1953, 2 vols.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da, *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1764.
- VIEIRA, Fr. Domingos, *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, Pôrto, Chardron, 1873, 5 vols.
- VIEYRA, Maurice, *Les Pélerinages*, Paris, Editions du Seuil, 1960.
- VILHENA, Luís dos Santos, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1921, 2 vols.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das Palavras, Term's e Frases Que em Portugal Antigamente se Usarão, e Que Hoje Regularmente se Ignorão*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.
- XAVIER DA VEIGA, J. P., *Efemérides Mineiras*, Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado, 1894, 4 vols.
- WILLEMS, Emílio, *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional (Brasíliana), 1946.
- ZEMELLA, Mafalda, *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (U. S. P.), 1951.

REVISTAS E PERIÓDICOS  
CONSULTADOS OU CITADOS

- Anais da Biblioteca Nacional*, do Rio de Janeiro.  
*Anhembi*, de São Paulo.  
*O Arqui-diocesano*, de Mariana (Minas).  
*Anuário do Museu da Inconfidência*, de Ouro Preto.  
*Brotéria*, de Lisboa.  
*Information Historique*, de Paris.  
*Revista "Kosmos"*, do Rio de Janeiro (1904 a 1908).  
*Kriterion*, de Belo Horizonte.  
*Mensageiro de São Vicente de Paulo*, do Pôrto (Portugal).  
*A Ordem*, do Rio de Janeiro.  
*Revista da Academia Mineira de Letras*.  
*Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo.  
*Revista do Arquivo Público Mineiro (R. A. P. M.)*, de Belo Horizonte.  
*Revista Brasileira*, do Rio de Janeiro (1879 a 1899).  
*Revista da DPHAN*, do Rio de Janeiro.  
*Revista Eclesiástica Brasileira*, do Rio de Janeiro.  
*Revista de História*, de São Paulo.  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R. I. H. G. B.)*.  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (R. I. H. G. S. P.)*.  
*Revista de Letras*, de Assis (Est. São Paulo).  
*Vozes*, de Petrópolis (E. do Rio).  
*Boletim do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais*  
(Belo Horizonte).

## FONTES HISTÓRICAS

- Cadernos de Documentos do Arquivo do Caraça* (Minas).  
*Código 328*, do Arquivo da DPHAN (absolutamente inédito), de Mariana (Minas).  
*Código Costa Matoso*, da Biblioteca Municipal de São Paulo.  
*Documentos Interessantes*, do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.  
*Documentos Históricos*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.  
*II Livro de Devassas* (1733), do Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana (Minas).  
*III Livro de Devassas* (1763), do Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.  
*I Livro das Pastorais dos Bispos de Mariana*, Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana.  
*Livro do Registro Geral das Ordens Régias*, etc. (2.º dos Livros da Comarca do Paracatu, Minas Gerais).  
*Livro das Profissões*, do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Diamantina (Minas).  
*Papéis Avulsos* (Secção do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Diamantina (Minas).  
*Documento n.º 109*, do Arquivo da Casa dos Contos, de Ouro Preto, ora na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.  
*Livro de Registros do Cabido Metropolitano de Mariana*.  
*Códices da Administração Colonial em Minas Gerais*, no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte, Minas).  
*Livro de Tombo da Paróquia de Pôrto Feliz*.  
*Livro de Receitas*, da Farmácia do Caraça.  
*Livro de Correspondência dos Superiores do Caraça*.  
*Repertório da Legislação Eclesiástica* — Desde 1500 até 1874 — (Por Manuel José de Campos Pôrto), Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1875.



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abaeté (Rio), 140  
 ABREU, Pe. Manuel Nogueira de, 176  
 Aceci (Rio, hoje Santo Antônio), 307  
 ADRIANO I (Papa), 97  
 A. E. A. L. A. C. (Associação dos Ex-Alunos Lazaristas e Amigos do Caraça), XXIII  
 AFONSO V, D. (Rei de Portugal), 317  
 África, 82  
 AGOSTINHO, O prêto, 240  
 AGOSTINHO, Santo, 291, 373  
 AGRO, José da Silva, 176, 177  
 AGUILAR, M., 364  
 AIRES DE CASAL, Manuel, 224, 234, 237, 241, 320, 322, 340, 341, 389  
 Aiuruoca, 9, 118  
 Alasca, 133  
 ALBERTO MAGNO, Santo, XVII  
 Alcobaça, 273, 274  
 Aldeia do Itambé, 307  
 Aldeia de São José, 134  
 ALEIXO, Santo, 386  
 Alemanha, 191, 373  
 Alemtejo, 272  
 ALEXANDRE, Bento Peixoto, 172  
 Alfeu (Rio), 226, 316  
 Algarve, 272  
 Almas, Irmandade das, 72, 176  
 ALMEIDA, Fortunato de, 271, 297  
 ALMEIDA, José de, 231  
 ALMEIDA, D. Lourenço de (Capitão-Geral de S. Paulo e Minas), 145, 149, 155, 195  
 ALMEIDA, Manuel de, 157  
 ALMEIDA, D. Pedro de (Conde de Assumar), 13, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 142  
 Almoester (mosteiro de), 274  
 Alpes, 97  
 ALPOIM, José Fernandes Pinto de, 136  
 Alto da Cruz, 375  
 Alto do Maranhão, 206, 212, 214, 216  
 Alverne, 348  
 ALVARENGA PEIXOTO, Inácio José de, 43  
 ÁLVARES, Diogo, 158  
 ÁLVARES, Florêncio, 160  
 ÁLVARES DA CUNHA, D. Antônio (Conde da Cunha, governador da Capitania de Minas), 278  
 AMARAL, José Pereira do, 269  
 AMARAL, Silvestre Garcia do, 22  
 América, 9, 30, 31, 82  
 América do Norte, 133, 153  
 América do Sul, 41, 59  
 América Lusitana, 12  
 Américas, 133  
 AMÔNIO, 420  
 AMORA, Antônio Augusto Soares, XXV  
 ANA, Santa, 331  
 Ana Maria, 218  
 Andradadas, Os, 399  
 ANDRADE, José de, 171  
 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, 73, 119  
 ANDRADE, Vicente Freire de (ermi-tão), 127, 190, 211, 373

- ANGOLA, Manuel, 389  
 Angola, 23  
 ANJOS, Antônio Gonçalves dos, 168  
 ANÔNIMO, 424  
 ANTÃO, Santo, 420  
 ANTONIL, André João, 11, 14, 18,  
 34, 50, 62, 105, 134, 142, 152, 251  
 ANTÔNIO, Irmão Luís, 388, 400, 418  
 Antônio Dias, 123  
 Antônio Pereira, 210, 269  
 Aparecida do Norte, 212  
 Apeninos, 249  
 Aquêduto das Águas Livres, 32  
 Aquila, 270  
 AQUINO, Santo Tomás de, XVII  
 Aquitânia, 191  
 Araçuaí (rio), 5, 6, 200  
 Ararituaba, 352  
 ARAÚJO, Antônio de, 400  
 ARAÚJO, Antônio José de, 67, 201  
 ARAÚJO, Manuel Francisco de  
 (Mestre de Obras), 119  
 Arcádia, 226  
 Arcádia Ultramarina, 43  
 Arcebispo da Bahia, 100  
 Aretusa, 316  
 ARINOS, Afonso, 263, 380, 414  
 AROUCA, José Pereira (Mestre de  
 Obras), 118  
 Aruiconfraria dos Mínimos do  
 Cordão de São Francisco, 353  
 Arquivo da Câmara Municipal do  
 Sêro, 121  
 Arquivo da Cúria Metropolitana  
 de Mariana, XXIII, 93, 94, 95  
 Arquivo da Diocese de Lamego,  
 XXIII, 267  
 Arquivo Eclesiástico de Mariana,  
 93, 94, 95  
 Arquivo da Marinha e Ultramar  
 (Lisboa), 350  
 Arquivo da Matriz do Paracatu,  
 66  
 Arquivo da Venerável Ordem Ter-  
 ceira de São Francisco (igreja  
 de S. Francisco de Assis em Dia-  
 mantina), 268  
 Arquivo Nacional, XXIII  
 Arquivo do Patrimônio Histórico  
 e Artístico Nacional do Rio de  
 Janeiro, 258  
 Arquivo do Patrimônio Histórico  
 e Artístico Nacional de Maria-  
 na, 234  
 Arquivo Público Mineiro, XXII,  
 262, 410  
 Arrábida, 125  
 Arrábidos, Os, 392  
 Arraial Velho de Santo Antônio  
 da Mouraria, 56, 176  
 ARZÃO, Antônio Rodrigues, 7  
 Ásia (continente), 32, 82  
 Assis, Pe. José Fajardo de, 80  
 Assis (cidade), XXII, XXIV, XXVI  
 ATAÍDE, Manuel da Costa, 44, 73,  
 326, 327, 329, 330, 331, 332, 364,  
 400  
 ATAÍDE, Tristão de — V. Lima,  
 Alceu Amoroso  
 Austrália, 10  
 AVEIRO, Duque de, 286  
 AZEVEDO, João Lúcio de, 34  
 AZEVEDO, Pe. Joaquim Leandro de,  
 414  
 AZEVEDO, José Policarpo de, 286,  
 350, 351  
 BACELAR, José Pinto de Moraes, 82  
 BACH, João Sebastião, 74  
 BANHA, Antônio Rodrigues, 143  
 Bahia, 5, 9, 43, 63, 105, 115, 141,  
 200, 203, 223, 240, 331  
 Baía de Guanabara 308  
 BALTASAR DA SILVEIRA, D. Brás (go-  
 vernador de S. Paulo e Minas),  
 16, 17, 19, 21, 144, 193, 194  
 Barbacena, 114, 246  
 BARBOSA, Pe. Francisco de Olivei-  
 ra, 56

- BARBOSA, Luís da Rocha, 171**  
**BARCA, Calderón de la, 41**  
**BARNABÉ, São, 304**  
**Barra, 315**  
**Barra do Rio Melo, 83**  
**BARREGÃO, Belchior, 8**  
**Barro Colorado, 238**  
**BARROS, Pe. João Ferreira de, 268**  
**Batalha de Iena, 406**  
**Batatal, 224**  
**BATISTA, João Gomes, 44**  
**Beauvais, 376**  
**BEDA, o Venerável, São, 355**  
**Beguinos — V. "Fratricelli"**  
**Beira, 272**  
**Beira Alta, 262, 297, 298, 301, 363**  
**BEIRÃO, Caetano, 273, 274**  
**Belém, 70**  
**Belo Horizonte, XXII, XXIII, 113, 225, 239, 242, 260, 359, 410**  
**Bemposta, 129**  
**BENEDITO, São, 70, 354**  
**BENTO DE ANIANE, São, 355**  
**BENTO DE NÚRSIA, São, 192, 270, 274, 311**  
**BENTO XIV (Papa), 32, 103, 108, 109, 270, 271**  
**Bento Rodrigues, 231**  
**Berlim, 406**  
**BERNARDES, Artur da Silva, 339**  
**BERNARDES, Pe. Manuel, 250, 387**  
**BERNARDO, Pe. (vigário da Ilha do Governador), 261, 262**  
**BERNARDO, São, 108**  
**BESSA, Manuel José, 89**  
**Betânia, 417**  
**Biblioteca do Caraça, XXII**  
**Biblioteca do Colégio S. Luís (S. Paulo), XXIV**  
**Biblioteca do convento dos Franciscanos (S. Paulo), XXIV**  
**Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo, XXIV**  
**Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, XXIV**  
**Biblioteca do Mosteiro de S. Bento, XXIV**  
**Biblioteca Municipal de S. Paulo, XXIV**  
**Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), XXIII**  
**Biblioteca Pública de Minas Gerais, XXII**  
**Bispado de Lamego, 298**  
**Bispado de Mariana, 103, 105**  
**Bispado de Pernambuco, 193**  
**Bispado de S. Paulo, 103**  
**BITANCUR, Pe., 56**  
**BLOCH, Marc, 300**  
**Bloqueio Continental, 406**  
**Boa Esperança do Pará, 402**  
**Boa Vista, 311**  
**BOAVENTURA, São, XVII**  
**BOAVIDA, Pe. Luís Gonzaga, 226, 242, 376**  
**BOCARRO, João Rapôso, 229, 315**  
**Boêmia, 333**  
**Bolandistas, Os, 249**  
**BOLÍVAR, Arduíno, 339**  
**Bomfim, 402**  
**Bom Jesus da Lapa, 212**  
**BONIFÁCIO, São, 355, 373**  
**BORBA, Pe. Vitorino de, 160**  
**Borda do Campo, 231, 246, 249**  
**BORGES, Domingos, 228**  
**BORGES DE FIGUEIROA, D. Joaquim (bispo de Mariana), 94, 115**  
**BORLÓ, Fulano, 160**  
**BOTELHO DE MATOS, D. José (bispo da Bahia), 200**  
**Botucudos, Região dos, 334**  
**BRACARENA, António da Silva, 182, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 303, 304, 362**  
**BRAGANÇAS, Dinastia dos, 406**  
**BRANCANES, Os, 392**  
**BRANDÃO, Pe. Gabriel, 81**  
**BRANDÃO, Joaquim José da Costa, 418, 421, 422, 423**

- Brasil, XIII, XIV, XX, 9, 18, 31,  
 33, 34, 36, 38, 41, 43, 44, 48,  
 58, 59, 101, 102, 105, 108, 110,  
 133, 134, 224, 263, 271, 299, 303,  
 325, 351, 356, 388, 399, 407, 414,  
 418, 424  
 Brasil — Colônia, 9, 10  
 BRITO, D. Micaela Josefa de, 262  
 Brumado, 8, 331, 382  
 Brumal (ex-Brumado), 234  
 BRUNO, São, 248, 257  
 BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, XV,  
 XVI, XXV, XXVI, 4, 13, 26,  
 35, 67, 78, 414  
 BUENO, Antônio da Silva, 8, 228  
 BUENO, Félix de Gusmão Mendon-  
 ça e, 8  
 BUENO, Francisco da Silva, 8, 228  
 Bula "Ad Regiae Majestatis", 101  
 Bula "Candor Lucis Aeternae",  
 108  
 Bula "Praeclara Charissimi", 101,  
 102  
 Bula "Super Specula Militantis  
 Ecclesiae", 101  
 BUNBURY, Charles, 225  
 BURCKHARDT, Jacob, 381  
 Burgúndia, 316  
 BURTON, Richard F., 241, 245, 309,  
 310, 318  
 Cabeça do Bernardo, 306  
 Cabeceiras do Rio Manso, 402  
 CABRA, Manuel, 389  
 CABRAL, José Morais de, 24, 25,  
 154  
 CABRAL, Paulina, 167  
 CABRAL, Pedro Álvares, 216  
 Cachoeira (Freguesia da), 157  
 CAETANA, 166  
 CAETANO DE SOUZA, D. Antônio, 297  
 Caeté (antiga Vila Nova da Rai-  
 nha), 11, 15, 28, 114, 140, 173,  
 175, 176, 219, 238, 303, 305, 380,  
 391, 392, 409  
 Caeté (câmara de), 392  
 Cahors, 376  
 Caldas da Rainha, 32  
 CALDEIRA BRANT, Felisberto, 39,  
 82, 173, 275, 278  
 CALDEIRAS BRANTS, Os, 25, 82  
 CALEPPI, Cardeal Lourenço, 411  
 CALHEIROS, Antônio Ferreira (Pe-  
 reira ?) de Souza (Mestre, de  
 Obras), 44, 119  
 Califórnia, 10, 133  
 CALMON, Pedro, 11, 21  
 CALÓGERAS, João Pandiá, 6, 33, 34  
 Calvário, XXI  
 Camaldula, 249  
 Camapuã, 402  
 Campo de Fora, 245  
 Campo Grande, 8  
 CÂMARA DE BITENCOURT E SA, Ma-  
 nuel Ferreira da, 46, 397  
 CAMARGO, D. Isabel Geralda de,  
 359  
 CAMARGO, João José, 8  
 CAMARGO, Manuel Ortiz de, 8  
 CAMARGO, Tomé Lopes de, 8  
 CAMBRAIA, Pe., 82  
 Caminho Nôvo ou Real, 11, 36,  
 246, 247, 301, 308, 309, 310  
 Caminho do Mato Grosso, 305  
 Canaã, 12  
 Canal do Panamá, 238  
 Canárias, Arquipélago das, 340  
 CÂNDIDO, Antônio, XXII, 42, 43,  
 307  
 CAPANEMA, Francisco José da Sil-  
 va, 47  
 Capanema, 224, 240  
 Caparaó (Serra do), 235  
 Capivari, 312  
 Caraça (o local) — Principalmente  
 nos caps. VI, VIII, IX e X;  
 Arraial do Caraça, *in* cap. VI;  
 Capela e Santuário, *in* caps.



- VIII e IX; Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens, *in* cap. VIII; Colégio, *passim*; Logradouros, *in* cap. VI
- Caraça (Serra do) — V. Caraça, O
- CARDOSO, Jerônimo, 15
- CARDOSO DE ALMEIDA, Matias, 5, 6
- Carinhanha (rio), 140
- CARLOS MAGNO (Imperador do Ocidente), 84, 97
- CARLOTA JOAQUINA DE BOURBON, D. (Rainha de Portugal), 123
- CARMO, Maria do, 385
- Carmo (ribeirão do), 8, 11, 55, 225, 231
- CARNEIRO, Francisco Xavier, 44
- Carrancas, 148
- CARRATO, José Ferreira, XI, XIII, 316
- CARSALADE, Vicente, XXIII
- Cartúsia, — V. Grande-Chartreuse
- CARVALHO, Joan Alves de, 321
- CARVALHO, José Lino Correia de, 127
- CARVALHO, Orlando M., 402
- CARVALHO, Pe. Silvério Ribeiro de (o padre Silvério de Paraopeba), 3, 80
- Casa da Oração do Vale das Lágrimas, 192, 200, 201, 204, 356
- Casa de Aveiro, 272
- Casa da Casca, 7
- Casa de Misericórdia de Vila Rica, 82
- CASSIODORO, 182
- CASTEL BRANCO, D. Rodrigo de, 55, 140
- Castela, 317
- CASTELO BRANCO, D. José Luís de Menezes Abranches e, Conde Valadares (Capitão-Geral de Minas), 199, 280, 281, 294, 295, 299
- CASTRO, Pe. Leandro Rebelo Peixoto e, 246, 261, 262, 263, 264, 311, 324, 329, 339, 405
- CASTRO, C. M., Pe. Jerônimo Pedreira de, 245
- CASTRO, Inês de, 216
- CASTRO CALDAS, Sebastião de (Governador-Geral do Rio de Janeiro), 9
- Cataguá, Os, 31, 133
- Catas Altas, 228, 230, 231, 238, 265, 311, 314, 318, 320, 326, 338, 361, 377, 384, 413, 422, 425
- Catas Altas (Freguesia de), 408
- Catas Altas (Serra de), 387, 398
- CATERINA, A preta angola, 169
- CAVALGANTE, João Alves, 359
- Cavanhada, 217, 304
- CELESTINO V (Papa), 270
- CENÁCULO VILAS-BOAS, D. Frei Manuel do (bispo em Portugal), 272, 273, 294
- CERRI, O. F. M., Pe. Giovanni, 269
- CEÁRIO DE ARLES, São, 292
- Chalons, 376
- CHAUCER, Geoffrey, 373
- CHAVES, Mateus Gonçalves, 158
- Chelas (Convento), 258
- Cheshire, 310
- China, 310
- Cipó (Serra do), 224, 307
- CLARO, Irmão (Claro Luís Rodrigues), 370
- Cláudio, 402
- CLAVELIN, Pe. Júlio José, 324, 325
- CLEMENTE VII (Papa), 271
- "Códice Costa Matoso" (Biblioteca Municipal de S. Paulo), 14, 139, 141
- "Códice 328", XXIII, 327
- "Códice 341", 410
- COELHO DE CARVALHO, Antônio de Albuquerque (Governador de S. Paulo e Minas), 16, 30, 144, 228, 234, 315
- COELHO NETO, Marcos, 44, 75
- Coimbra, 199
- COTTINHO, Antônio de Gouveia, 177

- Colégio Pio-Latino-Americano, 325  
 Colégio São Luís (S. Paulo), XXIV  
 COLUMBANO, São, 316  
 Comissão Geográfica de Minas Gerais, 224  
 Commissariado da Terra Santa, 282, 283, 292, 293, 294, 295, 299, 301  
 Companhia das Índias, 338  
 Companhia de Jesus, XI, 65, 75, 111, 283  
 Companhia dos Vinhos do Alto Douro, 274  
 CONCEIÇÃO, Frei Antônio da, 274  
 CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da, 194  
 CONCEIÇÃO, Frei Felipe da, 288  
 CONCEIÇÃO, Maria da, 218, 225  
 Conceição do Mato Dentro (Nossa Senhora da), 307  
 Conceição do Pará, 402  
 Concílio de Cartago (4.<sup>o</sup>), 291  
 Concílio de Nicéia, 291, 292  
 Concílio de Trento, 110, 331  
 Congonhas, 73, 85, 126, 127, 182, 190, 191, 192, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 212, 215, 216, 308, 348, 356, 368, 369, 371  
 Congonhas do Campo (Freguesia de), 404  
 Congonhas do Sabará, 56  
 Congregação da Missão, XXII, XXIV, XXVI, 246, 264, 370, 393  
 Conquista de Nossa Senhora das Dores (hoje Itaguara), 402  
 CONRADO, Frei (Apóstata), 57  
 Constantinopla, 52  
 CONSTANTINO, o Grande (Imperador romano), 97  
 Contagem das Abóboras (atual Contagem), 404  
 CONTI, Cardeal Inocêncio, 366  
 Convento de Santo Antônio (Rio de Janeiro), 348, 398  
 Convento de Santo Antônio dos Capuchos de Lisboa, 297  
 Convento de São Francisco (S. Paulo), XXIV  
 Convento do Varatojo, 272, 297, 317  
 Córregos, Os, 306  
 CORREIA, Manuel de Gouveia Ferreira, 195  
 Côte de Lisboa (Govêrno de Lisboa, Coroa Portuguesa, Reino Português), 18, 19, 24, 25, 26, 31, 45, 46, 76, 77, 78, 99, 100, 113, 114, 125, 138, 271, 275, 280, 283, 392, 396, 397, 398, 406, 407  
 Côte do Rio de Janeiro, 396, 399, 405, 408, 411  
 Côte de Roma, 99  
 Côte de Saint-James, 406  
 Côte de Viena (Habsburgos), 38  
 CORTEZ, José Maria Mendonça, XXIV, 267  
 COSTA, Clara da, 159  
 COSTA, Cláudio Manoel da, 4, 7, 42, 43, 63, 74, 278, 342, 350  
 COSTA, Félix da, 182, 192, 193, 194, 195, 196, 197  
 COSTA, João Caetano da, 314  
 COSTA, Joaquim Casemiro da, 203  
 COSTA CORREIA, Antônio da, 359  
 COSTA CORREIA, Bento da, 359  
 COSTA LANA, Pe. Manuel Dias da, 196, 197, 199, 203  
 COSTA LEITE, Augusto da, 339  
 COSTA SENA, Joaquim Cândido da, 237, 244  
 COSTA SENA, José da, 237  
 COULANGES, Fustel de, 266  
 COUTINHO, Antônio de Távora, 262  
 COUTINHO, Domingos Cardoso, 5  
 COUTINHO, João Batista Ferreira Chichorro de Souza (Barão de Catas Altas), 48  
 COUTINHO E PÓVOAS, Agostinho de Mendonça Falcão de Sampaio, 263

- COUTINHO E PÓVOAS, Paulo de Távora de Sampaio, 262  
 COUTINHO E PÓVOAS, Sebastião de Mendonça Falcão Sampaio, 262  
 COUTO, José Vieira, 29, 46, 49, 50, 52, 305  
 CRIOULO, José, 389  
 CRIOULO, Leandro, 389  
 CRITILLO, 42, 124, 169, 339  
 CRUZ, C. M., Pe. Antônio da, XXIII, 264, 370  
 CRUZ, D. Frei João da (bispo do Rio de Janeiro), 57, 107, 143, 196  
 CRUZ, D. Frei Manuel da (bispo de Mariana), XXIII, 41, 65, 75, 83, 87, 89, 103, 108, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 190, 206, 354  
 CRUZ, Pe. Manuel Ribeiro da, 128  
 CRUZ, D. Maria da, 142  
 Cuiabá, 352, 353  
 Cuieté, 118, 146  
 CUNHA MACEDO, Irmão Francisco da, 370  
 CUNHA MENEZES, Luís da (Governador de Minas), 46, 123, 124  
 CUNHA, Antônio Luís Pereira da, 247, 251, 324, 330, 377  
 Cúria de Mariana, 171  
 Curral del Rei (Nossa Senhora da Boa Viagem do), 166, 359, 401, 404  
 Curral del Rei (Freguesia do), 160, 404  
 Curral del Rei (Serra do), 225  
 CUTBERTO, 373  
  
 DAMASCENO, Darcy, XXIV  
 DANTAS, Pe. Antônio Rodrigues, 111, 119  
 Delfinado, 248  
 Demarcação Diamantina (ou Distrito Diamantino), 24, 29, 52, 264, 268, 275, 276, 278, 306, 308, 346, 362, 416  
 DERBY, Orville, 10, 304  
 Desemboque (Nossa Senhora do Destêrro do), 183  
 DESIDÉRIO (Rei dos Lombardos), 97  
 DESTÊRRO E MALHEIROS, D. Frei Antônio do (bispo do Rio de Janeiro), 57, 68, 75, 107, 278  
 Diamantina (antiga Tijuco), XXII, XXIII, 81, 170, 193, 220, 265, 268  
 DIAS, Custódio, 170  
 DIAS, Ezequiel, 242  
 DIAS, João, 158  
 DIAS, José Ferreira, 67  
 DIAS DE OLIVEIRA, Antônio (Bandeirante), 8, 123  
 DIAS PAIS, Fernão, 4, 5, 6, 55, 135, 140  
 DINIS, D. (Rei de Portugal), 100, 297  
 Diocese de Mariana, 103  
 Diocese do Rio de Janeiro, 103, 105  
 Diocese de S. Paulo, 103  
 Distrito dos Couros, 140  
 Divino Espfrito Santo da Serra Negra do Pitangui (atual Divinópolis), 402, 404  
 Doce (rio), 225  
 DOROTEU, 122, 169, 339, 340  
 D. P. H. A. N., XXIII, 327  
 DRACON, 295  
 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos, 257, 368  
 DUARTE, José Ferreira, 166, 167  
 Duas Pontes (atual Ipoema), 308  
 DUNS ESCOTO, 137  
 DURÃES, Antônio (capitão), 359  
  
 EDMUNDO, Luís, 399  
 EFRÉM, Santo, 337, 387  
 Egito, 220  
 ELLIS JÚNIOR, Alfredo, 140, 310

- Elvas, 297  
 Empanturrado do Pitangui, 402  
 ENCARNAÇÃO, Frei Gaspar da, 112, 272, 284  
 ENCARNAÇÃO PONTÉVEL, D. Frei Domingos da (bispo de Mariana), 95, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 197 349, 365, 387  
 ENGELMANN, Henri, 371  
 ENGRÁCIA, Mons. Júlio, 210, 211, 213, 366  
 ENTRAMBASAGUAS, Joaquim de, 363  
 Eremitério da Serra da Piedade, 304  
 ESCHWEGE, Barão Guilherme de, 46, 187, 189, 223, 236, 308, 309  
 ESCOBAR, Côn. Manuel da Costa, 105  
 Escola de Alexandria, 363  
 Escola Mineira, 43, 44  
 Esmeraldas, 5  
 Espanha, 271, 317  
 ESPINOZA, Francisco Bruza de, 54, 104  
 Espírito Santo, 8  
 ESSÊNIOS, Os, 184  
 ESTÊVES, Manuel, 177  
 Europa, 32, 38, 39, 42, 48, 209, 210, 241, 355, 406, 407, 421  
 Extremadura 272
- Fábrica de Ferro de Gaspar Soares, 307  
 Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, XXIV  
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, XXV  
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, XXI, XXV  
 FALCATO, Antônio Rodrigues (Mestre de Obras), 208
- Família Cota, 311  
 "Fanfarrão Minésio", 42, 124  
 FARIA, Alberto de, 111  
 FARIA FIALHO, Pe. João de, 8, 36  
 Farinha Podre (Sertão da), 183  
 FAYOL, Henri, 417  
 Fazenda da Alegria, 311  
 Fazenda do Covão, 339  
 Fazenda do Melo, 83  
 FEBVRE, Lucien, 265  
 FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim, 25, 39, 40, 81, 295  
 FERNANDES, João, 40  
 FERNANDES, C. M., Pe. José, 255  
 FERNANDES, Pe. Manuel, 392, 393  
 FERNANDES, Orlandino Seitas, XXIII  
 FERNANDES SARDINHA, D. Pero (bispo da Bahia), 102  
 FERRÃO, Bernardo da Silva, 43  
 FERREIRA, Manuel da Costa, 171  
 FERREIRA, Cap. Marcos, 160  
 FERREIRA, Manuel, 166  
 FERREIRA, Cap. Manuel da Silva, 359  
 FERREIRA DA COSTA, Pe. Manuel (Pe. Ferrcirinha), 232, 313  
 FERREIRA VIÇOSO, D. Antônio, 93, 199, 236, 239, 311, 422, 423, 425  
 Fidalgo, 194  
 FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Avelar, 412  
 FIGUEIREDO, D. Ana de, 260, 362  
 FIGUEIREDO, Pe. João Batista de, 405  
 FIGUEIREDO, Pe. Manuel "Moreira de, 318, 320  
 FIGUEIREDO, Maria Joaquina Anselmo de, 124  
 FIRMO, Frei, 57  
 FIUZA, Nicolau Gonçalves, 22  
 Florença, 249  
 FONSECA, Bento da, 172  
 FONSECA, Domingos Nunes da, 229

- FONSECA, Grácia da, 177  
 FONSECA, José Roiz da, 359  
 FONSECA, Pe. Manuel da, 58, 138, 165  
 FONSECA VASCONCELOS, José Teixeira da (Visconde de Caeté), 359  
 FONSECA VASCONCELOS, D. Maria Josefa Teixeira da, 359  
 Formiga, 401  
 Forquilha, 83  
 FRANÇA, Domingos Ferreira, 417  
 FRANÇA, Pe. Francisco Xavier Augusto de, 324, 328, 413, 422  
 França, 37, 71, 407  
 FRANCISCO, Júlio, 160  
 FRANCISCO DE ASSIS, São (São Francisco das Chagas), 268, 283, 287, 291, 317, 318, 322, 326, 329, 331, 348, 351, 367, 377, 408, 412  
 FRANCISCO DE SALES, São, 111  
 FRANCISCO, Manuel, 44  
 FRANCO DA ROCHA, Maria Luísa, 259  
 FRANCK, E., 244  
 "Fratlicelli", 363  
 FRÉDÉGAND, V. P., 284  
 FREDERICO, O Grande, 37  
 FREIRE, José Antônio Meireles (Intendente), 81, 82  
 FREIRE DE ANDRADE, Gov. Gomes (Conde de Bobadela, gov. da Capitania de Minas), 71, 82, 87, 114, 171, 215, 275  
 FREIRE DE ANDRADE, Gov. José Antônio (gov. da Capitania de Minas), 79, 114  
 FREIREYSS, G. W., 311  
 FREITAS, André de, 166  
 FREITAS, Antônio de, 194  
 FREITAS, Irmão Inácio Joaquim de, 370  
 FREITAS, Martinho Vieira de, 143  
 FREYRE, Gilberto, 36, 152, 160, 325, 385, 386  
 Fria (Seita), 5  
 FRIDOLIN, São, 176  
 FRIEIRO, Eduardo, XXII, 21, 111  
 Funchal, 297  
 FURTADO, Salvador Fernandes, 8, 36  
 FURTADO DE MENDONÇA, Gov. Antônio Carlos (gov. da Capitania de Minas), 117  
 FURTADO DE MENDONÇA, Caetano, 143  
 FURTADO DE MENDONÇA, D. Luís Antônio (Visconde de Barbacena), 46  
 GABRIEL, São, 373  
 Gália, 373  
 GALLIEZ, 242  
 GAMA, José Basílio da, 43  
 GARÇÃO, Pedro Antônio Correia, 233  
 GARCEZ, Pe. João Moreira, 425  
 GARCIA, Miguel, 8  
 Garimpo (Serra do), 225  
 GARRETT, João Batista da Silva Leitão de Almeida, 252  
 GATO, Manuel da Borba, 5, 6, 160  
 GELÁSIO I (Papa), 291  
 Geral (Serra — ou do Espinhaço), 223, 226, 227, 305  
 GERMANA, Irmã, 185  
 Gláris, 188  
 Gnósticos, Os, 363  
 Goa, 297  
 GOAR, São, 191  
 GOETHE, Johannes Wolfgang, 43  
 GOMES, Brites, 160  
 GOMES NETO, Pe. Manuel, 13  
 GOMES PIMENTA, D. Silvério (bispo de Mariana), 93, 246, 422  
 GONÇALVES, Irmão Custódio, 211, 323, 347, 349, 388  
 GONÇALVES, Francisco, 314

- GONÇALVES, João, 359  
 GONÇALVES, João ("O Velho"), 231  
 GONÇALVES, Pe. José, 191, 218, 221  
 GONÇALVES, C. M., Pe. Raimundo, XXIII  
 GONDIM, José Justino de Oliveira, 94  
 Gongo-Sôco, 48  
 Gongo-Sôco (Serra do), 225  
 GONTRAM (Rei de Borgonha e Orleães), 316  
 GONZAGA, Olímpio, 66  
 GONZAGA, Tomás Antônio de, 43, 54  
 GORCEIX, Henri, 244, 251  
 GOURMONT, Remy de, 178  
 GRAHAM, Maria, 69  
 Grande (rio), 183  
 Grande-Chartreuse (Cartuxa, Cartúsia), XIX, 248  
 Grande São Bernardo de Menthon, 340  
 GREGÓRIO MAGNO, São, 292  
 GREGÓRIO IX, 270  
 GUADALUPE, D. Frei' Antônio de, 57, 65, 75, 90, 106, 146, 163, 195  
 Gualacho do Norte (Rio), 8, 230  
 Gualacho do Sul (Rio), 8  
 Guarapiranga, 8, 160, 401  
 Guarapiranga (Freguesia de), 160  
 Guaxupé, 70  
 Guerra dos Emboabas, 15, 16, 30, 57, 58, 63, 141, 231  
 Guerra dos Sete Anos, 33, 280  
 GUILLÉM, Felipe, 3  
 GUIMARAENS, Alphonsus de, 214, 379  
 GUIMARÃES, Caetano de Abreu, 83  
 GUIMARÃES, Bernardo da Silva, 303, 369, 380  
 Gupiãras, 25  
 GURGEL DO AMARAL, Cláudio, 271  
 GURGEL, FRANCISCO do Amaral, 52  
 GUSMÃO, Teotônio da Silva, 352, 353  
 HALFS, Alexandre de, XVII  
 HART, Brett, 60  
 HELENA, Santa, 421  
 HENRIQUE, D., o Navegador (Rei de Portugal), 101  
 HERDER, Johannes Gottfried, 43  
 HILARIÃO de Gaza, São, 420  
 Hipona, 291  
 HONÓRIO III (Papa), 270  
 Hospício Franciscano de Vila Rica, 392  
 Hospício de N. S. Mãe dos Homens da Serra do Caraça, XIII, XVIII, XIX, XX, XXI, 73, 148, 183, 192, 232, 246, 252, 256, 257, 265, 282, 287, 304, 311, 314, 316, 318, 319, 322, 323, 327, 328, 329, 330, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 371, 374, 379, 385, 387, 400, 401, 420, 422  
 Hospital das Caldas da Rainha, 32  
 Hospital da Misericórdia de Sabará, 82  
 HUBY, J., 111  
 Ibituruna, 5, 55  
 Idade Média, 271, 285, 316, 353, 355, 363, 368, 369, 414  
 IFIGÊNIA, Santa, 48, 70, 375  
 Igreja Católica, 71, 72, 75, 76, 77, 83, 84, 85, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 248, 261, 270, 274, 282, 287, 291, 292, 340, 353, 376, 394, 395  
 Ilha do Governador, 261, 262, 298  
 Ilhas Britânicas (Inglaterra), 274, 406  
 Inconfidência Mineira, 44, 119, 346, 354  
 Índia, 310, 338  
 Índias de Castela, XII  
 Inficionado (atual Santa Rita Du-  
 rão), 245, 247

- Inficionado (Rio do), 225, 228,  
229, 230, 235
- INOCÊNCIO, Guarda-Mor, 238
- INOCÊNCIO, Pe. José, 424
- INOCÊNCIO I (Papa), 291
- INOCÊNCIO III (Papa), 271
- Inocentes, Os Santos, 373
- Invenção da Santa Cruz, 365
- Irajá, 308
- ISABEL, a recolhida, 200
- ISAÍAS, 345
- Itabira, 28, 238, 263, 299
- Itacambira, 5, 6, 35, 200
- Itacolomi (Serra do), 8, 225, 226,  
235
- Itália, 270
- Itamarandiba, 5, 6
- Itambé, 28
- Itamoji, 70
- Itapanhoacanga, 306
- Itapecerica (Rio), 404
- Itaporoco (Serra do), 307
- Itatiaia (Ribeirão do), 14
- Itatiaiaçu, 402
- Itaverava, 80, 327
- Itu, 352
- JACINTO, O Cônego, 126
- JACÓ, 302
- JACOBS, H. J., 38
- JÁCOME, O padre (Vigário Jaime  
Coelho Pacheco de Araújo Vas-  
concelos), 190, 207, 208, 213
- Jaguara, 83
- Japão, 402
- JARDIM, Quintiliano Alves Teixei-  
ra, 120, 121, 365
- JASÃO, 134
- Jequitinhonha (Rio), 6, 40, 224,  
282, 305
- Jericó, 357, 380
- Jerusalém, 371
- JESUS, Catarina de, 195
- JESUS, Frei José de, 56
- JOANA, A cabra fôrra, 159
- João I, D. (Rei de Portugal), 100,  
101
- João II, D. (Rei de Portugal), 317
- João III, D. (Rei de Portugal), 3,  
102, 317
- João V, D. (Rei de Portugal), 17,  
21, 26, 31, 32, 47, 78, 103, 112,  
272
- João VI, D. (Rei de Portugal), 123,  
261, 393, 399
- JOÃO JOSÉ, Irmão, 323
- JOÃO BATISTA, São, 331, 345
- JOÃO DA CRUZ, São, 75
- JOÃO EUDES, São, 111
- JOÃO EVANGELISTA, São, 104, 348
- JOÃO GUALBERTO, São, 249, 257
- JOÃO DA MATA, São, 63
- JOÃO, D. (Príncipe Regente de  
Portugal), 247, 250, 287, 305,  
328, 388, 393, 396, 399, 406, 407,  
410
- JOEL, 378
- JOSÉ, Antônio, 176
- JOSÉ, João, 388
- JOSÉ I, D. (Rei de Portugal), 33,  
173, 207, 208, 258, 286, 350
- JOSÉ II (Imperador da Áustria), 39
- JOSEFA, A negra mina, 158, 165
- JOSUÉ, 357
- Juliana, 169
- JÚLIO III (Papa), 101
- JUNOT, General Andoche, 412
- JUSTINO, José, 94
- KIDDER, Daniel P., 357
- Ku Klux Klan, 153
- LA CONDRIA, Pe., 56
- LAET, Carlos de, 217
- LA FONTAINE, Jean de, 375
- Lagoa de Vupabuçu, 6
- Lagoa Santa, 194, 225

- LALLEMANT, Pe. Jacques Phéllippe**, 111  
**Lamego, XXIV**, 260, 262, 267, 268, 298, 322, 349  
**LANDERDALE, Lord**, 406  
**LANGE, Francisco Kurt**, 44, 75  
**Languedoc**, 189  
**Laodicéia**, 91  
**LAPA, M. Rodrigues**, 47  
**LATIF, Miran de Barros**, 238, 326  
**LATINO COELHO, José Maria**, 274  
**Lava-pés (Ribeirão do)**, 40  
**LÁZARO, João**, 83  
**LÁZARO NEVES, C. M., D. José (bispo de Assis)**, XXII  
**LEÃO XIII (Papa)**, 271  
**LE BRAS, Gabriel**, 355, 365, 376  
**LEEuw, G. van der**, 368  
**LEITE, Aureliano**, 140  
**LEITE, Bento**, 8  
**LEITE, Mons. Manfredo**, XXIV  
**LEITE, Pe. Serafim**, XI  
**LEME, Pedro Dias Pais**, 5  
**LENCASTRO, Gov. Fernando de (gov. geral de S. Paulo e Minas do Ouro)**, 62  
**LEONOR, A preta escrava**, 157  
**LEOPOLDINA, D. (Imperatriz do Brasil)**, 69  
**LEOPOLDO E SILVA, D. Duarte (arcebispo de S. Paulo)**, 63, 420  
**LIAIS, Emanuel**, 224  
**LIMA, Alceu de Amorofo**, 82, 217, 259, 375  
**LIMA JÚNIOR, Augusto de**, 209, 274, 286, 350, 351, 366, 370, 383  
**LIMA, Bento de Araújo**, 326  
**LIMA, João Lopes de**, 8  
**LIMA, João Viegas de**, 359  
**LIMA, Joseph Gonçalves de**, 229, 230  
**Limoeiro (Prisão do)**, 143  
**Lindoso**, 298  
**LISBOA, Antônio Francisco (O Aleijadinho)**, 44, 73, 369  
**LISBOA, Henriqueta**, 254  
**LISBOA, Manuel Francisco (Mestre de Obras)**, 44  
**Lisboa, XIX**, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 37, 64, 83, 114 130, 197, 198, 199, 207, 267, 268, 271, 274, 275, 276, 281, 286, 329, 342, 350, 351, 381, 383, 391, 392, 393 396, 398, 399, 405, 406, 407, 412  
**"Livro da Capa Verde"**, 25, 295  
**LÔBO, Bernardo da Fonseca**, 22, 154  
**LÔBO DA SILVA, Gov. Luís Diogo (Governador da Capitania de Minas)**, 278  
**Lombardia**, 373  
**LOPES, Francisco Antônio**, 119, 375  
**LOPES, Pe. Francisco Gonçalves**, 55, 56  
**LOPES, José da Silva**, 279  
**Lorelei**, 191  
**LORENA, Bernardo José de (Conde de Sarzedas, Gov. da Capitania de Minas)**, 190, 258, 260, 328, 366, 373, 383, 384, 387, 388, 393, 394, 413  
**Loreto**, 192  
**LUCCOCK, John**, 52, 236, 337  
**Luís ANTÔNIO, Irmão**, 323  
**Luís XI (Rei da França)**, 98  
**Luís XIV (Rei da França)**, 172  
**Luís XV (Rei da França)**, 38  
**LULO**, 355  
**LUSITANO, Vieira**, 44  
**Luxeuil**, 316  
**LUZIA, A preta**, 158  
**MACÁRIO, São**, 420  
**Macau**, 37, 115, 338  
**Macaúbas (Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de) — especialmente o cap. V**  
**MACEDO, Gabriel de Souza**, 178  
**MACEDO SOARES, José Carlos de**, XXIV



- MACHADO, Pe. Henrique, 262, 263**  
**MACHADO, João, 25**  
**MACHADO, José, 173**  
**MACHADO, José Pedro, 232**  
**MACHADO, Simão Ferreira, 9, 40, 41, 108**  
**MACIEL, José Álvares, 43**  
**Madrid, 363, 415**  
**Mafra, 32**  
**MAGALHÃES FILHO, Antônio Januário de, 263**  
**MAGALHÃES, Basílio de, 5, 50**  
**"Mágico Prodigioso, El", 41**  
**Mainarde (Rio), 90**  
**MAMEDE, O escravo, 421, 422**  
**MANSILHA, Frei João de, 279**  
**Mantiqueira (Serra da), 11, 58, 223, 227, 235**  
**MANUEL, Pe., 90**  
**MANUEL I, D. (Rei de Portugal), 101**  
**MAQUINEZ, O escravo, 166, 167**  
**MARCOS, São, 415**  
**Mares Verdes (Sertão dos), 64**  
**MARGARIDA MARIA DE ALACOQUE, Santa, 111**  
**MARIA DO CARMO, 347**  
**MARIA MADALENA, Santa, 348**  
**MARIA, Páscoa, 161**  
**MARIA I, D. (Rainha de Portugal), 33, 77, 116, 120, 121, 129, 130, 132, 196, 258, 273, 350, 377**  
**MARIA SANTÍSSIMA, Frei Manuel de, 317**  
**Mariana, XVIII, XXII, XXIII, 41, 42, 55, 65, 73, 77, 80, 85, 86, 87, 90, 103, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 122, 124, 125, 126, 129, 130, 136, 198, 212, 229, 230, 231, 236, 239, 245, 308, 321, 323, 344, 347, 349, 364, 365, 373, 374, 376, 382, 391, 392, 393, 394, 397, 401, 403, 411, 424**  
**Mariana (Câmara de), 392**  
**Maranhão, 103, 108, 384**  
**MARCELA, A preta, 166**  
**MARIA DA GLÓRIA, D. (Rainha de Portugal), 69**  
**MARÍLIA DE DIRCEU (Maria Joaquina Dorotéia de Seixas Brandão), 54**  
**MARROU, H. I., 266**  
**MÁRTIRES, Frei Antônio de Santa Maria dos, 274**  
**MÁRTIRES, D. Frei Bartolomeu dos (bispo em Portugal), 125**  
**MARTIUS, C. F. P. von, 24, 90, 185, 228, 237, 238, 252, 306, 418, 423, 424**  
**MATEUS, São, 364, 417**  
**Matias Barbosa, 308**  
**Mato das Pedrarias, 5**  
**Mato Dentro (Região do), 301**  
**Mato Grosso, 352**  
**MATOS, Pe. Pascoal Bernardino Lopes de, 80, 111, 127**  
**Matosinhos (Portugal), 190, 191**  
**Matosinhos (V. Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo)**  
**MAWE, John, 38, 39, 90, 188, 235, 310**  
**Medusa, 233**  
**MEIRELES, Pe. Francisco de Paula, 79**  
**MELO, Antônio Ferreira do Vale de, 23**  
**MELO, José Soares de, 140**  
**MELO, Martinho de, 46**  
**MELO BARRETO, Henrique L. de, 237, 238**  
**MELO E CASTRO, D. André de (Conde das Galveias), 25, 145, 155**  
**MELO VIANA, Fernando de, 241, 339**  
**MENDES, Feliciano (ermitão), 182, 189, 190, 192, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212**  
**MENDES, Luzia, 169**

- MENDES, Vigário, 265**  
**MENDES DE ALMEIDA, Cândido, XII**  
**MENDES DOS REIS, D. Bartolomeu M. (bispo de Mariana), 94, 95, 115, 116, 317**  
**MENDONÇA, Caetano de, 143**  
**MENDONÇA, Diogo de, 112**  
**MENDONÇA, Francisco José Pinto de (o "Mocó"), 278**  
**MENDONÇA, Soror Madalena de, 274**  
**MENDONÇA, Frei Manuel de, 273**  
**MENDONÇA, Paulo de, 263**  
**MENDONÇA, Sebastião de, 262**  
**MENDONÇA DO AMARAL, Nicolau, 263**  
**MENDONÇA FALCÃO, D. Micaela Josefa de, 262**  
**MENEZES, Frei Francisco de, 15, 57, 62, 64**  
**MENEZES, Joaquim Furtado de, 195, 200, 208**  
**MENEZES, D. Rodrigo José de (capitão-geral da capitania de Minas), 146**  
**Mesopotâmia, 420**  
**MESQUITA, José Joaquim Emérico Lobo de, 44, 45, 75**  
**México, II**  
**MILAGRES, Bento da Costa, 171**  
**Milho Verde, 306**  
**Minas de Paracatu, 66, 67, 170**  
**Minas Gerais (Distrito, Capitania, Província e Estado de) — especialmente nos caps. I, II, III, IV, V, VI**  
**Minas Novas do Fanado, 11, 30, 182, 200, 201, 202, 203, 211, 338**  
**Minho, 272**  
**Ministério da Educação e Cultura, XXIV**  
**MIRANDA, Pe. Manuel Pires de, 199**  
**Missões do Uruguai, 33**  
**Mocambo, 83**  
**MOERMANN, C. M., Irmão João, 240, 243**  
**MOLAY, Geral Jacques de, 101**  
**MOLIERE, 363**  
**MOLINOS, Miguel de, 363**  
**MONTEIRO DA VIDE, D. Sebastião (bispo da Bahia), XII, 175, 291**  
**MONTEREALE, Frei Jerônimo de, 106, 195**  
**Monte Santo de Minas, XXII, XXIV, 70**  
**MONTESQUIEU, Charles de Sécondat, Barão de, 48**  
**MONTEVERDE, Cláudio de, 74**  
**Montpellier, 188**  
**MORAIS, Antônio Ferreira de, . . . XXIII, 73, 229**  
**MORAIS, Antônio Antunes de, 175**  
**MORAIS SILVA, Antônio de, 232, 233**  
**MOREIRA, Isabel, 169**  
**Morrinhos, 22**  
**Morro de Mateus Leme, 402, 403, 404**  
**Morro do Pilar de Gaspar Soares, 307**  
**Mortes (rio das), 5, 8, 11, 16, 17, 118, 140, 231, 308**  
**Mosteiro de São Bento (S. Paulo), XXIV**  
**MOURA, Caetano Miguel de, 170**  
**MOURA, Emílio, 181**  
**Muda da Penha, 182, 309**  
**Museu da Inconfidência, XXIII**  
**Mutuca (serra da), 225**  
  
**Nagoselo do Douro, XXIV, 260, 267, 268, 298**  
**NAPOLEÃO I, 397, 406, 407, 420**  
**Nápoles, 235**  
**NASCENTES, Pe. Joaquim José, 212**  
**NAVARRO, Pe. João de Aspilcueta, 64, 104**  
**NEVES, José Teixeira, 40**

- Niemen (rio), 406  
 Nítria, 312, 421  
 NÓBREGA, Pe. Manuel da, 104  
 Nogent-Sur-Seine, 376  
 NORBERTO DE SOUZA E SILVA, Joaquim, 89  
 NORONHA, Gov. Antônio de (governador da Capitania de Minas), 30, 201, 202, 203  
 Nossa Senhora do Carmo, 81, 353  
 Nossa Senhora da Conceição, 79, 182, 192, 199  
 Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras (Freguesia de), 171  
 Nossa Senhora do Destêrro de São Bento (hoje Marilândia), 402  
 Nossa Senhora das Dores, 348  
 NOSSA SENHORA, D. Feliciano de (bispo em Portugal), 298  
 Nossa Senhora da Lapa, 369  
 Nossa Senhora do Livramento do Rio das Velhas, 159  
 Nossa Senhora Mãe dos Homens, 213, 228, 319, 321, 322, 323, 326, 327, 348, 351, 352, 353, 355, 356, 357, 359, 388, 389, 408, 412  
 Nossa Senhora Mãe dos Homens de Ararituaba (Freguesia de — atual Pôrto Feliz), 352, 353  
 Nossa Senhora Mãe dos Homens (Irmandade de) — V. especialmente o cap. IX  
 Nossa Senhora das Mercês, 70  
 Nossa Senhora das Mercês dos Homens Pardos (Irmandade de), 354  
 Nossa Senhora de Monte Serrat, 14  
 Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe (atual Rio do Peixe), 401, 402  
 Nossa Senhora dos Passos de São José do Rio das Mortes (irmandade de), 372  
 Nossa Senhora da Penha, 369  
 Nossa Senhora da Piedade, 321  
 Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (Freguesia de), 404  
 Nossa Senhora do Pilar, 108  
 Nossa Senhora do Pilar (Freguesia de —, Ouro Prêto), 75  
 Nossa Senhora do Rosário, 70, 375  
 Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos (irmandade de), 71, 72, 73, 353  
 Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos de Vila Rica (irmandade de), 375  
 NOSSA SENHORA, Frei João de, 351  
 NOSSA SENHORA, Irmão Lourenço de — especialmente nos caps. VII, VIII, IX, X; e págs. XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, 73, 183, 216, 217, 219, 221, 231, 234, 241, 247, 248, 249, 251, 253, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 370, 371, 372, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 407, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425 .  
 "O Cruzeiro", 244  
 Odivelas (Mosteiro de), 274  
 Olaria (serra da), 225  
 OLIVEIRA, Pe. Amaro Gomes de, 196

- OLIVEIRA, Domingos Moreira de, 314
- OLIVEIRA, Francisca da Silva de — V. Xica da Silva
- OLIVEIRA, João Fernandes de (Pai), 174, 275
- OLIVEIRA, João Fernandes de (Filho), 40, 48, 155, 198, 275, 276, 277, 278, 281, 282, 295, 299
- OLIVEIRA, Artur de, 241
- OLIVEIRA, D. Oscar de, XXIII
- OLIVEIRA LANA, Pe. Joaquim de, 200
- OLIVEIRA LIMA, M. de, 406, 407
- Ordem dos Agostinianos, 285
- Ordem de São Bento, 249, 285
- Ordem de São Bernardo, 273
- Ordem dos Cartuxos, 248
- Ordem de São Domingos, 285
- Ordem dos Menores, 287, 288, 297, 392
- Ordem dos Mercedários, 285
- Ordem dos Mínimos de São Francisco de Paula, 285
- Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, 285
- Ordem dos Premonstratenses, 285
- Ordem dos Servos de Maria, 285
- Ordem dos Trinitários, 295
- Ordem Terceira Regular de São Francisco da Penitência, 298
- Ordem Terceira da Penitência — especialmente no cap. VII
- Ordem Terceira da Penitência de Lisboa, 272, 273, 294
- Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, 358
- Ordens Militares:
- de São Bento de Avis, 101
  - de Cristo, 13, 77, 101, 102, 284
  - de Santiago, 101
  - dos Templários, 100, 101
- OTONI, José Elói, 7
- Ouro Fino (Serra do), 224
- Ouro Preto (ex-Vila Rica), XXII, XXIII, 8, 41, 46, 48, 55, 235, 236, 250, 369
- Ouro Preto (Serra do), 182, 224
- PAFÚCIO, 257
- PAIS, Garcia Rodrigues, 5, 6, 11, 36, 308
- PAIS, José Dias, 5
- País de Gales, 225
- PAIVA, Pe. Manuel de, 56
- Palestina, 420
- Pará (Rio), 140
- Paracatu (Rio), 140
- Paraíba, 308
- Paraibuna, 308
- Paranaubis (Sertão dos), 65
- Paraopeba (Rio), 141, 225, 402
- Paray-le-Monial, 111
- PARDINHO, Rafael Pires, 143
- Pardo (Rio), 8
- Paris, XVII
- Passa-Dez, 8, 229
- Passagem, 46
- PASSOS, C. M., Pe. Clóvis, XXII
- PASSOS, Manuel Nogueira, 22
- PASSOS, Zoroastro Viana, 56
- PASSOS, 70
- PASTOR, Ludwig von, 365
- Patriarcado de Lisboa, 32
- Pau de Cheiro, 83
- PAULO APÓSTOLO, São, 159, 216
- PAULO EREMITA OU DE LEBAS, São, 380, 420
- Pavia, 97
- Pé da Serra, 308
- Peçanha, 179
- Pedra Redonda (Serra da), 225
- PEDRO, São, 373
- PEDRO, O negro, 166
- PEDRO DE CATÂNIA, 287
- PEDRO I, D. (Imperador do Brasil), 69, 378

- PEDRO II, D. (Imperador do Brasil), 255
- PEDRO I, o Cruel (Rei de Portugal), 216
- PEIXOTO, Diogo, 160
- PEIXOTO E CASTRO, Pe. Leandro Rebelo, 404
- PELAYO, D. Marcelino Menéndez y, 362, 363
- PENA JÚNIOR, Afonso, XXIV, 239, 240, 339
- PENA, Afonso Augusto Moreira, 339
- PENA, Manuel José, 327, 382, 400
- Penedo, 193
- Penitentes de Faenza, 270
- PEREIRA, Irmão Alexandre José, 388
- PEREIRA, Antônio, 182
- PEREIRA, Antônio (pai do Irmão Lourenço), 260, 297, 362
- PEREIRA, Antônio Meireles Rebelo, 217
- PEREIRA, Felipe de Barros, 11
- PEREIRA, Côn. Gaspar Ribeiro, 57, 105
- PEREIRA, Henrique, 297
- PEREIRA, Inácio Gonçalves, 211
- PEREIRA, Côn. Manuel Acúrsio Nunan, 80
- PEREIRA, Manuel de Jesus, 352
- PEREIRA, Plácido Miz., 383
- PEREIRA, Simão José, 423
- Pernambuco, 9, 66
- Peru (Vice-Reinado do), 11, 41, 133
- PERÚGIA, Frei Antônio de, 106
- PIEDADE, Frei Baltasar da, 298
- Piedade (Serra da) — especialmente os caps. V e VIII
- Pilar, 308
- PINA E PROENÇA, Gov. Martinho de Mendonça de (governador da Capitania de Minas), 24, 142
- Pinhel, 297
- PINTO, Amatildes da Silva, 166, 167
- PINTO, Antônio Nascentes, 40
- PINTO, Antônio dos Santos, 275
- PINTO, Luís, 298, 314
- PIO MÁRTIR, São, 267, 334, 366, 388, 408, 412
- Pio V, São (Papa), 101, 104
- Pio VI (Papa), 211, 343, 365, 366, 367, 372, 377, 388, 405
- Piracicaba (Rio), 225
- PIRES, Antônio Olinto dos Santos, 40, 46, 219
- Pitangui (Nossa Senhora da Piedade do), 16, 17, 20, 118, 141, 144, 250, 400, 401
- PITANGUI, Andreza, 146, 154
- PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza Azevedo, 35, 50, 56, 84, 239, 320, 323, 340
- PLÍNIO, o Antigo, 183
- POMBAL, Marquês de (Sebastião José de Carvalho e Melo), 216, 258, 263, 272, 273, 274, 275, 276, 281, 283, 350
- PONTES, Pe. Belchior de, 134
- PONTES, Manuel, 13
- PONTES, Tito Lívio Lage da Silva, XXIV
- Porciúncula (Festa da), 365, 367
- Pôrto, 108, 217, 218, 274, 331
- Pôrto da Estrêla, 308
- Pôrto Feliz, 352
- Pôrto Seguro, 54
- PORTUGAL, Tomás Antônio de Vila Nova, 398, 399
- Portugal, XIII, XXIV, 26, 27, 31, 32, 42, 52, 84, 99, 100, 101, 102, 139, 172, 260, 262, 267, 271, 281, 297, 298, 301, 317, 331, 346, 348, 366, 399, 406, 407
- PORTUGAL E CASTRO, D. Manuel de (Capitão-Geral da Capitania de Minas), 53
- Potosí, 41, 133

- Pouso Alto, 80, 148, 161  
 Pouso Alto (Freguesia do), 161, 166  
 PRADO JÚNIOR, Caio, 36, 46, 95  
 PRADO, Paulo, 312  
 PRADO, Sebastião Leme do, 22  
 Pratomagno, 249  
 Prelazia de Goiás, 103  
 Prelazia do Mato Grosso, 103  
 PRIMÉRIO, O. F. M., Cap., Pe. Frei Fidélis M. de, 195  
 "Príncipe Prodigioso, El", 41  
 Prússia, 406  
 Poverello, Il — V. Francisco de Assis, São  
 Purupis (Região dos), 65
- QUEIROGA, João Salomé de, 263  
 Quilombo, 400, 402  
 Quinta do Meio, 286, 299  
 QUINTANILHA, José de Tórres, 110  
 QUINTILIANO, 85  
 QUITÉRIA, A Recolhida, 200
- RAMOS, Artur, 162, 164  
 RAMOS, Maria, 168  
 Raposos, 56, 176  
 Real Extração, 275, 281, 282, 296  
 Real Fazenda, 17, 19, 34, 120, 141, 180, 290, 295  
 REBELO, André, 389  
 Recife, 36  
 Recolhimento do Arraial da Chapa, 204  
 Recolhimento da Macaúba, 157, 192, 193  
 Recolhimento do Régo (Lisboa), 83  
 Recolhimento da Serra da Piedade, 185  
 Recôncavo, 11  
 Redondo, 206
- Regra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, 270, 284, 384  
 Regimento Diamantino — V. "Livro da Capa Verde"  
 Reims, 248  
 REIS, Pe. Manuel Coelho dos, 332  
 Reno (Rio), 191  
 RESENDE, Antônio Lara, XXIII, 260  
 Riacho d'Anta, 83  
 Ribatejo, 232  
 Ribeirão — V. Vila do Carmo  
 RIBEIRO, Ana Helena, 263  
 RIBEIRO, Antônio José, 177  
 RIBEIRO, Jacinto Pacheco, 173  
 Rio de Janeiro, XXII, XXIII, 6, 9, 36, 65, 84, 86, 90, 103, 105, 106, 110, 176, 177, 178, 192, 195, 231, 238, 242, 246, 250, 261, 263, 271, 299, 308, 310, 347, 348, 349, 396, 398, 399, 405, 407, 412, 418  
 Rio das Mortes (Comarca do), 16, 148, 167, 301  
 Rio das Pedras, 56, 157, 173  
 Rio das Velhas (Comarca do, — Sabará), 16, 34, 67, 73, 83, 149, 408  
 Rio do Peixe de Congonhas do Campo, 402  
 Rio Prêto, 299  
 Rio das Velhas Abaixo, 171, 178, 193  
 Rio das Velhas Acima, 158  
 Rio Vermelho, 179  
 RIOS, Francisco da Costa, 269  
 RITA DE CÁSSIA, Beata, 119  
 Roça Grande, 5, 56, 177, 194  
 ROCHA, Francisco Gomes da, 75  
 ROCHA, José Joaquim da, 44, 200  
 ROCHA, C. M., Pe. Pedro Cavalcanti da, 265  
 ROCHA RITA, Sebastião da, 13, 241  
 RODRIGUES, Bento, 14, 228, 230, 231  
 RODRIGUES, Gaspar, 159

- RODRIGUES, José Honório, XXIII**  
**RODRIGUES, Lourenço, 298**  
**RODRIGUES, Nina, 163, 164, 165**  
**RODRIGUES, Teresa, 159**  
**ROIZ, Felipe, 161**  
**Roma, 99, 102, 267, 271, 332, 355,**  
**361, 365, 366, 367, 368, 371, 373,**  
**374, 382**  
**ROMERO, Sílvio, 43**  
**ROQUE DE MONTPELLIER, São, 364**  
**ROSA, Antônio Gonçalves, 208**  
**ROSA, Manuel, 218**  
**ROSA, Manuel Musqueira da, 142**  
**ROSA, Maria, 160**  
**ROUSSEL, Romain, 368, 373**  
**RUA, Francisco Xavier da, 94, 117,**  
**196, 317**  
**RUGENDAS, João Maurício, 187,**  
**309**
- SÁ, Inácio Correia de, 94**  
**SÁ E MENEZES, Gov. Artur de (Go-**  
**vernador de São Paulo e Minas**  
**do Ouro), II, 16, 62, 141, 145,**  
**315**  
**SÁ VEDRA, Basílio Teixeira de, 180**  
**Sabará, 16, 17, 56, 114, 171, 219,**  
**241, 313, 328, 334, 349, 377, 383,**  
**391, 392, 401, 411, 421**  
**Sabarabuçu (Serra do), 304**  
**Sagrada Congregação das Indul-**  
**gências, 270**  
**SALÃO, Côn. João Luís de Soiza, 80**  
**SAINT-HILAIRE, Augustin de, 27,**  
**28, 41, 45, 52, 59, 71, 83, 88, 89,**  
**96, 179, 185, 189, 204, 218, 232,**  
**233, 234, 236, 237, 238, 249, 258,**  
**286, 304, 305, 306, 309, 322, 330,**  
**333, 334, 335, 338, 364, 402, 407,**  
**412, 413, 417, 420, 421**  
**Sakya-Muni, 363**  
**SALDANHA, Branca, 161, 162**  
**SALGADO, Pe. Matias Antônio, 112**
- SALES, D. Francisco de, 85, 121**  
**SALES, Joaquim de, 264**  
**SALES, C. M., Pe. José Paulo, XXII**  
**SALOMÃO, 238**  
**Samambaia, 28**  
**Sancho Pansa de Apolo, 133**  
**SANTA APOLÔNIA, Côn. Francisco**  
**Pereira de, 80**  
**Santa Bárbara (Rio), 225**  
**Santa Bárbara do Mato Dentro,**  
**52, 113, 231, 234, 238, 245, 255,**  
**308, 311, 327**  
**SANTA INÊS, D. Frei Manuel de**  
**(bispo da Bahia), 200**  
**Santa Joana de Lisboa (Convento**  
**de), 274**  
**Santa Luzia do Rio Manso (atual**  
**Rio Manso), 402**  
**Santa Luzia do Rio das Velhas,**  
**178, 401**  
**SANTA MARIA E MELO, D. Frei Lou-**  
**renço de (bispo em Portugal),**  
**297**  
**Santana (Irmandade de), 354**  
**SANTA RITA DURÃO, Frei José de,**  
**43**  
**Santa Sé Apostólica, 98, 267**  
**SANTA TERESA, Frei Simão de, 62**  
**Santana das Lavras do Funil (atual**  
**Lavras), 168**  
**Santana de Paraopeba, 55**  
**Santana de São João Acima de**  
**Pitangui (atual Itaúna), 402, 403**  
**SANTA TERESA, D. Frei Luis de**  
**(bispo de Pernambuco), 66, 67**  
**SANTIAGO, Pe. Antônio Mendes, 66,**  
**78, 142**  
**Santiago de Compostela, 371**  
**Santíssimo Sacramento (Irmanda-**  
**de do), 72, 353**  
**SANTO ANTÔNIO, Frei João de, 218**  
**Santo Antônio do Bom Retiro, 56**  
**Santo Antônio do Bom Retiro da**  
**Roça Grande (Freguesia de),**  
**168, 171**

- Santo Antônio do Rio Acima, 56  
 Santo Antônio do Rio das Velhas (Freguesia de), 159  
 Santo Antônio da Roça Grande, 196  
 Santo Antônio do Varatojo, 317  
 Santo Antônio de Vila Real, 262  
 Santos (Convento de), 258  
 SANTOS, Diogo Mendes dos, 178  
 SANTOS, João Fernandes dos, 155,  
 SANTOS, José Ferreira dos, 118  
 SANTOS, José Pereira dos (Mestre de Obras), 44, 320  
 SANTOS, José dos, 148, 209  
 SANTOS, Manuel dos, 182  
 SANTOS, Pe. Manuel dos, 200  
 SANTOS FREIRE, Felipe dos, 20  
 Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo — especialmente o cap. V  
 Santuário de Nossa Senhora de Loreto, 209, 210  
 São Benedito (Irmandade de), 354  
 SÃO CARLOS, Frei Manuel de; 346, 347  
 São Francisco (Rio), 3, 6, 11, 16, 54, 140, 193, 402  
 São Francisco (Ribeirão de), 305  
 São Francisco (Serra de), 156  
 São Francisco e Alagoas, Capitania de, 193  
 São Gonçalo do Rio Abaixo, 113  
 SÃO JERÔNIMO, D. Francisco de (bispo do Rio de Janeiro), 58, 83, 104, 105, 194  
 SÃO JOÃO BATISTA, Frei Antônio de, 392  
 São João da Chapada, 201, 204, 356  
 São João Del Rei, 16, 17, 65, 73, 79, 107, 112, 114, 161, 170, 349, 401, 402  
 São João do Morro Grande (atual Barão de Cocais), 308  
 São João da Pesqueira, XXIV, 260, 268  
 São João do Sumidouro, 55  
 São Joaquim das Bicas (atual Bicas), 402, 404  
 SÃO JOSÉ, D. Frei Cipriano de (bispo de Mariana), 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 180, 190, 191, 192, 193, 194, 215, 236, 247, 330, 373, 374, 382, 391, 393, 395, 396, 397, 403  
 São José do Rio das Mortes, 401, 402  
 São José do Rio das Mortes (Freguesia de), 404  
 São Luís do Maranhão, 108, 115  
 São Miguel de Piracicaba, 401  
 São Paulo (Capitania), 172  
 São Paulo, 3, 15, 16, 21, 55, 58, 60, 62, 64, 195, 202, 250, 259, 291, 304, 352, 359, 366, 369  
 São Paulo (Câmara Municipal de), XII  
 São Pedro dos Clérigos (Irmandade de), 354  
 São Pedro do Sul, 36  
 São Pedro de Tôrres Vedras (Freguesia de), 317  
 São Romão da Manga, 78  
 São Salvador de Viséu, 263  
 São Sebastião do Paraíso, 70  
 São Tomé das Letras, 369  
 Sapé, 28  
 SARNEEL, C. M., Pe. Pedro, 239, 264, 298, 324, 331, 358, 371, 382, 386  
 SCHILLER, Friedrich, 43  
 SCHMÖLLER, Gustav, 336  
 SEBASTIÃO, São, 365  
 SEBASTIÃO, D. (Rei de Portugal), 101  
 Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 238  
 Sedição de 1720, 20



- Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (Mariana) — especialmente o cap. III  
 Seminário Real do Varatojo, 317  
 Senhor Bom Jesus de Matcinhos de Congonhas do ampo (Irmandade do) — especialmente o cap. V  
 SEQUEIRA, Antônio de, 158  
 SÊRRO Frio, 16, 17, 22, 52, 143, 200, 264, 298  
 SÊRRO Frio (Comarca do), 22, 24, 28, 268, 301, 308  
 Sertão de Abre-Campo, 65  
 Sertão de Arrepiados, 65  
 SERVAS, Francisco Vieira, 44  
 SEVILHANO, João Fernandes, 176  
 SHAW, Bernard, 153  
 SIMONSEN, Roberto, 34, 52  
 SILVA, Antônio da, 194  
 SILVA, Antônio Manuel Pereira da, 383  
 SILVA, Antônio Tomás da, 347  
 SILVA, Clemente da Fonseca, 67  
 SILVA, Francisco Machado da, 22  
 SILVA, Francisco Ribas da, 210  
 SILVA, C. M., Pe. Francisco, 48, 231, 242, 243, 244, 245, 249, 263, 288, 318, 319, 322, 378, 384, 394, 397, 399  
 SILVA, João Gomes da, 314  
 SILVA, João Ribeiro da, 232  
 SILVA, Côn. Luís Vieira da, 80, 111, 119  
 SILVA, Manuel E. Altenfelder, 405  
 SILVA, Manuel Gomes da, 201  
 SILVA, Simão Lopes da, 161, 162  
 SILVA ALVARENGA, Manuel Inácio da, 43  
 SILVA GUIMARÃES, Pascoal da, 20  
 SILVEIRA, Álvaro Astolfo da, 227, 235, 237  
 SILVÉRIO DE SOUZA, D. Joaquim (arcebispo de Diamantina), 193, 195, 197, 198, 199, 202, 203, 218, 221, 279, 298, 305, 314  
 SIMEÃO ESTILITA, São, 420  
 Sinai, O, 420  
 SIPOLIS, C. M., Pe. Miguel Maria, 262, 263  
 Síria, 420  
 SIRÍCIO, São (Papa), 291  
 SLATTERY, C. M., Pe. William, XXII  
 SOARES, Ana das Chagas Costa, 193  
 SOARES, Antônio da Costa, 193  
 SOARES, Catarina da Costa, 193  
 SOARES, Pe. João Ferreira, 80  
 SOARES, Maria da Costa, 193  
 SOARES, Marta da Costa, 193  
 SORIANO, Luís, 274  
 Sorocaba, 36  
 Souro-Pires, 262, 263, 297, 298  
 SOUTHEY, Roberto, 21  
 Souto Maior, 262, 263, 298  
 SOUZA, Gabriel Soares de, 240  
 SOUZA, Jerônimo Xavier de, 124  
 SOUZA, Pe. João Ferreira de, 80  
 SOUZA, Maria de, 193  
 SOUZA, D. Martinho de Távora e, 298  
 SOUZA, Violante de, 22  
 SPIX, João Batista de, 185, 306  
 STAHRFENBERG, O Embaixador, 173  
 STRAUSS, Os, 39  
 SUAREZ, Pe. Francisco, 18  
 Suíça, 189  
 TALLEYRAND, Príncipe de, 406  
 Tamanduá, 118  
 Tanque (Rio do), 308  
 TAQUES DE ALMEIDA, Pedro, 5  
 TAUNAY, Afonso de Escragnoille, 4, 56, 266  
 TÁVORA, D. Carlos de Mendonça, 263  
 TÁVORA, Felipe de Siqueira, 228, 314, 315

- TÁVORA, Helena de, 297**  
**TÁVORA, D. Lourenço de, 297**  
**TÁVORA, Lourenço Pires de, 297**  
**TÁVORA, Marquês de (D. Luís Bernardo de Lorena e Távora), 258**  
**TÁVORA, Marquesa de (D. Teresa de Távora), 258**  
**TÁVORA, Martinho de Souza, 277, 298, 299, 315**  
**TÁVORA, Pero Lourenço de, 297**  
**TÁVORAS, 258, 259, 260, 297, 299**  
**Teatro de Vila Rica, 41**  
**Tebaida, XIX, XX, 220, 248, 249, 256, 312, 341, 362, 420**  
**TEIXEIRA, João Gomes, XXI**  
**TEIXEIRA, Martinho, 179**  
**TEIXEIRA COELHO, José João, 29, 33, 34, 35, 61, 75, 77, 79, 98, 95, 172, 178, 179, 202**  
**TERESA, Santa, 75, 415**  
**TERESA CRISTINA, D. (Imperatriz do Brasil), 256**  
**Terra Santa, 60, 282, 283, 292, 293, 294, 361**  
**TERTULIANO, 183**  
**Tien-tai, 215**  
**Tietê (Rio), 369**  
**Tijuco (atual Diamantina), 21, 22, 24, 25, 28, 37, 38, 39, 40, 52, 56, 75, 82, 114, 143, 148, 154, 155, 156, 173, 183, 196, 232, 260, 268, 269, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 284, 295, 299, 300, 301, 305, 308, 315, 321, 323, 345, 347, 349, 361, 362, 386, 416**  
**TINOCO, Diogo Garção, 4, 5**  
**TOMÁS, Antônio, 338**  
**TOMÁS, Irmão, 388, 423**  
**TOMÁS DE AQUINO, Santo, 17**  
**TÔRRES, Pe. Antônio Afonso de Moraes, 199, 200**  
**TÔRRES, João Camilo de Oliveira, XXIII, 78**  
**Trancoso, 262, 263**  
**Transvaal, 10**  
**Trás-os-Montes, 272**  
**Tratado de Madri, 406**  
**Tratado de Methuen, 26**  
**Treituba (Serra da), 235**  
**Treves, 191**  
**Tribunal do Santo Offício, 67**  
**Tribunal da Inquisição de Lisboa, 66, 67**  
**TRINDADE, Côn. Raimundo, XXIII, 94, 95, 105, 116, 122, 126, 128, 274, 365**  
**Tripuf (Ribeirão do), 8, 11**  
**Triunfo Eucarístico, 31, 40, 69, 71, 108, 109**  
**TOURINHO, Sebastião Fernandes, 307**  
**TOYNBEE, Arnold J., 53, 316**  
**Turquia, 52**  
  
**Universidade de Coimbra, 42**  
**Urucuaia (Rio), 140**  
  
**VALE, C. M., Pe. Francisco, XXIII**  
**Vallombrosa, 248, 249**  
**VANDELLI, Domingos, 13**  
**"Varatojanos", Os, 317**  
**VARATOJOS, Os, 390, 392, 424**  
**Varatojo, 342, 346**  
**Vargem Comprida, 83**  
**VASCONCELOS, Custódio Gonçalves de, 211**  
**VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de, 4, 41, 43, 61, 66, 93, 407, 111, 116, 367**  
**VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, 15, 20, 34, 79, 80, 117, 118, 123, 124, 126, 127, 130, 131, 132, 259**  
**VASCONCELOS DE DRUMMOND, Antônio de Menezes, 399**  
**VASCONCELOS MOTTA, D. Carlos Carmelo de, 359**  
**Vaticano, XIII, XXIV, 267**

- VAZ, João**, 167  
**Velhas (Rio das)**, 14, 16, 34, 56, 118, 141, 196, 225  
**VELHO, Gaspar Pimentel**, 168  
**VELHO, Manuel Garcia**, 8  
**VELOSO, Frei José Mariano da Conceição**, 80  
**Verdes (Rios — Grande e Pequeno)**, 141  
**VERDOA, Pe. João**, 166  
**Verónica**, 368  
**Versailles**, 172  
**Via Sacra**, 348  
**VIANA, Domingos de Bastos**, 275  
**VIANA, Manuel Nunes**, 15, 16, 63, 228  
**Vicano**, 249  
**VICENTE DE PAULO, São**, 261, 370, 380  
**VIGENTE, Gil**, 15, 16  
**VILGAS DE MENEZES, Pe. José Joaquim**, 80, 131  
**VIEIRA, Pe. António**, 65  
**VIEIRA, Frei Domingos**, 232  
**VIEIRA, Pe. Lourenço de Valadares**, 194  
**Vila do Carmo**, 16, 19, 50, 57, 136, 308  
**Vila Nova da Rainha do Caeté**, 16, 17, 216, 217, 377, 408, 409, 411  
**Vila do Pitangui**, 47  
**Vila do Príncipe (Câmara da)**, 50  
**Vila do Príncipe (Sêrro)**, 16, 17, 21, 23, 25, 121, 306  
**Vila Real de Sabará**, 16  
**Vila Real do Sabará (Câmara da)**, 392, 410, 411  
**Vila Rica**, 7, 13, 16, 17, 20, 21, 41, 42, 43, 48, 52, 63, 69, 73, 75, 79, 86, 90, 108, 109, 114, 118, 123, 124, 142, 235, 274, 281, 305, 308, 349, 358, 375, 384, 391, 392, 401, 403, 411  
**Vila Rica (Câmara de)**, 392  
**Vila Rica (Comarca de)**, 301  
**VILAS BOAS, Pe. António Caetano de**, 79  
**VILHENA, Lufs dos Santos**, 154  
**VITO, São**, 368  
**VITÓRIA, Tomás Lufs de**, 75  
**Vivarium**, 182  
  
**Weimar**, 43  
**WIELAND, Cristóvão Martinho**, 43  
  
**Xabregas**, 351  
**XAVIER, Joaquim José da Silva (o Tiradentes)**, 44, 354  
**XAVIER DA VEIGA, José Pedro**, 23  
**XICA DA SILVA**, 40, 143, 154, 155, 156, 157, 198, 278, 386  
**XICO-REI**, 72, 74, 375  
  
**Ya-Ki**, 215  
  
**ZEMELLA, Mafalda**, 310  
**ZORRILLA, D. Francisco de Rosas**, 41

O Com. Maria ...  
 Maja ...  
 vic. ...  
 ...  
 ...

O Irmão Lourenço de ...  
 ...  
 ...  
 ...  
 ...  
 ...

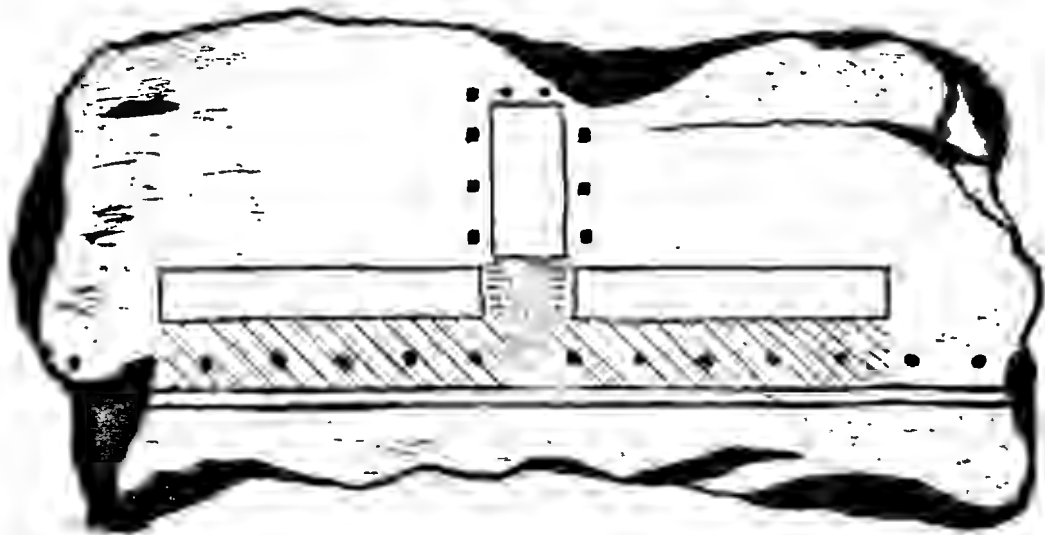
...  
 ...  
 ...  
 ...  
 ...

Fotocópia de requerimento do Irmão Lourenço, de 3 de outubro de 1763, solicitando profissão na Ordem Terceira da Penitência.  
 (Arquivo da V. O T. da Penitência de Diamantina - Minas.)





*O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens.*  
(V. Spix e V. Martius).



*Ir. Lourenço de Sá*

*Fac-simile da planta da primitiva ermida e da assinatura do Irmão Lourenço.*



*Planta da primitiva ermida, em 1806.*

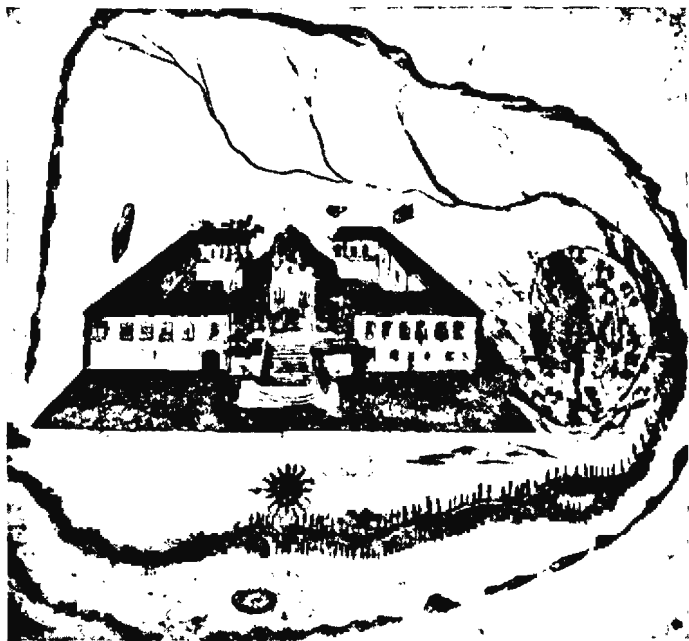




Fôlha de rosto do Compromisso de 1784

(Da coleção de Augusto de Lima Jr.).

## VIII



### *O Caraça ao tempo do Irmão Lourenço*

(Segundo o Sr. Augusto de Lima Jr. — a cuja coleção pertence esta gravura — este desenho teria acompanhado o requerimento de 1802, pedindo missionários).